Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Certificado digitalmente por:
FERNANDO SCHEIDT MADER

Diário da Justiça
ELETRÔNICO

Curitiba, 13 de Março de 2024 - Edição nº 3620 - 165 páginas

Sumário

Tribunal de Justiça 2
Atos da Presidência 2
Concursos 4
Supervisão do Sistema da Infância e Juventude 5
Ouvidoria Geral 5
Escola Judicial do Paraná 5
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar CEVID-TJPR 5
Atos da 1ª Vice-Presidência 5
Atos da 2ª Vice-Presidência 5
Supervisão do Sistema de Juizados Especiais 8
NUPEMEC 9
Secretaria de Licitações, Contratos e Convênios 11
Secretaria 14
Secretaria Geral 14
Vice-Secretaria Geral 14
Departamento da Magistratura 14
Processos do Órgão Especial 14
Processos do Conselho da Magistratura 14
Departamento de Gestão de Recursos Humanos 15
Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados 46
Departamento Econômico e Financeiro 47
Departamento do Patrimônio 47
Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação 51
Departamento de Engenharia e Arquitetura 51
Departamento Judiciário 51
Divisão de Distribuição 51
Seção de Preparo 51
Seção de Mandados e Cartas 51
Divisão de Processo Cível 51
Divisão de Processo Crime 51
Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores 51
Processos do Órgão Especial 51
FUNREJUS 51
Núcleo de Conciliação do 2º Grau 51
Departamento de Gestão de Precatórios 51
Corregedoria da Justiça 51
Plantão Judiciário Capital 51
Divisão de Concursos da Corregedoria 56
Conselho da Magistratura 56
Comissão Int. Conc. Promoções 56
Sistemas de Juizados Especiais Cíveis e Criminais 56
Comissão Permanente de Avaliação Documental 56
Comarca da Capital 56
Direção do Fórum 56
Cível 56
Crime 57
Fazenda Pública 57
Família 58
Delitos de Trânsito 58
Execuções Penais 58
Tribunal do Júri 58
Infância e Juventude 58
Reg Pub e Acidentes de Trabalho Precatórias Cíveis 58
Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial 58
Precatórias Criminais 58
Auditoria da Justiça Militar 58
Central de Inquéritos 58
Juizados Especiais - Cíveis/Criminais 58
Concursos 58
Comarcas do Interior 58
Direção do Fórum 58
Plantão Judiciário 59
Cível 73
Crime 74
Juizados Especiais 75
Concursos 75
Família 75
Execuções Penais 75
Infância e Juventude 75
Fazenda Pública 75
Editais Judiciais 81
Conselho da Magistratura 81
Capital 81
Interior 89
Editais - Procedimento de Usucapião Extrajudicial 163

Tribunal de Justiça

Atos da Presidência

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 181/2024 - P-SEP

Altera o Anexo da Instrução Normativa nº 69, de 30 de agosto de 2021, que dispõe sobre a instituição e a manutenção do Programa de Qualidade e Melhoria de Auditoria do Tribunal de Justiça do Paraná (PQ-AUD TJPR).
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições regimentais;
CONSIDERANDO a necessidade de atualizar o Programa de Qualidade e Melhoria de Auditoria do Tribunal de Justiça do Paraná (PQ-AUD TJPR);
CONSIDERANDO o contido no SEI nº 0059507-78.2021.8.16.6000,

R E S O L V E

Art. 1º Alterar o Anexo da Instrução Normativa nº 69, de 30 de agosto de 2021, que passa a vigorar na forma do Anexo Único desta Instrução Normativa, assim denominado de "Programa de Qualidade e Melhoria de Auditoria - PQAUD TJPR (Versão 2.0)".
Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 8 de março de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6829916

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 132/2024 - P-SEP

Altera o Decreto Judiciário nº 813, de 12 de dezembro de 2023.
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO o contido no Decreto nº 3.749/2023 do Município de Reserva,
CONSIDERANDO o contido no protocolizado sob nº 0031524-02.2024.8.16.6000.

D E C R E T A

Art. 1º. O Artigo 3º do Decreto Judiciário nº 813/2023 passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 3° Fica consolidado o calendário de feriados locais dos municípios sedes das Comarcas do Estado no ano de 2024:
Março:
(...)
dia 25: Reserva (Emancipação Política do Município);
~~dia 26: Reserva (Emancipação Política do Município);~~
(...)

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 8 de março 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 126/2024 - P-SEP

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2024.00060788, originado em razão do protocolizado sob nº 0031717-17.2024.8.16.6000, resolve

D E C L A R A R

a vacância de 1 (um) cargo de Auxiliar Judiciário II do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, em virtude do falecimento de MARCELO FARIA DE BARROS, matrícula nº 9514.

Curitiba, 7 de março de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 131/2024 - P-SEP

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e tendo em vista o que dispõem os artigos 115 e 116, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, Lei Estadual nº 14.277/2003, c/c o artigo 1º do Assento nº 01/90, do Plenário deste Tribunal de Justiça, e artigo 11, inciso XVIII, do Regimento Interno desta Corte e o contido no protocolado sob nº 0020230-50.2024.8.16.6000, resolve

I - E X O N E R A R

SIMONE FERREIRA BERNARDI ROSSETI do cargo de Juíza de Paz do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais de Nova Aurora;

I I - N O M E A R

CLEOCI FERREIRA DE OLIVEIRA SCHLOGL, para exercer o cargo de Juíza de Paz do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais de Nova Aurora.

Curitiba, 7 de março de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 130/2024 - P-SEP

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e tendo em vista o que dispõem os artigos 115 e 116, do Código de

Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, Lei Estadual nº 14.277/2003, c/c o artigo 1º do Assento nº 01/90, do Plenário deste Tribunal de Justiça, e artigo 11, inciso XVIII, do Regimento Interno desta Corte e o contido no protocolado sob nº 0021317-41.2024.8.16.6000, resolve

I - E X O N E R A R

a) JOÃO BEZERRA FERREIRA do cargo de 1º Suplente da Justiça de Paz do Serviço Distrital de Amaporã da Comarca de Paranavaí;

b) ANTONIO DORIVAL CANALI do cargo de 2º Suplente da Justiça de Paz do Serviço Distrital de Amaporã da Comarca de Paranavaí;

I I - N O M E A R

MARIO CEZAR DIAS, para desempenhar a função de 1º Suplente da Justiça de Paz do Serviço Distrital de Amaporã da Comarca de Paranavaí.

Curitiba, 7 de março de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

PORTARIA Nº 3508/2024 - P-SEP

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00061739, originado em razão do protocolizado sob nº 0025325-61.2024.8.16.6000, resolve

T O R N A R S E M E F E I T O

a Portaria nº 2926/2024 -P-SEP, na parte referente à relotação de RONALDO ALBERTO DE SOUZA, Analista Judiciário, matrícula 13448, no Núcleo Regional da Capital, Região Metropolitana de Curitiba e Litoral da Divisão de Núcleos Regionais de Informática da Coordenadoria de Qualidade e Relacionamento com o Usuário da Secretaria de Tecnologia da Informação.

Curitiba, 7 de março de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EXTRATO 395/2024 - REFERENTE À DECISÃO Nº 9875736
PROTOCOLO N° 0092883-21.2022.8.16.6000

DETERMINA O ARQUIVAMENTO do expediente movido em face do(a) servidor(a) S. B. M., matrícula nº (omitida), ocupante do cargo de Oficial de Justiça, considerando que as ausências no período de 06/03/2023 a 04/05/2023 (59 dias consecutivos) refletem a recorrência da patologia que acomete o(a) servidor(a) e considerando o que restou decidido no Processo Administrativo Disciplinar 0119873-49.2022.8.16.6000, em que houve absolvição por ausência do elemento subjetivo do tipo - animus abandonandi. (*10/03/2024 - a. DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná)*

.

Tribunal de Justça

EXTRATO 394/2024 - REFERENTE À DECISÃO Nº 10038601
PROTOCOLO N° 0123200-02.2022.8.16.6000
Defensora: Dra. PAULA CEOLIN VIANA - Advogada, OAB/PR 81.090

JULGA IMPROCEDENTE o processo administrativo disciplinar instaurado pela Portaria nº 3.947/2022-CGJ em face do(a) servidor(a) S. B. M., matrícula nº (omitida), ocupante do cargo de Oficial de Justiça, e rejeita o Relatório nº 8729976 da Comissão Disciplinar Permanente, considerando a compreensão pela ausência do elemento subjetivo configurador da infração estatutária consistente no 'abandono de cargo' (art. 199, II da Lei Estadual nº 16.024/2008). *(10/03/2024 - a. DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná)*

.

.

Concursos

EDITAL Nº 3/2024 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - CONVOCAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA PARA CONTRATAÇÃO NA FUNÇÃO DE ENGENHEIRO CIVIL TEMPORÁRIO 2.H DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ (EDITAL Nº 01/2023 - PSS - SEI Nº 0106694-82.2021.8.16.6000)

O Excelentíssimo Desembargador **LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN**, Presidente do Tribunal de Justiça, no uso de suas atribuições legais, a fim de viabilizar a convocação e contratação dos candidatos e das candidatas aprovados no referido processo seletivo simplificado, tendo em vista a necessidade temporária de excepcional interesse público no Poder Judiciário do Estado do Paraná, em cumprimento aos termos do item 10 do Edital nº 01/2023 - PSS, resolve:

T O R N A R P Ú B L I C A

A convocação da candidata abaixo relacionada, aprovada no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, para contratação temporária na função de Engenheiro Civil Temporário - Área 2.H - ENGENHEIRO CIVIL - FISCALIZAÇÃO, GERENCIAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA E LEVANTAMENTO E ORÇAMENTO DE SERVIÇOS DE REFORMAS, REPAROS E MANUTENÇÕES, visando apresentação da documentação constante no item 10 do Edital nº 01/2023 - PSS:

INSCRIÇÃO	CANDIDATO/ CANDIDATA	LISTA	CLASSIFICAÇÃO
2856489-3	TANIA MARA CORDEIRO SANTOS	Geral	4

1. ACESSO EXTERNO AO SISTEMA HÉRCULES

1.1. A candidata acima relacionada deverá, no prazo de **até vinte (20) dias corridos** a contar da data da publicação do edital no Diário da Justiça eletrônico, por meio de link que será enviado para o e-mail cadastrado no momento da inscrição, acessar, via canal externo, o sistema Hércules do Tribunal de Justiça para manifestar aceite ou desistência da contratação. Em caso de desistência, além de selecionar no sistema esta opção, deverá enviar e-mail para sei@tjpr.jus.br, com cópia de documento de identificação, informando da desistência. As orientações para realização do acesso externo ao Sistema Hércules e para preenchimento e inserção da documentação necessária e orientações para realização de acesso externo ao Sistema SEI! estão descritas nos anexos do presente edital;

1.2. O rol de documentos exigidos está elencado no item 10 do Edital nº 01/2023 - PSS;

1.3. Não é necessária a autenticação dos documentos a serem inseridos no Sistema Hércules, porém o candidato deve manter sob sua guarda os documentos originais, que poderão ser requisitados a qualquer tempo;

1.4. As certidões em que não constar expressamente a validade têm prazo de trinta (30) dias desde sua emissão;

1.5. Os resultados dos exames do item 10.3 do Edital nº 01/2023devem ser apresentados para avaliação clínica que será realizada de forma presencial na Coordenadoria de Saúde e Bem Estar, situada na Avenida Cândido de Abreu, 830, Centro Cívico, Curitiba/PR. O agendamento das avaliações clínica, psicológica e de serviço social deverá ser feito pelo telefone (41) 3228-2261, de segunda a sexta-feira, das 12h às 18h;

1.6. O candidato pode optar por realizar a avaliação clínica às suas expensas, com médico de sua preferência, desde que devidamente inscrito no CRM respectivo, e inserir o laudo médico juntamente com os exames no Sistema Hércules a fim de ser avaliado e ratificado pela Coordenadoria de Saúde e Bem Estar deste Tribunal, dentro do mesmo prazo referido no item 1.1;

1.7. Neste caso, o laudo médico deverá seguir o modelo mencionado no item 10.3.5.1 do Edital nº 01/2023 - PSS;

1.8. Dúvidas com relação ao cadastramento poderão ser dirimidas na Divisão de Admissão de Pessoal - SEGEP-CGP-DAP pelo endereço eletrônico **pss@tjpr.jus.br** ou pelo telefone **(41) 3228-5702**.

2. **DOS PRAZOS**

2.1. A não observância do prazo estabelecido neste edital implicará na eliminação da candidata do certame;

2.2. O prazo citado no item 1.1 poderá ser prorrogado pelo período de cinco (5) dias corridos, mediante requerimento justificado e assinado a ser enviado para o e-mail sei@tjpr.jus.br, juntamente com a cópia do RG, conforme item 10.11 do Edital nº 01/2023 - PSS;

2.3. A assinatura do contrato e a entrada em exercício ocorrerão no **período máximo de vinte (20) dias** - ou de vinte e cinco (25) dias, se solicitada e deferida a prorrogação -, a contar da publicação do ato de convocação no Diário da Justiça do Estado do Paraná.

3. **DISPOSIÇÕES FINAIS**

3.1. A determinação da lotação será realizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

3.2. Os casos omissos serão decididos pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Supervisão do Sistema da Infância e Juventude

Ouvidoria Geral

Escola Judicial do Paraná

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar CEVID-TJPR

Atos da 1ª Vice-Presidência

Atos da 2ª Vice-Presidência

PORTARIA Nº 3583/2024

O Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, no uso das atribuições legais, previstas na Resolução nº 13/2011-OE e suas respectivas alterações, e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2024.00056137, resolve

D E S I G N A R

MARIELI APARECIDA MUFFATO, para exercer a função de Conciliadora Remunerada junto ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Cascavel.

Curitiba, 8 de março de 2024.

Des. Fernando Antonio Prazeres
Presidente do Núcleo Permanente de
Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6830289

PORTARIA Nº 3582/2024

O Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, no uso das atribuições legais, previstas na Resolução nº 13/2011-OE e suas respectivas alterações, e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2024.00053049, resolve

D E S I G N A R

EDUARDO BRANDÃO NAVARRO, para exercer a função de Mediador junto ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do 2º Grau do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Curitiba, 8 de março de 2024.

Des. Fernando Antonio Prazeres
Presidente do Núcleo Permanente de
Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6830288

PORTARIA Nº 3581/2024

O Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, no uso das atribuições legais, previstas na Resolução nº 13/2011-OE e suas respectivas alterações, e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2024.00049193, resolve

D E S I G N A R

ÂNGELA BARATTO VICENZI, para exercer a função de Mediadora em Formação voluntária pelo período de 26/02/2024 à 24/11/2024 junto ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do 2º Grau do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Curitiba, 8 de março de 2024.

Des. Fernando Antonio Prazeres
Presidente do Núcleo Permanente de
Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6830287

PORTARIA Nº 3580/2024

O Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, no uso das atribuições legais, previstas na Resolução nº 13/2011-OE e suas respectivas alterações, e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2024.00020391, resolve

D E S I G N A R

MAYRA ROCCO STAINSACK, para exercer a função de Mediadora em Formação voluntária pelo período de 26/02/2024 à 11/12/2024 junto ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do 2º Grau do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Curitiba, 8 de março de 2024.

Des. Fernando Antonio Prazeres
Presidente do Núcleo Permanente de
Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6830286

PORTARIA Nº 3589/2024

O 2º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Judiciário nº 78/2023-D.M. e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2024.00067729, resolve

R E V O G A R

a Portaria nº 10824/2022, a partir de 05/03/2024, referente à designação de BIANCA PINHAZ ELIAS, para exercer a função de Juíza Leiga Remunerada junto ao Juizado Especial Cível e Fazenda Pública da Comarca de Curiúva.

Curitiba, 08 de Março de 2024.

Des. Fernando Antonio Prazeres
2º Vice-Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6830295

PORTARIA Nº 3587/2024

O 2º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Judiciário nº 78/2023-D.M. e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2024.00064144, resolve

R E V O G A R

a Portaria nº 4574/2022, referente à designação de FERNANDA WICHOSKI PEREIRA SERAFIM, para exercer a função de Juíza Leiga Remunerada junto ao 1º Juizado Especial Cível e Fazenda Pública da Comarca de Cascavel.

Curitiba, 08 de Março de 2024.

Des. Fernando Antonio Prazeres
2º Vice-Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6830293

PORTARIA Nº 3586/2024

O 2º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Judiciário nº 78/2023-D.M. e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2024.00063127, resolve

R E V O G A R

a Portaria nº 8119/2023, referente à designação de BANY EUCLIDES COLLAÇO JUNIOR, para exercer a função de Juiz Leigo Remunerado junto ao 1º Juizado Especial Cível e Fazenda Pública da Comarca de Cascavel.

Curitiba, 08 de Março de 2024.

Des. Fernando Antonio Prazeres
2º Vice-Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6830292

PORTARIA Nº 3584/2024

O 2º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Judiciário nº 78/2023-D.M. e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2024.00050455, resolve

D E S I G N A R

LARISSA MILENA GUILHEN MAGALHÃES, para exercer a função de Juíza Leiga Remunerada junto ao Juizado Especial Cível e Fazenda Pública do Foro Regional de Sarandi da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, pelo prazo de (04) quatro anos, com o pagamento de valor pecuniário previsto nos artigos 62 do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e 44, 52 e 53 da Resolução nº 09/2019.

Curitiba, 08 de Março de 2024.

Des. Fernando Antonio Prazeres
2º Vice-Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6830290

PORTARIA Nº 3659/2024

O 2º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Judiciário nº 78/2023-D.M. e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2024.00068695, resolve

R E V O G A R

a Portaria nº 1771/2022, a partir de 11/03/2024, referente à designação de VALDIR ALBERTO KRIEGER JUNIOR, para exercer a função de Juiz Leigo

Remunerado junto ao Juizado Especial Cível e Fazenda Pública da Comarca de Barracão.

Curitiba, 11 de Março de 2024.

Des. Fernando Antonio Prazeres
2º Vice-Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6830779

PORTARIA Nº 3588/2024

O 2º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Judiciário nº 78/2023-D.M. e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2024.00067641, resolve

R E V O G A R

a Portaria nº 9868/2020, a partir de 27/03/2024, referente à designação de ELISA ROSSETTI DE SÁ, para exercer a função de Juíza Leiga Remunerada junto ao Juizado Especial Cível e Fazenda Pública do Foro Regional de Campo Largo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Curitiba, 08 de Março de 2024.

Des. Fernando Antonio Prazeres
2º Vice-Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6830294

PORTARIA Nº 3585/2024

O 2º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Judiciário nº 78/2023-D.M. e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2024.00056511, resolve

D E S I G N A R

IGOR PEREIRA FERREIRA, para exercer a função de Juiz Leigo Remunerado junto ao 2º Juizado Especial Cível e Fazenda Pública da Comarca de Cascavel, pelo prazo de (04) quatro anos, com o pagamento de valor pecuniário previsto nos artigos 62 do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e 44, 52 e 53 da Resolução nº 09/2019.

Curitiba, 08 de Março de 2024.

Des. Fernando Antonio Prazeres
2º Vice-Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6830291

PORTARIA Nº 3658/2024

O Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, no uso das atribuições legais, previstas na Resolução nº 13/2011-OE e suas respectivas alterações, e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2024.00068286, resolve

R E V O G A R

a portaria nº 9980/2021, à partir de 01/03/2024, referente à designação de GISABELLE IARA HUK, para exercer a função de Mediadora voluntária junto ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Descentralizado do Boqueirão do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Curitiba, 11 de março de 2024.

Des. Fernando Antonio Prazeres
Presidente do Núcleo Permanente de
Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6830774

Supervisão do Sistema de Juizados Especiais

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Vice-Presidência
Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais - CSJEs

PORTARIA Nº 3694/2024 - CSJEs

O Des. FERNANDO PRAZERES, Supervisor-Geral do Sistema dos Juizados Especiais, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça e pelo Decreto Judiciário n. 78/2023,
CONSIDERANDO a edição, pelo Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, da Resolução n. 415/2023, que dispõe sobre o programa de integração da plataforma consumidor.gov.br aos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Paraná;
CONSIDERANDO o contido no art. 13 da mencionada Resolução, que faculta à Supervisão-Geral do Sistema a edição de ato que limite o alcance do programa a determinadas unidades dos Juizados Especiais;
CONSIDERANDO que a procedimentalização do programa demandará ajustes na rotina das Secretarias dos Juizados e dos fornecedores que a ele aderirem, o que recomenda seja realizado período de teste na aplicação da Resolução mencionada
RESOLVE
Art. 1º. O procedimento a que se refere a Resolução n. 415/2023 - CSJE terá aplicação exclusiva nos Juizados Especiais Cíveis do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, inclusive os dos fóruns descentralizados, pelo período inicial de 60 dias, prorrogável uma vez por igual período.
Parágrafo único. Não estão incluídos nesta Portaria os Juizados Especiais Cíveis especializados em matéria bancária, telecomunicações, Fazenda Pública e acidentes de trânsito.
Art. 2º. Fica nomeado o Doutor Henrique Kurscheidt, Juiz de Direito Substituto, como Coordenador do programa, a quem compete:
I - manter interlocução com a Supervisão-Geral, secretarias de Juizados Especiais incluídas nesta Portaria e com os fornecedores aderentes ao programa;
II - sanar as dúvidas que possam surgir ao longo da execução do programa, sempre se reportando à Supervisão-Geral;
III - oferecer explanação inicial, caso solicitado, aos servidores e às servidoras e aos juízes a às juízas que exercem suas atividades nos Juizados Especiais incluídos no programa sobre o seu funcionamento, com o apoio da assessoria da Supervisão-Geral;
IV - prestar informações à Supervisão-Geral sobre o andamento do programa e sobre os resultados alcançados, por meio de relatório a ser entregue ao final do prazo previsto no caput do artigo 1º.
Art. 3º. A 2ª Vice-Presidência indicará dois servidores, a serem indicados pelo Juiz Auxiliar, para servirem de ponto focal do órgão a respeito do programa.
Art. 4º. Os casos omissos serão decididos pela Supervisão-Geral.
Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se. Cumpra-se.
Curitiba, 12 de março de 2024.
Des. **FERNANDO PRAZERES**
2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça
Supervisor-Geral do Sistema dos Juizados Especiais

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6831220

NUPEMEC

ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS
CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
GABINETE DO 2° VICE-PRESIDENTE

PORTARIA Nº 3657/2024 - NUPEMEC

O Desembargador FERNANDO PRAZERES, 2ª Vice-Presidente e Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com base na Resolução nº 02/2016 - NUPEMEC, alterada pela Resolução n° 253/2020-NUPEMEC, na Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça e no uso de sua atribuição conferida pelo art. 3º, inciso I e art. 7º, inciso I, da Resolução n. º 13/2011 - O.E, alterada pela Resolução nº 59/2012 - O.E e pelo Decreto Judiciário nº 398/2012 - D.M., em face o contido no SEI nº 0090819-77.2018.8.16.6000.

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR a Magistrada Dra. PRISCILA GABRIELY JORGE, como Juíza Coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, da Comarca de Ampére/PR.
Parágrafo único. À Coordenadora caberão as atribuições previstas na Resolução nº 02/2016 - NUPEMEC alterada pela Resolução n° 253/2020-NUPEMEC.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Dê-se conhecimento ao Presidente e ao Corregedor-Geral deste Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Curitiba, 11 de março de 2024.

Des. **FERNANDO PRAZERES**
2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça
Presidente do NUPEMEC/TJPR

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6830769

ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS
CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
GABINETE DO 2° VICE-PRESIDENTE

PORTARIA Nº 3654/2024 - NUPEMEC

O Desembargador FERNANDO PRAZERES, 2º Vice Presidente e Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com base na Resolução nº 02/2016 - NUPEMEC alterada pela Resolução n° 253/2020-NUPEMEC, na Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça e no uso de sua atribuição conferida pelo art. 3º, inciso I e art. 7º, inciso I, da Resolução n. º 13/2011 - O.E, alterada pela Resolução nº 59/2012 - O.E e pelo Decreto Judiciário nº 398/2012 - D.M., em face o contido no SEI nº 0109970-97.2016.8.16.6000.

RESOLVE

Art. 1º. REVOGAR a Portaria nº 803/2023-NUPEMEC, na parte que designou o Magistrado Dr. FREDERICO ALENCAR MONTEIRO BORGES, como Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania- CEJUSC, da Comarca de Tomazina/PR.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Dê-se conhecimento ao Presidente e ao Corregedor-Geral deste Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Curitiba, 11 de março de 2024.

Des. **FERNANDO PRAZERES**
2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça
Presidente do NUPEMEC/TJPR

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6830738

ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS
CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
GABINETE DO 2° VICE-PRESIDENTE

PORTARIA Nº 3646/2024 - NUPEMEC

O Desembargador FERNANDO PRAZERES, 2º Vice Presidente e Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com base na Resolução nº 02/2016 - NUPEMEC alterada pela Resolução n° 253/2020-NUPEMEC, na Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça e no uso de sua atribuição conferida pelo art. 3º, inciso I e art. 7º, inciso I, da Resolução n. º 13/2011 - O.E, alterada pela Resolução nº 59/2012 - O.E e pelo Decreto Judiciário nº 398/2012 - D.M., em face o contido no SEI nº 0018556-13.2019.8.16.6000.

RESOLVE

Art. 1º. REVOGAR a Portaria nº 8422/2022-NUPEMEC, na parte que designou a Magistrada Dra. MARINA DE LIMA TOFFOLI, como Juíza Coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania- CEJUSC, da Comarca de Reserva/PR.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Dê-se conhecimento ao Presidente e ao Corregedor-Geral deste Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Curitiba, 11 de março de 2024.

Des. **FERNANDO PRAZERES**
2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça
Presidente do NUPEMEC/TJPR

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6830701

ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS
CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
GABINETE DO 2° VICE-PRESIDENTE

PORTARIA Nº 3534/2024 - NUPEMEC

O Desembargador Fernando Prazeres, 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno do NUPEMEC, e, considerando o contido na Resolução nº 408/2023 - NUPEMEC, a fim de dar cumprimento ao contido no protocolizado SEI n.º 0162910-92.2023.8.16.6000

RESOLVE

Art. 1º. Conceder o Selo Circulando por Aí ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - Cejusc da Comarca de Cascavel pelos Projetos Projetos Semeando Paz nas Escolas e Círculo de Construção de Paz - Univel.
Parágrafo único. O Selo terá validade por 01 ano, a partir da publicação da Portaria de concessão, sendo automaticamente revogado após o período de validade.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Curitiba, 08 de março de 2024.

Des. FERNANDO PRAZERES
2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça
Presidente do NUPEMEC

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6829989

ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
GABINETE DO 2° VICE-PRESIDENTE

PORTARIA Nº 3656/2024 - NUPEMEC

O Desembargador FERNANDO PRAZERES, 2ª Vice-Presidente e Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com base na Resolução nº 02/2016 - NUPEMEC, alterada pela Resolução n° 253/2020-NUPEMEC, na Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça e no uso de sua atribuição conferida pelo art. 3º, inciso I e art. 7º, inciso I, da Resolução n. º 13/2011 - O.E, alterada pela Resolução nº 59/2012 - O.E e pelo Decreto Judiciário nº 398/2012 - D.M., em face o contido no SEI nº 0027438-61.2019.8.16.6000.

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR o Magistrado Dr. FREDERICO ALENCAR MONTEIRO BORGES como Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, da Comarca de Cerro Azul/PR.
Parágrafo único. Ao Coordenador caberão as atribuições previstas na Resolução nº 02/2016 - NUPEMEC alterada pela Resolução n° 253/2020-NUPEMEC.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Dê-se conhecimento ao Presidente e ao Corregedor-Geral deste Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Curitiba, 11 de março de 2024.

Des. **FERNANDO PRAZERES**
2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça
Presidente do NUPEMEC/TJPR

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6830757

Secretaria de Licitações, Contratos e Convênios

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
PROTOCOLO Nº 0041230-48.2020.8.16.6000

CONTRATO: 71/2024
EXPEDIENTE: 0041230-48.2020.8.16.6000
FUNDAMENTO LEGAL: lei estadual 15.608/2007
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: TAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS, ADEQUAÇÕES E MELHORIAS NO EDIFÍCIO DO FÓRUM DA COMARCA DE PALMITAL, PERTENCENTE À REGIONAL 04.
PREÇO: R$ 258.090,77 (duzentos e cinquenta e oito mil noventa reais e setenta e sete centavos)
PRAZO: 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data definida na Ordem de Execução de Serviço.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: dotação orçamentária do exercício de 2024 e os valores correspondentes à execução do contrato estão empenhados, conforme Nota de Empenho nº 2024NE000668, emitida pela Secretaria de Finanças em 01/03/2024.
FORO: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR

Curitiba, 11 de março de 2024.

Maria Alice de Carvalho Panizzi[2]
Vice-Secretária-Geral do Tribunal de Justiça

[1] De acordo com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014, a qual abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
[2] De acordo com a delegação de competência disposta no art. 1º, IV, e art. 1º-A do Decreto Judiciário nº 53/2021 (com a alteração do DJ 371/2023), c/c com os arts. 131 e 132 do Decreto Judiciário nº 14/2024.

SECRETARIA DE LICITAÇÕE, CONTRATOS E CONVÊNIOS

DESPACHO Nº 391/2024 - SG-SLCC-GS-CJ-SJEI
RELAÇÃO Nº 10161337

Considerando o contido no presente protocolado, notadamente nos termos Parecer 10112367, da Divisão de Obras, e do Parecer Jurídico 10160262, da Supervisão Jurídica de Engenharia e Arquitetura;
Considerando a Nota de Pré-Empenho 2024NR000131 (DOC. SEI 10053359), emitida pela Secretaria de Finanças, **DECIDO:**
I - **AUTORIZAR** a contratação da empresa Dentek Ltda. (CNPJ: 11.319.557/0003-78) para o fornecimento e instalação de equipamentos de ar-condicionado do tipo *split* no edifício que abriga o Fórum da Comarca de Peabiru, por meio da Ata de Registro de Preços nº 53/2023, no valor de **R$ 15.468,88 (quinze mil quatrocentos e sessenta e oito reais e oitenta e oito centavos)** e prazo de execução de **30 (trinta) dias corridos;**
II - À Secretaria de Finanças para emissão da nota de empenho;
III - À Supervisão Jurídica de Engenharia e Arquitetura para as demais providências;
IV - Publique-se.
Curitiba/PR, data e assinatura eletrônicas.

Em 07 de março de 2024.

Hermes Ribeiro da Fonseca Filho
Secretário de Licitações, Contratos e Convênios**[1]**
[1] De acordo com a delegação prevista no art. 7º, inciso V, do Decreto Judiciário nº 53/2021 (alterado pelo D.J. 371/2023) c/c art. 132 do Decreto Judiciário nº 14/2024.

SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

DESPACHO Nº 393/2024 - SG-SLCC-GS-CJ-SJEI
RELAÇÃO Nº 10161337

PROTOCOLO Nº 0125345-94.2023.8.16.6000
Considerando o contido no presente protocolado, notadamente nos termos Parecer 10112367, da Divisão de Obras, e do Parecer Jurídico 10160262, da Supervisão Jurídica de Engenharia e Arquitetura;
Considerando a Nota de Pré-Empenho 2024NR000131 (DOC. SEI 10053359), emitida pela Secretaria de Finanças, **DECIDO:**
I - **AUTORIZAR** a contratação da empresa Dentek Ltda. (CNPJ: 11.319.557/0003-78) para o fornecimento e instalação de equipamentos de ar-condicionado do tipo *split* no edifício que abriga o Fórum da Comarca de Peabiru, por meio da Ata de Registro de Preços nº 53/2023, no valor de **R$ 15.468,88 (quinze mil quatrocentos e sessenta e oito reais e oitenta e oito centavos)** e prazo de execução de **30 (trinta) dias corridos;**
II - À Secretaria de Finanças para emissão da nota de empenho;
III - À Supervisão Jurídica de Engenharia e Arquitetura para as demais providências;
IV - Publique-se.
Curitiba/PR, data e assinatura eletrônicas.

Em 07 de março de 2024.

Hermes Ribeiro da Fonseca Filho
Secretário de Licitações, Contratos e Convênios**[1]**
[1] De acordo com a delegação prevista no art. 7º, inciso V, do Decreto Judiciário nº 53/2021 (alterado pelo D.J. 371/2023) c/c art. 132 do Decreto Judiciário nº 14/2024.

PORTARIA Nº 004 - SG-SLCC

.

O Secretário de Licitações, Contratos e Convênios, no uso de suas atribuições legais, em especial das delegadas pelo art. 9º do Decreto Judiciário TJ/PR nº 53/2021 - P-GP (https://www.tjpr.jus.br/legislacao-atos-normativos/-/atos/documento/4622252), com a redação conferida pelo Decreto Judiciário TJ/PR nº 66/2024 P-GP (10027317), considerando a necessidade de designação formal dos gestores de contratos titulares e substitutos e dos fiscais técnicos titulares e substitutos para a gestão e fiscalização dos contratos de fornecimento e serviços (sem dedicação exclusiva de mão de obra) afetos à Divisão de Contratos de Fornecimento de Demais Serviços, bem como o contido nas Orientações Técnicas do TCE-PR (Ofícios 224/2023 - 0126005-88.2023.8.16.6000 - e 01/2024 - 0147128-45.2023.8.16.6000), **RESOLVE**, de forma **complementar** aos atos e registros já existentes e realizados:
Art. 1º Designar os seguintes servidores para atuação como gestores e fiscais dos contratos de fornecimento e serviços (sem dedicação exclusiva de mão de obra):

CONTRATO	GESTOR	SUBSTITUTO	FISCAL	FISCAL SUBSTITUTO	PREVISÃO/ ATRIBUIÇÃO*
48/2019	RÔMULO AUGUSTO DO AMARAL KWIRANT	EDUARDO GASPARINO	RICARDO CESAR ALZAMORA GONÇALVES	GELCENI LIMA BORGES/ LAURA LOPEZ BAPTISTA	3735853
67/2023	RÔMULO AUGUSTO DO AMARAL KWIRANT	EDUARDO GASPARINO	MARILDO ZADOROSNY	GABRIEL DA SILVA RUYBAL BICA	8904284
27/2023	MÔNICA NUNES ZANELLA ALFRÊDO	EDUARDO GASPARINO	MARILDO ZADOROSNY	GABRIEL DA SILVA RUYBAL BICA	8619856
249/2020	RÔMULO AUGUSTO DO AMARAL KWIRANT	EDUARDO GASPARINO	JOSÉ CARLOS RAMOS	JOÃO BATISTA PINTO DA SILVA	5738934
122/2022	RÔMULO AUGUSTO DO AMARAL KWIRANT	EDUARDO GASPARINO	RICARDO CESAR ALZAMORA GONÇALVES	GELCENI LIMA BORGES/ LAURA LOPEZ BAPTISTA	7987566
115/2023	MÔNICA NUNES ZANELLA ALFRÊDO	EDUARDO GASPARINO	MARILDO ZADOROSNY/ DANIELE ROMANIUK MACHADO DUMAS	GABRIEL DA SILVA RUYBAL BICA	9115358
259/2023	RÔMULO AUGUSTO DO AMARAL KWIRANT	EDUARDO GASPARINO	MARILDO ZADOROSNY/ DANIELE ROMANIUK	GABRIEL DA SILVA RUYBAL BICA	9855623

			MACHADO DUMAS		
148/2020	MÔNICA NUNES ZANELLA ALFRÊDO	EDUARDO GASPARINO	MARIANA CAMILA BORGES SKRABA	RÔMULO AUGUSTO DO AMARAL KWIRANT	5272911
63/2023	MÔNICA NUNES ZANELLA ALFRÊDO	EDUARDO GASPARINO	MARILDO ZADOROSNY	GABRIEL DA SILVA RUYBAL BICA	8935769
41/2022	MÔNICA NUNES ZANELLA ALFRÊDO	EDUARDO GASPARINO	MARILDO ZADOROSNY	GABRIEL DA SILVA RUYBAL BICA	7405467
28/2024	MÔNICA NUNES ZANELLA ALFRÊDO	EDUARDO GASPARINO	LUCINELI RODRIGUES SALDANHA KUSTER GONÇALVES	AMAURI CAETANO PINTO	9601076
41/2024	RÔMULO AUGUSTO DO AMARAL KWIRANT	EDUARDO GASPARINO	ANTÔNIO CARLOS DE BEM MONTEIRO	CIBELLE ZAIA MACHADO	9735595
116/2023	MÔNICA NUNES ZANELLA ALFRÊDO	EDUARDO GASPARINO	LEONARDO BUFFARA SCHARF	MARÍLIA SEELING DE OLIVEIRA	9086631
261/2019	MÔNICA NUNES ZANELLA ALFRÊDO	EDUARDO GASPARINO	LEONARDO BUFFARA SCHARF	MARÍLIA SEELING DE OLIVEIRA	4163305
142/2022	MÔNICA NUNES ZANELLA ALFRÊDO	EDUARDO GASPARINO	LUCINELI RODRIGUES SALDANHA KUSTER GONÇALVES	AMAURI CAETANO PINTO	8079544
241/2023	MARIANA CAMILA BORGES SKRABA	EDUARDO GASPARINO	ALCIMARA DO ROCIO DE OLIVEIRA	JEAN CARLO STANZYK DA MAIA	9644797
185/2022	MÔNICA NUNES ZANELLA ALFRÊDO	EDUARDO GASPARINO	FLAVIANI ANDRADE DE LARA	RISSIANO LOPES DOS SANTOS	9644797
110/2023	RÔMULO AUGUSTO DO AMARAL KWIRANT	EDUARDO GASPARINO	FÁBIO AUGUSTO ROSSETTI SOARES	SILVIA DIAS ERDMAN	9093448
O9/2024	RÔMULO AUGUSTO DO AMARAL KWIRANT	EDUARDO GASPARINO	FERNANDA CAMILO DE ARAUJO	TATIANA RESENDE LOPES	9673954
191/2019	MÔNICA NUNES ZANELLA ALFRÊDO	EDUARDO GASPARINO	PAUL EDUARDO TEIXEIRA CAMPOS	LUCIANA HARUMI MIAZAKI	4019794
228/2023	MÔNICA NUNES ZANELLA ALFRÊDO	EDUARDO GASPARINO	THAÍS CAYRES DE MENDONÇA	LUCIANA HARUMI MIAZAKI	9537942
129/2022	MARIANA CAMILA BORGES SKRABA	EDUARDO GASPARINO	CINTHIA REGINA NEGRI AMIN	SILVIA MORAES DOS SANTOS	8071632
211/2023	MARIANA CAMILA BORGES SKRABA	EDUARDO GASPARINO	JOÃO FRANCISCO DE BRITO	FERNANDO SCHEIDT MADER	9576212
242/2023	MARIANA CAMILA BORGES SKRABA	EDUARDO GASPARINO	ALCIMARA DO ROCIO DE OLIVEIRA	JEAN CARLO STANZYK DA MAIA	9700135
274/2023	MARIANA CAMILA BORGES SKRABA	EDUARDO GASPARINO	ALCIMARA DO ROCIO DE OLIVEIRA	JEAN CARLO STANZYK DA MAIA	9711366
151/2023	MARIANA CAMILA BORGES SKRABA	EDUARDO GASPARINO	ALCIMARA DO ROCIO DE OLIVEIRA	JEAN CARLO STANZYK DA MAIA	9294657
27/2021	MÔNICA NUNES ZANELLA ALFRÊDO	EDUARDO GASPARINO	NIVAIR MARIA LEVISKI	RODRIGO CANOVA	614731
107/2023	RÔMULO AUGUSTO DO AMARAL KWIRANT	EDUARDO GASPARINO	JOSÉ KNOPFHOLZ	RODRIGO CANOVA	9082134
106/2023	RÔMULO AUGUSTO DO AMARAL KWIRANT	EDUARDO GASPARINO	JOSÉ KNOPFHOLZ	RODRIGO CANOVA	9081746
104/2022	MARIANA CAMILA BORGES SKRABA	EDUARDO GASPARINO	FERNANDA CAMILO DE ARAUJO	TATIANA RESENDE LOPES	7883600
19/2024	MÔNICA NUNES ZANELLA ALFRÊDO	EDUARDO GASPARINO	DANIELE ROMANIUK MACHADO DUMAS	SAMUEL PEREIRA DO VALE NETO	9709920

Art. 2º Os gestores serão responsáveis pela gestão integral dos contratos, com atribuições e função de administrar o instrumento, assegurando o cumprimento dos termos estabelecidos, a adequação dos serviços prestados e o alcance dos objetivos contratuais, devendo, além de outras obrigações legais, observar as atribuições contidas nos instrumentos contratuais e/ou nos termos de referência acima citados.
Art. 3º Os fiscais técnicos serão responsáveis pela fiscalização técnica e operacional do cumprimento das obrigações contratuais, assegurando a qualidade técnica, acompanhando e fiscalizando os serviços prestados, e deverão reportar quaisquer irregularidades à Secretaria de Licitações, Contratos e Convênios, bem como, além de outras obrigações legais, observar as atribuições contidas nos instrumentos contratuais e/ou nos termos de referência acima citados.
Art. 4º Dê-se ciência do conteúdo desta Portaria aos gestores e fiscais técnicos indicados.
Art. 5º Em havendo alteração/substituição de Fiscal Técnico, comunique-se a esta Secretaria de Licitação para que proceda à alteração da designação. Da mesma forma, havendo necessidade de designações para outros contratos, proceda-se edição de novo ato.
Art. 6º Ao final, publique-se

Curitiba, 29 de fevereiro de 2024.

HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO
Secretário de Licitações, Contratos e Convênios

PORTARIA Nº 01/2024 - SG-SLCC

O Secretário de Licitações, Contratos e Convênios, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial das delegadas pelo art. 9º do Decreto Judiciário TJ/PR nº 53/2021 - P-GP (https://www.tjpr.jus.br/legislacao-atos-normativos/-/atos/documento/4622252), com a redação conferida pelo Decreto Judiciário TJ/PR nº 66/2024 P-GP (10027317), considerando a necessidade de designação formal dos gestores e fiscais técnicos (titulares e substitutos) para o exercício da gestão e fiscalização das contratações geridas pela Coordenadoria de Licitações e Compras Diretas

R E S O L V E :

Art. 1º Designar os seguintes gestores e fiscais técnicos abaixo indicados:

Dispensa nº	Protocolo SEI	Empresa	Objeto	Gestor(a)	Gestor (a) Suplente	Fiscal Técnico	Fiscal Técnico Suplente
10/2024	0145098-37.2023.8.16.6000	MARCIO SANDRO MALLET PEZARIM CNPJ 04.743.532/0001-70	Aquisição de pins metálicos personalizados	**Melissa Oliveira Souza Züge** Matrícula 14710	**Guilherme Correa Virtuoso** Matrícula 19638	**Daniele Romaniuk Machado Dumas** Matrícula 18688	**Aline Teles dos Santos** Matrícula 285643

Art. 2º. Os gestores titulares serão responsáveis pela gestão integral da contratação, assegurando o cumprimento dos termos estabelecidos, a qualidade dos serviços entregues/prestados e o alcance dos objetivos contratuais, dentre outras obrigações legais e contratuais, com relação à(s) empresa(s) contratada(s).
Art. 3º Os fiscais técnicos titulares serão responsáveis pela fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais, zelando pela qualidade e conformidade dos serviços entregues/prestados, e deverão reportar quaisquer irregularidades aos gestores designados pela Secretaria de Licitações, Contratos e Convênios, além de, dentre outras obrigações legais e contratuais, com relação à(s) empresa(s) contratada(s).
Art. 4º Dê-se ciência do conteúdo desta Portaria aos gestores e fiscais técnicos, estes últimos por Mensageiro, devendo tal comunicação ser acostada neste expediente.
Art. 5º Em havendo alteração de gestor e/ou fiscal técnico, comunique-se esta Secretaria de Licitações, Contratos e Convênios para as providências necessárias à substituição.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2024.

Hermes Ribeiro da Fonseca Filho
Secretário de Licitações, Contratos e Convênios

PORTARIA Nº 02/2024 - SG-SLCC

O Secretário de Licitações, Contratos e Convênios, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial das delegadas pelo art. 9º do Decreto Judiciário TJ/PR nº 53/2021 - P-GP (https://www.tjpr.jus.br/legislacao-atos-normativos/-/atos/documento/4622252), com a redação conferida pelo Decreto Judiciário TJ/PR nº 66/2024 P-GP (10027317), considerando a necessidade de designação formal dos gestores e fiscais técnicos (titulares e substitutos) para o exercício da gestão e fiscalização das contratações geridas pela Coordenadoria de Licitações e Compras Diretas

R E S O L V E :

Art. 1º Designar os seguintes gestores e fiscais técnicos abaixo indicados:

Dispensa nº	Protocolo SEI	Empresas adjudicadas	Objeto	Gestor(a)	Gestor (a) Suplente	Fiscal Técnico	Fiscal Técnico Suplente
240/2023	0077842-77.2023.8.16.6000	**Dental MED Sul Artigos Odontológicos LTDA** CNPJ 02.477.571/0001-47 **Odonto Tche - Comércio de Produtos e Equipamentos Odontológicos LTDA** CNPJ 00.174.282/0001-43 **Altermed Material Médico Hospitalar LTDA** CNPJ 00.802.002/0001-02 **Dental Prime - Produtos Odontológicos Médicos Hospitalares LTDA** CNPJ 21.504.525/0001-34 **Pontamed Farmacêutica LTDA** CNPJ 02.816.696/0001-54	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDIMENTOS MÉDICOS	**Melissa Oliveira Souza Züge** Matrícula 14710	**Guilherme Correa Virtuoso** Matrícula 19638	**Fernanda Camilo de Araújo** Matrícula 14471	**Nivair Maria Levisky** Matrícula 6610

Art. 2º. Os gestores titulares serão responsáveis pela gestão integral da contratação, assegurando o cumprimento dos termos estabelecidos, a qualidade dos serviços entregues/prestados e o alcance dos objetivos contratuais, dentre outras obrigações legais e contratuais, com relação à(s) empresa(s) contratada(s).
Art. 3º Os fiscais técnicos titulares serão responsáveis pela fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais, zelando pela qualidade e conformidade dos serviços entregues/prestados, e deverão reportar quaisquer irregularidades aos gestores designados pela Secretaria de Licitações, Contratos e Convênios, além de, dentre outras obrigações legais e contratuais, com relação à(s) empresa(s) contratada(s).
Art. 4º Dê-se ciência do conteúdo desta Portaria aos gestores e fiscais técnicos, estes últimos por Mensageiro, devendo tal comunicação ser acostada neste expediente.
Art. 5º Em havendo alteração de gestor e/ou fiscal técnico, comunique-se esta Secretaria de Licitações, Contratos e Convênios para as providências necessárias à substituição.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2024.

Hermes Ribeiro da Fonseca Filho
Secretário de Licitações, Contratos e Convênios

Secretaria

Secretaria Geral

Vice-Secretaria Geral

Departamento da Magistratura

Processos do Órgão Especial

Processos do Conselho da Magistratura

T R I B U N A L D E J U S T I Ç A
DEPARTAMENTO DA MAGISTRATURA
DIVISÃO DE JULGADOS DO ÓRGÃO ESPECIAL ADMINISTRATIVO E CONSELHO DA MAGISTRATURA DO DEPARTAMENTO DA MAGISTRATURA

Relação Nº 04/2024

PROCESSOS A SEREM JULGADOS PELO CONSELHO DA MAGISTRATURA NA SESSÃO DO DIA 22/03/2024, ÀS 13:30hs, NA SALA DESEMBARGADOR CLOTÁRIO PORTUGAL, OU SESSÕES SUBSEQUENTES, A SEREM REALIZADAS NO FORMATO PRESENCIAL
Senhor(a) Advogado(a): De acordo com a Instrução Normativa nº 05, de 29 de abril de 2020, a sessão de julgamento também ocorrerá pelo sistema de videoconferência, via plataforma oficial fornecida pelo Conselho Nacional de Justiça denominada Cisco Webex Meetings, com acompanhamento público pelo canal TJPR - Sessões no Youtube (https://www.youtube.com/channel/UCK-nMIsIrteS6Ol5AZF5RTg/featured). Pela peculiaridade do Sistema SEI, o pedido de inscrição para sustentação oral deverá ser juntado pelo advogado no respectivo feito, em até 24 horas antes do início da sessão. Todas as orientações constam na citada instrução. Publicação com observância ao contido no artigo 272, § 2º., do C.P.C..

1 - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SEI Nº 0144304-50.2022.8.16.6000
ASSUNTO: CONSULTA
INTERESSADO: Associação dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná - Assejepar
RELATOR: Des. Luiz Fernando Keppen - Presidente
22.09.2023 - ADIADO
06.10.2023 - ADIADO
20.10.2023 - ADIADO
10.11.2023 - SESSÃO SUSPENSA - PORT. Nº 15722/2023 - D.M.
24.11.2023 - ADIADO
09.02.2024 - SESSÃO SUSPENSA - PORT. Nº 1903/2024 - D.M.
23.02.2024 - ADIADO
08.03.2024 - SESSÃO SUSPENSA - PORT. Nº 3296/2024 - D.M.

2 - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SEI Nº 0156903-84.2023.8.16.6000
ASSUNTO: DESIGNAÇÃO
COMARCA: Coronel Vivida - Cartório Cível
PROPONENTE: Juíza de Direito Diretora do Fórum
INTERESSADO: Ana Maria Schulz Auache
RELATOR: Des. Hamilton Mussi Correa - Corregedor - Geral da Justiça

3 - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SEI Nº 0015726-06.2021.8.16.6000
ASSUNTO: PROPOSIÇÃO
COMARCA: Ampére
PROPONENTE: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
INTERESSADO: Deputado Estadual Paulo Litro
RELATOR: Des. Luiz Fernando Keppen - Presidente

Curitiba, 12/03/2024.

Departamento de Gestão de Recursos Humanos

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DIREÇÃO DO FÓRUM DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

EDITAL N° 395/2024
SEI!TJPR N° 0008468-37.2024.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.

1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando do 1º (primeiro) ao 8º (oitavo) semestre no ato da inscrição.

1.2.1. Na classificação final constarão todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima.

1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.

1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:

2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;

2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.

2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.

3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.

3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R$ 1.576,26 (mil quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).

3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.

3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.

4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico http://tjpr.mestregr.com.br/.

4.3. As inscrições estarão disponíveis das 12h00min de 12/03/2024 às 17h00min de 23/03/2024.

4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.

4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.

4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.

4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.

4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.

4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.

4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.

5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.

5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

5.2. A prova será realizada na modalidade à distância, e ficará disponível em 27/03/2024, das 14h00min às 17h00min.

5.2.1. A prova on-line terá duração máxima de 03h00min.

5.3. A prova on-line será composta por 8 (oito) questões objetivas avaliadas em 1 (um) ponto cada e 2 (duas) questões discursivas avaliadas em 1 (um) ponto cada.

5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.

5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.

5.6. Compete ao candidato acompanhar a divulgação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à realização da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

6. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

6.1. Para realização da prova on-line o candidato deverá seguir as orientações de acesso à plataforma conforme a página do processo seletivo.

6.1.1. As provas ficarão disponíveis na plataforma junto ao menu **ATIVIDADES**, mediante acesso ao endereço eletrônico http://mgr.mestregr.com.br/ com login e senha cadastrados no formulário de inscrição.

6.2. O candidato deverá certificar-se previamente dos seguintes requisitos mínimos de tecnologia:

a) Microcomputador (desktop ou notebook);
b) Navegadores Mozilla Firefox, Google Chrome ou Microsoft Edge atualizados;
c) Teclado Português (Brasil ABNT ou ABNT 2);
d) Acesso ininterrupto à internet mediante conexão de dados de pelo menos 1mbps.
e) Dispositivo para captura e gravação de imagens em tempo real (webcam).

6.3. É de inteira responsabilidade do candidato a adequação dos dispositivos de acesso à plataforma com as configurações mínimas estipuladas.

6.3.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por eventuais inconformidades decorrentes da utilização de aparato tecnológico diferente do especificado, por problemas de ordem técnica, quedas de conexão e/ou energia durante a realização das provas.

6.4. A plataforma on-line dispõe de mecanismos de segurança que poderão ser utilizados durante a realização da prova, como o travamento de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.

6.5. Será obrigatória a utilização de webcam durante a realização da prova escrita.

6.5.1. Durante a realização da prova serão obtidas fotos em curtos intervalos de tempo, que serão armazenadas em sigilo junto à plataforma para posterior análise.

6.6. O candidato deverá certificar-se que o ambiente em que realizará a prova fique isolado do contato com outras pessoas, sob pena de eliminação do processo seletivo.

6.7. A contagem do tempo para resolução das questões da prova terá início quando o candidato clicar no ícone COMEÇAR **AGORA**.

6.7.1. A partir do início da resolução das questões, não será possível interromper a contagem do tempo previsto para duração da prova.

6.8. Ao responder todas as questões, o candidato deverá clicar no ícone ENTREGAR **AGORA!**.

6.9. Será eliminado do processo seletivo o candidato que se utilizar de meios ilícitos para obter vantagem na realização da prova (consulta a materiais não previstos neste edital, utilização de outros aparelhos eletrônicos, telefones celulares, consulta a candidatos ou a outras pessoas, repasse de informações, entre outros julgados impróprios pela Administração).

6.9.1. A prova poderá ser bloqueada após tentativa de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.

6.10. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza pela resolução da prova on-line não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

7. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

7.1. A classificação da prova on-line considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, a todos os candidatos que atingirem a nota mínima.

7.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, serão convocados para entrevista todos aqueles empatados com a mesma nota do último classificado.

7.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.

7.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.
7.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.
7.4. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.
7.5. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

8. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, a todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima, bem como respeitada a reserva de vagas.
8.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.
8.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.
8.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.
8.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

9. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

9.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:
9.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
9.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
9.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
9.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
9.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
9.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
9.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
9.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
9.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

10. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

10.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
10.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
10.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
10.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
10.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
10.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
10.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
10.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
10.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
10.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
10.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
10.7.1. documento de Registro Geral (RG);
10.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
10.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
10.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
10.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

11. DAS VEDAÇÕES

11.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
11.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
11.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
11.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
11.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
11.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
11.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
11.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estagio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.
11.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
11.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
11.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
11.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
11.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.

12. DA DESCLASSIFICAÇÃO

12.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
12.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
12.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
12.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
12.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
12.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
12.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
12.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
12.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
12.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

13. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

13.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.

13.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
13.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.
14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
14.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
14.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
14.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
14.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
14.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
14.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
14.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
Lei n. 9.099/1995 e Lei n. 12.153/2009.

Curitiba, 11 de março de 2024.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado, em exercício
Coordenadoria de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA DE PITANGA

EDITAL N° 467/2024
SEI!TJPR N° 0025691-03.2024.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.
1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.
1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de pós-graduação em Direito.
1.2.1. Na classificação final constarão apenas os 10 (dez) melhores classificados.
1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.
1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).
2. DA RESERVA DE VAGAS
2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:
2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;
2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.
2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.
3. DO ESTÁGIO
3.1. O estudante de nível superior de pós-graduação terá carga horária de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.
3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.
3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de pós-graduação será de R$ 3.198,21 (três mil cento e noventa e oito reais e vinte e um centavos).
3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.
3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).
3.6. Em casos excepcionais de licença à funcionária gestante, o Tribunal de Justiça poderá celebrar termo de compromisso cuja vigência será de 180 (cento e oitenta) dias não prorrogáveis.
4. DAS INSCRIÇÕES
4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.
4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico http://tjpr.mestregr.com.br/.
4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 5 (cinco) dias na plataforma MestreGR.
4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.
4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.
4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.
4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.
4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.
4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.
4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
5. DAS PROVAS
5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.
5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.
5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
5.2. A prova será composta por 10 (dez) questões objetivas avaliadas em 0,5 (zero vírgula cinco) ponto cada e 2 (duas) questões discursivas avaliadas em 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada.
5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento.
5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.
5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.
5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.
5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.
5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.
5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 04h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.
5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.
5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.
5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;
5.12.2. utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).

6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, limitado aos 10 (dez) melhores classificados.
6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, serão convocados para entrevista todos aqueles empatados com a mesma nota do último classificado.
6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.
6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.
6.2.1. Na hipótese de não haver suprido o número de classificados após a etapa da entrevista, a critério da unidade, poderão ser feitas novas convocações até que constem todos os candidatos dentro do limite estabelecido no item 7.1, observada a ordem de classificação.
6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.
6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, limitada apenas aos 10 (dez) melhores classificados, bem como respeitada a reserva de vagas.
7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.
7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.
7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.
7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:
8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6. diploma do curso superior (frente e verso) ou Certificado de conclusão do curso acompanhado do histórico escolar;
8.1.7. licenciamento do Órgão de Classe ou pedido protocolizado na OAB (formados em direito);
8.1.8. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.9. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.10. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.11. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estagio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.

11. DA DESCLASSIFICAÇÃO

11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;

11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.
12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO
12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.
13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
Direito Constitucional: Título I e II da Constituição Federal.
Direito Civil: Parte Geral: Livro III (Títulos I e IV). Parte Especial: Livro III (Título I, II e III), todos do Código Civil.
Direito Processual Civil: Parte Geral do CPC e Parte Especial, Livro I (Título I e II) e Livro II (Título I), ambos do Código de Processo Civil.
Direito Penal: Parte Geral do Código Penal.
Direito Processual Penal: Livro I do Código de Processo Penal.
Leis Esparsas: Lei n. 9.099/95; 12.153/09 e 8.078/90.

Curitiba, 11 de março de 2024.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado, em exercício
Coordenadoria de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL DE MARINGÁ

EDITAL N° 465/2024
SEI!TJPR N° 0025061-44.2024.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.
1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.
1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando do 5º (quinto) ao 7º (sétimo) semestre no ato da inscrição.
1.2.1. Na classificação final constarão apenas os 10 (dez) melhores classificados.
1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.
1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).
2. DA RESERVA DE VAGAS
2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:
2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;
2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.
2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.
3. DO ESTÁGIO
3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.
3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.
3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R$ 1.576,26 (mil e quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).
3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.
3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).
4. DAS INSCRIÇÕES
4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.
4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico http://tjpr.mestregr.com.br/.
4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 5 (cinco) dias na plataforma MestreGR.
4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.
4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.
4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.
4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.
4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.
4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.
4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
5. DAS PROVAS
5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.
5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.
5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
5.2. A prova será composta por 5 (cinco) questões objetivas avaliadas em 0,8 (zero vírgula oito) ponto cada e 4 (quatro) questões discursivas avaliadas em 1,5 (um vírgula cinco) ponto cada.

5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento.
5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.
5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.
5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.
5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.
5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.
5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 03h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.
5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.
5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.
5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:
5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;
5.12.2. utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).

6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, a todos os candidatos que atingirem a nota mínima.
6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, serão convocados para entrevista todos aqueles empatados com a mesma nota do último classificado.
6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.
6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.
6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.
6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, limitada apenas aos 10 (dez) melhores classificados, bem como respeitada a reserva de vagas.
7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.
7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.
7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.
7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:
8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estagio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na

hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.
11. DA DESCLASSIFICAÇÃO
11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.
12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO
12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.
13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
Direito Civil: Direito Civil e Constituição. Pessoa natural e Direitos da personalidade. Pessoa jurídica. Bens. Fatos, Atos e Negócios Jurídicos: formação, validade, eficácia e elementos. Prescrição e Decadência. Teoria Geral das Obrigações. Atos Unilaterais. Teoria do Contrato. Contratos em espécie. Teoria da Responsabilidade civil. Modalidades de Responsabilidade civil e reparação. Posse. Direitos Reais. Leis Civis Especiais. Lei 8.078/1990.
Processo Civil: Das normas fundamentais do processo civil e da aplicação das normas processuais. Princípios constitucionais e infraconstitucionais do processo civil. Jurisdição. Dos limites da Jurisdição Nacional e da Cooperação internacional. Competência. Critérios de fixação e de modificação. Conexão. Continência. Prevenção. Dos sujeitos do processo. Das partes e dos procuradores e dos respectivos deveres. Da capacidade processual. Das despesas, dos honorários advocatícios e das multas. Da gratuidade de justiça. Sucessão das partes e dos procuradores. Ação. Processo. Pressupostos processuais. Do juiz e dos auxiliares da Justiça. Atos processuais. Forma, tempo e lugar. Dos pronunciamentos do órgão jurisdicional. Regime de invalidades processuais. Prazos. Preclusões. Comunicação dos atos processuais. Partes e terceiros no processo civil. Conceito. Litisconsórcio. Modalidades de intervenção de terceiros. Tutela Provisória de Urgência e de Evidência. Da formação, da suspensão e da extinção do processo. Procedimento comum. Petição inicial. Da improcedência liminar do pedido. Audiência de conciliação ou de mediação. Resposta do réu. Contestação e reconvenção. Revelia. Providências preliminares e do saneamento. Julgamento conforme o estado do processo. Da audiência de Instrução e Julgamento. Provas, disposições gerais. Ônus da prova. Sentença. Elementos, conteúdo e efeitos. Vícios das sentenças. Coisa julgada. Limites subjetivos e objetivos. Remessa necessária. Recursos. Ação rescisória e outras demandas autônomas de impugnação. Execução de Título Extrajudicial. Cumprimento da sentença.
Direito do Consumidor: Direitos do consumidor. Disposições gerais. Política nacional de relações de consumo. Direitos básicos do consumidor. Qualidade de produtos e serviços. Prevenção e reparação dos danos. Proteção à saúde e à segurança. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Responsabilidade por vício do produto e do serviço. Decadência e prescrição. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Disposições gerais. Oferta. Publicidade. Práticas abusivas. Cobrança de dívidas. Bancos de dados. Cadastros de consumidores. Proteção contratual. Disposições gerais. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão. Superendividamento. Sanções administrativas. Súmulas e precedentes vinculantes do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.
Direito Empresarial: Origens e história do Direito Comercial. Teoria dos atos de comércio. Teoria da empresa e atividade empresarial e mercado. O Direito Civil e o Direito Comercial: autonomia ou unificação. Fontes. Direito de Empresa no Código Civil. A empresa e o empresário. Noção econômica e jurídica de empresa. Empresário e sociedade empresária. A atividade empresarial. Capacidade. Empresário rural. Obrigações gerais dos empresários. Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins. Escrituração e demonstrações contábeis periódicas. Estabelecimento e nome empresarial. Teoria Geral do Direito Societário. Ato constitutivo das sociedades. Classificação das sociedades. Da sociedade não personificada e personificada. Sociedades simples e sociedades empresárias. Registro Público das sociedades. Sociedade rural. Desconsideração da personalidade jurídica. Sociedade limitada. Teoria Geral dos Títulos de Crédito. Títulos de crédito no Código Civil. Letra de câmbio, nota promissória, cheque, duplicata. Títulos de crédito impróprios. Títulos bancários. Títulos do agronegócio. Títulos eletrônicos ou virtuais. Contratos bancários.

Curitiba, 11 de março de 2024.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado, em exercício
Coordenadoria de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DO CEMSU DA COMARCA DE PATO BRANCO

EDITAL N° 464/2024
SEI!TJPR N° 0030383-45.2024.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.
1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.
1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de pós-graduação em Psicologia.
1.2.1. Na classificação final constarão apenas os 5 (cinco) melhores classificados.
1.3. O processo seletivo terá validade de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.
1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).
2. DA RESERVA DE VAGAS
2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:
2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;
2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.
2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.
3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de pós-graduação terá carga horária de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.
3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (onze reais) por dia efetivamente estagiado.
3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de pós-graduação será de R$ 3.198,21 (três mil cento e noventa e oito reais e vinte e um centavos).
3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.
3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).
3.6. Em casos excepcionais de licença à funcionária gestante, o Tribunal de Justiça poderá celebrar termo de compromisso cuja vigência será de 180 (cento e oitenta) dias não prorrogáveis.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.
4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico http://tjpr.mestregr.com.br/.
4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 2 (dois) dias na plataforma MestreGR.
4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.
4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.
4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.
4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.
4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.
4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.
4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.
5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.
5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
5.2. A prova será composta por 5 (cinco) questões objetivas avaliadas em 1 (um) ponto cada e 2 (duas) questões discursivas avaliadas em 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada.
5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento.
5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.
5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.
5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.
5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.
5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.
5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 02h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.
5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.
5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.
5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:
5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;
5.12.2. utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).

6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, limitado aos 5 (cinco) melhores classificados.
6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, será utilizado critério de desempate (data de nascimento).
6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.
6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.
6.2.1. Na hipótese de não haver suprido o número de classificados após a etapa da entrevista, a critério da unidade, poderão ser feitas novas convocações até que constem todos os candidatos dentro do limite estabelecido no item 7.1, observada a ordem de classificação.
6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.
6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, limitada apenas aos 5 (cinco) melhores classificados, bem como respeitada a reserva de vagas.
7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.
7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.
7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.
7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:
8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6. diploma do curso superior (frente e verso) ou Certificado de conclusão do curso acompanhado do histórico escolar;
8.1.7. licenciamento do Órgão de Classe ou pedido protocolizado na OAB (formados em direito);
8.1.8. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.9. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.10. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.11. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.

9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estagio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.

11. DA DESCLASSIFICAÇÃO

11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n° 8.069/90).
Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) com as alterações promovidas pela Lei nº 14.423/2022.
Lei nº 12.594/2012 (Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional).
Lei Ordinária nº 20.442/2020-PR (Institui o sistema estadual de medidas socialmente úteis).
Oficinas de Divórcio e Parentalidade - CNJ.
Resolução nº 288/2019 - CNJ.
Resolução nº 253/2018 - CNJ.
Resolução nº225/2016 CNJ.
Código de Ética profissional do Psicólogo.

Curitiba, 11 de março de 2024.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado, em exercício
Coordenadoria de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA DIREÇÃO DO FÓRUM
DA COMARCA DE SALTO DO LONTRA

EDITAL N° 463/2024

SEI!TJPR N° 0028444-30.2024.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.

1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando a partir do 1º (primeiro) semestre no ato da inscrição.

1.2.1. Na classificação final constarão todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima.

1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.

1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:

2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;

2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.

2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.

3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.

3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R$ 1.576,26 (mil quinhentos e setenta seis reais e vinte e seis centavos).

3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.

3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.

4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico http://tjpr.mestregr.com.br/.

4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 10 (dez) dias na plataforma MestreGR.

4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.

4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.

4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.

4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.

4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.

4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.

4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá uma única fase.

5.1.1. Na fase única será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.

5.2. A prova será composta por 8 (oito) questões objetivas avaliadas em 0,75 (zero vírgula zero zero) ponto(s) cada e 2 (duas) questões discursivas avaliadas em 2 (dois) pontos cada.

5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento.

5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.

5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.

5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.

5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.

5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.

5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 02h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.

5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.

5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;

5.12.2. utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).

6. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

6.1. A classificação final do processo seletivo considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, a todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima, bem como respeitada a reserva de vagas.

6.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.

6.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.

6.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.

6.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

7. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

7.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:

7.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);

7.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

7.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;

7.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;

7.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;

7.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;

7.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;

7.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;

7.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

8. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

8.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.

8.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
8.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
8.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
8.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
8.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
8.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
8.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
8.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
8.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
8.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
8.7.1. documento de Registro Geral (RG);
8.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
8.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
8.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
8.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

9. DAS VEDAÇÕES

9.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
9.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
9.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
9.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
9.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
9.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
9.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
9.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estagio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.
9.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
9.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
9.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
9.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
9.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.

10. DA DESCLASSIFICAÇÃO

10.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
10.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
10.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
10.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
10.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
10.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
10.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
10.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
10.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
10.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

11. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

11.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
11.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
11.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
12.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
12.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
12.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
12.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
12.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
12.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
Direito Penal - Crimes Contra a Vida.
Direito Constitucional - Direitos Fundamentais.
Direito Administrativo - Crimes Contra a Administração Púbica.
Processo Civil - Atos de Intimação e Citação.
Lei 9099/95.

Curitiba, 11 de março de 2024.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado, em exercício
Coordenadoria de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA DIREÇÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE SERTANÓPOLIS

EDITAL Nº 458/2024
SEI!TJPR Nº 0030923-93.2024.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução

nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.

1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando do 1º (primeiro) ao 8º (oitavo) semestre no ato da inscrição.

1.2.1. Na classificação final constarão apenas os 5 (cinco) melhores classificados.

1.3. O processo seletivo terá validade de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.

1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:

2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;

2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.

2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.

3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.

3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R$ 1.576,26 (mil e quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).

3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.

3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.

4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico http://tjpr.mestregr.com.br/.

4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 8 (oito) dias na plataforma MestreGR.

4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.

4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.

4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.

4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.

4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.

4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.

4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.

5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.

5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

5.2. A prova será composta por 2 (duas) questões discursivas avaliadas em 3 (três) pontos cada e 1 (uma) questão discursiva avaliada em 4 (quatro) pontos.

5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento.

5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.

5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.

5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.

5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.

5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.

5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 02h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.

5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.

5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;

5.12.2. utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).

6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, limitado aos 5 (cinco) melhores classificados.

6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, serão convocados para entrevista todos aqueles empatados com a mesma nota do último classificado.

6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.

6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.

6.2.1. Na hipótese de não haver suprido o número de classificados após a etapa da entrevista, a critério da unidade, poderão ser feitas novas convocações até que constem todos os candidatos dentro do limite estabelecido no item 7.1, observada a ordem de classificação.

6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.

6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, limitada apenas aos 5 (cinco) melhores classificados, bem como respeitada a reserva de vagas.

7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.

7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.

7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.

7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:

8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);

8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;

8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;

8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estagio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.

11. DA DESCLASSIFICAÇÃO

11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
Lei nº 9.099/1995 - Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.
Lei nº 12.153/2009 - Lei dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.
Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha.
Decreto-Lei nº 3.689/41 - Código de Processo Penal (art. 1º ao art. 68; e art. 251 ao art. 497).
Decreto-Lei nº 2.848/40 - Código Penal (art. 1º ao art. 120).

Curitiba, 11 de março de 2024.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado, em exercício
Coordenadoria de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUIZ DE DIREITO DA TURMA
RECURSAL LEO HENRIQUE FURTADO ARAUJO

EDITAL N° 457/2024
SEI!TJPR N° 0031724-09.2024.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.

1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando do 4º (quarto) ao 8º (oitavo) semestre no ato da inscrição.

1.2.1. Na classificação final constarão apenas os 10 (dez) melhores classificados.

1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.

1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:

2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;

2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.

2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.

3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.

3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R$ 1.576,26 (mil quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).

3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.

3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.

4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico http://tjpr.mestregr.com.br/.

4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 5 (cinco) dias na plataforma MestreGR.

4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.

4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.

4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.

4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.

4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.

4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.

4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.

5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.

5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

5.2. A prova será realizada na modalidade à distância, e ficará disponível em data e horário a serem divulgados por meio de Edital de Ensalamento.

5.2.1. A prova on-line terá duração máxima de 04h00min.

5.3. A prova on-line será composta por 10 (dez) questões objetivas avaliadas em 0,2 (zero vírgula dois) ponto cada e 2 (duas) questões discursivas avaliadas em 2 (dois) pontos cada.

5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.

5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.

5.6. Compete ao candidato acompanhar a divulgação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à realização da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

6. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

6.1. Para realização da prova on-line o candidato deverá seguir as orientações de acesso à plataforma conforme a página do processo seletivo.

6.1.1. As provas ficarão disponíveis na plataforma junto ao menu **ATIVIDADES**, mediante acesso ao endereço eletrônico http://mgr.mestregr.com.br/ com login e senha cadastrados no formulário de inscrição.

6.2. O candidato deverá certificar-se previamente dos seguintes requisitos mínimos de tecnologia:

a) Microcomputador (desktop ou notebook);

b) Navegadores Mozilla Firefox, Google Chrome ou Microsoft Edge atualizados;

c) Teclado Português (Brasil ABNT ou ABNT 2);

d) Acesso ininterrupto à internet mediante conexão de dados de pelo menos 1mbps.

e) Dispositivo para captura e gravação de imagens em tempo real (webcam).

6.3. É de inteira responsabilidade do candidato a adequação dos dispositivos de acesso à plataforma com as configurações mínimas estipuladas.

6.3.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por eventuais inconformidades decorrentes da utilização de aparato tecnológico diferente do especificado, por problemas de ordem técnica, quedas de conexão e/ou energia durante a realização das provas.

6.4. A plataforma on-line dispõe de mecanismos de segurança que poderão ser utilizados durante a realização da prova, como o travamento de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.

6.5. Será obrigatória a utilização de webcam durante a realização da prova escrita.

6.5.1. Durante a realização da prova serão obtidas fotos em curtos intervalos de tempo, que serão armazenadas em sigilo junto à plataforma para posterior análise.

6.6. O candidato deverá certificar-se que o ambiente em que realizará a prova fique isolado do contato com outras pessoas, sob pena de eliminação do processo seletivo.

6.7. A contagem do tempo para resolução das questões da prova terá início quando o candidato clicar no ícone COMEÇAR **AGORA**.

6.7.1. A partir do início da resolução das questões, não será possível interromper a contagem do tempo previsto para duração da prova.

6.8. Ao responder todas as questões, o candidato deverá clicar no ícone ENTREGAR **AGORA!**.

6.9. Será eliminado do processo seletivo o candidato que se utilizar de meios ilícitos para obter vantagem na realização da prova (consulta a materiais não previstos neste edital, utilização de outros aparelhos eletrônicos, telefones celulares, consulta a candidatos ou a outras pessoas, repasse de informações, entre outros julgados impróprios pela Administração).

6.9.1. A prova poderá ser bloqueada após tentativa de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.

6.10. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza pela resolução da prova on-line não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

7. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

7.1. A classificação da prova on-line considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, limitado aos 10 (dez) melhores classificados.

7.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, será utilizado critério de desempate (data de nascimento).

7.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.

7.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.

7.2.1. Na hipótese de não haver suprido o número de classificados após a etapa da entrevista, a critério da unidade, poderão ser feitas novas convocações até que constem todos os candidatos dentro do limite estabelecido no item 7.1, observada a ordem de classificação.
7.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.
7.4. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.
7.5. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

8. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, limitada apenas aos 10 (dez) melhores classificados, bem como respeitada a reserva de vagas.
8.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.
8.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.
8.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.
8.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

9. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

9.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:
9.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
9.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
9.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
9.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
9.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
9.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
9.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
9.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
9.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

10. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

10.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
10.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
10.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
10.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
10.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
10.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
10.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
10.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
10.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
10.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
10.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
10.7.1. documento de Registro Geral (RG);
10.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
10.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
10.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
10.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

11. DAS VEDAÇÕES

11.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
11.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
11.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
11.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
11.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
11.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
11.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
11.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estagio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.
11.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
11.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
11.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
11.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
11.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.

12. DA DESCLASSIFICAÇÃO

12.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
12.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
12.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
12.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
12.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
12.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
12.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
12.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
12.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
12.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

13. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

13.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.

13.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
13.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.
14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
14.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
14.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
14.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
14.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
14.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
14.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
14.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
I. Direito Constitucional.
II. Direito Penal e Processual Penal.
III. Direito Civil e Processual Civil.
IV. Direito do Consumidor.
V. Lei 9.099/95.
VI. Lei 12.153/09.
VII. Enunciados do Fonaje e das Turmas Recursais do Estado do Paraná.

Curitiba, 11 de março de 2024.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado, em exercício
Coordenadoria de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA DIREÇÃO DO FÓRUM DO FORO REGIONAL DE PINHAIS DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

EDITAL N° 459/2024
SEI!TJPR N° 0032034-15.2024.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.
1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Psicologia, cursando do 3º (terceiro) ao 8º (oitavo) semestre no ato da inscrição.
1.2.1. Na classificação final constarão todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima.
1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.
1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).
DA RESERVA DE VAGAS
2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:
2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;
2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.
2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.
DO ESTÁGIO
3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.
3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.
3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de R$ 1.576,26 (mil quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).
3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.
3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).
DAS INSCRIÇÕES
4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.
4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico http://tjpr.mestregr.com.br/.
4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 5 (cinco) dias na plataforma MestreGR.
4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.
4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.
4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.
4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.
4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.
4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.
4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
DAS PROVAS
5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.
5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.
5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
5.2. A prova será realizada na modalidade à distância, e ficará disponível em data e horário a serem divulgados por meio de Edital de Ensalamento.
5.2.1. A prova on-line terá duração máxima de 02h30min.
5.3. A prova on-line será composta por 20 (vinte) questões objetivas avaliadas em 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) ponto cada e 5 (cinco) questões discursivas avaliadas em 1 (um) ponto cada.
5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.
5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.
5.6. Compete ao candidato acompanhar a divulgação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à realização da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS
6.1. Para realização da prova on-line o candidato deverá seguir as orientações de acesso à plataforma conforme a página do processo seletivo.
6.1.1. As provas ficarão disponíveis na plataforma junto ao menu **ATIVIDADES**, mediante acesso ao endereço eletrônico http://mgr.mestregr.com.br/ com login e senha cadastrados no formulário de inscrição.
6.2. O candidato deverá certificar-se previamente dos seguintes requisitos mínimos de tecnologia:
a) Microcomputador (desktop ou notebook);
b) Navegadores Mozilla Firefox, Google Chrome ou Microsoft Edge atualizados;
c) Teclado Português (Brasil ABNT ou ABNT 2);
d) Acesso ininterrupto à internet mediante conexão de dados de pelo menos 1mbps.
6.3. É de inteira responsabilidade do candidato a adequação dos dispositivos de acesso à plataforma com as configurações mínimas estipuladas.

6.3.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por eventuais inconformidades decorrentes da utilização de aparato tecnológico diferente do especificado, por problemas de ordem técnica, quedas de conexão e/ou energia durante a realização das provas.
6.4. A plataforma on-line dispõe de mecanismos de segurança que poderão ser utilizados durante a realização da prova, como o travamento de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.
6.5. O candidato deverá certificar-se que o ambiente em que realizará a prova fique isolado do contato com outras pessoas, sob pena de eliminação do processo seletivo.
6.6. A contagem do tempo para resolução das questões da prova terá início quando o candidato clicar no ícone COMEÇAR **AGORA**.
6.6.1. A partir do início da resolução das questões, não será possível interromper a contagem do tempo previsto para duração da prova.
6.7. Ao responder todas as questões, o candidato deverá clicar no ícone ENTREGAR **AGORA!**.
6.8. Será eliminado do processo seletivo o candidato que se utilizar de meios ilícitos para obter vantagem na realização da prova (consulta a materiais não previstos neste edital, utilização de outros aparelhos eletrônicos, telefones celulares, consulta a candidatos ou a outras pessoas, repasse de informações, entre outros julgados impróprios pela Administração).
6.8.1. A prova poderá ser bloqueada após tentativa de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.
6.9. Será eliminado do processo seletivo o candidato que se utilizar de meios ilícitos para obter vantagem na realização da prova (consulta a materiais não previstos neste edital, utilização de outros aparelhos eletrônicos, telefones celulares, consulta a candidatos ou a outras pessoas, repasse de informações, entre outros julgados impróprios pela Administração).
6.9.1. A prova poderá ser bloqueada após tentativa de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.
6.10. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza pela resolução da prova on-line não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

7.1. A classificação da prova on-line considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, a todos os candidatos que atingirem a nota mínima.
7.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, serão convocados para entrevista todos aqueles empatados com a mesma nota do último classificado.
7.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.
7.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.
7.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.
7.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, a todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima, bem como respeitada a reserva de vagas.
8.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.
8.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.
8.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.
8.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

9.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:
9.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
9.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
9.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
9.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
9.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
9.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
9.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
9.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
9.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

10.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
10.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
10.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
10.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
10.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
10.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
10.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
10.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
10.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
10.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
10.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
10.7.1. documento de Registro Geral (RG);
10.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
10.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
10.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
10.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

DAS VEDAÇÕES

11.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
11.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
11.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
11.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
11.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
11.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
11.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
11.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estagio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.

11.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
11.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
11.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
11.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
11.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.

DA DESCLASSIFICAÇÃO

12.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
12.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
12.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
12.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
12.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
12.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
12.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
12.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
12.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
12.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

13.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
13.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
13.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
14.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
14.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
14.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
14.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
14.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
14.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
1) Avaliação Psicológica e entrevista.
2) Código de Ética Profissional do Psicólogo.
3) Resolução CFP n 6/2019.
4) Nota técnica CRP 08 n 1/2023.
5) Estatuto da Criança e do Adolescente.
6) Código de Normas do Foro Judicial do TJ PR. Do Serviço Auxiliar da Infância e Juventude art 570 a 581.
7) Código Civil art 1583 até 1590.
8) Psicologia do desenvolvimento.

Curitiba, 11 de março de 2024.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado, em exercício
Coordenadoria de Gestão de Pessoal

Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUÍZO DA VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA DO FORO REGIONAL DE PIRAQUARA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

EDITAL N° 460/2024
SEI!TJPR N° 0031250-38.2024.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.
1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando do 1º (primeiro) ao 6º (sexto) semestre no ato da inscrição.
1.2.1. Na classificação final constarão todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima.
1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.
1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:
2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;
2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.
2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.
3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.
3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de R$ 1.576,26 (mil quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).
3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.
3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.
4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico http://tjpr.mestregr.com.br/.
4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 7 (sete) dias na plataforma MestreGR.
4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.
4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.
4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.

4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.
4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.
4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.
4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá uma única fase.
5.1.1. Na fase única será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.
5.2. A prova será realizada na modalidade à distância, e ficará disponível em data e horário a serem divulgados por meio de Edital de Ensalamento.
5.2.1. A prova on-line terá duração máxima de 02h00min.
5.3. A prova on-line será composta por 5 (cinco) questões objetivas avaliadas em 2 (dois) pontos cada.
5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.
5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.
5.6. Compete ao candidato acompanhar a divulgação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à realização da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

6. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

6.1. Para realização da prova on-line o candidato deverá seguir as orientações de acesso à plataforma conforme a página do processo seletivo.
6.1.1. As provas ficarão disponíveis na plataforma junto ao menu **ATIVIDADES**, mediante acesso ao endereço eletrônico http://mgr.mestregr.com.br/ com login e senha cadastrados no formulário de inscrição.
6.2. O candidato deverá certificar-se previamente dos seguintes requisitos mínimos de tecnologia:
a) Microcomputador (desktop ou notebook);
b) Navegadores Mozilla Firefox, Google Chrome ou Microsoft Edge atualizados;
c) Teclado Português (Brasil ABNT ou ABNT 2);
d) Acesso ininterrupto à internet mediante conexão de dados de pelo menos 1mbps.
6.3. É de inteira responsabilidade do candidato a adequação dos dispositivos de acesso à plataforma com as configurações mínimas estipuladas.
6.3.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por eventuais inconformidades decorrentes da utilização de aparato tecnológico diferente do especificado, por problemas de ordem técnica, quedas de conexão e/ou energia durante a realização das provas.
6.4. A plataforma on-line dispõe de mecanismos de segurança que poderão ser utilizados durante a realização da prova, como o travamento de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.
6.5. O candidato deverá certificar-se que o ambiente em que realizará a prova fique isolado do contato com outras pessoas, sob pena de eliminação do processo seletivo.
6.6. A contagem do tempo para resolução das questões da prova terá início quando o candidato clicar no ícone COMEÇAR **AGORA**.
6.6.1. A partir do início da resolução das questões, não será possível interromper a contagem do tempo previsto para duração da prova.
6.7. Ao responder todas as questões, o candidato deverá clicar no ícone ENTREGAR **AGORA!**.
6.8. Será eliminado do processo seletivo o candidato que se utilizar de meios ilícitos para obter vantagem na realização da prova (consulta a materiais não previstos neste edital, utilização de outros aparelhos eletrônicos, telefones celulares, consulta a candidatos ou a outras pessoas, repasse de informações, entre outros julgados impróprios pela Administração).
6.8.1. A prova poderá ser bloqueada após tentativa de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.
6.9. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza pela resolução da prova on-line não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A classificação final do processo seletivo considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, a todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima, bem como respeitada a reserva de vagas.
7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.
7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.
7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.
7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:
8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive,

por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estagio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.
11. DA DESCLASSIFICAÇÃO
11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.
12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO
12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.
13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
Código de Processo Civil.

Curitiba, 11 de março de 2024.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado, em exercício
Coordenadoria de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DA JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA KLÉIA BORTOLOTTI, DA 5ª SEÇÃO JUDICIÁRIA COM SEDE NO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

EDITAL N° 461/2024
SEI!TJPR N° 0032228-15.2024.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.
1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.
1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando do 4º (quarto) ao 8º (oitavo) semestre no ato da inscrição.
1.2.1. Na classificação final constarão apenas os 3 (três) melhores classificados.
1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.
1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).
2. DA RESERVA DE VAGAS
2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:
2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;
2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.
2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.
3. DO ESTÁGIO
3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.
3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.
3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R$ 1.576,26 (mil e quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).
3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.
3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).
4. DAS INSCRIÇÕES
4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.
4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico http://tjpr.mestregr.com.br/.
4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 7 (sete) dias na plataforma MestreGR.
4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.
4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.

4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.
4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.
4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.
4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.
4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.
5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.
5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
5.2. A prova será composta por 4 (quatro) questões discursivas avaliadas em 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada.
5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento.
5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.
5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.
5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.
5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.
5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.
5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 04h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.
5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.
5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.
5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:
5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;
5.12.2. utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).

6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, limitado aos 3 (três) melhores classificados.
6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, serão convocados para entrevista todos aqueles empatados com a mesma nota do último classificado.
6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.
6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.
6.2.1. Na hipótese de não haver suprido o número de classificados após a etapa da entrevista, a critério da unidade, poderão ser feitas novas convocações até que constem todos os candidatos dentro do limite estabelecido no item 7.1, observada a ordem de classificação.
6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.
6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, limitada apenas aos 3 (três) melhores classificados, bem como respeitada a reserva de vagas.
7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.
7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.
7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.
7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:
8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;

9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estagio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.

11. DA DESCLASSIFICAÇÃO

11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
Noções de Direito Constitucional; Noções de Direito Civil; Noções de Direito Processual Civil; Noções de Direito Tributário; Noções de Direito Penal; Noções de Direito Processual Penal; Lei de Execuções Fiscais e Língua Portuguesa.

Curitiba, 11 de março de 2024.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado, em exercício
Coordenadoria de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
CENTRAL DE MOVIMENTAÇÕES PROCESSUAIS - NÚCLEO DE CÁLCULOS E CONTAS PROCESSUAIS

EDITAL Nº 462/2024
SEI!TJPR Nº 0025674-64.2024.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.
1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de pós-graduação em Ciências Contábeis.
1.2.1. Na classificação final constarão todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima.
1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.
1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:
2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;
2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.
2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de pós-graduação terá carga horária de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.
3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 11,00 (onze reais e cinquenta centavos) por dia efetivamente estagiado.
3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de pós-graduação será de R$ 3.198,21 (três mil cento e noventa e oito reais e vinte e um centavos).
3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.
3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

3.6. Em casos excepcionais de licença à funcionária gestante, o Tribunal de Justiça poderá celebrar termo de compromisso cuja vigência será de 180 (cento e oitenta) dias não prorrogáveis.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.

4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico http://tjpr.mestregr.com.br/.

4.3. As inscrições estarão disponíveis das 00h00min de 13/03/2024 às 19h00min de 13/03/2024.

4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.

4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.

4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.

4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.

4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.

4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.

4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá uma única fase.

5.1.1. Na fase única será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.

5.2. A prova será realizada no modalidade à distância, e ficará disponível em 18/03/2024, das 15h00min às 17h00min.

5.2.1. A prova on-line terá duração máxima de 02h00min.

5.3. A prova on-line será composta por 20 (vinte) questões objetivas avaliadas em 0,5 (zero vírgula cinco) ponto cada.

5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.

5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.

5.6. Compete ao candidato acompanhar a divulgação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à realização da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

6. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

6.1. Para realização da prova on-line o candidato deverá seguir as orientações de acesso à plataforma conforme a página do processo seletivo.

6.1.1. As provas ficarão disponíveis na plataforma junto ao menu **ATIVIDADES**, mediante acesso ao endereço eletrônico http://mgr.mestregr.com.br/ com login e senha cadastrados no formulário de inscrição.

6.2. O candidato deverá certificar-se previamente dos seguintes requisitos mínimos de tecnologia:

a) Microcomputador (desktop ou notebook);

b) Navegadores Mozilla Firefox, Google Chrome ou Microsoft Edge atualizados;

c) Teclado Português (Brasil ABNT ou ABNT 2);

d) Acesso ininterrupto à internet mediante conexão de dados de pelo menos 1mbps.

6.3. É de inteira responsabilidade do candidato a adequação dos dispositivos de acesso à plataforma com as configurações mínimas estipuladas.

6.3.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por eventuais inconformidades decorrentes da utilização de aparato tecnológico diferente do especificado, por problemas de ordem técnica, quedas de conexão e/ou energia durante a realização das provas.

6.4. A plataforma on-line dispõe de mecanismos de segurança que poderão ser utilizados durante a realização da prova, como o travamento de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.

6.5. O candidato deverá certificar-se que o ambiente em que realizará a prova fique isolado do contato com outras pessoas, sob pena de eliminação do processo seletivo.

6.6. A contagem do tempo para resolução das questões da prova terá início quando o candidato clicar no ícone COMEÇAR **AGORA**.

6.6.1. A partir do início da resolução das questões, não será possível interromper a contagem do tempo previsto para duração da prova.

6.7. Ao responder todas as questões, o candidato deverá clicar no ícone ENTREGAR **AGORA!**.

6.8. Será eliminado do processo seletivo o candidato que se utilizar de meios ilícitos para obter vantagem na realização da prova (consulta a materiais não previstos neste edital, utilização de outros aparelhos eletrônicos, telefones celulares, consulta a candidatos ou a outras pessoas, repasse de informações, entre outros julgados impróprios pela Administração).

6.8.1. A prova poderá ser bloqueada após tentativa de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.

6.9. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza pela resolução da prova on-line não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A classificação final do processo seletivo considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, a todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima, bem como respeitada a reserva de vagas.

7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.

7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.

7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.

7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:

8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);

8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;

8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;

8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;

8.1.6. diploma do curso superior (frente e verso) ou Certificado de conclusão do curso acompanhado do histórico escolar;

8.1.7. licenciamento do Órgão de Classe ou pedido protocolizado na OAB (formados em direito);

8.1.8. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;

8.1.9. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;

8.1.10. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;

8.1.11. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.

9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.

9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.

9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.

9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.

9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.

9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.

9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.

9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estagio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.

11. DA DESCLASSIFICAÇÃO

11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
Contabilidade Geral.
Contabilidade de Custos.
Contabilidade Pública.
Ética e Legislação Profissional.
Matemática financeira.

Curitiba, 11 de março de 2024.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado, em exercício
Coordenadoria de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DO CÍVEL, DO CRIME E DO DISTRIBUIDOR
E ANEXOS DO JUÍZO ÚNICO DE CATANDUVAS

EDITAL N° 466/2024
SEI!TJPR N° 0030960-23.2024.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.
1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando do 1º (primeiro) ao 8º (oitavo) semestre no ato da inscrição.
1.2.1. Na classificação final constarão todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima.
1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.
1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:
2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;
2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as

competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.
2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.
3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.
3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de R$ 1.576,26 (mil quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).
3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.
3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.
4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico http://tjpr.mestregr.com.br/.
4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 10 (dez) dias na plataforma MestreGR.
4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.
4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.
4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.
4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.
4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.
4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.
4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.
5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.
5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
5.2. A prova será realizada na modalidade à distância, e ficará disponível em data e horário a serem divulgados por meio de Edital de Ensalamento.
5.2.1. A prova on-line terá duração máxima de 04h00min.
5.3. A prova on-line será composta por 18 (dezoito) questões objetivas avaliadas em 0,44 (zero vírgula quarenta e quatro) ponto cada e 2 (duas) questões discursivas avaliadas em 1 (um) ponto cada.
5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.
5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.
5.6. Compete ao candidato acompanhar a divulgação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à realização da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

6.1. Para realização da prova on-line o candidato deverá seguir as orientações de acesso à plataforma conforme a página do processo seletivo.
6.1.1. As provas ficarão disponíveis na plataforma junto ao menu **ATIVIDADES**, mediante acesso ao endereço eletrônico http://mgr.mestregr.com.br/ com login e senha cadastrados no formulário de inscrição.
6.2. O candidato deverá certificar-se previamente dos seguintes requisitos mínimos de tecnologia:
a) Microcomputador (desktop ou notebook);
b) Navegadores Mozilla Firefox, Google Chrome ou Microsoft Edge atualizados;
c) Teclado Português (Brasil ABNT ou ABNT 2);
d) Acesso ininterrupto à internet mediante conexão de dados de pelo menos 1mbps.
6.3. É de inteira responsabilidade do candidato a adequação dos dispositivos de acesso à plataforma com as configurações mínimas estipuladas.
6.3.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por eventuais inconformidades decorrentes da utilização de aparato tecnológico diferente do especificado, por problemas de ordem técnica, quedas de conexão e/ou energia durante a realização das provas.
6.4. A plataforma on-line dispõe de mecanismos de segurança que poderão ser utilizados durante a realização da prova, como o travamento de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.
6.5. O candidato deverá certificar-se que o ambiente em que realizará a prova fique isolado do contato com outras pessoas, sob pena de eliminação do processo seletivo.
6.6. A contagem do tempo para resolução das questões da prova terá início quando o candidato clicar no ícone COMEÇAR **AGORA**.
6.6.1. A partir do início da resolução das questões, não será possível interromper a contagem do tempo previsto para duração da prova.
6.7. Ao responder todas as questões, o candidato deverá clicar no ícone ENTREGAR **AGORA!**.
6.8. Será eliminado do processo seletivo o candidato que se utilizar de meios ilícitos para obter vantagem na realização da prova (consulta a materiais não previstos neste edital, utilização de outros aparelhos eletrônicos, telefones celulares, consulta a candidatos ou a outras pessoas, repasse de informações, entre outros julgados impróprios pela Administração).
6.8.1. A prova poderá ser bloqueada após tentativa de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.
6.9. Será eliminado do processo seletivo o candidato que se utilizar de meios ilícitos para obter vantagem na realização da prova (consulta a materiais não previstos neste edital, utilização de outros aparelhos eletrônicos, telefones celulares, consulta a candidatos ou a outras pessoas, repasse de informações, entre outros julgados impróprios pela Administração).
6.9.1. A prova poderá ser bloqueada após tentativa de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.
6.10. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza pela resolução da prova on-line não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

7.1. A classificação da prova on-line considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, a todos os candidatos que atingirem a nota mínima.
7.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, serão convocados para entrevista todos aqueles empatados com a mesma nota do último classificado.
7.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.
7.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.
7.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.
7.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, a todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima, bem como respeitada a reserva de vagas.
8.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.
8.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.
8.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.
8.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

9.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:
9.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
9.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
9.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
9.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;

9.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
9.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
9.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
9.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
9.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

10.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
10.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
10.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
10.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
10.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
10.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
10.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
10.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
10.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
10.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
10.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
10.7.1. documento de Registro Geral (RG);
10.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
10.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
10.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
10.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

DAS VEDAÇÕES

11.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
11.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
11.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
11.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
11.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
11.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
11.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
11.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estagio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.
11.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
11.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
11.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
11.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
11.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.

DA DESCLASSIFICAÇÃO

12.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
12.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
12.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
12.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
12.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
12.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
12.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
12.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
12.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
12.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

13.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
13.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
13.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
14.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
14.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
14.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
14.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
14.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
14.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário; Noções de Direito Civil, Processual Civil, Direito Penal, Processual Penal, Direito Constitucional, Juizados Especiais e Língua Portuguesa.

Curitiba, 11 de março de 2024.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado, em exercício
Coordenadoria de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DO CEMSU CRIMINAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

EDITAL N° 468/2024
SEI!TJPR N° 0028590-71.2024.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.

1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de pós-graduação em Serviço Social.

1.2.1. Na classificação final constarão apenas os 10 (dez) melhores classificados.

1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.

1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:

2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;

2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.

2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de pós-graduação terá carga horária de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.

3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de pós-graduação será de R$ 3.198,21 (três mil cento e noventa e oito reais e vinte e um centavos).

3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.

3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

3.6. Em casos excepcionais de licença à funcionária gestante, o Tribunal de Justiça poderá celebrar termo de compromisso cuja vigência será de 180 (cento e oitenta) dias não prorrogáveis.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.

4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico http://tjpr.mestregr.com.br/.

4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 10 (dez) dias na plataforma MestreGR.

4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.

4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.

4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.

4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.

4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.

4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.

4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.

5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.

5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

5.2. A prova será realizada na modalidade à distância, e ficará disponível em data e horário a serem divulgados por meio de Edital de Ensalamento.

5.2.1. A prova on-line terá duração máxima de 02h00min.

5.3. A prova on-line será composta por 8 (oito) questões objetivas avaliadas em 0,75 (zero vírgula setenta e cinco) ponto cada e 2 (duas) questões discursivas avaliadas em 2 (dois) pontos cada.

5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.

5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.

5.6. Compete ao candidato acompanhar a divulgação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à realização da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

6. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

6.1. Para realização da prova on-line o candidato deverá seguir as orientações de acesso à plataforma conforme a página do processo seletivo.

6.1.1. As provas ficarão disponíveis na plataforma junto ao menu **ATIVIDADES**, mediante acesso ao endereço eletrônico http://mgr.mestregr.com.br/ com login e senha cadastrados no formulário de inscrição.

6.2. O candidato deverá certificar-se previamente dos seguintes requisitos mínimos de tecnologia:

a) Microcomputador (desktop ou notebook);
b) Navegadores Mozilla Firefox, Google Chrome ou Microsoft Edge atualizados;
c) Teclado Português (Brasil ABNT ou ABNT 2);
d) Acesso ininterrupto à internet mediante conexão de dados de pelo menos 1mbps.
e) Dispositivo para captura e gravação de imagens em tempo real (webcam).

6.3. É de inteira responsabilidade do candidato a adequação dos dispositivos de acesso à plataforma com as configurações mínimas estipuladas.

6.3.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por eventuais inconformidades decorrentes da utilização de aparato tecnológico diferente do especificado, por problemas de ordem técnica, quedas de conexão e/ou energia durante a realização das provas.

6.4. A plataforma on-line dispõe de mecanismos de segurança que poderão ser utilizados durante a realização da prova, como o travamento de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.

6.5. Será obrigatória a utilização de webcam durante a realização da prova escrita.

6.5.1. Durante a realização da prova serão obtidas fotos em curtos intervalos de tempo, que serão armazenadas em sigilo junto à plataforma para posterior análise.

6.6. O candidato deverá certificar-se que o ambiente em que realizará a prova fique isolado do contato com outras pessoas, sob pena de eliminação do processo seletivo.

6.7. A contagem do tempo para resolução das questões da prova terá início quando o candidato clicar no ícone COMEÇAR **AGORA**.

6.7.1. A partir do início da resolução das questões, não será possível interromper a contagem do tempo previsto para duração da prova.

6.8. Ao responder todas as questões, o candidato deverá clicar no ícone ENTREGAR **AGORA!**.

6.9. Será eliminado do processo seletivo o candidato que se utilizar de meios ilícitos para obter vantagem na realização da prova (consulta a materiais não previstos neste edital, utilização de outros aparelhos eletrônicos, telefones celulares, consulta a candidatos ou a outras pessoas, repasse de informações, entre outros julgados impróprios pela Administração).

6.9.1. A prova poderá ser bloqueada após tentativa de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.

6.10. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza pela resolução da prova on-line não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

7. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

7.1. A classificação da prova on-line considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, limitado aos 10 (dez) melhores classificados.

7.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, serão convocados para entrevista todos aqueles empatados com a mesma nota do último classificado.

7.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.

7.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.

7.2.1. Na hipótese de não haver suprido o número de classificados após a etapa da entrevista, a critério da unidade, poderão ser feitas novas convocações até que constem todos os candidatos dentro do limite estabelecido no item 7.1, observada a ordem de classificação.
7.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.
7.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.
8. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL
8.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, limitada apenas aos 10 (dez) melhores classificados, bem como respeitada a reserva de vagas.
8.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.
8.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.
8.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.
8.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.
9. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO
9.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:
9.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
9.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
9.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
9.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
9.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
9.1.6. diploma do curso superior (frente e verso) ou Certificado de conclusão do curso acompanhado do histórico escolar;
9.1.7. licenciamento do Órgão de Classe ou pedido protocolizado na OAB (formados em direito);
9.1.8. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
9.1.9. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
9.1.10. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
9.1.11. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.
10. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO
10.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
10.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
10.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
10.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
10.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
10.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
10.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
10.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
10.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
10.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
10.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
10.7.1. documento de Registro Geral (RG);
10.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
10.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
10.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
10.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.
11. DAS VEDAÇÕES
11.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
11.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
11.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
11.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
11.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
11.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
11.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
11.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estagio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.
11.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
11.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
11.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
11.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
11.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.
12. DA DESCLASSIFICAÇÃO
12.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
12.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
12.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
12.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
12.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
12.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
12.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
12.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
12.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
12.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.
13. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

13.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
13.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
13.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.
14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
14.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
14.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
14.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
14.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
14.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
14.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
14.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário; Lei Orgânica da Assistência Social - Lei 8742/1993; Justiça Restaurativa; Direitos Humanos; Instrumentais; Projetos; Código de Ética de 1993 (Lei 8.662/93); Constituição Federal de 1988, do Título VIII, da Ordem Social.

Curitiba, 11 de março de 2024.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado, em exercício
Coordenadoria de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUÍZO DO JUÍZO ÚNICO DE CARLÓPOLIS

EDITAL N° 469/2024
SEI!TJPR N° 0031355-15.2024.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.
1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.
1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando do 1º (primeiro) ao 8º (oitavo) semestre no ato da inscrição.
1.2.1. Na classificação final constarão todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima.
1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.
1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).
2. DA RESERVA DE VAGAS
2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:
2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;
2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.
2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.
3. DO ESTÁGIO
3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.
3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.
3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de R$ 1.576,26 (mil quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).
3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.
3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).
4. DAS INSCRIÇÕES
4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.
4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico http://tjpr.mestregr.com.br/.
4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 7 (sete) dias na plataforma MestreGR.
4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.
4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.
4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.
4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.
4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.
4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.
4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
5. DAS PROVAS
5.1. O instrumento de seleção compreenderá uma única fase.
5.1.1. Na fase única será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.
5.2. A prova será realizada na modalidade à distância, e ficará disponível em data e horário a serem divulgados por meio de Edital de Ensalamento.
5.2.1. A prova on-line terá duração máxima de 04h00min.
5.3. A prova on-line será composta por 8 (oito) questões objetivas avaliadas em 0,75 (zero vírgula setenta) ponto cada e 2 (duas) questões discursivas avaliadas em 2 (dois) pontos cada.
5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.
5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.
5.6. Compete ao candidato acompanhar a divulgação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à realização da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
6. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS
6.1. Para realização da prova on-line o candidato deverá seguir as orientações de acesso à plataforma conforme a página do processo seletivo.
6.1.1. As provas ficarão disponíveis na plataforma junto ao menu **ATIVIDADES**, mediante acesso ao endereço eletrônico http://mgr.mestregr.com.br/ com login e senha cadastrados no formulário de inscrição.
6.2. O candidato deverá certificar-se previamente dos seguintes requisitos mínimos de tecnologia:
a) Microcomputador (desktop ou notebook);
b) Navegadores Mozilla Firefox, Google Chrome ou Microsoft Edge atualizados;
c) Teclado Português (Brasil ABNT ou ABNT 2);
d) Acesso ininterrupto à internet mediante conexão de dados de pelo menos 1mbps.
6.3. É de inteira responsabilidade do candidato a adequação dos dispositivos de acesso à plataforma com as configurações mínimas estipuladas.
6.3.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por eventuais inconformidades decorrentes da utilização de aparato tecnológico diferente do especificado, por problemas de ordem técnica, quedas de conexão e/ou energia durante a realização das provas.

6.4. A plataforma on-line dispõe de mecanismos de segurança que poderão ser utilizados durante a realização da prova, como o travamento de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.
6.5. O candidato deverá certificar-se que o ambiente em que realizará a prova fique isolado do contato com outras pessoas, sob pena de eliminação do processo seletivo.
6.6. A contagem do tempo para resolução das questões da prova terá início quando o candidato clicar no ícone COMEÇAR **AGORA**.
6.6.1. A partir do início da resolução das questões, não será possível interromper a contagem do tempo previsto para duração da prova.
6.7. Ao responder todas as questões, o candidato deverá clicar no ícone ENTREGAR **AGORA!**.
6.8. Será eliminado do processo seletivo o candidato que se utilizar de meios ilícitos para obter vantagem na realização da prova (consulta a materiais não previstos neste edital, utilização de outros aparelhos eletrônicos, telefones celulares, consulta a candidatos ou a outras pessoas, repasse de informações, entre outros julgados impróprios pela Administração).
6.8.1. A prova poderá ser bloqueada após tentativa de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.
6.9. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza pela resolução da prova on-line não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A classificação final do processo seletivo considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, a todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima, bem como respeitada a reserva de vagas.
7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.
7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.
7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.
7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:
8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estagio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.

11. DA DESCLASSIFICAÇÃO

11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;

11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.
12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO
12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.
13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
Direito Civil.
Direito Processual Civil.
Direito Penal.
Direito Processual Penal.
Direito Constitucional.
Direito Administrativo.
Legislação extravagante.

Curitiba, 11 de março de 2024.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado, em exercício
Coordenadoria de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO DESEMBARGADOR SÉRGIO LUIZ KREUZ

EDITAL N° 471/2024
SEI!TJPR N° 0022180-94.2024.8.16.6000

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA
1	0476656	VINICUS BISOGNIN	9,00
2	0531601	SARA DOS SANTOS RODRIGUES	8,00
3	0530153	WESLEY MATHEUS SANTANA RIBEIRO	7,75
4	0500136	ADRIANO PRATES GALESI FILHO	7,75
5	0479931	MARIA CECÍLIA RIBEIRO	7,50
6	0471646	ROXANE STEFHANY LOURDES ROCHA	7,25
7	0513991	VICTORIA SALOMÃO BOSCHIROLI	7,00

Curitiba, 12 de Março de 2024.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado, em exercício
Coordenadoria de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados

SECRETARIA DE LICITAÇÕES,
CONTRATOS E CONVÊNIOS

Termo Aditivo Nº 01

Contratante: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Contratada: COSTA OESTE SERVIÇOS LTDA
Protocolo Nº0017659-09.2024.8.16.6000
Objeto do Aditamento: Repactuação decorrente de Convenção Coletiva de Trabalho
CLÁUSULA PRIMEIRA - DA REPACTUAÇÃO: O valor global **mensal** do presente contrato, após a repactuação decorrente da Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2026, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob o nº PR000232/2024, passa de **R$ 465.153,30** (quatrocentos e sessenta e cinco mil, cento e cinquenta e três reais e trinta centavos) para **R$ 497.993,55 (**quatrocentos e noventa e sete mil, novecentos e noventa e três reais e cinquenta e cinco centavos), **a partir de 15/02/2024,? data de início da vigência contratual**.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas resultantes do presente instrumento correrão por conta dos elementos 3.3.90.37.01 - Despesa Corrente - Locação de Mão de Obra - Limpeza e Conservação.
CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: Ficam mantidas e incorporadas a este termo as demais condições e cláusulas não alteradas pelo presente, sem prejuízo de futuras deliberações e alterações contratuais que se mostrem eventualmente necessárias.
E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente, em duas vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, que também assinam em seguida.
[1] Conforme **delegação** de atos prevista pelo **Decreto Judiciário 53/2021 - P-GP (art. 9º, I).**

Curitiba, 11 de março de 2024.

HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO
Secretário de Licitações,
Contratos e Convênios

Departamento Econômico e Financeiro

Departamento do Patrimônio

SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 72/2024

SEI!TJPR Nº 0119800-77.2022.8.16.6000
SEI!DOC Nº 10166199
CONTRATO DE SERVIÇOS GRÁFICOS CONTINUADOS SOB DEMANDA, QUE ENTRE SI FAZEM O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ** E A EMPRESA **GRÁFICA E EDITORA SANTA CRUZ LTDA.**
O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, CNPJ nº 77.821.841/0001-94, sito nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, no Palácio da Justiça, na Praça Nossa Senhora Salete s/nº, Centro Cívico, representado neste ato pela Subsecretária-Geral **MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **GRÁFICA E EDITORA SANTA CRUZ LTDA.**, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, com sede na Rodovia Transcoqueiro, nº 70, Letra A, Bairro UNA, na cidade de Belém-PA, CEP 66.652-300, inscrita no CNPJ sob nº 02.373.761/0001-14, Tel: (91)-3014-3286, e-mail: financeiro.graficasantacruz@gmail.com, legalmente representada pela Senhora **MARIALBA LOBO FERREIRA**, já qualificado nos autos, firmam o presente contrato de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GRÁFICOS CONTINUADOS SOB DEMANDA**, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços gráficos continuados sob demanda **referente ao item 03 do apêndice 1 do Termo de Referência do anexo I edital**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, tudo vinculado ao edital de pregão eletrônico nº 50/2023 e à proposta da contratada no doc. 9973798.
1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o termo de referência, o edital da licitação, a proposta da contratada e os eventuais anexos dos documentos citados.
CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
2.1. O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) anos, na forma dos artigos 105 e 106 da Lei n° 14.133, de 2021, contados da data da última assinatura do contrato pelas partes, prorrogável por até 10 anos, na forma do artigo 107, da Lei 14.133/21.
2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a contratada.
CLÁUSULA QUINTA - PREÇO
5.1.O valor anual máximo da contratação é de:
R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) para o item 03 do apêndice 01 do Termo de Referência e, a cada pedido, deve ser APLICADO O DESCONTO DE 65% (SESSENTA E CINCO PORCENTO) sobre o valor de tabela previsto para cada um dos subitens da lista contida no apêndice 02, referente ao item 03 do apêndice 1;
5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à contratada dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

Em 11/03/2024.

MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI
Subsecretária-Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2024

SEI!TJPR Nº 0119800-77.2022.8.16.6000
SEI!DOC Nº 10166245
CONTRATO DE SERVIÇOS GRÁFICOS CONTINUADOS SOB DEMANDA, QUE ENTRE SI FAZEM O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ** E A EMPRESA **MULTYGRAFHIC EDITORA LTDA.**
O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, CNPJ nº 77.821.841/0001-94, sito nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, no Palácio da Justiça, na Praça Nossa Senhora Salete s/nº, Centro Cívico, representado neste ato pela Subsecretária-Geral **MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **MULTYGRAFHIC EDITORA LTDA.**, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, com sede na José Rupp, nº 823, Bairro Jardim José Rupp, na cidade de Herval d'Oeste-SC, CEP 89.610-000, inscrita no CNPJ sob nº 34.382.012/0001-40, Tel: (49) 3522-0792, e-mail: multigraficaeditora@gmail.com, legalmente representada pela Senhora **CLAUDETE MARIA FRIEDRICH PEROZA**, já qualificado nos autos, firmam o presente contrato de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GRÁFICOS CONTINUADOS SOB DEMANDA**, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços gráficos continuados sob demanda **referente ao item 04 do apêndice 1 do Termo de Referência do anexo I edital**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, tudo vinculado ao edital de pregão eletrônico nº 50/2023 e à proposta da contratada no doc. 9835499.
1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o termo de referência, o edital da licitação, a proposta da contratada e os eventuais anexos dos documentos citados.
CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
2.1. O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) anos, na forma dos artigos 105 e 106 da Lei n° 14.133, de 2021, contados da data da última assinatura do contrato pelas partes, prorrogável por até 10 anos, na forma do artigo 107, da Lei 14.133/21.
2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a contratada.
CLÁUSULA QUINTA - PREÇO
5.1.O valor anual máximo da contratação é de:
R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para o item 04 do apêndice 01 do Termo de Referência e, a cada pedido, deve ser APLICADO O DESCONTO DE 35,80% (TRINTA E CINCO VIRGULA OITENTA PORCENTO) sobre o valor de tabela previsto para cada um dos subitens da lista contida no apêndice 02, referente ao item 04 do apêndice 1;
5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à contratada dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

Em 12/03/2024.

MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI
Subsecretária-Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2024

SEI!TJPR Nº 0119800-77.2022.8.16.6000
SEI!DOC Nº 10166090
CONTRATO DE SERVIÇOS GRÁFICOS CONTINUADOS SOB DEMANDA, QUE ENTRE SI FAZEM O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ** E A EMPRESA **CALGAN EDITORA E GRAFICA LTDA.**
O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, CNPJ nº 77.821.841/0001-94, sito nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, no Palácio da Justiça, na Praça Nossa Senhora Salete s/nº, Centro Cívico, representado neste ato pela Subsecretária-Geral **MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **CALGAN EDITORA E GRÁFICA LTDA.**, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, com sede na Rua Antonina, nº 700, Bairro Centro, na cidade de Francisco Beltrão-PR, CEP 85.601-580, inscrita no CNPJ sob nº 04.261.548/000146, Tel: (46) 3524-6296, e-mail: berzon@berzon.com.br, legalmente representada pelo Senhor **ALTEMIR ROBERTO BERTÉ**, já qualificado nos autos, firmam o presente contrato de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GRÁFICOS CONTINUADOS SOB DEMANDA**, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços gráficos continuados sob demanda **referente aos itens 01 do apêndice 1 do Termo de**

Referência do anexo I edital, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, tudo vinculado ao edital de pregão eletrônico nº 50/2023 e à proposta da contratada no doc. 9835484.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o termo de referência, o edital da licitação, a proposta da contratada e os eventuais anexos dos documentos citados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) anos, na forma dos artigos 105 e 106 da Lei n° 14.133, de 2021, contados da data da última assinatura do contrato pelas partes, prorrogável por até 10 anos, na forma do artigo 107, da Lei 14.133/21.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a contratada.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1.O valor anual máximo da contratação é de:

R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) para o item 01 do apêndice 01 do Termo de Referência e, a cada pedido, deve ser APLICADO O DESCONTO DE 36,50% (TRINTA E SEIS VIRGULA CINQUENTA PORCENTO) sobre o valor de tabela previsto para cada um dos subitens da lista contida no apêndice 02, referente ao item 01 do apêndice 1;

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à contratada dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

Em 11/03/2024.

MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI
Subsecretária-Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS DIRETAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2024
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

Objeto: contratação de empresa especializada na execução de serviços continuados de secretariado executivo, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a serem executados nas dependências das unidades administrativas da Capital
Data início acolhimento das propostas: 13/03/2024
Data abertura das propostas: 01/04/2024 às 13:30 h (horário de Brasília/DF)
Local de abertura: o recebimento das propostas e documentos de habilitação se dará exclusivamente por meio eletrônico, no endereço https://www.gov.br/compras, conforme datas e horários definidos acima.
A íntegra do edital e seus anexos estará à disposição das empresas interessadas nos endereços eletrônicos: https://www.tjpr.jus.br/editais, https://www.gov.br/compras/ (UASG nº 926415) e no PNCP (Portal Nacional das Contratações Públicas) - https://www.gov.br/pncp/. Além disso, poderá ser solicitado através do endereço de e-mail licit@tjpr.jus.br. Informações complementares serão fornecidas pela Divisão de Licitações, na Rua Ivo Leão nº 651, através dos telefones (41) 3250-6541 e (41) 3250-6542 ou e-mail licit@tjpr.jus.br.

Curitiba, 12 de março de 2024.

HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO
Secretário de Licitações, Contratos e Convênios

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 06/2024

Na sede da Secretaria de Licitações, Contratos e Convênios, localizada na Rua Ivo Leão, nº 651, Centro Cívico, Curitiba/PR, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 77.821.841/0001-94, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador **LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN**, resolve, nos termos da Lei 8.666/93, bem como da Lei Estadual 15.608/2007, da Lei 10.520/02, do Decreto Estadual 7.303/2021, do Decreto Federal nº 7.892/2013, REGISTRAR OS PREÇOS, em conformidade com o pregão e com as cláusulas e condições que se seguem.

1 - PROTOCOLO DE REFERÊNCIA: nº 0024825-29.2023.8.16.6000;
2 - LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 31/2023;
3 - OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição e instalação de bens móveis de comunicação visual para as regionais Leste, Oeste e Norte e Departamento de Comunicação e Cerimonial;
4 - ÓRGÃO GERENCIADOR: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;
5 - UNIDADE GESTORA: Divisão de Registro de Preços da Coordenadoria de Licitações e Compras Diretas da Secretaria de Licitações, Contratos e Convênios (SEI 10095401);
6 - UNIDADE FISCAL: Divisão de Projetos da Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura da Secretaria de Infraestrutura (SEI 10095401);
7 - LOCAL PARA ENTREGA: Unidades Judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná indicadas no Pedido de Fornecimento pela Unidade Fiscal;
8 - BENEFICIÁRIO DO REGISTRO (FORNECEDOR):
8.1 - **DNA COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.098.225/0001-62, com sede na Rua Visconde do Serro Frio, nº 46 - Ap 2016 - Novo Mundo - Curitiba - Paraná - CEP: 81.050-080 - Fone: (41) 99966-4160 - e-mail: leandro@displaybrasil.com.br, neste ato representada pelo Sr. Leandro Reis Batista, CPF: 003.***.***-30.

LOTE 01 - REGIONAL LESTE - PARTICIPAÇÃO GERAL					
ITEM	**QUANT.**	**UNID.**	**CÓDIGO**	**ESPECIFICAÇÕES**	**Valor unitário R$**
01	89,00	m²	PL4	Placa ACM 3 mm - alumínio composto 3 mm (utilização interna e externa) conforme especificações e projeto.	560,00
02	1.242	unidade	PLQ	Placa em aço inoxidável - aplicação em pontos braille em relevo, executados em aresta arredondada na forma esférica alinhados à esquerda com o texto em relevo conforme exigência da ABNT 9050/2020.	50,00
03	20,50	m²	PL5	Placa ACM 3 mm com estrutura para uso externo - alumínio composto 3 mm com estrutura para uso externo, face dupla, emoldurada em metalon, conforme especificações e projeto.	727,49
04	121,20	m	PL6	Suporte e base circular/ fixa em aço carbono tubular galvanizado na cor preta com abraçadeiras para placa conforme especificações.	581,59
05	1.133,00	m	BE/BE2	Baguetes em PVC horizontal (tipo "J" paralelo a parede ou tipo FIXAPLACA Perpendicular à parede).	12,00
LOTE 03 - REGIONAL OESTE - PARTICIPAÇÃO GERAL					
ITEM	**QUANT.**	**UNID.**	**CÓDIGO**	**ESPECIFICAÇÕES**	**Valor unitário R$**
01	243,19	m²	PL4	Placa ACM 3 mm - alumínio composto 3 mm (utilização interna e externa) conforme	560,00

				especificações e projeto.	
02	1.668	unidade	PLQ	Placa em aço inoxidável - aplicação em pontos braille em relevo, executados em aresta arredondada na forma esférica alinhados à esquerda com o texto em relevo conforme exigência da ABNT 9050/2020.	70,00
03	27,60	m²	PL5	Placa ACM 3 mm com estrutura para uso externo - alumínio composto 3 mm com estrutura para uso externo, face dupla, emoldurada em metalon, conforme especificações e projeto.	788,10
04	153,00	m	PL6	Suporte e base circular/ fixa em aço carbono tubular galvanizado na cor preta com abraçadeiras para placa conforme especificações.	541,50
05	106	unidade	LAG-30	Letras externas aço galvanizado h=30cm com fixação por pinos para chumbamento em alvenaria.	134,60
06	1.293,00	m	BE/BE2	Baguetes em PVC horizontal (tipo "J" paralelo a parede ou tipo FIXA-PLACA Perpendicular à parede).	14,45

LOTE 04 - REGIONAL NORTE - PARTICIPAÇÃO GERAL

ITEM	QUANT.	UNID.	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÕES	Valor unitário R$
01	194,38	m²	PL4	Placa ACM 3 mm - alumínio composto 3 mm (utilização interna e externa) conforme especificações e projeto.	570,00
02	2.526	unidade	PLQ	Placa em aço inoxidável - aplicação em pontos braile em relevo, executados em aresta arredondada na forma esférica alinhados à esquerda com o texto em relevo conforme exigência da ABNT 9050/2020.	70,00
03	31,20	m²	PL5	Placa ACM 3 mm com estrutura para uso externo - alumínio composto 3 mm com estrutura para uso externo, face dupla, emoldurada em metalon, conforme especificações e projeto.	804,45
04	295,00	m	PL6	Suporte e base circular/ fixa em aço carbono tubular galvanizado na cor preta com abraçadeiras para placa conforme especificações.	541,98
05	1.862,00	m	BE/BE2	Baguetes em PVC horizontal (tipo "J" paralelo a parede ou tipo FIXA-PLACAPerpendicular à parede).	14,50

9 - VIGÊNCIA:
O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação no Diário da Justiça Eletrônico, conforme art. 10, §1º, do Decreto Estadual nº 7.303/2021.
10 - CONDIÇÕES:
Em caso de eventual contratação, essa será regida em conformidade com o edital que regulamentou o certame licitatório.
E por assim estarem justas e de pleno acordo, assinam as partes o presente instrumento, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

10/03/2024

Des. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 07/2024

Na sede da Secretaria de Licitações, Contratos e Convênios, localizada na Rua Ivo Leão, nº 651, Centro Cívico, Curitiba/PR, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 77.821.841/0001-94, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador **LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN**, resolve, nos termos da Lei 8.666/93, bem como da Lei Estadual 15.608/2007, da Lei 10.520/02, do Decreto Estadual 7.303/2021, do Decreto Federal nº 7.892/2013, REGISTRAR OS PREÇOS, em conformidade com o pregão e com as cláusulas e condições que se seguem.
1 - PROTOCOLO DE REFERÊNCIA: nº 0024825-29.2023.8.16.6000;
2 - LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 31/2023;
3 - OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição e instalação de bens móveis de comunicação visual para as regionais Leste, Oeste e Norte e Departamento de Comunicação e Cerimonial;
4 - ÓRGÃO GERENCIADOR: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;
5 - UNIDADE GESTORA: Divisão de Registro de Preços da Coordenadoria de Licitações e Compras Diretas da Secretaria de Licitações, Contratos e Convênios (SEI 10095401);
6 - UNIDADE FISCAL: Divisão de Projetos da Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura da Secretaria de Infraestrutura (SEI 10095401);
7 - LOCAL PARA ENTREGA: Unidades Judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná indicadas no Pedido de Fornecimento pela Unidade Fiscal;
8 - BENEFICIÁRIO DO REGISTRO (FORNECEDOR):
8.1 - **ALESSANDRINI COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.407.695/0001-32, com sede na Rua Ana Berta Roskamp, nº 713 - Jardim das Américas - Curitiba - Paraná - CEP: 81530-2510 - Fone: (41) 3018-8819 - e-mail: alessandrini@alessandrini.com.br, neste ato representada pelo Sr. Alberto Alessandrini, CPF: 824.***.***-87.

LOTE 02 - CERIMONIAL -PARTICIPAÇÃO GERAL

ITEM	QUANT.	UNID.	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÕES	Valor unitário R$
01	50	unidade	PP	Plaquetas de latão gravado para pasta de couro.	55,00
02	9,00	m²	PAÇO	Placa de inauguração	2.600,00

				em aço escovado com texto fotogravado, conforme especificações e projeto.	
03	20,10	m²	PZ	Placa de inauguração em bronze fundido conforme especificações e projeto.	11.200,00

LOTE 06 - CERIMONIAL - COTA RESERVADA ME/EPP

ITEM	QUANT.	UNID.	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÕES	Valor unitário R$
01	24,00	m²	PAÇO	Placa de inauguração em aço escovado com texto fotogravado, conforme especificações e projeto.	2.600,00

9 - VIGÊNCIA:
O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação no Diário da Justiça Eletrônico, conforme art. 10, §1º, do Decreto Estadual nº 7.303/2021.
10 - CONDIÇÕES:
Em caso de eventual contratação, essa será regida em conformidade com o edital que regulamentou o certame licitatório.
E por assim estarem justas e de pleno acordo, assinam as partes o presente instrumento, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

10/03/2024

Des. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça

Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação

Departamento de Engenharia e Arquitetura

Departamento Judiciário

Divisão de Distribuição

Seção de Preparo

Seção de Mandados e Cartas

Divisão de Processo Cível

Divisão de Processo Crime

Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores

Processos do Órgão Especial

FUNREJUS

Núcleo de Conciliação do 2º Grau

Departamento de Gestão de Precatórios

Corregedoria da Justiça

Plantão Judiciário Capital

Período:	01/03/2024 a 04/03/2024
Juiz 1º Grau:	Gabriel Leão de Oliveira
Juiz 2º Grau:	Sergio Luiz Patitucci
Responsável:	**Juízes(as) responsáveis pelo plantão do Segundo Grau de Jurisdição:** Sergio Luiz Patitucci Simone Cherem Fabricio de Melo **Juízes(as) responsáveis pela Escala Obrigatória do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos criminais):** Gabriel Leão de Oliveira Maria Teresa Thomaz **Juízes(as) responsáveis pela Primeira Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos relativos à Lei Maria da Penha):** Camila Scheraiber Polli Débora de Marchi Mendes **Juiz(a) responsável pela Segunda Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos cíveis):** Fernando Bardelli da Silva Fischer **Servidor(a) responsável pela movimentação de processos criminais:** **DE 18h de 01/03/2024** **ATÉ 9h de 02/03/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Flávia Simões Fontoura - (41) 99246-8134 Paulo Lindbeck Guimarães **Oficial de Justiça:** Diogenes Justechechen - (41) 99808-7578 ---------- **DE 9h de 02/03/2024** **ATÉ 9h de 03/03/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Silvia Guiomar Joras Carneiro - (41) 99621-5136 **Audiência de Custódia:** **9h até 18h de 02/03/2024** Denis Grujicic Marcelja - (41) 99176-9939 Angélica Muraro Ramos **Oficial de Justiça:** Diogenes Justechechen - (41) 99808-7578 ---------- **DE 9h de 03/03/2024** **ATÉ 12h de 04/03/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Rogelio dos Santos Demaraes - (41) 99927-2782 **Audiência de Custódia:** **9h até 18h de 03/03/2024** Angélica Muraro Ramos - (41) 99142-4546 Denis Grujicic Marcelja **Oficial de Justiça:** Diogenes Justechechen - (41) 99808-7578 **Servidor(a) responsável pela movimentação de processos cíveis:** Rogério Correia Brasil - (41) 98455-4879
Horário:	- Dias úteis: a) em regime de permanência: das 18h às 21h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período fora do horário de atendimento ao público externo. - Dias em que não houver expediente forense: a) em regime de permanência: das 09h às 13h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período.
Local:	Avenida Anita Garibaldi, nº 750, andar térreo, bairro Ahú, Curitiba/PR.
Telefone:	Fixo: (41) 3210-7045 (durante o período de permanência). O celular dos servidores plantonista consta no campo ao lado ("Responsável").

Período:	04/03/2024 a 11/03/2024
Juiz 1º Grau:	Paulo Fabricio Camargo
Juiz 2º Grau:	Ademir Ribeiro Richter
Responsável:	**Juízes(as) responsáveis pelo plantão do Segundo Grau de Jurisdição:** Ademir Ribeiro Richter Antonio Domingos Ramina Junior **Juízes(as) responsáveis pela Escala Obrigatória do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos criminais):** Paulo Fabrício Camargo Henrique Kurscheidt **Juízes(as) responsáveis pela Primeira Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos relativos à Lei Maria da Penha):** Daniel Alves Belingier

	Bruna Greggio **Juiz(a) responsável pela Segunda Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos cíveis):** Fernando Andreoni Vasconcellos **Servidor(a) responsável pela movimentação de processos criminais:** **DE 18h de 04/03/2024** **ATÉ 12h de 05/03/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Marcio Luiz Morel - (41) 99958-6116 Rogelio dos Santos Demaraes **Oficial de Justiça:** Felipe Netz de Aramburo - (41) 98415-2560 ---------- **DE 18h de 05/03/2024** **ATÉ 12h de 06/03/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Silvia Guiomar Joras Carneiro - (41) 99621-5136 Angélica Muraro Ramos **Oficial de Justiça:** Felipe Netz de Aramburo - (41) 98415-2560 ---------- **DE 18h de 06/03/2024** **ATÉ 12h de 07/03/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Rogelio dos Santos Demaraes - (41) 99927-2782 Denis Grujicic Marcelja **Oficial de Justiça:** Felipe Netz de Aramburo - (41) 98415-2560 ---------- **DE 18h de 07/03/2024** **ATÉ 12h de 08/03/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Angélica Muraro Ramos - (41) 99142-4546 Flávia Simões Fontoura **Oficial de Justiça:** Felipe Netz de Aramburo - (41) 98415-2560 ---------- **DE 18h de 08/03/2024** **ATÉ 9h de 09/03/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Paulo Lindbeck Guimarães - (41) 98854-7007 Diego Camilo de Bittencourt **Oficial de Justiça:** Felipe Netz de Aramburo - (41) 98415-2560 ---------- **DE 9h de 09/03/2024** **ATÉ 9h de 10/03/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Denis Grujicic Marcelja - (41) 99176-9939 **Audiência de Custódia:** **9h até 18h de 09/03/2024** Silvia Guiomar Joras Carneiro - (41) 99621-5136 Rogelio dos Santos Demaraes **Oficial de Justiça:** Felipe Netz de Aramburo - (41) 98415-2560 ---------- **DE 9h de 10/03/2024** **ATÉ 12h de 11/03/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Marcio Luiz Morel - (41) 99958-6116 **Audiência de Custódia:** 9h até 18h de 10/03/2024 Rogelio dos Santos Demaraes - (41) 99927-2782 Silvia Guiomar Joras Carneiro **Oficial de Justiça:** Felipe Netz de Aramburo - (41) 98415-2560 **Servidor(a) responsável pela movimentação de processos cíveis:** Carla Horst Vaine (41) 99921-2505
Horário:	- Dias úteis: a) em regime de permanência: das 18h às 21h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período fora do horário de atendimento ao público externo. - Dias em que não houver expediente forense: a) em regime de permanência: das 09h às 13h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período.
Local:	Avenida Anita Garibaldi, nº 750, andar térreo, bairro Ahú, Curitiba/PR.
Telefone:	Fixo: (41) 3210-7045 (durante o período de permanência). O celular dos servidores plantonista consta no campo ao lado ("Responsável").

Período:	11/03/2024 a 18/03/2024
Juiz 1º Grau:	José Augusto Guterres
Juiz 2º Grau:	Benjamim Acácio de Moura e Costa
Responsável:	**Juízes(as) responsáveis pelo plantão do Segundo Grau de Jurisdição:** Benjamim Acácio de Moura e Costa Kennedy Josue Greca de Mattos **Juízes(as) responsáveis pela Escala Obrigatória do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos criminais):** José Augusto Guterres Rafaela Mari Turra **Juízes(as) responsáveis pela Primeira Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos relativos à Lei Maria da Penha):** Marcelo Felipe Pulner Pietroski Fernando Bardelli da Silva Fischer **Juiz(a) responsável pela Segunda Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos cíveis):** Paulo Guilherme Ribeiro da Rosa Mazini **Servidor(a) responsável pela movimentação de processos criminais:** **DE 18h de 11/03/2024** **ATÉ 12h de 12/03/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Flávia Simões Fontoura - (41) 99246-8134 Paulo Lindbeck Guimarães **Oficial de Justiça:** Joaquim Israel Ribas Pereira - (41) 99642-8445 ----------

DE 18h de 12/03/2024

ATÉ 12h de 13/03/2024

Plantão 1º e 2º grau:

Denis Grujicic Marcelja - (41) 99176-9939

Marcio Luiz Morel

Oficial de Justiça:

Joaquim Israel Ribas Pereira - (41) 99642-8445

DE 18h de 13/03/2024

ATÉ 12h de 14/03/2024

Plantão 1º e 2º grau:

Paulo Lindbeck Guimarães - (41) 98854-7007

Silvia Guiomar Joras Carneiro

Oficial de Justiça:

Joaquim Israel Ribas Pereira - (41) 99642-8445

DE 18h de 14/03/2024

ATÉ 12h de 15/03/2024

Plantão 1º e 2º grau:

Marcio Luiz Morel - (41) 99958-6116

Angélica Muraro Ramos

Oficial de Justiça:

Joaquim Israel Ribas Pereira - (41) 99642-8445

DE 18h de 15/03/2024

ATÉ 9h de 16/03/2024

Plantão 1º e 2º grau:

Silvia Guiomar Joras Carneiro - (41) 99621-5136

Rogelio dos Santos Demaraes

Oficial de Justiça:

Joaquim Israel Ribas Pereira - (41) 99642-8445

DE 9h de 16/03/2024

ATÉ 9h de 17/03/2024

Plantão 1º e 2º grau:

Paulo Lindbeck Guimarães - (41) 98854-7007

Audiência de Custódia:

9h até 18h de 16/03/2024

Diego Camilo de Bittencourt - (41) 99218-0519

Flávia Simões Fontoura

Oficial de Justiça:

Joaquim Israel Ribas Pereira - (41) 99642-8445

DE 9h de 17/03/2024

ATÉ 12h de 18/03/2024

Plantão 1º e 2º grau:

Angélica Muraro Ramos - (41) 99142-4546

Audiência de Custódia:

9h até 18h de 17/03/2024

Flávia Simões Fontoura - (41) 99246-8134

Diego Camilo de Bittencourt

Oficial de Justiça:

Joaquim Israel Ribas Pereira - (41) 99642-8445

Servidor(a) responsável pela movimentação de processos cíveis:

Reinaldo Brechor Domingues Junior - (41) 99108-2107

Horário:	- Dias úteis: a) em regime de permanência: das 18h às 21h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período fora do horário de atendimento ao público externo. - Dias em que não houver expediente forense: a) em regime de permanência: das 09h às 13h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período.
Local:	Avenida Anita Garibaldi, nº 750, andar térreo, bairro Ahú, Curitiba/PR.
Telefone:	Fixo: (41) 3210-7045 (durante o período de permanência). O celular dos servidores plantonista consta no campo ao lado ("Responsável").

Período:	18/03/2024 a 25/03/2024
Juiz 1º Grau:	Rodrigo Yabagata Endo
Juiz 2º Grau:	Francisco Carlos Jorge
Responsável:	**Juízes(as) responsáveis pelo plantão do Segundo Grau de Jurisdição:** Davi Pinto de Almeida Elizabeth de Fatima Nogueira Calmon de Passos **Juízes(as) responsáveis pela Escala Obrigatória do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos criminais):** Rodrigo Yabagata Endo Thaís Ribeiro Franco Endo **Juízes(as) responsáveis pela Primeira Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos relativos à Lei Maria da Penha):** Guilherme de Paula Rezende Leandro Leite Carvalho Campos **Juiz(a) responsável pela Segunda Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos cíveis):** Fernanda Bernert Michielin **Servidor(a) responsável pela movimentação de processos criminais:** **DE 18h de 18/03/2024** **ATÉ 12h de 19/03/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Paulo Lindbeck Guimarães - (41) 98854-7007 Angélica Muraro Ramos **Oficial de Justiça:** Bruno Ferreira de Lima - (41) 99854-3943 --- **DE 18h de 19/03/2024** **ATÉ 12h de 20/03/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Flávia Simões Fontoura - (41) 99246-8134 Silvia Guiomar Joras Carneiro **Oficial de Justiça:** Bruno Ferreira de Lima - (41) 99854-3943 --- **DE 18h de 20/03/2024** **ATÉ 12h de 21/03/2024** **Plantão 1º e 2º grau:**

	Diego Camilo de Bittencourt - (41) 99218-0519 Denis Grujicic Marcelja **Oficial de Justiça:** Bruno Ferreira de Lima - (41) 99854-3943 ---------- **DE 18h de 21/03/2024** **ATÉ 12h de 22/03/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Angélica Muraro Ramos - (41) 99142-4546 Marcio Luiz Morel **Oficial de Justiça:** Bruno Ferreira de Lima - (41) 99854-3943 ---------- **DE 18h de 22/03/2024** **ATÉ 9h de 23/03/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Denis Grujicic Marcelja - (41) 99176-9939 Silvia Guiomar Joras Carneiro **Oficial de Justiça:** Bruno Ferreira de Lima - (41) 99854-3943 ---------- **DE 9h de 23/03/2024** **ATÉ 9h de 24/03/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Diego Camilo de Bittencourt - (41) 99218-0519 **Audiência de Custódia:** **9h até 18h de 23/03/2024** Marcio Luiz Morel - (41) 99958-6116 Paulo Lindbeck Guimarães **Oficial de Justiça:** Bruno Ferreira de Lima - (41) 99854-3943 ---------- **DE 9h de 24/03/2024** **ATÉ 12h de 25/03/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Flávia Simões Fontoura - (41) 99246-8134 **Audiência de Custódia:** **9h até 18h de 24/03/2024** Paulo Lindbeck Guimarães - (41) 98854-7007 Marcio Luiz Morel **Oficial de Justiça:** Bruno Ferreira de Lima - (41) 99854-3943 **Servidor(a) responsável pela movimentação de processos cíveis:** Loiane do Rocio Cunha (41) 99987-4867
Horário:	- Dias úteis: a) em regime de permanência: das 18h às 21h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período fora do horário de atendimento ao público externo. - Dias em que não houver expediente forense: a) em regime de permanência: das 09h às 13h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período.
Local:	Avenida Anita Garibaldi, nº 750, andar térreo, bairro Ahú, Curitiba/PR.
Telefone:	Fixo: (41) 3210-7045 (durante o período de permanência). O celular dos servidores plantonista consta no campo ao lado ("Responsável").

Período:	25/03/2024 a 31/03/2024
Juiz 1º Grau:	Karine Pereti de Lima Antunes
Juiz 2º Grau:	Fabiana Silveira Karam
Responsável:	**Juízes(as) responsáveis pelo plantão do Segundo Grau de Jurisdição:** Flavia da Costa Viana Fabiana Silveira Karam **Juízes(as) responsáveis pela Escala Obrigatória do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos criminais):** Karine Pereti de Lima Antunes4 Giovana Ehlers Fabro Esmanhotto **Juízes(as) responsáveis pela Primeira Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos relativos à Lei Maria da Penha):** Ana Carolina Bartolamei Ramos2 Thalita Bizerril Duleba Mendes **Juiz(a) responsável pela Segunda Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos cíveis):** Rafael de Araújo Campelo **Servidor(a) responsável pela movimentação de processos criminais:** **DE 18h de 25/03/2024** **ATÉ 12h de 26/03/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Silvia Guiomar Joras Carneiro - (41) 99621-5136 Diego Camilo de Bittencourt **Oficial de Justiça:** Diogenes Justechechen - (41) 99808-7578 ---------- **DE 18h de 26/03/2024** **ATÉ 12h de 27/03/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Rogelio dos Santos Demaraes - (41) 99927-2782 Flávia Simões Fontoura **Oficial de Justiça:** Diogenes Justechechen - (41) 99808-7578 ---------- **DE 18h de 27/03/2024** **ATÉ 9h de 28/03/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Angélica Muraro Ramos - (41) 99142-4546 Paulo Lindbeck Guimarães **Oficial de Justiça:** Diogenes Justechechen - (41) 99808-7578 ---------- **DE 9h de 28/03/2024** **ATÉ 9h de 29/03/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Rogelio dos Santos Demaraes - (41) 99927-2782 **Audiência de Custódia:** **9h até 18h de 28/03/2024** Silvia Guiomar Joras Carneiro - (41) 99621-5136

	Marcio Luiz Morel **Oficial de Justiça:** Diogenes Justechechen - (41) 99808-7578 ---------- **DE 9h de 29/03/2024** **ATÉ 9h de 30/03/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Marcio Luiz Morel - (41) 99958-6116 **Audiência de Custódia:** **9h até 18h de 29/03/2024** Denis Grujicic Marcelja - (41) 99176-9939 Silvia Guiomar Joras Carneiro **Oficial de Justiça:** Diogenes Justechechen - (41) 99808-7578 ---------- **DE 9h de 30/03/2024** **ATÉ 9h de 31/03/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Silvia Guiomar Joras Carneiro - (41) 99621-5136 **Audiência de Custódia:** **9h até 18h de 30/03/2024** Rogelio dos Santos Demaraes - (41) 99927-2782 Denis Grujicic Marcelja **Oficial de Justiça:** Diogenes Justechechen - (41) 99808-7578 ---------- **DE 9h de 31/03/2024** **ATÉ 12h de 01/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Denis Grujicic Marcelja - (41) 99176-9939 **Audiência de Custódia:** **9h até 18h de 31/03/2024** Marcio Luiz Morel - (41) 99958-6116 Rogelio dos Santos Demaraes **Oficial de Justiça:** Diogenes Justechechen - (41) 99808-7578 **Servidor(a) responsável pela movimentação de processos cíveis:** Loiane do Rocio Cunha (41) 99987-4867
Horário:	- Dias úteis: a) em regime de permanência: das 18h às 21h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período fora do horário de atendimento ao público externo. - Dias em que não houver expediente forense: a) em regime de permanência: das 09h às 13h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período.
Local:	Avenida Anita Garibaldi, nº 750, andar térreo, bairro Ahú, Curitiba/PR.
Telefone:	Fixo: (41) 3210-7045 (durante o período de permanência). O celular dos servidores plantonista consta no campo ao lado ("Responsável").

Divisão de Concursos da Corregedoria

Conselho da Magistratura

Comissão Int. Conc. Promoções

Sistemas de Juizados Especiais Cíveis e Criminais

Comissão Permanente de Avaliação Documental

Comarca da Capital

Direção do Fórum

Cível

4ª VARA CÍVEL

JUIZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ

RELAÇÃO Nº 02/2024

SIMPLICIO ANTUNES ACOSTA 2 31591/1983

1. ACAO DE EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 0000055-17.1969.8.16.0001 - CARLOS EUGENIO CONTIN x CEZAR NICOLATTI FILHO - Devem os procuradores da parte autora, em cinco dias, promoverem suas habilitações no sistema PROJUDI, conforme determinação contida nos autos que tramitam eletronicamente sob n.º0000055-17.1969.8.16.0001, em que litigam as partes supramencionadas. Int. - Adv. IRINEU NORBERTO DE MELLO GOZZO OAB/PR 2535.

2. ACAO DE DESPEJO - 0000240-64.1983.8.16.0001 - HELENA CECY GUERIOS x WATERLOO MARCHESINI JUNIOR - Devem os procuradores da parte autora, em cinco dias, promoverem suas habilitações no sistema PROJUDI, conforme determinação contida nos autos que tramitam eletronicamente sob n.º 0000240-64.1983.8.16.0001, em que litigam as partes supramencionadas. Int. - Adv. SIMPLICIO ANTUNES ACOSTA.OAB/PR 4994.

Curitiba, 12 de março de 2024

VILMA OTOVIS BONFANTE
Escrivã

JUIZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ

RELAÇÃO Nº 01/2024

ALCYONE CAMPOS FRANCA 1 29048/1980

1. INVENTARIO E PARTILHA - 0000189-58.1980.8.16.0001 - HILARIA EIDT GEIGER x ADOLF GEIGER - Devem os procuradores da parte autora, em cinco dias, promoverem suas habilitações no sistema PROJUDI, conforme determinação contida nos autos que tramitam eletronicamente sob n.º 0000189-58.1980.8.16.0001, em que litigam as partes supramencionadas. Int. - Adv. ALCYONE CAMPOS FRANCA OAB/PR 4496.

Curitiba, 12 de março de 2024
VILMA OTOVIS BONFANTE
Escrivã

Crime

Fazenda Pública

2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

ESTADO DO PARANÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL
2.ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL
EDITAL DE INTINAÇÃO DE CREDORES E TERCEIROS INTERESSADOS NOS AUTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA MASSA FALIDA C&M Engenharia e Montagens Industriais Ltda. (CNPJ n. 79.059.440/0001-74); Schrank Engenharia e Montagens Industriais Ltda. (CNPJ n. 03.607.923/0001-02); AKM Participação Societária Eireli (CNPJ n. 21.300.506/0001-96); SZK Participações Empresariais Ltda. (CNPJ n. 09.204.792/0001-90)
Processo nº 0002315-70.2024.8.16.0185
Processo de Falência n° 0004749-71.2020.8.16.0185

A Exma. Sra. Dra. Juíza de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba, FAZ SABER aos credores e terceiros interessados que este edital virem ou dele tiverem conhecimento que o ADMINISTRADOR JUDICIAL, Dr. Atila Sauner Posse, **apresentou as contas nos autos 0002315-70.2024.8.16.0185, para, querendo, acompanhar a prestação de contas, ora parcial, até o seu encerramento.**

Para que todos possam fazer valer seus direitos, e ninguém no futuro possa alegar ignorância, passou-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade de Curitiba - Paraná, aos 11 de março de 2024.

Família

Delitos de Trânsito

Execuções Penais

Tribunal do Júri

Infância e Juventude

Reg Pub e Acidentes de Trabalho Precatórias Cíveis

Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial

Precatórias Criminais

Auditoria da Justiça Militar

Central de Inquéritos

Juizados Especiais - Cíveis/Criminais

Concursos

Comarcas do Interior

Direção do Fórum

MATERIA Secretaria Criminal da Comarca de São João do Ivaí - PR

Portaria Nº 9/2024

O Dr. MALCON JACKSON CUMMINGS, MM. Juiz de Direito do Juízo Único da Comarca de São João do Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o disposto no art. 44, da Instrução Normativa Conjunta Nº 02/2014 da Corregedoria - Geral da Justiça e Ministério Público do Estado do Paraná, e CONSIDERANDO a existência de disponibilidade financeira, conforme consulta realizada no sistema uniformizado

DETERMINA

A CORREÇÃO DO EDITAL 07/2024 para que assim passe a constar:
INSTAURAÇÃO de Processo de Disponibilização de Recursos para órgãos de segurança pública ou entidades que exerçam atividade de segurança pública, sendo a entidade pública ou privada com finalidade social, decorrentes de penas ou medidas alternativas de prestação pecuniária. Determino a disponibilização do valor de R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), que poderá ser partilhado entre os projetos que vierem a ser aprovados. Instaurado o processo no sistema Projudi, expeça-se edital na forma do art. 44, inciso III, da IN 02/2014.

Malcon Jackson Cummings
Juiz de Direito

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6831161

Plantão Judiciário

ARAPONGAS

Período:	01/03/2024 a 03/03/2024
Juiz:	Sonia Leifa Yeh Fuzinato
Responsável:	**Plantão Ordinário** **CAMBÉ**: ANDRE GUILHERME BIBIANO (43) 99692-0033/OJ: LUIZ CARLOS LOPES **IBIPORÃ**: CAMILA FERREIRA GREGUI FREDERICO (43) 98434-8075/ OJ: EDEVAL HENRIQUE M. TAVARES **ROLÂNDIA**: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: MONICA DO NASCIMENTO SOSTER (43) 99952-8613 **ARAPONGAS:** KATIA CIBELE ALVES DE MENDONÇA (43) 99974-4074/ OJ: RUBENS GUILHERME DE FRANÇA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia
Telefone:	

Período:	01/03/2024 a 03/03/2024
Juiz:	Patricia de Mello Bronzetti Ávalos
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** **CAMBÉ**: ANDRE GUILHERME BIBIANO (43) 99692-0033/OJ: LUIZ CARLOS LOPES **IBIPORÃ**: CAMILA FERREIRA GREGUI FREDERICO (43) 98434-8075/ OJ: EDEVAL HENRIQUE M. TAVARES **ROLÂNDIA**: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: MONICA DO NASCIMENTO SOSTER (43) 99952-8613 **ARAPONGAS:** KATIA CIBELE ALVES DE MENDONÇA (43) 99974-4074/ OJ: RUBENS GUILHERME DE FRANÇA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia
Telefone:	

Período:	01/03/2024 a 03/03/2024
Juiz:	Luciene Oliveira Vizzotto Zanetti
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** **CAMBÉ**: ANDRE GUILHERME BIBIANO (43) 99692-0033/OJ: LUIZ CARLOS LOPES **IBIPORÃ**: CAMILA FERREIRA GREGUI FREDERICO (43) 98434-8075/ OJ: EDEVAL HENRIQUE M. TAVARES **ROLÂNDIA**: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: MONICA DO NASCIMENTO SOSTER (43) 99952-8613 **ARAPONGAS:** KATIA CIBELE ALVES DE MENDONÇA (43) 99974-4074/ OJ: RUBENS GUILHERME DE FRANÇA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia
Telefone:	

Período:	04/03/2024 a 10/03/2024
Juiz:	Élberti Mattos Bernardineli
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** **CAMBÉ**: MARISA DE MORAES GOMES (43) 99958-9449/OJ: LUIZ CEZAR COGO DOS SANTOS **IBIPORÃ**: GUILHERME THOMAZELLI BARBOSA VIEIRA (43) 99978-5673/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA **ROLÂNDIA**: PHILIPPE FANELLI FERRAIOL (43) 99980-5986/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99980-5986 **ARAPONGAS:** LUISA GIGLINI BENEGACCI (43) 99974-4074/ OJ: NILSON SERGIO DA SILVA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	04/03/2024 a 10/03/2024
Juiz:	Ana Cristina Penhalbel Moraes
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** **CAMBÉ**: MARISA DE MORAES GOMES (43) 99958-9449/OJ: LUIZ CEZAR COGO DOS SANTOS **IBIPORÃ**: GUILHERME THOMAZELLI BARBOSA VIEIRA (43) 99978-5673/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA **ROLÂNDIA**: PHILIPPE FANELLI FERRAIOL (43) 99980-5986/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99980-5986 **ARAPONGAS:** LUISA GIGLINI BENEGACCI (43) 99974-4074/ OJ: NILSON SERGIO DA SILVA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	04/03/2024 a 10/03/2024
Juiz:	Nayara Rangel Vasconcellos Dell Agnelo
Responsável:	**Plantão Ordinário** **CAMBÉ**: MARISA DE MORAES GOMES (43) 99958-9449/OJ: LUIZ CEZAR COGO DOS SANTOS **IBIPORÃ**: GUILHERME THOMAZELLI BARBOSA VIEIRA (43) 99978-5673/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA **ROLÂNDIA**: PHILIPPE FANELLI FERRAIOL (43) 99980-5986/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99980-5986 **ARAPONGAS:** LUISA GIGLINI BENEGACCI (43) 99974-4074/ OJ: NILSON SERGIO DA SILVA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	11/03/2024 a 17/03/2024
Juiz:	Leane Cristine do Nascimento Oliveira Donato
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** **CAMBÉ**: GUILHERME FINI PEIXOTO (43) 99696-1100 /OJ: CAROLINA SECCO BIANCHINI **IBIPORÃ**: LETÍCIA BUENO GUANDALINI GARCIA (43) 98434-8075/ OJ: JOE LUIZ THIESSEN JUNIOR **ROLÂNDIA**: SILVANA DA SILVA F. VEIGA (43) 99955-8895/ OJ: LIRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99616-9516 **ARAPONGAS:** THAYS SCHUMINSKI MIYAMOTO (43) 99974-4074/ OJ: VIVIANE APARECIDA DE SOUZA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	11/03/2024 a 17/03/2024

Juiz:	Gabriel Rocha Zenun
Responsável:	**Plantão Ordinário** **CAMBÉ**: GUILHERME FINI PEIXOTO (43) 99696-1100 /OJ: CAROLINA SECCO BIANCHINI **IBIPORÃ**: LETÍCIA BUENO GUANDALINI GARCIA (43) 98434-8075/ OJ: JOE LUIZ THIESSEN JUNIOR **ROLÂNDIA**: SILVANA DA SILVA F. VEIGA (43) 99955-8895/ OJ: LIRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99616-9516 **ARAPONGAS:** THAYS SCHUMINSKI MIYAMOTO (43) 99974-4074/ OJ: VIVIANE APARECIDA DE SOUZA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	11/03/2024 a 17/03/2024
Juiz:	Camila Covolo de Carvalho
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** **CAMBÉ**: GUILHERME FINI PEIXOTO (43) 99696-1100 /OJ: CAROLINA SECCO BIANCHINI **IBIPORÃ**: LETÍCIA BUENO GUANDALINI GARCIA (43) 98434-8075/ OJ: JOE LUIZ THIESSEN JUNIOR **ROLÂNDIA**: SILVANA DA SILVA F. VEIGA (43) 99955-8895/ OJ: LIRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99616-9516 **ARAPONGAS:** THAYS SCHUMINSKI MIYAMOTO (43) 99974-4074/ OJ: VIVIANE APARECIDA DE SOUZA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	18/03/2024 a 24/03/2024
Juiz:	Luciano Souza Gomes
Responsável:	**Plantão Ordinário** **CAMBÉ**: RAFAEL BREGANÓ ROCHA (43) 99165-7473 /OJ: SIDIMAR LUIZ VALÉRIO **IBIPORÃ**: JULIANA MARIA KUBO (43) 99145-1529/ OJ: ALESSANDRO FRANCO DE ALMEIDA **ROLÂNDIA**: ROBSON DE SOUZA NEUBA (43) 99621-7291/ OJ: SERGIO ROSA DE CAMPOS (43) 99607-3419 **ARAPONGAS:** ADRIANO JOSÉ MACHADO (43) 99974-4074/ OJ: MARCOS HENRIQUE CATARINO
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	18/03/2024 a 24/03/2024
Juiz:	Ricardo Luiz Gorla
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** **CAMBÉ**: RAFAEL BREGANÓ ROCHA (43) 99165-7473 /OJ: SIDIMAR LUIZ VALÉRIO **IBIPORÃ**: JULIANA MARIA KUBO (43) 99145-1529/ OJ: ALESSANDRO FRANCO DE ALMEIDA **ROLÂNDIA**: ROBSON DE SOUZA NEUBA (43) 99621-7291/ OJ: SERGIO ROSA DE CAMPOS (43) 99607-3419 **ARAPONGAS:** ADRIANO JOSÉ MACHADO (43) 99974-4074/ OJ: MARCOS HENRIQUE CATARINO
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	18/03/2024 a 24/03/2024
Juiz:	Nayara Rangel Vasconcellos Dell Agnelo
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** **CAMBÉ**: RAFAEL BREGANÓ ROCHA (43) 99165-7473 /OJ: SIDIMAR LUIZ VALÉRIO **IBIPORÃ**: JULIANA MARIA KUBO (43) 99145-1529/ OJ: ALESSANDRO FRANCO DE ALMEIDA **ROLÂNDIA**: ROBSON DE SOUZA NEUBA (43) 99621-7291/ OJ: SERGIO ROSA DE CAMPOS (43) 99607-3419 **ARAPONGAS:** ADRIANO JOSÉ MACHADO (43) 99974-4074/ OJ: MARCOS HENRIQUE CATARINO
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	25/03/2024 a 31/03/2024
Juiz:	Marina Martins Bardou Zunino
Responsável:	**Plantão Ordinário** **CAMBÉ**: MARIA TEREZINHA GONFIO DA SILVA (43) 99917-4373/OJ: LUIZ CARLOS LOPES **IBIPORÃ**: MARCOS MASAFUMI YUYAMA (43) 99954-0431/ OJ: EDEVAL HENRIQUE MATSUSHIMA TAVARES **ROLÂNDIA**: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: MONICA DO NASCIMENTO SOSTER (43) 99982-6114 **ARAPONGAS:** JULIANA FERREIRA DE MORES (43) 99974-4074/ OJ: FERNANDO ANTONIO MOSCATO
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	25/03/2024 a 31/03/2024
Juiz:	Renata Maria Fernandes Sassi Fantin
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** **CAMBÉ**: MARIA TEREZINHA GONFIO DA SILVA (43) 99917-4373/OJ: LUIZ CARLOS LOPES **IBIPORÃ**: MARCOS MASAFUMI YUYAMA (43) 99954-0431/ OJ: EDEVAL HENRIQUE MATSUSHIMA TAVARES **ROLÂNDIA**: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: MONICA DO NASCIMENTO SOSTER (43) 99982-6114 **ARAPONGAS:** JULIANA FERREIRA DE MORES (43) 99974-4074/ OJ: FERNANDO ANTONIO MOSCATO
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	25/03/2024 a 31/03/2024
Juiz:	Camila Covolo de Carvalho
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** **CAMBÉ**: MARIA TEREZINHA GONFIO DA SILVA (43) 99917-4373/OJ: LUIZ CARLOS LOPES **IBIPORÃ**: MARCOS MASAFUMI YUYAMA (43) 99954-0431/ OJ: EDEVAL HENRIQUE MATSUSHIMA TAVARES **ROLÂNDIA**: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: MONICA DO NASCIMENTO SOSTER (43) 99982-6114

	ARAPONGAS: JULIANA FERREIRA DE MORES (43) 99974-4074/ OJ: FERNANDO ANTONIO MOSCATO
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

FORO REGIONAL DE CAMBÉ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

Período:	01/03/2024 a 03/03/2024
Juiz:	Sonia Leifa Yeh Fuzinato
Responsável:	**Plantão Ordinário** **CAMBÉ**: ANDRE GUILHERME BIBIANO (43) 99692-0033/OJ: LUIZ CARLOS LOPES **IBIPORÃ**: RAFAEL MARTIRE SANTANA (43) 99165-7473/ OJ: EDEVAL HENRIQUE M. TAVARES **ROLÂNDIA**: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99161-6548 **ARAPONGAS:** KATIA CIBELE ALVES DE MENDONÇA (43) 99974-4074/ OJ: RUBENS GUILHERME DE FRANÇA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia
Telefone:	

Período:	01/03/2024 a 03/03/2024
Juiz:	Patricia de Mello Bronzetti Ávalos
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** **CAMBÉ**: ANDRE GUILHERME BIBIANO (43) 99692-0033/OJ: LUIZ CARLOS LOPES **IBIPORÃ**: RAFAEL MARTIRE SANTANA (43) 99165-7473/ OJ: EDEVAL HENRIQUE M. TAVARES **ROLÂNDIA**: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99161-6548 **ARAPONGAS:** KATIA CIBELE ALVES DE MENDONÇA (43) 99974-4074/ OJ: RUBENS GUILHERME DE FRANÇA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia
Telefone:	

Período:	01/03/2024 a 03/03/2024
Juiz:	Luciene Oliveira Vizzotto Zanetti
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** **CAMBÉ**: ANDRE GUILHERME BIBIANO (43) 99692-0033/OJ: LUIZ CARLOS LOPES **IBIPORÃ**: RAFAEL MARTIRE SANTANA (43) 99165-7473/ OJ: EDEVAL HENRIQUE M. TAVARES **ROLÂNDIA**: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99161-6548 **ARAPONGAS:** KATIA CIBELE ALVES DE MENDONÇA (43) 99974-4074/ OJ: RUBENS GUILHERME DE FRANÇA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia
Telefone:	

Período:	04/03/2024 a 10/03/2024
Juiz:	Nayara Rangel Vasconcellos Dell Agnelo
Responsável:	**Plantão Ordinário** **CAMBÉ**: MARISA DE MORAES GOMES (43) 99958-9449/OJ: LUIZ CEZAR COGO DOS SANTOS **IBIPORÃ**: GUILHERME THOMAZELLI BARBOSA VIEIRA (43) 99978-5673/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA **ROLÂNDIA**: PHILIPPE FANELLI FERRAIOL (43) 99980-5986/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99980-5986 **ARAPONGAS:** LUISA GIGLINI BENEGACCI (43) 99974-4074/ OJ: NILSON SERGIO DA SILVA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia
Telefone:	

Período:	04/03/2024 a 10/03/2024
Juiz:	Élberti Mattos Bernardineli
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** **CAMBÉ**: MARISA DE MORAES GOMES (43) 99958-9449/OJ: LUIZ CEZAR COGO DOS SANTOS **IBIPORÃ**: GUILHERME THOMAZELLI BARBOSA VIEIRA (43) 99978-5673/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA **ROLÂNDIA**: PHILIPPE FANELLI FERRAIOL (43) 99980-5986/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99980-5986 **ARAPONGAS:** LUISA GIGLINI BENEGACCI (43) 99974-4074/ OJ: NILSON SERGIO DA SILVA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia
Telefone:	

Período:	04/03/2024 a 10/03/2024
Juiz:	Ana Cristina Penhalbel Moraes
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** **CAMBÉ**: MARISA DE MORAES GOMES (43) 99958-9449/OJ: LUIZ CEZAR COGO DOS SANTOS **IBIPORÃ**: GUILHERME THOMAZELLI BARBOSA VIEIRA (43) 99978-5673/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA **ROLÂNDIA**: PHILIPPE FANELLI FERRAIOL (43) 99980-5986/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99980-5986 **ARAPONGAS:** LUISA GIGLINI BENEGACCI (43) 99974-4074/ OJ: NILSON SERGIO DA SILVA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia
Telefone:	

Período:	11/03/2024 a 17/03/2024
Juiz:	Leane Cristine do Nascimento Oliveira Donato
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** **CAMBÉ**: GUILHERME FINI PEIXOTO (43) 99696-1100 /OJ: CAROLINA SECCO BIANCHINI **IBIPORÃ**: LETÍCIA BUENO GUANDALINI GARCIA (43) 98434-8075/ OJ: JOE LUIZ THIESSEN JUNIOR **ROLÂNDIA**: SILVANA DA SILVA F. VEIGA (43) 99955-8895/ OJ: LIRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99616-9516 **ARAPONGAS:** THAYS SCHUMINSKI MIYAMOTO (43) 99974-4074/ OJ: VIVIANE APARECIDA DE SOUZA

Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia
Telefone:	

Período:	11/03/2024 a 17/03/2024
Juiz:	Gabriel Rocha Zenun
Responsável:	**Plantão Ordinário** **CAMBÉ**: GUILHERME FINI PEIXOTO (43) 99696-1100 /OJ: CAROLINA SECCO BIANCHINI **IBIPORÃ**: LETÍCIA BUENO GUANDALINI GARCIA (43) 98434-8075/ OJ: JOE LUIZ THIESSEN JUNIOR **ROLÂNDIA**: SILVANA DA SILVA F. VEIGA (43) 99955-8895/ OJ: LIRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99616-9516 **ARAPONGAS:** THAYS SCHUMINSKI MIYAMOTO (43) 99974-4074/ OJ: VIVIANE APARECIDA DE SOUZA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia
Telefone:	

Período:	11/03/2024 a 17/03/2024
Juiz:	Camila Covolo de Carvalho
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** **CAMBÉ**: GUILHERME FINI PEIXOTO (43) 99696-1100 /OJ: CAROLINA SECCO BIANCHINI **IBIPORÃ**: LETÍCIA BUENO GUANDALINI GARCIA (43) 98434-8075/ OJ: JOE LUIZ THIESSEN JUNIOR **ROLÂNDIA**: SILVANA DA SILVA F. VEIGA (43) 99955-8895/ OJ: LIRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99616-9516 **ARAPONGAS:** THAYS SCHUMINSKI MIYAMOTO (43) 99974-4074/ OJ: VIVIANE APARECIDA DE SOUZA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia
Telefone:	

Período:	18/03/2024 a 24/03/2024
Juiz:	Luciano Souza Gomes
Responsável:	**Plantão Ordinário** **CAMBÉ**: RAFAEL BREGANÓ ROCHA (43) 99165-7473 /OJ: SIDIMAR LUIZ VALÉRIO **IBIPORÃ**: JULIANA MARIA KUBO (43) 99145-1529/ OJ: ALESSANDRO FRANCO DE ALMEIDA **ROLÂNDIA**: ROBSON DE SOUZA NEUBA (43) 99621-7291/ OJ: SERGIO ROSA DE CAMPOS (43) 99607-3419 **ARAPONGAS:** ADRIANO JOSÉ MACHADO (43) 99974-4074/ OJ: MARCOS HENRIQUE CATARINO
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	18/03/2024 a 24/03/2024
Juiz:	Nayara Rangel Vasconcellos Dell Agnelo
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** **CAMBÉ**: RAFAEL BREGANÓ ROCHA (43) 99165-7473/OJ: SIDIMAR LUIZ VALÉRIO **IBIPORÃ**: JULIANA MARIA KUBO (43) 99145-1529/ OJ: ALESSANDRO FRANCO DE ALMEIDA **ROLÂNDIA**: ROBSON DE SOUZA NEUBA (43) 99621-7291/ OJ: SERGIO ROSA DE CAMPOS (43) 99607-3419 **ARAPONGAS:** ADRIANO JOSÉ MACHADO (43) 99974-4074/ OJ: MARCOS HENRIQUE CATARINO
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	18/03/2024 a 24/03/2024
Juiz:	Ricardo Luiz Gorla
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** **CAMBÉ**: RAFAEL BREGANÓ ROCHA (43) 99165-7473/OJ: SIDIMAR LUIZ VALÉRIO **IBIPORÃ**: JULIANA MARIA KUBO (43) 99145-1529/ OJ: ALESSANDRO FRANCO DE ALMEIDA **ROLÂNDIA**: ROBSON DE SOUZA NEUBA (43) 99621-7291/ OJ: SERGIO ROSA DE CAMPOS (43) 99607-3419 **ARAPONGAS:** ADRIANO JOSÉ MACHADO (43) 99974-4074/ OJ: MARCOS HENRIQUE CATARINO
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	25/03/2024 a 31/03/2024
Juiz:	Camila Covolo de Carvalho
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** **CAMBÉ**: MARIA TEREZINHA GONFIO DA SILVA (43) 99917-4373/OJ: LUIZ CARLOS LOPES **IBIPORÃ**: MARCOS MASAFUMI YUYAMA (43) 99954-0431/ OJ: EDEVAL HENRIQUE MATSUSHIMA TAVARES **ROLÂNDIA**: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: MONICA DO NASCIMENTO SOSTER (43) 99982-6114 **ARAPONGAS:** JULIANA FERREIRA DE MORES (43) 99974-4074/ OJ: FERNANDO ANTONIO MOSCATO
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	25/03/2024 a 31/03/2024
Juiz:	Marina Martins Bardou Zunino
Responsável:	**Plantão Ordinário** **CAMBÉ**: MARIA TEREZINHA GONFIO DA SILVA (43) 99917-4373/OJ: LUIZ CARLOS LOPES **IBIPORÃ**: MARCOS MASAFUMI YUYAMA (43) 99954-0431/ OJ: EDEVAL HENRIQUE MATSUSHIMA TAVARES **ROLÂNDIA**: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: MONICA DO NASCIMENTO SOSTER (43) 99982-6114 **ARAPONGAS:** JULIANA FERREIRA DE MORES (43) 99974-4074/ OJ: FERNANDO ANTONIO MOSCATO
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	25/03/2024 a 31/03/2024
Juiz:	Renata Maria Fernandes Sassi Fantin
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1**

	CAMBÉ: MARIA TEREZINHA GONFIO DA SILVA (43) 99917-4373/OJ: LUIZ CARLOS LOPES **IBIPORÃ**: MARCOS MASAFUMI YUYAMA (43) 99954-0431/ OJ: EDEVAL HENRIQUE MATSUSHIMA TAVARES **ROLÂNDIA**: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: MONICA DO NASCIMENTO SOSTER (43) 99982-6114 **ARAPONGAS:** JULIANA FERREIRA DE MORES (43) 99974-4074/ OJ: FERNANDO ANTONIO MOSCATO
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

GUARAPUAVA

Período:	04/03/2024 a 11/03/2024
Juiz:	Paola Gonçalves Mancini de Lima
Responsável:	Fernanda Ribeiro (Técnica Judiciaria)
Horário:	Plantão Temático: segue o horário do plantão ordinário e trata das ações relacionadas à violência doméstica.
Local:	Fórum Estadual Desembargador Ernani Guarita Cartaxo
Telefone:	(42) 3308-7600 / (42) 99942-0431

Período:	04/03/2024 a 11/03/2024
Juiz:	Erika Luiza Dias Pinto Taborda
Responsável:	Fernanda Ribeiro (Técnica Judiciaria)
Horário:	Plantão Ordinário: ocorre entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense, e trata das ações elencadas na Resolução 186/2017, exceto se se referirem à violência doméstica.
Local:	Fórum Estadual Desembargador Ernani Guarita Cartaxo
Telefone:	(42) 3308-7600 (42) 99942-0431

Período:	11/03/2024 a 18/03/2024
Juiz:	Glauco Alessandro de Oliveira
Responsável:	1. Leonardo Chandorra Gomes Ferraz (Analista Judiciário)
Horário:	Plantão Temático: segue o horário do plantão ordinário e trata das ações relacionadas à violência doméstica
Local:	Fórum Estadual Desembargador Ernani Guarita Cartaxo
Telefone:	(42) 3308-7600 / (42) 99964-3006

Período:	11/03/2024 a 18/03/2024
Juiz:	Ricardo Alexandre Spessato de Alvarenga Campos
Responsável:	Leonardo Chandorra Gomes Ferraz (Analista Judiciário)
Horário:	Plantão Ordinário: ocorre entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense, e trata das ações elencadas na Resolução 186/2017, exceto se se referirem à violência doméstica.
Local:	Fórum Estadual Desembargador Ernani Guarita Cartaxo
Telefone:	(42) 3308-7600 (42) 99964-3006

Período:	18/03/2024 a 25/03/2024
Juiz:	Carmen Silvania Zolandeck Mondin
Responsável:	Neila Paula Likes (Analista Judiciaria)
Horário:	Plantão Temático: segue o horário do plantão ordinário e trata das ações relacionadas à violência doméstica
Local:	Fórum Estadual Desembargador Ernani Guarita Cartaxo
Telefone:	(42) 3308-7600 / (42) 99933-5756

Período:	18/03/2024 a 25/03/2024
Juiz:	Liliane Graciele Breitwisser
Responsável:	Neila Paula Likes (Analista Judiciaria)
Horário:	Plantão Ordinário: ocorre entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense, e trata das ações elencadas na Resolução 186/2017, exceto se se referirem à violência doméstica.
Local:	Fórum Estadual Desembargador Ernani Guarita Cartaxo
Telefone:	(42) 3308-7600 /(42) (42) 99933-5756

Período:	25/03/2024 a 01/04/2024
Juiz:	Marcio Trindade Dantas
Responsável:	Leticia do Nascimento e Silva (Analista Judiciaria)
Horário:	Plantão Ordinário: ocorre entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense, e trata das ações elencadas na Resolução 186/2017, exceto se se referirem à violência doméstica.
Local:	Fórum Estadual Desembargador Ernani Guarita Cartaxo
Telefone:	(42) 3308-7600 / (42) 99965-5101

Período:	25/03/2024 a 01/04/2024
Juiz:	Ricardo Alexandre Spessato de Alvarenga Campos
Responsável:	Leticia do Nascimento e Silva (Analista Judiciaria)
Horário:	Plantão Temático: segue o horário do plantão ordinário e trata das ações relacionadas à violência doméstica
Local:	Fórum Estadual Desembargador Ernani Guarita Cartaxo
Telefone:	(42) 3308-7600 /(42) 99965-5101

FORO REGIONAL DE IBIPORÃ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

Período:	01/03/2024 a 03/03/2024
Juiz:	Sonia Leifa Yeh Fuzinato
Responsável:	**Plantão Ordinário** **CAMBÉ**: ANDRE GUILHERME BIBIANO (43) 99692-0033/OJ: LUIZ CARLOS LOPES **IBIPORÃ**: CAMILA FERREIRA GREGUI FREDERICO (43) 98434-8075/ OJ: EDEVAL HENRIQUE M. TAVARES **ROLÂNDIA**: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: MONICA DO NASCIMENTO SOSTER (43) 99952-8613 **ARAPONGAS:** KATIA CIBELE ALVES DE MENDONÇA (43) 99974-4074/ OJ: RUBENS GUILHERME DE FRANÇA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia
Telefone:	

Período:	01/03/2024 a 03/03/2024
Juiz:	Patricia de Mello Bronzetti Ávalos
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** **CAMBÉ**: ANDRE GUILHERME BIBIANO (43) 99692-0033/OJ: LUIZ CARLOS LOPES **IBIPORÃ**: CAMILA FERREIRA GREGUI FREDERICO (43) 98434-8075/ OJ: EDEVAL HENRIQUE M. TAVARES **ROLÂNDIA**: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: MONICA DO NASCIMENTO SOSTER (43) 99952-8613 **ARAPONGAS:** KATIA CIBELE ALVES DE MENDONÇA (43) 99974-4074/ OJ: RUBENS GUILHERME DE FRANÇA

Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia
Telefone:	

Período:	01/03/2024 a 03/03/2024
Juiz:	Luciene Oliveira Vizzotto Zanetti
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** **CAMBÉ**: ANDRE GUILHERME BIBIANO (43) 99692-0033/OJ: LUIZ CARLOS LOPES **IBIPORÃ**: CAMILA FERREIRA GREGUI FREDERICO (43) 98434-8075/ OJ: EDEVAL HENRIQUE M. TAVARES **ROLÂNDIA**: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: MONICA DO NASCIMENTO SOSTER (43) 99952-8613 **ARAPONGAS:** KATIA CIBELE ALVES DE MENDONÇA (43) 99974-4074/ OJ: RUBENS GUILHERME DE FRANÇA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia
Telefone:	

Período:	04/03/2024 a 10/03/2024
Juiz:	Élberti Mattos Bernardineli
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** **CAMBÉ**: MARISA DE MORAES GOMES (43) 99958-9449/OJ: LUIZ CEZAR COGO DOS SANTOS **IBIPORÃ**: GUILHERME THOMAZELLI BARBOSA VIEIRA (43) 99978-5673/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA **ROLÂNDIA**: PHILIPPE FANELLI FERRAIOL (43) 99980-5986/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99980-5986 **ARAPONGAS:** LUISA GIGLINI BENEGACCI (43) 99974-4074/ OJ: NILSON SERGIO DA SILVA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	04/03/2024 a 10/03/2024
Juiz:	Nayara Rangel Vasconcellos Dell Agnelo
Responsável:	**Plantão Ordinário** **CAMBÉ**: MARISA DE MORAES GOMES (43) 99958-9449/OJ: LUIZ CEZAR COGO DOS SANTOS **IBIPORÃ**: GUILHERME THOMAZELLI BARBOSA VIEIRA (43) 99978-5673/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA **ROLÂNDIA**: PHILIPPE FANELLI FERRAIOL (43) 99980-5986/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99980-5986 **ARAPONGAS:** LUISA GIGLINI BENEGACCI (43) 99974-4074/ OJ: NILSON SERGIO DA SILVA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	04/03/2024 a 10/03/2024
Juiz:	Ana Cristina Penhalbel Moraes
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** **CAMBÉ**: MARISA DE MORAES GOMES (43) 99958-9449/OJ: LUIZ CEZAR COGO DOS SANTOS **IBIPORÃ**: GUILHERME THOMAZELLI BARBOSA VIEIRA (43) 99978-5673/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA **ROLÂNDIA**: PHILIPPE FANELLI FERRAIOL (43) 99980-5986/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99980-5986 **ARAPONGAS:** LUISA GIGLINI BENEGACCI (43) 99974-4074/ OJ: NILSON SERGIO DA SILVA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	11/03/2024 a 17/03/2024
Juiz:	Gabriel Rocha Zenun
Responsável:	**Plantão Ordinário** **CAMBÉ**: GUILHERME FINI PEIXOTO (43) 99696-1100 /OJ: CAROLINA SECCO BIANCHINI **IBIPORÃ**: LETÍCIA BUENO GUANDALINI GARCIA (43) 98434-8075/ OJ: JOE LUIZ THIESSEN JUNIOR **ROLÂNDIA**: SILVANA DA SILVA F. VEIGA (43) 99955-8895/ OJ: LIRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99616-9516 **ARAPONGAS:** THAYS SCHUMINSKI MIYAMOTO (43) 99974-4074/ OJ: VIVIANE APARECIDA DE SOUZA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	11/03/2024 a 17/03/2024
Juiz:	Camila Covolo de Carvalho
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** **CAMBÉ**: GUILHERME FINI PEIXOTO (43) 99696-1100 /OJ: CAROLINA SECCO BIANCHINI **IBIPORÃ**: LETÍCIA BUENO GUANDALINI GARCIA (43) 98434-8075/ OJ: JOE LUIZ THIESSEN JUNIOR **ROLÂNDIA**: SILVANA DA SILVA F. VEIGA (43) 99955-8895/ OJ: LIRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99616-9516 **ARAPONGAS:** THAYS SCHUMINSKI MIYAMOTO (43) 99974-4074/ OJ: VIVIANE APARECIDA DE SOUZA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	11/03/2024 a 17/03/2024
Juiz:	Leane Cristine do Nascimento Oliveira
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** **CAMBÉ**: GUILHERME FINI PEIXOTO (43) 99696-1100 /OJ: CAROLINA SECCO BIANCHINI **IBIPORÃ**: LETÍCIA BUENO GUANDALINI GARCIA (43) 98434-8075/ OJ: JOE LUIZ THIESSEN JUNIOR **ROLÂNDIA**: SILVANA DA SILVA F. VEIGA (43) 99955-8895/ OJ: LIRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99616-9516 **ARAPONGAS:** THAYS SCHUMINSKI MIYAMOTO (43) 99974-4074/ OJ: VIVIANE APARECIDA DE SOUZA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	18/03/2024 a 24/03/2024
Juiz:	Luciano Souza Gomes
Responsável:	**Plantão Ordinário**

	CAMBÉ: RAFAEL BREGANÓ ROCHA (43) 99165-7473 /OJ: SIDIMAR LUIZ VALÉRIO **IBIPORÃ**: JULIANA MARIA KUBO (43) 99145-1529/ OJ: ALESSANDRO FRANCO DE ALMEIDA **ROLÂNDIA**: ROBSON DE SOUZA NEUBA (43) 99621-7291/ OJ: SERGIO ROSA DE CAMPOS (43) 99607-3419 **ARAPONGAS:** ADRIANO JOSÉ MACHADO (43) 99974-4074/ OJ: MARCOS HENRIQUE CATARINO
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	18/03/2024 a 24/03/2024
Juiz:	Ricardo Luiz Gorla
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** **CAMBÉ**: RAFAEL BREGANÓ ROCHA (43) 99165-7473 /OJ: SIDIMAR LUIZ VALÉRIO **IBIPORÃ**: JULIANA MARIA KUBO (43) 99145-1529/ OJ: ALESSANDRO FRANCO DE ALMEIDA **ROLÂNDIA**: ROBSON DE SOUZA NEUBA (43) 99621-7291/ OJ: SERGIO ROSA DE CAMPOS (43) 99607-3419 **ARAPONGAS:** ADRIANO JOSÉ MACHADO (43) 99974-4074/ OJ: MARCOS HENRIQUE CATARINO
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	18/03/2024 a 24/03/2024
Juiz:	Nayara Rangel Vasconcellos
Responsável:	**Plantão Facultativo 2- F2** **CAMBÉ**: RAFAEL BREGANÓ ROCHA (43) 99165-7473 /OJ: SIDIMAR LUIZ VALÉRIO **IBIPORÃ**: JULIANA MARIA KUBO (43) 99145-1529/ OJ: ALESSANDRO FRANCO DE ALMEIDA **ROLÂNDIA**: ROBSON DE SOUZA NEUBA (43) 99621-7291/ OJ: SERGIO ROSA DE CAMPOS (43) 99607-3419 **ARAPONGAS:** ADRIANO JOSÉ MACHADO (43) 99974-4074/ OJ: MARCOS HENRIQUE CATARINO
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Período:	30/12/2023 a 03/01/2024
Juiz:	Alexandre Afonso Knakiewicz
Responsável:	**Comarca de TOLEDO** **OFICIAIS DE JUSTIÇA:** **DE 20/12/2022 A 06/01/2023**: Jose Alberto Krueger Junior Osemir Aparecido de Queiroz **DISTRIBUIDOR:** **De 20/12/2022 a 06/01/2023 -** Daniel Formighieri Nardi - 41 - 99649-0688 **VARAS CRIMINAIS:** **18/12/2023 -** Gislaine Maria da Silva ? (45) 99920-7881/ João Walmir Matte ? (45) 99115-6536 **19/12/2023 -** Flávio Pereira Leite ? (44) 98409-1266 / Pauliane Galdino Ribeiro ? (44) 99992-2071 **20/12/2023 a 22/12/2023 -** Flávio Pereira Leite ? (44) 98409-1266 **23/12/2023 e 24/12/2023 -** Gislaine Maria da Silva ? (45) 99920-7881 **25/12/2023 a 26/12/2023 -** Pauliane Galdino Ribeiro ? (44) 99992-2071 **27/12/2023 a 28/12/2023 -** João Walmir Matte ? (45) 99115-6536 **29 e 30/12/2023** - Lourenço Jefferson Bringmann 9815-7997 **31/12/2022 e 01/01/2024 -** Eleonora Paulini 41 988740550 **02 e 03/01/2024** - Anderson Michel Busatta 9133-3677 **04 e 05/01/2024** - José Marcelo Morais Cardoso 45 - 3277-4844 **06 e 07/01/2024** - Cristiane Holzbach - 9988-3900 **VARAS CÍVEIS:** **18 e 19/12/2023 -** Jessica Fernanda Giacomini (45) 9 9993-1293 e Naiara Seren (45) 9 9800-1437 ? **20 a 24/12/2023 -** Jessica Fernanda Giacomini (45) 9 9993-1293 e Naiara Seren (45) 9 9800-1437 - **25/12/2023 ?** Luis Felipe Lupatini (44) 9 9827-2343 **26/12/2023 ?** Sandra Regina Francescon De Albuquerque (45) 9 9919-3723 **27/12/2023 ?** Adriane Haas (45) 9 9935-9271 **28/12/2023 ?** Luis Felipe Lupatini (44) 9 9827-2343 **29 e 30/12/2023 ?** Maria Helena de Lima Probst (45) 9 9979-6689 **31/12/2023 ?** Paulo Henrique Muniz (45) 9 9934-9183 **01/01/2024 -** Guilherme de Carvalho Pedro - (44) 9 980-7730 **02 e 03/01/2024 -** Gabriela Ribeiro Paranhos de Carvalho - (44) 9 9980-2210 **04/01/2024 -** Guilherme de Carvalho Pedro - (44) 9 980-7730 **05/01/2024 -** Vitor Bernhard Calliari - (45) 9 9931-6094 **06 e 07/01/2024 -** Maria Alice Ortiz - (45) 9 8431-0606 **JUIZADO ESPECIAL CÌVEL E CRIMINAL:** **18 e 19/12/2023 -** Celmei da Rosa Dantas - 45 99965-4866 **20 a 21/12/2023 -** Celmei da Rosa Dantas - 45 99965-4866

22 a 26/12/2023 - Adriani Hein - 45 99853-1924

27 a 30/12/2023 - Ana Paula Portes - 45 99981-4363

31/12/2023 a 03/01/2024 - Israel M. G. F. Thimoteo - 45 99838-4671

04 a 07/01/2024 - Dagobert Jirkowsky - 45 99122-1487

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES:

18 e 19 /12/2023 - Andrea Shirakura 45 9 9902-1633.

20 à 24/12/2023 - Andrea Shirakura 45 9 9902-1633.

25 à 31/12/2023 - Rosana De Oliveira Weber 45 9 9916-5412

1º à 07/01/2023- Tercio Tanure 45 9 9126-4210.

VARA DE INFÂNCIA, JUVENTUDE E ANEXOS:

18 e 19/12/2023 - Daniele Alessandra Grando ? Cel 9 9916-3503

20 e 21/12/2023 - Daniele Alessandra Grando ? Cel 9 9916-3503

22 a 25/12/2022 ? Eziel Bis 9 9970-5641

26/12/2023 a 28/12/2023 ? Deborah Turim (44)99989-4413

29/12/2023 a 31/01/2023 ? Eliezer Aparecido Carneiro Wille ? Cel 9 9969-5505

01/01/2024 a 03/01/2024 - Manoella Rosane da Silva ? Cel 9 9937-2073

04/01/2024 a 07/01/2024 - Matheus Faria Souto ? Cel (38) 9 9810 - 3037

NAE

20/12/2023 à 28/12/2023 -Tais Augusta Pelanda Maciel (45) 99933-5666

- Glorete Barbosa Lenzi Telefone (44 9 9908 2869)

29/12/2023 à 07/01/2024 - Ronnie Jackson Biazi Telefone (9 9925 6235)

- Vivian Cristiane Kruger Busse Telefone (9 9995 8070)

Comarca de Marechal Candido Rondon

Oficiais de Justiça:

18 e 19/12/2023 ? Luciani M. S. Salvaro

20 a 22/12/2023 ? Luciani M. S. Salvaro

23 a 27/12/2023 - Roberto A. Brescovitt

28 a 02/01/2024 ? Carlos J. Dornelas

03 a 07/01/2024 ? Cristiane M. L. Prestes

Escrivão

18/12/2023 a 07/01/2024 ? Regis Prestes 99804-6592

Comarca de Santa Helena

Oficiais de Justiça:

- 18/12/2023 à 25/12/2023 ? Diatiuca Emanuela de Moura ? telefone: (45) 98826-6402

- 26/12/2023 à 01/01/2024 ? Taicir Ibraim ? telefone: (45) 99971-9234

- 02/01/2024 à 07/01/2024 ? Josean Tavares dos Santos ? telefone: (45) 9 9926-4127

Vara Criminal e anexos:

- 18/12/2023 à 27/12/2023 ? Maíra Soalheiro Grade ? telefone: (45) 99911-5089

- 28/12/2023 à 07/01/2024 ? Marcio Dantas Pinheiro ? telefone: (45) 99820-8420

Telefone da Vara Criminal: (45) 3327-9454

Vara Cível e anexos:

- 18/12/2023 à 07/01/2024 - Saimon Alves Dreher ? telefone: (45) 99967-2834

- 18/12/2023 à 07/01/2024 - Rubiara Diandra Meinhart ? telefone: (45) 98817-7005

Telefone Vara Cível: (45) 3268-2084

Cartório Distribuidor e anexos:

- 18/12/2023 à 07/01/2024 - Vilma Vanessa Meinhart ? telefone: (45) 99819-4172

- 18/12/2023 à 07/01/2024 - Luana Machado dos Reis ? telefone: (45) 98807-5628

Telefone do Cartório Distribuidor: (45) 3268-2084

Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Plantão Recesso
Telefone:	

Período:	04/01/2024 a 07/01/2024
Juiz:	Denise Terezinha Corrêa de Melo
Responsável:	**Comarca de TOLEDO** **OFICIAIS DE JUSTIÇA:** **DE 20/12/2022 A 06/01/2023**: Jose Alberto Krueger Junior Osemir Aparecido de Queiroz **DISTRIBUIDOR:** **De 20/12/2022 a 06/01/2023 -** Daniel Formighieri Nardi - 41 - 99649-0688 **VARAS CRIMINAIS:** **18/12/2023 -** Gislaine Maria da Silva ? (45) 99920-7881/ João Walmir Matte ? (45) 99115-6536 **19/12/2023 -** Flávio Pereira Leite ? (44) 98409-1266 / Pauliane Galdino Ribeiro ? (44) 99992-2071 **20/12/2023 a 22/12/2023 -** Flávio Pereira Leite ? (44) 98409-1266 **23/12/2023 e 24/12/2023 -** Gislaine Maria da Silva ? (45) 99920-7881

25/12/2023 a 26/12/2023 - Pauliane Galdino Ribeiro ? (44) 99992-2071

27/12/2023 a 28/12/2023 - João Walmir Matte ? (45) 99115-6536

29 e 30/12/2023 - Lourenço Jefferson Bringmann 9815-7997

31/12/2022 e 01/01/2024 - Eleonora Paulini 41 988740550

02 e 03/01/2024 - Anderson Michel Busatta 9133-3677

04 e 05/01/2024 - José Marcelo Morais Cardoso 45 - 3277-4844

06 e 07/01/2024 - Cristiane Holzbach - 9988-3900

VARAS CÍVEIS:

18 e 19/12/2023 - Jessica Fernanda Giacomini (45) 9 9993-1293 e Naiara Seren (45) 9 9800-1437 ?

20 a 24/12/2023 - Jessica Fernanda Giacomini (45) 9 9993-1293 e Naiara Seren (45) 9 9800-1437 -

25/12/2023 ? Luis Felipe Lupatini (44) 9 9827-2343

26/12/2023 ? Sandra Regina Francescon De Albuquerque (45) 9 9919-3723

27/12/2023 ? Adriane Haas (45) 9 9935-9271

28/12/2023 ? Luis Felipe Lupatini (44) 9 9827-2343

29 e 30/12/2023 ? Maria Helena de Lima Probst (45) 9 9979-6689

31/12/2023 ? Paulo Henrique Muniz (45) 9 9934-9183

01/01/2024 - Guilherme de Carvalho Pedro - (44) 9 980-7730

02 e 03/01/2024 - Gabriela Ribeiro Paranhos de Carvalho - (44) 9 9980-2210

04/01/2024 - Guilherme de Carvalho Pedro - (44) 9 980-7730

05/01/2024 - Vitor Bernhard Calliari - (45) 9 9931-6094

06 e 07/01/2024 - Maria Alice Ortiz - (45) 9 8431-0606

JUIZADO ESPECIAL CÌVEL E CRIMINAL:

18 e 19/12/2023 - Celmei da Rosa Dantas - 45 99965-4866

20 a 21/12/2023 - Celmei da Rosa Dantas - 45 99965-4866

22 a 26/12/2023 - Adriani Hein - 45 99853-1924

27 a 30/12/2023 - Ana Paula Portes - 45 99981-4363

31/12/2023 a 03/01/2024 - Israel M. G. F. Thimoteo - 45 99838-4671

04 a 07/01/2024 - Dagobert Jirkowsky - 45 99122-1487

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES:

18 e 19 /12/2023 - Andrea Shirakura 45 9 9902-1633.

20 à 24/12/2023 - Andrea Shirakura 45 9 9902-1633.

25 à 31/12/2023 - Rosana De Oliveira Weber 45 9 9916-5412

1º à 07/01/2023- Tercio Tanure 45 9 9126-4210.

VARA DE INFÂNCIA, JUVENTUDE E ANEXOS:

18 e 19/12/2023 - Daniele Alessandra Grando ? Cel 9 9916-3503

20 e 21/12/2023 - Daniele Alessandra Grando ? Cel 9 9916-3503

22 a 25/12/2022 ? Eziel Bis 9 9970-5641

26/12/2023 a 28/12/2023 ? Deborah Turim (44)99989-4413

29/12/2023 a 31/01/2023 ? Eliezer Aparecido Carneiro Wille ? Cel 9 9969-5505

01/01/2024 a 03/01/2024 - Manoella Rosane da Silva ? Cel 9 9937-2073

04/01/2024 a 07/01/2024 - Matheus Faria Souto ? Cel (38) 9 9810 - 3037

NAE

20/12/2023 à 28/12/2023 -Tais Augusta Pelanda Maciel (45) 99933-5666

- Glorete Barbosa Lenzi Telefone (44 9 9908 2869)

29/12/2023 à 07/01/2024 - Ronnie Jackson Biazi Telefone (9 9925 6235)

- Vivian Cristiane Kruger Busse Telefone (9 9995 8070)

Comarca de Marechal Candido Rondon

Oficiais de Justiça:

18 e 19/12/2023 ? Luciani M. S. Salvaro

20 a 22/12/2023 ? Luciani M. S. Salvaro

23 a 27/12/2023 - Roberto A. Brescovitt

28 a 02/01/2024 ? Carlos J. Dornelas

03 a 07/01/2024 ? Cristiane M. L. Prestes

Escrivão

18/12/2023 a 07/01/2024 ? Regis Prestes 99804-6592

Comarca de Santa Helena

Oficiais de Justiça:

- 18/12/2023 à 25/12/2023 ? Diatiuca Emanuela de Moura ? telefone: (45) 98826-6402

- 26/12/2023 à 01/01/2024 ? Taicir Ibraim ? telefone: (45) 99971-9234

- 02/01/2024 à 07/01/2024 ? Josean Tavares dos Santos ? telefone: (45) 9 9926-4127

Vara Criminal e anexos:

	- 18/12/2023 à 27/12/2023 ? Maíra Soalheiro Grade ? telefone: (45) 99911-5089 - 28/12/2023 à 07/01/2024 ? Marcio Dantas Pinheiro ? telefone: (45) 99820-8420 Telefone da Vara Criminal: (45) 3327-9454 **Vara Cível e anexos:** - 18/12/2023 à 07/01/2024 - Saimon Alves Dreher ? telefone: (45) 99967-2834 - 18/12/2023 à 07/01/2024 - Rubiara Diandra Meinhart ? telefone: (45) 98817-7005 Telefone Vara Cível: (45) 3268-2084 **Cartório Distribuidor e anexos:** - 18/12/2023 à 07/01/2024 - Vilma Vanessa Meinhart ? telefone: (45) 99819-4172 - 18/12/2023 à 07/01/2024 - Luana Machado dos Reis ? telefone: (45) 98807-5628 Telefone do Cartório Distribuidor: (45) 3268-2084
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Plantão recesso
Telefone:	

Período:	08/01/2024 a 15/01/2024
Juiz:	Figueiredo Monteiro Neto
Responsável:	TOLEDO: Israel Thimotheo - (45) 99923-2434 - Oficial de Justiça: Wanderlei Polettir
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Fórum da Comarca de Toledo (JUIZ PLANTONISTA)
Telefone:	

Período:	08/01/2024 a 15/01/2024
Juiz:	Berenice Ferreira Silveira Nassar
Responsável:	TOLEDO: Israel Thimotheo - (45) 99923-2434 - Oficial de Justiça: Wanderlei Polettir
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Fórum da Comarca de Toledo (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR EM TOLEDO)
Telefone:	

Período:	08/01/2024 a 15/01/2024
Juiz:	Renato Cigerza
Responsável:	MARECHAL CANDIDO RONDON : Anderson Boroske 99804-6592, e Oficial de Justiça: Cristiane M. L. Prestes SANTA HELENA: **Elizeu Antunes 45 9 9153-9344** e Oficial de Justiça: **Josean Tavares dos Santos**
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Fórum da Comarca de Toledo (JUIZ PLANTONISTA)
Telefone:	

Período:	15/01/2024 a 22/01/2024
Juiz:	Alexandre Afonso Knakiewicz
Responsável:	Toledo - **Deborah Katherine Torres Batista Turim,** (44) 99989-4413 - Oficial de Justiça: José Alberto Krueger Junior
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Fórum da Comarca de Toledo (JUIZ PLANTONISTA)
Telefone:	

Período:	15/01/2024 a 22/01/2024
Juiz:	Sérgio Laurindo Filho
Responsável:	Toledo - **Deborah Katherine Torres Batista Turim,** (44) 99989-4413 - Oficial de Justiça: José Alberto Krueger Junior
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Fórum da Comarca de Toledo (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR EM TOLEDO)
Telefone:	

Período:	15/01/2024 a 22/01/2024
Juiz:	Marcelo Marcos Cardoso
Responsável:	MARECHAL CANDIDO RONDON : **Diego Engelmann** 99804-6592, e Oficial de Justiça: Lucas L. A. Tessaro SANTA HELENA: Flavio Bizotto (49) 9 9927-1822 e Oficial de Justiça: **Taicir Ibrahim.**
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Fórum da Comarca de Toledo (JUIZ AUXILIAR)
Telefone:	

Período:	22/01/2024 a 29/01/2024
Juiz:	Jorge Anastácio Kotzias Neto
Responsável:	TOLEDO: Pauliane Galdino Ribeiro ? (44) 99992-2071 - Oficial de Justiça: Eliane Galdino de Brito
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Fórum da Comarca de Toledo (JUIZ PLANTONISTA)
Telefone:	

Período:	22/01/2024 a 29/01/2024
Juiz:	Raphael de Morais Dantas
Responsável:	TOLEDO: Pauliane Galdino Ribeiro ? (44) 99992-2071 - Oficial de Justiça: Eliane Galdino de Brito
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Fórum da Comarca de Toledo (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR EM TOLEDO)
Telefone:	

Período:	22/01/2024 a 29/01/2024
Juiz:	Leonardo Grillo Menegon
Responsável:	MARECHAL CANDIDO RONDON : Eduardo Antônio Primon 99804-6592, e Oficial de Justiça: **Luciani M. S. Salvaro** SANTA HELENA: Marcio Dantas Pinheiro ? telefone: (45) 99820-8420 e Oficial de Justiça: Diatiuca Emanuela de Moura
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Fórum da Comarca de Toledo (JUIZ AUXILIAR)
Telefone:	

Período:	29/01/2024 a 05/02/2024
Juiz:	Vanessa D Arcângelo Ruiz Paracchini
Responsável:	TOLEDO: Lourenço Jefferson Bringmann 9815-7997 - Oficial de Justiça: Paulino Antunes Ribeiro
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Fórum da Comarca de Toledo (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR EM TOLEDO)
Telefone:	

Período:	29/01/2024 a 05/02/2024
Juiz:	Leonardo Grillo Menegon
Responsável:	TOLEDO: Lourenço Jefferson Bringmann 9815-7997 - Oficial de Justiça: Paulino Antunes Ribeiro

Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Fórum da Comarca de Toledo (JUIZ PLANTONISTA)
Telefone:	

Período:	29/01/2024 a 05/02/2024
Juiz:	Alexandre Afonso Knakiewicz
Responsável:	MARECHAL CANDIDO RONDON : Marcus Meyer 99804-6592, e Oficial de Justiça: Roberto A. Brescovitt SANTA HELENA: **Elizeu Antunes 45 9 9153-9344** e Oficial de Justiça: Josean Tavares dos Santos
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Fórum da Comarca de Toledo (JUIZ AUXILIAR)
Telefone:	

Período:	26/02/2024 a 04/03/2024
Juiz:	Clairton Mario Spinassi
Responsável:	TOLEDO: Maria Helena de Lima Probst (45) 9 9979-6689 - mhlp@tjpr.jus.br - Oficial de Justiça: Mary Deilor Bogon
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ PLANTONISTA)
Telefone:	

Período:	26/02/2024 a 04/03/2024
Juiz:	Alexandre Afonso Knakiewicz
Responsável:	MARECHAL CANDIDO RONDON : **Regis Prestes** - (45) 3284-7404 (apenas Whatsapp) rpre@tjpr.jus.br, e Oficial de Justiça: Luciani M. S. Salvaro. SANTA HELENA: **Flavio Bizotto** (49) 9 9927-1822 flavio.bizotto@tjpr.jus.br Oficial de Justiça: Taicir Ibrahim
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ AUXILIAR)
Telefone:	

Período:	26/02/2024 a 04/03/2024
Juiz:	Leonardo Grillo Menegon
Responsável:	TOLEDO: Maria Helena de Lima Probst (45) 9 9979-6689 - mhlp@tjpr.jus.br - Oficial de Justiça: Mary Deilor Bogon
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR EM TOLEDO)
Telefone:	

Período:	04/03/2024 a 11/03/2024
Juiz:	Raphael de Morais Dantas
Responsável:	TOLEDO: Eleonora Paulini 41 988740550 (eleonora.paulini@tjpr.jus.br) - Oficial de Justiça: Jorge Afonso Perotto
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ PLANTONISTA)
Telefone:	

Período:	04/03/2024 a 11/03/2024
Juiz:	Alexandre Afonso Knakiewicz
Responsável:	TOLEDO: Eleonora Paulini 41 988740550 (eleonora.paulini@tjpr.jus.br) - Oficial de Justiça: Jorge Afonso Perotto
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR EM TOLEDO)
Telefone:	

Período:	04/03/2024 a 11/03/2024
Juiz:	Vanessa D Arcângelo Ruiz Paracchini
Responsável:	MARECHAL CANDIDO RONDON : **Marcus Michael Meyer** - (45) 3284-7442 (apenas Whatsapp) marcus.meyer@tjpr.jus.br, e Oficial de Justiça: Roberto A. Brescovitt SANTA HELENA: **Marcio Dantas Pinheiro** 9 9820-8420 marcio.pinheiro@tjpr.jus.br Oficial de Justiça: Diatiuca Emanuela de Moura
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ AUXILIAR)
Telefone:	

Período:	11/03/2024 a 18/03/2024
Juiz:	Berenice Ferreira Silveira Nassar
Responsável:	TOLEDO: Guilherme de Carvalho Pedro - (44) 9 980-7730 (segundavaraciveltoledo@gmail.com) - Oficial de Justiça: Wanderlei Poletti
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ PLANTONISTA)
Telefone:	

Período:	11/03/2024 a 18/03/2024
Juiz:	Leonardo Grillo Menegon
Responsável:	TOLEDO: Guilherme de Carvalho Pedro - (44) 9 980-7730 (segundavaraciveltoledo@gmail.com) - Oficial de Justiça: Wanderlei Poletti
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR EM TOLEDO)
Telefone:	

Período:	11/03/2024 a 18/03/2024
Juiz:	Clairton Mario Spinassi
Responsável:	MARECHAL CANDIDO RONDON : **Eduardo Antonio Primon** - (45) 3284-7402 (apenas Whatsapp) eanp@tjpr.jus.br, e Oficial de Justiça: Carlos J. Dornelas SANTA HELENA: **Elizeu Antunes** 45 9 9153-9344 elizeu.antunes@tjpr.jus.br Oficial de Justiça: Josean Tavares dos Santos
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ AUXILIAR)
Telefone:	

Período:	18/03/2024 a 25/03/2024
Juiz:	Marcelo Marcos Cardoso
Responsável:	TOLEDO: Jessica Fernanda Giacomini (45) 9 9993-1293 e Naiara Seren (45) 9 9800-1437 primeiravaraciveltoledo@gmail.com. Oficial de Justiça:José Alberto Krueger Junior
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR EM TOLEDO)
Telefone:	

Período:	18/03/2024 a 25/03/2024
Juiz:	Renato Cigerza

Responsável:	TOLEDO: Jessica Fernanda Giacomini (45) 9 9993-1293 e Naiara Seren (45) 9 9800-1437 primeiravaraciveltoledo@gmail.com. Oficial de Justiça:José Alberto Krueger Junior
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ PLANTONISTA)
Telefone:	

Período:	18/03/2024 a 25/03/2024
Juiz:	Luciana Lopes do Amaral Beal
Responsável:	MARECHAL CANDIDO RONDON : **Anderson Marcelo Boroske** - (45) 3284-7405 (apenas Whatsapp) anmb@tjpr.jus.br, e Oficial de Justiça: Cristiane M. L. Prestes SANTA HELENA: **Flavio Bizotto** (49) 9 9927-1822 flavio.bizotto@tjpr.jus.br Oficial de Justiça: Taicir Ibrahim
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ AUXILIAR)
Telefone:	

Período:	25/03/2024 a 01/04/2024
Juiz:	Jorge Anastácio Kotzias Neto
Responsável:	TOLEDO: Andrea Shirakura 45 9 9902-1633 - ansh@tjpr.jus.br - Oficial de Justiça: Eliane Galdino de Brito
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ PLANTONISTA)
Telefone:	

Período:	25/03/2024 a 01/04/2024
Juiz:	Berenice Ferreira Silveira Nassar
Responsável:	MARECHAL CANDIDO RONDON : **Diego Engelmann** - (45) 3284-7403 (apenas Whatsapp) dien@tjpr.jus.br, e Oficial de Justiça: Lucas L. A. Tessaro SANTA HELENA: **Marcio Dantas Pinheiro** 9 9820-8420 marcio.pinheiro@tjpr.jus.br Oficial de Justiça: Diatiuca Emanuela de Moura
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ AUXILIAR)
Telefone:	

FORO REGIONAL DE ROLÂNDIA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

Período:	01/03/2024 a 03/03/2024
Juiz:	Sonia Leifa Yeh Fuzinato
Responsável:	**Plantão Ordinário** **CAMBÉ**: ANDRE GUILHERME BIBIANO (43) 99692-0033/OJ: LUIZ CARLOS LOPES **IBIPORÃ**: CAMILA FERREIRA GREGUI FREDERICO (43) 98434-8075/ OJ: EDEVAL HENRIQUE M. TAVARES **ROLÂNDIA**: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43)99161-6548 **ARAPONGAS:** KATIA CIBELE ALVES DE MENDONÇA (43) 99974-4074/ OJ: RUBENS GUILHERME DE FRANÇA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia
Telefone:	

Período:	01/03/2024 a 03/03/2024
Juiz:	Patricia de Mello Bronzetti Ávalos
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** **CAMBÉ**: ANDRE GUILHERME BIBIANO (43) 99692-0033/OJ: LUIZ CARLOS LOPES **IBIPORÃ**: CAMILA FERREIRA GREGUI FREDERICO (43) 98434-8075/ OJ: EDEVAL HENRIQUE M. TAVARES **ROLÂNDIA**: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99161-6548 **ARAPONGAS:** KATIA CIBELE ALVES DE MENDONÇA (43) 99974-4074/ OJ: RUBENS GUILHERME DE FRANÇA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia
Telefone:	

Período:	01/03/2024 a 03/03/2024
Juiz:	Luciene Oliveira Vizzotto Zanetti
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** **CAMBÉ**: ANDRE GUILHERME BIBIANO (43) 99692-0033/OJ: LUIZ CARLOS LOPES **IBIPORÃ**: CAMILA FERREIRA GREGUI FREDERICO (43) 98434-8075/ OJ: EDEVAL HENRIQUE M. TAVARES **ROLÂNDIA**: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99161-6548 **ARAPONGAS:** KATIA CIBELE ALVES DE MENDONÇA (43) 99974-4074/ OJ: RUBENS GUILHERME DE FRANÇA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia
Telefone:	

Período:	04/03/2024 a 10/03/2024
Juiz:	Élberti Mattos Bernardineli
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** **CAMBÉ**: MARISA DE MORAES GOMES (43) 99958-9449/OJ: LUIZ CEZAR COGO DOS SANTOS **IBIPORÃ**: GUILHERME THOMAZELLI BARBOSA VIEIRA (43) 99978-5673/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA **ROLÂNDIA**: PHILIPPE FANELLI FERRAIOL (43) 99980-5986/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99980-5986 **ARAPONGAS:** LUISA GIGLINI BENEGACCI (43) 99974-4074/ OJ: NILSON SERGIO DA SILVA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	04/03/2024 a 10/03/2024
Juiz:	Nayara Rangel Vasconcellos Dell Agnelo
Responsável:	**Plantão Ordinário** **CAMBÉ**: MARISA DE MORAES GOMES (43) 99958-9449/OJ: LUIZ CEZAR COGO DOS SANTOS **IBIPORÃ**: GUILHERME THOMAZELLI BARBOSA VIEIRA (43) 99978-5673/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA

	ROLÂNDIA: PHILIPPE FANELLI FERRAIOL (43) 99980-5986/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99980-5986 **ARAPONGAS:** LUISA GIGLINI BENEGACCI (43) 99974-4074/ OJ: NILSON SERGIO DA SILVA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	04/03/2024 a 10/03/2024
Juiz:	Ana Cristina Penhalbel Moraes
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** **CAMBÉ**: MARISA DE MORAES GOMES (43) 99958-9449/OJ: LUIZ CEZAR COGO DOS SANTOS **IBIPORÃ**: GUILHERME THOMAZELLI BARBOSA VIEIRA (43) 99978-5673/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA **ROLÂNDIA**: PHILIPPE FANELLI FERRAIOL (43) 99980-5986/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99980-5986 **ARAPONGAS:** LUISA GIGLINI BENEGACCI (43) 99974-4074/ OJ: NILSON SERGIO DA SILVA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	11/03/2024 a 17/03/2024
Juiz:	Gabriel Rocha Zenun
Responsável:	**Plantão Ordinário** **CAMBÉ**: GUILHERME FINI PEIXOTO (43) 99696-1100 /OJ: CAROLINA SECCO BIANCHINI **IBIPORÃ**: LETÍCIA BUENO GUANDALINI GARCIA (43) 98434-8075/ OJ: JOE LUIZ THIESSEN JUNIOR **ROLÂNDIA**: SILVANA DA SILVA F. VEIGA (43) 99955-8895/ OJ: LIRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99616-9516 **ARAPONGAS:** THAYS SCHUMINSKI MIYAMOTO (43) 99974-4074/ OJ: VIVIANE APARECIDA DE SOUZA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	11/03/2024 a 17/03/2024
Juiz:	Camila Covolo de Carvalho
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** **CAMBÉ**: GUILHERME FINI PEIXOTO (43) 99696-1100 /OJ: CAROLINA SECCO BIANCHINI **IBIPORÃ**: LETÍCIA BUENO GUANDALINI GARCIA (43) 98434-8075/ OJ: JOE LUIZ THIESSEN JUNIOR **ROLÂNDIA**: SILVANA DA SILVA F. VEIGA (43) 99955-8895/ OJ: LIRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99616-9516 **ARAPONGAS:** THAYS SCHUMINSKI MIYAMOTO (43) 99974-4074/ OJ: VIVIANE APARECIDA DE SOUZA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	11/03/2024 a 17/03/2024
Juiz:	Leane Cristine do Nascimento Oliveira Donato
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2**

	CAMBÉ: GUILHERME FINI PEIXOTO (43) 99696-1100 /OJ: CAROLINA SECCO BIANCHINI **IBIPORÃ**: LETÍCIA BUENO GUANDALINI GARCIA (43) 98434-8075/ OJ: JOE LUIZ THIESSEN JUNIOR **ROLÂNDIA**: SILVANA DA SILVA F. VEIGA (43) 99955-8895/ OJ: LIRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99616-9516 **ARAPONGAS:** THAYS SCHUMINSKI MIYAMOTO (43) 99974-4074/ OJ: VIVIANE APARECIDA DE SOUZA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	18/03/2024 a 24/03/2024
Juiz:	Luciano Souza Gomes
Responsável:	**Plantão Ordinário** **CAMBÉ**: RAFAEL BREGANÓ ROCHA (43) 99165-7473 /OJ: SIDIMAR LUIZ VALÉRIO **IBIPORÃ**: JULIANA MARIA KUBO (43) 99145-1529/ OJ: ALESSANDRO FRANCO DE ALMEIDA **ROLÂNDIA**: ROBSON DE SOUZA NEUBA (43) 99621-7291/ OJ: SERGIO ROSA DE CAMPOS (43) 99607-3419 **ARAPONGAS:** ADRIANO JOSÉ MACHADO (43) 99974-4074/ OJ: MARCOS HENRIQUE CATARINO
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	18/03/2024 a 24/03/2024
Juiz:	Ricardo Luiz Gorla
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** **CAMBÉ**: RAFAEL BREGANÓ ROCHA (43) 99165-7473 /OJ: SIDIMAR LUIZ VALÉRIO **IBIPORÃ**: JULIANA MARIA KUBO (43) 99145-1529/ OJ: ALESSANDRO FRANCO DE ALMEIDA **ROLÂNDIA**: ROBSON DE SOUZA NEUBA (43) 99621-7291/ OJ: SERGIO ROSA DE CAMPOS (43) 99607-3419 **ARAPONGAS:** ADRIANO JOSÉ MACHADO (43) 99974-4074/ OJ: MARCOS HENRIQUE CATARINO
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	18/03/2024 a 24/03/2024
Juiz:	Nayara Rangel Vasconcellos
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** **CAMBÉ**: RAFAEL BREGANÓ ROCHA (43) 99165-7473 /OJ: SIDIMAR LUIZ VALÉRIO **IBIPORÃ**: JULIANA MARIA KUBO (43) 99145-1529/ OJ: ALESSANDRO FRANCO DE ALMEIDA **ROLÂNDIA**: ROBSON DE SOUZA NEUBA (43) 99621-7291/ OJ: SERGIO ROSA DE CAMPOS (43) 99607-3419 **ARAPONGAS:** ADRIANO JOSÉ MACHADO (43) 99974-4074/ OJ: MARCOS HENRIQUE CATARINO
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	25/03/2024 a 31/03/2024
Juiz:	Marina Martins Bardou Zunino
Responsável:	**Plantão Ordinário** **CAMBÉ**: MARIA TEREZINHA GONFIO DA SILVA (43) 99917-4373/OJ: LUIZ CARLOS LOPES **IBIPORÃ**: MARCOS MASAFUMI YUYAMA (43) 99954-0431/ OJ: EDEVAL HENRIQUE MATSUSHIMA TAVARES **ROLÂNDIA**: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: MONICA DO NASCIMENTO SOSTER (43) 99982-6114 **ARAPONGAS:** JULIANA FERREIRA DE MORES (43) 99974-4074/ OJ: FERNANDO ANTONIO MOSCATO
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	25/03/2024 a 31/03/2024
Juiz:	Renata Maria Fernandes Sassi Fantin
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** **CAMBÉ**: MARIA TEREZINHA GONFIO DA SILVA (43) 99917-4373/OJ: LUIZ CARLOS LOPES **IBIPORÃ**: MARCOS MASAFUMI YUYAMA (43) 99954-0431/ OJ: EDEVAL HENRIQUE MATSUSHIMA TAVARES **ROLÂNDIA**: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: MONICA DO NASCIMENTO SOSTER (43) 99982-6114 **ARAPONGAS:** JULIANA FERREIRA DE MORES (43) 99974-4074/ OJ: FERNANDO ANTONIO MOSCATO
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Período:	25/03/2024 a 31/03/2024
Juiz:	Camila Covolo de Carvalho
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** **CAMBÉ**: MARIA TEREZINHA GONFIO DA SILVA (43) 99917-4373/OJ: LUIZ CARLOS LOPES **IBIPORÃ**: MARCOS MASAFUMI YUYAMA (43) 99954-0431/ OJ: EDEVAL HENRIQUE MATSUSHIMA TAVARES **ROLÂNDIA**: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: MONICA DO NASCIMENTO SOSTER (43) 99982-6114 **ARAPONGAS:** JULIANA FERREIRA DE MORES (43) 99974-4074/ OJ: FERNANDO ANTONIO MOSCATO
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Ibiporã, Rolândia e Arapongas
Telefone:	

Cível

UNIÃO DA VITÓRIA

VARA CÍVEL

COMARCA DE UNIAO DA VITORIA ESTADO DO PARANA

JUIZ DE DIREITO MORIAN NOWITSCHENKO LINKE

ESCRIVAO - ADAO ALVARINO SOARES

1ª VARA CIVEL - RELACAO Nº2/2024

CONSULTA INTERNET - www.assejepar.com.br

RELACAO Nº2/2024

Índice de Publicação

ADVOGADO	ORDEM	PROCESSO	DATA CARGA
FABIO MACIEL JAKYMIU	00002	000651/2001	07/02/2024
MARCELO ALVES PACHECO	00003	000116/2006	21/06/2023
SUSANE LEA KONELL	00001	000162/1994	11/07/2023

1. Inventario-0000432-74.1994.8.16.0174-CEZARIA KRAWCZYK x CASIMIRO KRAWCZYK-Por derradeiro, intimem-se os senhores advogados, para que devolvam a cartorio, todos os autos com prazo excedido no prazo de 05 (cinco) dias,em razao de estarem em carga indevidamente. A inobservancia desta intimacao, incorrerao nas penas previstas no artigo 196 do Codigo de Processo Civil pela retencao injustificada dos mesmos, bem como estarao sujeitos a expedicao de mandado de busca e apreensão, quando serão condenados ao pagamento das custas, alem de responder pelo crime de sonegação de autos,a comunicação a Ordem dos Advogados do Brasil e determinada a abertura de inquerito policial para apurar responsabilidade pela sonegação. -Adv. SUSANE LEA KONELL-.

2. Usucapiao-651/2001-JULIA PADILHA DOS SANTOS BUENO x IOLL WITROVSKI-Por derradeiro, intimem-se os senhores advogados, para que devolvam a cartorio, todos os autos com prazo excedido no prazo de 05 (cinco) dias,em razao de estarem em carga indevidamente. A inobservancia desta intimacao, incorrerao nas penas previstas no artigo 196 do Codigo de Processo Civil pela retencao injustificada dos mesmos, bem como estarao sujeitos a expedicao de mandado de busca e apreensão, quando serão condenados ao pagamento das custas, alem de responder pelo crime de sonegação de autos,a comunicação a Ordem dos Advogados do Brasil e determinada a abertura de inquerito policial para apurar responsabilidade pela sonegação. -Adv. FABIO MACIEL JAKYMIU-.

3. Inventario-116/2006-NADYA GULAK SAI x DEMETRIO SAI-Por derradeiro, intimem-se os senhores advogados, para que devolvam a cartorio, todos os autos com prazo excedido no prazo de 05 (cinco) dias,em razao de estarem em carga indevidamente. A inobservancia desta intimacao, incorrerao nas penas previstas no artigo 196 do Codigo de Processo Civil pela retencao injustificada dos mesmos, bem como estarao sujeitos a expedicao de mandado de busca e apreensão, quando serão condenados ao pagamento das custas, alem de responder pelo crime de sonegação de autos,a comunicação a Ordem dos Advogados do Brasil e determinada a abertura de inquerito policial para apurar responsabilidade pela sonegação. -Adv. MARCELO ALVES PACHECO-.

UNIAO DA VITORIA, 07 de Março de 2024

ADAO ALVARINO SOARES - ESCRIVAO

Crime

TELÊMACO BORBA

VARA CRIMINAL

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE
TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO REQUERIDO MAYLON CASTANHA ROSA

A Dra Amani Khalil Muhd Ciuffi, Juíza de Direito da Vara Criminal de TELÊMACO BORBA, Estado do Paraná, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de quinze dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente MAYLON CASTANHA ROSA, nascido aos 27.11.2001, filho de Zilda Antonia Castanha e Sidnei Plen Rosa, RG 146780997 SSP PR atualmente em lugar ignorado, pelo presente fica intimada da decisão datada de 13.02.2024 concessão medidas protetivas a) Proibição de aproximação da ofendida, não podendo se aproximar em 100 metros desta, nos termos do artigo 22, inciso III, alínea "a", da Lei n.º 11.340/06; b) Proibição de contato com a ofendida, por qualquer meio de comunicação, nos termos do artigo 22, inciso III, alínea "b", da Lei n.º 11.340/06. nos autos de Processo Crime nº 000822.21.2023.8.16.0165. Dado e passado nesta cidade e Comarca de TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ, aos doze (12) dia do mês de março do ano de 2023. Eu, ..., Rosane M. Ribas, Técnica de Secretaria que o digitei e o subscrevi.
ROSANE M. RIBAS
Técnica de Secretaria

Juizados Especiais

Concursos

Família

Execuções Penais

Infância e Juventude

Fazenda Pública

CASCAVEL

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 30 (TRINTA) DIAS
Processo: 0029839-88.2020.8.16.0021
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$3.297,31
Exequente(s): Município de Cascavel/PR
Executado(s): POLIPLAST INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA EIRELI - ME
O(A) Doutor(a) Eduardo Villa Coimbra Campos, Meritíssimo(a) Juiz (íza) de Direito da VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente edital, expedido nos autos nº 0029839-88.2020.8.16.0021, se procede a CITAÇÃO de POLIPLAST INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA EIRELI - ME, portador(a) do CNPJ 21.614.875 /0001-53, para que, no prazo de 05 (cinco) dias pague a dívida, com os juros e multa de mora e encargos indicados na CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA, além das custas processuais, ou mesmo garantir a execução, de acordo com o artigo 9º, da Lei nº 6.830/80, neste caso podendo embargar no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da intimação da penhora. Nos termos do art. 257, IV do CPC, será nomeado curador especial em caso de revelia. Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). HORÁRIO DE ATENDIMENTO: das 12:00 às 18:00 horas.
Cascavel, 07 de março de 2024.
Eduardo Villa Coimbra Campos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 30 (TRINTA) DIAS
Processo: 0044539-40.2018.8.16.0021
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$3.054,30
Exequente(s): Município de Cascavel/PR
Executado(s): R SILVA & SILVA LTDA
O(A) Doutor(a) Eduardo Villa Coimbra Campos, Meritíssimo(a) Juiz (íza) de Direito da VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente edital, expedido nos autos nº 0044539-40.2018.8.16.0021, se procede a CITAÇÃO de R SILVA & SILVA LTDA, portador(a) do CNPJ 02.704.151/0001-56, para que, no prazo de 05 (cinco) dias pague a dívida, com os juros e multa de mora e encargos indicados na CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA, além das custas processuais, ou mesmo garantir a execução, de acordo com o artigo 9º, da Lei nº 6.830/80, neste caso podendo embargar no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da intimação da penhora. Nos termos do art. 257, IV do CPC, será nomeado curador especial em caso de revelia. Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). HORÁRIO DE ATENDIMENTO: das 12:00 às 18:00 horas.
Cascavel, 07 de março de 2024.
Eduardo Villa Coimbra Campos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 30 (TRINTA) DIAS
Processo: 0003861-12.2020.8.16.0021
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$1.741,66
Exequente(s): Município de Cascavel/PR
Executado(s): ENGETECNE CONSTRUCAO CIVIL LTDA
O(A) Doutor(a) Eduardo Villa Coimbra Campos, Meritíssimo(a) Juiz (íza) de Direito da VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente edital, expedido nos autos nº 0003861-12.2020.8.16.0021, se procede a CITAÇÃO de ENGETECNE CONSTRUCAO CIVIL LTDA, portador(a) do CNPJ 10.484.006/0001-35, para que, no prazo de 05 (cinco) dias pague a dívida, com os juros e multa de mora e encargos indicados na CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA, além das custas processuais, ou mesmo garantir a execução, de acordo com o artigo 9º, da Lei nº 6.830/80, neste caso podendo embargar no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da intimação da penhora. Nos termos do art. 257, IV do CPC, será nomeado curador especial em caso de revelia. Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). HORÁRIO DE ATENDIMENTO: das 12:00 às 18:00 horas.
Cascavel, 07 de março de 2024.
Eduardo Villa Coimbra Campos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 30 (TRINTA) DIAS
Processo: 0009837-73.2015.8.16.0021
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$4.170,75
Exequente(s): Município de Cascavel/PR
Executado(s): SUPERMERCADO CARAÍBAS LTDA-ME
O(A) Doutor(a) Eduardo Villa Coimbra Campos, Meritíssimo(a) Juiz (íza) de Direito da VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente edital, expedido nos autos nº 0009837-73.2015.8.16.0021, se procede a CITAÇÃO de SUPERMERCADO CARAÍBAS LTDA-ME, portador(a) do CNPJ 72.476.195/0001-51, para que, no prazo de 05 (cinco) dias pague a dívida, com os juros e multa de mora e encargos indicados na CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA, além das custas processuais, ou mesmo garantir a execução, de acordo com o artigo 9º, da Lei nº 6.830/80, neste caso podendo embargar no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da intimação da penhora. Nos termos do art. 257, IV do CPC, será nomeado curador especial em caso de revelia. Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). HORÁRIO DE ATENDIMENTO: das 12:00 às 18:00 horas.
Cascavel, 07 de março de 2024.
Eduardo Villa Coimbra Campos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 30 (TRINTA) DIAS
Processo: 0011737-23.2017.8.16.0021
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$3.048,68
Exequente(s): Município de Cascavel/PR
Executado(s): APARATO INDUSTRIA E COMERCIO DO VESTUARIO LTDA-ME
O(A) Doutor(a) Eduardo Villa Coimbra Campos, Meritíssimo(a) Juiz (íza) de Direito da VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente edital, expedido nos autos nº 0011737-23.2017.8.16.0021, se procede a CITAÇÃO de APARATO INDUSTRIA E

COMERCIO DO VESTUARIO LTDA-ME, portador(a) do CNPJ 11.544.026/0002-06, para que, no prazo de 05 (cinco) dias pague a dívida, com os juros e multa de mora e encargos indicados na CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA, além das custas processuais, ou mesmo garantir a execução, de acordo com o artigo 9º, da Lei nº 6.830/80, neste caso podendo embargar no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da intimação da penhora. Nos termos do art. 257, IV do CPC, será nomeado curador especial em caso de revelia. Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). HORÁRIO DE ATENDIMENTO: das 12:00 às 18:00 horas.
Cascavel, 07 de março de 2024.
Eduardo Villa Coimbra Campos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 30 (TRINTA) DIAS
Processo: 0023911-64.2017.8.16.0021
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$2.601,46
Exequente(s): Município de Cascavel/PR
Executado(s): Costa Diesel Ltda
O(A) Doutor(a) Eduardo Villa Coimbra Campos, Meritíssimo(a) Juiz (íza) de Direito da VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente edital, expedido nos autos nº 0023911-64.2017.8.16.0021, se procede a CITAÇÃO de Costa Diesel Ltda, portador(a) do CNPJ 03.534.036/0001-43, para que, no prazo de 05 (cinco) dias pague a dívida, com os juros e multa de mora e encargos indicados na CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA, além das custas processuais, ou mesmo garantir a execução, de acordo com o artigo 9º, da Lei nº 6.830/80, neste caso podendo embargar no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da intimação da penhora. Nos termos do art. 257, IV do CPC, será nomeado curador especial em caso de revelia. Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). HORÁRIO DE ATENDIMENTO: das 12:00 às 18:00 horas.
Cascavel, 09 de fevereiro de 2024.
Eduardo Villa Coimbra Campos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 30 (TRINTA) DIAS
Processo: 0025818-74.2017.8.16.0021
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$12.558,21
Exequente(s): Município de Cascavel/PR
Executado(s): MECANICA ADVANCE DE CASCAVEL LTDA. - ME
O(A) Doutor(a) Eduardo Villa Coimbra Campos, Meritíssimo(a) Juiz (íza) de Direito da VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente edital, expedido nos autos nº 0025818-74.2017.8.16.0021, se procede a CITAÇÃO de MECANICA ADVANCE DE CASCAVEL LTDA. - ME, portador(a) do CNPJ 09.501.366/0001- 19, para que, no prazo de 05 (cinco) dias pague a dívida, com os juros e multa de mora e encargos indicados na CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA, além das custas processuais, ou mesmo garantir a execução, de acordo com o artigo 9º, da Lei nº 6.830/80, neste caso podendo embargar no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da intimação da penhora. Nos termos do art. 257, IV do CPC, será nomeado curador especial em caso de revelia. Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). HORÁRIO DE ATENDIMENTO: das 12:00 às 18:00 horas.
Cascavel, 09 de fevereiro de 2024.
Eduardo Villa Coimbra Campos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 30 (TRINTA) DIAS
Processo: 0006908-96.2017.8.16.0021
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa
(Execução Fiscal) Valor da Causa: R$9.200,18
Exequente(s): Município de Cascavel/PR
Executado(s): RÁPIDO RODOSINO TRANSPORTE DE CARGAS LTDA
O(A) Doutor(a) Eduardo Villa Coimbra Campos, Meritíssimo(a) Juiz (íza) de Direito da VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente edital, expedido nos autos nº 0006908-96.2017.8.16.0021, se procede a CITAÇÃO de RÁPIDO RODOSINO TRANSPORTE DE CARGAS LTDA, portador(a) do CNPJ 91.685.024/0023-92, para que, no prazo de 05 (cinco) dias pague a dívida, com os juros e multa de mora e encargos indicados na CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA, além das custas processuais, ou mesmo garantir a execução, de acordo com o artigo 9º, da Lei nº 6.830/80, neste caso podendo embargar no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da intimação da penhora. Nos termos do art. 257, IV do CPC, será nomeado curador especial em caso de revelia. Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). HORÁRIO DE ATENDIMENTO: das 12:00 às 18:00 horas.
Cascavel, 09 de fevereiro de 2024.
Eduardo Villa Coimbra Campos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 30 (TRINTA) DIAS
Processo: 0013914-28.2015.8.16.0021
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$2.885,42
Exequente(s): Município de Cascavel/PR
Executado(s): J J SANTOS AUTO CENTER LTDA - ME
O(A) Doutor(a) Eduardo Villa Coimbra Campos, Meritíssimo(a) Juiz (íza) de Direito da VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente edital, expedido nos autos nº 0013914-28.2015.8.16.0021, se procede a CITAÇÃO de J J SANTOS AUTO CENTER LTDA - ME, portador(a) do CNPJ 11.818.856/0001-95, para que, no prazo de 05 (cinco) dias pague a dívida, com os juros e multa de mora e encargos indicados na CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA, além das custas processuais, ou mesmo garantir a execução, de acordo com o artigo 9º, da Lei nº 6.830/80, neste caso podendo embargar no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da intimação da penhora. Nos termos do art. 257, IV do CPC, será nomeado curador especial em caso de revelia. Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). HORÁRIO DE ATENDIMENTO: das 12:00 às 18:00 horas.
Cascavel, 09 de fevereiro de 2024.
Eduardo Villa Coimbra Campos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 30 (TRINTA) DIAS
Processo: 0003254-09.2014.8.16.0021
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$2.037,46
Exequente(s): Município de Cascavel/PR
Executado(s): P S DOS REIS - PEÇAS ME
O(A) Doutor(a) Eduardo Villa Coimbra Campos, Meritíssimo(a) Juiz (íza) de Direito da VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente edital, expedido nos autos nº 0003254-09.2014.8.16.0021, se procede a CITAÇÃO de P S DOS REIS - PEÇAS ME, portador(a) do CNPJ 10.611.725/0001-70, para que, no prazo de 05 (cinco) dias pague a dívida, com os juros e multa de mora e encargos indicados na CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA, além das custas processuais, ou mesmo garantir a execução, de acordo com o artigo 9º, da Lei nº 6.830/80, neste caso podendo embargar no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da intimação da penhora. Nos termos do art. 257, IV do CPC, será nomeado curador especial em caso de revelia. Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). HORÁRIO DE ATENDIMENTO: das 12:00 às 18:00 horas.

Cascavel, 09 de fevereiro de 2024.
Eduardo Villa Coimbra Campos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 30 (TRINTA) DIAS
Processo: 0044545-47.2018.8.16.0021
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$32.702,06
Exequente(s): Município de Cascavel/PR
Executado(s): H&F REPRESENTACOES E COMERCIO DE FERRAGENS - EIRELI
O(A) Doutor(a) Eduardo Villa Coimbra Campos, Meritíssimo(a) Juiz (íza) de Direito da VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente edital, expedido nos autos nº 0044545-47.2018.8.16.0021, se procede a CITAÇÃO de H&F REPRESENTACOES E COMERCIO DE FERRAGENS - EIRELI , portador(a) do CNPJ 14.031.239/0001-33, para que, no prazo de 05 (cinco) dias pague a dívida, com os juros e multa de mora e encargos indicados na CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA, além das custas processuais, ou mesmo garantir a execução, de acordo com o artigo 9º, da Lei nº 6.830/80, neste caso podendo embargar no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da intimação da penhora. Nos termos do art. 257, IV do CPC, será nomeado curador especial em caso de revelia. Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). HORÁRIO DE ATENDIMENTO: das 12:00 às 18:00 horas.
Cascavel, 09 de fevereiro de 2024.
Eduardo Villa Coimbra Campos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 30 (TRINTA) DIAS
Processo: 0022536-62.2016.8.16.0021
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$3.016,37
Exequente(s): Município de Cascavel/PR
Executado(s): A D A G FABRICACAO DE PLACAS E TROFEUS PERSONALIZADOS LTDA ME
O(A) Doutor(a) Eduardo Villa Coimbra Campos, Meritíssimo(a) Juiz (íza) de Direito da VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente edital, expedido nos autos nº 0022536-62.2016.8.16.0021, se procede a CITAÇÃO de A D A G FABRICACAO DE PLACAS E TROFEUS PERSONALIZADOS LTDA ME, portador(a) do CNPJ 05.616.562/0001-88, para que, no prazo de 05 (cinco) dias pague a dívida, com os juros e multa de mora e encargos indicados na CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA, além das custas processuais, ou mesmo garantir a execução, de acordo com o artigo 9º, da Lei nº 6.830/80, neste caso podendo embargar no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da intimação da penhora. Nos termos do art. 257, IV do CPC, será nomeado curador especial em caso de revelia. Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). HORÁRIO DE ATENDIMENTO: das 12:00 às 18:00 horas.
Cascavel, 09 de fevereiro de 2024.
Eduardo Villa Coimbra Campos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 30 (TRINTA) DIAS
Processo: 0002588-03.2017.8.16.0021
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$1.323,24
Exequente(s): Município de Santa Tereza do Oeste
Executado(s): Objetiva Serviços de Contabilidade Ltda.
O(A) Doutor(a) Eduardo Villa Coimbra Campos, Meritíssimo(a) Juiz (íza) de Direito da VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente edital, expedido nos autos nº 0002588-03.2017.8.16.0021, se procede a CITAÇÃO de Objetiva Serviços de Contabilidade Ltda., portador(a) do CNPJ 11.760.321/0001-00, para que, no prazo de 05 (cinco) dias pague a dívida, com os juros e multa de mora e encargos indicados na CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA, além das custas processuais, ou mesmo garantir a execução, de acordo com o artigo 9º, da Lei nº 6.830/80, neste caso podendo embargar no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da intimação da penhora. Nos termos do art. 257, IV do CPC, será nomeado curador especial em caso de revelia. Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). HORÁRIO DE ATENDIMENTO: das 12:00 às 18:00 horas.
Cascavel, 09 de fevereiro de 2024.
Eduardo Villa Coimbra Campos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 30 (TRINTA) DIAS
Processo: 0020907-19.2017.8.16.0021
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$2.541,84
Exequente(s): Município de Cascavel/PR
Executado(s): M. A. G. POCIDONIO
O(A) Doutor(a) Eduardo Villa Coimbra Campos, Meritíssimo(a) Juiz (íza) de Direito da VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente edital, expedido nos autos nº 0020907-19.2017.8.16.0021, se procede a CITAÇÃO de M. A. G. POCIDONIO, portador(a) do CNPJ 05.133.518/0001-17, para que, no prazo de 05 (cinco) dias pague a dívida, com os juros e multa de mora e encargos indicados na CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA, além das custas processuais, ou mesmo garantir a execução, de acordo com o artigo 9º, da Lei nº 6.830/80, neste caso podendo embargar no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da intimação da penhora. Nos termos do art. 257, IV do CPC, será nomeado curador especial em caso de revelia. Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). HORÁRIO DE ATENDIMENTO: das 12:00 às 18:00 horas.
Cascavel, 09 de fevereiro de 2024.
Eduardo Villa Coimbra Campos
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 30 (TRINTA) DIAS
Processo: 0012318-38.2017.8.16.0021
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$1.365,86
Exequente(s): Município de Cascavel/PR
Executado(s): PLACK & MORAES LTDA
O(A) Doutor(a) Eduardo Villa Coimbra Campos, Meritíssimo(a) Juiz (íza) de Direito da VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente edital, expedido nos autos nº 0012318-38.2017.8.16.0021, se procede a CITAÇÃO de PLACK & MORAES LTDA, portador(a) do CNPJ 10.432.947/0001-25, para que, no prazo de 05 (cinco) dias pague a dívida, com os juros e multa de mora e encargos indicados na CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA, além das custas processuais, ou mesmo garantir a execução, de acordo com o artigo 9º, da Lei nº 6.830/80, neste caso podendo embargar no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da intimação da penhora. Nos termos do art. 257, IV do CPC, será nomeado curador especial em caso de revelia. Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). HORÁRIO DE ATENDIMENTO: das 12:00 às 18:00 horas.
Cascavel, 09 de fevereiro de 2024.
Eduardo Villa Coimbra Campos
Juiz de Direito

FOZ DO IGUAÇU

1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO - PROJUDI Autos NU 0008723-38.2016.8.16.0030 O Excelentíssimo Senhor Doutor RODRIGO LUIS GIACOMIN, MM. Juiz de Direito da 1.ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Foz do Iguaçu, na forma da lei etc... Pelo presente, faz saber a todos os interessados que será levado à HASTA PÚBLICA, o bem imóvel de propriedade do devedor EDEMAR EDMUNDO GUETTGES & CIA. LTDA (CNPJ nº 81.439.515/0001-94), na seguinte forma: PRIMEIRA PRAÇA: o dia 15/04/2024 às 11h00min, não sendo aceitos lances inferiores ao valor da avaliação; SEGUNDA PRAÇA: o dia 16/04/2024 às 11h00min, não sendo aceitos lances inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação - art. 891, CPC, salvo situações excepcionais, a ser apreciada no dia da arrematação. LOCAL DE ARREMATAÇÃO: OS LEILÕES SERÃO REALIZADOS EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO (DE FORMA ON-LINE) - através do site: www.rochaleiloes.com.br. ATENÇÃO: Para participar dos leilões/praças, os interessados deverão cadastrar-se com antecedência no mínimo de 24h antes, no site acima mencionado e proceder a habilitação para que participem da hasta, informações através do Fone: (41) 3077-8880 e/ou e-mail: documentos@rochaleiloes.com.br. PROCESSO: EXECUÇÃO FISCAL NU 0008723-38.2016.8.16.0030, movida por ESTADO DO PARANÁ (CNPJ nº 76.416.940/0001-28) em face de EDEMAR EDMUNDO GUETTGES & CIA. LTDA (CNPJ nº 81.439.515/0001-94). BEM: BEM 01: 01 (uma) Maquina de prensa excêntrica 12T Pexc, marca Calvi. ESTADO DE USO E CONSERVAÇÃO: Usada, em bom estado de conservação, funcionando. VALOR DO BEM 01: R$ 8.000,00 (oito mil reais) BEM 02: 01 (uma) Furadeira para madeira e coluna horizontal com 3 movimentos. ESTADO DE USO E CONSERVAÇÃO: Usada, em bom estado de conservação, funcionando. VALOR DO BEM 02: R$ 7.000,00 (sete mil reais) BEM 03: 01 (uma) Serra circular para corte de madeira, com carrinho. ESTADO DE USO E CONSERVAÇÃO: Usada, em bom estado de conservação, funcionando. VALOR DO BEM 03: R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) DEPOSITÁRIO FIEL: O executado. AVALIAÇÃO: R$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), em 10/2023 - O valor da avaliação será atualizado monetariamente no dia da praça pelo índice oficial (média do INPC/IGP), conforme determinado em despacho. VALOR DA DÍVIDA: R$ 253.662,83 (duzentos e cinquenta e três mil, seiscentos e sessenta e dois reais e oitenta e três centavos), em 02/2024, passível de atualização em hasta pública. ÔNUS: Nada consta nos autos. DO ÔNUS: O(s) bem(ns) será(ão) alienado(s) livre(s) de quaisquer ônus, inclusive os de natureza fiscal, consoante ao Parágrafo único do art. 130 do Código Tributário Nacional, bem como os de natureza propter rem, conforme disposto no §1º do art. 908 do Código de Processo Civil. DO LANCE: Os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de recusa do leiloeiro, por qualquer ocorrência, tais como, quedas ou falhas da conexão de internet, linha telefônica ou quaisquer outras ocorrências. DA IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE DO LANCE: Os lances ofertados são irrevogáveis e irretratáveis. O Usuário é responsável por todas as ofertas registradas em seu nome, pelo que os lances não podem ser anulados e/ou cancelados em nenhuma hipótese. DA DESISTÊNCIA OU INADIMPLEMENTO: Caso o primeiro colocado desista da arrematação ou não recolha o valor do lance e/ou a taxa de comissão do leiloeiro, será chamado o segundo colocado e, na hipótese do segundo colocado também desistir ou inadimplir, será chamado o terceiro colocado e, assim, sucessivamente, sendo chamados tantos licitantes quantos forem necessários, até o recolhimento do preço, da taxa de comissão Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8HK R6KUW ZGX38 GAR4U PROJUDI - Processo: 0008723-38.2016.8.16.0030 - Ref. mov. 344.2 - Assinado digitalmente por Antonio Magno Jacob da Rocha:01658592964 29/02/2024: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: Edital e expedição do auto de arrematação. Os licitantes chamados para o pagamento em caso de desistência ou inadimplência do licitante melhor colocado, deverão honrar o valor de seu maior lance ofertado durante o leilão, não podendo alegar que houve disputa e majoração do lance, uma vez que os lances foram ofertados por livre e espontânea vontade do licitante. Mesmo na hipótese de chamamento dos licitantes com colocação imediatamente inferior, os licitantes desistentes ou que deixarem de recolher o preço no prazo previsto, como penalidade, ficarão obrigados a pagarem a taxa de comissão do leiloeiro (calculada sobre o valor do lance não honrado) previstas neste edital, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste edital e na legislação em vigor, hipótese que será observada mesmo que um dos licitantes chamados venha a honrar o preço e a taxa de comissão o leiloeiro. O inadimplente que não pagar a comissão devida ao Leiloeiro, terá seu cadastro bloqueado no portal e não poderá participar de novos leilões até que seja regularizada a pendência. LEILOEIRO: Magno Rocha, Jucepar 08/020-L, fone: 41-3077-8880, com endereço à Rua Alferes Poli, 311, conjunto 4-B, Curitiba/PR, cuja comissão foi fixada da seguinte forma: Os honorários do leiloeiro devem ser depositados no ato da arrematação, acompanhando o preço. Em se tratando de arrematação, corresponderão a 5% do valor do lanço, sob responsabilidade do arrematante. Em caso de remição, 2% do valor pelo qual o bem foi resgatado, de responsabilidade da parte que remiu. Se houver transação depois de publicados os editais, 1% do valor do acordo, pelo executado. Finalmente, em caso de adjudicação, 1% do valor da avaliação, pelo credor. As custas e despesas do processo - até então realizadas - e eventuais tributos existentes serão pagos com valor depositado pelo arrematante. INTIMAÇÃO: Fica desde logo intimado o executado EDEMAR EDMUNDO GUETTGES & CIA. LTDA (CNPJ nº 81.439.515/0001-94), na pessoa de seu representante legal, caso não sejam encontrados para intimação pessoal (art.889 do CPC), através do presente edital, desde logo, das designações supra e de que poderão remir a execução, pagando principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação. Caso os credores hipotecários não sejam encontrados, notificados, cientificados por qualquer razão da data de praça ou leilão, quando da expedição das notificações respectivas, ficam desde logo, devidamente intimados pelo presente edital, bem como eventuais ocupantes/possuidores. - Não havendo expediente forense nos dias supramencionados, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente. -A(s) hasta(s) somente será (ao) suspensa(s) nas hipóteses de remição da dívida ou protocolização de acordo com o comprovante de pagamento integral das custas processuais e honorários do leiloeiro, até o dia imediatamente anterior à data designada para a hasta. E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro (29/02/2024). RODRIGO LUIS GIACOMIN Juiz de Direito

---

EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
1ª SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - Avenida Pedro Basso, nº. 1001, Jardim Polo Centro.
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: ISS/ Imposto sobre Serviços
Processo nº: 0030290-18.2022.8.16.0030
Município de Foz do Iguaçu/PR (CPF/CNPJ: 76.206.606/0001-40)
CATARATAS FALLS TURISMO EIRELI (CPF/CNPJ: 32.175.426/0001-72)
Valor da causa: R$ 5.612,69OBJETIVO: **CITAÇÃO** do(s) executado(s) **CATARATAS FALLS TURISMO EIRELI**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de cinco (05) dias, contados a partir do término do prazo do presente edital, para que efetue o pagamento da importância acima descrita, acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, referente a certidão de divida ativa descrita na inicial, ou nomeie bens à penhora, sob pena de penhora em seus bens, tantos quantos bastem à total garantia da execução e **INTIMAÇÃO** para no prazo de trinta (30) dias, querendo, oferecer embargos à execução, sob pena de não o fazendo, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo exequente, tudo nos termos e de acordo com a petição inicial e despacho proferido nos autos supra referido
NATUREZA DA DÍVIDA: Tributária.**TÍTULOS**: Certidão de dívida ativa (CDA): n.º 12321/2022 e 12322/2022.**DATA DE INSCRIÇÃO**: 30/12/2020.
Despacho de evento 53.1*: "1. A tentativa de citação pessoal da parte executada restou infrutífera. Também restaram sem êxito as diligências do Juízo e da exequente em desvendar o atual paradeiro da parte devedora, uma vez que os locais indicados via sistemas BacenJud, Infojud e Renajud não apontaram corretamente o seu endereço.2. Por isso, considerando que estão esgotadas as tentativas de localização pessoal da parte executada, defiro a citação por edital, conforme requerido pela exequente. Expeça-se o competente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, observando a Secretaria o que dispõe o art. 8.º, inciso IV, da Lei n. 6.830/80.*3*. Se decorrido o prazo in albis, tornem conclusos para nomeação de curador especial.4. Intimações e diligências necessárias. Foz do Iguaçu, 31 de janeiro de 2024. Rodrigo Luis Giacomin. Juiz de Direito"*

Foz do Iguaçu, 12 de março de 2024.
Carine Morgenstern Scremin
Analista Judiciária

EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
1ª SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - Avenida Pedro Basso, nº. 1001, Jardim Polo Centro.
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Multa
Processo nº: 0020408-32.2022.8.16.0030
Município de Foz do Iguaçu/PR (CPF/CNPJ: 76.206.606/0001-40)
R & A DROGARIA LTDA (CPF/CNPJ: 11.977.355/0001-51)
Valor da causa: R$ 3.005,88OBJETIVO: **CITAÇÃO** do(s) executado(s) **R & A DROGARIA LTDA**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de cinco (05) dias, contados a partir do término do prazo do presente edital, para que efetue o pagamento da importância acima descrita, acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, referente a certidão de divida ativa descrita na inicial, ou nomeie bens à penhora, sob pena de penhora em seus bens, tantos quantos bastem à total garantia da execução e **INTIMAÇÃO** para no prazo de trinta (30) dias, querendo, oferecer embargos à execução, sob pena de não o fazendo, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo exequente, tudo nos termos e de acordo com a petição inicial e despacho proferido nos autos supra referido
NATUREZA DA DÍVIDA: Tributária.**TÍTULOS**: Certidão de dívida ativa (CDA): n.º 11429/2022.**DATA DE INSCRIÇÃO**: 10/12/2021.
Despacho de evento 76.1*: "1. A tentativa de citação pessoal da parte executada restou infrutífera. Também restaram sem êxito as diligências do Juízo e da exequente em desvendar o atual paradeiro da parte devedora, uma vez que os locais indicados via sistemas BacenJud, Infojud e Renajud não apontaram corretamente o seu endereço.2. Por isso, considerando que estão esgotadas as tentativas de localização pessoal da parte executada, defiro a citação por edital, conforme requerido pela exequente. Expeça-se o competente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, observando a Secretaria o que dispõe o art. 8.º, inciso IV, da Lei n. 6.830/80.*3*. Se decorrido o*

prazo in albis, tornem conclusos para nomeação de curador especial.4. Intimações e diligências necessárias. Foz do Iguaçu, 31 de janeiro de 2024. Rodrigo Luis Giacomin. Juiz de Direito"

Foz do Iguaçu, 12 de março de 2024.
Carine Morgenstern Scremin
Analista Judiciária

EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
1ª SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - Avenida Pedro Basso, nº. 1001, Jardim Polo Centro.
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano
Processo nº: 0028871-31.2020.8.16.0030
Município de Foz do Iguaçu/PR (CPF/CNPJ: 76.206.606/0001-40)
MARIA NATALINA DA SILVA DE CARVALHO (RG: 97113335 SSP/PR e CPF/CNPJ: 010.582.279-55)
Valor da causa: R$ 2.394,37OBJETIVO: **CITAÇÃO** do(s) executado(s) **MARIA NATALINA DA SILVA DE CARVALHO**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de cinco (05) dias, contados a partir do término do prazo do presente edital, para que efetue o pagamento da importância acima descrita, acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, referente a certidão de divida ativa descrita na inicial, ou nomeie bens à penhora, sob pena de penhora em seus bens, tantos quantos bastem à total garantia da execução e **INTIMAÇÃO** para no prazo de trinta (30) dias, querendo, oferecer embargos à execução, sob pena de não o fazendo, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo exequente, tudo nos termos e de acordo com a petição inicial e despacho proferido nos autos supra referido
NATUREZA DA DÍVIDA: Tributária.**TÍTULOS**: Certidão de dívida ativa (CDA): n.º 8502/2019.**DATA DE INSCRIÇÃO**: 31/12/2016 à 28/12/2018.
Despacho de evento 95.1: *"1. A tentativa de citação pessoal da parte executada restou infrutífera. Também restaram sem êxito as diligências do Juízo e da exequente em desvendar o atual paradeiro da parte devedora, uma vez que os locais indicados via sistemas BacenJud, Infojud e Renajud não apontaram corretamente o seu endereço.2. Por isso, considerando que estão esgotadas as tentativas de localização pessoal da parte executada, defiro a citação por edital, conforme requerido pela exequente. Expeça-se o competente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, observando a Secretaria o que dispõe o art. 8.º, inciso IV, da Lei n. 6.830/80.3. Se decorrido o prazo in albis, tornem conclusos para nomeação de curador especial.4. Intimações e diligências necessárias. Foz do Iguaçu, 05 de fevereiro de 2024. Rodrigo Luis Giacomin. Juiz de Direito"*

Foz do Iguaçu, 12 de março de 2024.
Carine Morgenstern Scremin
Analista Judiciária

EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
1ª SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - Avenida Pedro Basso, nº. 1001, Jardim Polo Centro.
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Processo nº: 0004289-93.2022.8.16.0030
Município de Foz do Iguaçu/PR (CPF/CNPJ: 76.206.606/0001-40)
NAZARIA INOCENCIA RODRIGUES (RG: W660986 DPF/PR e CPF/CNPJ: 510.147.009-06)
Valor da causa: R$ 7.870,69OBJETIVO: **CITAÇÃO** do(s) executado(s) **NAZARIA INOCENCIA RODRIGUES**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de cinco (05) dias, contados a partir do término do prazo do presente edital, para que efetue o pagamento da importância acima descrita, acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, referente a certidão de divida ativa descrita na inicial, ou nomeie bens à penhora, sob pena de penhora em seus bens, tantos quantos bastem à total garantia da execução e **INTIMAÇÃO** para no prazo de trinta (30) dias, querendo, oferecer embargos à execução, sob pena de não o fazendo, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo exequente, tudo nos termos e de acordo com a petição inicial e despacho proferido nos autos supra referido
NATUREZA DA DÍVIDA: Tributária.**TÍTULOS**: Certidão de dívida ativa (CDA): n.º 16075/2021 e 16076/2021.**DATA DE INSCRIÇÃO**: 30/12/2019 à 30/12/2020.
Despacho de evento 58.1: *"1. A tentativa de citação pessoal da parte executada restou infrutífera. Também restaram sem êxito as diligências do Juízo e da exequente em desvendar o atual paradeiro da parte devedora, uma vez que os locais indicados via sistemas BacenJud, Infojud e Renajud não apontaram corretamente o seu endereço.2. Por isso, considerando que estão esgotadas as tentativas de localização pessoal da parte executada, defiro a citação por edital, conforme requerido pela exequente. Expeça-se o competente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, observando a Secretaria o que dispõe o art. 8.º, inciso IV, da Lei n. 6.830/80.3. Se decorrido o prazo in albis, tornem conclusos para nomeação de curador especial.4. Intimações e diligências necessárias. Foz do Iguaçu, 05 de fevereiro de 2024. Rodrigo Luis Giacomin. Juiz de Direito"*

Foz do Iguaçu, 12 de março de 2024.
Carine Morgenstern Scremin
Analista Judiciária

EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
1ª SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - Avenida Pedro Basso, nº. 1001, Jardim Polo Centro.
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Taxa de Licenciamento de Estabelecimento
Processo nº: 0020904-61.2022.8.16.0030
Município de Foz do Iguaçu/PR (CPF/CNPJ: 76.206.606/0001-40)
BAR WASH PETISCARIA LTDA. (CPF/CNPJ: 29.777.953/0001-42)
Valor da causa: R$ 11.183,49OBJETIVO: **CITAÇÃO** do(s) executado(s) **BAR WASH PETISCARIA LTDA.**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de cinco (05) dias, contados a partir do término do prazo do presente edital, para que efetue o pagamento da importância acima descrita, acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, referente a certidão de divida ativa descrita na inicial, ou nomeie bens à penhora, sob pena de penhora em seus bens, tantos quantos bastem à total garantia da execução e **INTIMAÇÃO** para no prazo de trinta (30) dias, querendo, oferecer embargos à execução, sob pena de não o fazendo, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo exequente, tudo nos termos e de acordo com a petição inicial e despacho proferido nos autos supra referido
NATUREZA DA DÍVIDA: Tributária.**TÍTULOS**: Certidão de dívida ativa (CDA): n.º 11984/2022.**DATA DE INSCRIÇÃO**: 28/12/2018 à 30/12/2021.
Despacho de evento 66.1: *"1. A tentativa de citação pessoal da parte executada restou infrutífera. Também restaram sem êxito as diligências do Juízo e da exequente em desvendar o atual paradeiro da parte devedora, uma vez que os locais indicados via sistemas BacenJud, Infojud e Renajud não apontaram corretamente o seu endereço.2. Por isso, considerando que estão esgotadas as tentativas de localização pessoal da parte executada, defiro a citação por edital, conforme requerido pela exequente. Expeça-se o competente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, observando a Secretaria o que dispõe o art. 8.º, inciso IV, da Lei n. 6.830/80.3. Se decorrido o prazo in albis, tornem conclusos para nomeação de curador especial.4. Intimações e diligências necessárias. Foz do Iguaçu, 05 de fevereiro de 2024. Rodrigo Luis Giacomin. Juiz de Direito"*

Foz do Iguaçu, 12 de março de 2024.
Carine Morgenstern Scremin
Analista Judiciária

EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
1ª SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - Avenida Pedro Basso, nº. 1001, Jardim Polo Centro.
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: ISS/ Imposto sobre Serviços
Processo nº: 0034577-73.2012.8.16.0030
Fazenda Pública do Município de Foz do Iguaçu
BARBOSA TERRAPLANAGEM E TRANSPORTE LTDA (CPF/CNPJ: 07.899.639/0001-08)
Espólio de Ivo Barbosa de Oliveira (RG: 404212143182 SSP/RS e CPF/CNPJ: 512.430.400-68)
Valor da causa: R$ 2.166,58OBJETIVO: **CITAÇÃO** do(s) executado(s) **Espólio delvo Barbosa de Oliveira**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de cinco (05) dias, contados a partir do término do prazo do presente edital, para que efetue o pagamento da importância acima descrita, acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, referente a certidão de divida ativa descrita na inicial, ou nomeie bens à penhora, sob pena de penhora em seus bens, tantos quantos bastem à total garantia da execução e **INTIMAÇÃO** para no prazo de trinta (30) dias, querendo, oferecer embargos à execução, sob pena de não o fazendo, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo exequente, tudo nos termos e de acordo com a petição inicial e despacho proferido nos autos supra referido
NATUREZA DA DÍVIDA: Tributária.**TÍTULOS**: Certidão de dívida ativa (CDA): n.º 32.059/2012.**DATA DE INSCRIÇÃO**: 17/10/2012.
Despacho de evento 194.1: *"1. A tentativa de citação pessoal da parte executada restou infrutífera. Também restaram sem êxito as diligências do Juízo e da exequente em desvendar o atual paradeiro da parte devedora, uma vez que os locais indicados via sistemas BacenJud, Infojud e Renajud não apontaram corretamente o seu endereço.2. Por isso, considerando que estão esgotadas as tentativas de localização pessoal da parte executada, defiro a citação por edital, conforme requerido pela exequente. Expeça-se o competente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, observando a Secretaria o que dispõe o art. 8.º, inciso IV, da Lei n. 6.830/80.3. Se decorrido o prazo in albis, tornem conclusos para nomeação de curador especial.4. Intimações e diligências necessárias. Foz do Iguaçu, 30 de janeiro de 2024. Rodrigo Luis Giacomin. Juiz de Direito"*

Foz do Iguaçu, 12 de março de 2024.
Carine Morgenstern Scremin
Analista Judiciária

EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
1ª SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - Avenida Pedro Basso, nº. 1001, Jardim Polo Centro.
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: ISS/ Imposto sobre Serviços
Processo nº: 0015658-84.2022.8.16.0030
Município de Foz do Iguaçu/PR (CPF/CNPJ: 76.206.606/0001-40)
GRANDE LAGO TERRAPLANAGEM E LOCAÇÃO LTDA (CPF/CNPJ: 20.325.420/0001-55)
Valor da causa: R$ 7.011,93OBJETIVO: **CITAÇÃO** do(s) executado(s) **GRANDE LAGO TERRAPLANAGEM E LOCAÇÃO LTDA**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de cinco (05) dias, contados a partir do término do prazo do presente edital, para que efetue o pagamento da importância acima descrita, acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, referente a certidão de divida ativa descrita na inicial, ou nomeie bens à penhora, sob pena de penhora em seus bens, tantos quantos bastem à total garantia da execução e **INTIMAÇÃO** para no prazo de trinta (30) dias, querendo, oferecer embargos à execução, sob pena de não o fazendo, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo exequente, tudo nos termos e de acordo com a petição inicial e despacho proferido nos autos supra referido
NATUREZA DA DÍVIDA: Tributária.**TÍTULOS**: Certidão de dívida ativa (CDA): n.º 11684/2022.**DATA DE INSCRIÇÃO**: 30/12/2019 à 30/12/2021.
Despacho de evento 56.1: *"1. A tentativa de citação pessoal da parte executada restou infrutífera. Também restaram sem êxito as diligências do Juízo e da exequente em desvendar o atual paradeiro da parte devedora, uma vez que os locais indicados via sistemas BacenJud, Infojud e Renajud não apontaram corretamente o seu endereço.2. Por isso, considerando que estão esgotadas as tentativas de localização pessoal da parte executada, defiro a citação por edital, conforme requerido pela exequente. Expeça-se o competente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, observando a Secretaria o que dispõe o art. 8.º, inciso IV, da Lei n. 6.830/80.3. Se decorrido o prazo in albis, tornem conclusos para nomeação de curador especial.4. Intimações e diligências necessárias. Foz do Iguaçu, 31 de janeiro de 2024. Rodrigo Luis Giacomin. Juiz de Direito"*

Foz do Iguaçu, 12 de março de 2024.
Carine Morgenstern Scremin
Analista Judiciária

EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
1ª SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - Avenida Pedro Basso, nº. 1001, Jardim Polo Centro.
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano
Processo nº: 0026599-64.2020.8.16.0030
Município de Foz do Iguaçu/PR (CPF/CNPJ: 76.206.606/0001-40)
HICHAM TANN IBRAHIM (CPF/CNPJ: 829.480.209-30)
Valor da causa: R$ 4.087,53OBJETIVO: **CITAÇÃO** do(s) executado(s) **HICHAM TANN IBRAHIM**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de cinco (05) dias, contados a partir do término do prazo do presente edital, para que efetue o pagamento da importância acima descrita, acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, referente a certidão de divida ativa descrita na inicial, ou nomeie bens à penhora, sob pena de penhora em seus bens, tantos quantos bastem à total garantia da execução e **INTIMAÇÃO** para no prazo de trinta (30) dias, querendo, oferecer embargos à execução, sob pena de não o fazendo, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo exequente, tudo nos termos e de acordo com a petição inicial e despacho proferido nos autos supra referido
NATUREZA DA DÍVIDA: Tributária.**TÍTULOS**: Certidão de dívida ativa (CDA): n.º 6014/2020 e 6015/2020.**DATA DE INSCRIÇÃO**: 31/12/2016 à 30/12/2019.
Despacho de evento 74.1: *"1. A tentativa de citação pessoal da parte executada restou infrutífera. Também restaram sem êxito as diligências do Juízo e da exequente em desvendar o atual paradeiro da parte devedora, uma vez que os locais indicados via sistemas BacenJud, Infojud e Renajud não apontaram corretamente o seu endereço.2. Por isso, considerando que estão esgotadas as tentativas de localização pessoal da parte executada, defiro a citação por edital, conforme requerido pela exequente. Expeça-se o competente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, observando a Secretaria o que dispõe o art. 8.º, inciso IV, da Lei n. 6.830/80.3. Se decorrido o prazo in albis, tornem conclusos para nomeação de curador especial.4. Intimações e diligências necessárias. Foz do Iguaçu, 31 de janeiro de 2024. Rodrigo Luis Giacomin. Juiz de Direito"*

Foz do Iguaçu, 12 de março de 2024.
Carine Morgenstern Scremin
Analista Judiciária

EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
1ª SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - Avenida Pedro Basso, nº. 1001, Jardim Polo Centro.
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: ISS/ Imposto sobre Serviços
Processo nº: 0020620-87.2021.8.16.0030
Município de Foz do Iguaçu/PR (CPF/CNPJ: 76.206.606/0001-40)
SANDRA HELENA SGARBI - ME. (CPF/CNPJ: 20.248.701/0001-51)
Valor da causa: R$ 3.904,35OBJETIVO: **CITAÇÃO** do(s) executado(s) **SANDRA HELENA SGARBI - ME.**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de cinco (05) dias, contados a partir do término do prazo do presente edital, para que efetue o pagamento da importância acima descrita, acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, referente a certidão de divida ativa descrita na inicial, ou nomeie bens à penhora, sob pena de penhora em seus bens, tantos quantos bastem à total garantia da execução e **INTIMAÇÃO** para no prazo de trinta (30) dias, querendo, oferecer embargos à execução, sob pena de não o fazendo, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo exequente, tudo nos termos e de acordo com a petição inicial e despacho proferido nos autos supra referido
NATUREZA DA DÍVIDA: Tributária.**TÍTULOS**: Certidão de dívida ativa (CDA): n.º 8491/2021.**DATA DE INSCRIÇÃO**: 17/07/2019.
Despacho de evento 78.1: *"1. A tentativa de citação pessoal da parte executada restou infrutífera. Também restaram sem êxito as diligências do Juízo e da exequente em desvendar o atual paradeiro da parte devedora, uma vez que os locais indicados via sistemas BacenJud, Infojud e Renajud não apontaram corretamente o seu endereço.2. Por isso, considerando que estão esgotadas as tentativas de localização pessoal da parte executada, defiro a citação por edital, conforme requerido pela exequente. Expeça-se o competente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, observando a Secretaria o que dispõe o art. 8.º, inciso IV, da Lei n. 6.830/80.3. Se decorrido o prazo in albis, tornem conclusos para nomeação de curador especial.4. Intimações e diligências necessárias. Foz do Iguaçu, 31 de janeiro de 2024. Rodrigo Luis Giacomin. Juiz de Direito"*

Foz do Iguaçu, 12 de março de 2024.
Carine Morgenstern Scremin
Analista Judiciária

Editais Judiciais

Conselho da Magistratura

Capital

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE CITAÇÃO DO EXECUTADO FLAVIO APARECIDO DOS SANTOS, COM O PRAZO DE SESSENTA (60) DIAS.
A Doutora DEBORA DE MARCHI MENDES, Juíza de Direito da Primeira Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.
F A Z S A B E R a quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tem curso neste Juízo de Direito da 1ª Vara Cível, situado à Avenida Cândido de Abreu, nº 535, 4º andar, Edifício Montepar, Centro Cívico, nesta Capital, uma ação de **MONITÓRIA** sob **nº. 0019747-77.2021.8.16.0001** em que é exequente: **UNIAO CATARINENSE ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA** e executado: **FLAVIO APARECIDO DOS SANTOS FERNANDES,** diz que a requerente é credora do requerido pela importância de R$ 10.864,57 (dez mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos). O crédito é originário do Contrato de Alienação Fiduciária em garantia, relativo ao Grupo/ Quota 1018/037.01. Para garantia do débito, a parte requerida, em conformidade com o competente contrato de alienação fiduciária de participação em grupo de consórcio, ofertou em alienação fiduciária o bem Peugeot 206 Select, 2002/2002, cinza, Placa BBY- 9200, Chassi 8AD2A7LZ92W020003. - Encontrando-se o requerido em lugar incerto e não sabido, tem o presente edital a finalidade de **CITAÇÃO** de **FLAVIO APARECIDO DOS SANTOS FERNANDES,** para que no prazo de 60(sessenta) dias, a partir da primeira publicação, para realizar o pagamento no **prazo de 15 (quinze) dias**, acrescido de honorários advocatícios de 05% (cinco por cento) sobre o valor da causa (art. 701, caput, CPC/2015), sendo que cumprindo a(s) parte(s) ré(s) o mandado, ficará(ão) isenta(s) de custas processuais (art. 701. 1º, CPC/2015). - O presente edital será publicado na forma da lei. - Dado e passado nesta Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 11 dias do mês de Março de 2024, eu (Patrícia da Silva Pimentel Hanke), E. Juramentada, o digitei e subscrevi.
DÉBORA DEMARCHI MENDES
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
JUIZO DE DIREITO DA 1ª. (PRIMEIRA) VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE CITAÇÃO DE S.A CAPITAL HOLDING, CONSULTORIA E NEGÓCIOS EIRELI, UNICK SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS LTDA E URPAY TECNOLOGIA EM PAGAMENTOS LTDA, COM O PRAZO DE TRINTA(30) DIAS.
A Doutora Lilian Resende Castanho Schelbauer, Juíza de Direito da Primeira Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.
F A Z S A B E R a quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tem curso neste Juízo de Direito da 1ª. Vara Cível, situado à Avenida Cândido de Abreu, nº. 535 - 1º andar, Edifício do Fórum, Centro Cívico, nesta Capital, uma **AÇÃO DE COBRANÇA** sob **nº. 0001863-69.2020.8.16.0001**, movida por **GABRIEL ANTÔNIO VIEIRA JÚNIOR** contra **S.A CAPITAL HOLDING, CONSULTORIA E NEGÓCIOS EIRELI, UNICK SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS LTDA E URPAY TECNOLOGIA EM PAGAMENTOS LTDA,** diz respeito de uma anulação contratual junto à primeira requerida, tendo em vista diversos descumprimentos contratuais por parte da requerida, como não pagamento dos lucros prometidos, diminuição de rendimentos diários e aumento de prazo para devolução dos investimentos. Encontrando-se os réus **S.A CAPITAL HOLDING, CONSULTORIA E NEGÓCIOS EIRELI, UNICK SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS LTDA E URPAY TECNOLOGIA EM PAGAMENTOS LTDA,** em lugar incerto e não sabido, conforme consta nos autos, ficam por este edital, **CITADOS** para que no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da primeira publicação, ante o manifesto interesse da parte autora na audiência de conciliação, para o atendimento da Resolução 314 do CNJ, em que seu art. 6°, § 3°, e do Decreto Judiciário n° 227/2020 TJPR (art. 3°), com fundamento no princípio do tratamento adequado dos conflitos (Resolução 125 do CNJ) e a razoável duração do processo (art. 5°, LXXVIII, CF), em razão do atual momento de pandemia em decorrência do COVIC-19 e a necessidade de realização de audiências virtuais de conciliação e mediação, em cumprimento à Portaria n° 3742/2020 do NUPEMEC, em seus artigos 2° e art. 5°, § 3°, cite-se e intime-se o réu para que, no prazo de 15 (quinze) dias, informe seu telefone para contato (Portaria NUPEMEC-TJPR n° 3742/2020). Saliente-se, desde logo, que a ausência de manifestação no prazo supra será interpretada como desinteresse na designação do ato, contando-se o prazo para o oferecimento de contestação nos termos do art. 335, inciso III e art. 231 do CPC, advertindo-se que a falta de contestação implicará na presunção de veracidade das alegações de fato afirmadas na inicial (arts. 344 do CPC). - Dado e passado nesta Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, ao 01 (Primeiro) dia do mês de Março do ano de dois mil e vinte e quatro (2024). - E eu, (Patrícia da S. Pimentel Hanke), E. Juramentada, o digitei e subscrevi.
Lilian Resende Castanho Schelbauer
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DA EXECUTADA ELAINE CRISTINA FERREIRA, COM O PRAZO DE VINTE (20) DIAS. A Doutora Lilian Resende Castanho Schelbauer, Juíza de Direito da Primeira Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei. F A Z S A B E R a quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tem curso neste Juízo de Direito da 1ª Vara Cível, situado à Avenida Cândido de Abreu, nº 535, 4º andar, Edifício Montepar, Centro Cívico, nesta Capital, uma ação de MONITÓRIA sob nº. 0001148-56.2022.8.16.0001 em que é exequente: BANCO BRADESCO S/ A e executado (a): ELAINE CRISTINA FERREIRA, a parte Ré realizou abertura de conta de depósitos e movimentações junto a agência 3285 do autor em 20/11/20212, a qual passou a ser identificada pelo número 108.870-0. Assim, em 28/08/2020 a parte ré realizou reorganização financeira no valor total de R$ 60.100,00 (seiscentos mil e cem reais). Temos que, o tomador do empréstimo obrigou-se a pagar ao autor, ao final de cada vencimento, as parcelas previamente determinadas, perfazendo o valor original acima referido. Assim, considerando que a parte ré deixou de pagar a integralidade do valor contratado, ocasionando a mora, e, apesar das diversas tentativas do autor em receber o valor integral de seu crédito. - Encontrando-se a requerida em lugar incerto e não sabido, tem o presente edital a finalidade de CITAÇÃO de ELAINE CRISTINA FERREIRA, para que no prazo de 20 (vinte) dias, a partir da primeira publicação, para realizar o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de honorários advocatícios de 05% (cinco por cento) sobre o valor da causa (art. 701, caput, CPC/2015), sendo que cumprindo a(s) parte(s) ré(s) o mandado, ficará(ão) isenta(s) de custas processuais (art. 701. 1º, CPC/2015). - O presente edital será publicado na forma da lei. - Dado e passado nesta Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, ao 01 dia do mês de Março de 2024, eu (Patrícia da S. Pimentel Hanke), E. Juramentada, o digitei e subscrevi. Lilian Resende Castanho Schelbauer Juíza de Direito

---

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE CITAÇÃO DO EXECUTADO FABIANO SOARES ZORTEA, COM O PRAZO DE SESSENTA (60) DIAS.
A Doutora DEBORA DE MARCHI, Juíza de Direito da Primeira Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.
F A Z S A B E R a quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tem curso neste Juízo de Direito da 1ª Vara Cível, situado à Avenida Cândido de Abreu, nº 535, 4º andar, Edifício Montepar, Centro Cívico, nesta Capital, uma ação de **MONITÓRIA** sob **nº. 0003235-87.2019.8.16.0001** em que é exequente: **BANCO DO BRASIL S/A** e executados: **AUTO POSTO PETROCENTER ECOVILLE LTDA, BRUNO SOARES ZORTEA, FABIANO SOARES ZORTEA E THAIS HELENA RIBEIRO SOARES ZORTEA,** a requerente celebrou com a parte requerida, em 30/06/2014, "CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO - BB GIRO EMPRESA FLEX" nº 419.501.148, (doc. 02), para disponibilização de crédito rotativo no valor de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), com vencimento final em 09/11/2015. Consequentemente assumiu a obrigação de pagar o crédito concedido em prestações, acrescidas dos encargos financeiros estipulados. Ocorre que a parte requerida não cumpriu com a obrigação assumida, deixando de disponibilizar ativos financeiros em sua conta corrente para débitos oriundos dessa operação. Assim, em razão do inadimplemento, o saldo devedor, apurado de acordo com as condições ajustadas no contrato (doc. 03) é de R$ 1.043.264,75 (um milhão e quarenta e três mil duzentos e sessenta e quatro reais e setenta e cinco centavos) conforme demonstra planilha anexa (doc. 04). A operação de crédito foi garantida por fiança, tendo como fiador a parte que figura como segunda ré, sendo esta, portanto, solidariamente responsável com a sociedade empresária Ré pelo integral cumprimento de todos e quaisquer débitos para com o banco requerente. - Encontrando-se o requerido em lugar incerto e não sabido, tem o presente edital a finalidade de **CITAÇÃO** de **FABIANO SOARES ZORTEA,** para que no prazo de 60(sessenta) dias, a partir da primeira publicação, para realizar o pagamento no **prazo de 15 (quinze) dias**,

acrescido de honorários advocatícios de 05% (cinco por cento) sobre o valor da causa (art. 701, caput, CPC/2015), sendo que cumprindo a(s) parte(s) ré(s) o mandado, ficará(ão) isenta(s) de custas processuais (art. 701. 1º, CPC/2015). - O presente edital será publicado na forma da lei. - Dado e passado nesta Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 11 dias do mês de Março de 2024, eu (Patrícia da S. Pimentel Hanke), E. Juramentada, o digitei e subscrevi.
DÉBORA DEMARCHI MENDES
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE CITAÇÃO DO EXECUTADO ALERRANDRO SANTOS DAS MERCES, COM O PRAZO DE SESSENTA (60) DIAS.
A Doutora DÉBORA DEMARCHI MENDES, Juíza de Direito da Primeira Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.
F A Z S A B E R a quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tem curso neste Juízo de Direito da 1ª Vara Cível, situado à Avenida Cândido de Abreu, nº 535, 4º andar, Edifício Montepar, Centro Cívico, nesta Capital, uma ação de **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL** sob **nº. 0004867-51.2019.8.16.0001** em que é exequente: **BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A** e executado (a): **ALERRANDRO SANTOS DAS MERCES,** diz respeito de uma Ação Cautelar de Busca e Apreensão a qual visava à recuperação, pela instituição financeira, do crédito concedido a devedor fiduciante, com base em contrato de financiamento de bem móvel sob garantia de alienação fiduciária. A matéria é regida pelos ditames do Decreto-Lei 911/69, o qual determina que, uma vez apreendido o bem dado em garantia fiduciária, este poderia ser alienado pelo credor, revertendo-se em benefício do Banco os valores obtidos, para saneamento da dívida. Todavia, após incontáveis esforços extrajudiciais por parte do Banco, o bem garantidor do débito não foi localizado não tendo sequer informação da placa o que inviabiliza a identificação e busca de eventual localização, frustrando-se o auferimento do estreito escopo do feito. - Encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, tem o presente edital a finalidade de **CITAÇÃO** de **ALERRANDRO SANTOS DAS MERCES** para que no **prazo de 03 (três) dias**, decorridos sessenta (60) dias, PAGUE o principal e cominações legais, sob pena de penhora, ou para querendo, oferecer EMBARGOS no **prazo de 15 (quinze) dias**. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito da(s) parte(s) exequente(s) e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, poderá(ão) a(s) parte(s) executada(s) requerer seja(m) admitida(s) a pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 916 do CPC/2015). CIENTIFIQUE-SE de que foram fixados honorários advocatícios em favor da parte exequente em 10% (dez por cento) do valor da dívida e, caso opte pelo pagamento integral da dívida no prazo de três dias supra fixado, a verba honorária será reduzida pela metade (827, § 1º do CPC/2015).- O presente edital será publicado na forma da lei. - Dado e passado nesta Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 11 dias do mês de Março de 2024, eu (Patrícia da S. Pimentel Hanke), E. Juramentada, o digitei e subscrevi.
DÉBORA DEMARCHI MENDES
Juíza de Direito

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DAMONTEHOST, COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.
A Doutora Lilian Resende Castanho Schelbauer, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.
F A Z S A B E R a quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tem curso neste Juízo de Direito da 1ª. Vara Cível, situado à Avenida Cândido de Abreu, nº. 535, 1º. andar, Edifício Montepar, Centro Cívico, nesta Capital, uma ação de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** autuado sob **nº. 0013503-74.2017.8.16.0001** em que é exequente **GOMES CONSULTOR IMOBILIÁRIO** e executada: **DAMONTEHOST,** narrou a parte autora que seria cliente da parte ré há mais de dez anos e que utilizaria o domínio www.gomesimoveis.com, sendo que, posteriormente, criou outro domínio (www.gomesimoveis.net), sem, contudo, cancelar o primeiro. Afirmou que com isso alcançaria um maior número de clientes pois um direcionaria ao outro. Sustentou que mesmo após pagar o boleto com vencimento em julho de 2016, descobriu, em dezembro daquele ano, que o domínio havia sido cancelado em razão de suposta de falta de pagamento. Além disso, constatou que o domínio estaria à venda, de maneira indevida. Requereu a procedência dos pedidos iniciais, para o fim de determinar que a parte ré devolva o domínio à parte autora, bem como seja ela condenada ao pagamento de indenização por danos morais no importe de R$ 50.000,00. - Encontrando-se o devedor, atualmente em lugar incerto e não sabido. - Tem este edital a finalidade de **INTIMAÇÃO** do (a) requerido (a) **DAMONTEHOST** para que no prazo de trinta (30) dias, a partir da primeira publicação, efetue o pagamento o pagamento da quantia a que foi condenado, no prazo no **prazo de 15 (quinze) dias,** sob pena de multa de 10% e, também de honorários advocatícios relativos ao cumprimento de sentença em igual percentual, nos termos do art. 523, § 1° do CPC/2015, conforme os cálculos apresentados. - O presente edital será publicado na forma da lei - Dado e passado nesta Cidade de Curitiba - Capital do Estado do Paraná, aos Onze (11) dias do mês de Março do ano de mil dois mil e vinte e quatro (2024). - E eu (Patrícia da S. Pimentel Hanke) E. Juramentada, o subscrevi.
Lilian Resende Castanho Schelbauer
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE APARECIDO MONTEIRO DE ARAÚJO, JOÃO ANILTON ANTUNES OLIVEIRA, LUZIMAR GUTIERREZ DE OLIVEIRA E NILZA GUTIERREZ DE OLIVEIRA, COM O PRAZO DE TRINTA (20) DIAS.
A Doutora Lilian Resende Castanho Schelbauer, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.
F A Z S A B E R a quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tem curso neste Juízo de Direito da 1ª. Vara Cível, situado à Avenida Cândido de Abreu, nº. 535, 1º. andar, Edifício Montepar, Centro Cívico, nesta Capital, uma ação de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** autuado sob **nº. 0029283-93.2013.8.16.0001** em que é exequente **(Espólio) ESPÓLIO DE OLY MIRANDA VAINE representado(a) por JOSIANE VAINE** e executadas **APARECIDO MONTEIRO DE ARAÚJO, JOÃO ANILTON ANTUNES OLIVEIRA, LUZIMAR GUTIERREZ DE OLIVEIRA E NILZA GUTIERREZ DE OLIVEIRA,** narra o requerente que o contrato locatício tinha vigência entre 15/10/2001 até 04/04/2004, mas que passou a vigorar por tempo indeterminado após este período. Argumentou que ante a existência de indícios de falsificação de comprovantes de pagamentos, e adimplemento irregular dos valores a título de alugueres, notificou os réus acerca do desinteresse na manutenção do contrato de locação com consequente retomada do imóvel, sem que tenham se manifestado ou adimplido seus débitos, irregulares desde maio/2011. - Encontrando-se o devedor, atualmente em lugar incerto e não sabido. - Tem este edital a finalidade de **INTIMAÇÃO** dos (as) requeridos (as) **APARECIDO MONTEIRO DE ARAÚJO, JOÃO ANILTON ANTUNES OLIVEIRA, LUZIMAR GUTIERREZ DE OLIVEIRA E NILZA GUTIERREZ DE OLIVEIRA** para que no prazo de vinte (20) dias, a partir da primeira publicação, efetue o pagamento o pagamento da quantia a que foi condenado, no prazo no **prazo de 15 (quinze) dias,** sob pena de multa de 10% e, também de honorários advocatícios relativos ao cumprimento de sentença em igual percentual, nos termos do art. 523, § 1° do CPC/2015, conforme os cálculos apresentados. - O presente edital será publicado na forma da lei - Dado e passado nesta Cidade de Curitiba - Capital do Estado do Paraná, aos Onze (11) dias do mês de Março do ano de mil dois mil e vinte e quatro (2024). - E eu (Patrícia da S. Pimentel Hanke) E. Juramentada, o subscrevi.
Lilian Resende Castanho Schelbauer
Juíza de Direito

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180
EDITAL DE CITAÇÃO
RÉU: **HELIO BEZERRA DE ARAUJO**
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. **0001609-28.2022.8.16.0195**
PRAZO DO EDITAL: 15 (quinze) dias
PRAZO PARA RESPOSTA: 10 (dez) dias após o transcurso do prazo do edital
A DRA. INÊS MARCHALEK ZARPELON, MM. JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI...FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, não tendo sido possível **CITAR** pessoalmente o(a) réu(ré) HELIO BEZERRA DE ARAUJO , nascido(a) em 30/10/1962, natural de PRESIDENTE PRUDENTE/SP, portador(a) do RG 35509097 SSP/PR, inscrito no CPF 474.045.829-20, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica o(a) acusado(a) **CITADO(A)** para que responda à acusação feita nos autos de Processo Crime de n.º 0001609-28.2022.8.16.0195, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, no qual está sendo denunciado(a) da prática do crime previsto no art.147: Ameaça, AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses e art. 330: Desobediência, DESOBEDIENCIA, Detenção: 15 dias a 6 meses E Multa
Outrossim, fica o réu cientificado de que, caso não constitua advogado, sua defesa será patrocinada por defensor dativo nomeado pelo Juízo.
Curitiba, 12 de março de 2024. Eu, Gabriele Nelize de Souza, Estagiária, digitei e conferi.

INÊS MARCHALEK ZARPELON
JUÍZA DE DIREITO

1ª VARA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DO JÚRI

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO - ESTADO DO PARANÁ
JUÍZO DE DIREITO DA **VARA PRIVATIVA DO1º TRIBUNAL DO JÚRI DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**
EDITAL DE INTIMAÇÃO
RÉ: ANDREZZA COITO
PRAZO: **QUINZE (15) DIAS**
AUTOS Nº **0000458-51.2018.8.16.0006**
A DOUTORA **MYCHELLE PACHECO CINTRA STADLER,** MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA PRIVATIVA DO 1º TRIBUNAL DO JÚRI DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,
FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente acusada ANDREZZA COITO , filha de Luzia Coito, atualmente em local incerto e não sabido, que pelo presente edital vem **INTIMÁ-LA** para comparecer ao Tribunal do Júri de Curitiba, sito a Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº - Centro Cívico, no dia ***15 DE ABRIL DE 2024, 13h30***, a fim de acompanhar o ato e ser interrogada em sessão de julgamento, nos autos de Ação Penal nº **0000458-51.2018.8.16.0006,** em que figura como ré.
Dado e passado nesta Cidade e Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 11 dias do mês de março de 2024. Eu, _____, (Lia Helena Pacheco Pereira), Técnica Judiciária, que o digitei e subscrevi.
MYCHELLE PACHECO CINTRA STADLER
Juíza de Direito

2ª VARA CÍVEL

Edital Geral

EDITAL DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO DE RICARDO ROMERO DELGADO
(Prazo 20 dias)
A doutora **LETÍCIA ZÉTOLA PORTES**, MMª. Juíza de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Curitiba - PR., na forma da Lei.
F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório, tramitam os autos n.º **0039043-14.2023.8.16.0188** de **INTERDIÇÃO** requerido perante este juízo por **APARECIDA BENEDITA MAFRA DELGADO**, em face de **RICARDO ROMERO DELGADO,** através dos quais, foi declarada por sentença, datada de 27/11/2023, a INTERDIÇÃO de **RICARDO ROMERO DELGADO**, brasileiro, nascido em 18/04/1975, portador da certidão de nascimento n.° 081026 01 55 1975 1 00042 283 0046439 30,
do Município de Campo Mourão, por ser ele, portador de Síndrome da rubéola congênita, CID 10 P350; Epilepsia, CID 10 G40; Surdo-mudez não classificada em outra parte, CID 10 H91.3 e Retardo mental profundo, CID 10 F73, sendo incapaz de reger os atos de sua vida civil, nomeando-lhe *CURADORA* a *Sra. APARECIDA BENEDITA MAFRA DELGADO*, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o interditado em todos os atos da vida civil. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa, no futuro, alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma legal.
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é **https://portal.tjpr.jus.br/projudi/**. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). A autenticidade deste documento pode ser consultada no mesmo endereço eletrônico.
DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Curitiba - PR., aos 28 dias do mês de fevereiro do ano de 2024. Eu,_____, (Rodrigo Fontoura Drescher), Analista Judiciário, que o digitei e subscrevi.
LETÍCIA ZÉTOLA PORTES
Juíza de Direito

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO PARANÁ - COMARCA DE CURITIBA
SECRETARIA da SEGUNDA VARA CRIMINAL
Avenida Anita Garibaldi, 750, Cabral, Curitiba/PR, CEP: 80540-900
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS.
O Dr. Peterson Cantergiani Santos, Juiz de Direito da Segunda Vara Criminal da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná**, FAZ SABER** a todos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento com o prazo de **15 dias,** que não tendo sido possível, notificar pessoalmente o(a) réu(é) abaixo qualificado(a), pelo presente cita-o(a) para que no prazo de 10 dias apresente resposta escrita a acusação, através de seus defensores.
RÉU: LINDOMAR CARVALHO
FILIAÇÃO: Beatriz Grabowski Carvalho E Valdevino Carvalho
AUTOS: 0000665-52.2024.8.16.0196
ARTIGO:artigo 157, caput, c/c o artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal.
Nesta cidade e comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 12 de março de 2024. Eu, Kelly Beatrice Bini Garcia, Técnica Judiciária, Matrícula 50180, o Subscrevi.
PETERSON CANTERGIANI SANTOS
Juiz de Direito

Edital de Intimação

ESTADO DO PARANÁ - COMARCA DE CURITIBA
SECRETARIA da SEGUNDA VARA CRIMINAL
Av. Anita Garibaldi, 750, Cabral, CEP 80540-900, Curitiba - PR
EDITAL DE INTIMAÇÃO PAGAMENTO DE CUSTAS E/OU MULTA
PRAZO 30 DIAS.
O Dr. Peterson Cantergiani Santos, Juiz de Direito Substituto da Segunda Vara Criminal da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento com o prazo de 30 dias, que por este Juízo tramita os autos de Processo Crime nº 0010033-57.2021.8.16.0013 que responde o(a) réu(é) abaixo qualificado (a), após ter sido devidamente processado(a), foi ao final, CONDENADO e, constando que o mesmo (a) encontra-se em lugar incerto e não sabido até a presente data, INTIMA-O(A) através deste edital, para comprovar o pagamento correspondente ao valor das custas e/ou multa ou justificar a ausência do pagamento, no prazo de 10(dez) dias.
RÉU: ÉRICK ALEXANDRE DUARTE DA MAIA
FILIAÇÃO: Jocimara Silva Duarte da Maia e Joel Ribeiro da Maia
AUTOS: 0010033-57.2021.8.16.0013
Dado e passado. Nesta cidade e comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 12 de março de 2024. Eu, Letícia Vieira Montenegro, Técnica Judiciária da 2ª Vara Criminal de Curitiba, Matrícula 50071, o Subscrevi.
Peterson Cantergiani Santos
Juiz de Direito

3º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER # CASA DA MULHER BRASILEIRA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO NOTICIADO FELIPE NUNES RASERA, PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
O Doutor Lourenço Cristovão Chemim, Juiz de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar
contra a Mulher de Curitiba - Casa da Mulher Brasileira, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 30
(trinta) dias, que foi deferida, em favor da noticiante/vítima, em face deFELIPE NUNES RASERA, RG
137838206 SSP/PR, CPF 129.062.519-09, Nome do Pai: FABIO LUIZ RASERA, Nome da Mãe:
FATIMA NUNES DE RESENDE, nascido em 06/11/2002, natural de CURITIBA, localizável no(a)

RUA SANT'ANA DO ITARARE, 1061 - Sítio Cercado - CURITIBA/PR - CEP: 81.920-150
, noticiado nos autos de Medidas Protetivas de Urgêncianº 0010364-74.2023.8.16.0011, pelo que, através
do presente, é procedida a CITAÇÃO informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos
em epígrafe, em trâmite neste Juízo, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como
INTIMAÇÃO de que foi deferida em favor da vítima as seguintes medidas protetivas: a) o afastamento do
Noticiado do domicílio ou local de convivência com a ofendida, caso ainda se encontre no local; b) a proibição de
aproximação da ofendida, fixando o limite mínimo de 200 metros de distância entre ela e o agressor; c) a proibição de
contato com a ofendida por qualquer meio de comunicação; d) a proibição do agressor de frequentar ou rondar a
residência da vítima, bem como seu local de trabalho.. As medidas protetivas têm prazo de 1 (um) ano, ficando
o mesmo ciente de que poderá, querendo, apresentar resposta no prazo de 05 (cinco) dias, através de
defensor. Determinou ainda o MM. Juiz que ficasse consignado que dispõe o artigo 313, inciso III, do
Código de Processo Penal, o descumprimento das medidas impostas pode implicar no decreto de prisão
preventiva, além de configurar a prática de novo crime (art. 24-A, Lei 11340/06).Curitiba, 04 de março
de 2024 às 14:15:34.
LOURENÇO CRISTOVÃO CHEMIM
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO NOTICIADO BRUNO HENRIQUE BRAZ,
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
O Doutor Lourenço Cristovão Chemim, Juiz de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar
contra a Mulher de Curitiba - Casa da Mulher Brasileira, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 30
(trinta) dias, que foi deferida, em favor da noticiante/vítima, em face deBRUNO HENRIQUE BRAZ, RG
133012486 SSP/PR, CPF 098.889.099-24, Nome do Pai: LUIZ FRANCISCO BRAZ, Nome da Mãe:
SILVANA MARIA DE ABREU, nascido em 18/05/1995, natural de CURITIBA/PR, localizável no(a)
DESEMBARGADOR OTAVIO DO AMARAL, 138 - CURITIBA/PR
, noticiado nos autos de Medidas Protetivas de Urgêncianº 0000187-17.2024.8.16.0011, pelo que, através
do presente, é procedida a CITAÇÃO informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos
em epígrafe, em trâmite neste Juízo, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como
INTIMAÇÃO de que foi deferida em favor da vítima as seguintes medidas protetivas: a) o afastamento do
Noticiado do domicílio ou local de convivência com a ofendida, caso ainda se encontre no local; b) a proibição de
aproximação da ofendida, fixando o limite mínimo de 200 metros de distância entre ela e o agressor; c) a proibição de
contato com a ofendida por qualquer meio de comunicação; d) a proibição do agressor de frequentar ou rondar a
residência da vítima, bem como seu local de trabalho.. As medidas protetivas têm prazo de 1 (um) ano, ficando
o mesmo ciente de que poderá, querendo, apresentar resposta no prazo de 05 (cinco) dias, através de
defensor. Determinou ainda o MM. Juiz que ficasse consignado que dispõe o artigo 313, inciso III, do
Código de Processo Penal, o descumprimento das medidas impostas pode implicar no decreto de prisão
preventiva, além de configurar a prática de novo crime (art. 24-A, Lei 11340/06).Curitiba, 06 de março
de 2024 às 15:53:19.
LOURENÇO CRISTOVÃO CHEMIM
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO NOTICIADO RODRIGO BORTOTTI FERREIRA,
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
O Doutor Lourenço Cristovão Chemim, Juiz de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar
contra a Mulher de Curitiba - Casa da Mulher Brasileira, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 30
(trinta) dias, que foi deferida, em favor da noticiante/vítima, em face deRODRIGO BORTOTTI
FERREIRA, RG 158907283 SSP/PR, CPF 334.113.988-50, Nome do Pai: JOSEBIAS FERREIRA,
Nome da Mãe: MARIA DE FATIMA BORTOTTI, nascido em 04/11/1993, natural de MOGI DAS
CRUZES/SP, localizável no(a) RUA SINESIO SIMOES DE OLIVEIRA, 40 - CURITIBA/PR
, noticiado nos autos de Medidas Protetivas de Urgêncianº 0035397-60.2023.8.16.0013, pelo que, através
do presente, é procedida a CITAÇÃO informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos
em epígrafe, em trâmite neste Juízo, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como
INTIMAÇÃO de que foi deferida em favor da vítima as seguintes medidas protetivas: Posto isso, DEFIRO as
seguintes MEDIDAS PROTETIVAS, pelo prazo inicial de 180 (cento e oitenta) dias: proibição de aproximar-se da vítima e
desua residência, bem como de seus familiares e testemunhas, por menos de cem metros; II - proibição de manter
contato com a vítima por qualquer meio de comunicação; III - proibição de frequentar o local de trabalho da vítima e os
locais de lazer por ela ocupados; IV - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.Ficando o
mesmo ciente de que poderá, querendo, apresentar resposta no prazo de 05 (cinco) dias, através de
defensor. Determinou ainda o MM. Juiz que ficasse consignado que dispõe o artigo 313, inciso III, do
Código de Processo Penal, o descumprimento das medidas impostas pode implicar no decreto de prisão
preventiva, além de configurar a prática de novo crime (art. 24-A, Lei 11340/06).Curitiba, 06 de março
de 2024 às 15:51:47.
LOURENÇO CRISTOVÃO CHEMIM
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO NOTICIADO Sheila Barbosa de Almeida,
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
O Doutor Lourenço Cristovão Chemim, Juiz de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar
contra a Mulher de Curitiba - Casa da Mulher Brasileira, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 30
(trinta) dias, que foi deferida, em favor da noticiante/vítima, em face deSheila Barbosa de Almeida, RG
60132135 SSP/PR, CPF 026.821.939-78, Nome do Pai: AUGUSTO JOSÉ DE ALMEIDA, Nome da
Mãe: ODETE BARBOSA DE ALMEIDA, nascido em 07/03/1973, natural de CURITIBA/PR,
localizável no(a) Rua André de Barros, 325 - Centro - CURITIBA/PR - CEP: 80.010-080
, noticiado nos autos de Medidas Protetivas de Urgêncianº 0035597-67.2023.8.16.0013, pelo que, através
do presente, é procedida a CITAÇÃO informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos
em epígrafe, em trâmite neste Juízo, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como
INTIMAÇÃO de que foi deferida em favor da vítima as seguintes medidas protetivas: a) afastamento do
lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; b) a proibição de contato do requerido com a requerente e seus
familiares, por qualquer meio de comunicação, devendo manter uma distância mínima de aproximadamente 200 metros;
c) proibição de rondar a residência e local de trabalho da vítima a fim de preservar a sua integridade física e psicológica;.
As medidas protetivas têm prazo de 6 meses, ficando o mesmo ciente de que poderá, querendo,
apresentar resposta no prazo de 05 (cinco) dias, através de defensor. Determinou ainda o MM. Juiz que
ficasse consignado que dispõe o artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal, o descumprimento
das medidas impostas pode implicar no decreto de prisão preventiva, além de configurar a prática de
novo crime (art. 24-A, Lei 11340/06).Curitiba, 06 de março de 2024 às 15:46:45.
LOURENÇO CRISTOVÃO CHEMIM
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO NOTICIADO THIAGO GONÇALVES DA SILVA,
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
O Doutor Lourenço Cristovão Chemim, Juiz de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar
contra a Mulher de Curitiba - Casa da Mulher Brasileira, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 30
(trinta) dias, que foi deferida, em favor da noticiante/vítima, em face deTHIAGO GONÇALVES DA
SILVA, RG 87693465 SSP/PR, CPF 060.970.349-89, Nome do Pai: NILSON DA SILVA, Nome da
Mãe: ROSANGELA DE FATIMA GONÇALVES DA SILVA, nascido em 27/05/1986, natural de
CURITIBA, localizável no(a) RUA GUILHERME PUGSLEY, 2585 - CURITIBA/PR
, noticiado nos autos de Medidas Protetivas de Urgênciaº 0010067-67.2023.8.16.0011, pelo que, através
do presente, é procedida a CITAÇÃO informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos
em epígrafe, em trâmite neste Juízo, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como
INTIMAÇÃO de que foi deferida em favor da vítima as seguintes medidas protetivas: a) proibição de
aproximação da ofendida, fixando o limite mínimo de 200 metros de distância entre a vítima e o agressor;
b) a proibição de contato com a ofendida por qualquer meio de comunicação; c) a proibição de frequentar
ou rondar a residência da vítima, bem como seu local de trabalho. As medidas protetivas têm prazo de 1
(um) ano, ficando o mesmo ciente de que poderá, querendo, apresentar resposta no prazo de 05 (cinco)
dias, através de defensor. Determinou ainda o MM. Juiz que ficasse consignado que dispõe o artigo 313,
inciso III, do Código de Processo Penal, o descumprimento das medidas impostas pode implicar no
decreto de prisão preventiva, além de configurar a prática de novo crime (art. 24-A, Lei 11340/06).
Curitiba, 06 de março de 2024 às 15:46:03.
LOURENÇO CRISTOVÃO CHEMIM
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO NOTICIADO FELIPE EDUARDO RODRIGUES
MABA,
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
O Doutor Lourenço Cristovão Chemim, Juiz de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar
contra a Mulher de Curitiba - Casa da Mulher Brasileira, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 30
(trinta) dias, que foi deferida, em favor da noticiante/vítima, em face deFELIPE EDUARDO
RODRIGUES MABA, Nome do Pai: JOSE CARLOS MABA, Nome da Mãe: RITA DE CASSIA
RODRIGUES MABA, nascido em 16/10/1992, natural de PR, localizável no(a) RUA BARTOLOMEU
LOURENCO DE GUSMAO, 3181 - CURITIBA/PR
, noticiado nos autos de Medidas Protetivas de Urgênciaº 0008417-82.2023.8.16.0011, pelo que, através
do presente, é procedida a CITAÇÃO informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos
em epígrafe, em trâmite neste Juízo, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como
INTIMAÇÃO de que foi deferida em favor da vítima as seguintes medidas protetivas: a) proibição de
aproximação da ofendida, fixando o limite mínimo de 200 metros de distância entre a vítima e o agressor;
b) a proibição de contato com a ofendida por qualquer meio de comunicação; c) a proibição de frequentar
ou rondar a residência da vítima, bem como seu local de trabalho. As medidas protetivas têm prazo de 1
(um) ano, ficando o mesmo ciente de que poderá, querendo, apresentar resposta no prazo de 05 (cinco)
dias, através de defensor. Determinou ainda o MM. Juiz que ficasse consignado que dispõe o artigo 313,
inciso III, do Código de Processo Penal, o descumprimento das medidas impostas pode implicar no
decreto de prisão preventiva, além de configurar a prática de novo crime (art. 24-A, Lei 11340/06).
Curitiba, 06 de março de 2024 às 15:44:54.
LOURENÇO CRISTOVÃO CHEMIM
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO NOTICIADO FABIANO KAUAN DE SOUZA
PEREIRA,
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
O Doutor Lourenço Cristovão Chemim, Juiz de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar
contra a Mulher de Curitiba - Casa da Mulher Brasileira, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 30
(trinta) dias, que foi deferida, em favor da noticiante/vítima, em face deFABIANO KAUAN DE SOUZA
PEREIRA, RG 136171615 SSP/PR, CPF 132.189.459-76, Nome do Pai: FABIANO BOTELHO
PEREIRA, Nome da Mãe: ANDRÉIA DE SOUZA, nascido em 16/10/2003, natural de CAMPINAS,
localizável no(a) RUA LOTHARIO BOUTIN, 220 BLOCO 21 AP 503 - CURITIBA/PR
, noticiado nos autos de Medidas Protetivas de Urgênciaº 0008657-71.2023.8.16.0011, pelo que, através
do presente, é procedida a CITAÇÃO informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos
em epígrafe, em trâmite neste Juízo, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como
INTIMAÇÃO de que foi deferida em favor da vítima as seguintes medidas protetivas: a) proibição de
aproximação da ofendida, fixando o limite mínimo de 200 metros de distância entre a vítima e o agressor;
b) a proibição de contato com a ofendida por qualquer meio de comunicação; c) a proibição de frequentar
ou rondar a residência da vítima, bem como seu local de trabalho. As medidas protetivas têm prazo de 1
(um) ano, ficando o mesmo ciente de que poderá, querendo, apresentar resposta no prazo de 05 (cinco)
dias, através de defensor. Determinou ainda o MM. Juiz que ficasse consignado que dispõe o artigo 313,
inciso III, do Código de Processo Penal, o descumprimento das medidas impostas pode implicar no
decreto de prisão preventiva, além de configurar a prática de novo crime (art. 24-A, Lei 11340/06).
Curitiba, 06 de março de 2024 às 15:44:00.
LOURENÇO CRISTOVÃO CHEMIM
Juiz de Direito

5ª VARA CÍVEL

Edital Geral

JUÍZO DE DIREITO DA QUINTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURITIBA-PARANÁ. EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS POSSÍVEIS INTERESSADOS. COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.
O DOUTOR **FÁBIO LUÍS DECOUSSAU MACHADO**, MM. Juiz de Direito substituto desta Quinta Vara Cível, faz saber a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e Cartório tramitaram os autos de **AÇÃO DE INTERDIÇÃO**, processados de forma eletrônica via Sistema Projudi, autuados sob o n° **0003949-81.2018.8.16.0001**, em que **Maria Alzenita Sutil de Oliveira**, portadora do RG n° 4.763.805-4, inscrita no CPF/MF sob o n° 804.647.269-72, com endereço cadastrado à Rua Roberto José Breckenfeld, n° 73, Pinheirinho, Curitiba, Paraná move em face de **Pedro Ermindo Sutil de Oliveira**, inscrito no CPF/MF sob o n° 077.118.319-43, com endereço cadastrado à Rua Roberto José Breckenfeld, n° 73, Pinheirinho, Curitiba, Paraná, o qual, por padecer de **"Síndrome de Down CID 10 Q90"**teve decretada a sua **interdição relativa** nos termos da r. sentença lançada no mov. 165.1 dos referidos autos de Interdição, tendo-lhe sido nomeado como sua curadora **Maria Alzenita Sutil de Oliveira**, a qual prestou o compromisso legal, ficando incumbido de realizar os atos que importem disposição de bens/direitos de natureza patrimonial e negocial; compras, vendas e trocas rotineiras; compra, vendas e trocas não rotineira (bens móveis, imóveis, compras de maior valor mediante autorização judicial); contratação e demissão de empregados; movimentação de conta bancária, operações mediante o uso de cartão bancário ou cheque, aposentadoria e administração de bens em geral. Do que, para constar,

expedi o presente Edital, o qual será publicado no DJ Eletrônico, e uma vez na imprensa local. Curitiba, 27 de fevereiro de 2024. Dou fé.

9ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA - 9ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI - Avenida Cândido de Abreu, 535.9and - https:balcaovirtual.tjpr.jus.br/meeting - 9VJ-E - Centro Cívico atendimento 12h as 18 h - Curitiba/PR - CEP: 80.530-906 - Fone: 4102-1060 - Celular: (41) 98494-8456 - E-mail: curitibacartorio9varacivel@gmail.com
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 40 (QUARENTA) DIAS DA RÉ "ANA GARCIA DE FREITAS"
A DOUTORA **VANESSA JAMUS MARCHI,**MMª JUÍZA DE DIREITO DA NONA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.
FAZ SABER, a todos quanto este edital virem ou dele conhecimento tiverem, em especial a ré **Ana Garcia de Freitas, inscrita no CPF sob nº 200.597.148-08**, atualmente em lugar incerto e não sabido, que neste Juízo da 9ª Vara Cível de Curitiba, se processam os autos da **AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA,** autuada **sob o nº 0000890-17.2020.8.16.0001**, movida por **TEREZINHA DA SILVA PEREIRA** em face dos **réus ANA GARCIA DE FEITAS** e WILSON JOSÉ DE ANDRADE, **tendo por objeto**, conforme síntese apresentada pela parte autora **(seq. 187.1)** dos autos: *"parte ideal do 451,00m², remanescente da parte ideal de Cr$ 9.880,00 sobre a avaliação de Cr$ 19.760,00, no lote de terreno com um (1) alqueire, ou seja 24.200m², situado no bairro Uberaba, desta Cidade, medindo 100m de frente para a Estrada de Uberaba), confrontando-se pelo lado direito de quem desta estrada olha o imóvel, com terreno pertencente ao Sr. Miguel Fonsaka, onde mede 242m e pelo lado esquerdo com terreno pertencente ao Sr. Pedro Scrobot Sobrinho, onde mede 242m e pelos fundos confronta- se com a planta Vila Marques, onde mede 100m e com a indicação fiscal de 88-256- 004.000-7 do Cadastro Municipal de Curitiba",***Assim sendo,** estando a parte ré **ANA GARCIA DE FREITAS** em lugar incerto e não sabido, nestas condições **expede-se** o competente **EDITA**L de **CITAÇÃO**, nos moldes dos (artigo 256, II e §3º , do CPC), **para, querendo**, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, **contados a partir do decurso do prazo deste edital**, **apresente contrarrazões ao recurso de apelação interposto no (mov. 14.1) dos referidos autos processuais**. Fica a ré advertida que será nomeado curador especial caso não compareça nos autos no prazo concedido para resposta. E para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. NADA MAIS, Curitiba, 12 de março de 2024. Eu, Luiz Carlos Martins, Auxiliar de Cartório des Serventia, que assim o digitei, por determinação judicial.
CARLOS ROMANEL
Escrivão
Por aut. do MM. Juiz de Direito - Portaria n.º 01/13

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁCOMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA 9ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI
Avenida Cândido de Abreu, 535.9and - https:balcaovirtual.tjpr.jus.br/meeting-9VJ-E - Centro Cívico atendimento 12h as 18 h - Curitiba/PR - CEP: 80.530-906 - Fone: 4102-1060 - Celular: (41) 98494-8456 - E-mail: curitibacartorio9varacivel@gmail.com
EDITAL DE INTIMAÇÃO DO EXECUTADO "DELMAR ROCIO DO ROSÁRIO", COM PRAZO DE 40 (QUARENTA) DIAS.
A DOUTORA **VANESSA JAMUS MARCHI,**MMª. JUÍZA DE DIREITO DA NONA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,
FAZ SABER, a quantos o presente edital virem ou deles tiverem conhecimento, em especial o executado **DELMAR ROCIO DO ROSÁRIO**, inscrito no CPF sob nº 198.686.939-34, que tem curso neste Juízo da 9ª Vara Cível de Curitiba/PR, os Autos de **Execução de Título Extrajudicial, sobnº 0009576-86.2006.8.16.0001**, em que **BANCO BRADESCO S.A.** move em face de ALUMÍNIOS CURITIBA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, WAGNERES SIMARCO ZAMPA e **DELMAR ROCIO DO ROSÁRIO**, pelos fatos a seguir transcritos, através de minuta apresentada pelo Exeqüente: *"O Exeqüente é credor dos Executados pela importância líquida, certa e exigível de R$ 150.798,33 (cento e cinquenta mil, setecentos e noventa e oito reais e trinta e três centavos), considerada a data-base de 22 de novembro de 2005. O crédito está consubstanciado no Contrato para Financiamento de Capital de Movimento ou Abertura de Crédito e Financiamento para Aquisição de bens Móveis, ou Crédito Pessoal, ou Prestação de Serviços e Outras Avenças nº 00380605171, celebrado em 22 de fevereiro de 2005. Ocorre que os Executados inadimpliram com sua obrigação, razão pela qual, conforme cláusula 11ª do contrato, vence antecipadamente toda a dívida. Citado o executado por edital* ***foi penhorado imóvel de sua propriedade: matrícula n.º 642 do Registro de Imóveis da Comarca de Rolândia - Estado do Paraná."***. Tem o presente **EDITAL** a finalidade de proceder a **INTIMAÇÃO** do executado **DELMAR ROCIO DO ROSÁRIO,** brasileiro, inscrita no CPF sob o n.º 198.686.939-34, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá a partir do esgotamento dos 40 (quarenta) dias da publicação deste, tome ciência e manifeste-se, querendo, acerca da penhora do imóvel acima descrito, realizada nos autos, conforme (seq. 161.1), nos termos do art. 841 do CPC. E para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. NADA MAIS, Curitiba, 12 de março de 2023. Eu, Luiz Carlos Martins, Analista Judiciário desta Serventia, que assim o digitei, por determinação judicial.
CARLOS ROMANEL
Escrivão
Por aut. do MM. Juiz de Direito - Portaria n.º 01/13

10ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE 35 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Pedro Ivo Lins Moreira, da 10ª Vara Cível de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Curatela, assunto Nomeação, sob nº 0005645-50.2021.8.16.0001, em que é(são) autor(es) FRANCIELA GATELLI RODRIGUES DA FONSECA GERENT, RONALDO SUCHEVICZ, e réu(s) DANIELA RODRIGUES DA FONSECA,, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de FRANCIELA GATELLI RODRIGUES DA FONSECA GERENT, portador (a) do RG 38377248 SSP/PR e CPF 027.528.359-30;DANIELA RODRIGUES DA FONSECA, portador(a) do RG 38377230 SSP/PR e CPF 007.791.679-45;RONALDO SUCHEVICZ, portador(a) do RG 11772366 SSP/PR e CPF 170.897.949-20, por sentença publicada em 26/09/2023, seq. 119, a seguir transcrita: " 1. Trata-se de ação de substituição de curadoria proposta por FRANCIELA GATELLI RODRIGUES DA FONSECA GERENT em face de DANIELA RODRIGUES DA FONSECA. 2. A parte autora afirma ser irmã da curatelada, que de acordo com sua narrativa, é incapaz de praticar os atos da vida civil devido ao seu diagnóstico de esquizofrenia (CID F20.9) e alienação mental. Requer, desta forma, a substituição da curadoria, diante do falecimento da curadora anterior Olga Maria Gatelli. 3. Inicial recebida ao mov. 14.1 e autos remetidos ao Ministério Público. 4. Manifestação do Ministério Público ao mov. 19.1, em favor da concessão da Tutela de Urgência, com nomeação da Sra. Franciela como curadora provisória de Daniela Rodrigues da Fonseca, além de intimação da requerente para apresentar laudo médico atualizado, com o intuito de se averiguar a estabilidade da patologia, assim como, informe os rendimentos, bens e demais informações financeiras afetas à curatelada. Por fim, pugnou pela manifestação da requerente em relação a prestação de contas, visto que reside nos Estados Unidos, assim como informe uma pessoa de confiança que assista a curatelada em qualquer situação de urgência. 5. Tutela antecipada concedida ao mov. 22.1, nomeando Franciela Gatelli Rodrigues da Fonseca Gerent como curadora provisória e determinado cumprimento dos itens requeridos pelo Ministério Público ao mov. 19.1. 6. Termo de compromisso expedido (mov. 25) e assinado ao mov. 32. 7. Ao mov. 31, a parte autora juntou aos autos documentos requeridos pelo Ministério Público, e informou que o genitor da curatelada faleceu, sendo que a genitora das irmãs possuía um relacionamento com o Sr. Ronaldo Suchevicz, o qual, segundo o narrado, sempre foi por elas considerado como um tio, auxiliando a todas quando necessário, possuindo, assim, condições de atender eventualmente a curatelada, tendo em vista que a curadora reside fora do país. 8. Em nova manifestação (mov. 38) a parte autora requereu a expedição de alvará para que conste o Sr. Ronaldo Suchevicz como pessoa de confiança a fim de que este possa realizar a abertura de conta poupança em nome da curatelada junto à CEF e praticar todos os atos necessários para o cadastro dos acessos da referida conta, possibilitando, assim, que a curadora tenha acesso no exterior para permanecer honrando com todas as despesas. 9. Determinado por este juízo (mov. 40) que intime a parte autora para que diga se possui interesse no pleito de curatela compartilhada, em caso de interesse deverá ser formulado pedido nos autos, acostando procuração outorgada pelo Sr. Ronaldo, assim como demais documentos pertinentes. Caso não haja interesse, deverá ser acostada aos autos declaração assinada pelo Sr. Ronaldo, concordando com o pedido, com firma reconhecida. Autos remetidos ao Ministério Público. 10. Ao mov. 43.1 a parte autora se manifestou favorável a curatela compartilhada, acostando aos autos a procuração assinada, assim como declaração de vontade. 11. Determinada a retificação do polo passivo ao mov. 47, passando a incluir o Sr. Ronaldo Suchevicz. 12. Manifestação do Ministério Público ao mov. 50.1 quanto a possibilidade da nomeação do Sr. Ronaldo como curador provisório da curatelada em conjunto com Sra. Franciela. 13. Deferido por este juízo (mov. 55), o pedido de abertura de conta bancária, bem como que a

curadora provisória nomeada, Sra. Daniela, se encontra impossibilitada de realizar a diligência por se encontrar residindo em país diverso e a nomeação do Sr. Ronaldo como curador provisório da parte ré. 14. Expedido termo de compromisso assinado pelo Curador Ronaldo ao mov. 63. 15. Ao mov. 72, o Ministério Público pugnou pela realização de audiência de entrevista a ser realizada virtualmente a fim de avaliar a necessidade de exame pericial e a juntada de informações a respeito da extensão patrimonial da curatelada. Restando realizado pela autora ao mov. 76. 16. Determinado por este juízo ao mov. 78.1 a realização da audiência de entrevista. 17. Realizada audiência de entrevista ao mov. 98, em que a curatelada compreende o que é lhe perguntado, entretanto possui dificuldades em manifestar sua vontade. Acolhido o pedido do Ministério Público de desnecessidade de novo laudo pericial. 18. Apresentada contestação por negativa geral pela Defensoria Pública ao mov. 102. Impugnação a contestação ao mov. 108. 19. Ao mov. 116, o Ministério Público se manifestou quanto ao acolhimento do pedido de Substituição de Curatela, com a nomeação de Franciela Gatelli Rodrigues da Fonseca Gerent e Ronaldo Suchevicz como curadores de Daniela Rodrigues da Fonseca, sendo fixados limites ao exercício da curatela. 20. Os autos vieram conclusos. Decido. II. FUNDAMENTAÇÃO: 21. Inicialmente, verifico que a incapacidade da curatelada já foi objeto de análise pelos autos de n° 0004843-19.2002.8.16.0001, sendo discutido apenas, a substituição da curatela da Sr. Daniela. 22. Diante da narrativa exposta, entendo por verossímeis todas as alegações apresentadas, bem como a capacidade e interesse no exercício do cargo de curador por parte de sua irmã, Sra. Franciele e Sr. Ronaldo, apontado como pessoa de confiança. 23. Nesse contexto, vê-se que a parte ré se encontra em situação de incapacidade relativa, nos moldes do art. 4º, III do Código Civil. 24. No tocante à curadoria, entendo que existem razões suficientes para a substituição da curatela, com a nomeação de Franciela Gatelli Rodrigues da Fonseca Gerent e Ronaldo Suchevicz como curadores de Daniela Rodrigues da Fonseca. 25. Em respeito às disposições constantes nos artigos 1.740 e ss. do Código Civil, determino que os curadores, além das demais vedações e obrigações legais: a) Não mantenha em seu poder dinheiro do curatelado, além do necessário para suas despesas ordinárias (artigo. 1.753). b) Não realize qualquer ato, exceto os de mera administração, que verse sobre o patrimônio do curatelado sem expressa autorização do juízo (artigo 1.782). c) Apresente anualmente balancete de sua administração (artigo 1.756). d) Preste contas a cada biênio, em forma mercantil e apresentando os respectivos comprovantes (artigo 1.756). 26. Portanto, os efeitos da curatela não permitem que quem exerce o múnus onere, grave ou disponha do patrimônio da curatelada sem a expressa autorização do juízo. 27. Ademais, deve-se fazer a ressalva de que, em sendo o caso de malversação do patrimônio de quem sob sua guarda esteja, poderá ocorrer sua substituição. III. DISPOSITIVO: 28. Ante o exposto, com fulcro no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido para decretar a substituição de curatela de DANIELA RODRIGUES DA FONSECA, nomeando FRANCIELA GATELLI RODRIGUES DA FONSECA GERENT e RONALDO SUCHEVICZ como curadores, nos termos do artigo 749 e parágrafo único de CPC1 e artigo 87 do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015). 29. Em obediência ao disposto no artigo 755, §3º, do Código de Processo Civil e no art. 9º, III, do Código Civil, (i) inscreva-se a alteração no Registro Civil onde está assentado o nascimento da parte curatelada, (ii) no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e (iii) na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, (iv) na imprensa local, 1 (uma) vez, e (v) no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interdito e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que o interdito poderá praticar autonomamente. 30. Expeça-se edital e comunique-se ao Registro Civil. 31. Lavre-se o competente termo de curadora. 32. Custas remanescentes pela parte autora, devendo ser observada a concessão da gratuidade da justiça. P.R.I.[1] Curitiba, datado eletronicamente. Pedro Ivo Lins Moreira Juiz de Direito Substituto .". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Regina Lúcia Corrêa Cesar, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Curitiba, 14 de fevereiro de 2024. Pedro Ivo Lins Moreira Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

17ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

Adicionar um(a) ConteúdoSistema Justiça no Bairro . Poder Judiciário do Paraná. Projeto Justiça no Bairro. Av. Cândido de Abreu, 830, Justiça no Bairro Centro de Conciliação. Data 22/06/2015. Autos 1324-15.2015.Triagem 1053-W-Distribuição -17ª Vara

EDITAL DE INTERDIÇÃO JUSTIÇA GRATUITA A Dra. VANESSA JAMUS MARCHI, Juíza de Direito, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente edital de interdição, cientifica a todos os interessados, que nesse Juízo processou-se os autos de Interdição nº 1324-15.2015 da Vara Civel da Comarca de Curitiba, em que é requerente DILVA DE FATIMA BOILIS, sendo declarada por sentença a **INTERDIÇÃO de GERALDO BOLLIS PESSOA**, brasileiro, Solteiro nascido em 22/01/1996, natural de Curitiba/pr, filho de GERALDO PESSOA E !VETE APARECIDA BOLLIS PESSOA, residente e domiciliado neste município e Comarca de CURITIBA, portador de Autismo Infantil CID nOF84, sendo-lhe nomeada Curadora Sra. DILVA DE FATIMA BOLLIS, tendo a curatela a finalidade de reger o interditando em todos os atos de sua vida civil, por tempo indeterminado. O presente edital será publicado por Três vezes na Imprensa Oficial, com intervalo de dez dias. **JUSTIÇA GRATUITA**. Dado e passado nesta Cidade de Curitiba, em 22/06/2015. VANESSA JAMUS MARCHI-Juíza de Direito.

19ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DE RÉUS AUSENTES INCERTOS E DESCONHECIDOS E
TERCEIROS INTERESSADOS, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
Processo: 0026543-50.2022.8.16.0001
Classe Processual: Procedimento Comum Cível
Assunto Principal: Usucapião Extraordinária
Valor da Causa: R$10.000,00
Autor(s): MARIA DAS MERCES DA SILVA (CPF/CNPJ: 686.986.239-72)
Rua Frei Eurico de Mello, 48 - Cidade Industrial - CURITIBA/PR - CEP: 81.250-615 - E-mail: jsanson.adv@gmail.com - Telefone(s): (41) 99107-7497
Réu(s): CLARENA WITOSLAWSKA BONN (CPF/CNPJ: 027.341.259-00)
Rua Dias da Rocha Filho , 345 - Alto da XV - CURITIBA/PR - CEP: 80.045-130
CONRADO BONN FILHO (RG: 276231 SSP/PR e CPF/CNPJ: 009.377.032-49)
Rua Vereador Garcia Rodrigues Velho, 234 ap 62 - Cabral - CURITIBA/PR - CEP: 80.035-180
CRISTIANE APARECIDA MACHADO (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
Rua Cidade de Maria Helena, 150 casa 02 - Cidade Industrial - CURITIBA/PR - CEP: 81.250-360
ESPOLIO DE FREDERICO KIRCHGASSNER (CPF/CNPJ: Não Cadastrado) representado(a) por ARWED BALDUIR KIRCHGASSNER (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
Rua Floriano Essenfelder, 115 apto 501 - Alto da Glória - CURITIBA/PR - CEP: 80.060-270
ESPÓLIO DE MARIA ROSA RIBEIRO, representado pela INVENTARIANTE ANÁLIA LOPES TEIXEIRA (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
Rua Igor Stravinski, 18 - Fazendinha - CURITIBA/PR - CEP: 81.330-290
Espólio de Maria Ribeiro Machado (CPF/CNPJ: Não Cadastrado) representado(a) por SUELI MACHADO (RG: 62567813 SSP/PR e CPF/CNPJ: 875.093.349-34)
n/c, 0 - CURITIBA/PR
GILMAR RIBEIRO MACHADO (RG: 66885020 SSP/PR e CPF/CNPJ: 019.945.709-38)
Rua Cidade de Maria Helena, 150 casa 02 - Cidade Industrial - CURITIBA/PR - CEP: 81.250-360
Gilberto Ribeiro Machado (CPF/CNPJ: 921.649.199-04)
Rua Cidade de Maria Helena, 150 casa 02 - Cidade Industrial - CURITIBA/PR - CEP: 81.250-360
Lizete Ribeiro Monteiro (RG: 39259940 SSP/PR e CPF/CNPJ: 583.650.879-87)
Rua Viriato Corrêa, 55 - Fazendinha - CURITIBA/PR - CEP: 81.330-370
MARLY WITOSLAWSKA BONN (CPF/CNPJ: 034.655.519-15)
Rua Jaime Veiga, 45 - Seminário - CURITIBA/PR - CEP: 80.310-570
PAULINA CHARMETESKI (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
Alameda Doutor Muricy, 001 - Centro - CURITIBA/PR - CEP: 80.010-120
Pedro Salvador (CPF/CNPJ: 008.516.559-04)
Rua Dias da Rocha Filho, 345 - Alto da Rua XV - CURITIBA/PR - CEP: 80.045-130Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5H5 ZHAPL 6RQDH LQZDA
PROJUDI - Processo: 0026543-50.2022.8.16.0001 - Ref. mov. 97.1 - Assinado digitalmente por Rogerio Correia Brasil
12/03/2024: EXPEDIÇÃO DE EDITAL/CITAÇÃO. Arq: EditalROSELI APARECIDA MACHADO (RG: 76016054 SSP/PR e CPF/CNPJ: 895.538.619-20)
Rua Cidade de Maria Helena, 150 - Cidade Industrial - CURITIBA/PR - CEP: 81.250-360
SANDRA MARIA LISBOA (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
Rua Tsunessaburo Makiguti, 465 - Roseira de São Sebastião - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR - CEP: 83.070-395
SUELI MACHADO (RG: 62567813 SSP/PR e CPF/CNPJ: 875.093.349-34)
Rua Cidade de Maria Helena, 150 casa 02 - Cidade Industrial - CURITIBA/PR - CEP: 81.250-360
VITORIO STAVITSKI (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
Rua Desembargador Westphalen, 01 - Centro - CURITIBA/PR - CEP: 80.010-110
Terceiro(s): EVELAR FRANCO GARCIA (CPF/CNPJ: 024.360.889-69)
Rua Frei Eurico de Mello, 125 - Cidade Industrial - CURITIBA/PR - CEP: 81.250-615
ALBERTO FERREIRA GUIMARAES (RG: 8047731 SSP/PR e CPF/CNPJ:

147.794.559-87)
Rua Frei Eurico de Mello, 125 - Cidade Industrial - CURITIBA/PR - CEP: 81.250-615
ESTADO DO PARANÁ (CPF/CNPJ: 76.416.940/0001-28)
Rua Presidente Carlos Cavalcanti, 648 - São Francisco - CURITIBA/PR - CEP: 80.510-040
HILDA MEDEIROS GARCIA (RG: 88744497 SSP/PR e CPF/CNPJ: 008.462.869-39)
Rua Frei Eurico de Mello, 125 - Cidade Industrial - CURITIBA/PR - CEP: 81.250-615
MAURA DA SILVA GUIMARÃES (RG: 40273069 SSP/PR e CPF/CNPJ: 531.572.819-68)
Rua Frei Eurico de Mello, 125 - Cidade Industrial - CURITIBA/PR - CEP: 81.250-615
Município de Curitiba/PR (CPF/CNPJ: 76.417.005/0001-86)
Avenida João Gualberto, 241 - Alto da Glória - CURITIBA/PR - CEP: 80.030-000
UNIÃO - PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO (CPF/CNPJ: 00.394.460/0234-35)
AVENIDA MUNHOZ DA ROCHA, 1247 - CABRAL - CURITIBA/PR
FAZ SABER, a quantos o presente edital virem ou deles tiverem
conhecimento que tem curso, neste Juízo da 19ª Vara Cível de Curitiba/PR, sito à Rua Mateus Leme, nº
1.142, 8º andar, Centro Cívico, CEP: 80.530-010 - Curitiba/PR, os autos supracitados Tem como objeto o.
seguinte bem imóvel:" A autora detêm há mais de 15 anos a posse mansa, pacífica e ininterrupta do LOTE
2, QUADRA 1, LOTEAMENTO PORTO BELO, localizado na Rua Frei Eurico Mello, número 48. Tal
imóvel mede 276,63 m² (duzentos e setenta e seis metros e sessenta e três centímetros ao quadrado).
Sendo que esta área da qual exerce a posse foi adquirida por ela juntamente com seu falecido marido,
TARCISO AUGUSTO DA SILVA, de EMERSON LOPES em 10 de Agosto de 1999, de forma que a
autora em seu pleito está munida de justo título (conforme instrumento particular de compra e venda de
posse em anexo), o qual comprova a sua incontestável posse, assim como também atesta a
verossimilhança do relato contido nesta exordial e a legitimidade da pretensão. Além disso, cabe
mencionar que a autora exerce a posse com animus domini, fato que fez com que procurasse a matrícula
do imóvel usucapiendo, não logrando êxito em tal intento, vez que a área em questão nunca foraDocumento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5H5 ZHAPL 6RQDH LQZDA
PROJUDI - Processo: 0026543-50.2022.8.16.0001 - Ref. mov. 97.1 - Assinado digitalmente por Rogerio Correia Brasil
12/03/2024: EXPEDIÇÃO DE EDITAL/CITAÇÃO. Arq: Editalregistrada, inexistindo, portanto, pessoa natural que a possuísse como proprietária. Ademais, a autora de
fato não possui a propriedade de outros imóveis em quaisquer localidades em território nacional e
estrangeiro, de modo que seu único teto é o imóvel objeto da presente ação. E é por esta razão que
justamente para que possa exercer seu direito de adquirir adecidiu por recorrer ao Poder Judiciário,
propriedade pelo usufruto contínuo, pacífico e manso que faz há mais de 15 anos da área descrita
conforme o memorial descritivo
em anexo, haja vista que esta é a única forma pela qual poderá adquirir o imóvel em questão, vez que não
há proprietário." Ficam , os réus ausentes, incertos e desconhecidos e eventuais interessados paraCITADOS
que apresentem contestação, querendo, no prazo de , contados após o decurso do prazo do15 (quinze) dias
presente edital, sob pena de não o fazendo se presumirem como verdadeiros os fatos afirmados pela parte
autora na inicial. E para que cheque ao conhecimento de todos e ninguém possa no futuro alegar ignorância
mandou expedir o presente edital, que deverá ser publicado e afixado no lugar de costume na forma da Lei.
Sendo que, caso não seja contestada a ação, será nomeado Curador Especial, nos termos do artigo 257, IV, do
CPC. OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na
web é . O acesso ao sistema pelos advogados depende de préviohttps://portal.tjpr.jus.br/projudi/
cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o
sistema eletrônico (OAB).

21ª VARA CÍVEL

Edital Geral

EDITAL DE INTERDIÇÃO DE: ZEULMA RAMIRES DA SILVA ASTETE, COM O PRAZO DE 30 (trinta) DIAS. O DOUTOR ROGÉRIO DE ASSIS - JUIZ DE DIREITO DA VIGÉSIMA PRIMEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURITIBA - CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ F A Z S A B E R, a quem o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que nos autos de INTERDIÇÃO - CURATELA sob nº 0005856-89.2021.8.16.0194 proposta por RAFAEL DIONISIO ASTETE MAYORCA, em favor de ZEULMA RAMIRES DA SILVA ASTETE, foi decretada a INTERDIÇÃO de ZEULMA RAMIRES DA SILVA ASTETE, brasileira, casada, do lar, portadora do RG nº 1.721.653-8-SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 016.456.709-70, residente e domiciliada na Rua Martim Afonso, 779 apartamento 202 - Mercês - CURITIBA/PR - CEP: 80.430-100, por incapacidade de reger sua pessoa e administrar seus bens, sendo nomeado como CURADOR o Sr. RAFAEL DIONISIO ASTETE MAYORCA, brasileiro naturalizado, casado, aposentado, inscrito no CPF/MF sob nº 202.601.729-87, residente e domiciliado na Rua Martim Afonso, 779 apartamento 202 - Mercês - CURITIBA/PR - CEP: 80.430-100, na conformidade com a sentença do teor seguinte: Vistos e examinados estes autos de interdição, etc., I - Relatório RAFAEL DIONISIO ASTETE MAYORCA, devidamente qualificado, ingressou com a presente ação de interdição em face de ZEULMA RAMIRES DA SILVA ASTETE, na qual a parte autora alega, em síntese, que a ré se encontra com Alzheimer, necessitando de auxílios constantes para sua vida civil e para o cotidiano. Assim, pugna pela curatela provisória. Instruiu o presente pedido com os documentos acostados no mov.1.2-1.16. Parecer ministerial de evento 18.1 foi favorável à concessão da curatela provisória. Por meio de decisão de evento 21.1 fora deferida a curatela provisória em favor do requerente. Foi realizada audiência de entrevista em evento 81.1, oportunidade em que foi julgado procedente o pedido autoral. Interposta apelação (mov.111.1), esta foi provida (mov.125.1), para o fim de oportunizar a apresentação de contestação pela Curadoria Especial nos autos. Foi apresentada contestação por negativa geral em evento 140.1, pugnando-se pela produção de perícia médica no feito. Decisão de evento 150.1 determinou a realização de perícia. Laudo pericial fora acostado em evento 218.1. Não foram apresentadas impugnações ao laudo. Parecer final do Ministério Público pugnou pela procedência da lide (mov.226.1). É o breve relatório. Passo a decidir. II - Fundamentação Tratase o presente feito de ação de natureza declaratória e constitutiva em que a parte autora pretende o reconhecimento da incapacidade da interditanda, tendo em vista ser acometida por Alzheimer em estado avançado. Em sede de audiência (mov. 80.1), foi possível observar pelo Juízo que a interditanda se encontrava com incapacidade de comunicação com terceiros, não conseguindo se expressar após a realização de perguntas por este Magistrado. Ainda assim, fora determinada a produção de prova pericial médica, a qual concluiu pela incapacidade relativa da requerida, veja-se (mov.218.1): "3. Em razão deste quadro, é a interditanda capaz ou parcialmente capaz de entender os fatos e os atos da vida civil? R: Atualmente, a periciandа é totalmente incapaz de entender os fatos da vida civil e é totalmente incapaz de assumir e executar os atos da vida civil." Desta forma, na forma do art. 4º, III do Código Civil, deve ser declarada incapacidade relativa da requerida Zeulma, mediante autorização da parte autora para atuar na condição de curadora, na forma de sua legitimidade contida no art. 747, II do CPC, atuando nos limites do art. 1.782 do Código Civil, além dos atos patrimoniais de mera administração. III - Dispositivo Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial com base no art. 4º, III do Código Civil, reconhecendo a incapacidade relativa da Sra. ZEULMA RAMIRES DA SILVA ASTETE, decretando a sua interdição, e nomeando de forma definitiva o Sr. RAFAEL DIONISIO ASTETE MAYORCA como seu curador, mediante assinatura de termo de compromisso, cabendo ao curador se atentar ao exercício da curatela e seus atos previstos no art. 1.782 do Código Civil. Após o trânsito em julgado, oficie-se ao primeiro Cartório de Registro Civil averbando as margens do registro de nascimento da requerida, a presente interdição, com base no art. 755, §3º do CPC. Publique-se por três vezes no sistema mundial de computadores a presente decisão. Registrase. Oportunamente, arquivem-se. Publique-se, Registre-se e Intime-se. Curitiba, 17 de novembro de 2023. Rogério de Assis - Juiz de Direito". Tendo a referida sentença transitado em julgado em 21 de fevereiro de 2024. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam de futuro alegar ignorância, mandou passar o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO, nesta Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro. Curitiba, 21 de fevereiro de 2024. Rogério de Assis Juiz de Direito

Interior

FORO REGIONAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS Cumprimento n.:0018480-30.2023.8.16.0024.0008 (INTERDIÇÃO)
PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS (Art. 755, § 3.º, CPC)
O(A) Juiz(íza) de Direito Victor Schmidt Figueira dos Santos, da 1ª Vara Cível de Almirante Tamandaré, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os Autos de **Procedimento Comum Cível**, Assunto **Capacidade**, sob nº **0018480-30.2023.8.16.0024**, em que é(são) autor(es) FLORENTINA PONCHECK, e réu(s) ANTONIO PONCHECK, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de** ANTONIO PONCHECK (RG: 4098706 SSP/PR e CPF/CNPJ: 164.959.939-00), por sentença transitada em julgado, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) é relativamente incapaz e *não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil*. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) FLORENTINA PONCHECK (RG: 8962472 SSP/PR e CPF/CNPJ: 005.104.549-41), que deverá prestar contas da administração da curatela a cada 2 (dois) anos, na forma do art. 1757 c/c 1.781, ambos do Código Civil, ficando ciente de que só poderá alienar bens móveis e imóveis do interditado mediante autorização judicial (art. 1748, IV, CC), conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a SENTENÇA de Mov. **32.1** que segue parcialmente transcrita: **"**Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para o fim de DECRETAR A INTERDIÇÃO de Antonio Poncheck ante a sua incapacidade relativa, nomeando-lhe como curador Florentina Ponchek, mediante compromisso, o qual passará a representar o Requerido em todos os atos da sua vida civil, notadamente atos patrimoniais da vida civil, tais como emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, movimentar contas bancárias, receber rendas, demandar ou ser demandado, e/ou, atos de mera administração***"***. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, THAIS VIVIANA NONATO REINERT, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Almirante Tamandaré, 11 de março de 2024.
THAIS VIVIANA NONATO REINERT
Técnica Judiciária
Por ordem do(a) MM. Juiz(a)
(Assinatura autorizada pelo Decreto Judiciário nº 257/2021)
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS Cumprimento n.:0018377-23.2023.8.16.0024.0009 (INTERDIÇÃO)
PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS (Art. 755, § 3.º, CPC)
O(A) Juiz(íza) de Direito Victor Schmidt Figueira dos Santos, da 1ª Vara Cível de Almirante Tamandaré, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os Autos de **Interdição/ Curatela**, Assunto **Tutela de Urgência**, sob nº **0018377-23.2023.8.16.0024**, em que é(são) autor(es) MARLI BERNADETE LOQUETTA OLIVEIRA, e réu(s) ANTONIO SILVIO OLIVEIRA, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de ANTONIO SILVIO OLIVEIRA** (RG: 14564381 SSP/PR e CPF/CNPJ: 299.660.279-04), por sentença transitada em julgado, a qual reconheceu que o(a) interditado não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão de doença grave, na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) **MARLI BERNADETE LOQUETTA OLIVEIRA** (RG: 43222627 SSP/PR e CPF/CNPJ: 043.939.669-70), cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a SENTENÇA de Mov. **28.1** que segue parcialmente transcrita: **"Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para o fim de DECRETAR A INTERDIÇÃO de Antonio Silvio Oliveira ante a sua incapacidade relativa, nomeando-lhe como curador Marli Bernadete Loquetta Oliveira, mediante compromisso, o qual passará a representar o Requerido em todos os atos da sua vida civil, notadamente atos patrimoniais da vida civil, tais como emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, movimentar contas bancárias, receber rendas, demandar ou ser demandado, e/ou, atos de mera administração."** O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, THAIS VIVIANA NONATO REINERT, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Almirante Tamandaré, 12 de março de 2024.
THAIS VIVIANA NONATO REINERT
Técnica Judiciária
Por ordem do(a) MM. Juiz(a)
(Assinatura autorizada pelo Decreto Judiciário nº 257/2021)
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO Cumprimento n.:0003225-76.2016.8.16.0024.0011
DESTINATÁRIO(A)(S): JENIFFER RAFAEL MIRANDA BRANCO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Alexandre Moreira Van Der Broocke, da 2ª Vara Cível de Almirante Tamandaré , FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os Autos de **Reintegração / Manutenção de Posse**, Assunto **Arrendamento Mercantil**, sob nº **0003225-76.2016.8.16.0024**, em que é(são) autor(es) BANCO RCI BRASIL S.A, e réu(s) JENIFFER RAFAEL MIRANDA BRANCO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido JENIFFER RAFAEL MIRANDA BRANCO**, portador(a) do CPF 089.540.289-00. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para oferecer Contestação no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com a Petição Inicial e com a Decisão de Mov. **149.1**, da qual destaco este trecho: **"**DEFIRO o pedido de citação por edital, formulado à Mov. 147.1, haja vista que esgotados todos os meios de localização da requerida**"**. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, art. 257, III, CPC). Eu, THAIS VIVIANA NONATO REINERT, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Almirante Tamandaré, 11 de março de 2024.
THAIS VIVIANA NONATO REINERT
Técnica Judiciária
Por ordem do(a) MM. Juiz(a)
(Assinatura autorizada pelo Decreto Judiciário nº 257/2021)
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO Cumprimento n.:0000042-63.2017.8.16.0024.0014
DESTINATÁRIO: Colonizadora Nacional LTDA (CPF/CNPJ: 76.539.865/0001-92)
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Alexandre Moreira Van Der Broocke, da 2ª Vara Cível de Almirante Tamandaré , FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os Autos de **Usucapião**, Assunto **Usucapião Extraordinária**, sob nº **0000042-63.2017.8.16.0024**, em que é(são) autor(es) RUBENS DE OLIVEIRA RIBAS, e réu(s) JOSE DA SILVA BALCEIRO e Colonizadora Nacional LTDA, e que por este edital procede a **CITAÇÃO** de **Colonizadora Nacional LTDA** (CPF/CNPJ: 76.539.865/0001-92), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereça contestação, sob pena de revelia, a respeito do **pedido de usucapião** referente ao imóvel: Situa-se na quadra nº 11 da Planta jardim Iracema, na esquina da Rua Riachuelo com a Rua Rui Barbosa, zona urbana da Cidade de Almirante Tamandaré-PR. DESCRIÇÃO. Para quem da Rua Rui Barbosa olha o imóvel, mede 14,46 metros de frente para referida Rua, com azimute de 101º49'18" do Ponto 0=PP até o ponto nº 01. Lado esquerdo mede 32,94 metros confrontando com terras de Eva Salete de Ziq, com azimute de 181º05'50" do ponto nº 01 até o ponto nº 02. Nos fundos mede 14,29 metros confrontando com terras de Fabio Romanésio com azimute de 275º28'14" do ponto nº 02 até o ponto nº 03. Lado direito mede 34,54 metros pelo alinhamento predial da Rua Riachuelo com azimute de 1º09'55" do ponto nº 03 até o ponto 0=PP, perfazendo uma área toal de 480,05 m², nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial de Mov. **150.1** que segue parcialmente transcrita/o: **"**1. Diante do esgotamento de meios dos meios de busca (Mov. 130.1/131.1/135.1/136.1/140.1/142.1) e das tentativas infrutíferas de citação da requerida COLONIZADORA NACIONAL LTDA (Mov. 123.1 /145.1), DEFIRO a citação editalícia da requerida, na forma do art. 256, II, do Código de Processo Civil. 2.

Decorrido o prazo para resposta "in albis", nomeie-se curador à ré, intimando-o para que, em 15 (quinze) dias, apresente contestação, ainda que por negativa geral**"**. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, art. 257, III, CPC). Eu, THAIS VIVIANA NONATO REINERT, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Almirante Tamandaré, 12 de março de 2024.
THAIS VIVIANA NONATO REINERT
Técnica Judiciária
Por ordem do(a) MM. Juiz(a)
(Assinatura autorizada pelo Decreto Judiciário nº 257/2021)
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

ALTO PARANÁ

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): NATHALIA MARIA SILVA
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Huber Pereira Cavalheiro, da Vara Criminal de Alto Paraná, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo Majorado, sob nº 0001027-05.2022.8.16.0041, em que é(são) autor(es) réu(s) BRUNO SANTOS COSTA, e vítima CICERO ROBERTO DA SILVA, NATHALIA MARIA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Vítima NATHALIA MARIA SILVA (RG: 108294566 SSP/PR e CPF/CNPJ: Não Cadastrado)**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 391, CPP), a qual
condenou o(a)(s) réu(ré)(s) nas sanções do artigo 157, §2º, inciso II, do Código Penal, na data de 13/12/2023, ao cumprimento da pena de 3 (três) anos, 9 (nove) meses e 27 (vinte e sete) dias, em regime inicial aberto, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: "Ante o exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na denúncia para os fins de **CONDENAR** o réu Bruno Santos Costa pelo crime descrito no artigo 157, §2º, inciso II do Código Penal, o que faço com fundamento no artigo 387 do Código de Processo Penal", em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), ou **15 (quinze) dias**, contados do término do prazo para o Ministério Público, caso este não interponha apelação no prazo legal (art. 598, CPP).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Lucas José Velasco, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Alto Paraná, 12 de março de 2024.
Huber Pereira Cavalheiro
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

APUCARANA

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO com o prazo de 20 (vinte) dias. O Dr. Rodrigo de Lima Mosimann, Juiz de Direito da 02ª Vara Cível e da Fazenda Pública desta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...**FAZ SABER**, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo, tramita o processo de **EXECUÇÃO FISCAL sob nº 0014116-86.2022.8.16.0044,** em que é Exequente **Município de Apucarana/PR,** e executado(os) **TECAS - ARTIGOS DE CONFECÇÕES - EIRELI - ME, portador(a) do CNPJ 20.593.771/0001-47,** e constando dos autos que o executado se encontra em lugar ignorado, pelo presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume na sede deste Juízo, **CITA** o(os) executado(os) **TECAS - ARTIGOS DE CONFECÇÕES - EIRELI - ME, portador(a) do CNPJ 20.593.771/0001-47,** para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague a dívida de natureza tributária, no valor de **R$ 825,34, atualizado em 30/11/2022 09:31:15**, mais custas processuais e os acréscimos legais, ou garanta a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhes penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem para satisfação da dívida e acessórios. ADVERTÊNCIA: Ciência de que terá o prazo de 05 (cinco) dias, para pagar a dívida no valor acima descrito, acrescida dos juros e multa de mora, mais encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa; ou nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art.8º e 9º da Lei nº 6.830/80). Para que não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei. **DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Apucarana, 08 de março de 2024.** Eu, _____JULES ACÁCIO FERNANDES JÚNIOR, Funcionário Juramentado, que digitei e subscrevi.

EDITAL DE CITAÇÃO com o prazo de 20 (vinte) dias. O Dr. Rodrigo de Lima Mosimann, Juiz de Direito da 02ª Vara Cível e da Fazenda Pública desta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...**FAZ SABER**, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo, tramita o processo de **EXECUÇÃO FISCAL sob nº 0016212-74.2022.8.16.0044,** em que é Exequente **Município de Apucarana/PR,** e executado(os) **SIMONE RODRIGUES DOS SANTOS, portador(a) do CPF 072.105.509-50,** e constando dos autos que o executado se encontra em lugar ignorado, pelo presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume na sede deste Juízo, **CITA** o(os) executado(os) **SIMONE RODRIGUES DOS SANTOS, portador(a) do CPF 072.105.509-50,** para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague a dívida de natureza tributária, no valor de **R$ 354,52, atualizado em 05/12/2022 09:29:23**, mais custas processuais e os acréscimos legais, ou garanta a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhes penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem para satisfação da dívida e acessórios. ADVERTÊNCIA: Ciência de que terá o prazo de 05 (cinco) dias, para pagar a dívida no valor acima descrito, acrescida dos juros e multa de mora, mais encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa; ou nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art.8º e 9º da Lei nº 6.830/80). Para que não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei. **DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Apucarana, 08 de março de 2024.** Eu, _____JULES ACÁCIO FERNANDES JÚNIOR, Funcionário Juramentado, que digitei e subscrevi.

EDITAL DE CITAÇÃO com o prazo de 20 (vinte) dias. O Dr. Rodrigo de Lima Mosimann, Juiz de Direito da 02ª Vara Cível e da Fazenda Pública desta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...**FAZ SABER**, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo, tramita o processo de **EXECUÇÃO FISCAL sob nº 0016957-54.2022.8.16.0044,** em que é Exequente **Município de Apucarana/PR,** e executado(os) **Ana Paula Loredo Barbosa, portador(a) do RG 95117368 SSP/PR e CPF 053.537.899-89,** e constando dos autos que o executado se encontra em lugar ignorado, pelo presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume na sede deste Juízo, **CITA** o(os) executado(os) **Ana Paula Loredo Barbosa, portador(a) do RG 95117368 SSP/PR e CPF 053.537.899-89,** para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague a dívida de natureza tributária, no valor de **R$ 348,31, atualizado em 06/12/2022 11:00:44**, mais custas processuais e os acréscimos legais, ou garanta a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhes penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem para satisfação da dívida e acessórios. ADVERTÊNCIA: Ciência de que terá o prazo de 05 (cinco) dias, para pagar a dívida no valor acima descrito, acrescida dos juros e multa de mora, mais encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa; ou nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art.8º e 9º da Lei nº 6.830/80). Para que não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei. **DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Apucarana, 08 de março de 2024.** Eu, _____JULES ACÁCIO FERNANDES JÚNIOR, Funcionário Juramentado, que digitei e subscrevi.

EDITAL DE CITAÇÃO com o prazo de 20 (vinte) dias. O Dr. Rodrigo de Lima Mosimann, Juiz de Direito da 02ª Vara Cível e da Fazenda Pública desta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...**FAZ SABER**, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo, tramita o processo de **EXECUÇÃO FISCAL sob nº 0013497-59.2022.8.16.0044,** em que é Exequente **Município de Apucarana/PR,** e executado(os) **POTENCIA ALIMENTOS LTDA, portador(a) do CNPJ 10.643.334/0001-37,** e constando dos autos que o executado se encontra em lugar ignorado, pelo presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume na sede deste Juízo, **CITA** o(os) executado(os) **POTENCIA ALIMENTOS LTDA, portador(a) do CNPJ 10.643.334/0001-37,** para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague a dívida de natureza tributária, no valor de **R$ 929,13, atualizado em 30/11/2022 11:02:45**, mais custas processuais e os acréscimos legais, ou garanta a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhes penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem para satisfação da dívida e acessórios. ADVERTÊNCIA: Ciência

de que terá o prazo de 05 (cinco) dias, para pagar a dívida no valor acima descrito, acrescida dos juros e multa de mora, mais encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa; ou nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art.8º e 9º da Lei nº 6.830/80). Para que não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei. **DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Apucarana, 08 de março de 2024.** Eu, _____JULES ACÁCIO FERNANDES JÚNIOR, Funcionário Juramentado, que digitei e subscrevi.

EDITAL DE CITAÇÃO com o prazo de 20 (vinte) dias. O Dr. Rodrigo de Lima Mosimann, Juiz de Direito da 02ª Vara Cível e da Fazenda Pública desta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...**FAZ SABER**, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo, tramita o processo de **EXECUÇÃO FISCAL sob nº 0014706-63.2022.8.16.0044,** em que é Exequente **Município de Apucarana/PR,** e executado(os) **CFM - COMÉRCIO DE GÁS LTDA, portador(a) do CNPJ 13.855.146/0001-60,** e constando dos autos que o executado se encontra em lugar ignorado, pelo presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume na sede deste Juízo, **CITA** o(os) executado(os) **CFM - COMÉRCIO DE GÁS LTDA, portador(a) do CNPJ 13.855.146/0001-60,** para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague a dívida de natureza tributária, no valor de **R$ 421,44, atualizado em 01/12/2022 08:21:07**, mais custas processuais e os acréscimos legais, ou garanta a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhes penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem para satisfação da dívida e acessórios. ADVERTÊNCIA: Ciência de que terá o prazo de 05 (cinco) dias, para pagar a dívida no valor acima descrito, acrescida dos juros e multa de mora, mais encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa; ou nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art.8º e 9º da Lei nº 6.830/80). Para que não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei. **DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Apucarana, 08 de março de 2024.** Eu, _____JULES ACÁCIO FERNANDES JÚNIOR, Funcionário Juramentado, que digitei e subscrevi.

EDITAL DE CITAÇÃO com o prazo de 20 (vinte) dias. O Dr. Rodrigo de Lima Mosimann, Juiz de Direito da 02ª Vara Cível e da Fazenda Pública desta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...**FAZ SABER**, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo, tramita o processo de **EXECUÇÃO FISCAL sob nº 0015160-43.2022.8.16.0044,** em que é Exequente **Município de Apucarana/PR,** e executado(os) **EDISON CARLOS CORREA, portador(a) do CNPJ 16.919.165/0001-00,** e constando dos autos que o executado se encontra em lugar ignorado, pelo presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume na sede deste Juízo, **CITA** o(os) executado(os) **EDISON CARLOS CORREA, portador(a) do CNPJ 16.919.165/0001-00,** para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague a dívida de natureza tributária, no valor de **R$ 1.630,79, atualizado em 02/12/2022 07:49:51**, mais custas processuais e os acréscimos legais, ou garanta a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhes penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem para satisfação da dívida e acessórios. ADVERTÊNCIA: Ciência de que terá o prazo de 05 (cinco) dias, para pagar a dívida no valor acima descrito, acrescida dos juros e multa de mora, mais encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa; ou nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art.8º e 9º da Lei nº 6.830/80). Para que não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei. **DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Apucarana, 08 de março de 2024.** Eu, _____JULES ACÁCIO FERNANDES JÚNIOR, Funcionário Juramentado, que digitei e subscrevi.

EDITAL DE CITAÇÃO com o prazo de 20 (vinte) dias. O Dr. Rodrigo de Lima Mosimann, Juiz de Direito da 02ª Vara Cível e da Fazenda Pública desta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...**FAZ SABER**, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo, tramita o processo de **EXECUÇÃO FISCAL sob nº 0014026-78.2022.8.16.0044,** em que é Exequente **Município de Apucarana/PR,** e executado(os) **LINCON MONTREZOL ARMACOLLO, portador(a) do RG 62333162 SSP/PR e CPF 023.583.239-18,** e constando dos autos que o executado se encontra em lugar ignorado, pelo presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume na sede deste Juízo, **CITA** o(os) executado(os) **LINCON MONTREZOL ARMACOLLO, portador(a) do RG 62333162 SSP/PR e CPF 023.583.239-18,** para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague a dívida de natureza tributária, no valor de **R$ 3.743,91, atualizado em 30/11/2022 16:28:34**, mais custas processuais e os acréscimos legais, ou garanta a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhes penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem para satisfação da dívida e acessórios. ADVERTÊNCIA: Ciência de que terá o prazo de 05 (cinco) dias, para pagar a dívida no valor acima descrito, acrescida dos juros e multa de mora, mais encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa; ou nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art.8º e 9º da Lei nº 6.830/80). Para que não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei. **DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Apucarana, 08 de março de 2024.** Eu, _____JULES ACÁCIO FERNANDES JÚNIOR, Funcionário Juramentado, que digitei e subscrevi.

EDITAL DE CITAÇÃO com o prazo de 20 (vinte) dias. O Dr. Rodrigo de Lima Mosimann, Juiz de Direito da 02ª Vara Cível e da Fazenda Pública desta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...**FAZ SABER**, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo, tramita o processo de **EXECUÇÃO FISCAL sob nº 0015143-07.2022.8.16.0044,** em que é Exequente **Município de Apucarana/PR,** e executado(os) **E RODRIGUES - REPRESENTACAO COMERCIAL - ME, portador(a) do CNPJ 14.617.155/0001-86,** e constando dos autos que o executado se encontra em lugar ignorado, pelo presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume na sede deste Juízo, **CITA** o(os) executado(os) **E RODRIGUES - REPRESENTACAO COMERCIAL - ME, portador(a) do CNPJ 14.617.155/0001-86,** para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague a dívida de natureza tributária, no valor de **R$ 851,93, atualizado em 02/12/2022 07:50:17**, mais custas processuais e os acréscimos legais, ou garanta a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhes penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem para satisfação da dívida e acessórios. ADVERTÊNCIA: Ciência de que terá o prazo de 05 (cinco) dias, para pagar a dívida no valor acima descrito, acrescida dos juros e multa de mora, mais encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa; ou nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art.8º e 9º da Lei nº 6.830/80). Para que não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei. **DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Apucarana, 08 de março de 2024.** Eu, _____JULES ACÁCIO FERNANDES JÚNIOR, Funcionário Juramentado, que digitei e subscrevi.

EDITAL DE CITAÇÃO com o prazo de 20 (vinte) dias. O Dr. Rodrigo de Lima Mosimann, Juiz de Direito da 02ª Vara Cível e da Fazenda Pública desta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...**FAZ SABER**, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo, tramita o processo de **EXECUÇÃO FISCAL sob nº 0014369-74.2022.8.16.0044,** em que é Exequente **Município de Apucarana/PR,** e executado(os) **TAPAJÓS ALIMENTOS LTDA, portador(a) do CNPJ 16.955.945/0001-05,** e constando dos autos que o executado se encontra em lugar ignorado, pelo presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume na sede deste Juízo, **CITA** o(os) executado(os) **TAPAJÓS ALIMENTOS LTDA, portador(a) do CNPJ 16.955.945/0001-05,** para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague a dívida de natureza tributária, no valor de **R$ 2.288,61, atualizado em 01/12/2022 11:52:18**, mais custas processuais e os acréscimos legais, ou garanta a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhes penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem para satisfação da dívida e acessórios. ADVERTÊNCIA: Ciência de que terá o prazo de 05 (cinco) dias, para pagar a dívida no valor acima descrito, acrescida dos juros e multa de mora, mais encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa; ou nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art.8º e 9º da Lei nº 6.830/80). Para que não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei. **DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Apucarana, 08 de março de 2024.** Eu, _____JULES ACÁCIO FERNANDES JÚNIOR, Funcionário Juramentado, que digitei e subscrevi.

EDITAL DE CITAÇÃO com o prazo de 20 (vinte) dias. O Dr. Rodrigo de Lima Mosimann, Juiz de Direito da 02ª Vara Cível e da Fazenda Pública desta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...**FAZ SABER**, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo, tramita o processo de **EXECUÇÃO FISCAL sob nº 0017280-59.2022.8.16.0044,** em que é Exequente **Município de Apucarana/PR,** e executado(os) **ESPÓLIO DE CARMEN LUCIA GOMES DE LIMA OLIVEIRA, portador(a) do CPF 874.614.989-91; LIDIANA DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF 059.760.489-43,** e constando dos autos que o executado se encontra em lugar ignorado, pelo presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume na sede deste Juízo, **CITA** o(os) executado(os) **LIDIANA DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF 059.760.489-43,** para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague a dívida de natureza tributária, no valor de **R$ 335,59, atualizado em 06/12/2022 10:16:19**, mais custas processuais e os acréscimos legais, ou garanta a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhes penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem para satisfação da dívida e acessórios. ADVERTÊNCIA: Ciência de que terá o prazo de 05 (cinco) dias, para pagar a dívida no valor acima descrito, acrescida dos juros e multa de mora, mais encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa; ou nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art.8º e 9º da Lei nº 6.830/80). Para que não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei. **DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Apucarana, 08 de março de 2024.** Eu, _____JULES ACÁCIO FERNANDES JÚNIOR, Funcionário Juramentado, que digitei e subscrevi.

EDITAL DE CITAÇÃO com o prazo de 20 (vinte) dias. O Dr. Rodrigo de Lima Mosimann, Juiz de Direito da 02ª Vara Cível e da Fazenda Pública desta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...**FAZ SABER**, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo, tramita o processo de **EXECUÇÃO FISCAL sob nº 0004550-50.2021.8.16.0044,** em que é Exequente **Município de Apucarana/PR,** e executado(os) **AUTO POSTO KATO LTDA, portador(a) do CNPJ 02.154.305/0001-83; Marcos Eidi Kato, portador(a) do RG 45800547 SSP/PR e CPF 015.963.959-07; TOMISE KATO, portador(a) do RG 4694015 SSP/PR e CPF 106.369.789-15,** e constando dos autos que o executado se encontra em lugar ignorado, pelo presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume na sede deste Juízo, **CITA** o(os) executado(os) **Marcos Eidi Kato, portador(a) do RG 45800547 SSP/PR e CPF 015.963.959-07; TOMISE KATO, portador(a) do RG 4694015 SSP/PR e CPF 106.369.789-15,** para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague a dívida de natureza tributária, no valor de **R$ 2.744,48, atualizado em 29/04/2021 10:35:45**, mais custas processuais e os acréscimos legais, ou garanta a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhes penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem para satisfação da dívida e acessórios. ADVERTÊNCIA: Ciência de que terá o prazo de 05 (cinco) dias, para pagar a dívida no valor acima descrito, acrescida dos juros e multa de mora, mais encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa; ou nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art.8º e 9º da Lei nº 6.830/80). Para que não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei. **DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Apucarana, 08 de março de 2024.** Eu, _____JULES ACÁCIO FERNANDES JÚNIOR, Funcionário Juramentado, que digitei e subscrevi.

EDITAL DE CITAÇÃO de **A M DA SILVA INDUSTRIA E COM. DE CONF LT ,** com o prazo de 20 (vinte) dias. O Dr. Rodrigo de Lima Mosimann, Juiz de Direito da 02ª Vara Cível e da Fazenda Pública desta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...**FAZ SABER**, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo, tramita o processo de **EXECUÇÃO FISCAL sob nº 0013707-13.2022.8.16.0044,** em que é Exequente **Município de Apucarana/PR,** e executado(os) **A M DA SILVA INDUSTRIA E COM. DE CONF LT, portador(a) do CNPJ 00.311.007/0001-24,** e constando dos autos que o executado se encontra em lugar ignorado, pelo presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume na sede deste Juízo, **CITA** o(os) executado(os) **A M DA SILVA INDUSTRIA E COM. DE CONF LT, portador(a) do CNPJ 00.311.007/0001-24,** para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague a dívida de natureza tributária, no valor de **R$ 555,38, atualizado em 30/11/2022 11:20:20**, mais custas processuais e os acréscimos legais, ou garanta a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhes penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem para satisfação da dívida e acessórios. ADVERTÊNCIA: Ciência de que terá o prazo de 05 (cinco) dias, para pagar a dívida no valor acima descrito, acrescida dos juros e multa de mora, mais encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa; ou nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art.8º e 9º da Lei nº 6.830/80). Para que não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei. **DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Apucarana, 08 de março de 2024.** Eu, _____JULES ACÁCIO FERNANDES JÚNIOR, Funcionário Juramentado, que digitei e subscrevi.

EDITAL DE CITAÇÃO de **M H SARAN COMERCIO & REPRESENTACOES ,** com o prazo de 20 (vinte) dias. O Dr. Rodrigo de Lima Mosimann, Juiz de Direito da 02ª Vara Cível e da Fazenda Pública desta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...**FAZ SABER**, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo, tramita o processo de **EXECUÇÃO FISCAL sob nº 0014195-65.2022.8.16.0044,** em que é Exequente **Município de Apucarana/PR,** e executado(os) **M H SARAN COMERCIO & REPRESENTACOES, portador(a) do CNPJ 01.842.388/0001-30,** e constando dos autos que o executado se encontra em lugar ignorado, pelo presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume na sede deste Juízo, **CITA** o(os) executado(os) **M H SARAN COMERCIO & REPRESENTACOES, portador(a) do CNPJ 01.842.388/0001-30,** para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague a dívida de natureza tributária, no valor de **R$ 1.107,28, atualizado em 30/11/2022 15:19:32**, mais custas processuais e os acréscimos legais, ou garanta a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhes penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem para satisfação da dívida e acessórios. ADVERTÊNCIA: Ciência de que terá o prazo de 05 (cinco) dias, para pagar a dívida no valor acima descrito, acrescida dos juros e multa de mora, mais encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa; ou nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art.8º e 9º da Lei nº 6.830/80). Para que não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei. **DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Apucarana, 08 de março de 2024.** Eu, _____JULES ACÁCIO FERNANDES JÚNIOR, Funcionário Juramentado, que digitei e subscrevi.

EDITAL DE CITAÇÃO com o prazo de 20 (vinte) dias. O Dr. Rodrigo de Lima Mosimann, Juiz de Direito da 02ª Vara Cível e da Fazenda Pública desta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...**FAZ SABER**, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo, tramita o processo de **EXECUÇÃO FISCAL sob nº 0015443-66.2022.8.16.0044,** em que é Exequente **Município de Apucarana/PR,** e executado(os) **BRAZPI INDUSTRIA E COMERCIO DE CONF.EIRELI - ME, portador(a) do CNPJ 14.699.208/0001-55,** e constando dos autos que o executado se encontra em lugar ignorado, pelo presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume na sede deste Juízo, **CITA** o(os) executado(os) **BRAZPI INDUSTRIA E COMERCIO DE CONF.EIRELI - ME, portador(a) do CNPJ 14.699.208/0001-55,** para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague a dívida de natureza tributária, no valor de **R$ 555,38, atualizado em 01/12/2022 18:12:43**, mais custas processuais e os acréscimos legais, ou garanta a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhes penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem para satisfação da dívida e acessórios. ADVERTÊNCIA: Ciência de que terá o prazo de 05 (cinco) dias, para pagar a dívida no valor acima descrito, acrescida dos juros e multa de mora, mais encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa; ou nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art.8º e 9º da Lei nº 6.830/80). Para que não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei. **DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Apucarana, 08 de março de 2024.** Eu, _____JULES ACÁCIO FERNANDES JÚNIOR, Funcionário Juramentado, que digitei e subscrevi.

EDITAL DE CITAÇÃO com o prazo de 20 (vinte) dias. O Dr. Rodrigo de Lima Mosimann, Juiz de Direito da 02ª Vara Cível e da Fazenda Pública desta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...**FAZ SABER**, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo, tramita o processo de **EXECUÇÃO FISCAL sob nº 0017580-21.2022.8.16.0044,** em que é Exequente **Município de Apucarana/PR,** e executado(os) **JOSE DOS SANTOS, portador(a) do RG 4509951 SSP/PR e CPF 011.024.789-20,** e constando dos autos que o executado se encontra em lugar ignorado, pelo presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume na sede deste Juízo, **CITA** o(os) executado(os) **JOSE DOS SANTOS, portador(a) do RG 4509951 SSP/PR e CPF 011.024.789-20,** para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague a dívida de natureza tributária, no valor de **R$ 817,76, atualizado em 06/12/2022 09:52:53**, mais custas processuais e os acréscimos legais, ou garanta a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhes penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem para satisfação da dívida e acessórios. ADVERTÊNCIA: Ciência de que terá o prazo de 05 (cinco) dias, para pagar a dívida no valor acima descrito, acrescida dos juros e multa de mora, mais encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa; ou nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art.8º e 9º da Lei nº 6.830/80). Para que não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei. **DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Apucarana, 08 de março de 2024.** Eu, _____JULES ACÁCIO FERNANDES JÚNIOR, Funcionário Juramentado, que digitei e subscrevi.

EDITAL DE CITAÇÃO com o prazo de 20 (vinte) dias. O Dr. Rodrigo de Lima Mosimann, Juiz de Direito da 02ª Vara Cível e da Fazenda Pública desta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...**FAZ SABER**, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo, tramita o processo de **EXECUÇÃO FISCAL sob nº 0016520-13.2022.8.16.0044,** em que é Exequente **Município de Apucarana/PR,** e executado(os) **ROSIMERI ALVES DA ROSA, portador(a) do CPF 063.964.489-98,** e constando dos autos que o executado se encontra em lugar ignorado, pelo presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume na sede deste Juízo, **CITA** o(os) executado(os) **ROSIMERI ALVES DA ROSA, portador(a) do CPF 063.964.489-98,** para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague a dívida de natureza tributária, no valor de **R$ 440,39, atualizado em 05/12/2022 10:16:33**, mais custas processuais e os acréscimos legais, ou garanta a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhes penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem para satisfação da dívida e acessórios. ADVERTÊNCIA: Ciência de que terá o prazo de 05 (cinco) dias, para pagar a dívida no valor acima descrito, acrescida dos juros e multa de mora, mais encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa; ou nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art.8º e 9º da Lei nº 6.830/80). Para que não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei. **DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Apucarana, 08 de março de 2024.** Eu, _____JULES ACÁCIO FERNANDES JÚNIOR, Funcionário Juramentado, que digitei e subscrevi.

EDITAL DE CITAÇÃO com o prazo de 20 (vinte) dias. O Dr. Rodrigo de Lima Mosimann, Juiz de Direito da 02ª Vara Cível e da Fazenda Pública desta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...**FAZ SABER**, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo, tramita o processo de **EXECUÇÃO FISCAL sob nº 0014528-17.2022.8.16.0044,** em que é Exequente **Município de Apucarana/PR,** e executado(os) **JULIANA BARBOSA DO NASCIMENTO, portador(a) do CPF 067.130.909-90,** e constando dos autos que o executado se encontra em lugar ignorado, pelo presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume na sede deste Juízo, **CITA** o(os) executado(os) **JULIANA BARBOSA DO NASCIMENTO, portador(a) do CPF 067.130.909-90,** para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague a dívida de natureza tributária, no valor de **R$ 1.361,45, atualizado em 01/12/2022 08:22:26**, mais custas processuais e os acréscimos legais, ou garanta a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhes penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem para satisfação da dívida e acessórios. ADVERTÊNCIA: Ciência de que terá o prazo de 05 (cinco) dias, para pagar a dívida no valor acima descrito, acrescida dos juros e multa de mora, mais encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa; ou nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art.8º e 9º da Lei nº 6.830/80). Para que não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei. **DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Apucarana, 08 de março de 2024.** Eu, _____JULES ACÁCIO FERNANDES JÚNIOR, Funcionário Juramentado, que digitei e subscrevi.

EDITAL DE CITAÇÃO com o prazo de 20 (vinte) dias. O Dr. Rodrigo de Lima Mosimann, Juiz de Direito da 02ª Vara Cível e da Fazenda Pública desta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...**FAZ SABER**, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo, tramita o processo de **EXECUÇÃO FISCAL sob nº 0013373-76.2022.8.16.0044,** em que é Exequente **Município de Apucarana/PR,** e executado(os) **ANTONIO DOS SANTOS, portador(a) do RG 12340540 SSP/PR e CPF 202.593.449-15,** e constando dos autos que o executado se encontra em lugar ignorado, pelo presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume na sede deste Juízo, **CITA** o(os) executado(os) **ANTONIO DOS SANTOS, portador(a) do RG 12340540 SSP/PR e CPF 202.593.449-15,** para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague a dívida de natureza tributária, no valor de **R$ 1.286,56, atualizado em 29/11/2022 08:18:50**, mais custas processuais e os acréscimos legais, ou garanta a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhes penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem para satisfação da dívida e acessórios. ADVERTÊNCIA: Ciência de que terá o prazo de 05 (cinco) dias, para pagar a dívida no valor acima descrito, acrescida dos juros e multa de mora, mais encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa; ou nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art.8º e 9º da Lei nº 6.830/80). Para que não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei. **DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Apucarana, 08 de março de 2024.** Eu, _____JULES ACÁCIO FERNANDES JÚNIOR, Funcionário Juramentado, que digitei e subscrevi.

EDITAL DE CITAÇÃO com o prazo de 20 (vinte) dias. O Dr. Rodrigo de Lima Mosimann, Juiz de Direito da 02ª Vara Cível e da Fazenda Pública desta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...**FAZ SABER**, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo, tramita o processo de **EXECUÇÃO FISCAL sob nº 0013331-27.2022.8.16.0044,** em que é Exequente **Município de Apucarana/PR,** e executado(os) **RAJE SAID, portador(a) do RG 38635174 SSP/PR e CPF 028.951.909-84,** e constando dos autos que o executado se encontra em lugar ignorado, pelo presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume na sede deste Juízo, **CITA** o(os) executado(os) **RAJE SAID, portador(a) do RG 38635174 SSP/PR e CPF 028.951.909-84,** para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague a dívida de natureza tributária, no valor de **R$ 7.417,53, atualizado em 29/11/2022 08:45:42**, mais custas processuais e os acréscimos legais, ou garanta a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhes penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem para satisfação da dívida e acessórios. ADVERTÊNCIA: Ciência de que terá o prazo de 05 (cinco) dias, para pagar a dívida no valor acima descrito, acrescida dos juros e multa de mora, mais encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa; ou nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art.8º e 9º da Lei nº 6.830/80). Para que não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei. **DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Apucarana, 08 de março de 2024.** Eu, _____JULES ACÁCIO FERNANDES JÚNIOR, Funcionário Juramentado, que digitei e subscrevi.

EDITAL DE CITAÇÃO com o prazo de 20 (vinte) dias. O Dr. Rodrigo de Lima Mosimann, Juiz de Direito da 02ª Vara Cível e da Fazenda Pública desta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...**FAZ SABER**, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo, tramita o processo de **EXECUÇÃO FISCAL sob nº 0018169-13.2022.8.16.0044,** em que é Exequente **Município de Apucarana/PR,** e executado(os) **JOÃO BATISTA MOREIRA JUNIOR, portador(a) do RG 66006476 SSP/PR e CPF 027.896.019-76,** e constando dos autos que o executado se encontra em lugar ignorado, pelo presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume na sede deste Juízo, **CITA** o(os) executado(os) **JOÃO BATISTA MOREIRA JUNIOR, portador(a) do RG 66006476 SSP/PR e CPF 027.896.019-76,** para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague a dívida de natureza tributária, no valor de **R$ 329,02, atualizado em 05/12/2022 12:26:58**, mais custas processuais e os acréscimos legais, ou garanta a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhes penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem para satisfação da dívida e acessórios. ADVERTÊNCIA: Ciência de que terá o prazo de 05 (cinco) dias, para pagar a dívida no valor acima descrito, acrescida dos juros e multa de mora, mais encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa; ou nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art.8º e 9º da Lei nº 6.830/80). Para que não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei. **DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Apucarana, 08 de março de 2024.** Eu, _____JULES ACÁCIO FERNANDES JÚNIOR, Funcionário Juramentado, que digitei e subscrevi.

EDITAL DE CITAÇÃO com o prazo de 20 (vinte) dias. O Dr. Rodrigo de Lima Mosimann, Juiz de Direito da 02ª Vara Cível e da Fazenda Pública desta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...**FAZ SABER**, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo, tramita o processo de **EXECUÇÃO FISCAL sob nº 0014982-94.2022.8.16.0044,** em que é Exequente **Município de Apucarana/PR,** e executado(os) **E. VIALLI E CIA LTDA, atual G.H. KONO E CIA LTDA ME, portador(a) do CNPJ 09.498.134/0001-59,** e constando dos autos que o executado se encontra em lugar ignorado, pelo presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume na sede deste Juízo, **CITA** o(os) executado(os) **E. VIALLI E CIA LTDA, atual G.H. KONO E CIA LTDA ME, portador(a) do CNPJ 09.498.134/0001-59,** para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague a dívida de natureza tributária, no valor de **R$ 3.518,49, atualizado em 02/12/2022 07:50:09**, mais custas processuais e os acréscimos legais, ou garanta a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhes penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem para satisfação da dívida e acessórios. ADVERTÊNCIA: Ciência de que terá o prazo de 05 (cinco) dias, para pagar a dívida no valor acima descrito, acrescida dos juros e multa de mora, mais encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa; ou nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art.8º e 9º da Lei nº 6.830/80). Para que não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei. **DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Apucarana, 08 de março de 2024.** Eu, _____JULES ACÁCIO FERNANDES JÚNIOR, Funcionário Juramentado, que digitei e subscrevi.

EDITAL DE CITAÇÃO com o prazo de 20 (vinte) dias. O Dr. Rodrigo de Lima Mosimann, Juiz de Direito da 02ª Vara Cível e da Fazenda Pública desta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...**FAZ SABER**, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo, tramita o processo de **EXECUÇÃO FISCAL sob nº 0017792-42.2022.8.16.0044,** em que é Exequente **Município de Apucarana/PR,** e executado(os) **J.R. BRINDES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME, portador(a) do CNPJ 03.511.024/0001-01; José Rodrigues dos Santos Filho, portador(a) do RG 17341855 SSP/PR e CPF 367.922.769-87; LUCINEIA BERNARDES DA SILVA, portador(a) do CPF 005.283.259-73,** e constando dos autos que o executado se encontra em lugar ignorado, pelo presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume na sede deste Juízo, **CITA** o(os) executado(os) **J.R. BRINDES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME, portador(a) do CNPJ 03.511.024/0001-01; José Rodrigues dos Santos Filho, portador(a) do RG 17341855 SSP/PR e CPF 367.922.769-87; LUCINEIA BERNARDES DA SILVA, portador(a) do CPF 005.283.259-73,** para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague a dívida de natureza tributária, no valor de **R$ 740,06, atualizado em 06/12/2022 09:30:17**, mais custas processuais e os acréscimos legais, ou garanta a execução, sob pena de, não o fazendo, serem-lhes penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem para satisfação da dívida e acessórios. ADVERTÊNCIA: Ciência de que terá o prazo de 05 (cinco) dias, para pagar a dívida no valor acima descrito, acrescida dos juros e multa de mora, mais encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa; ou nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art.8º e 9º da Lei nº 6.830/80). Para que não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei. **DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Apucarana, 08 de março de 2024.** Eu, _____JULES ACÁCIO FERNANDES JÚNIOR, Funcionário Juramentado, que digitei e subscrevi.

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO do(s) executado(s) **JULIENE APARECIDA BENITO MARTINS ,** com o prazo de 35 (trinta e cinco) dias. O Dr. Rodrigo de Lima Mosimann, MM. Juiz desta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...
FAZ SABER, a todos quantos presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório, se processam os autos nº **0004347-88.2021.8.16.0044**, de **EXECUÇÃO FISCAL** em que é exequente **Município de Apucarana/PR,** e executado(s) **JULIENE APARECIDA BENITO MARTINS, TUCCI COMERCIO DE TINTAS LTDA, Luiz Paulo Freitas Matos.** Pelo presente, fica(m) devidamente INTIMADO(S) o(s) executado(s) **JULIENE APARECIDA BENITO MARTINS ,** inscrito no **CPF/CNPJ** sob o nº 015.463.261-97, acerca da penhora realizada, através do sistema SISBAJUD, sobre os ativos financeiros de titularidade do executado **JULIENE APARECIDA BENITO MARTINS** , para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovarem que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis ou que ainda há quantia bloqueada em excesso (art. 854, § 3º, CPC/2015), sob pena de transferência do montante bloqueado via sistema Sisbajud para conta vinculada a este Juízo. Decorrido o prazo supra e sem manifestação, fica a parte executada devidamente intimada para que, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, na forma do que disciplina o art. 16, inciso III, da LEF. . DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Apucarana, 08 de março de 2024. Eu, Bel. Jules Acácio Fernandes Júnior, Funcionário Juramentado que digitei e subscrevi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO do(s) executado(s) JORGE MOREIRA , com o prazo de 05 (cinco) dias. O Dr. Rodrigo de Lima Mosimann, MM. Juiz desta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc... FAZ SABER, a todos quantos presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório, se processam os autos nº 0017358-53.2022.8.16.0044, de EXECUÇÃO FISCAL em que é exequente Município de Apucarana/PR, e executado(s) JORGE MOREIRA, . Pelo presente, fica(m) devidamente INTIMADO(S) o(s) executado(s) JORGE MOREIRA , inscrito no CPF/CNPJ sob o nº 778.994.159-34, acerca da penhora realizada, através do sistema SISBAJUD, sobre os ativos financeiros de titularidade do executado JORGE MOREIRA, para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovarem que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis ou que ainda há quantia bloqueada em excesso (art. 854, § 3º, CPC/2015), sob pena de transferência do montante bloqueado via sistema Sisbajud para conta vinculada a este Juízo. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Apucarana, 08 de março de 2024. Eu, Bel. Jules Acácio Fernandes Júnior, Funcionário Juramentado que digitei e subscrevi.

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): RENATO PEREIRA DA ROCHA PRAZO DE 30 DIAS A Juíza de Direito Carolline de Castro Carrijo, da Vara de Família e Sucessões de Apucarana, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Cumprimento de sentença, assunto Levantamento de Valor, sob nº 0009237-12.2017.8.16.0044, em que é exequente P. H. D. S. R., e executado RENATO PEREIRA DA ROCHA, e que não foi possível localizar pessoalmente o Promovido RENATO PEREIRA DA ROCHA, portador(a) do RG 154879420 SSP/PR e CPF 056.770.499-80. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua INTIMAÇÃO para tomar ciência da penhora realizada. A parte fica CIENTE de que poderá opor impugnação, por meio de advogado(a), no prazo de 05 (cinco) dias úteis. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Lucineia Moreira Evangelista, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Apucarana, 07 de março de 2024. Carolline de Castro Carrijo Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

ARAPONGAS

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

Autos nº. 0016824-53.2015.8.16.0045 JUÍZO DE DIREITO DA 1ªVARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAPONGAS-PR. Edital de intimação da(o) ré(u) Silvia Valeria Martins com o prazo de 60 (sessenta) dias. O(a) MM(a). Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Criminal de Arapongas, Estado do Paraná, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem, com o prazo de 60 (sessenta) dias., ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente a pessoa de SILVIA VALERIA MARTINS, portador(a) da cédula de identidade RG de nº 10865765 SSP/PR - SSP/PR, nascido(a) em 18/05/1989, filho(a) de FATIMA APARECIDA MARTINS e MARCOS MARTINS NETO, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMAR, do teor da sentença proferida em 08/02/2024, nos autos 0016824-53.2015.8.16.0045, sendo esta ABSOLUTÓRIA, julgada portanto improcedente à denúncia a fim de ABSOLVER a(o) ré(u) e para que todos saibam e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital de intimação, a ser publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Arapongas, 11 de março de 2024. Eu, Eloisa Domingos, Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi. Arapongas, DATA DE ASSINATURA NO PROJUDI. Leane Cristine do Nascimento Oliveira Donato Juíza de Direito.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): CLAUDINEIA MARCELI PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Leane Cristine do Nascimento Oliveira Donato, da 1ª Vara Criminal de Arapongas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal de Competência do Júri, assunto Feminicídio, sob nº 0000953-07.2020.8.16.0045, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) REGINALDO BARBOSA DE OLIVEIRA, e vítima CLAUDINEIA MARCELI, (** Caso o processo seja segredo de justiça, inserir apenas as iniciais das partes que não são destinatárias da comunicação, em conformidade com o art. 229, CNFJ - Prov. 316/2022 **) e que não foi possível localizar pessoalmente a (s) parte(s) Vítima CLAUDINEIA MARCELI, portador(a) do RG 68735440 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 21/03 /1974, natural de ROLANDIA/PR, filho(a) de JANDYRA ROVERSO MARCELI e MARTINHO DOMINGOS MARCELI, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou pronunciado(a). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Arapongas, 11 de março de 2024. Leane Cristine do Nascimento Oliveira Donato Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi. Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6Y4 PYVPN 9FAZF MF3CK

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO: CAUAN GABRIEL SEBASTIAO
PRAZO DE 15 dias corridos
A Juíza de Direito RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN, da 2ª Vara Criminal de Arapongas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo Majorado, sob nº 0011349-12.2021.8.16.0044, em que é autor MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réus ALEXSANDRO ALVES DE OLIVEIRA, CAUAN GABRIEL SEBASTIAO, e que não foi possível localizar pessoalmente a **parte Promovido CAUAN GABRIEL SEBASTIAO, portador do RG 542487512 SSP/SP e CPF 516.485.138-59, nascido em 06/02/2003, natural de SAO PAULO/SP, filho(a) de DENISE ROSA DE OLIVEIRA SEBASTIAO e CARLOS ANTONIO SEBASTIAO,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 157 - ROUBO AGRAVADO, Reclusão: 5 a 15 anos E Multa, inciso II oferecida em 13/12/2023 e recebida em 13/12/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúncia de seq. 55.1; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabelle Caroline Cossin, Estagiária, conferi e digitei.
Arapongas, 12 de março de 2024.

RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN
Juíza de Direito

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO: Diego Henrique Monteiro
PRAZO DE 60 dias corridos
A Juíza de Direito RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN, da 2ª Vara Criminal de Arapongas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Ameaça , sob nº 0014097-87.2016.8.16.0045, em que é autor o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu Diego Henrique Monteiro, e vítima CLEUCI ISABEL BASSO, EDSON RANGEL MOREIRA JUNIOR, ISADORA MARQUES DE OLIVEIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido Diego Henrique Monteiro, portador(a) do RG 97021570 SSP/PR e CPF 009.974.459-71, nascido(a) em 10/02/1987, natural de APUCARANA/PR, filho(a) de MARIA APARECIDA COUTINHO MONTEIRO e DOMINGOS CANDIDO MONTEIRO, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para tomar ciência da decisão de EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE do acusado, ante a prescrição da pretensão punitiva do Estado pela pena em abstrato fulcro nos artigos 107, IV, 109, VI, 110, § 2º, todos do Código Penal, conforme descrito na decisão de seq. 99.1. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Isabelle Caroline Cossin, Estagiária, conferi e digitei.
Arapongas, 12 de março de 2024.
RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVASDESTINATÁRIO: RENATO DINIS MOREIRA
PRAZO DE Sem Prazo
A Juíza de Direito RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN, da 2ª Vara Criminal de Arapongas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Ameaça , sob nº 0008865-50.2023.8.16.0045, em que é noticiante DANIELLE MACIEL ROECKER, noticiado RENATO DINIS MOREIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido RENATO DINIS MOREIRA, portador(a) do RG 100946530 SSP/PR, nascido(a) em 28/11/1988, natural de GRANDES RIOS/PR, filho(a) de MARIA APARECIDA DINIS MOREIRA e ALBERTINO MOREIRA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência de que as **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** anteriormente determinadas nos autos foram REVOGADAS, conforme decisão de seq. 27.1. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabelle Caroline Cossin, Estagiária, conferi e digitei.
Arapongas, 12 de março de 2024.
RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVASDESTINATÁRIO: CESAR AUGUSTO BATISTA DA SILVA
PRAZO DE 15 dias corridos
A Juíza de Direito RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN, da 2ª Vara Criminal de Arapongas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Ameaça , sob nº 0007648-69.2023.8.16.0045, em que é noticiante ROSELI APARECIDA MATIAS, noticiado CESAR AUGUSTO BATISTA DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a **parte Promovido CESAR AUGUSTO BATISTA DA SILVA, portador do RG 100690160 SSP/PR e CPF 061.659.879-31, nascido em 06/07/1988, natural de APUCARANA/PR, filho(a) de REGINA APARECIDA BATISTA MOREIRA DA SILVA e MATUSALEM DA SILVA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência de que as **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** anteriormente determinadas nos autos foram REVOGADAS, conforme decisão de seq. 40.1. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabelle Caroline Cossin, Estagiária, conferi e digitei.
Arapongas, 12 de março de 2024.
RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO: ELVIS DOS SANTOS SILVA
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS
A Juíza de Direito RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN, da 2ª Vara Criminal de Arapongas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Crimes do Sistema Nacional de Armas, sob nº 0014072-30.2023.8.16.0045, em que é autor o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu ELVIS DOS SANTOS SILVA, e vítima ESTADO DO PARANÁ, e que não foi possível localizar pessoalmente a parte Promovido **ELVIS DOS SANTOS SILVA, portador do RG 97072000 SSP/PR e CPF 073.187.719-57, nascido(a) em 23/01/1990, natural de SAO PAULO/SP, filho(a) de ADELICE ALVES DOS SANTOS SILVA e DONIZETE NICODEMOS DA SILVA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 16 - POSSE/PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO ACESSORIO OU MUNICAO - USO RESTRITO, Reclusão: 3 anos e 6 meses na data de 134.1, sendo transcrito sucintamente no conteúdo da sentença de seq. 134.1, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabelle Caroline Cossin, Estagiária, conferi e digitei.
Arapongas, 12 de março de 2024.
RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO: FRANCIELE MARIANO DOS SANTOS
PRAZO DE 60 dias corridos
A Juíza de Direito RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN, da 2ª Vara Criminal de Arapongas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo, assunto Maus Tratos, sob nº 0010593-78.2013.8.16.0045, em que é réu FRANCIELE MARIANO DOS SANTOS, e vítima V.G.S.B, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido FRANCIELE MARIANO DOS SANTOS, portador(a) do RG 98788794 SSP/PR e CPF 066.507.239-24, nascido(a) em 31/07/1990, natural de CAMBE/PR, filho(a) de APARECIDA DE LOURDES MARIANO e PAULO ROBERTO DOS SANTOS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência da decisão de EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE da acusada, na forma dos artigos 107, IV, 109, V, ambos do Código Penal (prescrição), conforme seq. 68.1. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabelle Caroline Cossin, Estagiária, conferi e digitei.
Arapongas, 12 de março de 2024.
RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN
Juíza de Direito

ASSAÍ

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE ASSAÍ VARA CÍVEL DE ASSAÍ - PROJUDI Rua Bolívia, s/n - Edificio do Forum - Centro - Assaí/PR - CEP: 86.220-000 - Fone: (43) 98863-6180 - E-mail: cartoriocivelassai@hotmail.com EDITAL DE INTIMAÇÃO para que eventuais interessados apresentem, no prazo de dez dias, as impugnações que entenderem cabíveis, com o prazo de trinta (30) dias. Processo: 0000506-08.2023.8.16.0047 Classe Processual: Habilitação de Crédito Assunto Principal: Classificação de créditos Valor da Causa: R $34.742,30 Requerente(s): IRACEMA GESSI RIBEIRO DE SOUZA (CPF/CNPJ: 023.637.019-76) Rua Pirapó, 108 - Vila Almeida - RIBEIRÃO DO PINHAL/PR - CEP: 86.490-000 Requerido(s): A.N.A. AGRICOLA NOVA AMERICA (CPF/CNPJ: 00.584.859/0001-95) FAZENDA PALMARES, S/N - GLEBA AMERICANA - NOVA AMÉRICA DA COLINA/PR - CEP: 86.230-000 EDITAL DE INTIMAÇÃO para que eventuais interessados apresentem, no prazo de dez dias, as impugnações que

entenderem cabíveis, com o prazo de trinta (30) dias. A Doutora NARA MERANCA BUENO PEREIRA PINTO, Meritíssima Juíza de Direito da Vara Cível da Comarca de Assaí - Estado do Paraná, Etc ... FAZ SABER, aos que o presente Edital de Intimação, com o prazo de trinta (30) dias, virem ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo, INTIMA os eventuais interessados para que apresentem, no prazo de dez (10) dias, as impugnações que entenderem cabíveis, nos autos acima. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, mandou passar o presente edital, que será afixado na sede deste juízo, no local de costume, e publicado na forma da lei. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Assaí, Estado do Paraná, aos 06 de Março de 2024. Eu _____ (NEY CARLOS RIBEIRO), Empregado Juramentado, digitei e subscrevi. NARA MERANCA BUENO PEREIRA PINTO Juíza de Direito Assinado digitalmente

ASSIS CHATEAUBRIAND

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

O Doutor Fernando Porcino Gonçalves Pereira, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná, etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo processam-se os autos de Ação Penal nº 0002191-81.2022.8.16.0048, em que o Ministério Público move em face de LUCIANO SCHMIDT FELIX.

FINALIDADE:1. CITAÇÃO do réu LUCIANO SCHMIDT FELIX, abaixo qualificado, de que foi denunciado nos autos nº 0002191-81.2022.8.16.0048, em trâmite perante a Vara Criminal de Assis Chateaubriand, em 05/04/2023, como incurso nas sanções do art. 28, "caput", da Lei n. 11.343/06, devendo acompanhar todos os atos processuais até a sentença final;

2. INTIMAÇÃO do acusado para que apresente RESPOSTA À ACUSAÇÃO, no prazo de 10 (dez) dias, nos moldes do artigo 396 do Código de Processo Penal, devendo, para tanto, constituir defensor;3. CIENTIFIQUE-SE de que, dessa resposta, poderá resultar a sua absolvição sumária e que nela, poderá ser arguida qualquer preliminar, alegada qualquer matéria e requerida a produção de qualquer prova pertinente à defesa, bem como oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, se necessário, desde que o faça por intermédio de advogado, sob a advertência de que assim não o fazendo será procedida nomeação de defensor, nos termos do artigo 396-A, §2º do CPP;

DENUNCIADO: LUCIANO SCHMIDT FELIX, brasileiro, portador da CI/RG nº 9.636.835-6/PR, inscrito no CPF sob nº 091.132.689-88, nascido aos 16/03/1986, natural de Toledo/PR, filho de Nilva Schmidt Felix e Ismael Rosario Felix, atualmente em local incerto e não sabido.

E para que chegue ao seu conhecimento e, ignorância no futuro não possa alegar, é expedido o presente edital de intimação, que será publicado no Diário de Justiça e afixado em local próprio neste Juízo.

Assis Chateaubriand, 12 de março de 2024.
CÍNTHIA DA SILVA PEREIRATécnica Judiciária

ASTORGA

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

Prazo: 30 (TRINTA) dias.

Citando: Réus: FRANCISCO CYRILO LIPPAROTTI, brasileiro, casado, lavrador e ANTENOR GIONEDES, brasileiro, casado, lavrador; ambos atualmente em lugar incerto e não sabido, bem como seus respectivos cônjuges, se casados forem e ainda eventuais herdeiros e interessados.

Ação de Usucapião, sob nº 0002597-02.2022.8.16.0049, em que figura como requerente ANTONIO PRECENTINO e WILMA MOSCARDI AFONSO e como requeridos ANTENOR GIONEDES FRANCISCO CYRILO LIPPAROTTI JAIR MARTIOLI.

Objetivo: Para contestar(em), querendo, em 15 (quinze) dias.

Imóvel: "Data de terras sob nº. 01 (um), da quadra nº. 40 (quarenta), com área de 600,00 (seiscentos) metros quadrados, situado no Distrito de Tupinambá, Município e Comarca de Astorga, Estado do Paraná, com as seguintes divisas: Pela frente, confronta-se com a Avenida Independência, numa distância de 15,00 metros; Pelo lado esquerdo, confronta-se com a Rebouças, numa distância de 40,00 metros; Pelo lado direito, confronta-se com a data nº. 02, numa distância de 40,00 metros, e, finalmente, pelos fundos, confronta-se com a data nº. 20, numa distância de 15,00 metros, com os limites e demais característicos constantes da aludida planta". "Data de terras sob nº. 02 (dois), da quadra nº. 40 (quarenta), com área de 600,00 (seiscentos) metros quadrados, situado no Distrito de Tupinambá, Município e Comarca de Astorga, Estado do Paraná, com as seguintes divisas: Pela frente, confronta-se com a Avenida Independência, numa distância de 15,00 metros; Pelo lado esquerdo, confronta-se com a data nº 01, numa distância de 40,00 metros; Pelo lado direito, confronta-se com a data nº. 03, numa distância de 40,00 metros, e, finalmente, pelos fundos, confronta-se com a data nº. 19, numa distância de 15,00 metros, com os limites e demais característicos constantes da aludida planta". "Data de terras sob nº. 17 (dezessete), da quadra nº. 40 (quarenta), com área de 600,00 (seiscentos) metros quadrados, situado no Distrito de Tupinambá, Município e Comarca de Astorga, Estado do Paraná, com as seguintes divisas: Pela frente, confronta-se com a Rua Guarujá, numa distância de 15,00 metros; Pelo lado esquerdo, confronta-se com a data nº 16, numa distância de 40,00 metros; Pelo lado direito, confronta-se com a data nº. 18, numa distância de 40,00 metros, e, finalmente, pelos fundos, confronta-se com a data nº. 04, numa distância de 15,00 metros, com os limites e demais característicos constantes da aludida planta". "Data de terras sob nº. 01 (um), da quadra nº. 40 (quarenta), com área de 600,00 (seiscentos) metros quadrados, situado no Distrito de Tupinambá, Município e Comarca de Astorga, Estado do Paraná, com as seguintes divisas: Pela frente, confronta-se com a Avenida Independência, numa distância de 15,00 metros; Pelo lado esquerdo, confronta-se com a Rebouças, numa distância de 40,00 metros; Pelo lado direito, confronta-se com a data nº. 02, numa distância de 40,00 metros, e, finalmente, pelos fundos, confronta-se com a data nº. 20, numa distância de 15,00 metros, com os limites e demais característicos constantes da aludida planta". "Data de terras sob nº. 02 (dois), da quadra nº. 40 (quarenta), com área de 600,00 (seiscentos) metros quadrados, situado no Distrito de Tupinambá, Município e Comarca de Astorga, Estado do Paraná, com as seguintes divisas: Pela frente, confronta-se com a Avenida Independência, numa distância de 15,00 metros; Pelo lado esquerdo, confronta-se com a data nº 01, numa distância de 40,00 metros; Pelo lado direito, confronta-se com a data nº. 03, numa distância de 40,00 metros, e, finalmente, pelos fundos, confronta-se com a data nº. 19, numa distância de 15,00 metros, com os limites e demais característicos constantes da aludida planta". "Data de terras sob nº. 17 (dezessete), da quadra nº. 40 (quarenta), com área de 600,00 (seiscentos) metros quadrados, situado no Distrito de Tupinambá, Município e Comarca de Astorga, Estado do Paraná, com as seguintes divisas: Pela frente, confronta-se com a Rua Guarujá, numa distância de 15,00 metros; Pelo lado esquerdo, confronta-se com a data nº 16, numa distância de 40,00 metros; Pelo lado direito, confronta-se com a data nº. 18, numa distância de 40,00 metros, e, finalmente, pelos fundos, confronta-se com a data nº. 04, numa distância de 15,00 metros, com os limites e demais característicos constantes da aludida planta".

ADVERTÊNCIA: Não contestando, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora. Astorga aos 12 de Março de 2024. Eu_____ (PABLO GONZAGA DO AMARAL), Empregado Juramentado que digitei e subscrevi.

PABLO GONZAGA DO AMARAL
Empregado Juramentado
Autorizado pela Portaria 01/2021

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE ASTORGA
VARA CRIMINAL DE ASTORGA - PROJUDI

EDITAL DE CITAÇÃO

Rua Pará, Nº515 - Centro - Astorga/PR - CEP: 86.730-000 - Fone: 44 3259-6070

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

DESTINATÁRIO(A)(S): MILENA RENATA DOS SANTOS

PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito Andréa de Oliveira Lima Zimath, da Vara Criminal de Astorga, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0002860-73.2018.8.16.0049, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) TIAGO FERNANDO MARCHIOLI CUSTÓDIO, MILENA RENATA DOS SANTOS, e vítima O ESTADO DO PARANÁ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido MILENA RENATA DOS SANTOS, portador(a) do RG 147662548 SSP/PR e CPF 123.227.129-22, nascido(a) em 24/06/1999, natural de ASTORGA, filho(a) de FABIANA RENATA DOS SANTOS e ELIEZER JOSÉ DOS SANTOS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **absolvido(a)**, nos termos do art. 386, inciso VII do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.

Eu, Diogo Rodrigues, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Astorga, 12 de março de 2024.

Andréa de Oliveira Lima Zimath

Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

BANDEIRANTES

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO

Prazo de 30 dias

EDITAL DE CITAÇÃO DE **ESPÓLIO DE ANTÔNIO MARQUES GODINHO, ANTONIO PEREIRA CAMPOS, ESPÓLIO DE BENEDICTA GODINHO DIAS, DIVA DE MORAES GODINHO, FRANCISCO MARQUES GODINHO, JOSÉ LUIZ PEREIRA, ESPÓLIO DE JOSÉ MARQUES GODINHO, JURANEI PINTER DE BARCELOS, LUIZA TEREZINHA POLIMENO GODINHO, MANOEL MARQUES GODINHO FILHO, MARCELO JOSÉ DIAS, MARCIO JORGE DIAS, MARCOS ANTONIO DIAS, MARIA APARECIDA NASCIMENTO DIAS, MARIA LÍGIA DIAS PEREIRA, MARIA OFÉLIA VALLIM GODINHO, MARIA TEREZA BUENO,MARIO CARLOS DIAS, MARLI RODRIGUES DA SILVA, MAXIMINA GODINHO SANT'ANNA**em lugar incerto e não sabido

A Doutora **APOEMA CARMEM FERREIRA VIEIRA DOMINGOS MARTINS SANTOS**, MM. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Bandeirantes, Estado do Paraná, na forma da lei,

FAZ SABER a todos que do presente edital tiverem conhecimento, principalmente ao(à)(s) requerido(a)(s) **acima mencionados,** em lugar incerto e não sabido, de que neste juízo tramitam os autos de **Desapropriação** sob n. ***0002298-22.2022.8.16.0050***, que **Município de Bandeirantes/PR** move em face de **AMÉRICA SILVERIO GODINHO E OUTROS,** ficando, pelo presente, o(a)(s) requerido(a)(s) **CITADO(A),** por todos os termos da ação, para, querendo, **no prazo de quinze (15) dias**, que passará a fluir a partir do vencimento do presente edital, **CONTESTAR(EM) A PRESENTE AÇÃO**, ficando **ADVERTIDO(S)** de que a ausência de resposta no prazo assinalado por este Juízo acarretará na sua revelia, nos termos do artigo 344 do CPC, sendo-lhe nomeado curador especial nos autos.

ENCERRAMENTO: Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado por uma vez no Diário da Justiça do Estado e afixado na sede deste Juízo, no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Bandeirantes, aos 11 dias do mês de março de 2024. Eu, _____ (Cleide Nunes Santos), Escrivã, conferi e subscrevi.

APOEMA CARMEM FERREIRA VIEIRA DOMINGOS MARTINS SANTOS

Juíza de Direito

BARRACÃO

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

JUIZO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE BARRACÃO/PR EDITAL DE INTIMAÇÃO DE JULIANO TOMAZI PRAZO 5 DIAS Autos : 0007118-29.2015.8.16.0083 O Doutor Esdras Murta Bispo, Meritíssimo Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais da Comarca de Barracão - Estado do Paraná, etc. F A Z S A B E R, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o sentenciado JULIANO TOMAZI, filho Maria dos Santos Tomazi e Neri Tomazi, nascido em 12/06/1980, natural de Francisco Beltrão/PR, portador do RG 71901262 SSP/PR e CPF 010.447.779-23, ora em lugar incerto e não sabido para que seja procedida a INTIMAÇÃO daAudiência de Justificação Designada para o dia 02 de abril de 2024 às 15h00min a ser realizada nas dependências desse fórum Rua Lírio João Barzotto, 710 - Jardim Vale do Capanema - Barracão/PR. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Barracão, Estado do Paraná,. Eu, Gustavo Luiz Haefliger Schossler, Supervisor de Secretaria, digitei e subscrevi. Barracão, assinado e datado digitalmente Esdras Murta Bispo Juiz de Direito

FORO REGIONAL DE CAMBÉ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): ANTONIO VICENTE MANELLA, HERMINIA QUINTEIRO MANELLA, LUIZ MANELA, ADELAIDE CHEDID MANELA PRAZO DE 20 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Luciene Oliveira Vizzotto Zanetti, da 1ª Vara Cível de Cambé, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Adjudicação Compulsória, sob nº 0010837-56.2022.8.16.0056, em que é(são) autor(es) MARIA CLARA DOS SANTOS, MARIA DA GLORIA GODOY, e réu(s) ANTONIO VICENTE MANELLA, HERMINIA QUINTEIRO MANELLA, LUIZ MANELA, ADELAIDE CHEDID MANELA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) ADELAIDE CHEDID MANELA, portador(a) do CPF 004.774.589-47;HERMINIA QUINTEIRO MANELLA;LUIZ MANELA, portador(a) do CPF 003.662.009-25;ANTONIO VICENTE MANELLA, portador(a) do CPF 164.304.849-04. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua CITAÇÃO para oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 335 do NCPC, sob pena, não o fazendo, ser considerada revel (art. 344 do NCPC)". Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Joao Vitor Liguigli Zanick, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Cambé, 02 de fevereiro de 2024. Luciene Oliveira Vizzotto Zanetti Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): ADAO LUCIANO RODES

O(A) Juiz(íza) de Direito Ricardo Luiz Gorla, da 2ª Vara Cível de Cambé, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de 156 - Cumprimento de sentença sob nº 0007630-49.2022.8.16.0056, em que é(são) exequente(s) EW SIMOES E CIA LTDA EPP, e executado(a)(s) ADAO LUCIANO RODES, , e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) ADAO LUCIANO RODES , portadora do CPF nº 40.025.457/0001-75**, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 15 (quinze) dias**, efetuar o pagamento do débito a que foi condenado, no valor total de **R$ 37.765,68**, acrescido de correção monetária e juros

moratórios até a data do efetivo pagamento, acrescentado de custas processuais. Caso o pagamento não for realizado, acarretará em pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), ambos incidentes cumulativamente sobre o débito atualizado ou sobre o valor restante, em caso de pagamento parcial, nos termos do art. 523, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil. Se efetuado o pagamento integral da dívida no prazo estipulado, fica isento de multa, honorários advocatícios e custas processuais decorrentes do cumprimento de sentença, e havendo pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante da obrigação. A(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) de que poderá(ão) opor impugnação, por meio de advogado(a), no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir do término do prazo para pagamento voluntário independentemente de penhora ou nova intimação, conforme previsto no art. 525 do Código de Processo Civil. Salienta-se, contudo, que a suspensão do cumprimento de sentença condiciona-se à garantia do juízo (art. 525, § 6º, CPC).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Cambé, 12 de março de 2024
Ricardo Luiz Gorla
Juiz de Direito

FORO REGIONAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): João Ivandir da Silva
PRAZO DE 20 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Camila de Britto Formolo, da Vara Cível de Campina Grande do Sul, FAZ SABER a
todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os
autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0005046-52.2011.8.16.0037, em que é(são)
autor(es) ZENAIDE MOREIRA MACIEL, MARIZETE APARECIDA MOREIRA MACIEL, ANSELMO
MOREIRA MACIEL, e réu(s) ROSINHA MACIEL DOS SANTOS, e que não foi possível localizar
pessoalmente a(s) , portador(a) do RG 18304953 SSP/PR e CPFparte(s) Terceiro João Ivandir da Silva
302.234.159-87. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua para oferecer contestaçãoCITAÇÃO
no , nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo emprazo de 15 (quinze) dias úteis
Defiro a citação por edital,conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o:
conforme autoriza o art. 256 do Código de Processo Civil, porquanto o paradeiro da parte confinante é
desconhecido; Destarte, edital de citação com prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do art.expeça-se 257, III,
do CPC . Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém
alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art.
231, inc. IV, CPC).
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível noOBSERVAÇÃO
endereço eletrônico .https://portal.tjpr.jus.br/projudi
Campina Grande do Sul, 30 de janeiro de 2024.
Camila de Britto Formolo
Juíza de Direito Substituta

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): EVOQUE LOGÍSTICA E CONSTRUÇÕES EIRELI - ME
PRAZO DE 20 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Camila de Britto Formolo, da Vara Cível de Campina Grande do Sul, FAZ SABER a
todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os
autos de Monitória, assunto Pagamento, sob nº 0001004-08.2021.8.16.0037, em que é(são) autor(es) SEM
PARAR INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA, e réu(s) EVOQUE LOGÍSTICA E CONSTRUÇÕES EIRELI
- ME, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido EVOQUE LOGÍSTICA E
, portador(a) do CNPJ 11.778.795/0001-80. Desta forma, procede-se por meioCONSTRUÇÕES EIRELI - ME
deste edital à sua para, no , pagar o débito constante na inicial,CITAÇÃO prazo de 15 (quinze) dias úteis
no valor total de R$ 55.362,27 cinquenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois reais e vinte e sete(
centavos , o qual deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento e acrescido de 5% (cinco por)
cento) do valor da causa a título de honorários advocatícios, ou, no mesmo prazo, oferecer embargos nos
próprios autos (art. 702, CPC). A(s) parte(s) fica(m) de que o cumprimento do mandado no prazoCIENTE(S)
isenta do pagamento das custas processuais (art. 701, § 1º, CPC). Ainda, fica(m) de que, se nãoCIENTE(S)
realizado o pagamento e não apresentados os embargos, será constituído de pleno direito o título executivo
judicial, independentemente de qualquer formalidade (art. 701, § 2º, CPC). Por fim, a(s) parte(s) fica(m)
de que, no prazo para embargos, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30%CIENTE(S)
(trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá(ão)
requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção
monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês (arts. 701, § 5º, e 916, CPC).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém
alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 20(vinte) dias da publicação do presente Edital (art.
231, inc. IV, CPC).
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível noOBSERVAÇÃO
endereço eletrônico .https://portal.tjpr.jus.br/projudi
Campina Grande do Sul, 30 de janeiro de 2024.
Camila de Britto Formolo
Juíza de Direito Substituta

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Neuli da Trindade Padilha Malko (Réu), JOSE CARLOS MALKO (Réu), MALKO & CIA LTDA - ME
(Réu)
PRAZO DE 20 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Camila de Britto Formolo, da Vara Cível de Campina Grande do Sul, FAZ SABER a
todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os
autos de Monitória, assunto Pagamento, sob nº 0003456-93.2018.8.16.0037, em que é(são) autor(es) Banco
do Brasil S/A, e réu(s) MALKO & CIA LTDA - ME, JOSE CARLOS MALKO, Neuli da Trindade Padilha Malko,
e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) , portador(a)parte(s) Neuli da Trindade Padilha Malko
do RG 64963260 SSP/PR e CPF 000.490.099-58; , portador(a) do RG 59246283JOSE CARLOS MALKO
SSP/PR e CPF 836.709.479-49; , portador(a) do CNPJ 05.295.037/0001-08.MALKO & CIA LTDA - ME
Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua para, no ,CITAÇÃO prazo de 15 (quinze) dias úteis
pagar o débito constante na inicial, no valor total de R$ 210.384,13 uzentos e dez mil e trezentos e(D
oitenta e quatro reais e treze centavos , o qual deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento e)
acrescido de 5% (cinco por cento) do valor da causa a título de honorários advocatícios, ou, no mesmo
prazo, oferecer embargos nos próprios autos (art. 702, CPC). A(s) parte(s) fica(m) de que oCIENTE(S)
cumprimento do mandado no prazo isenta do pagamento das custas processuais (art. 701, § 1º, CPC).

EDITAL DE CITAÇÃO

Ainda, fica(m) de que, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos, seráCIENTE(S)
constituído de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade (art. 701,
§ 2º, CPC). Por fim, a(s) parte(s) fica(m) de que, no prazo para embargos, reconhecendo aCIENTE(S)
dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de
honorários de advogado, poderá(ão) requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis)
parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês (arts. 701, §
5º, e 916, CPC).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém
alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art.
231, inc. IV, CPC).
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível noOBSERVAÇÃO
endereço eletrônico .https://portal.tjpr.jus.br/projudi
Campina Grande do Sul, 30 de janeiro de 2024.
Camila de Britto Formolo
Juíza de Direito Substituta

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Rinaj Modas Ltda Me
PRAZO DE 20 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Camila de Britto Formolo, da Vara Cível de Campina Grande do Sul, FAZ SABER a
todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os
autos de Procedimento Comum Cível, assunto Contratos Bancários, sob nº 0001752-84.2014.8.16.0037, em
que é (são) autor(es) IRESOLVE COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A, e
réu(s) Rinaj Modas Ltda Me, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido Rinaj
, portador(a) do CNPJ 00.589.205/0001-54. Desta forma, procede-se por meio deste edital àModas Ltda Me
sua para oferecer contestação no , nos termos do art. 335 doCITAÇÃO prazo de 15 (quinze) dias úteis
Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita
Defiro a citação por edital, conforme autoriza o art. 256 do Código de Processo Civil, porquanto o/o:
paradeiro da parte ré é desconhecido, destarte, edital de citação com prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do
art. 257, III, do CPC . Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV,
CPC).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém
alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art.
231, inc. IV, CPC).
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível noOBSERVAÇÃO
endereço eletrônico .https://portal.tjpr.jus.br/projudi
Campina Grande do Sul, 30 de janeiro de 2024.
Camila de Britto Formolo
Juíza de Direito Substituta

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S):LOURIVAL BEZERRA (Terceiro) ROMILDA ANDRÉ BEZERRA (Terceiro)
PRAZO DE 20 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Camila de Britto Formolo, da Vara Cível de Campina Grande do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Aquisição, sob nº 0000590-78.2019.8.16.0037, em que é(são) autor(es) IZABELA CRISTINA COSTA PEREIRA BRAZ DA SILVA, e réu(s) HILDO FERREIRA COSTA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) LOURIVAL BEZERRA**, portador(a) do RG 74272512 SSP/SP e CPF 657.624.528-91;**ROMILDA ANDRÉ BEZERRA**, portador(a) do RG 20710447 SSP/SP e CPF 097.274.598-03. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para oferecer contestação no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial] que segue parcialmente transcrita/o: 1. Defiro a citação por edital, conforme autoriza o art. 256 do Código de Processo Civil, porquanto o paradeiro da parte confinante é desconhecido./// 2. Destarte, expeça-se edital de citação com prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do art. 257, III, do CPC"]. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Marcos Carvalho de Castro, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**OBSERVAÇÃO**: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.
Campina Grande do Sul, 01 de março de 2024.
Camila de Britto Formolo
Juíza de Direito Substituta

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Edital de Intimação

Adicionar um(a) ConteúdoO(A) Juiz(íza) de Direito Elisa Matiotti Polli, da Vara de Família e Sucessões de Campina Grande do Sul, FAZ
SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam
os autos de Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos, assunto Alimentos, sob nº 0004821-
51.2019.8.16.0037, em que é(são) exequente(s) L. T. P., e executado(s) LUCIANO BERNARDO PINTO, e que não
foi possível localizar pessoalmente a(s) , portador(a) do RGparte(s) Promovido LUCIANO BERNARDO PINTO
144877730 SSP/PR e CPF 307.835.748-19. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua INTIMAÇÃO
prazo de 3 (três) dias úteis, pagar o débito relativo às 3 (três) prestações alimentares anteriores aopara, no
ajuizamento da presente execução, bem como as demais parcelas vincendas no curso do processo,
devidamente atualizadas até a data do efetivo pagamento; provar que o fez; ou justificar a impossibilidade de
fazê-lo, sob pena de protesto do pronunciamento judicial e decretação da prisão pelo prazo de1 (um) a 3 (três)
meses, a qual será cumprida em regime fechado (art. 528, §§ 1º, 3º e 4º, CPC).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém
alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (TRINTA) dias da publicação do presente Edital (art.
231, inc. IV, CPC).
Eu, Alexandre Leal Cardoso Junior, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Campina Grande do Sul, 16 de fevereiro de 2024.
Elisa Matiotti Polli
Juíza de Direito
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereçoOBSERVAÇÃO
eletrônico .https://portal.tjpr.jus.br/projudi

FORO REGIONAL DE CAMPO LARGO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): Ari da Silva
PRAZO DE 5 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Fabiana Christina Ferrari, da Vara Criminal de Campo Largo, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Inquérito Policial, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0009231-20.2021.8.16.0026, em que é(são) autor(es) réu(s) ADELAR DATTEIN, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Terceiro Ari da Silva, portador(a) do RG 142712881 SSP/PR e CPF 022.047.089-84, nascido(a) em 23/12/1970, natural de PATO BRANCO, filho(a) de LEONILDA MOTTA DA SILVA e JOSE DA SILVA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência quanto à Avaliação realizada pelo sr. Leiloeiro Judicial do veículo Fiat Uno Vivace 1.0, Placa AWR-1648, no valor de R$9.000,00 (nove mil reais). Eu, WILLIAN PEDROSO, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Campo Largo, 11 de março de 2024.**
Willian Pedroso
Técnico JudiciárioOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https:// portal.tjpr.jus.br/projudi**.

CAMPO MOURÃO

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

Autos nº. 0013063-91.2023.8.16.0058
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
Prazo: 90 (noventa) diasFINALIDADE:
1. **INTIMAÇÃO** do(a) ré(u) **JOÃO MATEUS DOS SANTOS (RG: 128388982 SSP/PR e CPF/CNPJ: 108.699.609-70)** residente no(a) Rua Antônio Justino Ferreira, 313 Zona 04 - Jardim Paulista - CAMPO MOURÃO/PR **,** atualmente em lugar incerto e não sabido, da decisão proferida no dia 28/12/2023 nos autos **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA) CRIMINAL nº 0013063-91.2023.8.16.0058**, em trâmite na a 2ª Vara Criminal de Campo Mourão, que determinou para que não se aproxime da ofendida PRESCILA CARLA FRANCISCA XAVIER e não entre em contato por qualquer meio de comunicação com a vítima, mantendo a distância mínima de 200 (duzentos) metros, bem como compareça a programas de recuperação e reeducação e acompanhamento psicossocial do agressor, sob pena de prisão, tudo pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir desta data, podendo ser prorrogado mediante requerimento expresso da vítima. Devendo também participar de grupos relacionados aos esclarecimentos e à prevenção da violência doméstica, direcionados às pessoas em conflito com a Lei Maria da Penha, e supervisionados pelo Complexo Social de Campo Mourão, visando a recuperação e reeducação do noticiado, pelo período mínimo recomendado pelo órgão gestor, o qual não poderá ultrapassar o total de oito encontros (art. 36, §1º, do CP, art. 115 da LEP e art. 22, VI e VII, da Lei Maria da Penha. 2. **ADVERTÊNCIA** de que o descumprimento da presente ordem poderá resultar no decreto de sua prisão preventiva (art. 20 da Lei nº 11.340/06) e eventual responsabilização criminal pelo delito previsto no art. 24- A, da Lei nº 11.340/06.
Sede do Juízo: Avenida José Custódio de Oliveira, 2065 - Centro - Campo Mourão/ PR - CEP: 87.301-020 - Fone: 44-3518-2162 - e-mail: cm-4vj-s@tjpr.jus.br
Servidor: **Renan Cesar Celoni Bispo**, Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.
Campo Mourão, 11 de março de 2024.
Renan Cesar Celoni Bispo
Técnico JudiciárioAssino por ordem do MM. Juiz. Autorizado pela portaria nº 01/2019

Autos nº. 0005237-24.2017.8.16.0058
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) diasFINALIDADE:
INTIMAÇÃO do(a) ré(u) **ANDERSON LAZORE (RG: 76526044 SSP/PR e CPF/ CNPJ: 043.323.849-62)** residente no(a) Rua Caribés, 81 - Núcleo Habitacional Colonial - APUCARANA/PR - CEP: 86.812-415 - Telefone(s): (43) 9 9904-7822**,** atualmente em lugar incerto e não sabido, **para efetuar o pagamento das custas processuais e multa condenatória,** as quais importam o valor de **R$ 922,31 (novecentos e vinte e dois reais e trinta e um centavos),** ficando ciente que deverá, **no prazo de 10 dias,** entrar em contato com a 2ª Vara Criminal do Fórum de Campo Mourão para fins de informar a existência de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas para encaminhamento de boletos de pagamentos. Caso não informe e-mail ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas, deverá solicitar junto à Secretaria, no prazo de 10 dias, a emissão dos boletos para pagamento para retirada presencial.
FICA CIENTE que a requerimento do condenado e conforme as circunstâncias, o juiz pode permitir que o pagamento se realize em parcelas mensais, sendo que o inadimplemento poderá ocasionar a inscrição em divida ativa do Fundo Penitenciário do Paraná (pena de multa) e no Fundo da Justiça (custas processuais), bem como inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito, conforme advertência abaixo.
Decorrido o prazo de 10 dias da intimação, sem a informação pelo réu de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas para encaminhamento de boletos de pagamentos, e também sem a manifestação do réu com relação à expedição dos boletos para pagamento, fica o mesmo ciente que as guias de pagamento serão emitidos junto aos sistemas informatizados e a fim de computar os prazos para protesto e expedição de certidão de multa não paga.
ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importa em emissão de **certidão de crédito judicial** a ser encaminhada a protesto e **lançamento em dívida ativa** - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito **(SPC/SERASA)**.
OBSERVAÇÃO: Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente: a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente; b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR. A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos.
Em caso de não pagamento da pena de multa será emitida a "Certidão de Sentença" ao FUPEN, nos termos do art. 10, §4º, Instrução Normativa nº 02/2015 da CGJ-TJPR, possibilitando a execução do título judicial.
Sede do Juízo: Avenida José Custódio de Oliveira, 2065 - Centro - Campo Mourão/ PR - CEP: 87.301-020 - Fone: 44-3518-2162 - e-mail: cm-4vj-s@tjpr.jus.br
Servidor: **Roberta Luciane Leonel Woehl**, Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.
Campo Mourão, 08 de março de 2024.
Roberta Luciane Leonel Woehl
Técnica JudiciáriaAssino por ordem do MM. Juiz. Autorizado pela portaria nº 01/2019

Autos nº. 0005237-24.2017.8.16.0058
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) diasFINALIDADE:
INTIMAÇÃO do(a) ré(u) **MILTON CEZAR PEPINELLI (RG: 43905791 SSP/PR e CPF/CNPJ: 809.681.399-49)** residente no(a) Rua Serra do Monte Alto, 82 - Messiânico - LONDRINA/PR - CEP: 86.065-280RENATO DA SILVA LAGE (RG: 110416911 SSP/PR e CPF/CNPJ: 075.525.769-36) residente no(a) ESTRADA COLONIA ESPERANCA, ESTANCIA 3G, 00 - ZONA RURAL - APUCARANA/ PRROBSON NASCIMENTO PEREIRA (RG: 96951850 SSP/PR e CPF/CNPJ: 058.383.529-57) residente no(a) Rua Estados Unidos, 284 - Recanto Mundo Novo - APUCARANA/PR - CEP: 86.805-280 **,** atualmente em lugar incerto e não sabido, **para efetuar o pagamento das custas processuais e multa condenatória,** as quais importam o valor de **R$ 876,58 (oitocentos e setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos),** ficando ciente que deverá, **no prazo de 10 dias,** entrar em contato com a 2ª Vara Criminal do Fórum de Campo Mourão para fins de informar a existência de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas para encaminhamento de boletos de pagamentos. Caso não informe e-mail ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas, deverá solicitar junto à Secretaria, no prazo de 10 dias, a emissão dos boletos para pagamento para retirada presencial.
FICA CIENTE que a requerimento do condenado e conforme as circunstâncias, o juiz pode permitir que o pagamento se realize em parcelas mensais, sendo que o inadimplemento poderá ocasionar a inscrição em divida ativa do Fundo Penitenciário do Paraná (pena de multa) e no Fundo da Justiça (custas processuais), bem como inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito, conforme advertência abaixo.
Decorrido o prazo de 10 dias da intimação, sem a informação pelo réu de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas para encaminhamento de boletos de pagamentos, e também sem a manifestação do réu com relação à expedição dos boletos para pagamento, fica o mesmo ciente que as guias de pagamento serão emitidos junto aos sistemas informatizados e a fim de computar os prazos para protesto e expedição de certidão de multa não paga.
ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importa em emissão de **certidão de crédito judicial** a ser encaminhada a protesto e **lançamento em dívida ativa** - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito **(SPC/SERASA)**.
OBSERVAÇÃO: Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente: a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente; b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR. A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos.
Em caso de não pagamento da pena de multa será emitida a "Certidão de Sentença" ao FUPEN, nos termos do art. 10, §4º, Instrução Normativa nº 02/2015 da CGJ-TJPR, possibilitando a execução do título judicial.

Sede do Juízo: Avenida José Custódio de Oliveira, 2065 - Centro - Campo Mourão/PR - CEP: 87.301-020 - Fone: 44-3518-2162 - e-mail: cm-4vj-s@tjpr.jus.br
Servidor: **Roberta Luciane Leonel Woehl**, Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.
Campo Mourão, 08 de março de 2024.
Roberta Luciane Leonel Woehl
Técnica JudiciáriaAssino por ordem do MM. Juiz. Autorizado pela portaria nº 01/2019

Autos nº. 0005237-24.2017.8.16.0058
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) diasFINALIDADE:
INTIMAÇÃO do(a) ré(u) **ADRIANO GUILHERME CATIONI (RG: 98440437 SSP/PR e CPF/CNPJ: 067.731.379-93)** residente no(a) Rua Zacarias de Goes e Vasconcelos, 2568 - Núcleo Habitacional Parigot de Souza - APUCARANA/PR - CEP: 86.802-690 - Telefone(s): 43 99668 5311 e 43 99804 4110**,** atualmente em lugar incerto e não sabido, **para efetuar o pagamento das custas processuais e multa condenatória,** as quais importam o valor de **R$ 1.013,81 (um mil e treze reais e oitenta e um centavos),** ficando ciente que deverá, **no prazo de 10 dias,** entrar em contato com a 2ª Vara Criminal do Fórum de Campo Mourão para fins de informar a existência de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas para encaminhamento de boletos de pagamentos. Caso não informe e-mail ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas, deverá solicitar junto à Secretaria, no prazo de 10 dias, a emissão dos boletos para pagamento para retirada presencial.
FICA CIENTE que a requerimento do condenado e conforme as circunstâncias, o juiz pode permitir que o pagamento se realize em parcelas mensais, sendo que o inadimplemento poderá ocasionar a inscrição em divida ativa do Fundo Penitenciário do Paraná (pena de multa) e no Fundo da Justiça (custas processuais), bem como inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito, conforme advertência abaixo.
Decorrido o prazo de 10 dias da intimação, sem a informação pelo réu de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas para encaminhamento de boletos de pagamentos, e também sem a manifestação do réu com relação à expedição dos boletos para pagamento, fica o mesmo ciente que as guias de pagamento serão emitidos junto aos sistemas informatizados e a fim de computar os prazos para protesto e expedição de certidão de multa não paga.
ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importa em emissão de **certidão de crédito judicial** a ser encaminhada a protesto e **lançamento em dívida ativa** - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito **(SPC/SERASA)**.
OBSERVAÇÃO: Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente: a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente; b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR. A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos.
Em caso de não pagamento da pena de multa será emitida a "Certidão de Sentença" ao FUPEN, nos termos do art. 10, §4º, Instrução Normativa nº 02/2015 da CGJ-TJPR, possibilitando a execução do título judicial.
Sede do Juízo: Avenida José Custódio de Oliveira, 2065 - Centro - Campo Mourão/PR - CEP: 87.301-020 - Fone: 44-3518-2162 - e-mail: cm-4vj-s@tjpr.jus.br
Servidor: **Roberta Luciane Leonel Woehl**, Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.
Campo Mourão, 08 de março de 2024.
Roberta Luciane Leonel Woehl
Técnica JudiciáriaAssino por ordem do MM. Juiz. Autorizado pela portaria nº 01/2019

CANTAGALO

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Edital de Intimação - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CANTAGALO
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - SEÇÃO INFRACIONAL - CANTAGALO - PROJUDI
Rua Santo Antonio, 350 - Fórum - Jardim Social - Cantagalo/PR - CEP: 85.160-000 - Fone: (42) 3309-3740 - Celular: (42) 3309-3745 - E-mail: can-ju-sc@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃOMEDIDAS PROTETIVASDESTINATÁRIO(A)(S): WRBM
PRAZO DE 180 diasO(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Sippel Linden, da Vara da Infância e da Juventude - Seção Infracional - Cantagalo, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Ameaça , sob nº 0000745-70.2023.8.16.0060, em que é(são) autor(es) CLEMAIR APARECIDA DE LIMA, réu(s)WRBM, *(apenas as iniciais das partes que não são destinatárias da comunicação, em conformidade com o art. 229, CNFJ - Prov. 316/2022)* e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s)** , motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência dos termos das **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: a) Proibição de aproximação da ofendida, de seus familiares e testemunhas, fixando o limite mínimo de distância de 100 (cem) metros, nos termos do artigo 22, inciso III, alínea "a", da Lei 11.340 /2006; b)Proibição de contato com a ofendida, de seus familiares e testemunhas, por qualquer meio de comunicação, nos termos do artigo 22, inciso III, alínea "b", da Lei 11.340/2006. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Mauricio Belo Ferreira, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Cantagalo, 11 de março de 2024.**
Lizete Cecchele
Chefe de SecretariaOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https:// portal.tjpr.jus.br/projudi**.

CARLÓPOLIS

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): JOÃO GERALDO NASCIMENTO
PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Andrea Russar Rachel, da Vara Criminal de Carlópolis, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico, assunto Peculato, sob nº 0000925-19.2019.8.16.0063, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) SANDRO MORETTI JUSSELINO MANIÇOBA, ANDERSON LUIS DE OLIVEIRA, JOÃO GERALDO NASCIMENTO, Daverson Moura Seraphim, e que não foi possível localizar pessoalmente **JOÃO GERALDO NASCIMENTO, portador(a) do RG 30689 OAB/PR e CPF 897.222.809-53, nascido(a) em 05/01/1976, natural de GUARANIACU/PR, filho(a) de VALDIRA NASCIMENTO e NILDO NASCIMENTO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência do **conteúdo dos autos n. 0000925-19.2019.8.16.0063, no qual houve a baixa total do sigilo e para que, tomando ciência, requerer, no prazo de 15(quinze) dias o que entender de direito**. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, José de Oliveira Santos, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Carlópolis, 11 de março de 2024.**
Pedro Toaiari de Mattos Esterce
Juiz Substituto
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

CASCAVEL

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO - SESSÃO DE JULGAMENTO
Prazo: 01 (um) dia
ACUSADO(A): **MAYCON PEDROSO MAIA,** filho de Sebastiana Aparecida Pedroso e Luiz Carlos Maia, nascido aos 17/04/1990, natural de Cascavel/PR, portador do RG nº 15.883.638-6/PR, residente em lugar incerto.
Intimação do(s) acusado para comparecimento na Sessão de Julgamento pelo Tribunal do Júri designada para o dia **14 de março de 2024 às 13:00 horas,** na sede deste Foro, sito à Avenida Tancredo Neves, 2320 - A

Cascavel, 12/03/2024
(Assinado Digitalmente)
MARCELO CARNEVAL
Juiz de Direito

JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): EDGARRY DAVID
PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Nícia Kirchkein Cardoso, da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Cascavel, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0047584-18.2019.8.16.0021, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) EDGARRY DAVID, e vítima M. D. T., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido EDGARRY DAVID, portador(a) do RG 157822985 SSP/PR e CPF 702.112.882-76, nascido(a) em 21/07/1989, natural de HAITI, filho(a) de ORILIA CHARLES e EDNER DAVID**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para efetuar o levantamento do valor pago à título de fiança no **prazo de 10 (dez) dias**, sob pena de perdimento. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Luiz Pereira Rocha, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Cascavel, 11 de março de 2024.**
Nícia Kirchkein Cardoso
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

CATANDUVAS

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
VARA DE EXECUÇÃO EM MEIO ABERTO DE CATANDUVAS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DO APENADO **CLAUDINEI ANTUNES PROTINSKI**
O DOUTOR CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA MENDES, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÃO EM MEIO ABERTO DA COMARCA DE CATANDUVAS, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI.
F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o(a) apenado(a) **CLAUDINEI ANTUNES PROTINSKI**, brasileiro(a), nascido(a) aos 19/06/2000, natural de Quedas do Iguaçu-PR, filho(a) de Joraci Antunes de Carvalho e Claudemir Protinski, portador(a) da CI/RG nº 13.608.500-0 SESP-PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente intimá-lo(a) para que compareça, no prazo de 10 (dez) dias, perante este Juízo da Vara de Execução em Meio Aberto da Comarca de Catanduvas-PR, para dar início ao cumprimento das condições impostas no benefício do regime aberto, nos Autos de Execução de Pena nº 4000737-79.2022.8.16.0021. E como não tenha sido possível intimá-lo(a) pessoalmente, expediu-se o presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, para a intimação do(a) apenado(a). E para que chegue ao conhecimento de todos vai o presente edital afixado no lugar próprio e de costume. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, aos 12 de março de 2024. Eu, Robson Araújo, Técnico Judiciário, digitei e subscrevi.
CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA MENDES
Juiz de Direito

CHOPINZINHO

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE CHOPINZINHO VARA CÍVEL DE CHOPINZINHO - PROJUDI Rua Antonio Vicente Duarte, 4000 - Centro - Chopinzinho/PR - CEP: 85.560-000 - Fone: (46) 3242-1497 - E-mail: nels@tjpr.jus.br EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): MARCELO DICKEL PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Vivian Hey Wescher, da Vara Cível de Chopinzinho, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial, assunto Cédula de Crédito Bancário, sob nº 0001185-86.2016.8.16.0068, em que é(são) autor(es) BANCO BRADESCO S/A, e réu(s) MARCELO DICKEL, e que não foi possível localizar pessoalmente a (s) parte(s) Promovido MARCELO DICKEL, portador(a) do RG 123073479 SSP/PR e inscrito no CPF 102.001.599-33. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua CITAÇÃO para, no prazo de 3 (três) dias úteis, efetuar o pagamento do débito apontado pela parte exequente, acrescido de custas e honorários advocatícios, no valor total de R$ 56.873,64, acrescido de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento. A(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) de que, em caso de pagamento integral dentro do prazo estipulado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, tendo sido estes fixados em 10% (dez por cento) sob o valor do débito. Ainda, a(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) de que, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) acrescido de custas e honorário advocatícios, poderá(ão) requerer o parcelamento do restante da dívida em até 6 (seis) parcelas mensais acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês. O não pagamento de qualquer das prestações acarretará cumulativamente o vencimento das prestações subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato reinício dos atos executivos e imposição ao executado de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas. Em caso de não pagamento, seus bens estarão sujeitos à penhora e/ou arresto (art. 829, § 1º, CPC[1]). Independentemente da penhora, depósito ou caução, poderá opor embargos de execução no prazo de 15 (quinze) dias úteis. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Neusa Salvador de Lima, Escrivã, conferi e digitei. Chopinzinho, 06 de março de 2024. Neusa Salvador de Lima Escrivã OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi. [1] Código de Processo Civil: "Art. 829. O executado será citado para pagar a dívida no prazo de 3 (três) dias, contado da citação. § 1º Do mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado.".

CIANORTE

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CIANORTE
VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CIANORTE - PROJUDI
Travessa Itororo, 300 - centro - Cianorte/PR - CEP: 87.200-153 - Fone: (44) 3619-0528 - E-mail: cia-4vj-e@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO30 Dias

Processo: 0002689-80.2023.8.16.0069
Classe Processual: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Assunto Principal: Alimentos
Valor da Causa: R$2.351,23
Autor(s):
- SAMUEL DE SOUZA SILVA (CPF/CNPJ: 163.567.619-38) representado(a) por NATALIA DANIELA DE SOUZA SILVA (CPF/CNPJ: 087.232.769-83)Avenida Mato Grosso, 1870 - de 1641/1642 ao fim - Zona 04 - CIANORTE/PR - CEP: 87.210-028

Réu(s):
- ANDRE VICENTE (CPF/CNPJ: 008.987.359-98)Avenida Fredolin Wolf, 641 ap 15, bl 09 - Residencial Pilarzinho - CURITIBA/PR

EDITAL DE CITAÇÃO do réu, ANDRE VICENTE, acima qualificado, que atualmente encontra-se em lugar incerto e não sabido, para querendo, apresentar contestação no PRAZO DE 15 (QUINZE) ÚTEIS, nos autos acima especificado, que tramita na única Vara de Família, Infância e Juventude, Sucessões e Anexos, sito à Travessa Itororó, 300, Edifício do Fórum, movida pelas partes supra qualificadas. O prazo de 15 dias fluirá a partir daquele assinalado para o presente edital, qual seja, 30 (trinta) dias contados de sua publicação. ADVERTÊNCIA: Presumir-se-ão verdadeiros os fatos articulados pelo Autor se não forem contestados (art. 344, do NCPC). Fica ainda ciente de que a Defensoria Pública será nomeada Curadora Especial (art. 72, II, NCPC), em caso de revelia. Eu, (Teresinha Rosa de Oliveira Garcia Moia), Técnica Judiciária que digitei e subscrevi.
Obs: O Edital será publicado na data de 13/03/2024.
(assinado digitalmente)**Marília Mitie YoshidaJuíza de Direito**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CIANORTE
VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CIANORTE - PROJUDI
Travessa Itororo, 300 - centro - Cianorte/PR - CEP: 87.200-153 - Fone: (44) 3619-0528 - E-mail: cia-4vj-e@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃOPrazo de 30 dias

Processo: 0000840-73.2023.8.16.0069
Classe Processual: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Assunto Principal: Fixação
Valor da Causa: R$7.812,00
Autor(s):
- KAIQUE MATHEUS BRASIL AVELAR (CPF/CNPJ: Não Cadastrado) representado(a) por JAQUELINE FERREIRA BRASIL (RG: 127623074 SSP/PR e CPF/CNPJ: 082.861.179-30)Rua Juquiá, 282 - Zona 07 - CIANORTE/PR - CEP: 87.208-148
- KAUÊ GABRIEL BRASIL AVELAR (CPF/CNPJ: Não Cadastrado) representado(a) por JAQUELINE FERREIRA BRASIL (RG: 127623074 SSP/PR e CPF/CNPJ: 082.861.179-30)Rua Juquiá, 282 - Zona 07 - CIANORTE/PR - CEP: 87.208-148
- Ministério Publico do Estado do Paraná-Comarca de Cianorte (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)Travessa Itororó, - - CIANORTE/PR

Réu(s):
- GILCEMAR RODRIGUES AVELAR (RG: 128674527 SSP/PR e CPF/CNPJ: 088.315.829-92)Rua Turmalina, 71 - Centro - PEABIRU/PR - CEP: 87.250-000

EDITAL DE CITAÇÃO do réu, GILCEMAR RODRIGUES AVELAR, acima qualificado, que atualmente encontra-se em lugar incerto e não sabido, para querendo, apresentar contestação no PRAZO DE 15 (QUINZE) ÚTEIS, nos autos acima especificado, que tramita na única Vara de Família, Infância e Juventude, Sucessões e Anexos, sito à Travessa Itororó, 300, Edifício do Fórum, movida pelas partes supra qualificadas. O prazo de 15 dias fluirá a partir daquele assinalado para o presente edital, qual seja, 30 (trinta) dias contados de sua publicação. ADVERTÊNCIA: Presumir-se-ão verdadeiros os fatos articulados pelo Autor se não forem contestados (art. 344, do NCPC). Fica ainda ciente de que será nomeado a DEFENSORIA PÚBLICA como Curador Especial (art. 72, II, NCPC), em caso de revelia. Eu, (teresinha Rosa de Oliveira Garcia Moia), Técnica Judiciária que digitei e subscrevi.
Obs: 2º Edital será publicado na data de 13/03/2024.
(a) assinado digitalmente**Marília Mitie YoshidaJuíza de Direito**

FORO REGIONAL DE COLOMBO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
AUTOS N° 0001489-98.2022.8.16.0028
PRAZO: 10 (DEZ) DIAS
(...)
III - DISPOSITIVO:
Posto isso, julgo procedente o pedido de interdição formulado por Aline de Paula Silva em face de Rosa
de Paula Silva, para o fim de declará-la absolutamente incapaz, nos termos do artigo 2º, "caput", da Lei
nº 13.146/2015.
Em consequência, de acordo com o artigo 84 da Lei nº 13.146/2015 e artigos 1.767, inciso I e 1.775, §1º,
ambos do Código Civil, nomeio como sua curadora Aline de Paula Silva, mediante compromisso, a qual
deverá representar a requerida nos limites do artigo 85 da Lei nº 13.146/2015, perdurando a curatela
até o óbito da requerida.
A curadora deverá prestar contas em Juízo a cada dois anos, conforme previsto nos artigos 1.757 c/c
1.774 do Código Civil.
Por fim, em obediência ao disposto no artigo 755 do Código de Processo Civil, inscreva-se a presente
sentença no Registro Civil competente e publique-se na forma da lei.
Condeno a interditanda ao pagamento das custas e despesas processuais, mas lhe concedo os benefícios
da assistência judiciária gratuita.
Ante a ausência de Defensoria Pública neste Foro Regional, condeno o Estado do Paraná ao pagamento
de honorários advocatícios ao curador especial nomeada, o Dra. Bernardete Roecker Petri, OAB/PR nº
53.456, os quais fixo em R$ 800,00, de acordo com a Resolução Conjunta nº 15/2019 - PGE/SEFA.
Cumpram-se, no que for pertinente, as disposições do Código de Normas da Corregedoria-Geral de
Justiça deste Tribunal.
Sentença publicada e registrada eletronicamente.
Intimem-se e, oportunamente, arquivem-se.
Colombo, 06/02/2024.
JULIANA OLANDOSKI BARBOZA
Juíza de Direito Substituta

2ª VARA CÍVEL

Edital Geral

EDITAL DE INTERDIÇÃO - TUTELA E CURATELA (2ªPUBLICAÇÃO) O(A) MM. Juiz(a) de Direito WILSON JOSÉ DE FREITAS JÚNIOR faz saber a todos quantos virem o presente ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo tramita a presente ação, 0005097- 70.2017.8.16.0193 sendo deferido, sob as penas da lei, que a parte requerente BRUNA NUNES PEREIRA, CPF 084.452.429-89, assuma a Curatela Definitiva da parte requerida MAURICIO PEREIRA, CPF 742.302.809-63, nos termos do art. 84/85 da Lei nº 13.146/2015 e artigos 1767, I e 1.775, §2º, ambos do Código Civil, conforme sentença proferida em 20/09 /2022, transitada em julgado no dia 22/05/2023, considerando que o requerido é pessoa "Vítima de AVC (CID 10 164) em 2016 apresentando então dislalia (CID 10 F80), hipertensão (CID 10 115), ICC (CID 10 I50) (prótese de válvula mitral) além de ser soropositivo (CID 10 B20) em tratamento com coquetel" , não sendo capaz de praticar os atos da vida civil, perdurando a curatela até decisão judicial em contrário ou óbito da parte curatelada. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente Edital, o qual será afixado no local de costume e publicado 3 vezes, com intervalo de 10 dias, na forma da lei. OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https:// projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo contatar Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Documentos (procurações, cartas de preposição, contestações) devem ser integralmente inseridos no sistema (Incluída pelo Provimento nº 223, Item 2.21.3.1.3), em formato digital e arquivos com no máximo 4 MB em PDF e 300 MB Áudio/Vídeo, cada. Para consulta pública do processo a parte deverá utilizar a seguinte chave de acesso: PPYLK 446HQ 87X7W UEQBH. Colombo, data da assinatura digital. WILSON JOSÉ DE FREITAS JÚNIOR Juiz de Direito

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE COLOMBO
2ª VARA CRIMINAL DE COLOMBO - PROJUDI
Rua Francisco Camargo, 191 - Centro - Colombo/PR - CEP: 83.414-010 - Fone: (41) 3263-5352 - E-mail: col-4vj-s@tjpr.jus.br
Processo: 0004003-24.2022.8.16.0028
Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: Roubo
Data da Infração: 15/06/2022
Autor(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (CPF/CNPJ: 78.206.307/0001-30)
Réu(s): ARMANDO MARCELO LOPES DOS SANTOS (RG: 105394292 SSP/PR e CPF/CNPJ: 069.477.729-31)
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 90 dias
O Doutor Rubens dos Santos Junior, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal e Vara de Execução em Meio Aberto do Foro Regional de Colombo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, no uso de suas atribuições legais, etc. FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, o qual será afixado no local de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, que, por este Juízo da 2ª Vara Criminal e Vara de Execução em Meio Aberto do Foro Regional de Colombo/PR, se processam os termos dos autos de processo de Ação Penal nº. 0004003-24.2022.8.16.0028 , e em atendimento ao que dos autos consta, fica o(a) Denunciado(a) ARMANDO MARCELO LOPES DOS SANTOS, RG 105394292 SSP/PR, CPF 069.477.729-31, Nome do Pai: SERGIO LUIZ MARTHINS DOS SANTOS, Nome da Mãe: ELENA LOPES DOS SANTOS, nascido em 21/06/1988, natural de CURITIBA/PR, atualmente em local incerto e não sabido, INTIMADO(A), para os termos da sentença condenatória proferida nos autos acima citados, conforme parte dispositiva a seguir transcrita: "III - Dispositivo: Ante o exposto, com fundamento no artigo 387 do Código de Processo Penal, julgo totalmente procedente a denúncia e condeno o réu Armando Marcelo Lopes dos Santos, qualificado nos autos, pela incursão no tipo penal previsto no artigo 157, §1º e §2º, incisos II e VII, do Código Penal (roubo impróprio majorado pelo concurso de agentes e emprego de arma branca), ao pagamento das custas processuais e ao cumprimento da pena que a seguir passo a fixar. (...). c) Da pena definitiva: Feitas tais considerações, fixo a pena privativa de liberdade em 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e 13 (treze) dias-multa. Fixo o dia multa em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente no país, ante a falta de elementos para estipulação maior. d) Do regime de cumprimento da pena: Diante do quantum fixado, com fundamento nas alíneas do
artigo 33, §2º, do Código Penal, fixo o regime semiaberto para o início do cumprimento da pena, a ser executado em Colônia Penal Agrícola ou estabelecimento similar. (...). IV - Disposições Finais: Autorizo que o agente permaneça em liberdade para recorrer, eis que assim está e não deu causa à modificação da situação. Diante da superveniência da sentença, revogo as medidas cautelares impostas. Não há notícia de danos em decorrência da infração, tendo em vista que os objetos foram restituídos à vítima sem avarias, razão pela qual deixo de estipular indenização. Declaro o perdimento da faca apreendida, eis que constitui objeto do crime.(...). P.R.I. Fica o referido réu intimado intimado de que terá o prazo de 05 (cinco) dias para, querendo, recorrer da sentença condenatória à Superior Instância. OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br /projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB).
E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam de futuro alegar ignorância, mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Eu, Carlos Eduardo Cardoso, Estagiário, que o digitei. Colombo, 11 de março de 2024. Eduardo Vieira Lopes - Técnico Judiciário - (Subscrição autorizada pelo Decreto n. 753/2011, art. 25, inc. IV, alterado pelo Decreto Judiciário 847/2013 | Portaria n. 01/2019)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE COLOMBO
2ª VARA CRIMINAL DE COLOMBO - PROJUDI
Rua Francisco Camargo, 191 - Centro - Colombo/PR - CEP: 83.414-010 - Fone: (41) 3263-5352 - E-mail: col-4vj-s@tjpr.jus.br
Processo: 0002626-57.2018.8.16.0028
Classe Processual: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Assunto Principal: Tráfico de Drogas e Condutas Afins
Data da Infração: 22/03/2018
Autor(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (CPF/CNPJ: 78.206.307/0001-30)
Réu(s): WELLINGTHON LUIZ AMARO (RG: 148686475 SSP/PR e CPF/CNPJ: 124.139.299-40)
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 90 dias
O Doutor Rubens dos Santos Junior, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal e Vara de Execução em Meio Aberto do Foro Regional de Colombo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, no uso de suas atribuições legais, etc. FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, o qual será afixado no local de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, que, por este Juízo da 2ª Vara Criminal e Vara de Execução em Meio Aberto do Foro Regional de Colombo/PR, se processam os termos dos autos de processo de Ação Penal nº. 0002626-57.2018.8.16.0028 , e em atendimento ao que dos autos consta, fica o(a) Denunciado(a) WELLINGTHON LUIZ AMARO, RG 148686475 SSP/PR, CPF 124.139.299-40, Nome da Mãe: RADE DE FATIMA AMARO, nascido em 19/09/1998, natural de COLOMBO, localizável no(a) RUA DAS HORTÊNCIAS, 186 - MONTE CASTELO - COLOMBO/PR - Telefone(s): (41) 99695-5970 (Fabio) / 9968 / (41) 99970-5120, atualmente em local incerto e não sabido, INTIMADO(A), para os termos da sentença condenatória proferida nos autos acima citados, conforme parte dispositiva a seguir transcrita: "Vistos, etc, (...). Ante o exposto, com fundamento no artigo 387 do Código de Processo Penal, julgo procedente a denúncia e condeno Wellingthon Luiz Amaro, devidamente qualificado nos autos, pela incursão no tipo penal descrito no artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, ao pagamento da integralidade das custas processuais e às penas que a seguir passo a fixar. Concedo ao sentenciado os benefícios da Justiça Gratuita, ficando suspensa a cobrança das custas processuais. (...). TEMPO DE PENA: 05 (cinco) anos, 07 (sete) meses e 15 (quinze) dias de reclusão - DIAS-MULTA: 563 (quinhentos e sessenta e três) - REGIME INICIAL: FECHADO. IV - Disposições finais: Autorizo que o agente permaneça em liberdade para recorrer, eis que não deu causa à modificação da situação vigente durante a fase final do processo. Pela natureza da infração, cujas vítimas são indeterminadas, deixo de fixar valor mínimo para reparado de danos causados pela infração. Declaro o perdimento do valor apreendido, eis que, pela fundamentação, constitui produto de tráfico. (...). P.R.I.". Fica o referido réu intimado intimado de que terá o prazo de 05 (cinco) dias para, querendo, recorrer da sentença condenatória à Superior Instância. OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br/ projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam de futuro alegar ignorância, mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Eu, Eduardo Vieira Lopes, Técnico Judiciário, que o digitei. Colombo, 11 de março de 2024. Eduardo Vieira Lopes - Técnico Judiciário - (Subscrição autorizada pelo Decreto n. 753/2011, art. 25, inc. IV, alterado pelo Decreto Judiciário 847/2013 | Portaria n. 01/2019)

COLORADO

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE COLORADO VARA CÍVEL DE COLORADO - PROJUDI Travessa Rafaini Pedro, 41 - Centro - Colorado/PR - CEP: 86.690-000 - Fone: (44)3321-2007 - E-mail: diariojcolorado@gmail.com EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A) DEVEDOR(A): AUTO POSTO SEVEN HC EIRELI - (CNPJ/MF SOB Nº 02.025.397/0001-00), LELIANA MARIA MAREGA - (CNPF/MF SOB Nº 016.931.509-64) e VÂNIA APARECIDA MAREGA RIGOLIN - (CNPF/MF SOB Nº 801.939.869-49). FAZ SABER a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma "ON LINE", nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ, e nas seguintes condições: A publicação do presente edital será realizada no site www.jeleiloes.com.br, por meio do qual já serão aceitos lances. O PRIMEIRO LEILÃO será encerrado no dia 04 de JUNHO de 2024, a partir das 10h00min, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao SEGUNDO LEILÃO que será encerrado no dia 04 de JUNHO de 2024, a partir das 14h00min, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (este considerado se inferior a 50% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC). OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances. LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente com encaminhamento de todos os documentos pessoais/jurídicos, e a solicitação de habilitação, junto ao site: www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil que antecederá o leilão, seja ele em 1º e/ou 2º Leilão, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances. PROCESSO: Autos sob o nº 0005326-34.2019.8.16.0072 de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, em que é exequente IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A - (CNPJ/MF sob o nº 33.337.122/0001- 27) e executados AUTO POSTO SEVEN HC EIRELI - (CNPJ/MF SOB Nº 02.025.397/0001-00), LELIANA MARIA MAREGA - (CNPF/MF SOB Nº 016.931.509-64) e VÂNIA APARECIDA MAREGA RIGOLIN - (CNPF/MF SOB Nº 801.939.869-49). BEM(NS): "[LOTE DE TERRAS RURAL SOB Nº 66-A-1, ORIGINADO DA SUBDIVISÃO DO LOTE N° 66-A, COM A ÁREA DE 9.211,05 METROS QUADRADOS, OU SEJA, 0,9211 HECTARES, OU AINDA 0,38 ALQUEIRES PAULISTAS, SITUADO NA GLEBA BANDEIRANTES DO NORTE, COLÔNIA SÃO SEBASTIÃO DO GUARACI, NESTE MUNICÍPIO E COMARCA DE COLORADO - ESTADO DO PARANÁ, O QUAL ESTÁ DENTRO DAS SEGUINTES DIVISAS E CONFRONTAÇÕES:- INICIA-SE NUM MARCO DE MADEIRA LEI N° 01, CRAVADO NA DIVISA DO LOTE N° 67, NO AZIMUTE 45°42'22", NUMA DISTÂNCIA DE 32,30 METROS, ATÉ ENCONTRAR O MARCO N° 02. DESTE DEFLETE A DIREITA E SEGUE CONFRONTANDO COM O LOTE N° 66-B, NO AZIMUTE 136°30'09", NUMA DISTÂNCIA DE 124,46 METROS, ATÉ ENCONTRAR O MARCO N° 03; DEFLETE A DIREITA E SEGUE NO AZIMUTE 225°42'22", NUMA DISTÂNCIA DE 81,11 METROS, ATÉ ENCONTRAR O MARCO N° 04, CRAVADO NA FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA PR-542. DESTE DEFLETE A DIREITA E SEGUE CONFRONTANDO COM A REFERIDA RODOVIA SENTIDO A COLORADO POR DIVERSOS AZIMUTES, NUMA DISTÂNCIA DE 121,55 METROS, ATÉ ENCONTRAR O MARCO N° 05. DESTE DEFLETE A DIREITA E SEGUE CONFRONTANDO COM O LOTE N° 66-A-2, DESTA SUBDIVISÃO NO AZIMUTE 92°49'58", NUMA DISTÂNCIA DE 21,69 METROS, ATÉ ENCONTRAR O MARCO N° 06; DEFLETE A ESQUERDA E SEGUE NO AZIMUETE 44°16'30", NUMA DISTÂNCIA DE 33,96 METROS, ATÉ ENCONTRAR O MARCO N° 07; DEFLETE A ESQUERDA NO AZIMUTE 315°42'22", NUMA DISTÂNCIA DE 18,05 METROS, ATÉ ENCONTRAR O MARCO N° 01, PONTO DE PARTIDA DA PRESENTE DESCRIÇÃO]. Após proceder a uma vistoria "in loco" ao mencionado imóvel, constatei tratar-se de área muito bem localizada, próximo ao Distrito de Alto Alegre, as margens da rodovia Alto Alegre-Colorado. Levando em consideração a área do imóvel, bem como sua excelente localização. MATRÍCULA nº 23.493 do CRI desta Comarca. BENFEITORIAS: Por sobre o lote acima descrito, encontra-se construído: 1°) Uma área destinada a posto de combustível, com três salas em alvenaria, piso das salas em cerâmica, com banheiros, cozinha, borracharia e um pátio de abastecimento com estrutura metálica, piso em paralelepípedo e piso em cimento polido. A área destinada ao posto de combustível foi recentemente reformada, encontrando-se em ótimo estado de conservação. Levando-se em conta a localização, o estado de conservação. 2°) BOMBAS DE COMBUSTÍVEL: o posto possui quatro bombas para abastecimento com quatro bicos cada bomba, sendo duas bombas da marca Wayne e duas sem marca aparente. As bombas encontram-se em ótimo estado de uso e conservação. 3°) TANQUES DE COMBUSTIVEL E ÁGUA: o posto possui um tanque para combustível de 30.000,00 litros, um tranque para combustível de 25.000 litros e um tanque em fibra para captação de água de 30.000 litros. Levando-se em consideração que todos os tanques estão devidamente instalados, ligados as bombas, com todo acabamento em cimento polido e pronto para uso." Tudo conforme Laudo de Avaliação de evento 196.1. ÔNUS: R.1/23.493 - Hipoteca em favor da exequente destes autos IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A; R.2/23.493 - Penhora referente aos presentes autos; R.3/23.493 - Penhora em favor de Vanessa Tomaz Pereira, referente aos autos nº 0000124-90.2019.5.09.0567, em trâmite na Vara do Trabalho de Nova Esperança, conforme matrícula imobiliária juntada no evento 257.1. Eventuais constantes da matrícula imobiliária. Benfeitorias não averbadas na matrícula imobiliária e necessidade de abertura de nova matrícula, eventual regularização por conta do arrematante Em caso de arrematação de bem imóvel, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação. OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega - (Artigo 908, parágrafo 1º do CPC/2015 e Artigo 130, parágrafo único do CTN). AVALIAÇÃO DO BEM: R$ 1.492.000,00 (um milhão quatrocentos e noventa e dois mil reais), conforme Laudo de Avaliação do evento 196.1, realizado em data de 19 de maio de 2023. OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico. Artigo 895 do Novo Código de Processo Civil: "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil"; §1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI - (Decreto nº 1544/1995), a partir da data da arrematação. § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações não suspende o leilão e somente prevalecerá caso inexistente proposta de pagamento do lance à vista. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas à apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas às garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC). OBSERVAÇÃO 2: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC). O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal. DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado em mãos da empresa executada, podendo ser encontrados na Rodovia PR 542, s/n km 31,95 - Alto Alegre - COLORADO/PR - CEP: 86.690-000, como fiel depositária, até ulterior deliberação. Advirta-se o(a) depositário(a) de que, fica ele(ela) obrigado(a) a permitir a eventuais interessados o acesso a eles, durante o horário comercial (segunda a sexta das 09h:00min às 18h:00min, e aos sábados das 09h:00min às 12h:00min), após a publicação do edital. LEILOEIRO: JORGE VITÓRIO ESPOLADOR - MATRÍCULA 13/246-L COMISSÃO DO LEILOEIRO: será paga pelo arrematante no percentual que estipulo: 5% do valor arrecadado em caso de leilão positivo, 2% do valor da avaliação em caso de adjudicação, a ser pago pelo adjudicante; 2% do valor da avaliação em caso de acordo entre as partes a ser pago pela executada, se realizado após preparado os leilões e 2% da avaliação em caso de remissão, pelo remitente. ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização. INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Fica o devedor, qual seja: AUTO POSTO SEVEN HC EIRELI - (CNPJ/MF SOB Nº 02.025.397/0001-00), LELIANA MARIA MAREGA - (CNPF/MF SOB Nº 016.931.509-64) e VÂNIA APARECIDA MAREGA RIGOLIN - (CNPF/MF SOB Nº 801.939.869-49), através do presente, devidamente INTIMADO, caso não seja encontrada para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, a(s) respectivo(s) cônjuge(s), Promitentes Compradores: BRUNO HENRIQUE MAREGA RIGOLIN, FERNANDA CRISTINA DE SOUZA RIGOLIN, ISABELA MAREGA RIGOLIN FUZETO, PAULO VINÍCIUS FUZETO e GUILHERME MAREGA RIGOLIN. Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s) e coproprietário(s), usufrutuário(s), do(s) Imóvel(is), titular do direito real, na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os

interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Colorado, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro. (11/03/2024). Eu,_____,/// Jorge V. Espolador///Leiloeiro Oficial - Matrícula 13/246-L, que o digitei e subscrevi. GUSTAVO ADOLPHO PERIOTO Juiz de Direito

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE COLORADO
VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE PENA DE MULTA DE COLORADO - ANEXA À VARA CRIMINAL DE COLORADO - PROJUDI
EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): RICARDO EPAMINONDAS BELO
A Juíza de Direito Luciana Paula Kulevicz, da Vara de Execução Penal de Pena de Multa de Colorado - Anexa à Vara Criminal de Colorado, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução de Pena de Multa sob nº 0000813-81.2023.8.16.0072, no importe de R$ 6.450,36 na data da propositura da ação, em que é exequente 1ª PROMOTORIA - MINISTÉRIO PÚBLICO - COLORADO-PR, e executado(a)(s) RICARDO EPAMINONDAS BELO, e que não foi possível localizar pessoalmente a parte executada RICARDO EPAMINONDAS BELO, portador(a) do RG 24265778 SSP/SP e CPF 042.434.419-01, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua CITAÇÃO para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pagar a dívida ou garantir a execução, nomeando bens à penhora, e observando-se a ordem estabelecida no artigo 9º da referida Legislação, sob as penas da Lei. Realizada a citação e não tendo havido pagamento: a) existindo nomeação de bens pelo devedor, intime-se o Exequente para sobre ela se manifestar; b) se o devedor não oferecer bens em garantia da execução, deverá o Sr. Oficial de Justiça, observada a ordem do artigo 11 da lei de Execuções Fiscais, proceder o arresto de seus bens até o limite do crédito executado, o qual, sendo positiva a diligência, na sequência se converterá em penhora, devendo ser lavrado o Termo respectivo.
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
Colorado, 12 de janeiro de 2024.
Luciana Paula Kulevicz
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

AEDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): JOCIMAR JOSE DE SOUZA PRAZO DE 15 DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Luciana Paula Kulevicz, da Vara Criminal de Colorado, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Crimes do Sistema Nacional de Armas, sob nº 0000590-12.2015.8.16.0072, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) JOCIMAR JOSE DE SOUZA, e vítima O ESTADO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido JOCIMAR JOSE DE SOUZA, portador(a) do RG 43848771 SSP/PR e CPF 590.981.049-91, nascido(a) em 17/10/1966, natural de SANTO INACIO, filho(a) de EUDOCIA NUNES DE SOUZA e JOÃO JOSE DE SOUZA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para efetuar o levantamento do valor pago à título de fiança no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de perdimento. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.

CORNÉLIO PROCÓPIO

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO 1ª VARA CÍVEL DE CORNÉLIO PROCÓPIO - PROJUDI Av Santos Dumont, 903 - Centro - Cornélio Procópio/PR - CEP: 86.300-000 - Fone: (43) 3132-1857 - Celular: (43) 99814- 3209 - E-mail: cp-1vj-e@tjpr.jus.br EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE 30 (trinta) dias O(A) Juiz(íza) de Direito Thais Terumi Oto, da 1ª Vara Cível de Cornélio Procópio, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Capacidade, sob nº 0005242-24.2019.8.16.0075, em que é(são) autor(es) Manoel Francisco da Silva, e réu (s) espólio de Edezio Nunes da Silva, , e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi determinado o LEVANTAMENTO DA INTERDIÇÃO de MANOEL FRANCISCO DA SILVA, nos termos do art. 756, inciso §3º do CPC., por sentença publicada em 30/06/2023 , a qual reconheceu que o(a) interditado(a) após avaliação médica, foi considerado capaz para os atos da vida civil, considerando uma análise global de suas condições de saúde, não mais persistindo as causas que determinou a decretação da interdição do Sr. Manoel Francisco da Silva Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: Pelo exposto, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido, a fim de determinar o LEVANTAMENTO DA INTERDIÇÃO de MANOEL FRANCISCO DA SILVA, nos termos do art. 756, inciso §3º do CPC. Publique-se os editais e proceda-se o devido registro, na forma do art. 756, §3º do CPC, bem como averbação necessária, nos termos do art. 104 da Lei 6015/73. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Raynara Eduarda Soares Nogueira de Oliveira, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Cornélio Procópio, 09 de janeiro de 2024. Thais Terumi Oto Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO 1ª VARA CÍVEL DE CORNÉLIO PROCÓPIO - PROJUDI Av Santos Dumont, 903 - Centro - Cornélio Procópio/PR - CEP: 86.300-000 - Fone: (43) 3132-1857 - Celular: (43) 99814- 3209 - E-mail: cp-1vj-e@tjpr.jus.br EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE Sem Prazo O(A) Juiz(íza) de Direito Thais Terumi Oto, da 1ª Vara Cível de Cornélio Procópio, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Nomeação, sob nº 0005940-93.2020.8.16.0075, em que é(são) autor(es) EMILIO FUJIWARA, e réu(s) SHINGO FUJIWARA, , e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de SHINGO FUJIWARA , por sentença publicada em , a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão de doença grave, na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos patrimoniais . A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) EMILIO FUJIWARA, residente ao endereço Sítio Bom Jesus, Cornélio Procópio - PR, CEP: 86.300-000 , portador(a) do RG 1.270.154-3 e CPF 044.689.018-96 , cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: " Diante o exposto, extingo o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, julgando PROCEDENTES os pedidos deduzidos por EMILIO FUJIWARA em face de SHINGO FUJIWARA, confirmando a nomeação do Senhor Emilio Fujiwara como curador do requerido. Arbitro honorários à curadora especial (Dra. Jady Horrane Tozetti Oliveira) no importe de R$ 300,00 (trezentos reais), considerando sua atuação no feito, valor este que deverá ser suportado pelo Estado do Paraná, uma vez que a Defensoria Pública instalada nesta Comarca não atua mais em feitos cíveis. Em obediência ao disposto no artigo 759 do Novo Código de Processo Civil e artigo 9º, inciso III, do Código Civil, registre-se esta sentença no Registro Civil, publicando-a no órgão oficial por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, devendo constar do edital o nome do interditando e do curador, a causa da interdição e os limites desta (apenas para fins patrimoniais). Por força do artigo 759, do Código de Processo Civil, intime-se o curador para, no prazo de 05 (cinco) dias, prestar o compromisso. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se com as baixas e anotações de estilo ". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Silvia Regina Camargo do Nascimento, Analista Judiciário, conferi e digitei. Cornélio Procópio, 19 de fevereiro de 2024. Thais Terumi Oto Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO 1ª VARA CÍVEL DE CORNÉLIO PROCÓPIO - PROJUDI Av Santos Dumont, 903 - Centro - Cornélio Procópio/PR - CEP: 86.300-000 - Fone: (43) 3132-1857 - Celular: (43) 99814- 3209 - E-mail: cp-1vj-e@tjpr.jus.br EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS O(A) Juiz(íza) de Direito Thais Terumi Oto, da 1ª Vara Cível de Cornélio Procópio, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Capacidade, sob nº 0000319-18.2020.8.16.0075, em que é(são) autor(es) 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO - PR, e réu(s) ANA ANTONIA AVELINO DA SILVA, e que por este edital

COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de ANA ANTONIA AVELINO DA SILVA, por sentença publicada em , a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão de doença grave, na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos patrimoniais. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) CARLOS ALBERTO LOPES DA SILVA, brasileiro, solteiro, filho de Livino Lopes da Silva e Ana Antonia Avelino da Silva, nascido em 05/12/1973, portador do RG nº 6.448.914-3 e do CPF nº 856.311.409-34 , cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o (a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: " Diante o exposto, extingo o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, julgando PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial em face de ANA ANTONIA AVELINO DA SILVA, confirmando a nomeação de curador seu filho, CARLOS ALBERTO LOPES DA SILVA. Arbitro honorários ao curador especial no importe de R$ 300,00 (trezentos reais), considerando sua atuação no feito, valor este que deverá ser suportado pelo Estado do Paraná, uma vez que não há Defensoria Pública atuante na presente área instalada nesta Comarca. Em obediência ao disposto no artigo 759 do Novo Código de Processo Civil e artigo 9º, inciso III, do Código Civil, registre-se esta sentença no Registro Civil, publicando-a no órgão oficial por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, devendo constar do edital o nome da interditanda e da curadora, a causa da interdição e os limites desta (apenas para fins patrimoniais). Por força do artigo 759, do Código de Processo Civil, intime-se o curador para, no prazo de 05 (cinco) dias, prestar o compromisso. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se com as baixas e anotações de estilo ". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Silvia Regina Camargo do Nascimento, Analista Judiciário, conferi e digitei. Cornélio Procópio, 19 de fevereiro de 2024. Thais Terumi Oto Juíza de Direito

---

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO 1ª VARA CÍVEL DE CORNÉLIO PROCÓPIO - PROJUDI Av Santos Dumont, 903 - Centro - Cornélio Procópio/PR - CEP: 86.300-000 - Fone: (43) 3132-1857 - Celular: (43) 99814- 3209 - E-mail: cp-1vj-e@tjpr.jus.br EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE Sem Prazo O(A) Juiz(íza) de Direito Thais Terumi Oto, da 1ª Vara Cível de Cornélio Procópio, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Curatela, assunto Interdição, sob nº 0005770-24.2020.8.16.0075, em que é(são) autor(es) Roseli de Fatima Gaioto Graciano, e réu(s) PRISCILA GAIOTO GRACIANO, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de PRISCILA GAIOTO GRACIANO, por sentença publicada em , a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão de doença grave, na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos negociais e patrimoniais A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) ROSELI DE FATIMA GAIOTO GRACIANO, brasileira, casada, autônoma, portadora do RG sob o nº 3.446.631-9, expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná, inscrita no CPF/MF sob o nº 520.512.509-87 , , cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: " Diante o exposto, extingo o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, julgando PROCEDENTES os pedidos deduzidos porROSELI DE FATIMA GAIOTO GRACIANO em face de PRISCILA GAIOTO GRACIANO, convertendo a curadoria provisória em definitiva. Arbitro honorários ao curador especial no importe de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), considerando sua atuação no feito, valor este que deverá ser suportado pelo Estado do Paraná, uma vez que não há Defensoria Pública atuante na presente área instalada nesta Comarca. Cumpra-se o disposto no artigo 755 §3 do Código de Processo Civil e artigo 9º, inciso III, do Código Civil, realizando os registros e publicações necessárias, pelo período determinado, devendo constar do edital o nome do interditando e da curadora, a causa da interdição e os limites desta (apenas para fins negociais e patrimoniais). Por força do artigo 759, do Código de Processo Civil, intime-se o curador para, no prazo de 05 (cinco) dias, prestar o compromisso. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se com as baixas e anotações de estilo. ". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Silvia Regina Camargo do Nascimento, Analista Judiciário, conferi e digitei. Cornélio Procópio, 19 de fevereiro de 2024. Thais Terumi Oto Juíza de Direito

---

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): EVERTON ANTONIO BRANCO
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito Vanessa Aparecida Pelhe Gimenez, da Juizado Especial Criminal de Cornélio Procópio, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo, assunto Posse de Drogas para Consumo Pessoal, sob nº 0005022-84.2023.8.16.0075, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) EVERTON ANTONIO BRANCO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido EVERTON ANTONIO BRANCO, portador(a) do RG 109256927 SSP/PR e CPF 089.229.919-33, nascido(a) em 09/12/1997, natural de CORNELIO PROCOPIO/PR, filho(a) de SONIA APARECIDA BRANCO e ANTONIO APARECIDO BRANCO**, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **INTIMAÇÃO** para que **solicite à Secretaria as guias para pagamento das custas processuais**. Para obtenção dessas, deverá ser solicitado encaminhamento por qualquer meio eletrônico idôneo ou retirados junto ao endereço da Secretaria**.** Adverte-se que, conforme a Instrução Normativa nº 65/2021-TJPR, decorrido o prazo do edital de intimação, sem manifestação do(a) apenado(a), a secretaria providenciará a imediata emissão das guias, a fim de computar os prazos para protesto. Ainda, adverte-se que: **a)** não cumprida a intimação, o vencimento para pagamento das custas e da multa será de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão do boleto; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial - CCJ, o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)**?após o encaminhamento da CCJ para protesto e durante o tríduo legal previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, o pagamento dos débitos de custas será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente; **d)** expirado o tríduo legal e realizado o protesto da CCJ, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto emitida pelo(a) devedor(a) no portal do TJPR. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro Eu, Arthur Henrique Colombo Ribeiro, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

CRUZEIRO DO OESTE

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE
VARA CÍVEL DE CRUZEIRO DO OESTE - PROJUDI
Avenida Brasil, 4156 - Praça Agenor Bortolon-Fórum - Centro - Cruzeiro do Oeste/PR - CEP: 87.400-000 - Fone: 44 3676-8585 - E-mail: CO-1VJ-E@tjpr.jus.br

Autos nº. 0001763-75.2023.8.16.0077

Processo:	0001763-75.2023.8.16.0077
Classe Processual:	Usucapião
Assunto Principal:	Usucapião Ordinária
Valor da Causa:	R$150.000,00
Autor(s):	• REGINA DE OLIVEIRA LOPES (RG: 125108709 SSP/PR e CPF/CNPJ: 074.503.379-24) Rua Felício Pepa, 203 - TAPEJARA/PR - CEP: 87.430-000
Réu(s):	• RUTH APARECIDA LOPES (CPF/CNPJ: 971.746.459-68) Rua Felício Pepa, 203 - TAPEJARA/PR - CEP: 87.430-000 • RAIMUNDA LOPES ZENI (CPF/CNPJ: 049.438.539-19) VILA RURAL SANTANA RUA A, Q02 L 10 - ZONA

RURAL - TAPEJARA/PR - CEP: 87.430-000

- ROSA APARECIDA DE OLIVEIRA LOPES DA SILVA (CPF/CNPJ: 046.671.629-02) Fazenda Nossa Senhora Aparecida, SN - Centro - UMUARAMA/PR - CEP: 87.500-000

Terceiro(s):

- DALVA RIBEIRO LEITE (RG: 56739149 SSP/PR e CPF/CNPJ: 526.880.629-72) Rua São Vicente, 320 - Tapejara - TAPEJARA/PR - CEP: 87.430-000
- ESTADO DO PARANÁ (CPF/CNPJ: 76.416.940/0001-28) Rua Presidente Carlos Cavalcanti, 648 - São Francisco - CURITIBA/PR - CEP: 80.510-040
- JOSE DAMASIO DE OLIVEIRA (CPF/CNPJ: 277.806.789-20) RUA FELICIO PEPA, 211 - CENTRO - TAPEJARA/PR - CEP: 87.430-000
- ESPÓLIO DE JOSE OLIVER PERES (CPF/CNPJ: 117.129.619-34) Rua São Vicente, 204 - Tapejara - TAPEJARA/PR - CEP: 87.430-000
- José Vieira dos Santos (CPF/CNPJ: 581.814.909-91) Rua São Vicente, s/n - Tapejara - TAPEJARA/PR - CEP: 87.430-000
- Município de Tapejara/PR (CPF/CNPJ: 76.247.345/0001-06) AV. PRES. TANCREDO A. NEVES, 442 - CENTRO - TAPEJARA/PR - CEP: 87.430-000
- ODAIR JOSÉ DE OLIVEIRA (CPF/CNPJ: 037.279.349-56) Rua Dejanir Pinheiro, 476 - Tapejara - TAPEJARA/PR - CEP: 87.430-000
- RODRIGO CAMBARA DA SILVA (CPF/CNPJ: 496.048.999-53) Rua Felício Pepa, 211 - Tapejara - TAPEJARA/PR - CEP: 87.430-000
- UNIÃO - PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO (CPF/CNPJ: 00.394.460/0234-35) AVENIDA MUNHOZ DA ROCHA, 1247 - CABRAL - CURITIBA/PR

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE EVENTUAIS INTERESSADOS
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O DR. **FABRICIO EMANOEL RODRIGUES DE OLIVEIRA**, MM. JUIZ DE DIREITO DESTA VARA CÍVEL, DA COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, pelo presente **CITA E INTIMA** os **EVENTUAIS INTERESSADOS, AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS,** pelo prazo de 15 (quinze) dias, de que por este r. Juízo e Cartório, tramitam os autos de **Usucapião** sob nº **0001763-75.2023.8.16.0077- Projudi**, onde é requerente: **REGINA DE OLIVEIRA LOPES e RUTH APARECIDA LOPES** e requeridos: **RAIMUNDA LOPES ZENI e ROSA APARECIDA DE OLIVEIRA LOPES DA SILVA,** nos termos da inicial a seguir transcrita resumidamente:

Resumo da Inicial: Buscam os requerentes a tutela jurisdicional para obter a usucapião do imóvel urbano localizado em Cruzeiro do Oeste, Paraná, o qual possui as características descritas abaixo. As autoras passaram a exercer a posse sobre o imóvel de forma mansa, pacífica e ininterrupta, sem oposição de terceiros, sempre zelando e cuidando do imóvel como se donas fossem, desde a data de 17/06/1997, construindo ali a sua moradia. Realizam o pagamento dos carnês de IPTU e demais débitos do imóvel, como água e luz, etc. A posse da autora ultrapassa o lapso temporal de 15 (quinze) anos previsto no artigo 1.238 do Código Civil, uma vez que sempre foi exercida de modo a preencher os requisitos necessários para a aquisição do imóvel, o que a legitima a promover a presente ação de usucapião extraordinária.
Descrição do imóvel: *Lote de terras nº 269 da Quadra nº 305, do Loteamento "São Vicente", no Município de Tapejara, Comarca de Cruzeiro do Oeste, com área de 527,20 m², conforme matrícula de imóvel sob nº 1165, do Cartório de Registro de Imóveis de Cruzeiro do Oeste Paraná - 1º Ofício.*Ficam os eventuais interessados, ausentes, incertos e desconhecidos **CITADOS E INTIMADOS** de que por este r. Juízo e Cartório tramitam os autos supramencionados, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contestem a presente ação, sob pena de considerar-se aceitos como verdadeiros os fatos contra si articulados se não o fizer.E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, para que no futuro não aleguem ignorância ou boa-fé, mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma da Lei.
Cruzeiro do Oeste/PR, 11 de março de 2024.
(Assinado Digitalmente)
Claudio Cesar Safraider
Escrivão - Portaria 5/2024

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CRUZEIRO DO OESTE - PROJUDI
Avenida Brasil, 4156 - Praça Agenor Bortolon - Centro - Cruzeiro do Oeste/PR - CEP: 87.400-000 - Fone: 4436768550

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): CARINA PREVIATO PEREIRA
PRAZO DE 35 dias úteis

O Juiz de Direito FABRICIO EMANOEL RODRIGUES DE OLIVEIRA, da Vara da Fazenda Pública de Cruzeiro do Oeste, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de **Execução Fiscal**, assunto Dívida Ativa (Execução Fiscal), sob nº 0000035-09.2017.8.16.0077, em que é exequente Município de Cruzeiro do Oeste/PR, e executado(a)(s) CARINA PREVIATO PEREIRA, DRIORGE FINANCIAMENTOS LTDA, Andre Jorge de Oliveira, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) requerida(s) Promovido CARINA PREVIATO PEREIRA**, portador(a) do RG 76691452 SSP/PR e CPF 032.727.719-05, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua **INTIMAÇÃO** para se manifestar, ante os valores depositados nos autos que são de sua titularidade, sob pena de remessa dos valores ao FUNJUS.

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Esthéfani de Souza Nascimento Pereira, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Cruzeiro do Oeste, 12 de março de 2024.
CLAUDIO CESAR SAFRAIDER
Escrivão Judicial
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

DOIS VIZINHOS

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): VALDAIR RIBEIRO DA SILVA
PRAZO DE 25 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Lincoln Rafael Horacio, da Vara Criminal de Dois Vizinhos, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Do Sistema Nacional de Armas, sob nº 0003920-83.2021.8.16.0079, em que é(são) autor(es) Ministério Público do Estado do Parana - 1ª Promotoria de Dois Vizinhos, réu(s) VALDAIR RIBEIRO DA SILVA, e vítima Estado do Paraná, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido VALDAIR RIBEIRO DA SILVA, portador(a) do RG 62919264 SSP/PR e CPF 911.310.659-72, nascido(a) em 07/08/1973, natural de DOIS VIZINHOS, filho(a) de OLGA RIBEIRO DA SILVA e ARLINDO RIBEIRO DA SILVA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 330 - DESOBEDIENCIA, Detenção: 15 dias a 6 meses E Multa ART 14 - PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO, ACESSORIO OU MUNICAO - USO PERMITIDO, Reclusão: 2 a 4 anos E Multa oferecida em 17/03/2023 e recebida em 29/06/2023; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, PATRICIA PROCHNOW BRISIDA, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Dois Vizinhos, 11 de março de 2024.**
Patrícia Prochnow Brisida
Técnica de Secretaria
(Assinatura autorizada pelo Decreto Judiciário nº 257/2021)

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE DOIS VIZINHOS
VARA CRIMINAL DE DOIS VIZINHOS - PROJUDI
Rua Pref. Dedi Barrichello Montagner, Nº 680 - centro - Dois Vizinhos/PR - CEP: 85.660-000 - Fone: (46) 3905-6263 - Celular: (46) 3905-6265 - E-mail: doisvizinhosvaracriminal@tjpr.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): VALDAIR DA ROSA
PRAZO DE 25 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Lincoln Rafael Horacio, da Vara Criminal de Dois Vizinhos, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0002048-62.2023.8.16.0079, em que é(são) autor(es) Ministério Público do Estado do Parana - 1ª Promotoria de Dois Vizinhos, réu(s) VALDAIR DA ROSA, e vítima S.d.R, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido VALDAIR DA ROSA, portador(a) do RG 103391059 SSP/PR e CPF 063.618.849-37, nascido(a) em 21/05/1983, natural de FOZ DO IGUACU/PR, filho(a) de MARIA DE FATIMA BARBOZA e DAZIO DA ROSA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 150 - VIOLACAO DE DOMICILIO, Detenção: 1 a 3 meses ART 21 - VIAS DE FATO, Prisão Simples: 15 dias a 3 meses ART 24-A - Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei, Detenção: 3 meses a 2 anos oferecida em 19/06/2023 e recebida em 20/06/2023, conforme descrição do fato na denúncia; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Cintia Regina Iesbik, Técnica Judiciário, conferi e digitei.**Dois Vizinhos, 12 de março de 2024.**
Cintia Regina Iesbik
Chefe de SecretariaOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE DOIS VIZINHOS VARA CRIMINAL DE DOIS VIZINHOS - PROJUDI Rua Pref. Dedi Barrichello Montagner, Nº 680 - centro - Dois Vizinhos/PR - CEP: 85.660-000 -
Fone: (46) 3905-6263 - Celular: (46) 3905-6265 - E-mail: doisvizinhosvaracriminal@tjpr.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO MEDIDAS PROTETIVAS
DESTINATÁRIO(A)(S): LUAN JÚNIOR PADILHA
PRAZO DE 30 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Lincoln Rafael Horacio, da Vara Criminal de Dois Vizinhos, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Ameaça , sob nº 0001327- 13.2023.8.16.0079, em que é(são) autor(es) DEISE MARA RODRIGUES, Ministério Público do Estado do Parana - 1ª Promotoria de Dois Vizinhos, réu(s) LUAN JÚNIOR PADILHA e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido LUAN JÚNIOR PADILHA, portador(a) do RG 159374319 SSP/PR e CPF 154.392.569-38, nascido(a) em 06/03/2005, natural de VERE/PR, filho(a) de ELENIR PADILHA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para tomar ciência dos termos das MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas:
a) PROIBIÇÃO de o suposto ofensor, LUAN JÚNIOR PADILHA, se aproximar da ofendida DEISE MARA RODRIGUES, devendo dela manter uma distância mínima de 200 (duzentos) metros;
b) PROIBIÇÃO de o suposto ofensor, LUAN JÚNIOR PADILHA, entrar em contato com a ofendida DEISE MARA RODRIGUES, por qualquer meio de comunicação.
e à sua CITAÇÃO para, querendo, apresentar contestação no prazo de 5 (cinco) dias, por meio de advogado(a) ou defensor(a) dativo(a) nomeado(a) pelo Juízo, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos articulados pela parte noticiante, nos termos do art. 13 da Lei nº 11.340/2006 c/c o art. 306 do Código de Processo Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Izamara Rech Frigotto, Estagiário, conferi e digitei.
Dois Vizinhos, 09 de fevereiro de 2024.
Gabriela Padilha Pilatti Marchese
Chefe de Secretaria (Autorizada pela Portaria nº 01/2007)

Edital de Intimação

O(A) Juiz(íza) de Direito Lincoln Rafael Horacio, da Vara Criminal de Dois Vizinhos, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Ameaça , sob nº 0001850-98.2018.8.16.0079, em que é(são) autor(es) 60ª DELEGACIA REGIONAL DE DOIS VIZINHOS, Ministério Público do Estado do Paraná - 2º Promotoria de Dois Vizinhos, réu(s) Claudair Cordeiro dos Santos Oliveira, e vítima FRANCIELE RIBEIRO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido Claudair Cordeiro dos Santos Oliveira, portador(a) do RG 102854250 SSP/PR e CPF 083.596.929-04, nascido(a) em 24/10/1991, natural de QUEDAS DO IGUACU/PR, filho(a) de NOEMI CORDEIRO e ADEMIR DOS SANTOS OLIVEIRA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Advertese de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.

ENGENHEIRO BELTRÃO

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ADENILSON MARCOS FELTRIN
PRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Silvio Hideki Yamaguchi, da Vara Cível de Engenheiro Beltrão, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Monitória, assunto Contratos Bancários, sob nº 0000946-41.2019.8.16.0080,em que é(são) autor(es) Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP, e réu(s) **ADENILSON MARCOS FELTRIN**, e que não foi possível localizar pessoalmente a, parte **Promovido ADENILSON MARCOS FELTRIN, portador(a) do CNPJ 04.680.834**. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis** pagar o débito constante na inicial, no valor total de R$ **22.608,06 (vinte e dois mil, seiscentos e oito reais e seis centavos)**, o qual deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento e acrescido de 5% (cinco por cento) do valor da causa a título de honorários advocatícios, ou, no mesmo prazo, oferecer embargos nos próprios autos (art. 702, CPC). A(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que o cumprimento do mandado no prazo isenta do pagamento das custas processuais (art. 701, § 1º, CPC). Ainda, fica(m) **CIENTE(S)** de que, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos, será constituído de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade (art. 701, § 2º, CPC). Por fim, a(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, no prazo para embargos, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá(ão) requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês (arts. 701, § 5º, e 916, CPC).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, BRUNA JANAINA RONORFO, Analista Judiciária, conferi e digitei.
Engenheiro Beltrão, 05 de março de 2024.
Silvio Hideki Yamaguchi
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi.**

FAXINAL

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE FAXINAL VARA CÍVEL DE FAXINAL - PROJUDI Avenida Brasil, 1080 - centro - Faxinal/PR - CEP: 86.840-000 - Celular: (43) 99962-6471 - E-mail: varacivelfaxinal@gmail.com Autos nº. 0002543-08.2020.8.16.0081 Processo: 0002543-08.2020.8.16.0081 Classe Processual: Procedimento Comum Cível Assunto Principal: Compra e Venda Valor da Causa: R$60.000,00 Autor(s): ILBATTE DOMINGUES DOS SANTOS (CPF/CNPJ: 205.204.259-87) RUA MANOEL BENTO OSÓRIO TEIXEIRA, 152 - FAXINAL/PR - CEP: 86.840-000 Réu(s): PEDRO DOS SANTOS (CPF/CNPJ: 214.609.149-53) atualmente em lugar desconhecido, s/n - FAXINAL/PR - CEP: 86.840-000 EDITAL DE CITAÇÃO da(o) ré(u)(s) - PEDRO DOS SANTOS, acima qualificado, (CPF/CNPJ: 214.609.149-53, atualmente em lugar incerto e não sabido, e extraído dos Autos em epígrafe, com prazo de 20-(vinte) dias. A DOUTORA GRESIELI TAISE FICANHA, MMª. Juiza de Direito da Vara Cível da Comarca de Faxinal, Estado do Paraná. FAZ SABER:a ré - PEDRO DOS SANTOS, atualmente em local incerto e não sabido que, pelo presente edital, passado nos autos em epígrafe, ficando a(o) mesma(o) devidamente CITADA(o) para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da expiração do prazo acima, contestar(em), na forma dos artigos 335 e 344 do CPC, a ação cuja petição inicial que várias foram as tentativas da autora em solucionar a pendência com a requerida, restando portanto todas sem sucesso, não vendo outra alternativa a autora senão a propositura da presente ação.- E como se acha a ré acima descrita em lugar desconhecido, foi expedido o presente edital que será publicado na forma da Lei e afixado na sede deste Juízo. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Faxinal, Estado do Paraná, aos doze dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro.- Eu,_____(OTAVIO HENRIQUE HASS), Escrivão interino, subscrevi.
OTAVIO HENRIQUE HASS Escrivão Interino

Edital de Intimação - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE FAXINAL VARA CÍVEL DE FAXINAL - PROJUDI Avenida Brasil, 1080 - centro - Faxinal/PR - CEP: 86.840-000 - Celular: (43) 99962-6471 - E-mail: varacivelfaxinal@gmail.com EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): IPANEMA CONSTRUCOES E INCORPORACOES EIRELI PRAZO DE 35 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito GRESIELI TAISE FICANHA, da Vara Cível de Faxinal, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Cumprimento de sentença, assunto Vícios de Construção, sob nº 0000569-28.2023.8.16.0081, em que é(são) exequente(s) JOELMA DOS ANJOS ZANGRANDE CARDOSO, e executado(s) IPANEMA CONSTRUCOES E INCORPORACOES EIRELI, (** Caso o processo seja segredo de justiça, inserir apenas as iniciais das partes que não são destinatárias da comunicação, em conformidade com o art. 229, CNFJ - Prov. 316/2022**) e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido IPANEMA CONSTRUCOES E INCORPORACOES EIRELI, portador(a) do CNPJ 78.442.886/0001-10. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, efetuar o pagamento do débito a que foi condenado, no valor total de R $ 11.440,00 (Onze mil, quatrocentos e quarenta reais). A intimação para pagamento ou depósito de certa quantia, preparo de conta ou mera ciência de cálculo ou conta deverá sempre expressar o valor. **), acrescido de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento, acrescentado de custas processuais. Caso o pagamento não seja realizado, acarretará pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), ambos incidentes cumulativamente sobre o débito atualizado ou sobre o valor restante, em caso de pagamento parcial, nos termos do art. 523, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil. Se efetuado o pagamento integral da dívida no prazo estipulado, fica isento de multa, honorários advocatícios e custas processuais decorrentes do cumprimento de sentença, e havendo pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante da obrigação. A(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) de que poderá(ão) opor impugnação, por meio de advogado(a), no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados a partir do término do prazo para pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação, conforme previsto no art. 525 do Código de Processo Civil. Salienta-se, contudo, que a suspensão do cumprimento de sentença condiciona-se à garantia do juízo (art. 525, § 6º, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civili. Faxinal, 11 de março de 2024. OTAVIO HENRIQUE HASS Escrivão Interino OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE FAZENDA RIO GRANDE - PROJUDI
Rua Inglaterra, 545 - Nações - Fazenda Rio Grande/PR - CEP: 83.823-900 - Fone: (41) 3405-3600
EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): JOSE GONCALVES DE ALMEIDA FILHO
PRAZO DE 05 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Adriano Scussiatto Eyng, da Vara da Fazenda Pública de Fazenda Rio Grande, **FAZ SABER** a todos quantos o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução Fiscal, assunto Dívida Ativa (Execução Fiscal), sob nº 0005503-61.2023.8.16.0038, em que é(são) exequente(s) Município de Fazenda Rio Grande/PR, e executado(s) JOSE GONCALVES DE ALMEIDA FILHO; que tem por objeto **DÍVIDA ATIVA**, no importe de R$ 2.574,30 na data da propositura da ação, e que não foi possível localizar pessoalmente o(s) executado(s) Promovido **JOSE GONCALVES DE ALMEIDA**

FILHO , portador(a) do CPF 233.896.219-20, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO**, para, no **prazo de 05 (cinco) dias**, efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei de Execuções Fiscais n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Fazenda Rio Grande, 12 de março de 2024. Eu, Juliana Aparecida Honorato, Técnica Judiciária, digitei e conferi.

Fazenda Rio Grande, 12 de março de 2024.
Juliana Aparecida Honorato
Técnica Judiciária
Decreto 257/2021 / Portaria 06/2020
Assinado Digitalmente
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE FAZENDA RIO GRANDE - PROJUDI
Rua Inglaterra, 545 - Nações - Fazenda Rio Grande/PR - CEP: 83.823-900 - Fone: (41) 3405-3600
EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): BENEDITO DE LIMA
PRAZO DE 05 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Adriano Scussiatto Eyng, da Vara da Fazenda Pública de Fazenda Rio Grande, **FAZ SABER** a todos quantos o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução Fiscal, assunto Dívida Ativa (Execução Fiscal), sob nº 0004999-55.2023.8.16.0038, em que é(são) exequente(s) Município de Fazenda Rio Grande/PR, e executado(s) BENEDITO DE LIMA; que tem por objeto **DÍVIDA ATIVA**, no importe de R$ 2.224,88 na data da propositura da ação, e que não foi possível localizar pessoalmente o(s) executado(s) Promovido **BENEDITO DE LIMA**, portador(a) do CPF 275.790.699-20, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO**, para, no **prazo de 05 (cinco) dias**, efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei de Execuções Fiscais n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Fazenda Rio Grande, 11 de março de 2024. Eu, Juliana Aparecida Honorato, Técnica Judiciária, digitei e conferi.

Fazenda Rio Grande, 11 de março de 2024.
Juliana Aparecida Honorato
Técnica Judiciária
Decreto 257/2021 / Portaria 06/2020
Assinado Digitalmente
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE FAZENDA RIO GRANDE - PROJUDI
Rua Inglaterra, 545 - Nações - Fazenda Rio Grande/PR - CEP: 83.823-900 - Fone: (41) 3405-3600
EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): FRANCISCO ELOI DOS SANTOS
PRAZO DE 05 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Louise Nascimento e Silva, da Vara da Fazenda Pública de Fazenda Rio Grande, **FAZ SABER** a todos quantos o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução Fiscal, assunto Dívida Ativa (Execução Fiscal), sob nº 0003604-28.2023.8.16.0038, em que é(são) exequente(s) Município de Fazenda Rio Grande/PR, e executado(s) FRANCISCO ELOI DOS SANTOS; que tem por objeto **DÍVIDA ATIVA**, no importe de R$ 16.001,47 na data da propositura da ação, e que não foi possível localizar pessoalmente o(s) executado(s) Promovido **FRANCISCO ELOI DOS SANTOS**, portador(a) do RG 1108097 SSP/PR e CPF 274.259.679-87, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO**, para, no **prazo de 05 (cinco) dias**, efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei de Execuções Fiscais n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Fazenda Rio Grande, 11 de março de 2024. Eu, Juliana Aparecida Honorato, Técnica Judiciária, digitei e conferi.

Fazenda Rio Grande, 11 de março de 2024.
Juliana Aparecida Honorato
Técnica Judiciária
Decreto 257/2021 / Portaria 06/2020
Assinado Digitalmente
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE FAZENDA RIO GRANDE - PROJUDI
Rua Inglaterra, 545 - Nações - Fazenda Rio Grande/PR - CEP: 83.823-900 - Fone: (41) 3405-3600
EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): SANDRO MORIS GONÇALVES MOTTA
PRAZO DE 05 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Adriano Scussiatto Eyng, da Vara da Fazenda Pública de Fazenda Rio Grande, **FAZ SABER** a todos quantos o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução Fiscal, assunto Dívida Ativa (Execução Fiscal), sob nº 0012690-67.2016.8.16.0038, em que é(são) exequente(s) Município de Mandirituba/PR, e executado(s) SBNR SISTEMA BRASILEIRO DE NEGÓCIOS REPRESENTADOS LTDA., SANDRO MORIS GONÇALVES MOTTA; que tem por objeto **DÍVIDA ATIVA**, no importe de **R$ 438,26** na data da propositura da ação, e que não foi possível localizar pessoalmente o(s) executado(s) Promovido **SANDRO MORIS GONÇALVES MOTTA**, portador(a) do CPF 164.431.950-00, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO**, para, no **prazo de 05 (cinco) dias**, efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei de Execuções Fiscais n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Fazenda Rio Grande, 12 de março de 2024. Eu, Juliana Aparecida Honorato, Técnica Judiciária, digitei e conferi.

Fazenda Rio Grande, 12 de março de 2024.
Juliana Aparecida Honorato
Técnica Judiciária
Decreto 257/2021 / Portaria 06/2020
Assinado Digitalmente
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE FAZENDA RIO GRANDE - PROJUDI
Rua Inglaterra, 545 - Nações - Fazenda Rio Grande/PR - CEP: 83.823-900 - Fone: (41) 3405-3600
EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): Tridi Comércio de Alimentos Ltda.
PRAZO DE 05 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Adriano Scussiatto Eyng, da Vara da Fazenda Pública de Fazenda Rio Grande, **FAZ SABER** a todos quantos o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução Fiscal, assunto Dívida Ativa (Execução Fiscal), sob nº 0005879-47.2023.8.16.0038, em que é(são) exequente(s) Município de Fazenda Rio Grande/PR, e executado(s) Tridi Comércio de Alimentos Ltda.; que tem por objeto **DÍVIDA ATIVA**, no importe de R$ 2.654,21 na data da propositura da ação, e que não foi possível localizar pessoalmente o(s) executado(s) Promovido **Tridi Comércio de Alimentos Ltda.**, portador(a) do CNPJ 08.578.475/0001-71, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO**, para, no **prazo de 05 (cinco) dias**, efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei de Execuções Fiscais n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado.

O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Fazenda Rio Grande, 12 de março de 2024. Eu, Juliana Aparecida Honorato, Técnica Judiciária, digitei e conferi.

Fazenda Rio Grande, 12 de março de 2024.
Juliana Aparecida Honorato
Técnica Judiciária
Decreto 257/2021 / Portaria 06/2020
Assinado Digitalmente
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE FAZENDA RIO GRANDE - PROJUDI
Rua Inglaterra, 545 - Nações - Fazenda Rio Grande/PR - CEP: 83.823-900 - Fone: (41) 3405-3600
EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): ISIS SANTOS CAMARGO
PRAZO DE 05 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Adriano Scussiatto Eyng, da Vara da Fazenda Pública de Fazenda Rio Grande, **FAZ SABER** a todos quantos o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução Fiscal, assunto Dívida Ativa (Execução Fiscal), sob nº 0011876-55.2016.8.16.0038, em que é(são) exequente(s) Município de Mandirituba/PR, e executado(s) ISIS SANTOS CAMARGO; que tem por objeto **DÍVIDA ATIVA**, no importe de R$ 269,42 na data da propositura da ação, e que não foi possível localizar pessoalmente o(s) executado(s) Promovido **ISIS SANTOS CAMARGO**, portador(a) do CPF 048.668.979-45, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO**, para, no **prazo de 05 (cinco) dias**, efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei de Execuções Fiscais n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Fazenda Rio Grande, 12 de março de 2024. Eu, Juliana Aparecida Honorato, Técnica Judiciária, digitei e conferi.

Fazenda Rio Grande, 12 de março de 2024.
Juliana Aparecida Honorato
Técnica Judiciária
Decreto 257/2021 / Portaria 06/2020
Assinado Digitalmente
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE FAZENDA RIO GRANDE - PROJUDI
Rua Inglaterra, 545 - Nações - Fazenda Rio Grande/PR - CEP: 83.823-900 - Fone: (41) 3405-3600
EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): MARIA EROTILDES DOS SANTOS WOSNIACK
PRAZO DE 05 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Adriano Scussiatto Eyng, da Vara da Fazenda Pública de Fazenda Rio Grande, **FAZ SABER** a todos quantos o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução Fiscal, assunto Dívida Ativa (Execução Fiscal), sob nº 0005414-77.2019.8.16.0038, em que é(são) exequente(s) Município de Fazenda Rio Grande/PR, e executado(s) MARIA EROTILDES DOS SANTOS WOSNIACK; que tem por objeto **DÍVIDA ATIVA**, no importe de R$ 2.291,69 na data da propositura da ação, e que não foi possível localizar pessoalmente o(s) executado(s) Promovido **MARIA EROTILDES DOS SANTOS WOSNIACK**, portador(a) do RG 495087 SSP/PR e CPF 720.814.739-68, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO**, para, no **prazo de 05 (cinco) dias**, efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei de Execuções Fiscais n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Fazenda Rio Grande, 11 de março de 2024. Eu, Juliana Aparecida Honorato, Técnica Judiciária, digitei e conferi.

Fazenda Rio Grande, 11 de março de 2024.
Juliana Aparecida Honorato
Técnica Judiciária
Decreto 257/2021 / Portaria 06/2020
Assinado Digitalmente
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE FAZENDA RIO GRANDE - PROJUDI
Rua Inglaterra, 545 - Nações - Fazenda Rio Grande/PR - CEP: 83.823-900 - Fone: (41) 3405-3600
EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): DJM MERCADO COMERCIAL VAREJISTA DE ALIMENTOS LTDA ME
PRAZO DE 05 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Adriano Scussiatto Eyng, da Vara da Fazenda Pública de Fazenda Rio Grande, **FAZ SABER** a todos quantos o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução Fiscal, assunto Dívida Ativa (Execução Fiscal), sob nº 0003347-03.2023.8.16.0038, em que é(são) exequente(s) Município de Fazenda Rio Grande/PR, e executado(s) DJM MERCADO COMERCIAL VAREJISTA DE ALIMENTOS LTDA ME; que tem por objeto **DÍVIDA ATIVA**, no importe de R$ 889,55 na data da propositura da ação, e que não foi possível localizar pessoalmente o(s) executado(s) Promovido **DJM MERCADO COMERCIAL VAREJISTA DE ALIMENTOS LTDA ME**, portador(a) do CNPJ 27.389.594/0001-20, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO**, para, no **prazo de 05 (cinco) dias**, efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei de Execuções Fiscais n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Fazenda Rio Grande, 12 de março de 2024. Eu, Juliana Aparecida Honorato, Técnica Judiciária, digitei e conferi.

Fazenda Rio Grande, 12 de março de 2024.
Juliana Aparecida Honorato
Técnica Judiciária
Decreto 257/2021 / Portaria 06/2020
Assinado Digitalmente
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

FOZ DO IGUAÇU

1ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO TERCEIROS INCERTOS, DESCONHECIDOS E DEMAIS INTERESSADOS PRAZO DE VINTE (20) DIAS PROCESSO PROJUDI Nº 0029200-43.2020.8.16.0030 de USUCAPIÃO, em que é Requerente: CARLOS PEDRO TEIXEIRA, e Requerido(a): CLAUDEMIR JOSÉ ALVES e outros. CITAÇÃO dos INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS, para que este(s) no prazo de quinze (15) dias, querendo, conteste(m) a presente ação, sob pena de não o fazendo, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo(s) autor(es). Nesta oportunidade, deverá dizer. Motivadamente, quais provas pretendem produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide, sendo que o requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, será indeferido. Com eventual contestação, deverá trazer aos autos os registros pertinentes que possua, relativo ao objeto do presente litígio, sob pena de preclusão, tudo nos termos e de acordo com despacho inicial proferido nos autos supra referidos, evento 41.1 seguir transcrito: "Vistos, etc. 1) 1) Recebo a petição inicial e emenda do evento 23. Retifique-se a autuação, incluindo, no polo passivo, a pessoa de Edson Menger, cuja qualificação completa encontra-se na mencionada petição de emenda. 2) Citese a parte ré para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, advertido de que a falta de contestação implicará na presunção de que admitiu como verdadeiros os fatos afirmados pelo autor (NCPC, arts. 238, 335 e 344). Nesta oportunidade, a parte ré deverá dizer, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide, sendo que o requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, será

indeferido, ciente de que quando da apresentação de eventual contestação, deverá trazer aos autos os registros pertinentes que possua, relativo ao objeto do presente litígio, sob pena de preclusão. 2.1) Apresentada a contestação, caso haja alegação de preliminar (NCPC, art. 337), oposição de fato constitutivo /desconstitutivo do direito (NCPC, art. 350) ou juntada de documentos (exceto a procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), intime-se a parte autora para se manifestar no prazo de 15 (dez) dias, oportunidade em que deverá dizer, motivadamente, quais provas pretende produzir ou requerer o julgamento antecipado da lide. O requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, será indeferido. 2.2) Destaco que, diante da inexistência de núcleo de mediação nesta Comarca e a improbabilidade de conciliação, conforme demonstra a praxe forense, a dispensa da audiência inaugural visa conferir celeridade ao feito, não ficando o andamento processual sujeito a existência de data disponível para a realização de audiência, podendo, desde logo, serem realizados os atos que dispensam a oralidade. 2.3) Para o caso de manifestação expressa das partes na composição consensual, determino que os autos voltem conclusos para designação de audiência para tal fim, podendo estas, no entanto, desde já juntar aos autos a composição. 2.4) Não sendo necessária a impugnação ou, caso seja necessária, já tenha ela sido apresentada ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, voltem. 3) Citem-se pessoalmente os confinantes e por edital os terceiros incertos e desconhecidos eventualmente interessados. 4) Intimem-se as Fazendas Públicas da União, do Estado do Paraná e do Município de Foz doIguaçu/PR para, querendo, se manifestarem nos autos. 5) Intime-se o Ministério Público para, querendo, se manifestar nos autos. 6) Diligências necessárias. Foz do Iguaçu, 01/09/2021. (a) Alessandro Motter - Juiz de Direito Substituto. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: "IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL: Quadrante 06, Quadrícula 06, Setor 23, Quadra 38, Lote nº 0498 (quatrocentos e noventa e oito), do loteamento denominado MENGER, situado nesta cidade, Município e Comarca, com área de 435,56m2 (quatrocentos e trinta e cinco metros e cinquenta e seis decimetros quadrados) sem benfeitorias, confrontando: ao Norte, medindo 15,00ms. no AZ 35º 44' 31" NE, com o lote nº0398; ao Sul, medindo 14,20ms. no AZ 34º 37' 29" NE, com a estrada de acesso a BR-277; a Leste, medindo 29865ms. no AZ 54º 06' 38" NW, com o lote nº 0483; e, a Oeste, medindo 29,81ms no AZ 55º 38' 50" NW, com o lote nº 0529. Inscrição Imobiliária nº 06.6.23.38.0498.001., objeto da matrícula 57.419 do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício de Foz do Iguaçu/Pr". Foz do Iguaçu/Pr, em 07 de março de 2024. Eu, _____, JÉSSICA CARLA MINUCELI DE PAIVA, Auxiliar Juramentada, o digitei e subscrevi. ALESSANDRO MOTTER JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

EDITAL DE CITAÇÃO TERCEIROS INCERTOS, DESCONHECIDOS E DEMAIS INTERESSADOS PRAZO DE VINTE (20) DIAS PROCESSO N.º 0018647-29.2023.8.16.0030, de USUCAPIÃO, em que é autor ANIBALDO FRANCISCO HUBNER e outro e réu S.D.CATARATAS DO IGUACU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS, cujo valor da causa é R$ 59.989,83 (cinquenta e nove mil, novecentos e oitenta e nove reais e oitenta e três centavos). CITAÇÃO dos TERCEIROS INCERTOS, DESCONHECIDOS E DEMAIS INTERESSADOS, para que este(s) no prazo de quinze (15) dias, querendo, conteste (m) a presente ação, sob pena de não o fazendo, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo(s) autor(es). Nesta oportunidade, deverá dizer. Motivadamente, quais provas pretendem produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide, sendo que o requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, será indeferido. Com eventual contestação, deverá trazer aos autos os registros pertinentes que possua, relativo ao objeto do presente litígio, sob pena de preclusão, tudo nos termos e de acordo com despacho proferido nos autos supra referidos, a seguir transcrito: DECISÃO INICIAL DE EVENTO (mov. 33.1): "1) Defiro à parte autora os benefícios da gratuidade da Justiça, com esteio nos artigos 98 e seguintes do Código de Processo Civil. 2) Cite-se a parte ré para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, advertido de que a falta de contestação implicará na presunção de que admitiu como verdadeiros os fatos afirmados pelo autor (CPC, arts. 238, 335 e 344). Nesta oportunidade, a parte ré deverá dizer, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide, sendo que o requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, será indeferido, ciente de que quando da apresentação de eventual contestação, deverá trazer aos autos os registros pertinentes que possua, relativo ao objeto do presente litígio, sob pena de preclusão. 2.1) Apresentada a contestação, caso haja alegação de preliminar (NCPC, art. 337), oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito (CPC, art. 350) ou juntada de documentos (exceto a procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), intime-se a parte autora para se manifestar no prazo de 15 (dez) dias, oportunidade em que deverá dizer, motivadamente, quais provas pretende produzir ou requerer o julgamento antecipado da lide. O requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, será indeferido. 2.2) Destaco que, diante da inexistência de núcleo de mediação nesta Comarca e a improbabilidade de conciliação, conforme demonstra a praxe forense, a dispensa da audiência inaugural visa conferir celeridade ao feito, não ficando o andamento processual sujeito a existência de data disponível para a realização de audiência, podendo, desde logo, serem realizados os atos que dispensam a oralidade. 2.3) Para o caso de manifestação expressa das partes na composição consensual, determino que os autos voltem conclusos para designação de audiência para tal fim, podendo estas, no entanto desde já juntar aos autos a composição. 2.4) Não sendo necessária a impugnação ou, caso seja necessária, já tenha ela sido apresentada ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, voltem. 3) Citem-se pessoalmente os confinantes e por edital os terceiros incertos e desconhecidos eventualmente interessados. 3.1) Em relação ao confinante Kuo Yueh Hubner, proceda-se à busca de seu atual endereço através dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud e Siel. 3.2) Encontrado endereço do mencionado confinante, cite-se. 4) Intimem-se as Fazendas Públicas da União, do Estado do Paraná e do Município de Foz do Iguaçu/PR, bem como o Incra, para, querendo, se manifestarem nos autos. 5) Intime-se o Ministério Público para, querendo, se manifestar nos autos. 6) Diligências necessárias. Foz do Iguaçu, datado e assinado eletronicamente. Alessandro Motter Juiz de Direito Substituto RESUMO DA PETIÇÃO INICIAL (mov. 1.1): "Os autores adquiriram lote urbano na "Alameda C", localizada na Rua Ourinhos, nº 385, Jardim Ana Cristina, em meados de 1993, lote este com 281,32 m², que na época possuía uma edificação em madeira simples, pelo valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), mas infelizmente com o passar do tempo acabou por extraviar o contrato de compra e venda e o contato com os vendedores. À época os vendedores informaram que seria possível a regularização do imóvel. Considerando que se tratam de pessoas humildes e sem estudo, acreditaram que seria possível o registro do imóvel, entretanto, assim como seus vizinhos, com o passar dos anos, várias narrativas foram criadas para justificar a falta de regularização, inclusive pela prefeitura municipal. O lote adquirido pelos autores está localizado na conhecida Vila Brás, região do loteamento Jardim Ana Cristina que, ao longo dos anos, foi praticamente toda invadida por posseiros que acreditavam se tratar de uma grande área verde, porém o lote adquirido pelos autores pertence a quadra 19, e parcialmente ao lote 314, matrícula 21.008, inscrição imobiliária nº 06650190314001. Naquele local os autores estabeleceram residência fixa, realizaram melhorias, conforme topografia acostada aos autos e memorial descritivo, residindo no imóvel desde a sua aquisição, de forma mansa, pacífica e ininterrupta, realizando melhorias no imóvel ao longo dos anos. Assim, diante do lapso temporal de 30 anos ininterruptos, moradia habitual dos requerentes ao longo desse período, com posse mansa e pacífica e boa-fé, sobre a área citada, não restam dúvidas de que os autores fazem jus à aquisição da propriedade por meio da ação de usucapião. Ressalta-se, ainda, a existência do animus domini, visto que além de terem pago efetivamente pelo imóvel os requerentes têm arcado com todas custas referente ao pagamento de impostos e zelando pela manutenção do bem, configurado todos os requisitos legais da usucapião extraordinária, como prevê a legislação civil, para que, ao final, seja declarado o domínio sobre o imóvel, regularizando a propriedade por meio da usucapião." DESCRIÇÃO DO IMÓVEL (mov. 1.1): "lote adquirido pelos autores pertence a quadra 19, e parcialmente ao lote 314, matrícula 21.008, inscrição imobiliária nº 06650190314001." Foz do Iguaçu/Pr, em 11 de março de 2024. Eu, _____, JÉSSICA CARLA MINUCELI DE PAIVA, Auxiliar Juramentada, o digitei e subscrevi. ALESSANDRO MOTTER JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PROCESSO PROJUDI N° 0025897-31.2014.8.16.0030, de PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL, em que é exequente: BANCO BRADESCO S/A e executada: RAQUEL DIAS DE AGUIAR. OBJETIVO: INTIMAÇÃO da parte ré RAQUEL DIAS DE AGUIAR, inscrita no CPF nº 938.513.409-49, em lugar desconhecido para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagamento das custas, conforme cálculo do evento 455.1. SENTENÇA DE EVENTO 446.1: "Cumpridas as formalidades legais, homologo, para produzir seus jurídicos e legais efeitos, o acordo formalizado pelas partes e juntado ao feito no evento 442.1, e, por conseguinte, julgo extinto o processo, com resolução de extinto mérito, nos termos do art. 487, III, "b" do CPC. Levantem-se eventuais constrições. Custas remanescentes e honorários advocatícios na forma acordada. Sentença publicada e registrada eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, no que cabível, o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná. Oportunamente, arquivem-se os autos. Intimem-se. Foz do Iguaçu, 24 de outubro de 2023. Geraldo Dutra de Andrade Neto Juiz de Direito". DECISÃO DO EVENTO 463.1: "1. Intime-se a parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas remanescentes e/ou impugná-las, conforme cálculo da Contadoria Judicial, evento 455.1, sob pena de homologação e penhora online. Para tanto, observe-se que a parte autora possui advogado devidamente constituído nos autos. 1.1. Efetuado pagamento, desde já, autorizo a liberação dos valores para quitação das custas e, após, nada mais sendo requerido, determino o arquivamento do feito. 1.2. Havendo impugnação, venham conclusos para decisão. 2. Permanecendo a parte, regularmente intimada, inerte, desde já, homologo a conta apresentada pela Contadoria Judicial no evento 455.1. 2.1. Autorizo, após a inércia da parte executada e homologação do cálculo, a constrição de valores por intermédio do sistema Sisbajud, no limite do valor constante no cálculo do evento 455.1, bem como a inclusão do nome da parte devedora no sistema Serasajud. Em caso de bloqueio de valores em excesso, fica determinado, desde já, que a Secretaria efetue o desbloqueio imediato, permanecendo constrito apenas o montante correspondente ao débito exequendo. 2.2. Sendo positiva a diligência no sistema Sisbajud, intime-se a parte da penhora realizada (CPC, art. 854, § 2º), e aguarde manifestação nos termos do art. 854, § 3º, CPC. 2.3. Não havendo manifestação (certifique-se) e já autorizo a liberação dos valores para quitação das custas. 2.4. Caso reste frustrada a constrição de valores, faculto ao Sr. Escrivão sua execução, em autos apartados, nos termos do artigo 515, inciso V, do Código de Processo Civil. 2.5. Oportunamente, arquivem-se, com as anotações e baixas necessárias. Foz do Iguaçu, 23 de janeiro de 2024. Geraldo Dutra de Andrade Neto Juiz de Direito" VALOR ATUALIZADO DA DÍVIDA (cálculo mov. 455.1): R$ 293,56 (duzentos e noventa e três reais e cinquenta

e seis centavos). Foz do Iguaçu/Pr, em 24 de janeiro de 2024. Eu, _____, Mauro Célio Safraider - Escrivão, o digitei e subscrevi. GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO JUIZ DE DIREITO

2ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

EDITAL PARA INTIMAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A) ABBAS MOUSSA HAJI COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. O DOUTOR ALESSANDRO MOTTER, M.M. JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DESTA SEGUNDA VARA CÍVEL, na forma da lei, FAZ SABER, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos sob n° 0016115-58.2018.8.16.0030, ação de cumprimento de sentença, promovido por BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. CNPJ n °. 90.400.888/0001-42, contra ABBAS MOUSSA HAJI, inscrito no CPF n°. 237.632.148-44, de todo o conteúdo do bloqueio do SISBAJUD de evento 398.1 no valor de R$ $ 3.808,92 (três mil e oitocentos e oito reais e noventa e dois centavos), para querendo manifestar-se em 05 (cinco) dias, conforme dispõe os §§ 2º e 3º do art. 854, do CPC. Artigo 854 §3º Incumbe ao executado, no prazo de 5 (cinco) dias, comprovar que: I - as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis; II - ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros. E, para que ninguém possa alegar ignorância, e expedido o presente edital, que será afixado na sede deste Juízo e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca, aos, 8 de março de 2024. Eu, Angela Maria Francisco, escrivã, subscrição autorizada, portaria 01/2023 o digitei. (assinado digitalmente) Alessandro Motter Juiz de Direito Substituto

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS E INTERESSADOS COM PRAZO DE 10 DIAS. O DOUTOR GABRIEL LEONARDO SOUZA DE QUADROS, M.M. JUIZ DE DIREITO DESTA SEGUNDA VARA CÍVEL, na forma da lei, FAZ SABER, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos sob nº 0002038-34.2024.8.16.0030, de Interdição/Curatela, promovida por ANTONIA NICELIA PADILHA, inscrita no CPF n°. 036.682.729-48, em face de YOHAN IANCZYK, inscrito CPF n°. 091.995.769-29, que pelo presente INTIMA TERCEIROS E INTERESSADOS, por todo o conteúdo da sentença em seguida transcrita. SENTENÇA: 1. Vistos e examinados estes autos de Pedido de Interdição; 2. Alega, na petição inicial, que o interditando é incapaz de gerir sua pessoa e interesses, pois é acometido de deficiência mental incapacitante, conforme laudo médico acostado à inicial; 3. Foi realizada entrevista do interditando, constatando-se sua incapacidade; 4. A curadora especial, nomeado(a) para o feito, não apresentou oposição ao pedido. É o relatório. Passo a decidir; 5. É caso de acolhimento do pedido, pois, conforme declaração médica acostada junto ao ev. 1.8, a interditando possui comprometimento grave de suas funções cognitivas, compatível com a CID F845 e F90. 6. Tal laudo é corroborado pelas impressões trazidas na presente audiência de entrevista pessoal do(a) interditando(a). 7. Denota-se, por fim, que a curadora indicada é mãe do interditando, o que recomenda sua nomeação. 8. Do exposto, decreto a interdição da parte requerida, declarando-o incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 1767, inc. I, do Código Civil e nomeio-lhe como curador(a) Sr(a). ANTONIA NICELIA PADILHA, o(a) qual deverá prestar o compromisso legal, sem necessidade da especialização da hipoteca legal (art. 755, I e art. 759, I, ambos do CPC). 9. Em obediência ao disposto no art. 755 §3º do Código de Processo Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se, na forma do referido dispositivo legal, por 3 vezes, com intervalo de 10 dias. 10. Cumpram-se as demais diligências necessárias. 11. Sem custas. No mais, restou nomeada a advogada OAB/PR 62736 SANDRA TEIXEIRA SILVA, para exercer função de curadora da parte interditada, em face do quadro reduzido de Defensores Públicos na comarca, que os impede de atender todas as demandas existentes. 12. Assim, o arbitramento de honorários, em favor do(a) Curador(a), em razão dos serviços prestados é medida que se impõe, devendo o ônus ser suportado pelo Estado do Paraná, nos termos da Lei Estadual nº 18.664/2015 e Resolução Conjunta nº 15/2019 - PGE/SEFA. 13. Portanto, nos termos da fundamentação supra, condeno o Estado do Paraná ao pagamento dos honorários advocatícios, em favor da curadora nomeada, que fixo em R$500,00 (quinhentos reais), diante da defesa e acompanhamento em audiência de interrogatório. 14. Ciência ao ente estatal. 15. P.R.I. 16. Por fim defiro a dispensa do prazo recursal, determinando a imediata expedição do termo do compromisso legal. 17. Dou os presentes por intimados. 18. Diligências necessárias." Nada mais havendo do que para constar, lavrei da presente termo, que lido e achado conforme segue devidamente assinado. Eu, Angela Maria Francisco, escrivã, o digitei. Assinado digitalmente Gabriel Leonardo Souza de Quadros Juiz de Direito". E, para que ninguém possa alegar ignorância, e expedido o presente edital, que será afixado na sede deste Juízo e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca, aos dia 23 de fevereiro de 2024. Eu, Angela Maria Francisco, escrivã, subscrição autorizada, portaria 01/2021, o digitei. (assinado digitalmente) GABRIEL LEONARDO SOUZA DE QUADROS Juiz de Direito

EDITAL PARA INTIMAÇÃO DE JAIME ORLANDO SCZMANSKI COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
O DOUTOR GABRIEL LEONARDO SOUZA DE QUADROS, M.M. JUIZ DE DIREITO DESTA SEGUNDA VARA CÍVEL, na forma da lei,
FAZ SABER, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos sob n° **0000978-12.2013.8.16.0030**, ação de **Execução de Título Extrajudicial**, promovido por **COOPERATIVA DE CRÉDITO POUPANÇA E INVESTIMENTO VANGUARDA - SICREDI VANGUARDA PR/SP/RJ**, inscrito no CNPJ/MF n°. 78.414.067/0001-60, contra **JAIME ORLANDO SCZMANSKI**, inscrito no CPF/MF n°. 303.725.70-91, que pelo presente **INTIMA** o executado **JAIME ORLANDO SCZMANSKI** de todo o conteúdo do bloqueio do **SISBAJUD** de evento 398, no valor de **R$ 335,70** (trezentos e trinta e cinco reais e setenta centavos), para querendo **manifestar-se em 05 (cinco) dias**, conforme dispõe os §§ 2º e 3º do art. 854, do CPC. Artigo 854 §3º Incumbe ao executado, no prazo de 5 (cinco) dias, comprovar que: I - as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis; II - ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros. E, para que ninguém possa alegar ignorância, e expedido o presente edital, que será afixado na sede deste Juízo e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca, aos, 12 de março de 2024. Eu, Christian Juan Pablo Militelli, auxiliar juramentado, subscrição autorizada, portaria 46/2016 o digitei.
(assinado digitalmente)
GABRIEL LEONARDO SOUZA DE QUADROS
Juiz de Direito

2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES E ACIDENTES DO TRABALHO

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO nº 10/2024
Prazo: 30 dias
A DOUTORA SUELI FERNANDES DA SILVA MOHR, MM. JUÍZA DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA e SUCESSÕES e ACIDENTES DO TRABALHO DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI.
FAZ SABER, a todos quando o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que, conforme despacho do evento **396.1** dos autos de nº **0029474-51.2013.8.16.0030** de **Ação de Inventário**, em que é requerente **FRANCISCO HUMBERTO DA SILVA** por meio deste **CITA-SE a herdeira ANA CLAUDIA LEONEL**, por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, com fundamento no artigo 256, inciso II, e §3º, do Código de Processo Civil, observando-se os requisitos do artigo 257 do mesmo livro. Expedido nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 08/03/24.
Salomão Pires da Luz
Chefe de Secretaria
Subscrição autorizada - Portaria 03/2024
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita por meio do sistema eletrônico PROJUDI, cujo endereço na web é http://portal.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório. Documentos (procurações, contestações) devem ser anexados no próprio sistema PROJUDI, em arquivos com no máximo 2MB cada.
Certifico e dou fé que, nesta data, enviei o edital expedido através do DJ Eletrônico, bem como afixei uma via em local próprio desta Serventia.

3ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

P O D E R J U D I C I Á R I O
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
CARTÓRIO DA TERCEIRA VARA CÍVEL
EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL
Pelo presente se faz saber a todos, que será levado a arrematação, em primeiro e segundo leilão conforme Lei 13.105/2015, o(s) bem(ns) adiante descrito(s), na forma seguinte: 1º LEILÃO: Somente na modalidade eletrônica, no dia 28/06/2024, às 10:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação. 2º LEILÃO: Somente na modalidade eletrônica, no dia 03/07/2024, às 10:00 horas, pela melhor oferta, desde que não caracterize preço vil, considerado este o valor inferior a 51% da

avaliação, nos termos do parágrafo único, do art. 891, CPC O interessado em ofertar lances de forma eletrônica, deverá efetuar cadastro prévio junto ao site do leiloeiro - www.simonleiloes.com.br - sendo o cadastro requisito indispensável para participação na alienação judicial eletrônica, responsabilizando-se o usuário, civil e criminalmente pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento. Os lançadores on-line estarão vinculados às mesmas normas processuais e procedimentais destinadas aos lançadores de leilões presenciais, inclusive quanto à responsabilidade civil e criminal. LOCAL: Exclusivamente on-line no site do leiloeiro - www.simonleiloes.com.br - OBS: Caso não haja expediente forense, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário. PUBLICAÇÃO: Na forma do art. 887 do CPC, o presente edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do leiloeiro - www.simonleiloes.com.br - PROCESSO: Autos 0017103-74.2021.8.16.0030 de Execução de Título Extrajudicial em que é Exequente COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO TRES FRONTEIRAS - SICOOB TRES FRONTEIRAS - CNPJ 04.876.393/0001-52 e Executado(s) PAULO CESAR FORTUNATO - CPF 414.581.849-00, PAULO CESAR FORTUNATO - CNPJ 24.166.564/0001-67 DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): 1) Veículo: 01 VW/SANTANA GL 2000 I, ano/mod. 95, álcool, cor preta, Placas: CAI6922, Renavam: 63315324-9, Chassi: 9BWZZZ32ZSP009486. Veículo parado há bastante tempo e sem bateria, lataria com diversos riscos e manchas com a pintura desgastada. Não foi possível verificar o funcionamento. AVALIAÇÃO: R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) em 18/01/2024. DEPÓSITO: Em mãos do leiloeiro, na Av. Jorge Schimmelpfeng, 605, Centro, Foz do Iguaçu/PR. DÍVIDA: R$ 52.226,30 (cinquenta e dois mil, duzentos e vinte e seis reais e trinta centavos) em 10/08/2022, valor sujeito à atualização mais as custas processuais. ÔNUS: Os que constarem nos autos CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento deverá ser realizado à vista pelo arrematante, alternativamente, o valor da arrematação poderá ser quitado no prazo de até 15 dias, mediante caução idônea, prestada no ato, equivalente a 25% do valor da arrematação. Na hipótese do arrematante deixar de quitar o valor no prazo de 15 dias, perderá o valor da caução, tornando sem efeito a arrematação e retornando o bem à novo leilão, dos quais não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. Nos pagamentos via guia judicial, deverão ser desconsideradas as datas de vencimento indicadas nas guias, devendo o arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital. CONDIÇÕES GERAIS: Os bens serão vendidos livre de dívidas e ônus de acordo com o art. 130 § único do Código Tributário Nacional, exceto em caso de adjudicação.Os bens serão vendidos no estado que se encontram, inexistindo garantia sobre os mesmos, e para os imóveis a venda será ad corpus, assumindo o arrematante a retirada dos bens, posse no imóvel, impostos e taxas que recaírem sobre os bens para transferência junto aos órgãos competentes. Deverá o interessado cientificar-se previamente das restrições impostas pelas legislações municipal, estadual e federal aos imóveis, no tocante ao uso do solo ou zoneamento, passivo ambiental, e, ainda, das obrigações decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, as quais estará obrigado a respeitar em decorrência da arrematação dos imóveis. Caberá ao arrematante arcar com o custo de expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, cujos valores deverão ser recolhidos diretamente à Vara onde tramitam os autos a que se referem o presente edital. LEILOEIRO: Elton Luiz Simon, Jucepar 09/023-L, fone (46) 3225-2268, www.simonleiloes.com.br o qual perceberá por seu ofício a seguinte remuneração: Em se tratando de arrematação, 5% do valor do lanço, sob responsabilidade do arrematante; Adjudicação, 2% do valor pelo qual o bem foi adjudicado, a ser pago pelo adjudicante; remição ou acordo, após designada arrematação e publicados os editais, arbitro a comissão do leiloeiro em 2% do valor da avaliação ou sobre a dívida prevalecendo o de menor valor, a ser pago pelo executado. INTIMAÇÃO: Fica(m) desde logo intimado(s) o(s) executado(s) cônjuge(s), condômino(s), coproprietário(s), usufrutuário(s), credor(es) hipotecário(s), fiduciário(s) e demais credores de acordo com o art. 889 do CPC. OBS: O juízo responsável pela designação da hasta pública ou o leiloeiro público oficial não serão responsabilizados por qualquer dano, prejuízo ou perda no equipamento do usuário causados por quedas ou falhas no sistema, no servidor ou na internet, posto que a internet e o site do leiloeiro são apenas facilitadores de oferta. OBS.: O(s) bem(ns) que não for(em) objeto de arrematação no decorrer do leilão judicial serão apregoados novamente (repassados) ao final do evento, na mesma data. Foz do Iguaçu/PR, 08/03/2024. Eu,.....(Ewerson de Almeida), Escrivã(o), o fiz digitar e subscrevi.
Juiz de Direito

VARA DE EXECUÇÕES PENAIS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI
Avenida Pedro Basso, 1001 - Térreo - Alto São Francisco - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-915 - Fone: 45 3308-8062 - Celular: (45) 3308-8062 - E-mail: fi-8vj-s@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO: QUINZE (15) DIAS

Autos nº. 0005468-91.2024.8.16.0030 Requerente: L. V. K. R.

Requerido: SÉRGIO VALENTIM ROMAN AGUILAR, filho(a) de JULIANA AGUILAR *(Nome Mãe)* e RUFINO ROMAN RAMIRE *(Nome Pai)*, nascido(a) em 14/02/1983, atualmente em local desconhecido.

Finalidade: Intimação acerca da aplicação, de imediato, de medidas protetivas de urgência.

O Dr. Ariel Nicolai Cesa Dias, Juiz de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Foz do Iguaçu, PR, etc.

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a parte requerida nominada e qualificada inicialmente, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente chama-a para tomar ciência de que, com base nos arts. 20 e 21 da Lei nº 14.344/2022, aplicou-se em seu desfavor, de imediato, as seguintes medidas protetivas de urgência: **1- proibição de se aproximar da(s) vítima(s) Luana e de sua genitora Janaina bem como da residência onde ela(s) está(ão) morando, sendo que fixo em 200 (duzentos) metros o limite máximo de aproximação; 2- proibição de manter contato com a(s) vítima(s) Luana e de sua genitora Janaina por qualquer meio de comunicação (carta, telefone, etc); 3- proibição de frequentar eventual local de trabalho/estudo vítima(s) Luana e de sua genitora Janaina, observada a mesma distância referida no item 1, supra; 4- suspensão temporária do direito de visitas à filha Luana.**

Com base nos arts. 497 e 537 do NCPC, fixo multa de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) para o caso de descumprimento da presente ordem, incidente a cada episódio de descumprimento, sem prejuízo da respectiva responsabilidade penal, cabendo desde já esclarecer que a execução da referida multa é de competência do juízo cível (art. 18, §1º, da Resolução nº 93/2013 do C. OE/TJPR).

Salvo em relação à medida de suspensão temporária do direito de visitas (item 4, supra), fixo o prazo de validade da(s) medida(s) aplicada(s) em 06 (seis) meses, contados a partir da intimação do/a representado/a, resguardado o direito da(s) vítima(s) de postular(em) a prorrogação do prazo fixado mediante pedido fundamentado. Se instaurado inquérito policial relacionado aos fatos, observados os princípios da máxima proteção e eficiência, o prazo de validade acima fixado fica automaticamente prorrogado até 06 (seis) meses após o arquivamento do inquérito ou o término da respectiva ação penal, salvo deliberação judicial expressa em sentido diverso.

O descumprimento da presente ordem caracteriza crime punido com pena de detenção de 03 meses a 02 anos (art. 25 da Lei nº 14.344/22) e poderá resultar no decreto de sua(s) prisão(ões) preventiva(s) (art. 17 da Lei nº 14.344/22), além de acarretar a incidência da multa fixada.

O procedimento simplificado previsto nos art. 15 da Lei nº 14.344/2022 não prevê a possibilidade de apresentação de resposta, estando a competência deste juízo criminal limitada no presente procedimento à aplicação e eventual revisão das medidas protetivas de urgência previstas na Lei nº 14.344/2022. Diante da omissão legislativa e em atenção ao disposto no art. 5º, LV, da CF fixo em 05 (cinco) dias o prazo para eventual pedido de revisão da presente decisão pelo/a(s) representado/a(s), sendo indispensável a representação por advogado.

Registro que, ressalvada a possibilidade de interposição de recurso contra a presente decisão, sendo a competência deste juízo criminal limitada à aplicação das medidas protetivas de urgência previstas na Lei nº 11.344/2022, eventuais discussões relativas às questões cíveis e /ou de família devem ser travadas através das vias próprias, perante o juízo competente (art. 18, §1º, da Resolução nº 93/2013 do C. OE/TJPR). Destaco, outrossim, que as medidas protetivas ora aplicadas são restritas à(s) vítima(s) e eventuais familiares expressamente indicados nesta decisão.

Fica fixado, ainda, o prazo de validade da medidas aplicadas em 06 (seis) meses, contados a partir da intimação do representado, resguardado o direito da vítima de postular a prorrogação do prazo fixado mediante pedido fundamentado. Se instaurado inquérito policial relacionado aos fatos, observados os princípios da máxima proteção e eficiência, o prazo de validade acima fixado fica automaticamente prorrogado até 06 (seis) meses após o arquivamento do inquérito ou o término da respectiva ação penal, salvo deliberação judicial expressa em sentido diverso.

O procedimento simplificado previsto nos arts. 12, III e 18 da Lei nº 11.340/06 não prevê a possibilidade de apresentação de resposta, estando a competência deste juízo criminal limitada no presente procedimento à aplicação e eventual revisão das medidas protetivas de urgência previstas na Lei nº 11.340/06. Diante da omissão legislativa e em atenção ao disposto no art. 5º, LV, da CF fixou-se em 05 (cinco) dias o prazo para eventual pedido de revisão da presente decisão pelo/a(s) representado/a(s), sendo indispensável a representação por advogado.

E, para que chegue ao conhecimento da parte e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que foi devidamente afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume, bem como publicado no Diário da Justiça. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, aos 11 de março de 2024.

Foz do Iguaçu, 11 de março de 2024.
ADHAM MOHAMED EL MOKHTAR IBRAHIM
Técnico Judiciário

OBSERVAÇÃO: O processo tramita de forma eletrônica através do sistema PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi2.tjpr.jus.br/projudi/

FRANCISCO BELTRÃO

VARA CRIMINAL

Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ**EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU FRANCIÉLE APARECIDA BRANCALIONE COM PRAZO DE QUINZE (15) DIAS.**
FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Criminal, move os termos dos autos de Processo Crime nº 0000221-04.2023.8.16.0083, em que é réu: FRANCIÉLE APARECIDA BRANCALIONE, brasileiro, portador do RG 79927929 SSP/PR, nascido aos 13/10/1981, filho de NEUSA RODRIGUES DE CAMARGO BRANCALIONE e MIGUEL BRANCALIONE, como incurso nas penas do artigo 155, § 4º, inciso II do Código Penal. E, como consta dos autos que o réu se encontra em lugar incerto, mandou expedir o presente edital, com prazo de quinze (15) dias, pelo qual fica CITADO para se ver processar e para apresentar defesa inicial por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo na resposta argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Não sendo apresentada a resposta no prazo legal ou, deixando o réu de constituir advogado, fica nomeado para defender os interesses do réu nos presentes autos a Defensoria Pública do Estado do Paraná. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, mandou expedir o referido edital que será afixado no lugar publico de costume e publicado no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Paraná. Francisco Beltrão - Paraná, aos 11 (onze) dias do mês 03 (março) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). Eu _____ (Rodrigo Nava), Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.
(assinado digitalmente)
JANAINA MONIQUE ZANELLATO ALBINO
Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ**EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU JONATHAN MOSCHEN SALVADOR COM PRAZO DE QUINZE (15) DIAS.**
FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Criminal, move os termos dos autos de Processo Crime nº 0003282-48.2015.8.16.0083, em que é réu: JONATHAN MOSCHEN SALVADOR, brasileiro, portador do RG 109786918 SSP/PR, nascido aos 07/07/1992, filho de IVANIA MOSCHEN SALVADOR e JUCELIO SALVADOR, como incurso nas penas do artigo 155, § 4º, inciso I do Código Penal. E, como consta dos autos que o réu se encontra em lugar incerto, mandou expedir o presente edital, com prazo de quinze (15) dias, pelo qual fica CITADO para se ver processar e para apresentar defesa inicial por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo na resposta argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Não sendo apresentada a resposta no prazo legal ou, deixando o réu de constituir advogado, fica nomeado para defender os interesses do réu nos presentes autos a Defensoria Pública do Estado do Paraná. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, mandou expedir o referido edital que será afixado no lugar publico de costume e publicado no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Paraná. Francisco Beltrão - Paraná, aos 27 (vinte e sete) dias do mês 02 (fevereiro) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). Eu _____ (Rodrigo Nava), Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.
(assinado digitalmente)
JANAINA MONIQUE ZANELLATO ALBINO
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
VARA CRIMINAL DE FRANCISCO BELTRÃO
EDITAL PARA NOTIFICAÇÃO DO NOTICIADO RAFAEL FELIPE ROMAO CASTANHEIRA - PRAZO: 15 DIAS
FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Única Vara Criminal, move os termos dos autos de **Pedido de Medidas Protetivas de Urgência sob nº 0006803-20.2023.8.16.0083**, em que é noticiante Nathielly de Oliveira e noticiado Rafael Felipe Romao Castanheira, RG nº 160984821 SSP/PR e CPF nº 127.162.829-51, nascido aos 17/01/1992, filho de Elisabete Aparecida Romão e João Orlei Castanheira, como consta dos autos que o noticiado se encontra em lugar incerto, mandou expedir o presente edital, com prazo de cinco (05) dias, pelo qual fica **NOTIFICADO de que, por este Juízo, foram aplicadas em seu desfavor, as seguintes medidas protetivas de urgência: a) Proibição de aproximação da ofendida, devendo guardar distância mínima de 100 (cem) metros, nos termos do artigo 22, inciso III, alínea "a", da Lei nº 11.340/2006; e b) Proibição de contato com a ofendida por qualquer meio de comunicação, nos termos do artigo 22, inciso III, alínea "b", da Lei nº 11.340/2006. Fica ADVERTIDO inclusive que o descumprimento das medidas protetivas fixadas nestes autos, ensejará a decretação de prisão preventiva, nos termos do artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal, sem prejuízo do processamento de nova ação penal, pela prática do delito insculpido no artigo 24-A da Lei Maria da Penha.** E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, mandou expedir o referido edital que será afixado no lugar público de costume e publicado no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Paraná. Francisco Beltrão, Paraná, aos 29 (vinte e nove dias) dias do mês de fevereiro do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). Eu, Josiane Quanz Pereira, Técnica Judiciária, o digitei.
(Assinado digitalmente)
JANAINA MONIQUE ZANELLATO ALBINO,
Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DO RÉU NERIVALDO GONÇALVES - COM PRAZO DE QUINZE (15) DIAS.**
FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Criminal, move os termos dos autos de Processo Crime nº 0013684-23.2017.8.16.0083, em que é réu: NERIVALDO GONÇALVES, brasileiro, portador do RG 138716791 SSP/PR, nascido aos 24/05/1994, filho de MARIA JOSE GONÇALVES, como incurso nas penas do art. 33, *caput,* c/c artigo 40, VI, ambos da Lei 11343/2006, na forma do artigo 29 do CP. E, como consta dos autos que o réu se encontra em lugar incerto, mandou expedir o presente edital, com prazo de quinze (15) dias, pelo qual fica NOTIFICADO para se ver processar e para apresentar defesa inicial por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo na resposta argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Não sendo apresentada a resposta no prazo legal ou, deixando o réu de constituir advogado, fica nomeado para defender os interesses do réu nos presentes autos a Defensoria Pública do Estado do Paraná. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, mandou expedir o referido edital que será afixado no lugar publico de costume e publicado no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Paraná. Francisco Beltrão - Paraná, aos 04 (quatro) dias do mês 03 (março) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). Eu _____ (Rodrigo Nava), Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.
(assinado digitalmente)
JANAINA MONIQUE ZANELLATO ALBINO
Juíza de Direito

Edital de Intimação

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DO RÉU CARLOS DA SILVA RICARDO, COM O PRAZO DE NOVENTA (90) DIAS.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Criminal, move os termos do Processo Crime nº *0013929-63.2019.8.16.0083*, em que é réu CARLOS DA SILVA RICARDO, portador do RG 104972519 SSP/PR, CPF/MF 013.734.059-10, filho de ILCE DA SILVA RICARDO, nascido aos 04/02/1988, com incurso nas penas do 155, §1º, c/ c artigo 14, inciso II, ambos do Código Pena, à pena definitiva de 09 (nove) meses e 23 (vinte e três) dias de reclusão e em 32 (trinta e dois) dias-multa, em regime semiaberto. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, mandou expedir o referido edital que será afixado no lugar publico de costume e publicado no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Paraná. Francisco Beltrão, Estado do Paraná, aos 28 (vinte e oito) dias do mês 02 (fevereiro) do ano de 2024 (dois mil e vinte quatro). Eu, Guilherme Anater, Técnico Judiciário, o subscrevi.
(assinado digitalmente)
Janaína Monique Zanellato Albino Sinhorini
Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DO RÉU EDINELSON GOES DE ARRUDA, COM O PRAZO DE NOVENTA (90) DIAS.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Criminal, move os termos do Processo Crime nº *0002953-94.2019.8.16.0083*, em que é réu VALMIR GONÇALVES, portador do RG 92395898 SSP/PR, CPF/MF 047.492.749-09, filho de JOVELINA JULIANOTTE e ANTONIO GONÇALVES, nascido aos 20/08/1978, com incurso nas penas do artigo 155, § 4º, IV, c/c artigo 14, II, ambos do Código Penal em 08 (oito) meses de reclusão e em 03 (três) dias-multa. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, mandou expedir o referido edital que será afixado no lugar publico de costume e publicado no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Paraná. Francisco Beltrão, Estado do Paraná, ao 1º (primeiro) dia do mês 03 (março) do ano de 2024 (dois mil e vinte quatro). Eu, Guilherme Anater, Técnico Judiciário, o subscrevi.

(assinado digitalmente)
JANAÍNA MONIQUE ZANELLATO ALBINO SINHORINI
Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DO RÉU ALISSON PEREIRA, COM O PRAZO DE NOVENTA (90) DIAS.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Criminal, move os termos do Processo Crime nº *0007725-61.2023.8.16.0083*, em que é réu ALISSON PEREIRA, portador do RG 156476048 SSP/PR, filho de ELIANE FERNANDES e VALDAIR PRESTES PEREIRA, nascido aos 09/09/2003, com incurso nas penas dos artigos 33 e 35, da Lei 11.343/06, fica o réu INTIMADO que foi condenado à pena de 6 (seis) anos, 6 (seis) meses e 13 (treze) dias, em regime semiaberto, e a 968 dias-multa, na proporção de 1/30 do salário-mínimo cada, ciente do prazo de 5 (cinco) dias para interpor recurso. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, mandou expedir o referido edital que será afixado no lugar publico de costume e publicado no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Paraná. Francisco Beltrão, Estado do Paraná, aos 8 (oito) dia do mês 03 (março) do ano de 2024 (dois mil e vinte quatro). Eu, Guilherme Anater, Técnico Judiciário, o subscrevi.
(assinado digitalmente)
GLÁUCIO FRANCISCO MOURA CRUVINEL
Juiz de Direito Substituto

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DO RÉU CÁCIO ANDREI PEREIRA, COM O PRAZO QUINZE (15) DIAS.
F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Criminal, move os termos do Processo Crime nº 0009769-63.2017.8.16.0083, em que é réu CÁCIO ANDREI PEREIRA, portador do RG 77227385 SSP/PR, filho de Osvaldino Pereira e Elvira Pontes Pereira, nascido aos 09/03/1986, como incurso nas penas do artigo 12 da Lei n.º 10.826/2003. E, como consta dos autos que o(a) indiciado(a) se encontram em lugar incerto, pelo presente ficam. INTIMADO, de que há valor depositado nos autos a título de fiança, devendo o réu, no prazo de 05 (cinco) dias, comparecer perante a Secretaria da Vara Criminal de Francisco Beltrão (endereço no cabeçalho) portando documento de identificação com foto e o número de sua agência/conta bancária para transferência dos valores. No mesmo prazo, caso o réu não possa comparecer, deverá entrar em contato através do telefone (46)3520-0003 ou encaminhar e-mail (FB-3VJ-S@tjpr.jus.br) solicitando instruções de como proceder, podendo também solicitar a transferência dos valores por meio de petição nos autos mediante procurador. Fica o réu ciente de que decorrido o prazo sem manifestação, o valor será recolhido em favor do FUNREJUS, ficando INTIMADO ainda para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe se possui interesse na restituição do celular apreendido, cientificando-o que no silêncio o objeto será destinado a uma instituição de cunho social ou destruído. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, mandou expedir o referido edital que será afixado no lugar público de costume e publicado no diário da Justiça eletrônico do Estado do Paraná. Francisco Beltrão/ Paraná, aos 28 (vinte e oito) dias do mês 02 (fevereiro) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). Eu, (Eliana Ap. Prigol Chaves), Auxiliar Judiciária, o digite.
JANAINA MONIQUE ZANELATTO ALBINO SINHORINI
Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE CARLOS MOCELIN, COM O PRAZO DE NOVENTA (15) DIAS.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Criminal, move os termos do Processo de Alienação de Bens do Acusado nº *0003150-10.2023.8.16.0083*, em que é reclamado CARLOS MOCELIN, portador do RG 71777723 SSP/PR, CPF/MF 029.014.939-80, filho de ADELINA AUGUSTINHO MOCELIN e OLIVIO MOCELIN, nascido aos 04/11/1977 e, nos referido autos, foi avaliada, pelo Sr. Perito Joacir Monzon Pouey, a motocicleta Honda CG TITAN ES, 2001/2002, cor prata, placa MCF7189, em R$ 1.700,00 (mil e setecentos reais), ficando reclamado INTIMADO do prazo de 5 (cinco) dias para eventual impugnação. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, mandou expedir o referido edital que será afixado no lugar publico de costume e publicado no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Paraná. Francisco Beltrão, Estado do Paraná, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês 10 (outubro) do ano de 2023 (dois mil e vinte três). Eu, Guilherme Anater, Técnico Judiciário, o subscrevi.
(assinado digitalmente)
GLÁUCIO FRANCISCO MOURA CRUVINEL
Juiz de Direito Substituto

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DO RÉU ARISTEU PAULO DOS SANTOS DA SILVA, COM O PRAZO QUINZE (15) DIAS.
F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Criminal, move os termos do Processo Crime nº 0009651-92.2014.8.16.0083, em que é réu ARISTEU PAULO DOS SANTOS DA SILVA, portador do Rg. nº 143068102 SSP/PR, filho de José Mariano da Silva e Placidina Matos dos Santos, nascido aos 14/08/1966, como incurso nas penas do artigo 180, caput, do Código Penal. E, como consta dos autos que o(a) indiciado(a) se encontram em lugar incerto, pelo presente ficam. INTIMADO, de que há valor depositado nos autos a título de fiança, devendo o réu, no prazo de 10 (dez) dias, comparecer perante a Secretaria da Vara Criminal de Francisco Beltrão (endereço no cabeçalho) portando documento de identificação com foto e o número de sua agência/conta bancária para transferência dos valores. No mesmo prazo, caso o réu não possa comparecer, deverá entrar em contato através do telefone (46)3520-0003 ou encaminhar e-mail (FB-3VJ-S@tjpr.jus.br) solicitando instruções de como proceder, podendo também solicitar a transferência dos valores por meio de petição nos autos mediante procurador. Fica o réu ciente de que decorrido o prazo sem manifestação, o valor será recolhido em favor do FUNREJUS. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, mandou expedir o referido edital que será afixado no lugar público de costume e publicado no diário da Justiça eletrônico do Estado do Paraná. Francisco Beltrão/Paraná, aos 27 (vinte e sete) dias do mês 02 (fevereiro) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). Eu, (Eliana Ap. Prigol Chaves), Auxiliar Judiciária, o digite.
JANAINA MONIQUE ZANELATTO ALBINO SINHORINI
Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ILUIR DE JESUS DA SILVA - COM PRAZO DE QUINZE (15) DIAS.**
FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Única Vara Criminal, move os termos dos autos de Processo Crime nº 0000070-87.2013.8.16.0083, em que é terceiro interessado ILUIR DE JESUS DA SILVA, CPF 741.476.689-68. E, como consta dos autos que o interessado se encontra em lugar incerto, mandou expedir o presente edital, com prazo de quinze (15) dias, pelo qual fica INTIMADO para que, no prazo de 30 (trinta) dias, compareça perante a Secretaria a fim de dizer se possui interesse na restituição dos objetos apreendidos (R$ 5,50 cinco reais e cinquenta centavos; 01 (um) frasco em plástico, rótulo com inscrição doutorzinho, Biofine; 01(um) frasco em vidro de 100ml, colonia natura/kaiak; 01(uma) carta manuscrita em esferográfica azul, remetente patty, destinatário mano; notificação de autuação 0023357726, do departamento da polícia rodoviária federal; 01(um) óculos de sol, com inscrição Union Pacific, em estojo com inscrição Vogue; 01(um) GRC/Poder Judiciário do Estado do Parana, autos 180/2011, réu Baldoíno Engels e 01(um) boleto (Tribunal de Justiça do Estado do Paraná) numero 6661968-5/6591876-5, réu Baldoíno Engels), devendo ficar ciente que no seu silêncio, os bens serão destinados à doação/destruição. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, mandou expedir o referido edital que será afixado no lugar publico de costume e publicado no diário da Justiça eletrônico do Estado do Paraná. Francisco Beltrão/Paraná, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de 02 (fevereiro) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). Eu (Eliana Ap. Prigol Chaves), Auxiliar Judiciária, o digitei.
Glaucio Francisco Moura Cruvinel
Juiz de Direito Substituto

GOIOERÊ

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): WILSON LIMA DE OLIVEIRA
PRAZO DE 15 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Christian Palharini Martins, da Vara Criminal de Goioerê, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário,

assunto Prisão em flagrante, sob nº 0001379-91.2023.8.16.0084, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) WILSON LIMA DE OLIVEIRA, e vítima NOEMIA LIMA DE OLIVEIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido WILSON LIMA DE OLIVEIRA, portador(a) do RG 125769772 SSP/PR e CPF 897.626.309-04, nascido(a) em 22/02/1974, natural de GOIOERE/PR, filho(a) de NOEMIA LIMA DE OLIVEIRA e ARNALDO ANTUNES DE OLIVEIRA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 129 - LESAO CORPORAL, Detenção: 3 meses a 1 ano oferecida em 03/05/2023 e recebida em 03/05/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: No dia 18 de abril de 2023, por volta das 18h00min, na residência localizada na Rua Prof. Nadir Cancian, n° 85, Jardim Universitário, neste Município e Comarca de Goioerê/PR, o denunciado WILSON LIMA DE OLIVEIRA, com consciência e vontade, prevalecendo-se das relações domésticas e de coabitação, ofendeu a integridade física de sua mãe Noemia Lima de Oliveira, pessoa idosa (com 76 anos de idade), ao agredi-la com socos na região da face, causando-lhe lesões corporais de natureza leve, consistentes em hematomas nas regiões ocular, nasal e labial, boletim de ocorrência (mov. 1.8), termos de depoimentos (movs. 1.4/1.7, 1.9/1.10), termo de declaração da vítima (movs. 1.12/1.14), laudo de exame de lesões corporais (mov. 1.14) e imagens das lesões
(movs.1.15/120).; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Marly Micheletti Casagrande, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Goioerê, 11 de março de 2024.**
Christian Palharini Martins
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): SIDINEY BATISTA DOS SANTOS
PRAZO DE 15 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Christian Palharini Martins, da Vara Criminal de Goioerê, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Crimes contra a Fauna, sob nº 0004091-88.2022.8.16.0084, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) SIDINEY BATISTA DOS SANTOS, e vítima FERNANDO RAMUALDO EVANGELISTA DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido SIDINEY BATISTA DOS SANTOS, portador(a) do RG 150881145 SSP/PR e CPF 224.108.588-05, nascido(a) em 29/10/1980, natural de CAMPINAS, filho(a) de EDNA BATISTA DA COSTA DOS SANTOS e MANOEL DOS SANTOS,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 32 - PRATICA DE ABUSO, MAUS TRATOS CONTRA ANIMAIS, Detenção: 3 meses a 1 ano E Multa oferecida em 18/11/2022 e recebida em 21/11/2022, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "Desde data incerta, mas até o dia 28 de outubro de 2022, por volta das 14h00min, no Bairro Santa Luzia, área rural do município e comarca de Goioerê/PR, o denunciado SIDNEY BATISTA DOS SANTOS, com consciência e vontade, praticou maus-tratos contra animais domésticos e domesticáveis, sendo 4 (quatro) cães e uma égua, mantendo-os amarrados, sem água, alimentação suficiente, e cuidados básicos, a ponto de deixá-los desnutridos e desidratados, e com lesões aparentes, conforme consta boletim de ocorrência (mov. 1.2), vídeos (sequências 1.4, 1.5 e 1.6) e relatório de atendimento veterinário (anexo); e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Marly Micheletti Casagrande, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Goioerê, 11 de março de 2024.**
Christian Palharini Martins
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): MARCIANO ANTONIO DE ASSIS
PRAZO DE 15 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Christian Palharini Martins, da Vara Criminal de Goioerê, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0003858-91.2022.8.16.0084, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) MARCIANO ANTONIO DE ASSIS, e vítima Carla Suelen de Oliveira, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido MARCIANO ANTONIO DE ASSIS, portador(a) do RG 100939096 SSP/PR e CPF 065.876.919-78, nascido(a) em 02/04/1986, natural de GOIOERE/PR, filho(a) de CLEUZA MARIA DE ASSIS e FRANCISCO ANTONIO DE ASSIS,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 155 - FURTO SIMPLES, Reclusão: 1 a 4 anos E Multa oferecida em 08/03/2023 e recebida em 09/03/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: No dia 18 de março de 2022, por volta das 13h10min, na Rua Minas Gerais, nº 03, no distrito de Jaracatiá, município de Goioerê, o denunciado MARCIANO ANTONIO DE ASSIS, com consciência e vontade dirigidas à prática do ilícito, prevalecendo-se das relações domésticas, subtraiu para si, com ânimo de assenhoramento definitivo, 01 (um) televisor, cor prata, 32 polegadas, de marca SEMP e 01 (um) botijão de gás, em desfavor da vítima Carla Suelen de Oliveira, sua ex-convivente, os bens foram avaliados em R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais). (cf. Boletim de Ocorrência 2022/287719 de seq. 1.2, termo de depoimento de seqs. 1.4 a 1.7, auto de avaliação de seq. 11.1 e auto de interrogatório de seq. 13.2). **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Marly Micheletti Casagrande, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Goioerê, 11 de março de 2024.**
Christian Palharini Martins
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 60 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Christian Palharini Martins, da Vara Criminal de Goioerê, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Contra pessoas não identificadas como mulher, sob nº 0004708-19.2020.8.16.0084, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) NAIARA DOS SANTOS PEDROSO, e vítima HEITOR FELIPE DOS SANTOS PEDROSO DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **NAIARA DOS SANTOS PEDROSO, portador(a) do RG 144469542 SSP/PR e CPF 120.166.739-90, nascido(a) em 28/09/1998, natural de SAO JOSE DO RIO PRETO, filho(a) de RINALDA DOS SANTOS PEDROSO e JORGE PEDROSO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 129 - LESAO CORPORAL - VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR, Detenção: 3 meses na data de 17/02/2024, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: "' Face ao exposto, julgo PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR a ré **NAIARA DOS SANTOS PEDROSO**" às penas do art. 129 §9º do CP, o que o faço na forma do art. 387 do CPP. Condeno ainda a acusada no pagamento das custas processuais,. Logo, fixo a pena definitiva em 03 (três) meses de detenção . Determino que o , na forma do art. 33 §2º alínea "c" do CP, cujas condições a seremregime inicial seja aberto esclarecidas em sede de audiência admonitória ficam desde já estabelecidas: manter-se em trabalho fixo a ser comprovado em 15 (quinze) dias; comparecimento mensal ao juízo para justificar suas atividades; não portar arma branca ou arma de fogo; comparecer a todo e qualquer ato processual que vier a ser intimado por este juízo; não mudar de endereço ou ausentar da comarca por mais de 15 (quinze) dias sem devida autorização do juízo; não se ausentar do país sem autorização judicial; permanecer em sua residência durante os dias da semana após às 20:00h até às 06:00h do dia seguinte e durante todo o período nos finais de semana e feriados, salvo se estiver trabalhando ou estudando comprovadamente. se apresentar às autoridade policiais, civis ou militares, sempre que solicitada sua presença para fins de fiscalização do recolhimento domiciliar.em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Goioerê, 11 de março de 2024.
Christian Palharini Martins
Juiz de Direito

EDITAL AUDIÊNCIA ADMONITÓRIA O Doutor Christian Palharini Martins, MM. Juiz de Direito da Vara de Execução em Meio Aberto da Comarca de Goioerê/PR, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei.
FAZ SABER todos que o presente virem, ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 15 (quinze) dias, expedido nos autos de EXECUÇÃO DE PENA N ° 4000020-04.2024.8.16.0084, que não sendo possível intimar pessoalmente o apenad**o JOÃO LOPES,** brasileiro, nascido aos 15/11/1942, natural de ESTADO DE SÃO PAULO/PR , filho de JOANA MARIA DE JESUS E BENEDITO LOPES , CPF: 313.898.309-00, RG: 4048695 SSP/PR, atualmente em local incerto, pelo presente, **INTIMA-O** para comparecer presencial para agendar audiência admonitória no prazo

de 30 (trinta) dias. Nesta Comarca de Goioerê/PR. Ficando ainda ciente que acaso anuído pelas partes, o ato será realizado por videoconferência, através de aplicativo Microsoft Teams, bastando que o interessado tenha telefone celular ou computador com acesso à internet. Por fim o não comparecimento sem prévia justificação poderá ensejar nas sanções previstas em lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Goioerê, aos onze (11) dias do mês de Março (03) do ano de dois mil e vinte e quatro (2024), eu.....(Fernando Henrique Bonache), Técnico Judiciário, o digitei e o subscrevo.

EDITAL AUDIÊNCIA DE JUSTIFICATIVA

O Doutor Christian Palharini Martins, MM. Juiz de Direito da Vara de Execução em Meio Aberto da Comarca de Goioerê/PR, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei.

FAZ SABER todos que o presente virem, ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 15 (quinze) dias, expedido nos autos de EXECUÇÃO DE PENA N ° 0001409-49.2018.8.08.0012, que não sendo possível intimar pessoalmente o apenad**a , VANDERLEI DOS SANTOS,** brasileiro, nascido aos 07/09/1984, natural de CASCAVEL/PR, filho de IRMA DOS SANTOS e JOSE MARIA DOS SANTOS , CPF: 048.264.049-99, RG: 95176941 SSP/PR, atualmente em local incerto, pelo presente, **INTIMA-O** para comparecer presencial para participar de **audiência justificativa no dia 17/04/2024 às 12h45mins**. Nesta Comarca de Goioerê/PR. Ficando ainda ciente que acaso anuído pelas partes, o ato será realizado por videoconferência, através de aplicativo Microsoft Teams, bastando que o interessado tenha telefone celular ou computador com acesso à internet. Por fim o não comparecimento sem prévia justificação poderá ensejar nas sanções previstas em lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Goioerê, aos onze (11) dias do mês de Março (03) do ano de dois mil e vinte e quatro (2024), eu.....(Fernando Henrique Bonahce), Técnico Judiciário, o digitei e o subscrevo.

GRANDES RIOS

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

PODER JUDICÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE GRANDES RIOS - PARANÁ VARA CRIMINAL
/// EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - VÍTIMA DAIANE FERREIRA///
(com prazo de quinze dias)

F A Z S A B E R - a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com prazo de vinte dias, principalmente a vítima DAIANE FERRERIA, brasileira, portadora do RG nº 12.645.166 SSP/PR, CPF 092.397.379-60, nascida em 17/12/1992, filha de Maria Aparecida Ferreira, atualmente em lugar ignorado, conforme certidão nos autos; via edital, fica a mesma INTIMADA da respeitável sentença proferida e registrada em 27/11/2023, nos autos de AÇÃO PENAL nº 0000941-96.2022.8.16.0085, que ABSOLVEU o réu MAURICIO DA CRUZ FIDELIS, como incurso nas sanções do artigo 147-A, §1º, II, do Código Penal, com a incidência da Lei nº 11.340/2006. Fica, pelo presente, ciente de que findo o prazo acima estipulado, que será contado a partir da publicação, terá o prazo de cinco dias (05) para, querendo, apelar à superior instância. Grandes Rios, ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro. Eu, Marcio Antonio Okada - técnico judiciário, digitei e subscrevi.---------- Assinado digitalmente = MARIA ÂNGELA CAROBREZ FRANZINI = Juíza de Direito

---

Edital Geral - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE GRANDES RIOS
VARA CÍVEL DE GRANDES RIOS - PROJUDI
Avenida José Monteiro de Noronha, s/n - Ed. Fórum - Centro - Grandes Rios/PR - CEP: 86.845-000 - Fone: (43) 3572-8598 - E-mail: nels@tjpr.jus.br

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE 10 dias úteisA MM. Juíza de Direito da Vara Judicial desta Comarca de Grandes Rios/Pr, **DRA. MARIA ÂNGELA CAROBREZ FRANZINI;**

PROCESSO: Curatela sob nº 0000183-25.2019.8.16.0085REQUERENTE: ORIVINO VITURINO REQUERIDO: MARIA APARECIDA CORREADATA DA SENTENÇA: 14/02/2024 Limites da Curatela: restrita a aspectos patrimoniais e negociais. CURADORA NOMEADA: ORIVINO VITURINOO presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Neusa Salvador de Lima, Escrivã, conferi e digitei.**Grandes Rios, 12 de março de 2024.**
Neusa Salvador de Lima
EscrivãOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

GUAÍRA

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO: 30 DIAS

O(A) MM(ª) Juiz(íza) de Direito da 2ª Vara Judicial da Comarca de Guaíra/PR, na forma da lei, **FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, na 2ª Vara Judicial da Comarca de Guaíra/PR, tramitam os autos nº. 0006965-84.2015.8.16.0086, de Ação Penal, movido pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**, onde **INTIMA** o réu **MARCIO VIEIRA DIAS** , brasileiro(a), portador(a) da cédula de identidade RG nº. 291845553 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº. 349.191.028-52, nascido(a) aos 15/12/1975, natural de MARILIA, filho de Nome da Mãe: VILMA GOMES DIAS Nome do Pai: SEBASTIAO VIEIRA DIAS, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se sobre a avaliação realizada no veículo Ford Del Rey, Ghia, cor azul, 1986/1986, Placas AEJ 5266, chassi 9BFDXXLB2DGJ80601, considerado pelo avaliadof com em péssimo estado de conservação, avaliado em R$ 1.000,00 (um mil reais).

Eu, Marcos Roberto de Lima, Técnico Judiciário, elaborei e subscrevi.
Guaíra/PR, 12 de março de 2024.
Maria Luíza Mourthé de Alvim AndradeJuíza de Direito

GUARAPUAVA

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ **COMARCA DE GUARAPUAVA** **1ª VARA CRIMINAL DE GUARAPUAVA - PROJUDI** **Av. Manoel Ribas, 500 - Santana-Guarapuava/PR - CEP: 85.070-180 - Fone: (42)-33087408**

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
Autos 0000689-27.2023.8.16.0031
CASSIANE SCHIOMO COUTINHO

A Dra. Erika Luiza Dias Pinto Taborda, MMª. Juíza de Direito da Primeira Vara Criminal da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, etc.

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a vítima CASSIANE SCHIOMO COUTINHO, RG nº 147734875 SSP/PR (RG validado no IIPR sob o nº 14773487), CPF nº 108.557.599-33, filha de JOSIANE SCHIOMO DE SOUZA e de LAURECI VIEIRA COUTINHO, nascida aos 06/10/1998, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-A para tomar ciência de que em 22/02/2024, por este Juízo, foi proferida sentença nos autos 0000689-27.2023.8.16.0031, em que figura como réu SILVIONEY RIBEIRO BAHLS, RG nº 131960727 SSP/PR (RG validado no IIPR sob o nº 13196072), CPF nº 109.172.269-25, filho de MARLI APARECIDA RIBEIRO BAHLS e de SEBASTIÃO JOSENEY BAHLS, nascido aos 23/06/1993. Pela referida sentença o réu foi ABSOLVIDO do cometimento do(s) delito(s) previstos(s) no(s) art. 147 caput do Código Penal e art. 21 da lei 3688/41 , com fundamento no(s) art. 386 VII do CPP.

Fica, por fim, a vítima de que o inteiro teor da r. sentença proferida se encontra disponível para consulta nesta Secretaria. E, para que chegue ao conhecimento

daquela, mandei expedir o presente Edital, que será publicado pela Imprensa Oficial e afixado no átrio do Fórum local.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, aos 12/03/2024. Eu Surama Kluber, Técnica Judiciária, digitei e subscrevi.
Erika Luiza Dias Pinto Taborda
Juíza de Direito

3ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE GUARAPUAVA
3ª VARA CRIMINAL DE GUARAPUAVA - PROJUDI
Av. Manoel Ribas, 500 - Próximo ao Parque de Exposições Lacerda Werneck - Santana - Guarapuava/PR - CEP: 85.070-180 - Fone: (042) 3308-7470 - E-mail: gua-11vj-s@tjpr.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): IGOR GABRIEL SANTOS
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Susan Nataly Dayse Perez da Silva, da 3ª Vara Criminal de Guarapuava, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal de Competência do Júri, assunto Homicídio Simples, sob nº 0003312-06.2019.8.16.0031, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) IGOR GABRIEL SANTOS, ELISSON JOSE DE ALMEIDA PACHECO, e vítima EDNILSON OLIVEIRA DA ROSA, WILLIAN JOSE CORDEIRO FERREIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido IGOR GABRIEL SANTOS, portador(a) do RG 145066247 SSP/PR e CPF 123.503.589-17, nascido(a) em 27/07/2000, natural de GUARAPUAVA, filho(a) de ROSEMERI DA LUZ FIUZA SANTOS e JOSÉ ALTEMIR SANTOS,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor pelo artigo 121, "caput" - HOMICIDIO SIMPLES, Reclusão: 6 a 20 anos e artigo 121, "caput" c/c art. 14, inciso II - HOMICIDIO SIMPLES, Reclusão: 6 a 20 anos (Tentado) oferecida em 27/04/2022 e recebida em 27/04/2022, conforme descrição do fato transcrito na denúncia, sobre os fatos ocorridos no dia 28 de novembro de 2018, tendo como vítimas as pessoas de E. O. da R. e W. J. C. F.; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. CIENTIFICAÇÃO de que na resposta poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. ADVERTÊNCIA de que o processo seguirá sem a presença do acusado quando, citado ou intimado para qualquer ato, deixar de comparecer em Juízo sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de endereço, não comunicar, de imediato, o novo endereço ao Juízo (art. 367 do Código de Processo Penal). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Danielle de Carvalho, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Guarapuava, 12 de março de 2024.
Susan Nataly Dayse Perez da Silva
Juíza de Direito

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE GUARAPUAVA
3ª VARA CRIMINAL DE GUARAPUAVA - PROJUDI
Av. Manoel Ribas, 500 - Próximo ao Parque de Exposições Lacerda Werneck - Santana - Guarapuava/PR - CEP: 85.070-180 - Fone: (042) 3308-7470 - E-mail: gua-11vj-s@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): JAURI PEDRO PEREIRA
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Susan Nataly Dayse Perez da Silva, da 3ª Vara Criminal de Guarapuava, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Estupro de vulnerável, sob nº 0006930-90.2018.8.16.0031, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) JAURI PEDRO PEREIRAe que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **JAURI PEDRO PEREIRA, portador(a) do RG 107184651 SSP/PR e CPF 013.749.359-21, nascido(a) em 10/11/1977, natural de GUARAPUAVA, filho(a) de MARIA PEREIRA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na data de 23/02/2024, na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 241-D - Facilita ou induz o acesso à criança de material contendo cena de sexo explícito ou pornográfica com o fim de com ela praticar ato libidinoso, Pena de Reclusão: 1 ano e 10 dias-multa, e ART 217-A - ESTUPRO DE VULNERAVEL, Pena de Reclusão: 9 anos e 4 meses, em concurso material, resultando na pena definitiva de 10 (dez) anos, 04 (quatro) meses de reclusão e 10 (dez) dias-multa, a ser cumprida em regime inicial fechado, e condenado, ainda, ao pagamento das custas e despesas processuais, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Danielle de Carvalho, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Guarapuava, 12 de março de 2024.
Susan Nataly Dayse Perez da Silva
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 60 (sessenta) dias
JOSÉ ENRICO MILESKI
A Dra. Susan Nataly Dayse Perez da Silva, MMa. Juíza de Direito da Terceira Vara Criminal da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, etc...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o **prazo de 60 (sessenta) dias,** ou dele conhecimento tiverem, que, não tendo sido possível **intimar** pessoalmente o requerido, JOSÉ ERICO MILESKI, brasileiro, nascido aos 15.12.1974, natural de Guarapuava/PR, RG nº 6.483.355-3-SSP/PR, filho de Estacha Mileski e Ezequiel Mileski, pelo presente **INTIMA-O**, para tomar ciência das seguintes medidas protetivas aplicadas em favor da vítima Janete Candinho da Silva, com fulcro nos incisos II e III do art. 22 da Lei nº 11.340/2006, nos autos de Medida Protetiva nº **0001873-81.2024.8.16.0031**: a) proibição de aproximar-se da vítima, e de sua residência, fixando-se o limite em 200 (duzentos) metros; b) proibição de contato por qualquer meio de comunicação com a vítima; c) afastamento do lar de convivência com a ofendida; d) comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação, assim como o acompanhamento psicossocial, bem como INTIMA-O, para que observe fielmente as medidas, sob pena de caracterização do delito de desobediência à ordem judicial, sem prejuízo de eventual decretação de sua prisão preventiva, com base no art. 313, inciso IV, do Código de Processo Penal, consoante a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 11.340/2006. INTIMA-O, ainda, para indicar o local onde poderá ser encontrado para outras intimações que eventualmente se fizerem necessárias. E, para que chegue ao conhecimento do requerido, mandei expedir o presente Edital, que será publicado pela Imprensa Oficial e afixado no átrio do Fórum local.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, aos trinta dias no mês de novembro eu, Joel Everaldo de Lima, Técnico Judiciário, digitei e subscrevi.
Susan Nataly Dayse Perez da Silva
Juíza de Direito

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

EDITAL PARA EVENTUAIS INTERESSADOS INCERTOS OU DESCONHECIDO ACERCA DO PROCESSO ELETRÔNICO Nº 0017180-61.2013.8.16.0031, DE INVENTÁRIO E PARTILHA DO ESPÓLIO DE DAVID NUNES DA SILVA E GERTRUDE FERREIRA DA SILVA E DOS INVENTÁRIOS PARCIAIS DOS BENS DE ELOÁ PERRUSSELI, LEONINA APARECIDA KUNTZ, ANTONIO CEZAR KUNTZ, ROSELMIRA NUNES BENEK, JOÃO ROBERTO BENEK, FLORIPA NUNES DE MORAIS, NILTON FERREIRA DE MORAES, VERA TEREZINHA DE MORAES NEVES, CASEMIRO NUNES, JOSÉ DE PAULA BORGES E ANA MARIA NEVES. **O DOUTOR GLAUCO ALESSANDRO DE OLIVEIRA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA, SUCESSÕES E ANEXOS DA COMARCA DE GUARAPUAVA, na forma da lei, etc.**
FAZ SABER a quem o conhecimento deste haja de pertencer, que por este Juízo e Cartório encontra-se em trâmite a **AÇÃO DE INVENTÁRIO E PARTILHA**, autuado sob número 0017180-61.2013.8.16.0031 promovida por Osvaldo Nunes da Silva do espólio de David Nunes da Silva e Gertrude Ferreira da Silva e dos inventários parciais dos bens de Eloá Perrusseli, Leonina Aparecida

Kuntz, Antonio Cezar Kuntz, Roselmira Nunes Benek, João Roberto Benek, Floripa Nunes de Morais, Nilton Ferreira de Moraes, Vera Terezinha de Moraes Neves, Casemiro Nunes, José de Paula Borges e Ana Maria Neves, tendo como herdeiros Osvaldo Nunes da Silva, Antonia Ida Fontana, Sirlei Aparecida Kuntz, Cirlene Terezinha Kuntz, Celine Maria Kuntz Casagrande, Luiz Valmor Casagrande, Antonio Cezar Kuntz, Celine Maria Kuntz Casagrande, Araceli Neves e Carina Neves, possuindo o presente a finalidade de **CITAR EVENTUAIS INTERESSADOS INCERTOS E DESCONHECIDOS NO INVENTÁRIO DOS BENS DE JUVITA DAVID NUNES DA SILVA E GERTRUDE FERREIRA DA SILVA E DOS INVENTÁRIOS PARCIAIS DOS BENS DE ELOÁ PERRUSSELI, LEONINA APARECIDA KUNTZ, ANTONIO CEZAR KUNTZ, ROSELMIRA NUNES BENEK, JOÃO ROBERTO BENEK, FLORIPA NUNES DE MORAIS, NILTON FERREIRA DE MORAES, VERA TEREZINHA DE MORAES NEVES, CASEMIRO NUNES, JOSÉ DE PAULA BORGES E ANA MARIA NEVES** da referida ação objetivando a provocação, para participar do processo de Inventário e Partilha. FICAM OS EVENTUAIS INTERESSADOS INCERTOS E DESCONHECIDOS NO INVENTÁRIO DOS BENS DE DAVID NUNES DA SILVA E GERTRUDE FERREIRA DA SILVA E DOS INVENTÁRIOS PARCIAIS DOS BENS DE ELOÁ PERRUSSELI, LEONINA APARECIDA KUNTZ, ANTONIO CEZAR KUNTZ, ROSELMIRA NUNES BENEK, JOÃO ROBERTO BENEK, FLORIPA NUNES DE MORAIS, NILTON FERREIRA DE MORAES, VERA TEREZINHA DE MORAES NEVES, CASEMIRO NUNES, JOSÉ DE PAULA BORGES E ANA MARIA NEVES, citados através do presente Edital para que no **prazo de 20 (vinte) dias** se manifestar acerca da petição inicial, despacho inicial e primeiras declarações.

Pelo presente edital ficam eventuais interessados incertos ou desconhecidos citados, nos termos do artigo 626, §1º c/c 259, inciso III, do Código de Processo Civil.

E para que ninguém possa alegar ignorância se passou o presente edital e cópias de igual teor e forma que serão publicadas conforme a lei, para Citação de Terceiros Interessados acerca dos termos da ação sob nº 0017180-61.2013.8.16.0031, de Inventário e Partilha, em trâmite neste juízo**.**

Guarapuava, 11 de março de 2024. Eu, Pedro Asceu Abbegg, Estagiário, digitei e conferi.

LETICIA DO NASCIMENTO E SILVA Chefe de Secretaria
(Autorizada pelo M.M. Juiz de Direito por meio da portaria 03/2012)

Edital com prazo de 20 (vinte) dias para intimação de eventuais interessados incertos e desconhecidos acerca da síntese da decisão judicial de item 62.1 e das primeiras declarações,relativa ao processo sob nº 0010146-20.2022.8.16.0031de Inventário - Inventário e Partilha em que foi nomeado como inventariante Elcio de Andrade, sendo herdeiros: Elcio de Andrade, Maria Rosane de Oliveira Andrade, Rosa Maria Oliveira de Andrade e Antonia Oliveira de Andrade. Declarado como bem: a fração de 264,83m2 do terreno urbano, com área total de 529,65m2, situado no bairro Santa Cruz, em Guarapuava/PR, caracterizado e confrontado no Instrumento abaixo registado, que deu origem a esta matrícula, via do Croqui Oficial n. 4835, elaborado pela Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo, da Prefeitura desta cidade, aos 19/04/1993, conforme se descreve: Medindo 11,00m de frente para a Rua Antonio Rebouças, por 48,15m de profundidade no lado direito, de quem olha o imóvel de frente, confrontando neste lado com Antonio Darci de Andrade, no lado esquerdo mede 48,15m de profundidade e confronta com Arci Schwaigert e 11,00m na linha dos fundos, confrontando com Osmar Nider Maier, a uma distância de 55,90m da esquina da Rua Comendador Norberto, na quadra formada pelas citadas ruas, mais as de nomes Coronel Saldanha e Jesuíno Marcondes, objeto da matrícula 35.512, do Segundo Registro de Imóveis de Guarapuava, Paraná. Valor da fração do terreno: R$ 33.960,93 (trinta e três mil novecentos e sessenta reais e noventa e três centavos) . A falecida deixou apenas uma única dívida, devida para a Prefeitura de Guarapuava, no valor total de R$ 3.434,82 (três mil quatrocentos e trinta e quatro reais e oitenta e dois centavos), informando, ainda, que os referidos débitos foram parcelados e estão sendo pagos.

O doutor Glauco Alessandro de Oliveira, juiz de direito da vara de família e sucessões e anexos da comarca de Guarapuava, *na forma da lei, etc*.

FAZ SABER a quem o conhecimento deste haja de pertencer, que por este Juízo e Cartório foi distribuído ação de Inventário - Inventário e Partilha em data de 20 de julho de 2022, dos bens deixados por falecimento de **Evani de Andrade** e foi Proferida Decisão Judicial, datada de 19 de outubro de 2023, por Glauco Alessandro de Oliveira, Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões e Anexos desta Comarca, nos autos supra mencionados, cujos termos, em síntese, encontram-se abaixo descritos:

(...) Destarte, nos termos dos artigos 72, I e 671, II, ambos do Código de Processo Civil, da Lei Complementar Estadual nº 136/2011 e da Lei Complementar nº 132/2009, nomeio a Defensoria Pública para a função de curador especial das herdeiras incapazes Rosa Maria Oliveira de Andrade e Antonia Oliveira de Andrade. (...)

(...) Por conseguinte, intime-se a Defensoria Pública para que, querendo, se manifeste em 15 (quinze) dias. (...).

(...) Independentemente do cumprimento do determinado no item anterior, conforme artigos 259, III, e 626, §1º, do Código de Processo Civil, citem-se sucessivamente o curador especial e eventuais interessados no inventário dos bens de Evani de Andrade incertos ou desconhecidos por edital, com prazo de 20 (vinte) dias, para que, querendo, se manifestem sobre as primeiras declarações no prazo de 15 (quinze) dias.(...)

(...) Havendo impugnação, intime-se o inventariante para se manifestar em 15 (quinze) dias. (...)

E para que ninguém possa alegar ignorância se passou o presente edital e cópia de igual teor e forma será publicada conforme a lei, acerca dos termos da decisão judicial de item 62.1, da presente Ação de Inventário - Inventário e Partilha, em trâmite neste juízo**.**

Guarapuava, 08 de março de 2024. Eu, Arthur Kubiak Ramos, Estagiário de Direito, digitei.

Letícia do Nascimento e Silva
Chefe de Secretaria
(aut. port. 03/2012)

IBAITI

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE IBAITI VARA CÍVEL DE IBAITI - PROJUDI Praça do Três Poderes, 23 - Centro - Ibaiti/PR - CEP: 84.900-000 - Fone: 4335461296 - E-mail: cedi@tjpr.jus.br EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): SUPERMERCADO MAIRINCK LTDA PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Caroline Gazzola Subtil de Oliveira, Juíza Substituta, da Vara Cível de Ibaiti, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Monitória, assunto Duplicata, sob nº 0002234- 31.2018.8.16.0089, em que é(são) exequente(s) GALIZA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA., e executado(s) SUPERMERCADO MAIRINCK LTDA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido SUPERMERCADO MAIRINCK LTDA, portador (a) do CNPJ 17.215.066/0001-00. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, efetuar o pagamento do débito a que foi condenado, no valor total de R$14.601,40 (catorze mil, seiscentos e um reais e quarenta centavos), acrescidos de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento, acrescentado de custas processuais. Caso o pagamento não seja realizado, acarretará pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), ambos incidentes cumulativamente sobre o débito atualizado ou sobre o valor restante, em caso de pagamento parcial, nos termos do art. 523, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil. Se efetuado o pagamento integral da dívida no prazo estipulado, fica isento de multa, honorários advocatícios e custas processuais decorrentes do cumprimento de sentença, e havendo pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante da obrigação. A(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) de que poderá(ão) opor impugnação, por meio de advogado(a), no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados a partir do término do prazo para pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação, conforme previsto no art. 525 do Código de Processo Civil. Salienta-se, contudo, que a suspensão do cumprimento de sentença condicionase à garantia do juízo (art. 525, § 6º, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Letícia do Nascimento Vieira, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Ibaiti, 06 de fevereiro de 2024. Caroline Gazzola Subtil de Oliveira Juíza Substituta OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

IVAIPORÃ

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): ELI JOSE DOS SANTOS; e SUELI DOS SANTOS. O(A) Juiz(íza) de Direito José Chapoval Cacciacarro, da Vara Cível de Ivaiporã, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0003254-91.2022.8.16.0097, em que é(são) autor(es) Antonio Gonçalves, Cleide Aparecida Pereira Rodrigues, e réu(s) ADÃO AGOSTINHO DOS SANTOS, MARIA APARECIDA DA SILVA, ROSELI ALVES PEREIRA FRANCISCO, ALVARO BATISTA DOS SANTOS, SUELI DOS SANTOS, José Maria Francisco, ELI JOSE DOS SANTOS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) ELI JOSE DOS SANTOS;SUELI DOS SANTOS. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua CITAÇÃO para oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Jessica Fernanda de Souza Doerner, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Ivaiporã, 11 de março de 2024. José Chapoval Cacciacarro Juiz de Direito

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES E INFÂNCIA E JUVENTUDE

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): GENECIR DA COSTA LIMA e PABLO HENRIQUE MOURA LIMA
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Adriana Marques dos Santos, da Vara Criminal de Ivaiporã, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0003368-64.2021.8.16.0097, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) GENECIR DA COSTA LIMA, PABLO HENRIQUE MOURA LIMA, e vítima Estado do Paraná, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **GENECIR DA COSTA LIMA, portador(a) do RG 24449335 SSP/PR e CPF 040.363.719-83, nascido(a) em 03/03/1977, natural de APUCARANA/PR, filho(a) de GEROLINDA MARIA DE SOUZA LIMA e JOÃO DA COSTA LIMA e PABLO HENRIQUE MOURA LIMA, portador(a) do RG 145771609 SSP/PR e CPF 122.750.989-84, nascido(a) em 26/10/2002, natural de INDAIATUBA, filho(a) de SANDRA DA SILVA DE MOURA e GENECIR DA COSTA LIMA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Joelma Silvana de Oliveira Gonçalves , Analista Judiciário, conferi e digitei.**Ivaiporã, 12 de março de 2024.**
Adriana Marques dos Santos
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

JAGUARIAÍVA

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO Denunciado:BRUNO DELFINO DE SOUZA Autos nº. 0002118-16.2023.8.16.0100 Prazo: 15 dias Amanda Cristina Lam Staczuk Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Jaguariaíva, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais etc... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu abaixo nominado e qualificado, que se encontra atualmente em local incerto e não sabido, que fica pelo presente CITADO do inteiro teor da denúncia e a acompanhar(em) todos os demais termos do processo, bem como para NO PRAZO LEGAL DE 10 (DEZ) DIAS, E ATRAVÉS DE ADVOGADO CONSTITUÍDO (ART. 396 E 396-A DO CPP), RESPONDA POR ESCRITO À ACUSAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO formulada nos autos de PROCESSO-CRIME Nº 0002118-16.2023.8.16.0100, como incurso nas penas do ART 147: Ameaça, AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses, ART 12 - Posse irregular de arma de fogo de uso permitido, POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO, ACESSORIO OU MUNICAO - USO PERMITIDO, Detenção: 1 a 3 anos e ART 14 - Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO, ACESSORIO OU MUNICAO - USO PERMITIDO, Reclusão: 2 a 4 anos E Multa, podendo arguir preliminares e alegar tudo que interessar à sua defesa, bem como oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, SOB PENA DE SER APRESENTADA POR DEFENSOR DATIVO. Réu: BRUNO DELFINO DE SOUZA, RG n° 129553650 SSP/PR, nascido aos 16/08/1994, atualmente em lugar incerto e não sabido. DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Jaguariaíva, 04 de março de 2024 às 12:52:44. Eu Renata Maurente Rodrigues, Técnica Judiciária, que o digitei e o subscrevi. Amanda Cristina Lam Staczuk Juíza de Direito CERTIDÃO Certifico, que nesta data afixei cópia deste edital em local de costum

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO Denunciado:IGOR HENRIQUE MATEUS Autos nº. 0002944-52.2017.8.16.0100 Prazo: 60 (sessenta) dias Amanda Cristina Lam Staczuk Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Jaguariaíva, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais etc... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 60 (sessenta) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu abaixo nominado e qualificado, que se encontra atualmente em local incerto e não sabido, que pelo presente INTIMA-O de que por sentença proferida em 14/12/2023 nos autos de PROCESSO-CRIME Nº 0002944-52.2017.8.16.0100, foi Extinta a punibilidade no tocante das sanções previstas nos artigos 155, §4º, inciso IV, do Código Penal e artigo 244-B da Lei nº. 8.069/90, com fulcro no artigo 107, inciso IV, do Código Penal, ciente de que findo o prazo deste edital, iniciará o prazo para interposição de recurso. Réu: IGOR HENRIQUE MATEUS, RG n° 124230772 SSP/PR, nascido aos 22/07/1995, atualmente em lugar incerto e não sabido. DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Jaguariaíva, 06 de março de 2024 às 13:19:36. Eu Renata Maurente, Técnica Judiciária, que o digitei e o subscrevi. Amanda Cristina Lam Staczuk Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Requerido:ANGELA MARIA DA SILVA
Autos nº. 0003486-60.2023.8.16.0100
Prazo: 20 (vinte) dias

Amanda Cristina Lam Staczuk Juíz(a) de Direito da Vara da Infância e Juventude - Seção Cível da Comarca de Jaguariaíva, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais etc... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 20 (vinte) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a requerida abaixo nominada e qualificada, encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-LA de que foram concedidas as seguintes medidas protetivas de urgências: A) AFASTAMENTO dos locais de convivência dos menores Izadora, João Miguel e Murilo (art. 20, II, da Lei Henry Borel). Requisite-se a força pública, se necessário for. Comunique-se à Polícia Militar e Civil; B) PROIBIÇÃO de se aproximar dos infantes e seus familiares (genitor especialmente), estabelecendo a distância mínima de 200 (duzentos) metros (art. 20, III, da Lei Henry Borel); C) PROIBIÇÃO manter contato por qualquer meio de comunicação com os infantes (art. 20, IV, da Lei Henry Borel); D) PROIBIÇÃO de transitar nas ruas próximas à escola das crianças, especialmente nos horários de entrada e saída das aulas, a fim de preservar a integridade física e psicológica da criança, respeitadas as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 20, V, da Lei Henry Borel); ciente de que findo o prazo deste edital, iniciará a contagem do prazo.
Requerido(s): ANGELA MARIA DA SILVA , RG n° 134541067 SSP/PR, nascido (a) aos 13 /01/1997, Nome da Mãe: OZELIA PINTO MORAIS Nome do Pai: CLEBER LOURENÇO DA SILVA, natural de JAGUARIAIVA/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido. DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Jaguariaíva, 11 de março de 2024 às 13:47:15. Eu _____ Ricieri da Cruz, Analista Judiciária, que o digitei e o subscrevi. Amanda Cristina Lam Staczuk Juíz(a) de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO Denunciado:Vanessa Cristina Palhano Autos nº. 0000774-39.2019.8.16.0100 Prazo: 60 (sessenta) dias Amanda Cristina Lam Staczuk Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Jaguariaíva, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais etc... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 60 (sessenta) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu abaixo nominado e qualificado, que se encontra atualmente em local incerto e não sabido, que pelo presente INTIMA-O de que por sentença proferida em 17/01/2024 nos autos de PROCESSO-CRIME Nº 0000774-39.2019.8.16.0100, foi absolvido no tocante das sanções previstas no artigo 171, caput, do Código Penal, ciente de que findo o prazo deste edital, iniciará o prazo para interposição de recurso. Réu: Vanessa Cristina Palhano, RG n° 107143173 SSP/PR, nascido aos 19/05/1991, atualmente em lugar incerto e não sabido. DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Jaguariaíva, 11 de março de 2024 às 13:26:31. Eu Lucas Cavichiolo Moreira Barbosa, Técnico Judiciário, que o digitei e o subscrevi. Amanda Cristina Lam Staczuk Juíza de Direito

LAPA

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DA LAPA - PARANÁ
CARTÓRIO CÍVEL E ANEXOS
EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE TRINTA DIAS

Edital de Citação de **ROBSON COLAÇO**, residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido, para que tome conhecimento que por este Juízo tramitam os Autos de Execução Fiscal, registrados sob o nº **0004893-92.2023.8.16.0103** em que é exequente **Município de Contenda/ PR** e executado **ROBSON COLAÇO**, e, para que efetue o pagamento do débito, com os acréscimos devidos, no prazo de cinco dias, ou nomeie bens a penhora, sob pena de serem-lhe penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução, advertindo-se o citado de que se não for embargado, presumir-se-á aceito pelo mesmo, como verdadeiros, os fatos articulados pela exequente e que o prazo para oferecimento de embargos é de 30 (trinta) dias. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e de futuro não possam alegar ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. Lapa, 12/03/2024. Eu, _____, Auxiliar Juramentado, o digitei e subscrevi.

Bruno Schultz Batista
Auxiliar Juramentado
(autorizado conforme portaria nº 27/2018)

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DA LAPA - PARANÁ
CARTÓRIO CÍVEL E ANEXOS
EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE TRINTA DIAS

Edital de Citação de **ARMINDO MOHR**, residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido, para que tome conhecimento que por este Juízo tramitam os Autos de Execução Fiscal, registrados sob o nº **0004928-52.2023.8.16.0103** em que é exequente **Município de Contenda/ PR** e executado **ARMINDO MOHR**, e, para que efetue o pagamento do débito, com os acréscimos devidos, no prazo de cinco dias, ou nomeie bens a penhora, sob pena de serem-lhe penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução, advertindo-se o citado de que se não for embargado, presumir-se-á aceito pelo mesmo, como verdadeiros, os fatos articulados pela exequente e que o prazo para oferecimento de embargos é de 30 (trinta) dias. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e de futuro não possam alegar ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. Lapa, 12/03/2024. Eu, _____, Auxiliar Juramentado, o digitei e subscrevi.

Bruno Schultz Batista
Auxiliar Juramentado
(autorizado conforme portaria nº 27/2018)

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): VICENTE WERNICK
PRAZO DE 20 (vinte) dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Bianca Bacci Bisetto, da Vara da Fazenda Pública da Lapa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal, assunto Doação, sob nº 0000594-53.2015.8.16.0103, em que é exequente Francisco Vernik, ANA VERNIK RIBA, VICENTE WERNICK, JOANA VERNIK MOL, Dorvalino da Luz Vernick, JOSE VERNICK, e executado(a)(s) Município de Contenda/PR, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) requerida(s) Promovente VICENTE WERNICK, portador(a) do RG 11266240 SSP/PR e CPF 169.698.049-68, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua INTIMAÇÃO da para que se manifeste com relação ao interesse na sucessão processual e promova a habilitação aos autos em vinte dias úteis, sob pena de extinção sem resolução do mérito (art. 313, II do CPC).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
Eu, Bruno Schultz Batista, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Lapa, 12 de março de 2024.
Bianca Bacci Bisetto
Juíza de Direito

VARA CRIMINAL, INFÂNCIA E JUVENTUDE E FAMÍLIA E SUCESSÕES

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): ALEKSSANDRO TOMAS
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Silva Machado, da Vara Criminal de Lapa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0003450-14.2020.8.16.0103, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ALEKSSANDRO TOMAS, e vítima ANY KAROLINE TIZOTE LANDARIM,e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **ALEKSSANDRO TOMAS, portador(a) do RG 146683703 SSP/PR e CPF 100.281.919-94, nascido(a) em 23/01/2000, natural de LAPA, filho(a) de ELIZETE CLEMENTE BATISTA e JOSÉ CARLOS TOMAS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 21 - VIAS DE FATO, Prisão Simples: 21 dias na data de 12/03/2024 , em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Carla Ramalho Hirt, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Lapa, 12 de março de 2024.**
Leonardo Silva Machado
Juiz de Direito

LARANJEIRAS DO SUL

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital Geral

Adicionar um(a) ConteúdoTERMO DE COMPROMISSO DE CURADOR DEFINITIVO Cumprimento n.:0002336-03.2021.8.16.0104.0012 No dia 12 de março de 2024, nesta Secretaria da Vara Cível de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, tendo em vista a decisão proferida nos autos de Interdição/Curatela em epígrafe, perante o(a) Juiz(íza) de Direito Luciana Gonçalves Nunes compareceu o(a) senhor(a) MARGARIDA MEURER FERNANDES , brasileira, casada, servidora pública, portadora da Cédula de Identidade R.G. sob nº 6.936.162-5SESP /PR, nascido aos 10/02/1962, filha de Martinho Meurer e Paula Pereira Meurer, inscrita no C.P.F. n.º 039.215.999-62, residente e domiciliada na Rua Germano Esteche S/n.º - Município de Marquinho- Pr , para prestar compromisso de CURADOR DEFINITIVO do(a) interditando(a) CELINO FERNANDES (RG: 69361617 SSP/PR e CPF/CNPJ: 372.041.819-72) residente no(a) RUA GERMANO ESTECHE, 0 - CENTRO - MARQUINHO/PR, com estado civil Casado(a), em razão da interdição por [não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil, na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil, em razão de doença grave]. Pelo(a) Juiz(íza) foi deferido o compromisso [Lavre-se termo de curatela constando que a curadora não poderá alienar ou onerar bens de qualquer natureza pertencentes ao curatelado, a menos que autorizada judicialmente, e deverá aplicar exclusivamente na saúde, alimentação e bem-estar dele valores recebidos de entidades previdenciárias, aplicando-se, no mais, o artigo 553 do Código de Processo Civil e respectivas sanções], o qual aceitou, sujeitando-se às penas da Lei. Eu, LIANDRA FRANCO FRANÇA, Técnico Judiciário, digitei e conferi. Laranjeiras do Sul, 12 de março de 2024. Luciana Gonçalves Nunes Juíza de Direito (assinado eletronicamente) _____ MARGARIDA MEURER FERNANDES Curador(a) Definitivo(a)

LOANDA

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LOANDA
Juíza de Direito: Doutor Cristiano Diniz da Silva
Chefe de Secretaria: Jesuína de Oliveira Primo
AÇÃO PENAL Nº 0000416-93.2018.8.16.0105- EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU NEITON CARDOSO DA SILVA, COM PRAZO DE 15 DIAS. O Doutor Cristiano Diniz da Silva, MM. Juiz de Direito desta Comarca de Loanda, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de (15) quinze dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **NEITON CARDOSO DA SILVA,** brasileiro, portador do RG nº 15.218.451 SSP/PR, inscrito no CPF nº 051.306.659-45, filho de Lucia Cardoso dos Santos da Silva e Nilson Santos da silva, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente **CITA-O**, dos termos da DENÚNCIA oferecida ao movimento 21.1, nos autos epigrafados, para que no prazo de **15 (quinze) dias** apresente **resposta à acusação**, por escrito através de advogado, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, conforme arts. 361 e 363, § 1°, ambos do CPP.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Loanda, aos 11 de março de 2024. Eu, Márcia Aparecida Volante - Técnica Judiciária, que o digitei e o imprimi.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LOANDA
Juíza de Direito: Doutor Cristiano Diniz da Silva
Chefe de Secretaria: Jesuína de Oliveira Primo
AÇÃO PENAL Nº 0002232-42.2020.8.16.0105- EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU MÁRCIO PEREIRA FERNANDES, COM PRAZO DE 15 DIAS. O Doutor Cristiano Diniz da Silva, MM. Juiz de Direito desta Comarca de Loanda, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de (15) quinze dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **MÁRCIO PEREIRA FERNANDES,** brasileiro, portador do RG nº 4.191.990 SSP/PR, inscrito no CPF nº 576.200.329-91, filho de Leonor Tameline Fernandes e Carlos Pereira Fernandes, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente **CITA-O**, dos termos da DENÚNCIA oferecida ao movimento 20.2, nos autos epigrafados, para que no prazo de **15 (quinze) dias** apresente **resposta à acusação**, por escrito através de advogado, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, conforme arts. 361 e 363, § 1°, ambos do CPP.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Loanda, aos 11 de março de 2024. Eu, Márcia Aparecida Volante - Técnica Judiciária, que o digitei e o imprimi.

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

1ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
Finalidade: CITAÇÃO do **CASSIANE PEREIRA DA CRUZ**, brasileira, CPF 111.385.339-55, RG 140125474-SESP, atualmente em lugar incerto e não sabido.
Prazo: 20 (vinte) dias.
Edital expedido dos autos n.º **0061000-35.2023.8.16.0014** de AÇÃO MONITÓRIA em que **INSTITUTO FILADELFIA DE LONDRINA** move contra **CASSIANE PEREIRA DA CRUZ**, em trâmite neste Juízo da 1ª Vara Cível de Londrina-PR, através do sistema PROJUDI, onde o autor alega: A parte autora prestou serviços educacionais ao réu, tendo o referido aluno cursado regularmente as disciplinas oferecidas, conforme atestam os documentos anexos. O contrato de prestação de serviços educacionais, estipula em Cláusula Décima Terceira que, em caso de inadimplência, incidirá o acréscimo junto ao débito, honorários advocatícios de sucumbência no importe de 20% (vinte por cento). Todavia, a despeito da regular prestação de serviços, o requerido encontra-se com débitos junto a requerente, o que justifica a interposição da presente demanda. O débito atualizado em setembro/2023 no importe de R$ 9.471,07 (nove mil, quatrocentos e setenta e um reais e sete centavos). Estando o requerido acima nominado e qualificado, em lugar ignorado, é o presente edital para CITÁ-LO(A) para, querendo, no prazo legal de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da quantia reclamada, devidamente atualizada, acrescida de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa (artigo 701, do Código de Processo Civil), ou em igual prazo, opor, nos próprios autos, embargos (artigo 702, do Código de Processo Civil), sob pena de constituição de título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo, nos termos do artigo 701, § 2º do Código de Processo Civil. CIENTE de que, caso haja cumprimento da obrigação ficará isento das custas processuais, a teor do que contém o artigo 701, § 1º, do Código de Processo Civil. E, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será afixado no átrio do Fórum e publicado pela imprensa na forma da lei. Londrina, 11 de março de 2024.
"Assinatura Digital"
Erica Souza Dias
Analista Judiciária

Edital de Intimação

EDITAL DE CITAÇÃO
Finalidade:CITAÇÃO do executado 2RX COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA, empresa privada, inscrita sob o CNPJ nº. 32.191.818/0001-25, atualmente em lugar incerto e não sabido.
Prazo: 20 (vinte) dias.
Edital expedido dos autos de **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL** sob n.º 0037272-62.2023.8.16.0014 em trâmite neste Juízo da 1ª Vara Cível de Londrina-PR pelo sistema Projudi, em que o SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE move contra 2RX COMÉRCIO DA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS -

EIRELLI, onde a exequente alega que: A exequente, empresa do ramo de seguros, celebrou contrato de prestação de serviços de seguro saúde com a executada em novembro de 2021, referente ao plano Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com registro na ANS, através da apólice nº 740140000, conforme demonstram documentos anexos. O contrato firmado estabelece a necessidade de pagamento do valor mensal de R$ 77.097,15 (setenta e sete mil e noventa e sete reais e quinze centavos) concernente ao prêmio saúde, com vigência mínima de 24 (vinte e quatro) meses, conforme cláusula do contrato (manual do usuário). O contrato atribui à executada a responsabilidade quanto ao pagamento dos prêmios mensais, através dos boletos emitidos pela exequente. Ocorre que a relação contratual convencionada entre as partes fora maculada, uma vez que a executada não honrou com sua obrigação, deixando de promover o pagamento devido referente a mensalidade de fevereiro/2022. A inadimplência da executada se manteve no mês de março de 2022, perfazendo um débito decorrente de título de obrigação certa, liquida e exigível (prêmio de seguro saúde, vencido e não pago), sem correção, devido pela executada referente as mensalidades do plano de saúde corresponde ao montante de R$ 123.938,27 (prêmios de fevereiro de março de 2022). O valor do débito em novembro/2023 corresponde a importância de R$ 165.846,14. E por se encontrar em lugar ignorado é o presente para **CITAÇÃO** do(a) devedor(a), para, no **PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS**, **PAGAR** o débito reclamado, devidamente corrigido e com as demais cominações legais, sob pena de penhora e avaliação em bens de sua propriedade suficientes para a integral garantia da dívida (art. 829 do CPC); **CIENTE** de que para o caso de efetuar o pagamento integral dentro do prazo respectivo, a verba honorária fixada em 10% (dez por cento) sobre o valor total da dívida, será reduzida pela metade; bem como de que dispõe do **PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS**, para querendo, **APRESENTAR embargos** independentemente de penhora (arts. 914 e 915 do CPC), ou, no mesmo prazo **RECONHECER o crédito do exequente**, comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor total da execução (inclusive custas e honorários) e o restante em até 6 (seis) parcelas mensais e sucessivas, acrescidas, cada uma, de correção monetária e juros remuneratório de 1% (um por cento) ao mês (art. 916 do CPC). . E, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será afixado no átrio do Fórum e publicado pela imprensa na forma da lei. Londrina, 11 de março de 2024.
"Assinatura Digital"Erica Souza Dias
Analista Judiciária

2ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA
FORO CENTRAL - 2ª VARA CÍVEL
Av. Duque de Caxias nº 689 - FORUM - Centro Administrativo
C.E.P.: 8 6 0 1 5 - 9 0 2 Londrina - PR.
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS AUSENTES INCERTOS E DESCONHECIDOS, COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.
Edital de citação e intimação de terceiros interessados ausentes incertos e desconhecidos, para contestarem, dentro do prazo de **QUINZE (15) DIAS ÚTEIS**, contados do término do prazo deste, por intermédio de advogado, a **AÇÃO DE USUCAPIÃO** sob nº **0063678-23.2023.8.16.0014** em que é requerente **EUFLAUZINO JOSE DE LIMA NETO (CPF nº. 363.378.979-00)** e requerida **G LUNARDELLI S A AGRIC COM E EXP (CNPJ nº. 58.133.638/0003-42),** que tramita por este Juízo, sito à Av. Duque de Caxias, nº. 689 - Fórum, através da qual a parte autora pleiteia que seja declarada proprietária do" ***Data de terras sob o nº 10 (dez), da quadra nº 1 (um), com área de 293,89 metros quadrados, situada no JARDIM SANTO ANDRÉ, desta cidade, da subdivisão de uma área remanescente do lote nº 318 da Gleba Jacutinga, neste município e comarca, com as demais características constantes na Matrícula nº. 12.965, do 2º Ofício do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Londrina - PR"***. **ADVERTÊNCIA:** Decorrido os prazos supracitados, sem a apresentação de defesa, será decretada sua revelia e presumir-se-ão a veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial (art. 344, NCPC). Londrina, aos 12 de março de 2024. Eu, Vandecir dos Reis Loução, Escrivão, que o digitei e subscrevi.
(Assinado digitalmente) LUIZ GONZAGA TUCUNDUVA DE MOURA Juiz de Direito

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): JULIO CESAR ZIDOI FERREIRA
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Tatiane Garcia Silverio de Oliveira Claudino, da 2ª Vara Criminal de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Crimes de Trânsito, sob nº 0073038-65.2012.8.16.0014, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) JULIO CESAR ZIDOI FERREIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido JULIO CESAR ZIDOI FERREIRA, portador(a) do RG 77526862 SSP/PR e CPF 024.472.429-64, nascido(a) em 08/05/1979, natural de ARAPONGAS/PR, filho(a) de LUZIA ZIDOI e SEBASTIÃO BENEDITO FERREIRA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **extinta a sua punibilidade,** pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva do Estado, o que faço com fundamento nos arts. 107, IV e 109, VI, ambos do Código Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, JOAO PAULO BELAFONTE, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Londrina, 12 de março de 2024.**
Tatiane Garcia Silverio de Oliveira Claudino
Juíza de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
FORO CENTRAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA -PR
JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL (12ª VARA JUDICIAL)
e-mail: lon-12vj-e@tjpr.jus.br
Telefone: (43) 3572-3202
.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
Prazo 90 (noventa) dias
AUTOS Nº 0051246-06.2022.8.16.0014
SENTENCIADOS:
1) ZADAN GONÇALVES DOS SANTOS - RG 11.004.998-6/SSP-PR - CPF 082.918.919-07
2) ZALDO GONÇALVES DOS SANTOS FILHO - RG 9.111.588-3/SSP-PR - CPF 050.366.379-41
ADVOGADA: MARIA CLAUDIA DE ARAUJO COIMBRA - OABPR 54844
A DOUTORA TATIANE GARCIA SILVERIO DE OLIVEIRA CLAUDINO, JUÍZA DE DIRETO DA SEGUNDA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, etc...
FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de **90 (NOVENTA) dias**, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a 1)**ZADAN GONÇALVES DOS SANTOS**, RG 11.004.998-6/SSP-PR - CPF 082.918.919-07, brasileiro, casado, servente, filho de Dinair Castorina Gonçalves e Zaldo Gonçalves dos Santos, natural de Londrina - PR a 14/08/1990; 2) **ZALDO GONÇALVES DOS SANTOS FILHO**, RG 9.111.588-3/SSP-PR - CPF 050.366.379-41, brasileiro, em união estável, autônomo, filho de Dinair Castorina Gonçalves e Zaldo Gonçalves dos Santos, nascido a 08/10/1984, em Londrina - PR, ambos atualmente em lugares incertos, pelo presente **INTIMA-OS** da sentença prolatada em 10/11/2023, que os CONDENOU a pena individual de 02 anos de reclusão, mais 10 dias-multa, em regime ABERTO (com direito de recorrer em liberdade), como incurso nas sanções do artigo 14, caput, da Lei 10.826/03, pelo fato ocorrido em 07/09/2022, constando como vítima O Estado. E ABSOLVEU os réus das sanções dos artigos 16, § 1º, inciso IV do mesmo estatuto do desarmamento e do art. 244-B do ECA, com fulcro no artigo 386, inciso VII do Código de Processo Penal, nos autos de Processo Crime nº 0051246-06.2022.8.16.0014. Cidade e Co marca do Foro Central da Região Metropolitana de Londrina, aos 11 de março de 2024. Eu, ... Eugênio Aoki, Técnico Judiciário, o subscrevo.- - - - - - - -
EUGENIO AOKI
TÉCNICO JUDICIÁRIO
AUTORIZADO PORTARIAS 001/2012 E 001/2014

2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES E ACIDENTES DO TRABALHO

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA

2ª VARA DE FAMÍLIA DE LONDRINA - PROJUDI
Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I Andar 3 - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: (43) 3572-3293 - E-mail: lon-18vj-e@tjpr.jus.br

Edital de Citação para Terceiros Interessados

Processo:	0009912-21.2024.8.16.0014
Classe Processual:	Alteração de Regime de Bens
Assunto Principal:	Regime de Bens Entre os Cônjuges
Valor da Causa:	R$1.000,00
Interessado(s):	• GISELE KETES VALOTO (RG: 76236801 SSP/ PR e CPF/CNPJ: 044.481.699-28) Rua Maria Lúcia da Paz, 150 Apto 605 - Gleba Fazenda Palhano - LONDRINA/ PR - CEP: 86.050-470 - E-mail: giselevaloto@gmail.com - Telefone(s): (43) 98419-0020 • Marcelo Juliani (RG: 82804986 SSP/ PR e CPF/CNPJ: 035.384.599-08) Rua Maria Lúcia da Paz, 150 Apto 605 - Gleba Fazenda Palhano - LONDRINA/ PR - CEP: 86.050-470 - E-mail: marcelo_mj81@yahoo.com.br - Telefone(s): (43) 99140-3110
Interessado(s):	• ESTADO DO PARANÁ (CPF/CNPJ: 76.416.940/0001-28) Rua Presidente Carlos Cavalcanti, 648 - São Francisco - CURITIBA/PR - CEP: 80.510-040

JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA E ACIDENTE DO TRABALHO DA COMARCA DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE CITAÇÃO PARA TERCEIROS INTERESSADOS COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
A DOUTORA ISABELE PAPAFANURAKIS FERREIRA NORONHA, MM. Juiza de Direito da Segunda Vara de Família e Acidente do Trabalho da Comarca de Londrina, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a TERCEIROS INTERESSADOS, residente e domiciliado(a) em lugar incerto e não sabido, que por este Juízo e Cartório se processam os autos acima mencionados, movidos por GISELE KETES VALOTO e Marcelo Juliani, pelos fatos: " O casal possui interesse em alterar o regime de bens do casamento de SEPARAÇÃO TOTAL DE BENS para COMUNHÃO PARCIAL DE BENS." Portanto, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, especialmente de TERCEIROS INTERESSADOS, foi expedido o presente edital, ficando os mesmos devidamente CITADOS, querendo no prazo legal de 15 (quinze) dias, contestar a presente ação sob pena de revelia. Escoado o prazo para manifestação, e não tendo sido apresentada a mesma, com fulcro no artigo 72º, inciso II do Código de Processo Civil, nomeio curador (a) especial em favor do réu, a DEFENSORIA DO ESTADO DO PARANÁ, sob a fé de seu grau, o (a) qual deverá ser intimado (a) para os devidos fins. Assino por determinação judicial, portaria 01/2004. **Londrina, 12 de março de 2024.**
LUCIO DIAS
ESCRIVÃO
ASSINADO DIGITALMENTE

4ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

JUIZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE lONDRINA - ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S):30 (trinta) dias
EDITAL DE CITAÇÃO DO REQUERIDO **REGINA CRISTINA DOS SANTOS ,** COM PRAZO DE **VINTE** (20) DIAS.
FAZ SABER a todos quanto o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 4ª Vara Cível, tramitam os **autos nº 0038489-43.2023.8.16.0014** de **Consignação em Pagamento,** movida por Carlos Alberto do Nascimento em face de Transportadora Lumas Ltda EPP**,** onde o autor alega, em resumo, que:" FAZ SABER Trata-se de AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO movida por CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO em face de TRANSPORTADORA LUMAS LTDA EPP; o Autor da Ação está inscrito no cadastro de inadimplentes em razão de um débito derivado de um boleto contraído junto da Ré, contudo, suas tentativas de contato com a Ré para pagamento da dívida foram infrutíferos, tendo tomado conhecimento de que a empresa não opera mais na antiga sede; não sendo possível realizar o pagamento diretamente à credora, ajuizou AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO com o fim de depositar o valor do débito em juízo, atualizado para R$ 262,86 (duzentos e sessenta e dois reais e oitenta e seis centavos), ficando este à disposição do credor para levantamento, objetivando o Autor, com o adimplemento da dívida, ver seu nome retirado do cadastro de inadimplentes. Para conhecimento de todos é passado o presente edital, cuja 2ª via fica afixada no local de costume. Dado e passado nesta cidade de Londrina-PR, em 11 de Março de 2024 ". E, para constar expediu-se o presente, que será afixado no local de costume deste Juízo e publicado na forma da Lei. **DADO E PASSADO** Nesta cidade e Comarca de Londrina-Pr., aos 11/03/2024. Eu, (**Paula Karina de Aquino Silveira - Téc. Judiciário),** fiz digitar.
Londrina, 11 de março de 2024.
Jamil Riechi Filho Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

4ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA - PR
REGINALDO ARCEBISPO DE SÁ ESCRIVÃO
EDITAL DE CITAÇÃO DOS DENUNCIADOS CARLOS HENRIQUE PRIMO , com o prazo de quinze (15) dias.
O DOUTOR LUIZ VALERIO DOS SANTOS, MM. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a Carlos Henrique Primo, brasileiro, estado civil não identificado, desempregado, nascido em 28/09/1982, portador do RG nº 9618724, CPF sob o nº 056.283.469-93, filho de Dulce Candia Primo e Irineu Joaquim Primo, CITA-O pelo presente edital, com prazo de 15 (quinze) dias, e INTIMA-O PARA APRESENTAR RESPOSTA À ACUSAÇÃO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, oportunidade em que, por intermédio de advogado, poderão arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Advirto-o que caso não apresente defesa prévia, no prazo legal, com fulcro no § 2º do artigo 396-A do Código de Processo Penal, ser-lhe-á nomeado defensor dativo para apresentá-la, bem como para acompanhar a todos os demais termos da Ação Penal, sob nº 0045984-46.2020.8.16.0014 no qual foi denunciado pela prática delituosa. Por assim agir, o denunciado CARLOS HENRIQUE PRIMO incorreu pelas práticas artigos 41 da Lei nº 9.605/1988. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina- Pr. Nessa data de 11 de MARÇO de 2024. Eu, (Luciana Marques da Silva), Técnica de Secretaria, que digitei e subscrevi.
LUIZ VALERIO DOS SANTOS Juiz de Direito - original assinado

7ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

O(A) Juiz(íza) de Direito Mauro Henrique Veltrini Ticianelli, da 7ª Vara Cível de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Cumprimento de sentença, assunto Duplicata, sob nº 0059365-58.2019.8.16.0014, em que é(são) exequente(s) KASVI IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA., e executado(s) CIRÚRGICA LONDRINA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido CIRÚRGICA LONDRINA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME, portador(a) do CNPJ 10.676.242/0001-53. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, efetuar o pagamento do débito a que foi condenado, no valor total de R$ 15.196,76 (quinze mil, cento e noventa e seis reais e setenta e seis centavos), acrescido de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento, acrescentado de custas processuais. Caso o pagamento não seja realizado, acarretará pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios de 10%

(dez por cento), ambos incidentes cumulativamente sobre o débito atualizado ou sobre o valor restante, em caso de pagamento parcial, nos termos do art. 523, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil. Se efetuado o pagamento integral da dívida no prazo estipulado, fica isento de multa, honorários advocatícios e custas processuais decorrentes do cumprimento de sentença, e havendo pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante da obrigação. A(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) de que poderá(ão) opor impugnação, por meio de advogado(a), no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados a partir do término do prazo para pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação, conforme previsto no art. 525 do Código de Processo Civil. Salienta-se, contudo, que a suspensão do cumprimento de sentença condiciona-se à garantia do juízo (art. 525, § 6º, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, ANA PAULA DE CARVALHO, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Londrina, 08 de março de 2024. Mauro Henrique Veltrini Ticianelli Juiz de Direito

CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DA COMARCA DE LONDRINA

Edital Geral

Adicionar um(a) Conteúdo **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por intermédio da Juíza de Direito Coordenadora do Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos da Comarca de Londrina, Dra. Claudia Catafesta, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 02/2018 do NUPEMEC, torna público o processo de seleção de interessados em firmar Acordo de Cooperação, observadas as condições estabelecidas no presente Edital.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto deste chamamento público é o recebimento de solicitação por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos, que possuam interesse em celebrar parcerias de cooperação interinstitucional visando possibilitar o acesso à justiça e a construção de uma cultura de paz social, por meio de métodos consensuais de solução de conflitos em atuação pré-processual e cidadania, bem como proporcionar experiências práticas que possibilitem a complementação do processo de formação profissional de acadêmicos, nos casos do parceiro ser Instituição de Ensino.

2. DAS INSCRIÇÕES E PROCESSO DE ANÁLISE

2.1 As inscrições deverão ser efetuadas na sede do Fórum Estadual da Comarca de Londrina, no Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos, localizado na Av. Duque de Caxias, 689 - Vila Fujita, Londrina - PR, 86015-902, após 10 dias da publicação deste edital, dentro do prazo de validade do mesmo.

2.2 Ficam nomeadas para compor a Comissão de Análise das solicitações as seguintes servidoras:

Renata Ressinetti e Amanda Freire de Freitas Ferreira.

2.3 A Comissão de Análise terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para analisar a documentação apresentada.

2.4 Caberá ao Gestor homologar a análise feita pela Comissão de Análise, mediante despacho, no prazo de 02 (dois) dias úteis.

2.5 Qualquer interessado poderá interpor recurso da decisão que homologou a análise das solicitações, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados após a publicação do respectivo despacho. Caberá ao Gestor julgar o recurso.

2.6 Todas as publicações seguirão o mesmo grau de publicidade do presente edital.

3. DOS REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste chamamento as pessoas jurídicas que tenham, de algum modo, objetivos sociais que se coadunem ao objeto do item 1 e que não estejam em mora com qualquer ente público, bem como não tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública ou punidas com suspensão do direito de firmar parcerias/ajustes com o Estado do Paraná.

3.2 As Pessoas Jurídicas que possuem interesse em firmar o Acordo de Cooperação deverão apresentar os seguintes documentos:

I - Certidão de regularidade fiscal para com as Fazendas Públicas da União, do Estado e Município, com a Seguridade Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e de Obrigações Trabalhistas (CNDT);

II - Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou a consolidação ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

III - Comprovação de poderes para representação da entidade; e

IV - Relação nominal atualizada dos representantes legais da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e do registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles.

3.3 Será inabilitada a proponente que deixar de apresentar qualquer dos documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital.

4. ASSINATURA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO

4.1 O Acordo de Cooperação será assinado eletronicamente, por meio do sistema de processo administrativo adotado pelo Tribunal.

5. DOS ÔNUS

5.1 As ações previstas no Acordo de Cooperação e no presente edital não implicam qualquer ônus financeiro para o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 O Edital estará à disposição das interessadas na sede do Fórum Estadual da Comarca de Londrina, nos dias úteis, no horário das 12:00 às 18:00 horas, podendo também ser obtido no endereço eletrônico: http://www.tjpr.jus.br.

6.2 O prazo de execução do Acordo de Cooperação será de no máximo 60 (sessenta) meses, a contar da sua publicação.

Londrina, datado e assinado eletronicamente.

CLAUDIA CATAFESTA

Juíza Coordenadora do Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos da Comarca de Londrina

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6826496

VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Edital de Citação

PROCESSO:	**0080540-69.2023.8.16.0014**
CLASSE PROCESSUAL:	**DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR**
ASSUNTO PRINCIPAL:	**ABANDONO MATERIAL**
REQUERENTE:	**22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LONDRINA-PR.**
REQUERIDO:	**DAIANE ROSA DOS SANTOS**
REQUERIDO:	**MARCOS AURELIO CASTILHOS**

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE VINTE DIAS

A DOUTORA **CAMILA TEREZA GUTZLAFF CARDOSO**, MM. JUIZA DE DIREITO DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos que este **EDITAL** virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em tramite regular por este Juízo, **os autos Processo Virtual supramencionado**, e como consta nos referidos autos que o requerido encontra-se em lugar incerto e não sabido, é expedido o presente para realizar a **CITAÇÃO** de **Daiane Rosa dos Santos**, para querendo, apresentar resposta, **no prazo de 10 (dez) dias,** através de advogado, apresentando desde logo as provas que pretende produzir, arrolando testemunhas e juntando documentos, em conformidade com o artigo 158 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

E, para que chegue a seu conhecimento e ignorância no futuro não possa alegar, é expedido o presente **EDITAL DE CITAÇÃO**, que será publicado uma vez no Diário Oficial da Justiça e afixado em lugar próprio deste Juízo.

ADVERTÊNCIA: Em caso de REVELIA será nomeado curador especial, nos termos do art. 257, IV do Código de Processo Civil- Lei 13105/2015.

CUMPRA-SE. Londrina, Estado do Paraná, aos Londrina, 12 de março de 2024.. Eu, **Richard Wagner Petrin, Analista Judiciário** o digitei e subscrevi.

CAMILA TEREZA GUTZLAFF CARDOSOJUIZA DE DIREITO

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA (PRAZO DE VINTE DIAS)

PROCESSO:	**0036542-22.2021.8.16.0014**
CLASSE PROCESSUAL:	**EXECUÇÃO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE**
ASSUNTO PRINCIPAL:	**OUTRAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO**
POLO ATIVO:	**MINISTÉRIO PÚBLICO - 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LONDRINA**
POLO PASSIVO:	**ANA MARIA RUCCI GALVÃO**
POLO PASSIVO:	**DIEGO ROCHA DE SOUZA**
POLO PASSIVO:	**GUILHERME FELIPE DA CONCEIÇÃO**

A DOUTORA **CAMILA TEREZA GUTZLAFF CARDOSO**, MM. JUÍZA DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos que este **EDITAL** virem e dele tiverem conhecimento, que se acha em tramite regular por este Juízo, com sede à Av. Duque de Caxias, 689, os autos sob nº **supramencionados,** e, como consta nos autos que o(a) requerido(a) encontra-se em lugar ignorado, motivo pelo qual é expedido o presente

para **INTIMAÇÃO** de **ANA MARIA RUCCI GALVÃO**, com o prazo de vinte dias, do teor da sentença proferida: Diante do exposto, uma vez que houve a aplicação de medidas protetivas, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, julgo procedente o feito, confirmando as medidas protetivas aplicadas à criança M.C.S. e, por consequência, conceder a guarda definitiva de M. C. S., a Diego Rocha de Souza, com fundamento no art. 1583 do Código Civil, para que, querendo, **no prazo de dez dias**, recorra da decisão. E, para que chegue aos seus conhecimentos e ignorância no futuro não possa alegar, é expedido o presente **EDITAL DE INTIMAÇÃO**, que será publicado uma vez no Diário Oficial da Justiça e afixado em local próprio deste Juízo.
CUMPRA-SE. Londrina, Estado do Paraná, aos Londrina, 12 de março de 2024.. Eu, **Richard Wagner Petrin, Analista Judiciário** o digitei e subscrevi.
CAMILA TEREZA GUTZLAFF CARDOSO
JUÍZA DE DIREITO

VARA DE EXECUÇÕES PENAIS, MEDIDAS ALTERNATIVAS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 20 (VINTE) DIAS
AUTOS DE EXECUÇÃO: 0084677-51.2010.8.16.0014
O Excelentíssimo Senhor Doutor **Osvaldo Taque**, MM. Juiz de Direito da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas da Comarca de Londrina/PR, na forma da lei, FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que o Réu (Sentenciado) **DARCI RODRIGUES DA SILVA FILHO** Natural de LONDRINA/PR, nascido em 26/04/1983, portador do RG 24706303 SSP/PR, Cpf 467.441.000-25, filho(a) de Nome da Mãe: CLEUSA DA SILVA RODRIGUES Nome do Pai: DARCI RODRIGUES DA SILVA, atualmente em lugar incerto ou não sabido, fica **INTIMADO** para comparecer perante este Juízo, no endereço acima, NO PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS, a partir do dia útil seguinte ao prazo de dilação do presente edital, para a realização da Audiência Admonitória. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Londrina, aos 12 de março de 2024 às 12:00:57.
Osvaldo Taque
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 20 (VINTE) DIAS
AUTOS DE EXECUÇÃO: 0082221-16.2019.8.16.0014
O Excelentíssimo Senhor Doutor **Osvaldo Taque**, MM. Juiz de Direito da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas da Comarca de Londrina/PR, na forma da lei, FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que o Réu (Sentenciado) **RODRIGO APARECIDO LADEIRA** Natural de LONDRINA/PR, nascido em 20/10/1984, portador do RG 88441567 SSP/PR, CPF 052.504.369-19, filho(a) de Nome da Mãe: TEREZA DOS SANTOS LADEIRA Nome do Pai: APARECIDO LADEIRA, atualmente em lugar incerto ou não sabido, fica **INTIMADO** para comparecer perante este Juízo, no endereço acima, NO PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS, a partir do dia útil seguinte ao prazo de dilação do presente edital, para a realização da Audiência Admonitória. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Londrina, aos 12 de março de 2024 às 11:53:56.
Osvaldo Taque
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 20 (VINTE) DIAS
AUTOS DE EXECUÇÃO: 0006791-97.2015.8.16.0014
O Excelentíssimo Senhor Doutor **Osvaldo Taque**, MM. Juiz de Direito da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas da Comarca de Londrina/PR, na forma da lei, FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que o Réu (Sentenciado) **MARCIO ANDRE MARQUES FARIAS** Natural de LONDRINA/PR, nascido em 14/07/1985, portador do RG 92195821 SSP/PR, Cpf 054.687.119-40, filho(a) de Nome da Mãe: SONIA MARIA MARQUES FARIAS Nome do Pai:, atualmente em lugar incerto ou não sabido, fica **INTIMADO** para comparecer perante este Juízo, no endereço acima, NO PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS, a partir do dia útil seguinte ao prazo de dilação do presente edital, para a realização da Audiência Admonitória. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Londrina, aos 12 de março de 2024 às 11:57:29.
Osvaldo Taque
Juiz de Direito

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON VARA CRIMINAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDONEDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): WAGNER SOARES DO NASCIMENTO
Prazo: 60 (sessenta) dias
O(A) Juiz(íza) de Direito Clairton Mário Spinassi, da Vara Criminal de Marechal Cândido Rondon, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de 283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário, sob nº 0003106-69.2021.8.16.0112, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, , réu(s) WAGNER SOARES DO NASCIMENTO, , e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) ré(s) WAGNER SOARES DO NASCIMENTO ,** brasileiro(a), portador(a) do RG 14258038 SSP/PR e CPF 263.981.268-82, nascido(a) aos 19/09/1976, natural de FRANCO DA ROCHA/SP, filho(a) de Nome da Mãe: MARIA SOARES QUEIROZ Nome do Pai: JUSTINO SOARES DO NASCIMENTO, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito, qual restou condenado nas sanções do **art. 331, do Código Penal, à pena de 09 (nove) meses de detenção, em regime aberto**, sendo substituída art. 45, § 1º, do Código Penal e no art. 312-A, da lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, pague, mediante depósito em guia emitida através do sistema do TJPR, a quantia correspondente a 02 (dois) salários mínimos, em condições a serem estabelecidas na audiência admonitória, cuja realização será oportunamente designada, podendo, após pagas a multa e as custas processuais, ser utilizado, como parte do pagamento da prestação pecuniária, o saldo remanescente da fiança, se houver (art. 336, do CPP), em conformidade com o art. 597 do CNFJ, e de que possui o **prazo de 05 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital.
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado.
Eu, Marcia Yabe Nabeshima, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Marechal Cândido Rondon, 11 de março de 2024.
Clairton Mario Spinassi
Juiz de Direito

FORO REGIONAL DE MARIALVA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO Processo: 0001753-54.2022.8.16.0113 Classe Processual: Procedimento Comum Cível Assunto Principal: Rescisão / Resolução Valor da Causa: R$44.000,00 Autor(s): amanda aurora esbampato (CPF/CNPJ: 112.561.669-52) rua ipiranga, 811 - MARIALVA/PR - CEP: 86.990-000 - E-mail: amf11@bol.com. br - Telefone(s): (44) 99811-2595 Réu(s): VALDENIL FIORATI (RG: 43752960 SSP/PR e CPF/CNPJ: 590.781.549-34) RUA GASTÃO VIDIGAL, 1052 CASA - CENTRO - MARIALVA/PR - CEP: 86.990-000 Terceiro(s): CLAUDIO NOVACKI JUNIOR (RG: 103108624 SSP/PR e CPF/CNPJ: 091.325.609-90) RUA JOSÉ BERTON, 335 APTO 102, BLOCO 07 - PARQUE INDUSTRIAL - MARIALVA/PR - CEP: 86.990-000 O EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARIALVA - PR, DR. DEVANIR CESTARI. FAZ SABER a todos os que o presente edital, virem ou dele tiverem conhecimento, que nos autos

do processo nº 0001753-54.2022.8.16.0113 que neste juízo corre seus trâmites, processo de RESCISÃO/RESOLUÇÃO conforme a Lei Especial nº 5.478/68 em que é réu VALDENIL FIORATI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF 590.781.54934 e do RG 4.375.296-0 SSPPR, no qual o autora AMANDA AURORA ESBAMPATO, requer RESCISÃO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA, tendo em vista que o requerente não adimpliu suas obrigações. Foi realizado tentativas para localizar o réu diversos endereços, e como esteja o mesmo em lugar incerto e não sabido, não sendo possível citá-lo pessoalmente, nestas condições foi deferido a citação pelo presente edital, para comparecerem em juízo, para promover sua defesa e ser notificado dos ulteriores termos do processo, a que deverá comparecer, sob pena de revelia. Para conhecimento de todos é passado o presente edital, cuja 2ª via fica afixada no local de costume. EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Marialva, 11 de março de 2.024. DEVANIR CESTARI JUIZ DE DIREITO

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): MARCOS APARECIDO DE ANDRADE
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito Claudio Camargo dos Santos, da Vara Sumariante do Tribunal do Júri de Maringá (1ª Vara Criminal), FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Crimes de Trânsito, sob nº 0003341-30.2020.8.16.0190, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) MARCOS APARECIDO DE ANDRADE, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **MARCOS APARECIDO DE ANDRADE, portador(a) do RG 44579111 SSP/PR e CPF 617.692.669-68, nascido(a) em 04/01/1967, natural de JATAIZINHO, filho(a) de LAZARA TEIXEIRA DE ANDRADE e CICERO MONTEIRO DE ANDRADE**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 306 - CONDUZIR VEÍCULO AUTOMOTOR COM CAPACIDADE PSICOMOTORA ALTERADA EM RAZAO DA INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL OU DE OUTRA SUBSTÂNCIA PSICOATIVA QUE DETERMINE DEPENDÊNCIA, Detenção: 6 meses de detenção,regime aberto na data de , sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: Nos termos do artigo 44, inciso I do Código Penal ,[4] cabível a substituição da pena , que será a seguinte: prestação de serviço privativa de liberdade por uma restritiva de direitos à comunidade, pois se mostra a mais adequada à situação do reeducando, nos termos do artigo 312-A do Código de Trânsito Brasileiro '', em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Renato Carlos Gomes, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Maringá, 12 de março de 2024.**
Renato Carlos Gomes
Técnico Judiciário

2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES E ACIDENTES DO TRABALHO

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO 45 DIASPROCESSO 0002751-82.2023.8.16.0017
A DRA. CARMEN LÚCIA RODRIGUES RAMAJO, M.M.ª JUÍZA DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA, SUCESSÕES E ACIDENTES DO TRABALHO DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES,
FAZ SABER, a todos os interessados, que neste ato procede-se a **CITAÇÃO POR EDITAL** do(a) requerido(a) **SILVANA APARECIDA DE AQUINO** para contestar em 15 (quinze) dias, mediante advogado devidamente constituído, sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações da parte autora (art. 344 do CPC/2015). Em caso de **REVELIA** ser-lhe-á nomeado Curador Especial (art. 257 do CPC/2015). RESUMO DA PETIÇÃO INICIAL: "FAZ SABER a todos que virem ou tiverem conhecimento do presente edital, que tramita perante este juízo, o processo de Adoção Avoenga Post Mortem, autuado sob nº. 0002751-82.2023.8.16.0017, em que são Réus DAMIÃO CAPARROZ FILHO, brasileiro, portador do RG nº 2.292.693-4, inscrito no CPF/MF sob nº 361.745.139- 04, nascido em 25/09/1958, filho de DAMIÃO CAPARROS SANTIAGO e OLGA BEGAS CAPARROS, residente e domiciliado à Rua Allan Kardec, 105, Parque Avenida, Maringá/PR, CEP: 87.025-410, e SILVANA APARECIDA DE AQUINO, cuja qualificação e o endereço são desconhecidos, tendo em vista que ambos abandonaram seu filho sob os cuidados da parte Autora durante toda a vida daquele, motivo pelo qual esta pleiteia a adoção do neto, que cuidou como filho. Foram realizadas tentativas para localizar a Ré SILVANA APARECIDA DE AQUINO, mas essa se encontra em lugar incerto e não sabido. Nestas condições foi deferida a citação pelo presente edital, para comparecer em juízo, para que, no prazo de 15 (quinze) dias apresentar sua defesa e ser notificada dos ulteriores termos do processo, a que deverá comparecer, sob pena de revelia. Não sendo contestada a ação, a Ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. ". Nos termos do Art. 199 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná "O Juiz tomará providências para que as intimações por edital não violem eventual segredo de justiça", razão pela qual o presente edital é expedido de forma reduzida e com abreviação do nome das partes, sendo que o acesso integral aos autos está inteiramente à disposição para as partes através de habilitação nos autos de advogado/defensor devidamente constituído e/ou de obtenção de senha de acesso junto à secretaria do Juízo. Observação: Este processo tramita através do sistema PROJUDI - https://portal.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastro realizado pela OAB/PR, o qual é obrigatório para manifestação nos autos. Documentos (procuração, contestação etc.) devem ser juntados aos autos em formato PDF em arquivos com no máximo 4MB cada. E para que não se alegue ignorância ou desconhecimento foi expedido o presente edital com prazo de 30 (trinta) dias. Nada mais a constar. Maringá, 12 de março de 2024, eu, Silvia Cristine Martins Inaba, Técnica Judiciária, o digitei e assinei. (assina por autorização judicial em conformidade com a Art. 1º, §3º da Portaria 10/2017).

EDITAL DE CITAÇÃO DE HERDEIROS DESCONHECIDOS DO DE CUJUS ORIVALDO DIAS DA SILVA
AUTOS n.º 0003737-36.2023.8.16.0017
PRAZO 45 DIAS
A DRA. CARMEN LÚCIA RODRIGUES RAMAJO, M.M.ª JUÍZA DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA, SUCESSÕES E ACIDENTES DO TRABALHO DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES,
FAZ SABER, a todos a quem conhecimento tiver do presente edital, que tramita perante este Juízo os autos n.º 0003737-36.2023.8.16.0017 de **Reconhecimento e Extinção de União Estável "POST MORTEM"** do falecido **ORIVALDO DIAS DA SILVA**, ficando todos os interessados incertos ou desconhecidos, pelo presente edital, devidamente **CITADOS** e provocados para participação no processo, em conformidade com o Art. 626, §1º c/c Art. 259, III, do Código de Processo Civil. RESUMO DAS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES: "FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento e possa interessar, notadamente os HERDEIROS DESCONHECIDOS DO DE CUJUS ORIVALDO DIAS DA SILVA, bem como a requerente MARIA EMILIA DOS SANTOS, neste Juízo de Direito, situado na Avenida Tiradentes, 380, 3º andar, centro, CEP 87.013-260, Maringá/PR, ajuizou Ação Declaratória de Reconhecimento de União Estável "post mortem" com Pedido de Tutela de Urgência, sob o n°. 0003737-36.2023.8.16.0017, cuja petição inicial assim se resume nos termos da minuta apresentada em Cartório: Pretende a Requerente MARIA EMILIA DOS SANTOS a citação dos HERDEIROS DESCONHECIDOS DO DE CUJUS ORIVALDO DIAS DASILVA, para que, no prazo de 15 (quinze) dias apresentem contestação à petição inicial, uma vez que suscita a Requerente o reconhecimento de união estável, haja vista que, conheceu o de cujus no ano de 2014 na cidade de São Paulo/SP, tendo passado esta e o de cujus a viver como se casados fossem (o chamado affectio maritalis) no mês de setembro de 2014, quando o último mudou-se para a residência da Requerente. Os conviventes não tiveram filhos durante a união estável, tampouco bens adquiridos conjuntamente. Neste sentido, a convivência duradoura com o objetivo de constituir família teve a duração de 07 (sete) anos ininterruptos, findando-se com o falecimento do de cujus, no mês de fevereiro de 2021. Todavia, antes de falecer o de cujus ajuizou pedido administrativo de aposentadoria, sendo necessário, no entanto, o protocolo de ação previdenciária na 4ª Vara Federal da Comarca de Maringá/PR (autos nº. 5003.247- 91.2020.4.04.7003), com o escopo de que o benefício previdenciário de aposentadoria por idade fosse concedido. Após o óbito, a Requerente, enquanto convivente pediu habilitação no processo previdenciário de modo a regularizar a representação processual, com o fim, de receber os valores pretéritos do benefício previdenciário outorgado ao seu convivente. Não obstante, uma vez solicitada a habilitação processual no feito previdenciário, o MM. Juiz Federal intimou a parte Requerente e concedeu um prazo improrrogável de 10 (dez dias) para que juntasse aos autos a situação de união estável perante um juízo competente, razão pela qual o ajuizamento da presente demanda fez-se necessário. Diante disso, pede

a Requerente que seja concedida, em caráter liminar, nos moldes do artigo 300 do Código de Processo Civil, o RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM das partes MARIA EMÍLIA DOS SANTOS E ORIVALDO DIAS DA SILVA, inclusive para regular representação processual em processo previdenciário (autos nº. 5003.247-91.2020.4.04.7003/PR), já em curso perante a 4ª Vara Federal de Maringá, com o ulterior recebimento dos valores em atraso não usufruídos em vida pelo falecido, sendo sua convivente sucessora; bem como, para que seja julgado TOTALMENTE procedentes os pedidos e requerimentos iniciais, em todos os seus termos, e que seja, por conseguinte, decretado o RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM vividos durante 07 (sete) anos, bem como a sua DISSOLUÇÃO pelo falecimento a ser datada de 22/02/2021, conforme atestado de óbito, com fundamento nos artigos 226, §3º da Constituição Federal, artigos 1.723 a 1727 do Código Civil e Lei nº. 9.278/96. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, e que ninguém possa alegar ignorância no futuro, foi determinada a citação por edital, dos HERDEIROS DESCONHECIDOS DO DE CUJUS ORIVALDO DIAS DASILVA, ficando estes, devidamente CITADOS da petição inicial ora resumida, neste transcrito, e será o presente afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS.". O acesso à movimentação processual dos autos está à disposição dos interessados pelo site: https://projudi.tjpr.jus.br/projudi_consulta/. Observação: Este processo tramita através do sistema PROJUDI - https://portal.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastro realizado pela OAB/PR, o qual é obrigatório para manifestação nos autos. Documentos (procuração, contestação etc.) devem ser juntados aos autos em formato PDF em arquivos com no máximo 4MB cada. E para que não se alegue ignorância ou desconhecimento foi expedido o presente edital com prazo de 30 (trinta) dias. Nada mais a constar. Maringá, 12 de março de 2024, eu, Silvia Cristine Martins Inaba, Técnica Judiciária, o digitei e assinei. (assina por autorização judicial em conformidade com a Art. 1º, §3º da Portaria 10/2017).

Edital Geral

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROSPRAZO DE 30 dias úteis PROCESSO 0023230-96.2023.8.16.0017

O(A) Juiz(íza) de Direito CARMEN LUCIA RODRIGUES RAMAJO, da 2ª Vara de Família e Sucessões de Maringá, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Alteração de Regime de Bens, assunto Regime de Bens Entre os Cônjuges, sob nº 0023230-96.2023.8.16.0017, em que são interessados PAULO TELES DA SILVA, LILIANE BOLOGNESI COSTA TELES, , e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que é pretendida a **alteração de regime de bens do casamento pelos cônjuges LILIANE BOLOGNESI COSTA TELES**, portador(a) do RG 99970570 SSP/PR e CPF 052.783.969-89; **PAULO TELES DA SILVA**, portador(a) do RG 89726719 SSP/PR e CPF 051.759.879-50, que são casados em regime de [COMUNHÃO PARCIAL DE BENS] e pretendem alterá-lo para [SEPARAÇÃO DE BENS]. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "*FAZ SABER a todos a quem conhecimento tiver do presente EDITAL, que tramita perante este Juízo os autos n.º 0023230-96.2023.8.16.0017 de AÇÃO DE ALTERAÇÃO DE REGIME DE BENS em que são Requerentes PAULO TELES DA SILVA, brasileiro, casado, empresário, titular da CI/RG n. 8.972.671-9 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o n. 0581.759.879-50 e LILIANE BOLOGNESI COSTA TELES, brasileira, casada, psicóloga, titular da CI/RG n. 9.997.057-0 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o n. 052.783.969-89 e Requerido O JUÍZO, ficando os terceiros e demais interessados, pelo presente EDITAL, cientes dos termos da presente ação, conforme inicial, em resumo, abaixo transcrita, bem como para no prazo legal, requererem o que de direito for, caso haja interesse. RESUMO INICIAL: "NOS TERMOS DOS ARTs. 1.639, § 2º e 1687 CC c/c ART. 734 DO CPC, DAR PUBLICIDADE A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM E DELE TOMAREM CONHECIMENTO, que PAULO TELES DA SILVA e LILIANE BOLOGNESI COSTA TELES, CASADOS DESDE 15 DE SETEMBRO DE 2012, INGRESSARAM COM PROCEDIMENTO JUDICIAL ONDE REQUEREM A ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS DO SEU CASAMENTO DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS PARA SEPARAÇÃO DE BENS, REQUERENDO A EXPEDIÇÃO DOS COMPETENTES MANDADOS E AVERBAÇÕES NECESSÁRIOS." O presente EDITAL é expedido em cumprimento ao disposto no art. 734, §1º do CPC. "*.O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos do art. 734, § 1º, do Código de Processo Civil.Eu, Silvia Cristine Martins Inaba, Técnico Judiciário, conferi e digitei.***Maringá, 12 de março de 2024.**

CARMEN LUCIA RODRIGUES RAMAJO

Juíza de Direito**OBSERVAÇÃO**: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

3ª VARA CÍVEL

Edital Geral

HELCIO KRONBERG

LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

JUCEPAR 653 | JUCESP 1259 | JUCEMS 68 | JUCIS - DF 169 | JUCERJA 299

EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL E INTIMAÇÃO LEILÃO EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICO *(WWW.KRONBERGLEILOES.COM.BR)*

O(A) Exmo(a) Sr(a) Dr(a) Juiz(a) de Direito da(o) **3ª Vara Cível de Maringá/PR**, Marcel Ferreira dos Santos, nomeando o leiloeiro público **HELCIO KRONBERG**, JUCEPAR 653, faz ciência aos interessados e, principalmente, aos executados/devedores que, nos autos do(s) processo(s) abaixo indicado(s), venderá, em **LEILÃO PÚBLICO,** os bens/lotes adiante discriminados. **LOCAL**: Os leilões previstos neste edital serão exclusivamente eletrônicos, no site *www.kronbergleiloes.com.br*.**DATA E HORA**: **1º Leilão: 03/04/2024, 2º Leilão: 11/04/2024, ambos às ambos às 08:35hs (*horário de Brasília).* VENDA DIRETA:** Na hipótese de algum bem/lote indicado neste edital não ser arrematado em nenhum dos leilões designados, o bem/lote poderá ficar disponível no site do leiloeiro pelo prazo de até 60 *(sessenta)* dias, prazo em que o leiloeiro receberá ofertas, as quais deverão observar o lance mínimo previsto neste edital, para pagamento do valor à vista. As ofertas serão apresentadas pelo leiloeiro, ao r. juízo competente, para análise. Sobre o valor ofertado será devida taxa de comissão de leilão de **5.00%. LANCE INICIAL**: **No primeiro leilão**, o leiloeiro iniciará o ato ofertando os lotes tendo como lance mínimo o valor da avaliação. Caso algum lote não seja arrematado no primeiro leilão, o mesmo será ofertado novamente nos demais leilões, na data acima indicada. **No segundo leilão**, fica o leiloeiro autorizado a ofertar os lotes tendo como lance mínimo o valor equivalente a **50.00%** do valor da avaliação *(art. 891, §único do CPC).* **LANCE CONSIDERADO VENCEDOR**: Será considerado vencedor o lance em Maior valor, independente da forma de pagamento escolhida pelo licitante *(à vista ou parcelado).* **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** Nas arrematações em valor igual ou inferior a R$ 10.000,00, o pagamento do valor do lance deverá ser, obrigatoriamente, à vista, mesmo quando houver previsão de parcelamento no presente edital. Nos pagamentos mediante guia judicial, deverão ser desconsideradas as datas de vencimento indicadas nas guias, cabendo ao arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital. ***a)* CONDIÇÕES DE PAGAMENTO À VISTA:** Nesta modalidade de pagamento, o arrematante, no prazo máximo de 03 *(três)* dias úteis, contados da data da arrematação em leilão, deverá efetuar, mediante guia judicial, o pagamento do valor integral do valor da arrematação. Na hipótese do arrematante deixar de depositar o valor no prazo fixado, a arrematação restará automaticamente desfeita/resolvida *(art. 903, §1º, III do CPC),* sendo o lote novamente levado à leilão *(do qual o arrematante ficará impedido de participar),* ficando o arrematante, em razão da desistência, obrigado a pagar multa equivalente a 25%do valor da arrematação, além das despesas para a realização de um novo leilão, podendo o r. juízo valer-se da via executiva para a cobrança da multa. ***b)* CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PARCELADO:** Nesta modalidade de pagamento, o arrematante, no prazo de até 03 *(três)* dias úteis, contados da data da arrematação em leilão, deverá efetuar, mediante guia judicial, o pagamento do valor mínimo correspondente a 25% do valor da arrematação, quitando o valor remanescente em no máximo: ***a)* 30 parcelas na arrematação de bens imóveis**. ***b)* 12 *(doze)* parcelas na arrematação de bens móveis**, desde que o valor da arrematação seja em valor superior a R$ 10.000,00. As parcelas serão iguais, mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 *(trinta)*dias corridos, contados da data da arrematação, e atualizadas mensalmente *(pro-rata die)*, pelo INPC, também a partir da data da arrematação em leilão, parcelas estas que deverão ser depositadas em conta-bancária vinculada aos autos a que se refere o presente edital, mediante guia judicial a ser emitida, devendo as guias serem emitidas para "pagamento em continuidade", indicando a mesma conta bancária constante na primeira guia emitida para pagamento do valor do sinal mínimo de 25%. Deverá o arrematante, no prazo máximo de 05 *(cinco)* dias corridos após o vencimento de cada parcela, comprovar a quitação da mesma mediante juntada do comprovante nos autos do processo a que se refere o presente edital. É de exclusiva responsabilidade do arrematante efetuar o cálculo da atualização do valor das parcelas e emitir a guia judicial para recolhimento do valor devido. A quitação dos valores fica condicionada a compensação de eventual cheque emitido para pagamento. Caso o vencimento de alguma parcela recaia em final de semana ou feriado, o mesmo ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente. O não pagamento de qualquer parcela implicará no automático vencimento antecipado das demais parcelas *(considerando vencido o valor integral do débito na data de vencimento da parcela inadimplida)*, podendo o r. juízo valer-se da via executiva em face do arrematante *(podendo, ser for o caso, executar a hipoteca gravada sobre o bem arrematado),* incidindo, sobre o valor devido *(soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas)*, multa de 10% *(dez por cento),*sem prejuízo das demais sanções cabíveis. Na hipótese do arrematante deixar de quitar o valor do sinal no prazo de 03 dias úteis, contado da data do leilão em que houve a arrematação, restará desfeita/resolvida a arrematação, sendo imposta ao arrematante multa de 25% sobre o valor da arrematação, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste edital e na legislação em vigor. **Em caso de parcelamento do valor da arrematação de bem imóvel, o saldo parcelado será garantido por hipoteca judicial a ser gravada sobre o(s) próprio(s) imóvel(eis) arrematado(s),** ficando o arrematante como fiel-depositário do bem a partir da expedição da carta de arrematação, quando o arrematante passará a arcar com todos os custos do bem arrematado *(taxas de condomínio, IPTU, ITR, despesas com manutenção, dentre outros)*. **Na hipótese de parcelamento do lance para a arrematação de bens móvel** *(quando previsto neste edital)*, poderá o r. juízo competente condicionar a entrega do bem à quitação de todas as parcelas. Contudo, sendo autorizada a entrega dos bens antes da quitação das parcelas, o

arrematante ficará como fiel depositário do bem. **ARREMATAÇÃO COM CRÉDITOS DO PRÓPRIO PROCESSO:** Poderá o exequente arrematar o(s) lote(s) utilizando os créditos do próprio processo, observado o previsto no art. 892, §1º, §2º e §3º do CPC. **PROPOSTAS**: Havendo interesse na apresentação de propostas em valor e/ou condições diversas dos previstos neste edital, as mesmas deverão ser apresentadas, por escrito, para o leiloeiro*(no site www.kronbergleiloes.com.br),* devendo constar na mesma, ao menos: o nome e qualificação do proponente *(e cônjuge, se houver)*; bem/ lote objeto da proposta; o valor da proposta; as condições de pagamento do valor proposto. Sobre o valor da proposta será devida taxa de comissão de leilão de 5.00%, caso a mesma seja homologada. **O recebimento de proposta pelo leiloeiro não suspenderá os leilões.** As propostas recebidas serão apresentadas nos autos, pelo leiloeiro, para análise do r. juízo competente, exceto na hipótese do r. juízo vedar o recebimento depropostas. Na hipótese de homologação da proposta, o leiloeiro, uma vez intimado, emitirá o auto de arrematação e recolherá o preço. Caso o proponente deixe de honrar a proposta homologada, ficará o mesmo obrigado a pagar multa equivalente a 25% do valor da proposta, assim como a pagar a taxa de comissão de leilão de 5.00% sobre o valor da proposta, tudo isso sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e/ou no presente edital. **EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA**: Nas hipóteses em que houver previsão legal do exercício do direito de preferência, este deverá ser exercido em igualmente de condições com eventuais outros interessados/licitantes, cabendo ao titular do direito acompanhar o leilão e exercer seu direito de preferência, com base no Maior lance *(e nas mesmas condições de pagamento)* recebido pelo leiloeiro durante o leilão ou com base no valor do lance inicial *(quando não comparecerem interessados na arrematação do bem),* até a assinatura do auto de arrematação ouhomologação do leilão pelo r. juízo competente, sob pena de preclusão, devendo, para tanto, recolher o preço e a taxa de comissão do leiloeiro. **MANIFESTAÇÃO DO ARREMATANTE**: Para se manifestar nos autos do processo deverá o arrematante constituir advogado, especialmente na hipótese de desistência prevista no **art. 903, § 5º, I, II e III do CPC. TAXA DE COMISSÃO DE LEILÃO**: Em caso de arrematação, será devida, pelo arrematante, taxa de comissão de 5.00% sobre o valor total da arrematação, taxa esta devida mesmo na hipótese do exequente arrematar com créditos *(independente de exibir ou não o preço).* Na hipótese de acordo, remição e/ou parcelamento do débito após o leilão, será devida, pelo devedor, taxa de comissão de 5.00% sobre o valor da arrematação efetuada no leilão já realizado. Em caso de adjudicação, será devida, pelo adjudicante, taxa de comissão de 2% sobre o valor atualizado da avaliação do bem adjudicado. Em caso de remição, acordo e/ou parcelamento do débito antes do leilão, será devida, pelo devedor ou por quem tal obrigação for imposta no acordo firmado, taxa de comissão de 2% sobre o valor da dívida remida ou sobre o valor do acordo, sendo que na hipótese de tal percentual representar valor inferior a R$ 1.500,00, deverá este montante ser observado como valor mínimo a ser pago para o leiloeiro. O valor da comissão deverá ser integralmente quitado no prazo de até 03 *(três)*dias úteis, contados da data da arrematação, adjudicação, remição ou acordo. O valor da comissão não está incluso no valor da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, devendo ser destacada e paga para o leiloeiro. A comissão do leiloeiro será integralmente devida mesmo em caso de inadimplência ou desistência/arrependimento do arrematante que acarrete no desfazimento/resolução da arrematação, não sendo a obrigação afastada mesmo na hipótese do bem vir a ser arrematado em leilão que venha a ser posteriormente realizado. Ficam os interessados cientes que na hipótese de desistência da arrematação em razão da oposição de embargos e/ou de qualquer outra medida que vise a nulidade ou desfazimento da arrematação, incluindo as hipóteses previstas no art. 903, §5º do CPC ou, ainda, nas hipóteses em que, mesmo não havendo desistência, a arrematação vier a ser declarada nula ou desfeita, será devida taxa de comissão no percentual de 2% sobre o valor da arrematação, sendo, em tal hipótese, caso já tenha sido paga a comissão, restituído para o arrematante a diferença *(se houver).* Assim, ao participar do leilão, o interessado adere a tal condição e reconhece que, mesmo quando há a desistência, nulidade ou desfazimento da arrematação, o percentual de comissão fixado é devido à medida de que o serviço prestado pelo leiloeiro não se resume a realização do leilão, sendo necessário executar diversos outro atos para fazer frente à nomeação, a exemplo da elaboração de minuta do edital, divulgação do leilão, visitação dos bens, dentre outros atos que geram despesas para o leiloeiro. No entanto, caso o desfazimento ou nulidade da arrematação ocorrer por culpa exclusiva do leiloeiro, será devida a restituição da integralidade da taxa de comissão recebida. Na hipótese em que, por qualquer motivo, foi determinada a restituição da taxa de comissão recebida *(no todo ou em parte),* o valor a ser restituído será corrigido pelo IPCA- E, devendo ser considerado/aplicado mesmo quando for negativo, sendo afastado qualquer outro índice de correção. **DÍVIDAS E ÔNUS: A arrematação será considerada aquisição originária. Assim, os bens arrematados serão entregues, ao arrematante, livres e desembaraçados de quaisquer ônus e débitos *(até a data da expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega),* inclusive dívidas *propter rem***. Os ônus e débitos mencionados no presente edital devem ser considerados meramente informativos, prestando-se ao cumprimento do previsto no art. 886 do CPC, não acarretando obrigação do arrematante em suportar os mesmos. Eventuais restrições/limitações ao uso do bem arrematado *(a exemplo de restrições construtivas, ambientais, dentre outras)* não se confundem com ônus e, por isso, permanecem mesmo após o leilão. Em relação a eventuaiscréditos tributários, será aplicada a norma prevista no art. 130, §único do CTN, cabendo ao credor habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Em relação e eventuais créditos condominiais, será aplicada a norma prevista no art. 908, §1º do CPC, cabendo ao condomínio habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Caberá ao arrematante arcar com todos os custos e tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ITBI, ICMS, IRPF e/ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros. **Na hipótese de arrematação de veículo**, ficam os interessados cientes que, para a transferência do veículo para o nome do arrematante, será necessária a desvinculação dos débitos com fato gerador anterior ao leilão, bem como o cancelamento de eventuais ônus e/ou bloqueios que recaiam sobre o veículo, para o que se faz necessário aguardar os trâmite legais, não tendo o Poder Judiciário e/ ou leiloeiro qualquer responsabilidade pelas providências e prazos dos órgãos de trânsito e demais órgãos responsáveis, sendo de responsabilidade do arrematante acompanhar os procedimentos. Em caso de adjudicação de bem, serão mantidos todos os ônus e débitos que recaiam sobre o bem adjudicado, exceto na hipótese de decisão judicial em sentido contrário. **TRANSMISSÃO *ON LINE***: Os leilões previstos neste edital ocorrerão, nos dias e horários indicados, exclusivamente em ambiente eletrônico *(www.kronbergleiloes.com.br).* Os leilões poderão, a critério do leiloeiro, ser transmitidos, em tempo real, por intermédio do *site* www.kronbergleiloes.com.br. Contudo, em razão de problemas técnicos, a transmissão pode não ser possível ou sofrer interrupções totais ou parciais, o que, em nenhuma hipótese, invalidará e/ou postergará o ato. **LANCES PELA INTERNET:** Os interessados em participar do leilão deverão dar lances, exclusivamente pela *internet*, por intermédio do site www.kronbergleiloes.com.br.**Serão aceitos lances a partir da inserção do leilão no *site* do leiloeiro**. Todos os atos realizados via *internet* ficarão sujeitos ao bom funcionamento do sistema, ficando o Poder Judiciário e/ou leiloeiro, desde já, isentos de qualquer responsabilidade. Os interessados em ofertar lances eletrônicos deverão observar as condições previstas no site do leiloeiro e na legislação em vigor, sendo condição o cadastro prévio no site do leiloeiro. Ao participar do leilão o interessado concorda com todas as condições previstas neste edital. **CONDIÇÕES GERAIS:** O interessado é o único responsável pelas informações e documentos fornecidos por ocasião do cadastro para participar do leilão, respondendo, cível e criminalmente, por eventual informação incorreta que venha a prejudicar o ato. Ao se cadastrar e participar do leilão, o interessado adere integralmente às condições do mesmo, principalmente às condições previstas no presente edital. Os lances ofertados são irretratáveis, sem direito ao arrependimento. Fica o leiloeiro autorizado a, querendo, ofertar todos ou parte dos lotes de forma agrupada, tendo como lance mínimo a soma do valor dos lotes individuais, permitindo, assim, a arrematação conjunta de lotes por um único arrematante *(art. 893 do CPC).* Poderá o leiloeiro atualizar o valor da avaliação. As medidas e confrontações dos imóveis e/ou benfeitorias, eventualmente constantes no presente edital, deverão ser consideradas meramente enunciativas, já que extraídas dos registros imobiliários, laudo de avaliação e demais documentos anexados aos autos. Para todos os efeitos, considera- se a venda dos bens imóveis como sendo *ad corpus,*não cabendo qualquer reclamação posterior em relação a medidas, confrontações e/ou demais peculiaridades das áreas/imóveis, cabendo aos interessados vistoriarem os bens/áreas antes de ofertarem lances no leilão, inclusive no que se refere às edificações existentes nos imóveis, se houver. Eventuais informações acerca de ocupação/invasão/desocupação dos imóveis deverão ser levantadas pelos licitantes interessados na arrematação. Na hipótese do imóvel arrematado encontrar-se tombado ou ser considerado como UIP pelo Município, caberá ao arrematante observar a legislação pertinente, principalmente no que se refere a conservação do bem e restrições de uso. É de responsabilidade do arrematante verificar, antes do leilão, eventual restrição ao uso do imóvel, inclusive, mas são somente, restrição construtiva, restrição ambiental, dentre outras, não sendo aceitas reclamações após o leilão. Os bens serão entregues nas condições em que se encontram, inexistindo qualquer espécie de garantia *(inclusive de funcionamento).* Sendo arrematado veículo, ficam os interessados cientes da possibilidade do mesmo não ter chaves, sendo de responsabilidade do arrematante providenciar e arcar com os custos das mesmas. Em caso de arrematação de bem móvel, inclusive veículo, **caberá ao arrematante arcar com todos os custos com a desmontagem, retirada e transporte, do bem arrematado, do local onde o mesmo se encontra, devendo a retirada ocorrer no prazo máximo de 10 *(dez)* dias** contados da data de expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega, sob pena de perdimento do bem em favor do leiloeiro, para pagamento dos custos de armazenamento**. Em se tratando de unidade autônoma de vaga de garagem**, deve ser observado o art. 1331, §1º do Código Civil, cabendo ao interessado consultar as normas previstas na Convenção do Condomínio, não sendo aceitas reclamações após o leilão. Caberá ao arrematante arcar com os custos para a expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, cujos valores deverão ser recolhidos diretamente à Vara onde tramitam os autos a que se referem o presente edital. **INFORMAÇÕES:** Com o leiloeiro, pelo telefone (41) 3233-1077 ou pelo site www.kronbergleiloes.com.br. **Visitação do*(s)* bem*(ens)* mediante contato prévio com o leiloeiro, sendo possível apenas na hipótese do*(s)* bem*(ens)* estar*(em)* sob a guarda ou posse do leiloeiro**. **Não será permitida visita sem agendamento prévio**. **PRAZO PARA IMPUGNAR ESTE EDITAL:** O presente edital pode ser impugnado no prazo de 05 *(cinco)* dias corridos, contados da publicação do mesmo no site do leiloeiro *(www.kronbergleiloes.com.br),* sob pena de preclusão. Para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e para que ninguém possa alegar ignorância, mandou o(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito que se expedisse o presente edital que deverá ser publicado e afixado na forma da Lei. **Ficam, desde já, intimadas as partes, os coproprietários, os arrendatários rurais, os interessados e, principalmente, os executados *art. 889, § único do CPC),* credores hipotecários ou credores fiduciários, bem como os respectivos cônjuges, se casados forem:** Condomínio Guacu Eco Park Residence Fechado, João Luiz Kazakevich, Ana Paula Barbosa, Caroline Vanessa Mater Carnelosso, Amor Empreendimentos Imobiliários LTDA.

Execução de Título Extrajudicial Processo nº: 0008980-68.2017.8.16.0017. Requerente(s): Condomínio Guacu Eco Park Residence Fechado. **Requerido(s):** Ana Paula Barbosa. **Descrição:** Direitos aquisitivos da data de terras sob n° 02, da quadra n° 05, do Condomínio Guacu Eco Park Residence Fechado, com área privativa de 369,7500 metros quadrados, área comum de 207,2216 metros

quadrados, área total de 576,9716 metros quadrados e fração ideal de solo de 1,1921%, dentro das seguintes divisas, metragens e confrontações: Divide-se com a Rua Sabiá, no rumo NE 21°13'14'', numa frente de 13,00 metros; de um lado com a data n° 03, no rumo SE 68°00'00'', numa extensão de 28,44 metros; aos fundos com parte do lote n° 233-233/A-3, no rumo SO 21°20'00'', numa largura de 13,00 metros; e finalmente do outro lado com a data n° 01, no rumo NO 68°00'00'', numa distância de 28,44 metros. Todos os rumos acima mencionados referem-se ao Norte Verdadeiro. Trata-se de imóvel urbano, muito bem localizado, poucos quilômetros do centro da cidade de Mandaguaçu, em condomínio fechado. Demais características constantes na matrícula n° 13.767 do Cartório de Registro de Imóveis de Mandaguaçu. **Ônus:** Ficam a cargo do arrematante as despesas com a regularização da matrícula. **Valor da dívida:** R$ 111.595,46 em 21 de Julho de 2023. **Valor de Avaliação:** R $ 175.000,00 em 05 de Maio de 2023. **Valor do bem em 1º Leilão:** R$ 175.000,00 **Valor do bem em 2º Leilão:** R$ 87.500,00.
Maringá, 31 de Janeiro de 2024.
Atenciosamente,
MARCEL FERREIRA DOS SANTOS
Juiz de Direito Substituto

HELCIO KRONBERG
Leiloeiro(a) Público(a) Oficial

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO CENTRAL DE MARINGÁ 3ª VARA CÍVEL DE MARINGÁ - PROJUDI**
Atrium Centro Empresarial - Avenida Pedro Taques, 294 - 1º andar - Torre Sul - Zona 07 - Maringá/PR - CEP: 87.030-008 - Fone:**(44) 3472-2726 - E-mail: mael@tjpr.jus.br**

Processo: 0027855-18.2019.8.16.0017
Classe Processual: Recuperação Judicial Assunto Principal: Concurso de Credores
Valor da Causa: R$4.412.509,00
Autor(s): ECTOM ENGENHARIA E MONTAGEMN LTDA (CPF/CNPJ: 79.544.227/0001-58) e TJF - MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA (CPF/CNPJ: 14.021.386/0001-22)
Réu(s):
Terceiro(s): BANCO ITAU CONSIGNADO S.A. (CPF/CNPJ: 33.885.724/0001-19) e outros
EDITAL DE INTIMAÇÃO DOS CREDORES DAS EMPRESAS: ECTOM ENGENHARIA E MONTAGENS LTDA (CPNJ n. 79.544.227/0001-58) e TJF - MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (CNPJ n. 14.021.386/0001-22), ambas "Em Recuperação Judicial".
PELO PRESENTE edital, expedido nos autos nº 0027855-18.2019.8.16.0017 de RECUPERAÇÃO JUDICIAL, proposta por ECTOM ENGENHARIA E MONTAGENS LTDA (CPNJ n. 79.544.227/0001-58) e TJF - MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA., (CNPJ n. 14.021.386/0001-22), ambas "Em
Recuperação Judicial". O Dr. Juliano Albino Manica, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Maringá - Estado do Paraná, faz saber, a todos que deste tiverem conhecimento e a quem possa interessar, que em razão da existência de objeções ao Plano de Recuperação Judicial apresentado no seq. 96 do processo, pelo presente edital, ficam CONVOCADOS e INTIMADOS todos os credores habilitados e sujeitos à Recuperação Judicial das empresas: ECTOM ENGENHARIA E MONTAGENS LTDA (CPNJ n. 79.544.227/0001-58) e TJF - MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (CNPJ n. 14.021.386/0001-22), ambas "Em Recuperação Judicial", a participarem da **ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES ("AGC")** a ser realizada presencialmente no **AUDITÓRIO DA EURO CONDOMÍNIOS, situado no Edifício New Tower Plaza, Av. Duque de Caxias, nº 882 - 10º andar - Torre I - cobertura, Zona 07, CEP 87020-025, nesta cidade de Maringá-PR**, que ocorrerá em **1ª convocação** no dia **10/04/2024**, **às 14h00min**, ocasião em que somente será instaurada com a presença dos credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe, computados pelo valor e, caso não haja *quórum* nesta ocasião, ficam desde já convocados os credores para a realização, em **2ª convocação**, para o dia **24/04/2024**, **às 14h00min**. **Para ambas as convocações, os credores deverão realizar prévio credenciamento no local, que terá início às 13h00min e término às 13h59min, das datas designadas**. **Os credores deverão se apresentar para o ato assemblear até o encerramento do período de credenciamento, não sendo admitidos, após esse momento, sua participação na AGC.** A assembleia ora convocada tem por objetivo a deliberação, pelos credores, da seguinte ordem do dia: a) aprovação, rejeição ou modificação do Plano de Recuperação Judicial apresentado no seq. 96 do processo; b) deliberação sobre a constituição do Comitê de Credores e escolha dos seus membros; c) qualquer outra matéria que possa afetar os interesses dos credores. O Plano de Recuperação Judicial a ser submetido à deliberação de Assembleia poderá ser obtido nos autos nº 0027855- 18.2019.8.16.0017, disponível no site: https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/, no seq. 96 ou no sítio eletrônico da Administradora Judicial, através do *link*: **https://bit.ly/RJECTOM** ou ainda, por solicitação à Administradora Judicial pelo e-mail: contato@valorconsultores.com.br. A Assembleia Geral de Credores será presidida pelo representante da Administradora Judicial nomeada por este Juízo, Valor Consultores Associados Ltda. Para participar da AGC, os credores devem observar os seguintes requisitos, (i) O credor pessoa jurídica deverá apresentar o contrato social da empresa e a última alteração onde conste o atual administrador, além de procuração com poderes específicos para participação na AGC, se estiver sendo representado por terceiro, juntamente com o substabelecimento, se aplicável; (ii) O credor pessoa física deverá apresentar documento de identificação válido em território nacional com foto (RG e CPF ou CNH) ou, caso representado por terceiro, instrumento de procuração com poderes específicos para participar e votar na AGC. Caso o credor deseje ser representado por terceiro (preposto ou procurador), deverá, enviar os documentos de representação no endereço eletrônico: contato@valorconsultores.com.br ou indicar as folhas/sequencial dos autos do processo em que se encontrem referidos documentos, com ao menos **24 horas de antecedência** das datas designadas para realização da AGC, nos termos do art. 37, §4º, da Lei 11.101/2005. A Administradora Judicial disponibiliza modelo de procuração aos interessados em seu *werbsite,* na aba "modelos". Para os Sindicatos dos Trabalhadores que desejarem representar seus associados, deverão observar o procedimento previsto no art. 37, §§5º e 6º, inciso I, da Lei 11.101/05. **A inobservância dos procedimentos acima descritos impedirá à participação do credor legitimado ao ato assemblear**. Por fim, a presente Convocação será publicada no DJPR-ELETRÔNICO, disponibilizada no sítio eletrônico da Administradora Judicial e afixada de forma ostensiva na sede e filiais das Recuperandas, na forma da Lei (art. 36, §1º, da Lei 11.101/2005). DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 29 de fevereiro de 2024. Eu, (MARIA ELVIRA RIBAS XAVIER DA SILVA - Escrivã Designada // CAIO AUGUSTO FERNANDES DA SILVA - E. Juramentado), o digitei. assinado digitalmente JULIANO ALBINO MANICA JUIZ DE DIREITO

JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS

Edital de Intimação

Autos nº. 4000669-73.2023.8.16.0190
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS
O(A) Dr.(a) Jaime Souza Pinto Sampaio, MM.(a) JUIZ(A) DE DIREITO do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu EDMILSON CORRÊA, RG 154062866 SSP/PR, CPF 132.297.788-71, Nome do Pai: RENATO CORRÊA, Nome da Mãe: NEUSA LONGO CORRÊA, nascido em 18/10/1969, natural de MARINGA/PR , atualmente em lugar ignorado, pelo presente fica o mesmo **INTIMADO** de que foi designada **Audiência de Justificativa: 16 de abril de 2024 às 13h30min. .**, a realizar-se presencialmente na sala de audiências deste juízo, referente aos autos em epígrafe.
ADVERTÊNCIA: **o não comparecimento e/ou a não apresentação de justificativa pelo sentenciado em até cinco dias da ausência, poderá acarretar a regressão de regime prisional e/ou a suspensão cautelar do regime, com a consequente expedição de mandado de prisão**.
DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Maringá-Pr, aos 12 de março de 2024. Eu, Daniel de Oliveira Moreira, Estagiário(a), o digitei.
Rafael Marrega Rezende
Técnico JudiciárioAssina por autorização do Juiz de Direito, conforme Portaria 02/2020

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): CLAUDIO FEITOSA RIBEIRO
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito João Alexandre Cavalcanti Zarpellon, da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Maringá (5ª Vara Criminal), FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Ameaça , sob nº 0001477-83.2022.8.16.0190, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) CLAUDIO FEITOSA RIBEIRO, e vítima A.P.A. C., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido CLAUDIO FEITOSA RIBEIRO, portador(a) do RG 161244503 SSP/PR e CPF 031.481.503-17, nascido(a) em 15/08/1987, natural de PAULISTANA/PI, filho(a) de MARIZETE MARIA FEITOSA e ANTONIO RAIMUNDO RIBEIRO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias devem ser requeridas e retiradas pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail)

ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Luciana Lumi Koyama, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Maringá, 11 de março de 2024.

Luciana L. Koyama

Técnica Judiciária - Autorizada pela Portaria 02/2020

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Autos nº. 4001300-17.2023.8.16.0190

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS

O(A) Dr.(a) Jaime Souza Pinto Sampaio, MM.(a) JUIZ(A) DE DIREITO do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei...

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu EMANUEL MERIZZIO, RG 98507612 SSP/PR, CPF 070.892.689-42, Nome do Pai: LAURINDO MERIZZIO, Nome da Mãe: SUELI APARECIDA SILVA MERIZZIO, nascido em 19/12/1988, natural de MARINGA/PR, atualmente em lugar ignorado, pelo presente fica o mesmo **INTIMADO** de que foi designada **Audiência de Justificativa: 16 de abril de 2024 às 13h50min. .**, a realizar-se presencialmente na sala de audiências deste juízo, referente aos autos em epígrafe.

ADVERTÊNCIA: **o não comparecimento e/ou a não apresentação de justificativa pelo sentenciado em até cinco dias da ausência, poderá acarretar a regressão de regime prisional e/ou a suspensão cautelar do regime, com a consequente expedição de mandado de prisão**.

DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Maringá-Pr, aos 12 de março de 2024. Eu, Daniel de Oliveira Moreira, Estagiário(a), o digitei.

Rafael Marrega Rezende

Técnico JudiciárioAssina por autorização do Juiz de Direito, conforme Portaria 02/2020

EDITAL DE INTIMAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): Sandro Alves dos Santos

PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito Jaime Souza Pinto Sampaio, da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Maringá (5ª Vara Criminal), FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0006592-90.2019.8.16.0190, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) Sandro Alves dos Santos, e vítima E. S., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido Sandro Alves dos Santos, portador(a) do RG 84686891 SSP/PR e CPF 040.307.349-95, nascido(a) em 07/09/1980, natural de MOREIRA SALES/PR, filho(a) de GERALDINA PEREIRA DOS SANTOS e ARNALDO ALVES DOS SANTOS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias devem ser requeridas e retiradas pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Luciana Lumi Koyama, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Maringá, 11 de março de 2024.

Luciana L. Koyama

Técnica Judiciária - Autorizada pela Portaria 02/2020

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): EDSON MARQUES DE ARAUJO

PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito Jaime Souza Pinto Sampaio, da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Maringá (5ª Vara Criminal), FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Grave, sob nº 0002832-02.2020.8.16.0190, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) EDSON MARQUES DE ARAUJO, e vítima D. R. G.O., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido EDSON MARQUES DE ARAUJO, portador(a) do RG 92641074 SSP/PR e CPF 039.555.569-80, nascido(a) em 10/07/1976, natural de MARINGA, filho(a) de JULIA ROSA DE ARAUJO e JURACI MARQUES DE ARAUJO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias devem ser requeridas e retiradas pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Luciana Lumi Koyama, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Maringá, 11 de março de 2024.

Luciana L. Koyama

Técnica Judiciária - Autorizada pela Portaria 02/2020

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): JULIANO DA SILVA OLIVEIRA

PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito João Alexandre Cavalcanti Zarpellon, da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Maringá (5ª Vara Criminal), FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Lesão Cometida em Razão da Condição de Mulher, sob nº 0007037-06.2023.8.16.0017, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) JULIANO DA SILVA OLIVEIRA, e vítima D. S., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido JULIANO DA SILVA OLIVEIRA, portador(a) do RG 108333812 SSP/PR e CPF 064.289.049-85, nascido(a) em 27/02/1989, natural de**

ORTIGUEIRA/PR, filho(a) de DELAIR DE OLIVEIRA e ANTONIO APARECIDO DE OLIVEIRA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias devem ser requeridas e retiradas pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Luciana Lumi Koyama, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Maringá, 11 de março de 2024.

Luciana L. Koyama

Técnica Judiciária - Autorizada pela Portaria 02/2020

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

MARMELEIRO

JUÍZO ÚNICO

Edital Geral - Cível

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL 01/2024

PRAZO DE: 15 dias úteis

Pelo presente se faz saber a todos, que será levado a arrematação, em primeiro e segundo leilão conforme Lei 13.105/2015, o(s) bem(ns) adiante descrito(s), na forma seguinte:

1º LEILÃO: **Somente na modalidade eletrônica**, no dia 08/04/2024, às 14:30 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação.

2º LEILÃO: **Somente na modalidade eletrônica**, no dia 15/04/2024, às 14:30 horas, pela melhor oferta, desde que não caracterize preço vil. (art. 891, § único, CPC).

O interessado em ofertar lances de forma eletrônica, deverá efetuar cadastro prévio junto ao site do leiloeiro - www.simonleiloes.com.br - sendo o cadastro requisito indispensável para participação na alienação judicial eletrônica, responsabilizando-se o usuário, civil e criminalmente pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento. Os lançadores on-line estarão vinculados às mesmas normas processuais e procedimentais destinadas aos lançadores de leilões presenciais, inclusive quanto à responsabilidade civil e criminal.

LOCAL: Exclusivamente on-line no site do leiloeiro - www.simonleiloes.com.br.

PUBLICAÇÃO: Na forma do art. 887 do CPC, o presente edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do leiloeiro - www.simonleiloes.com.br - dispensada a publicação em jornal.

PROCESSO: Autos 0003349-10.2015.8.16.0181 de Execução de Título Extrajudicial em que é Exequente COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA - CNPJ: 83.305.235/0001-19 e Executado(s) JOAO MARIANO DE OLIVEIRA CPF: 605.327.189-68, ROMÁRIO DOS SANTOS OLIVEIRA - CPF: 101.006.269-71, SEBASTIÃO MARIANO DE OLIVEIRA - CPF: 605.324.759-68.

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): Pulverizador Montana - capacidade para 800 litros, ano 2010.

AVALIAÇÃO: R$ 15.000,00 (quinze mil reais) em 01/08/2023.

DEPÓSITO: Em mãos do executado, Linha São Bento, s/nº - - Interior - FLOR DA SERRA DO SUL/PR.

DÍVIDA: R$ 11.084,86 (onze mil, oitenta e quatro reais e oitenta e seis centavos) em 26/01/2023, valor sujeito à atualização mais as custas processuais.

ÔNUS: Os que constarem nos autos.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento deverá ser realizado à vista pelo arrematante, alternativamente, o valor da arrematação poderá ser quitado no prazo de até 15 dias, mediante caução idônea, prestada no ato, equivalente a 25% do valor da arrematação. Na hipótese do arrematante deixar de quitar o valor no prazo de 15 dias, perderá o valor da caução, tornando sem efeito a arrematação e retornando o bem à novo leilão, dos quais não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. Nos pagamentos via guia judicial, deverão ser desconsideradas as datas de vencimento indicadas nas guias, devendo o arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital. O interessado em adquirir o(s) bem(ns) imóvel(is) em prestações poderá apresentar por escrito, antes da realização do leilão, proposta para pagamento parcelado nos termos do art. 895 do CPC, com entrada mínima de 25% (vinte e cinco por cento) da arrematação e saldo parcelado em até 30 (trinta) meses, corrigidas pelo índice do TJ/PR (Média IGP/INPC), e garantido por hipoteca do próprio bem, sendo que a proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (CPC, art. 895, § 7º). No caso de atraso no pagamento de qualquer das parcelas, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente.

CONDIÇÕES GERAIS: Os bens serão vendidos livre de dívidas e ônus de acordo com o art. 130 § único do Código Tributário Nacional, exceto em caso de adjudicação. Os bens serão vendidos no estado que se encontram, inexistindo garantia sobre os mesmos. Caberá ao arrematante arcar com o custo de expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, cujos valores deverão ser recolhidos diretamente à Vara onde tramitam os autos a que se referem o presente edital.

LEILOEIRO: Elton Luiz Simon, Jucepar 09/023-L, fone (46) 3225-2268, www.simonleiloes.com.br o qual perceberá por seu ofício a seguinte remuneração: 5% (cinco por cento) do valor arrecadado em caso de leilão positivo, a ser pago pelo arrematante.

INTIMAÇÃO: Fica(m) desde logo intimado(s) o(s) executado(s) cônjuge(s), condômino(s), coproprietário(s), usufrutuário(s), credor(es) hipotecário(s), fiduciário(s) e demais credores de acordo com o art. 889 do CPC.

OBS: O juízo responsável pela designação da hasta pública ou o leiloeiro público oficial não serão responsabilizados por qualquer dano, prejuízo ou perda no equipamento do usuário causados por quedas ou falhas no sistema, no servidor ou na internet, posto que a internet e o site do leiloeiro são apenas facilitadores de oferta.

OBS.: O(s) bem(ns) que não for(em) objeto de arrematação no decorrer do leilão judicial serão apregoados novamente (repassados) ao final do evento, na mesma data.

Pelo presente se faz saber a todos, que será levado a arrematação, em primeiro e segundo leilão conforme Lei 13.105/2015, o(s) bem(ns) adiante descrito(s), na forma seguinte:

1º LEILÃO: **Somente na modalidade eletrônica**, no dia 08/04/2024, às 14:30 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação.

2º LEILÃO: **Somente na modalidade eletrônica**, no dia 15/04/2024, às 14:30 horas, pela melhor oferta, desde que não caracterize preço vil. (art. 891, § único, CPC).

O interessado em ofertar lances de forma eletrônica, deverá efetuar cadastro prévio junto ao site do leiloeiro - www.simonleiloes.com.br - sendo o cadastro requisito indispensável para participação na alienação judicial eletrônica, responsabilizando-se o usuário, civil e criminalmente pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento. Os lançadores on-line estarão vinculados às mesmas normas processuais e procedimentais destinadas aos lançadores de leilões presenciais, inclusive quanto à responsabilidade civil e criminal.

LOCAL: Exclusivamente on-line no site do leiloeiro - www.simonleiloes.com.br.

PUBLICAÇÃO: Na forma do art. 887 do CPC, o presente edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do leiloeiro - www.simonleiloes.com.br - dispensada a publicação em jornal.

PROCESSO: Autos 0003349-10.2015.8.16.0181 de Execução de Título Extrajudicial em que é Exequente COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA - CNPJ: 83.305.235/0001-19 e Executado(s) JOAO MARIANO DE OLIVEIRA CPF: 605.327.189-68, ROMÁRIO DOS SANTOS OLIVEIRA - CPF: 101.006.269-71, SEBASTIÃO MARIANO DE OLIVEIRA - CPF: 605.324.759-68.

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): Pulverizador Montana - capacidade para 800 litros, ano 2010.

AVALIAÇÃO: R$ 15.000,00 (quinze mil reais) em 01/08/2023.

DEPÓSITO: Em mãos do executado, Linha São Bento, s/nº - - Interior - FLOR DA SERRA DO SUL/PR.

DÍVIDA: R$ 11.084,86 (onze mil, oitenta e quatro reais e oitenta e seis centavos) em 26/01/2023, valor sujeito à atualização mais as custas processuais.

ÔNUS: Os que constarem nos autos.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento deverá ser realizado à vista pelo arrematante, alternativamente, o valor da arrematação poderá ser quitado no prazo de até 15 dias, mediante caução idônea, prestada no ato, equivalente a 25% do valor da arrematação. Na hipótese do arrematante deixar de quitar o valor no prazo de 15 dias, perderá o valor da caução, tornando sem efeito a arrematação e retornando o bem à novo leilão, dos quais não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. Nos pagamentos via guia judicial, deverão ser desconsideradas as datas de vencimento indicadas nas guias, devendo o arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital. O interessado em adquirir o(s) bem(ns) imóvel(is) em prestações poderá apresentar por escrito, antes da realização do leilão, proposta para pagamento parcelado nos termos do art. 895 do CPC, com entrada mínima de 25% (vinte e cinco por cento) da arrematação e saldo parcelado em até 30 (trinta) meses, corrigidas pelo índice do TJ/PR (Média IGP/INPC), e garantido por hipoteca do próprio bem, sendo que a proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (CPC, art. 895, §

7º). No caso de atraso no pagamento de qualquer das parcelas, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente.
CONDIÇÕES GERAIS: Os bens serão vendidos livre de dívidas e ônus de acordo com o art. 130 § único do Código Tributário Nacional, exceto em caso de adjudicação. Os bens serão vendidos no estado que se encontram, inexistindo garantia sobre os mesmos. Caberá ao arrematante arcar com o custo de expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, cujos valores deverão ser recolhidos diretamente à Vara onde tramitam os autos a que se referem o presente edital.
LEILOEIRO: Elton Luiz Simon, Jucepar 09/023-L, fone (46) 3225-2268, www.simonleiloes.com.br o qual perceberá por seu ofício a seguinte remuneração: 5% (cinco por cento) do valor arrecadado em caso de leilão positivo, a ser pago pelo arrematante.
INTIMAÇÃO: Fica(m) desde logo intimado(s) o(s) executado(s) cônjuge(s), condômino(s), coproprietário(s), usufrutuário(s), credor(es) hipotecário(s), fiduciário(s) e demais credores de acordo com o art. 889 do CPC.
OBS: O juízo responsável pela designação da hasta pública ou o leiloeiro público oficial não serão responsabilizados por qualquer dano, prejuízo ou perda no equipamento do usuário causados por quedas ou falhas no sistema, no servidor ou na internet, posto que a internet e o site do leiloeiro são apenas facilitadores de oferta.
OBS.: O(s) bem(ns) que não for(em) objeto de arrematação no decorrer do leilão judicial serão apregoados novamente (repassados) ao final do evento, na mesma data.
Eu, Nicholas Felipe Kurtz Dalpiva, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Marmeleiro, datado e assinado eletronicamente.
Renata Mattos Fidalgo
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

MATINHOS

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): MARCELL JOSÉ DE OLIVEIRA
PRAZO DE 10 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Ricardo José Lopes, da Vara Criminal de Matinhos, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0003688-77.2009.8.16.0116, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO - MATINHOS/PR, réu(s) MARCELL JOSÉ DE OLIVEIRA, MARIA HELENA DO ROCIO MONTE FERNANDES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido MARCELL JOSÉ DE OLIVEIRA, portador(a) do RG 78246944 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 17/06/1979, natural de PARANAGUA/PR, filho(a) de MARIA SELMA DE OLIVEIRA e HEITOR JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO restituição do bem/objeto apreendido no processo, ficando ciente que a falta interesse importará na DOAÇÃO ou DESTRUIÇÃO do bem/objeto apreendido O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, ANGELA DE OLIVEIRA, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Matinhos, 12 de março de 2024.**
Ricardo José Lopes
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): MAIKON TEDDI DA SILVA
PRAZO DE 10 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Ricardo José Lopes, da Vara Criminal de Matinhos, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0004441-19.2018.8.16.0116, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) MAIKON TEDDI DA SILVA, e vítima ANA PAULA ANTOINE, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido MAIKON TEDDI DA SILVA, portador(a) do RG 96478011 SSP/PR e CPF 075.447.529-84, nascido(a) em 21/05/1988, natural de ICARAIMA, filho(a) de MARIA DE FATIMA EMILIANO DA SILVA e GENESIO DA SILVA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para efetuar o levantamento do valor pago à título de fiança no **prazo de 10 (dez) dias**, sob pena de perdimento. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, ANGELA DE OLIVEIRA, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Matinhos, 12 de março de 2024.**
Ricardo José Lopes
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

MEDIANEIRA

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL E INTIMAÇÃO Leilão Exclusivamente Eletrônico (www.kronbergleiloes.com.br) O(A) EXMO(A) SR(A) DR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA (O) VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE MEDIANEIRAPARANÁ, nomeando o leiloeiro público HELCIO KRONBERG, JUCEPAR 653, faz ciência aos interessados e, principalmente, aos executados/devedores que, nos autos do(s) processo(s) abaixo indicado(s), venderá, em LEILÃO PÚBLICO, os bens/lotes adiante discriminados. LOCAL: Os leilões previstos neste edital serão exclusivamente eletrônicos, no site www.kronbergleiloes.com.br. DATA E HORA: Primeiro leilão: 01/04/2024 Segundo Leilão: 08/04/2024, ambos com início às 14 horas (horário de Brasília). VENDA DIRETA: Na hipótese de algum bem/lote indicado neste edital não ser arrematado em nenhum dos leilões designados, o bem/lote poderá ficar disponível no site do leiloeiro pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, prazo em que o leiloeiro receberá ofertas, as quais deverão observar o lance mínimo previsto neste edital, para pagamento do valor à vista. As ofertas serão apresentadas pelo leiloeiro, ao r. juízo competente, para análise. Sobre o valor ofertado será devida taxa de comissão de leilão de 5,00%. LANCE INICIAL: No primeiro leilão, o leiloeiro iniciará o ato ofertando os lotes tendo como lance mínimo o valor da avaliação. Caso algum lote não seja arrematado no primeiro leilão, o mesmo será ofertado novamente nos demais leilões, na data acima indicada. No segundo leilão, fica o leiloeiro autorizado a ofertar os lotes tendo como lance mínimo o valor equivalente a 50% do valor da avaliação referente a quota-parte do executado. LANCE CONSIDERADO VENCEDOR: Será considerado vencedor o lance em maior valor, independente da forma de pagamento escolhida pelo licitante (à vista ou parcelado). Contudo, constatado que o licitante que ofertou o lance em maior valor optou pelo pagamento parcelado, poderão os demais licitantes, antes de finalizar o leilão, ofertarem lance em valor igual ou superior ao lance até então de maior valor, porém, para pagamento à vista. Dessa forma, o lance para pagamento à vista sempre prevalecerá sobre o valor para pagamento parcelado, desde que em valor igual ou maior que o lance para pagamento parcelado. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Nas arrematações em valor igual ou inferior a R$ 10.000,00, o pagamento do valor do lance deverá ser, obrigatoriamente, à vista, mesmo quando houver previsão de parcelamento no presente edital. Nos pagamentos mediante guia judicial, deverão ser desconsideradas as datas de vencimento indicadas nas guias, cabendo ao arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital. a) CONDIÇÕES DE PAGAMENTO À VISTA: Nesta modalidade de pagamento, o arrematante, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da arrematação em leilão, deverá efetuar, mediante guia judicial, o pagamento do valor integral do valor da arrematação. Na hipótese do arrematante deixar de depositar o valor no prazo fixado, a arrematação restará automaticamente desfeita/resolvida (art. 903, §1º, III do CPC), sendo o lote novamente levado à leilão (do qual o arrematante ficará impedido de participar), ficando o arrematante, em razão da desistência, obrigado a pagar multa equivalente a 25%do valor da arrematação, além das despesas para a realização de um novo leilão, podendo o r. juízo valer-se da via executiva para a cobrança da multa. sanções cabíveis. Na hipótese do arrematante deixar de quitar o valor do sinal no prazo de 03 dias úteis, contado da data do leilão em que houve a arrematação, restará desfeita/resolvida a arrematação, sendo imposta ao arrematante multa de 25% sobre o valor da arrematação, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste edital e na legislação em vigor. ARREMATAÇÃO COM CRÉDITOS DO PRÓPRIO PROCESSO: Poderá o exequente arrematar o(s) lote(s) utilizando os créditos do próprio processo, observado o previsto no art. 892, §1º, §2º e §3º do CPC. PROPOSTAS: Havendo interesse na apresentação de propostas em valor e/ou condições diversas dos previstos neste edital, as mesmas deverão

ser apresentadas, por escrito, para o leiloeiro (no site www.kronbergleiloes.com.br), devendo constar na mesma, ao menos: o nome e qualificação do proponente (e cônjuge, se houver); bem/lote objeto da proposta; o valor da proposta; as condições de pagamento do valor proposto. Sobre o valor da proposta será devida taxa de comissão de leilão de 5,00%, caso a mesma seja homologada. O recebimento de proposta pelo leiloeiro não suspenderá os leilões. As propostas recebidas serão apresentadas nos autos, pelo leiloeiro, para análise do r. juízo competente, exceto na hipótese do r. juízo vedar o recebimento de propostas. Na hipótese de homologação da proposta, o leiloeiro, uma vez intimado, emitirá o auto de arrematação e recolherá o preço. Caso o proponente deixe de honrar a proposta homologada, ficará o mesmo obrigado a pagar multa equivalente a 25% do valor da proposta, assim como a pagar a taxa de comissão de leilão de 5,00% sobre o valor da proposta, tudo isso sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e/ou no presente edital. EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA: Nas hipóteses em que houver previsão legal do exercício do direito de preferência, este deverá ser exercido em igualmente de condições com eventuais outros interessados/licitantes, cabendo ao titular do direito acompanhar o leilão e exercer seu direito de preferência, com base no maior lance (e nas mesmas condições de pagamento) recebido pelo leiloeiro durante o leilão ou com base no valor do lance inicial (quando não comparecerem interessados na arrematação do bem), até a assinatura do auto de arrematação ou homologação do leilão pelo r. juízo competente, sob pena de preclusão, devendo, para tanto, recolher o preço e a taxa de comissão do leiloeiro. MANIFESTAÇÃO DO ARREMATANTE: Para se manifestar nos autos do processo deverá o arrematante constituir advogado, especialmente na hipótese de desistência prevista no art. 903, § 5º, I, II e III do CPC. TAXA DE COMISSÃO DE LEILÃO: Em caso de arrematação, será devida, pelo arrematante, taxa de comissão de 5,00% sobre o valor total da arrematação, taxa esta devida mesmo na hipótese do exequente arrematar com créditos (independente de exibir ou não o preço). Na hipótese de acordo, remição e/ou parcelamento do débito após o leilão, será devida, pelo devedor, taxa de comissão de 5,00% sobre o valor da arrematação efetuada no leilão já realizado. Em caso de adjudicação, será devida, pelo adjudicante, taxa de comissão de 2% sobre o valor atualizado da avaliação do bem adjudicado. Em caso de remição, acordo e/ou parcelamento do débito antes do leilão, será devida, pelo devedor ou por quem tal obrigação for imposta no acordo firmado, taxa de comissão de 2% sobre o valor da dívida remida ou sobre o valor do acordo, sendo que na hipótese de tal percentual representar valor inferior a R$ 1.500,00, deverá este montante ser observado como valor mínimo a ser pago para o leiloeiro. O valor da comissão deverá ser integralmente quitado no prazo de até 03 (três)dias úteis, contados da data da arrematação, adjudicação, remição ou acordo. O valor da comissão não está incluso no valor da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, devendo ser destacada e paga para o leiloeiro. A comissão do leiloeiro será integralmente devida mesmo em caso de inadimplência ou desistência/arrependimento do arrematante que acarrete no desfazimento/resolução da arrematação, não sendo a obrigação afastada mesmo na hipótese do bem vir a ser arrematado em leilão que venha a ser posteriormente realizado. Ficam os interessados cientes que na hipótese de desistência da arrematação em razão da oposição de embargos e/ou de qualquer outra medida que vise a nulidade ou desfazimento da arrematação, incluindo as hipóteses previstas no art. 903, §5º do CPC ou, ainda, nas hipóteses em que, mesmo não havendo desistência, a arrematação vier a ser declarada nula ou desfeita, será devida taxa de comissão no percentual de 2% sobre o valor da arrematação, sendo, em tal hipótese, caso já tenha sido paga a comissão, restituído para o arrematante a diferença (se houver). Assim, ao participar do leilão, o interessado adere a tal condição e reconhece que, mesmo quando há a desistência, nulidade ou desfazimento da arrematação, o percentual de comissão fixado é devido à medida de que o serviço prestado pelo leiloeiro não se resume a realização do leilão, sendo necessário executar diversos outro atos para fazer frente à nomeação, a exemplo da elaboração de minuta do edital, divulgação do leilão, visitação dos bens, dentre outros atos que geram despesas para o leiloeiro. No entanto, caso o desfazimento ou nulidade da arrematação ocorrer por culpa exclusiva do leiloeiro, será devida a restituição da integralidade da taxa de comissão recebida. Na hipótese em que, por qualquer motivo, foi determinada a restituição da taxa de comissão recebida (no todo ou em parte), o valor a ser restituído será corrigido pelo IPCA-E, devendo ser considerado/aplicado mesmo quando for negativo, sendo afastado qualquer outro índice de correção. DÍVIDAS E ÔNUS: A arrematação será considerada aquisição originária. Assim, os bens arrematados serão entregues, ao arrematante, livres e desembaraçados de quaisquer ônus e débitos (até a data da expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega), inclusive dívidas propter rem. Os ônus e débitos mencionados no presente edital devem ser considerados meramente informativos, prestando-se ao cumprimento do previsto no art. 886 do CPC, não acarretando obrigação do arrematante em suportar os mesmos. Eventuais restrições/limitações ao uso do bem arrematado (a exemplo de restrições construtivas, ambientais, dentre outras) não se confundem com ônus e, por isso, permanecem mesmo após o leilão. Em relação a eventuais créditos tributários, será aplicada a norma prevista no art. 130, §único do CTN, cabendo ao credor habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Em relação e eventuais créditos condominiais, será aplicada a norma prevista no art. 908, §1º do CPC, cabendo ao condomínio habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Caberá ao arrematante arcar com todos os custos e tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ITBI, ICMS, IRPF e/ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros. Na hipótese de arrematação de veículo, ficam os interessados cientes que, para a transferência do veículo para o nome do arrematante, será necessária a desvinculação dos débitos com fato gerador anterior ao leilão, bem como o cancelamento de eventuais ônus e/ou bloqueios que recaiam sobre o veículo, para o que se faz necessário aguardar os trâmite legais, não tendo o Poder Judiciário e/ou leiloeiro qualquer responsabilidade pelas providências e prazos dos órgãos de trânsito e demais órgãos responsáveis, sendo de responsabilidade do arrematante acompanhar os procedimentos. Em caso de adjudicação de bem, serão mantidos todos os ônus e débitos que recaiam sobre o bem adjudicado, exceto na hipótese de decisão judicial em sentido contrário. TRANSMISSÃO ON LINE: Os leilões previstos neste edital ocorrerão, nos dias e horários indicados, exclusivamente em ambiente eletrônico (www.kronbergleiloes.com.br). Os leilões poderão, a critério do leiloeiro, ser transmitidos, em tempo real, por intermédio do sitewww.kronbergleiloes.com.br. Contudo, em razão de problemas técnicos, a transmissão pode não ser possível ou sofrer interrupções totais ou parciais, o que, em nenhuma hipótese, invalidará e/ou postergará o ato. LANCES PELA INTERNET: Os interessados em participar do leilão deverão dar lances, exclusivamente pela internet, por intermédio do site www.kronbergleiloes.com.br. Serão aceitos lances a partir da inserção do leilão no site do leiloeiro. Todos os atos realizados via internet ficarão sujeitos ao bom funcionamento do sistema, ficando o Poder Judiciário e/ou leiloeiro, desde já, isentos de qualquer responsabilidade. Os interessados em ofertar lances eletrônicos deverão observar as condições previstas no site do leiloeiro e na legislação em vigor, sendo condição o cadastro prévio no site do leiloeiro. Ao participar do leilão o interessado concorda com todas as condições previstas neste edital. CONDIÇÕES GERAIS: O interessado é o único responsável pelas informações e documentos fornecidos por ocasião do cadastro para participar do leilão, respondendo,cível e criminalmente, por eventual informação incorreta que venha a prejudicar o ato. Ao se cadastrar e participar do leilão, o interessado adere integralmente às condições do mesmo, principalmente às condições previstas no presente edital. Os lances ofertados são irretratáveis, sem direito ao arrependimento. Fica o leiloeiro autorizado a, querendo, ofertar todos ou parte dos lotes de forma agrupada, tendo como lance mínimo a soma do valor dos lotes individuais, permitindo, assim, a arrematação conjunta de lotes por um único arrematante (art. 893 do CPC). Poderá o leiloeiro atualizar o valor da avaliação. As medidas e confrontações dos imóveis e/ou benfeitorias, eventualmente constantes no presente edital, deverão ser consideradas meramente enunciativas, já que extraídas dos registros imobiliários, laudo de avaliação e demais documentos anexados aos autos. Para todos os efeitos, considera-se a venda dos bens imóveis como sendo ad corpus,não cabendo qualquer reclamação posterior em relação a medidas, confrontações e/ou demais peculiaridades das áreas/imóveis, cabendo aos interessados vistoriarem os bens/áreas antes de ofertarem lances no leilão, inclusive no que se refere às edificações existentes nos imóveis, se houver. Eventuais informações acerca de ocupação/invasão/desocupação dos imóveis deverão ser levantadas pelos licitantes interessados na arrematação. Na hipótese do imóvel arrematado encontrar-se tombado ou ser considerado como UIP pelo Município, caberá ao arrematante observar a legislação pertinente, principalmente no que se refere a conservação do bem e restrições de uso. É de responsabilidade do arrematante verificar, antes do leilão, eventual restrição ao uso do imóvel, inclusive, mas são somente, restrição construtiva, restrição ambiental, dentre outras, não sendo aceitas reclamações após o leilão. Os bens serão entregues nas condições em que se encontram, inexistindo qualquer espécie de garantia (inclusive de funcionamento). Sendo arrematado veículo, ficam os interessados cientes da possibilidade do mesmo não ter chaves, sendo de responsabilidade do arrematante providenciar e arcar com os custos das mesmas. Em caso de arrematação de bem móvel, inclusive veículo, caberá ao arrematante arcar com todos os custos com a desmontagem, retirada e transporte, do bem arrematado, do local onde o mesmo se encontra, devendo a retirada ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data de expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega, sob pena de perdimento do bem em favor do leiloeiro, para pagamento dos custos de armazenamento. Em se tratando de unidade autônoma de vaga de garagem, deve ser observado o art. 1331, §1º do Código Civil, cabendo ao interessado consultar as normas previstas na Convenção do Condomínio, não sendo aceitas reclamações após o leilão. Caberá ao arrematante arcar com os custos para a expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, cujos valores deverão ser recolhidos diretamente à Vara onde tramitam os autos a que se referem o presente edital. INFORMAÇÕES: Com o leiloeiro, pelo telefone (41) 3233-1077 ou pelo site www.kronbergleiloes.com.br. Visitação do(s) bem(ens) mediante contato prévio com o leiloeiro, sendo possível apenas na hipótese do(s) bem(ens) estar(em) sob a guarda ou posse do leiloeiro. Não será permitida visita sem agendamento prévio. PRAZO PARA IMPUGNAR ESTE EDITAL: O presente edital pode ser impugnado no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da publicação do mesmo no site do leiloeiro (www.kronbergleiloes.com.br), sob pena de preclusão. Para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e para que ninguém possa alegar ignorância, mandou o(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito que se expedisse o presente edital que deverá ser publicado e afixado na forma da Lei. Ficam, desde já, intimadas as partes, os coproprietários, os arrendatários rurais, os interessados e, principalmente, os executados art. 889, § único do CPC), credores hipotecários ou credores fiduciários, bem como os respectivos cônjuges, se casados forem: MUNÍCIPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU-PR, DANYELE GRACE DA ROLT, GUILHERME TAPIA DE OLIVEIRA, EXECUÇÃO FISCAL - 0007779-61.2019.8.16.0117 Requerente: MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇUPR Requerido: ESPÓLIO DE JAIR ORBA PIRES Bem: Um veículo marca/modelo Ford-Escort Ano 1989, Placa AIF-0246, Renavam n° 522883591. Bem está localizado na Rua Marechal Candido Rondon, 595 - Serranópolis Do Iguaçu/Pr - CEP: 85.885-000; Recursos Pendentes: Não há., Ônus: Não há. VALOR DA DÍVIDA: R $ 1.843,07 em 12/09/2022. VALOR DE AVALIAÇÃO R$ 4.567,00 em 25/01/2023. VALOR DO BEM EM SEGUNDO LEILÃO: R$ 2.283,50.

NOVA AURORA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): WILLIAN FERREIRA DOS SANTOS
PRAZO DE 90 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Maria Ângela Carobrez Franzini, da Vara Criminal de Nova Aurora, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo , sob nº 0001935-07.2016.8.16.0192, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) WILLIAN FERREIRA DOS SANTOS, e vítima FELIPE GUDULUNAS CONDE, MARCIA MARA GUDULUNAS, NATALICIO RIBEIRO DE FREITAS DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido** WILLIAN FERREIRA DOS SANTOS, portador(a) do RG 130226396 SSP/PR e CPF 343.946.478-43, nascido(a) em 28/12/1985, natural de SAO PAULO, filho(a) de VILMA APARECIDA FERREIRA e JOILSON VICENTE DOS SANTOS, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 157 - ROUBO AGRAVADO, Reclusão: 5 a 15 anos E Multa oferecida em 23/11/2015 e recebida em 24/11/2015, conforme descrição do fato transcrito na denúncia, e à sua **INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, DAVID AUGUSTO DE OLIVEIRA MORAIS, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Nova Aurora, 08 de março de 2024.
AROLDO HENRIQUE PEGORARO DE ALMEIDA
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ROSELI PASCOA OLIVO, FERNANDO HENRIQUE DOS SANTOS
PRAZO DE 60 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Aroldo Henrique Pegoraro de Almeida, da Vara Criminal de Nova Aurora, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0002106-85.2021.8.16.0192, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ROSELI PASCOA OLIVO, FERNANDO HENRIQUE DOS SANTOS, VALDECIR ANTONIO OLIVO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) ROSELI PASCOA OLIVO, portador(a) do RG 6170317 SSP/PR e CPF 027.244.779-01, nascido(a) em 17/04/1976, natural de NOVA AURORA/PR, filho(a) de JULIANA BABINSKI OLIVO e RAIMUNDO OLMES OLIVO; FERNANDO HENRIQUE DOS SANTOS, portador(a) do RG 105960042 SSP /PR e CPF 086.236.479-55, nascido(a) em 16/03/1993, natural de NOVA AURORA/PR, filho(a) de CLAUDIA APARECIDA DA CRUZ e VALTER DOS SANTOS, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, oferecida em 28/04/223 e recebida em 03/05/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúncia e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, DAVID AUGUSTO DE OLIVEIRA MORAIS, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Nova Aurora, 08 de março de 2024.
Aroldo Henrique Pegoraro de Almeida
Juiz de Direito

FORO REGIONAL DE NOVA ESPERANÇA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): GERSON LEITE DE LIMA
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Sérgio Decker, da Vara Criminal de Nova Esperança, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0004993-77.2015.8.16.0119, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) GERSON LEITE DE LIMA, e vítima Handrezza dos Santos, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **GERSON LEITE DE LIMA, portador(a) do RG 8123026 SSP/PR e CPF 045.149.759-74, nascido(a) em 15/03/1984, natural de NOVA ESPERANCA, filho(a) de MARIA CRUZ DE LIMA e JOSE LEITE DE LIMA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** o réu nas sanções do ART 129 - LESAO CORPORAL - VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR, Detenção: 3 meses e 15 dias, em regime aberto, na data de 23/11/2023, sendo suspensa a pena mediante SURSIS, condicional de 02 (dois) anos, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: **"(...) DISPOSITIVO Diante do exposto, e por tudo mais que dos autos consta, resolvo o mérito e JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, para o fim de CONDENAR o Réu GERSON DE LEITE LIMA, como incurso nas sanções do art. 129, §9 do Código Penal. c/c as disposições da Lei 11.340/2006 (...) Fixo a pena definitiva em 03 (três) meses e 15 (quinze) dias de detenção. IV. Regime Tendo em vista o quantum aplicado da pena privativa de liberdade, deve o Réu iniciar o cumprimento da pena em regime aberto (art. 33, § 2º, alínea c, do Código Penal) (...) SUSPENSÃO DA PENA do 77. Diante do quantum aplicado, é cabível a suspensão da pena, nos termos do art. 77 do CP. Assim, deve o réu cumprir as seguintes condições, pelo prazo mínimo da suspensão (2 anos): a) Prestação de serviços à comunidade no 1º ano à razão de 4 (quatro) horas semanais (art. 78, §1º do CP) b) Proibição de frequentar bares, festas e bailes, após as 23h00min; c) Proibição de ausentar-se da Comarca onde reside, sem autorização judicial e; d) Comparecer pessoalmente e obrigatoriamente a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades. e) Participar do Projeto de agressores Lei Maria da Penha do Conselho da Comunidade Local (...)"**, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Nova Esperança, 11 de março de 2024.
Otto Abner Albanez
Técnico Judiciário
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PALMAS

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PALMAS
VARA CRIMINAL E ANEXOS
Av. Capitão Paulo de Araújo, 731, São José, 85.555-000 - Fone: (46)3263-8100 - e-mail: jrss@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO Prazo de 30 dias
O (A) magistrado (a) da Vara Criminal de Palmas/PR, na forma da Lei, etc...; faz saber, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente a(o) ré(u) **GILBERTO DE FREITAS** , nascido(a) no dia 28/05/1982, natural de ESTADO DO PARANA/PR, filho(a) de Nome da Mãe: OLEVINA DE FREITAS Nome do Pai: , atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-A(O) que por sentença proferida nos autos de Ação Penal nº **0000029-78.2005.8.16.0123** fora absolvido das imputações, com base no artigo 397, inciso IV, do Código de Processo Penal.
Dado e passado nesta cidade de Palmas, Estado do Paraná, 12 de março de 2024 às 13:32:34. Eu, **João Ricardo Socolovski SiqueiraPertice**, Chefe de Cartório, lavrei.
*(assinado digitalmente)***Tatiane Bueno Gomes**Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PALMAS
VARA CRIMINAL E ANEXOS
Av. Capitão Paulo de Araújo, 731, São José, 85.555-000 - Fone: (46)3263-8100 - e-mail: jrss@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO Prazo de 30 dias

O (A) magistrado (a) da Vara Criminal de Palmas/PR, na forma da Lei, etc...; faz saber, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente a(o) ré(u) **ALEX DE OLIVEIRA DE PAULA** , nascido(a) no dia 22/09/1991, natural de PALMAS, filho(a) de Nome da Mãe: MARIA LEONICE DA MAIA OLIVEIRA DE PAULA Nome do Pai: ERNESTO GONÇALVES DE PAULA , atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-A(O) que por sentença proferida nos autos de Ação Penal nº **0004295-25.2016.8.16.0123** fora absolvido das imputações, com base no artigo 397, inciso IV, do Código de Processo Penal.

O réu fica também INTIMADO para, no prazo de 05 (cinco) dias, comparecer neste Cartório a fim de proceder o levantamento da fiança depositada nos autos, sob pena desta ser destinada ao FUNREJUS.

Dado e passado nesta cidade de Palmas, Estado do Paraná, 12 de março de 2024 às 13:43:35. Eu, **João Ricardo Socolovski SiqueiraPertice**, Chefe de Cartório, lavrei. *(assinado digitalmente)***Tatiane Bueno Gomes**Juíza de Direito

---

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PALMAS
VARA CRIMINAL E ANEXOS
Av. Capitão Paulo de Araújo, 731, São José, 85.555-000 - Fone: (46)3263-8100 - e-mail: jrss@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO Prazo de 30 dias

O (A) magistrado (a) da Vara Criminal de Palmas/PR, na forma da Lei, etc...; faz saber, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente a(o) ré(u) **GEOVANE VAZ BUENO** , nascido(a) no dia 15/03/1980, natural de PALMAS, filho(a) de Nome da Mãe: BENVINDA DA APARECIDA VAZ BUENO Nome do Pai: ARI ANTUNES BUENO , atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-A(O) que por sentença proferida nos autos de Ação Penal nº **0001994-13.2013.8.16.0123** fora extinta a punibilidade, nos termos do artigo 107, inciso IV e artigo 109, inciso VI, ambos do Código Penal c/c artigo 61 do Código de Processo Penal.

O réu fica também INTIMADO para, no prazo de 05 (cinco) dias, comparecer neste Cartório a fim de proceder o levantamento da fiança depositada nos autos, sob pena desta ser destinada ao FUNREJUS.

Dado e passado nesta cidade de Palmas, Estado do Paraná, 11 de março de 2024 às 16:48:27. Eu, **João Ricardo Socolovski SiqueiraPertice**, Chefe de Cartório, lavrei. *(assinado digitalmente)***Tatiane Bueno Gomes**Juíza de Direito

---

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): FÁBIO PADILHA PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Tatiane Bueno Gomes, da Vara Criminal de Palmas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0004698-18.2021.8.16.0123, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) FÁBIO PADILHA, e vítima J. M., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido FÁBIO PADILHA, portador(a) do RG 99106620 SSP/PR e CPF 065.897.509-98, nascido(a) em 26/08/1987, natural de PALMAS /PR, filho(a) de DARZA MARIANO PADILHA e JOSÉ JÚLIO PADILHA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316 /2022). As guias devem ser requeridas e retiradas pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Adverte-se de que: a) a não solicitação das guias para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Gabriel Mudrey Vieira Pedroso, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Palmas, data da assinatura digital. Tatiane Bueno Gomes Juíza de Direito

---

PALMITAL

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): ADÃO SOUZA DA SILVA
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito Cecília Leszczynski Guetter, da Vara Criminal de Palmital, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Receptação Qualificada, sob nº 0001681-07.2017.8.16.0125, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) GILBERTO CAVALHEIRO, ORLANDO MARTINS, ADÃO SOUZA DA SILVA, EVALDO CORDEIRO DE SOUZA, GESOEL DENIS LEAL, e vítima JOSE SADY GONÇALVES PADILHA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **ADÃO SOUZA DA SILVA, portador(a) do RG 101340597 SSP/PR e CPF 071.902.029-86, nascido(a) em 17/05/1991, natural de LARANJEIRAS DO SUL, filho(a) de ORALINA GODOI DE SOUZA e ANTONIO EUZEBIO DA SILVA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 180-A - RECEPTACAO, Reclusão: 2 anos e 4 meses na data de , sendo substituída por pena privativa de liberdade acima imposta por 02 (duas) restritivas: a) prestação gratuita de serviços à comunidade, em entidade a ser estabelecida da audiência admonitória, nos termos do artigo 46, § 3º do Código Penal, por período igual ao da condenação, a ser cumprida à razão de 01 (uma) hora de tarefa por dia. Como a pena substituída é superior a 01 (um) ano, faculto ao condenado cumprir a pena substituída em menor tempo, nunca inferior à metade da pena privativa de liberdade fixada, na forma do §4º, do artigo 46 do Código Penal; em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.

Eu, Joana Mortari Paludo Vencato, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Palmital, 12 de março de 2024.

Joana Mortari Paludo Vencato
Técnica Judiciária
Assinatura autorizada pelo artigo 1º §5º da Portaria 16/2022

PARANAGUÁ

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
A Doutora , MMª. Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal da ComarcaJuliana Pinheiro Ribeiro de Azevedo
de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este
Juízo, executam-se os autos de Medidas Protetivas com Urgência n° , tendo0001009-40.2024.8.16.0129
,como agressor BRENDON MATEUS SILVEIRA atualmente em local incerto e não sabido, sendo
assim acerca da decisão prolatada na data do dia 03/02/2024, a qualfica INTIMADO o agressor,
concedeu as medidas protetivas requeridas.
a) Afastamento do lar ou local de convivência (art. 12-C, I, Lei n. 11.3402006);
b) Proibição de se aproximar da noticiante, Sra. Rita de Cássia Silveira, em distância inferior 200
(duzentos) metros;
c) Proibição de contato com a noticiante, Sra. Rita de Cássia Silveira, por qualquer meio de
comunicação;
d) Comparecimento do requerido/agressor ao Programa Lótus de recuperação e reeducação, mediante
intimação para que, em 5 dias, compareça na Central de Medidas Socialmente Úteis (CEMSU),
localizado no Fórum desta Comarca, para entrevista preliminar (esclarecimento do propósito e alcance do
projeto);
Caso o agressor descumpra a ordem, poderá ser decretada sua Prisão Preventiva, sem prejuízo de
eventual caracterização do delito do artigo 24-A da Lei nº 11.340/2006.
Por ora, apenas se trata de liminar e ainda poderá ser ouvido em Juízo, podendo os seus motivos até
mesmo levar a outra decisão, de forma que a atividade sensata do requerido será muito importante
em prol de sua posição jurídica.
Paranaguá, 11 de março de 2024.
Juliana Pinheiro Ribeiro de Azevedo
Juíza Substituta

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO: 15 DIAS
A Doutora JULIANA PINHEIRO RIBEIRO DE AZEVEDO, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da
Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este
Juízo, executam-se os autos de n° 0016363-47.2020.8.16.0129, tendo como réu GABRIEL OLIVEIRA
MAIA , atualmente em local incerto e não sabido, sendo assim fica INTIMADO, para que proceda o
pagamento dos dias-multa, no valor de R$ 18.784,36 (dezoito mil, setecentos e oitenta e quatro reais
e trinta e seis centavos) e das custas processuais, no valor de R$ 496,69 (quatrocentos e noventa e
seis reais e sessenta e nove reais), no prazo de 10 (dez) dias.
Paranaguá, 11 de março de 2024.
Juliana Pinheiro Ribeiro de Azevedo
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO: 15 DIAS
A Doutora JULIANA PINHEIRO RIBEIRO DE AZEVEDO, MMª. Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal da
Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este
Juízo, executam-se os autos de n° 0008417-87.2021.8.16.0129, tendo como réu MARCELO PONTES
DOS SANTOS , atualmente em local incerto e não sabido, sendo assim fica INTIMADO, para que
proceda o pagamento das custas processuais, no valor de R$ 493,30 (quatrocentos e noventa e três
reais e trinta centavos), no prazo de 10 (dez) dias.
Paranaguá, 11 de março de 2024.
Juliana Pinheiro Ribeiro de Azevedo
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO: 90 DIAS
A Doutora , MMª. Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal da ComarcaJuliana Pinheiro Ribeiro de Azevedo
de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este
Juízo, executam-se os autos de n° 0000715-95.2018.8.16.0129, tendo como réu JORGE LUIS DOS
SANTOS VIANA, atualmente em local incerto e não sabido, sendo assim fica INTIMADO, dos termos
da sentença, datada de 21/06/2023, nos termos a seguir:
Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva contida na
denúncia para CONDENAR os réus JORGE LUIS DOS SANTOS VIANA e DIEGO MIRANDA
MUNHOZ, devidamente qualificados, como incurso nas sanções do art. 155, § 4.º, I, II e IV, do CP.
Disso resulta a seguinte PENA DEFINITIVA: 3 anos, 6 meses e 15 dias de reclusão e 115 dias-multa,
à razão de 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato, atualizado.
Do regime do cumprimento da pena.
Não obstante a pena aplicada (inferior a quatro anos), com amparo nos entendimentos cristalizados nas
Súmulas 718 e 719-STF2 e na firme orientação da jurisprudência do STJ3, considerando as
circunstâncias judiciais negativas (antecedentes, circunstâncias e consequências do crime), fixo o regime
semiaberto para início do cumprimento da pena, nos termos do art. 33, § 2.º, "b", e § 3.º, do CP.
Da substituição e da suspensão da pena privativa de liberdade
Tendo em vista circunstâncias judiciais negativas, especialmente os maus antecedentes, deixo de
aplicar a substituição da pena privativa de liberdade pelas penas restritivas de direito (art. 44, III,
CP), assim como deixo de aplicar a suspensão condicional da pena (art. 77, II, CP).
Fica INTIMADO também, do prazo de 5 (cinco) dias para apresentar recurso, caso tenha interesse.
Paranaguá, 11 de março de 2024.
Juliana Pinheiro Ribeiro de Azevedo
Juíza Substituta

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
A Doutora , MMª. Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal da ComarcaJuliana Pinheiro Ribeiro de Azevedo
de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este
Juízo, executam-se os autos de Medidas Protetivas com Urgência n° , tendo0001849-50.2024.8.16.0129
,como agressor PETERSON BRAIAN DO CARMO VIEIRA PEREIRA atualmente em local incerto e não
sabido, sendo assim acerca da decisão prolatada na data do dia 02/03fica INTIMADO o agressor,
/2024, a qual concedeu as medidas protetivas requeridas.
a) Proibição de se aproximar da noticiante, Sra. ANA PAULA DE SOUZA BARRETO, em distância
inferior a 200 (duzentos) metros;
b) Proibição contato com a noticiante, Sra. de ANA PAULA DE SOUZA BARRETO, por qualquer meio
de comunicação.
Caso o agressor descumpra a ordem, poderá ser decretada sua Prisão Preventiva, sem prejuízo de
eventual caracterização do delito do artigo 24-A da Lei nº 11.340/2006.
Por ora, apenas se trata de liminar e ainda poderá ser ouvido em Juízo, podendo os seus motivos até
mesmo levar a outra decisão, de forma que a atividade sensata do requerido será muito importante
em prol de sua posição jurídica.
Paranaguá, 11 de março de 2024.
Juliana Pinheiro Ribeiro de Azevedo
Juíza de Direito

VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS

PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, FAMÍLIA E ANEXOS DE PARANAGUÁ - PR.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE 20 (vinte) DIAS.
Edital de intimação da sentença do requerido **FRANCISCO CARLOS ALVES**, residente em lugar ignorado, incerto e não sabido, sobre a sentença proferida nos autos sob o nº **0000025-47.2023.8.16.0208**, de Pedido Adoção c/c Destituição do Poder Familiar, em que é requerente o Ministério Público e requeridos Elena da Silva Tavares e FRANCISCO CARLOS ALVES que tramita na Vara da Infância e da Juventude, Família e Anexos de Paranaguá, sito à Av. Gabriel de Lara, 771, Centro, sobre o qual poderá recorrer **no prazo de 10 (dez) dias** e cujo dispositivo é o seguinte: "Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, com supedâneo nos arts. 22 e 24, ambos do Estatuto da Criança e do Adolescente, cumulados com o art. 1.635, inciso V e art. 1.638, inciso II, ambos do Código Civil, **JULGO PROCEDENTE** o pedido vertido na judiciosa peça inicial e, em consequência, **DECRETO a PERDA** do **PODER FAMILIAR** de **FRANCISCO CARLOS ALVES** em relação à infante **S. T. A.** e de **E. DA S. T.** em relação a **T. DA S. T., S. T. A., L. DA S. T. F. e L. T.**. Formem-se autos de **CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA relativamente aos infantes que atualmente se encontram acolhidos (S. T. A., T. DA S. T. e L. T.)**, tendo como movimento inicial a presente sentença, em apenso, onde deverão ser realizadas as diligências abaixo determinadas, garantindo-se o sigilo das informações e um trâmite mais célere. Considerando o entendimento adotado por esta Magistrada, no sentido de que: **a)** é mais vantajosa a colocação dos protegidos em família substituta do que aguardar o trâmite do cumprimento de sentença acolhido e **b)** que o acolhimento é **MEDIDA EXTREMA** e **EXCEPCIONAL**, **DETERMINO** que, **desde logo (antes mesmo do trânsito em julgado)**, sejam colocados os protegidos acolhidos em **FAMÍLIA SUBSTITUTA**, na modalidade de **guarda ao primeiro casal da lista habilitado.** Frise que a colocação em família substituta **não é** medida a ser adotada em relação a **LUCAS DA SILVA TAVARES FRANÇA,** porquanto se encontra sob os cuidados de seu genitor. "
Paranaguá, 04 de março de 2024.
Monique Leal de Abreu Gasques
Chefe de Secretaria

PARANAVAÍ

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DOS EVENTUAI RÉU: JOÃO ROSENO DA SILVA, com prazo de 20 (vinte) dias.
"JUSTIÇA GRATUITA"
O Doutor JOÃO GUILHERME BARBOSA ELIAS, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc.
Ficam pelo presente edital CITADO os eventuais réus: em lugar incerto, eventuais interessados, incertos e desconhecidos, para contestarem a AÇÃO DE USUCAPIÃO de Projudi sob nº 0010741-76.2023.8.16.0130, que tramita na 1ª Vara Cível da Comarca de Paranavaí, sito Av. Paraná, nº 1422, Edifício do Fórum, movida por JOSÉ RAIMUNDO DA SILVA em favor de JOÃO ROSENO DA SILVA E OUTROS, referente ao: "lote de terras de nº 009 (nove), da quadra nº 003 (três) situado no quadro urbano desta cidade e sede do município e Comarca de Paranavaí, com área de 201,00 m2, localizado na Rua Hayato Nakamura, nº 886, desde ano de 2001 há mais de 22 (vinte e dois) anos. O imóvel usucapiendo está transcrito sob nº 24.529, junto ao 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, em nome da parte Requerida (certidão acostada), e tem as seguintes divisas e confrontações: Pela frente confrontando com a Rua Hayato Nakamura, mede-se 14,45 metros; de um lado, confrontado com a Rua Amador Aguiar, mede-se 16,20 metros; de outro lado, confrontando com o lote nº 008 (oito), mede-se 15,76 metros, e finalmente pelos fundos, confrontando com o lote nº 10-B (dez-b), mede-se 11,05 metros,". O prazo de (15) quinze dias para contestação, por intermédio de advogado, fluirá da citação. ADVERTÊNCIA: Sob pena de serem-lhe aplicados os efeitos de revelia (ART. 344 do CPC). E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital, com o prazo de 20 (dias) dias que será afixado por cópia no lugar de costume e publicado na forma da Lei. *DADO E PASSADO* nesta cidade e Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 12 dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro.
Renato Augusto Platz Guimarães
Escrivão
(Assino por determinação do MM. Juiz, por força da Portaria nº 01/99)

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ADILBERTO SILVA SOUZA
PRAZO DE 35 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito João Guilherme Barbosa Elias, da 1ª Vara Cível de Paranavaí, FAZ SABER a todos que virem o
presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Busca e Apreensão em
Alienação Fiduciária, assunto Alienação Fiduciária, sob nº 0012446-85.2018.8.16.0130, em que é(são) autor(es) AYMORE
CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A., e réu(s ADILBERTO SILVA SOUZA, e que não foi) possível localizar
pessoalmente a(s) parte(s) Promovido ADILBERTO SILVA SOUZA, portador(a) do RG 60333181 SSP/PR e CPF
695.281.959-20. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua CITAÇÃO para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pagar
a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário, no valor total de R$ 25.218.76,
hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus (art. 3º, § 2º, Decreto-Lei nº 911/69), ou apresentar resposta em 15
(quinze) dias úteis (art. 3º, § 3º, Decreto-Lei nº 911/69), podendo oferecer resposta, ainda que tenha pagado a dívida, caso
entenda ter havido pagamento excessivo e desejar a restituição (art. 3º, § 4º, Decreto-Lei nº 911/69). Ainda, a(s) parte(s) fica
(m) CIENTE(S) de que, executada a liminar de busca e apreensão, em 5 (cinco) dias será consolidada a propriedade e a
posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário (art. 3º, § 1º, Decreto-Lei nº 911/69). Tudo em conformidade
com [a resenha da inicial / o despacho judicial de movimento 227.1".
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância
no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
Eu, RODRIGO SCANDOLEIRO GARCIA FELIX, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Paranavaí, 12 de março de 2024.
João Guilherme Barbosa Elias
Juiz de Direito

DESTINATÁRIO(A)(S): PATRICIA DIAS GONCALVES
PRAZO DE 35 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito João Guilherme Barbosa Elias, da 1ª Vara Cível de Paranavaí, FAZ SABER a todos que virem o
presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Busca e Apreensão em
Alienação Fiduciária, assunto Alienação Fiduciária, sob nº 0005627-59.2023.8.16.0130, em que é(são) autor(es) Banco
Votorantim S.A., e réu(s) PATRICIA DIAS GONCALVES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s)
Promovido PATRICIA DIAS GONCALVES, portador(a) do CPF 070.395.779-17. Desta forma, procede-se por meio deste
edital à sua CITAÇÃO para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores
apresentados pelo credor fiduciário, no valor total de R$ 136.929.76, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus
(art. 3º, § 2º, Decreto-Lei nº 911/69), ou apresentar resposta em 15 (quinze) dias úteis (art. 3º, § 3º, Decreto-Lei nº 911/69),
podendo oferecer resposta, ainda que tenha pagado a dívida, caso entenda ter havido pagamento excessivo e desejar a
restituição (art. 3º, § 4º, Decreto-Lei nº 911/69). Ainda, a(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) de que, executada a liminar de busca e
apreensão, em 5 (cinco) dias será consolidada a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor
fiduciário (art. 3º, § 1º, Decreto-Lei nº 911/69). Tudo em conformidade com [a resenha da inicial / o despacho judicial no
movimento 75.1
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância
no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
.
Eu, RODRIGO SCANDOLEIRO GARCIA FELIX, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Paranavaí, 12 de março de 2024.
João Guilherme Barbosa Elias

Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ADILBERTO SILVA SOUZA
PRAZO DE 35 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito João Guilherme Barbosa Elias, da 1ª Vara Cível de Paranavaí, FAZ SABER a todos que virem o
presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Busca e Apreensão em
Alienação Fiduciária, assunto Alienação Fiduciária, sob nº 0012446-85.2018.8.16.0130, em que é(são) autor(es) AYMORE
CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A., e réu(s ADILBERTO SILVA SOUZA, e que não foi) possível localizar
pessoalmente a(s) parte(s) Promovido ADILBERTO SILVA SOUZA, portador(a) do RG 60333181 SSP/PR e CPF
695.281.959-20. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua CITAÇÃO para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pagar
a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário, no valor total de R$ 25.218.76,
hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus (art. 3º, § 2º, Decreto-Lei nº 911/69), ou apresentar resposta em 15
(quinze) dias úteis (art. 3º, § 3º, Decreto-Lei nº 911/69), podendo oferecer resposta, ainda que tenha pagado a dívida, caso
entenda ter havido pagamento excessivo e desejar a restituição (art. 3º, § 4º, Decreto-Lei nº 911/69). Ainda, a(s) parte(s) fica
(m) CIENTE(S) de que, executada a liminar de busca e apreensão, em 5 (cinco) dias será consolidada a propriedade e a
posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário (art. 3º, § 1º, Decreto-Lei nº 911/69). Tudo em conformidade
com [a resenha da inicial / o despacho judicial de movimento 227.1".
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância
no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
Eu, RODRIGO SCANDOLEIRO GARCIA FELIX, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Paranavaí, 12 de março de 2024.
João Guilherme Barbosa Elias
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DOS EVENTUAIS RÉUS: em lugar incerto, eventuais interessados, incertos e desconhecidos, FRACISCO ALVES e IRMA MOREIRA ALVESA com prazo de 20 (vinte) dias.
"JUSTIÇA GRATUITA"
O Doutor JOÃO GUILHERME BARBOSA ELIAS, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc.
Ficam pelo presente edital CITADO os eventuais réus: em lugar incerto, eventuais interessados, incertos e desconhecidos, para contestarem a AÇÃO DE USUCAPIÃO de Projudi sob nº 0001084-76.2024.8.16.0130, que tramita na 1ª Vara Cível da Comarca de Paranavaí, sito Av. Paraná, nº 1422, Edifício do Fórum, movida por CECILIO ANASTACIO REZENDE em favor de FRACISCO ALVES e IRMA MOREIRA ALVESA E OUTROS, referente ao: "Lote nº 002, da quadra da quadra 04, dona rua joão p. da costa velho n 55 jardim paraiso , perímetro urbano desta cidade, com área de 490,00 m², pelas divisas e confrontações constantes na matrícula nº 20.414; da cidade de Paranavaí-PR". O prazo de (15) quinze dias para contestação, por intermédio de advogado, fluirá da citação. ADVERTÊNCIA: Sob pena de serem-lhe aplicados os efeitos de revelia (ART. 344 do CPC). E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital, com o prazo de 20 (dias) dias que será afixado por cópia no lugar de costume e publicado na forma da Lei. *DADO E PASSADO* nesta cidade e Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 12 dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro.
Renato Augusto Platz Guimarães
Escrivão
(Assino por determinação do MM. Juiz, por força da Portaria nº 01/99)

EDITAL DE CITAÇÃO DO EXECUTADO: GLOBAL AQUECEDORES EIRELLI e IVO GERONIMO, com prazo de 20 (vinte) dias.
O Doutor JOÃO GUILHERME BARBOSA ELIAS, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 1ª Vara Cível, com sede no Fórum de Paranavaí, à Av. Paraná, nº 1422, se processam os autos de Projudi nº 0006175-21.2022.8.16.0130 de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, em que são partes: BANCO BRADESCO S/A, exequente e GLOBAL AQUECEDORES EIRELLI e IVO GERONIMO executados. Fica pelo presente edital CITADO o executado: GLOBAL AQUECEDORES EIRELLI e IVO GERONIMO, para no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da importância de R$ 38.085,30 (atualizado até 06/07/2022), ou, para , no mesmo prazo oferecer bens a penhora, ou ainda querendo, no prazo legal de 15 (quinze) dias, opor embargos à execução. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital, com o prazo de 20 (dias) dias que será afixado por cópia no lugar de costume e publicado na forma da Lei. *DADO E PASSADO* nesta cidade e Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 12 dias do mês de março de dois mil e vinte quatro.
Renato Augusto Platz Guimarães
Escrivão
(Assino por determinação do MM. Juiz, por força da portaria nº 01/99)

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMADO DO EXECUTADO: JUVENIL CARDOSO, com prazo de 20 (vinte) dias.
O Doutor JOÃO GUILHERME BARBOSA ELIAS, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 1ª Vara Cível, com sede no Fórum de Paranavaí, à Av. Paraná, nº 1422, se processam os autos de Projudi nº 0002548-92.2011.8.16.0130 de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, em que são partes: GERDAU ACOS LONGOS S/A, exequente e JUVENIL CARDOSO executados. Fica pelo presente edital INTIMADO o executado: JUVENIL CARDOSO, para no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da importância de R$ 73.651,00 (atualizado até 27/05/2011), ou, para , no mesmo prazo oferecer bens a penhora, ou ainda querendo, no prazo legal de 15 (quinze) dias, opor embargos à execução. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital, com o prazo de 20 (dias) dias que será afixado por cópia no lugar de costume e publicado na forma da Lei. *DADO E PASSADO* nesta cidade e Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 12 dias do mês de março de dois mil e vinte quatro.
Renato Augusto Platz Guimarães
Escrivão
(Assino por determinação do MM. Juiz, por força da portaria nº 01/99)

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
O Doutor RODRIGO DOMINGOS DE MASI, Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal de Paranavaí, PR., no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou conhecimento dele tiverem, com prazo de quinze dias, que não sendo possível citar pessoalmente o(a/s) denunciado(a/s) JOÃO PAULO MEDEIROS DE ALMEIDA , RG nº 12.943.838-0 SSP/PR, filho de Edvaldo Aparecido de Almeida e Gisele Dias Medeiros, natural de PARANAVAI/PR, nascido em 22/04/1999, atualmente em local desconhecido fica(m), pelo presente, **CITADO(S)** do teor da denúncia formulada nos autos de Ação Penal nº. 1280-17.2022, que lhe move a Justiça Pública, artigo 33, "caput", da Lei nº 11.343/2006, em liame com a Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998 da SVS/MS, observando-se o teor da Lei nº 8.072/90, em data de 23/05/2021 e 15/02/2024, nesta cidade, para responder à acusação, por escrito e através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados do término do prazo deste edital ou a partir do comparecimento pessoal do denunciado ou do defensor constituído, na forma do artigo 396, parágrafo único, do Código de Processo Penal.
ADVERTÊNCIA: Não comparecendo ou não constituindo advogado que o represente nos referidos autos, será declarada a suspensão do curso do prazo prescricional e poderá ser suspenso o curso do processo.
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será afixado Edifício do Fórum local, pelo prazo de quinze dias, em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça.
Paranavaí, 11 de março de 2024. Eu, Eduarda Crispim da Silva, Estagiária, digitei e, por determinação do MM. Juiz, conforme determinação constante da Portaria 02/2020, assino o presente.
Eduarda Crispim da Silva
Estagiária
Autorizada Portaria 02/2020

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
O Doutor RODRIGO DOMINGOS DE MASI, MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal desta Comarca, no uso de suas atribuições legais.
F A Z S A B E R, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, **com prazo de sessenta dias**, que não sendo possível intimar pessoalmente o (a/s) sentenciado (a/s) **THIAGO COELHO DOS SANTOS,** RG nº 9.834.964-2 SSP/PR, filho de Maria Aparecida Coelho da Silva Santos e Luis José Dos Santos, nascido em 19/02/1989, natural de Alto Parana/PR, **ATUALMENTE EM LUGAR IGNORADO**, fica, pelo presente, **INTIMADO(A)** do teor da r. sentença exarada nos autos de Processo Crime nº 5910-87.2020 que: ABSOLVEU das sanções previstas no art. 163, parágrafo único, inc. III, do Código Penal (6ºfato), com fundamento no art. 386, inc. VII, do Código de Processo Penal, e CONDENOU o réu THIAGO COELHO DOS SANTOS, qualificado, como incurso nas sanções penais do art. 150, caput, do Código Penal (1º fato); art. 21, do Decreto-Lei nº 3.688/41 (2º fato) e art. 147, caput, do Código Penal (3º fato), com ingerência da Lei nº 11.340/06 e como incurso nas sanções penais do art. 309, da Lei nº 9.503/97 (4º fato); e arts. 330 (5º fato) e art. 329 (7º fato), ambos do Código Penal, a pena de 10 (DEZ) MESES E 25 (VINTE E CINCO) DIAS DE DETENÇÃO, além de 17 (DEZESSETE) DIAS DE PRISÃO SIMPLES, regime ABERTO. O prazo para apelação correrá após o término do prazo fixado no edital, salvo se no curso deste for feita intimação por qualquer das outras formas estabelecidas no Código de Processo Penal.
E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, expediu-se o presente edital que será afixado no Edifício do Fórum local, **pelo prazo de sessenta dias**, em lugar de costume e publicado na imprensa local.
Paranavaí, 11 de março de 2024. Eu, Eduarda Crispim da Silva, Estagiária de Direito, digitei e, por determinação do MM. Juiz, conforme Portaria 02/2020, assino o presente.
Eduarda Crispim da Silva
Estagiária de Direito
Autorizada por Portaria 02/2020

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PARANAVAÍ
2ª VARA CÍVEL DE PARANAVAÍ - PROJUDI
Avenida Paraná, 1422 - Jardim América - Paranavaí/PR - CEP: 87.705-190 - Fone: (44) 3422-1530 - Celular: (44) 99716-4338 - E-mail: b080@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO/PRAZO: 20 DIAS

Processo:	0011041-43.2020.8.16.0130
Classe Processual:	Procedimento Comum Cível
Assunto Principal:	Obrigação de Fazer / Não Fazer
Valor da Causa:	R$1.000,00
Autor(s):	• JOSE AUGUSTO CARDOSO GUIMARÃES (RG: 345659284 SSP/SP e CPF/CNPJ: 057.771.809-65)Rua Emílio Germani, 379 - Monte Cristo - PARANAVAÍ/PR
Réu(s):	• PAULO JAYME (RG: 17176352 SSP/SP e CPF/CNPJ: 030.924.418-85)Avenida Winston Churchill, 1477 apto 124 - Vila Vivaldi - SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP - CEP: 09.614-000
Terceiro(s):	• ESTADO DO PARANÁ (CPF/CNPJ: 76.416.940/0001-28)Rua Presidente Carlos Cavalcanti, 648 - São Francisco - CURITIBA/PR - CEP: 80.510-040

FICA pelo presente edital **INTIMADO** o requerido **PAULO JAYME (RG: 17176352 SSP/SP e CPF/CNPJ: 030.924.418-85)**, o qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de quinze dias, efetuar o pagamento das custas e despesas processuais no valor de **R$ 896,52 (oitocentos e noventa e seis reais e cinquenta e dois centavos),** ficando ciente de que as mesmas poderão ser parceladas, bem como, em caso de não pagamento, prosseguirá a execução; referente aos autos de **Procedimento Comum Cível (Obrigação de Fazer / Não Fazer)**, autuado sob o número **0011041-43.2020.8.16.0130**, que tramita na 2.º Vara Cível da Comarca de Paranavaí-PR, sito a Avenida Paraná, 1422, Edifício do Fórum, movida por JOSE AUGUSTO CARDOSO GUIMARÃES (RG: 345659284 SSP/SP e CPF/CNPJ: 057.771.809-65)**.** Dado e passado nesta cidade e Comarca de Paranavaí. Estado do Paraná, aos 12 de março de 2024. Eu (Adroaldo Bellanda), Escrivão que digitei e subscrevi.
ADROALDO BELLANDA
Por determinação da Portaria 63/2023

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PARANAVAÍ
2ª VARA CÍVEL DE PARANAVAÍ - PROJUDI
Avenida Paraná, 1422 - Jardim América - Paranavaí/PR - CEP: 87.705-190 - Fone: (44) 3422-1530 - Celular: (44) 99716-4338 - E-mail: b080@tjpr.jus.br

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROSPRAZO DE 20 dias úteis

O(A) Juiz(íza) de Direito Anaclea Valeria de Oliveira Schwanke, da 2ª Vara Cível de Paranavaí, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Interdição, sob nº 0003248-48.2023.8.16.0130, em que é(são) autor(es) ROSEMEIRE APARECIDA GABRIEL, e réu(s) CAETANO ALÉCIO GABRIEL, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de CAETANO ALÉCIO GABRIEL**, por sentença publicada em 26/02/2024, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não tem condições de gerir seus próprios atos, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, conforme art. 85 da Lei n° 13.146 /2015, limitada aos aspectos de natureza patrimonial e negocial, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de atos de disposição patrimonial, demandar ou ser demandado em juízo, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar e praticar atos de administração de seu patrimônio.. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) **ROSEMEIRE APARECIDA GABRIEL, brasileira, divorciada, diarista, portadora do Registro Geral sob o n° 14.616.187-1 SESP/SP e inscrita no CPF sob o nº 542.985.049-7**, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: *"3.1.... Pelo exposto, com fundamento no art. 487, I do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, para o fim de submeter CAETANO ALECIO GABRIEL à curatela restrita a aspectos patrimoniais e negociais, a ser exercida pela sua filha ROSEMEIRE APARECIDA GABRIEL. 3.2. A interdição abrange a prática de atos de disposição patrimonial, demandar ou ser demandado em juízo, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar e praticar atos de administração de seu patrimônio. 3.3. Lavre-se termo e preste o curador compromisso legal, nos termos do art. 759 do CPC. 3.4. Promova-se a inscrição da sentença no Registro Civil..."*.
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts.

256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Marcia Regina Gomes, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Paranavaí, 11 de março de 2024.**
Adroaldo Bellanda
Por ordem da MMª Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PATO BRANCO

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ - 4ª secretaria judicial
EDITAL GERAL DE CITAÇÃO DE EVENTUAIS INTERESSADOS Nº 16/2024 NA FORMA DO ARTIGO 626, § 1º DO CPC - PRAZO 30 DIAS
Classe Processual: Inventário
Assunto Principal: Inventário e Partilha
Processo nº: 0007724-29.2023.8.16.0131
Inventariante:SIRLEI ADRIANE FERNANDES (RG: 124082005 SSP/PR e CPF/CNPJ: 065.462.799-16)
Espólio: ANTONIO FERNANDES (RG: 39658283 SSP/PR e CPF/CNPJ: 524.856.929-04)
Espólio de Maria Elsa Antunes da Silva Fernandes (CPF/CNPJ: 941.204.989-72)
O DOUTOR(A) MM. JUIZ DE DIREITO(A) DA 4ª SECRETARIA JUDICIAL DE PATO BRANCO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER que por este Juízo processam os autos de inventário em referência e, pelo presente edital, ficam CITADOS os eventuais INTERESSADOS em cumprimento a determinação contida no artigo 626, §1º e 259, III do CPC podendo manifestarem-se sobre as primeiras declarações no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do artigo 627 do CPC, cujo teor é " AÇÃO DE INVENTÁRIO E PARTILHA, autuada sob nº 0007724-29.2023.8.16.0131, promovida por GISELE ZANLUQUI FERNANDES REPRESENTADO(A) POR MARIZETE ZANLUQUI, SIRLEI ADRIANE FERNANDES e VANUSA ANTONIA SPINELLI, em face do espólio de ANTONIO FERNANDES e MARIA ELSA ANTUNES DA SILVA FERNANDES , tendo como herdeiros GISELE ZANLUQUI FERNANDES REPRESENTADO(A) POR MARIZETE ZANLUQUI, SIRLEI ADRIANE FERNANDES e VANUSA ANTONIA SPINELLI, possuindo o presente a finalidade de CITAR OS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS da referida ação objetivando a provocação, para participar do processo de Ação de Inventário e Partilha. FICAM OS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS, citados através do presente Edital para que no prazo legal de 15 (quinze) dias SE MANIFESTEM ACERCA DA PETIÇÃO INICIAL, DESPACHO INICIAL E DAS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES, contados após o decurso do prazo do edital, querendo, ofereçam contestação da ação acima mencionada advertindo-o(as) de que se não forem contestados presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) autor(a) artigo 626, § 1º, c/c 259, inciso III do CPC/15." Dado e passado aos Pato Branco, 07 de março de 2024.. Eu (Cheila Piaceski), técnica judiciária, digitei.
assinatura digital
Carlos Gregório Bezzera Guerra
Juiz de Direito

COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ - 4ª secretaria judicial
EDITAL GERAL DE CITAÇÃO DE INTERESSADOS Nº 15/2024- NA FORMA DO ARTIGO 721 DO CPC - PRAZO 30 DIAS
Classe Processual: Alvará Judicial - Lei 6858/80
Assunto Principal: Inventário e Partilha
Processo nº: 0002177-08.2023.8.16.0131
O DOUTOR(A) MM. JUIZ DE DIREITO(A) DA 4ª SECRETARIA JUDICIAL DE PATO BRANCO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER que por este Juízo tramitam os autos em referência. Pelo presente edital, ficam CITADOS, para conhecimento, os eventuais INTERESSADOS na forma do artigo 721 do CPC e para, querendo, manifestem-se nos autos no prazo de 15 dias. Dado e passado aos Pato Branco, 07 de março de 2024.. Eu (Cheila Piaceski), técnica judiciária, digitei.
assinatura digital
FRANCIELE ESTELA ALBERGONI DE SOUZA VAIRICH
Juíza de Direito

COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ - 4ª secretaria judicial
EDITAL GERAL DE CITAÇÃO DE EVENTUAIS INTERESSADOS Nº 13/2024 NA FORMA DO ARTIGO 626, § 1º DO CPC - PRAZO 30 DIAS
Classe Processual: Inventário
Assunto Principal: Inventário e Partilha
Processo nº: 0009593-61.2022.8.16.0131
Inventariante: EDUARDA DA ROSA TECHY (RG: 131544413 SSP/PR e CPF/CNPJ: 091.679.029-01)
Espólio: ESPÓLIO DE ELISÂNGELA DA ROSA TECHY (RG: 52110459 SSP/PR e CPF/CNPJ: 937.584.640-72)
O DOUTOR(A) MM. JUIZ DE DIREITO(A) DA 4ª SECRETARIA JUDICIAL DE PATO BRANCO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER que por este Juízo processam os autos de inventário em referência e, pelo presente edital, ficam CITADOS os eventuais INTERESSADOS em cumprimento a determinação contida no artigo 626, §1º e 259, III do CPC podendo manifestarem-se sobre as primeiras declarações no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do artigo 627 do CPC, cujo teor é "A presente Ação de Abertura de Inventário e Partilha foi ajuizada em 22.11.2022, por EDUARDA DA ROSA TECHY (inventariante), FELIPE DA ROSA TECHY, e CÍCERO DA ROSA TECHY, os primeiros sendo maiores e capazes, e o terceiro, menor, representado por FELIPE EDUARDO AFFONSO DA COSTA TECHY, em face do Espólio de ELISÂNGELA BONATTO DA ROSA, falecida em 09 de maio de 2022. A ação foi proposta mediante juntada de petição inicial (Mov.1.1) e mais dezessete arquivos (1.2 a 1.18) contendo: Certidão de óbito do de cujus; documentos pessoais dos herdeiros, documento pessoal do representante do herdeiro menor, procurações, declarações de hipossuficiência econômica dos herdeiros, certidão de averbação de divórcio do de cujus, matrícula de imóveis arrolados, documento de veículo arrolado, comprovante de residência e CTPS do de cujus. Em despacho datado de 26.01.2023, mov. 9.1, o digno Magistrado deferiu o pedido de gratuidade da justiça e determinou a intimação da parte autora para emendar a inicial, convertendo o rito para o de arrolamento sumário, haja vista o valor envolvido, com vista ao Ministério Público, por envolver interesse de menor. Efetuada pesquisa junto ao CENSEC, movimentos 11.1 E 12.1, verificou-se a inexistência de testamento público de Elisângela Bonatto da Rosa. Em petição movimento 14.1, os autores juntaram emenda convertendo a Ação de Inventário e Partilha, para Ação de Inventário por Arrolamento Comum, art. 640, do Código de Processo Civil. O digno representante do Ministério Público apresentou parecer fundamentado, mov. 19.1, declinando sua concordância com a conversão do rito conforme proposto. Em despacho prolatado em 05.06.2023, movimento 22.1, determinou, o digno Julgador, a juntada do plano de partilha e certidões negativas da falecida perante a Fazenda Pública Municipal, Estadual e Federal. Intimados os autores, deram cumprimento ao r. despacho, mediante a juntada de plano de partilha (Mov. 25.1), Certidão Negativa da Fazenda Pública Federal (mov. 25.2), Certidão Negativa do Cartório Distribuidor da Comarca de Pato Branco (Mov. 25.3), Certidão Positiva do Cartório Distribuidor da Comarca de Pato Branco informando sobre a presente ação apenas (Mov. 25.4); Certidão Negativa de Tributos Municipais (Mov. 25.5); e Relatório de débito para com a Fazenda Pública Estadual (Mov. 25.5), sendo que, para esse último documento, requereu prazo para a família efetuar pagamento do débito e obter a devida certidão. Nos eventos 30.1 e 30.2, foram efetuadas juntadas de petição e Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Estadual, após o genitor dos herdeiros efetuar pagamento total do débito. Em despacho, mov 31.1, de 20.07.2023, o digno Magistrado relatou os atos processuais dos presentes autos, determinando vista ao digno representante do Ministério Público para manifestação acerca do plano de partilha, consistente na divisão do monte partilhável (de R$ 49.790,32) em três quinhões de iguais valores cada, ou seja, três quinhões de R$ 16.596,76 (Dezesseis mil, quinhentos e noventa e seis reais e setenta e seis centavos), para cada um dos herdeiros. No plano de partilha (mov. 25.1), segue resumo do montante partilhável: 1. Um veículo Renault/Sandero Aut1016v, cor predominante prata, à álcool/gasolina, placas AVP6077, ano de fabricação 2012, modelo 2012, com valor aproximado de R$ 24.915,00; 2. A fração de 12,5% do imóvel urbano, Lote nº 02, Quadra nº 1657, sito à Rua Josefina Maria Leonardi, nesta Cidade e Comarca de Pato Branco-PR, com a área de 360,78m², matrícula nº 16.512, do Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco/Paraná, tendo coproprietários, com valor total aproximado de R$ 58.072,77, ou seja, com valor aproximado da fração que pertence ao espólio de R$ 7.259,09; 3. A fração de 12,5% do imóvel urbano, Lote nº 04, Quadra nº 1657, sito à Rua Josefina Maria Leonardi, nesta Cidade e Comarca de Pato Branco-PR, com a área de 378,53m², registro geral matrícula nº 16.514, do Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco/Paraná, tendo coproprietários e, em sua totalidade, possui valor aproximado de R$ 60.929,89 , ou seja, com valor aproximado da fração que pertence ao espólio de R$7.616,23; 4. Valores depositados em conta de FGTS do de cujus, a serem partilhados entre os herdeiros, com total aproximado de R$ 10.000,00, totalizando o montante partilhável na importância de R$ 49.790,32 (Quarenta e nove mil, setecentos e noventa reais e trinta e dois centavos). Pelo digno representante do Ministério Público, movimento 34.1, foi requerida expedição de ofício para a Caixa Econômica Federal, a fim de informar o montante do FGTS do de cujus, pedido que foi deferido conforme consta do movimento 37.1. Ainda, no mesmo despacho, foi nomeada a herdeira Eduarda da Rosa Techy como inventariante e determinada juntada de certidões de herdeiros habilitados à pensão por morte, além de outras providências pela secretaria. A digna escrivania expediu citações on line para a Fazenda Pública Estadual (mov. 42.1), para a Fazenda Pública Municipal (Mov. 43.2) e para a Fazenda Pública Federal (Mov. 47.1), além de proceder com as devidas habilitações de seus procuradores

(Mov. 39, 40 e 41). Ao ofício expedido para a Caixa Econômica Federal, mov. 48.1, adveio resposta movimentos 54.1 a 54.10, informando sobre um saldo de FGTS num montante de R$ 51.374,64, em 10.12.2023. Confirmadas as citações eletrônicas, movimentos 50, 51 e 52, a procuradoria do Município de Pato Branco já apresentou manifestação conforme movimento 58.1, declarando inexistência de débitos em nome do de cujus. A parte autora efetuou juntada de certidões de herdeiros habilitados ao recebimento de pensão por morte, quais sejam: Cícero da Rosa Techy e Eduarda da Rosa Techy, sequências 57.1 e 57.2. Em petição evento 59.1, a parte autora informou que a inventariante nomeada aceitou a honrosa função e que, por residir em Dois Vizinhos/PR, solicitou a expedição do Termo de Compromisso de Iventariante e remessa do mesmo por e-mail para a devida assinatura, a fim de evitar desnecessário deslocamento; deu ciência do valor apurado à título de FGTS, pugnando pela concessão de prazo para eventual retificação de valores e/ou do plano de partilha. Por fim, intimada para apresentar resumo dos atos processuais para expedição de edital para conhecimento de terceiros interessados ". Dado e passado aos Pato Branco, 07 de março de 2024.. Eu (Cheila Piaceski), técnica judiciária, digitei.
assinatura digital
FRANCIELE ESTELA ALBERGONI DE SOUZA VAIRICH
Juíza de Direito

COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ - 4ª secretaria judicial
EDITAL GERAL DE CITAÇÃO DE EVENTUAIS INTERESSADOS Nº 14/2024 NA FORMA DO ARTIGO 626, § 1º DO CPC - PRAZO 30 DIAS
Classe Processual: Inventário
Assunto Principal: Inventário e Partilha
Processo nº: 0007177-86.2023.8.16.0131
Inventariante: TAIS CARDOSO BORGES DE LIMA (RG: 125625991 SSP/PR e CPF/CNPJ: 105.510.659-66)
Espólio:THIAGO DA SILVA
MINISTÉRIO PÚBLICO - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PATO BRANCO (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
O DOUTOR(A) MM. JUIZ DE DIREITO(A) DA 4ª SECRETARIA JUDICIAL DE PATO BRANCO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER que por este Juízo processam os autos de inventário em referência e, pelo presente edital, ficam CITADOS os eventuais INTERESSADOS em cumprimento a determinação contida no artigo 626, §1º e 259, III do CPC podendo manifestarem-se sobre as primeiras declarações no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do artigo 627 do CPC, cujo teor é " Espólio de THIAGO DA SILVA, falecido em 30/05/2023, inventariante/meeira TAIS CARDOSO BORGES DE LIMA, herdeiro YAGO SAMUEL DA SILVA, nos autos de n° 0007177-86.2023.8.16.0131". Dado e passado aos Pato Branco, 07 de março de 2024.. Eu (Cheila Piaceski), técnica judiciária, digitei.
assinatura digital
FRANCIELE ESTELA ALBERGONI DE SOUZA VAIRICH
Juíza de Direito

COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ - 4ª secretaria judicialEDITAL GERAL DE CITAÇÃO DE EVENTUAIS INTERESSADOS Nº 12/2024 NA FORMA DO ARTIGO 626, § 1º DO CPC - PRAZO 30 DIAS
Classe Processual: Inventário
Assunto Principal: Inventário e Partilha
Processo nº: 0007077-39.2020.8.16.0131Inventariante: Bernardete Terezinha Hoffmann
Espólio: Espólio de Jose Menegon (RG: 55705836 SSP/PR e CPF/CNPJ: 706.527.919-72)
O DOUTOR(A) MM. JUIZ DE DIREITO(A) DA 4ª SECRETARIA JUDICIAL DE PATO BRANCO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER que por este Juízo processam os autos de inventário em referência e, pelo presente edital, ficam CITADOS os eventuais INTERESSADOS em cumprimento a determinação contida no artigo 626, §1º e 259, III do CPC podendo manifestarem-se sobre as primeiras declarações no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do artigo 627 do CPC, cujo teor é " FAZ SABER, a todos quanto este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que, desde 29.07.2020, neste Juízo e Secretaria da Vara da Família da Comarca de Pato Branco/PR se processa a Ação de Abertura de Inventário, autuada sob o nº 0007077- 39.2020.8.16.0131, ajuizadopor ANGELA MARIA MENEGON, PAULO HENRIQUE MENEGON e MARCELO LUCAS MENEGON, incapaz, assistido por sua curadora legal, Sra. MARISETE FÁTIMA TIECHER, os quais são herdeiros filhos do de cujus José Menegon, falecido no dia 12.02.2020, que convivia em união estável com a Sra. Bernardete Terezinha Hoffmann, nomeada inventariante. O processo em questão objetiva a partilha do patrimônio deixado por ocasião do falecimento de José Menegon, que era composto pelos seguintes bens: a) Imóvel Lote 01 da quadra 188, localizado na Rua Augusto Zucchi, nº 538, loteamento Fênix III, bairro Fênix na cidade de Itapejara d'Oeste-PR; b) Motocicleta Yamaha/Lander XTZ250, Placa ADL-5248, ano/modelo 2006/2007, na cor preta; c) Veículo FORD FIESTA, Placa AFZ - 2067, cor preta, ano 1995; d) Mobília que guarnece a residência (sofá e geladeira); e) Caixas de Mel; f) Valores de Seguro DPVAT. As partes (herdeiros filhos e convivente) acordaram, em audiência, fazer a partilha da seguinte forma: os bens descritos nos itens "a", "b", "e" e "f" ficaram com os herdeiros filhos (Angela, Paulo e Marcelo), em partes iguais; enquanto que os bens descritos nos itens "c" e "d" ficaram com a convivente Bernardete, que recebeu dos herdeiros filhos o valor de R$52.000,00 (cinquenta e dois mil reais) como forma de pagamento pela parte que lhe cabia do imóvel descrito no item "a". O valor do seguro DPVAT, recebido pelos herdeiros filhos, foi utilizado para o pagamento das despesas de funeral de José Menegon " Dado e passado aos Pato Branco, 06 de março de 2024.. Eu (Cheila Piaceski), técnica judiciária, digitei.*assinatura digital*
FRANCIELE ESTELA ALBERGONI DE SOUZA VAIRICH
Juíza de Direito

FORO REGIONAL DE PINHAIS DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): NATALIEL DE OLIVEIRA FERREIRA
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Daniele Miola, da Vara Criminal de Pinhais, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Receptação, sob nº 0000248-40.2023.8.16.0033, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) NATALIEL DE OLIVEIRA FERREIRA, e vítima ESTADO DO PARANÁ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido NATALIEL DE OLIVEIRA FERREIRA, portador(a) do RG 145188059 SSP/PR e CPF 121.657.829-02, nascido(a) em 09/10/2003, natural de LARANJEIRAS DO SUL/PR, filho(a) de NERLI BUENO DE OLIVEIRA e JOÃO MARIA FERREIRA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 180 - RECEPTACAO, oferecida em 22/09/2023 e recebida em 26/09/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "No dia 16 de janeiro de 2023, por volta da 01h00min, na via pública denominada Rua Euclides da Cunha, nº 261, bairro Vargem Grande, neste município e Foro de Pinhais/PR, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, o denunciado NATALIEL DE OLIVEIRA FERREIRA, agindo com consciência e vontade dirigidas à prática do ilícito, conduzia, em proveito próprio, a motocicleta marca/modelo Honda/Pop 110, cor branca e vermelha, chassi nº 9C2JB0100MR003783, avaliada em aproximadamente R$ 7.000,00 (sete mil reais), coisa que sabia ser produto de crime, eis que havia sido furtada no dia 12 de janeiro de 2023 do proprietário Rafael de Almeida Zaccari, pois o veículo estava sem placas, bem como o denunciado não forneceu informações do indivíduo que, em tese, teria lhe emprestado a motocicleta (Cf. Boletim de Ocorrência nº 2023/56644 de mov. 1.2, Depoimentos de mov. 1.3/1.6, Auto de Exibição e Apreensão de mov. 1.7, Auto de Avaliação de mov. 1.9, Boletim de Ocorrência nº 2023/43145 de mov. 1.13, Auto de Entrega de mov. 36.7 e Laudo de Exame nas Numerações Identificadoras nº 24.358/2023 de mov. 42.1)", e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabel Carolyne Ambrozio Franco, Estagiário, conferi e digitei.
Pinhais, 08 de março de 2024.
Daniele Miola
Juíza de Direito

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): THOMAS LOTHAR SCHMIDT
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Daniele Miola, da Vara Criminal de Pinhais, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0014286-04.2016.8.16.0033, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) THOMAS LOTHAR SCHMIDT, e vítima Zenilda Rodrigues Preto, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido THOMAS LOTHAR SCHMIDT, portador(a) do RG 79465321 SSP/PR e CPF 004.764.549-05, nascido(a) em 22/07/1962, natural de ALEMANHA, filho(a) de JUTTA CHARLOTTE SCHMIDT e LOTHAR HANS SCHMIDT**, motivo pelo qual

se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para efetuar o levantamento do valor pago à título de fiança no **prazo de 10 (dez) dias**, sob pena de perdimento. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Isabel Carolyne Ambrozio Franco, Estagiário, conferi e digitei.
Pinhais, 08 de março de 2024.
Daniele Miola
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVAS
DESTINATÁRIO(A)(S): ANDERSON LUIZ DOS SANTOS
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Daniele Miola, da Vara Criminal de Pinhais, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Simples, sob nº 0001621-72.2024.8.16.0033, em que é(são) autor(es) N.R.B, réu(s) ANDERSON LUIZ DOS SANTOS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ANDERSON LUIZ DOS SANTOS, portador(a) do RG 10581348 SSP/PR, nascido(a) em 29/11/1988, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de VILMA DOS SANTOS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência dos termos das **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: "I - Proibição ao suposto agressor de praticar as seguintes condutas: a) Aproximar-se da vítima no limite mínimo de 02 (dois) quarteirões de sua residência e de 100 (cem) metros de locais públicos em que ela se encontre; b) Manter contato com a vítima por qualquer meio de comunicação; e c) Frequentar a CASA e TRABALHO da vítima, a fim de preservar a integridade física e psicológica dela; II - Participação do suposto agressor no projeto "Grupo Reflexivo de Homens: Nova Jornada", na sede do Fórum de Pinhais, situado na Rua 22 de Abril, n. 199, Centro, Pinhais/PR, nas 3ªs (terceiras) terças-feiras de cada mês, às 18h30min". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Isabel Carolyne Ambrozio Franco, Estagiário, conferi e digitei.
Pinhais, 08 de março de 2024.
Daniele Miola
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ROMILDO GABRIEL VIEIRA DE SOUZA
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Daniele Miola, da Vara Criminal de Pinhais, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo Majorado, sob nº 0004270-45.2020.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) LUCAS CATAFESTA FERREIRA, ROMILDO GABRIEL VIEIRA DE SOUZA, e vítima AMANDA CRISTINA AGUIAR DE SOUZA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido ROMILDO GABRIEL VIEIRA DE SOUZA, portador(a) do RG 159022803 SSP/PR e CPF 109.675.119-41, nascido(a) em 27/03/2002, natural de CURITIBA, filho(a) de ALESSANDRA VIEIRA DE SOUZA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabel Carolyne Ambrozio Franco, Estagiário, conferi e digitei.
Pinhais, 08 de março de 2024.
Daniele Miola
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVAS
DESTINATÁRIO(A)(S): LUCIANO KURZYDLOWSKI LOVATO
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Daniele Miola, da Vara Criminal de Pinhais, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Ameaça, sob nº 0001724-79.2024.8.16.0033, em que é(são) autor(es) A.V.S, réu(s) J.C.L e LUCIANO KURZYDLOWSKI LOVATO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido LUCIANO KURZYDLOWSKI LOVATO, portador(a) do RG 126297165 SSP/PR e CPF 083.731.789-45, nascido(a) em 26/04/1994, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de DIRCE MARIA KURZYDLOWSKI e JOÃO CARDOSO LOVATO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência dos termos das **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: "I - Proibição aos supostos agressores de praticarem as seguintes condutas: a) Aproximarem-se da vítima no limite mínimo de 02 (dois) quarteirões de sua residência e de 100 (cem) metros de locais públicos em que ela se encontre; b) Manterem contato com a vítima por qualquer meio de comunicação; e c) Frequentarem a CASA e TRABALHO da vítima, a fim de preservar a integridade física e psicológica dela; II - Participação dos supostos agressores no projeto "Grupo Reflexivo de Homens: Nova Jornada", na sede do Fórum de Pinhais, situado na Rua 22 de Abril, n. 199, Centro, Pinhais/PR, nas 3ªs (terceiras) terças-feiras de cada mês, às 18h30min". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Isabel Carolyne Ambrozio Franco, Estagiário, conferi e digitei.
Pinhais, 08 de março de 2024.
Daniele Miola
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): CLINGER CEZAR DA ROSA OLIVEIRA
PRAZO DE 90 (SESSENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Daniele Miola, da Vara Criminal de Pinhais, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0007311-87.2021.8.16.0033, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) CLINGER CEZAR DA ROSA OLIVEIRA, e vítima ALLINY MACIEL, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **CLINGER CEZAR DA ROSA OLIVEIRA, portador(a) do RG 137119471 SSP/PR e CPF 084.646.749-61, nascido(a) em 09/12/1990, natural de PORTO ALEGRE/RS, filho(a) de SANDRA MARIA FERREIRA DA ROSA e JOSE PEDRO CASTRO OLIVEIRA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 129 - Se a lesão for praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 2º-A do art. 121 deste Código, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: "Isso posto, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ na denúncia, para o fim de CONDENAR o réu CLINGER CEZAR DA ROSA OLIVEIRA, já qualificado, nas sanções do artigo 129, § 13, do Código Penal, c/c os artigos 5º e 7º da Lei n. 11.340/06", em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabel Carolyne Ambrozio Franco, Estagiário, conferi e digitei.
Pinhais, 08 de março de 2024.
Daniele Miola
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVAS

DESTINATÁRIO(A)(S): PAMELA CAROLINE VIEIRA RIBEIRO
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Daniele Miola, da Vara Criminal de Pinhais, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Violência Doméstica Contra a Mulher, sob nº 0000965-18.2024.8.16.0033, em que é(são) autor(es) M.P.V, réu(s) PAMELA CAROLINE VIEIRA RIBEIRO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido PAMELA CAROLINE VIEIRA RIBEIRO, portador(a) do RG 137354420 SSP/PR e CPF 106.146.609-47, nascido(a) em 26/02/1997, natural de PINHAIS/PR, filho(a) de MARILEINE BATISTA VIEIRA e IVANIO RIBEIRO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência dos termos das **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: "I - Proibição a suposta agressora de praticar as seguintes condutas: a) Aproximar-se da vítima no limite mínimo de 02 (dois) quarteirões de sua residência e de 100 (cem) metros de locais públicos em que ela se encontre; b) Manter contato com a vítima por qualquer meio de comunicação; e c) Frequentar a CASA e TRABALHO da vítima, a fim de preservar a integridade física e psicológica dela". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Isabel Carolyne Ambrozio Franco, Estagiário, conferi e digitei.
Pinhais, 08 de março de 2024.
Daniele Miola
Juíza de Direito

PINHÃO

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁCOMARCA DE PINHÃOVARA CÍVEL E ANEXOS
EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIASREQUERIDO(S): MARINS MATOZO DOS SANTOS, E DEMAIS RÉUS INCERTOS E DESCONHECIDOS, AUSENTES E DEMAIS INTERESSADOS, BEM COMO DE SEUS HERDEIROS OU SUCESSORES DO *DE CUJUS*
A Doutora NATALIA CALEGARI EVANGELISTA, Meritíssima Juíza de Direito da 1ª Vara Judicial da Comarca de Pinhão - Estado do Paraná, **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo processam-se os Autos nº. 0001660-91.2023.8.16.0134 de AÇÃO DE USUCAPIÃO, em que é requerente **BENVINDO LEONDAS DE ABREU** e requerido **MARINS MATOZO DOS SANTOS**, tendo como valor da causa R$ 300,00 (Trezentos reais), cuja ação se refere ao imóvel: **"Área de 27,42ha da parcela 70 da gleba "A" do imóvel "Arroio Bonito" deste Município, de matrícula sob nº 3.220"**, para que manifestem eventual interesse na causa, sendo que o prazo para contestar será de 15 (quinze) dias, de conformidade com o despacho adiante transcrito: DESPACHO DO EVENTO 29.1: " I - Diante do litisconsórcio passivo necessário que se apresenta neste feito, intime-se o autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, inclua Erna Siepmann dos Santos no polo passivo, obedecendo o que dita a norma dos artigos 114, e 319, II, do Código de Processo Civil. II - Após a qualificação da parte, CITE-SE, por correio, os requeridos. II - Cite-se, pessoalmente, os confinantes do referido imóvel, exceto se o objeto da presente ação for unidade autônoma de prédio em condomínio, caso em que tal citação é dispensada (art. 246, § 3º, do CPC). III - Por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, CITEM-SE os réus em lugar incerto e os eventuais interessados (art. 259, I, do CPC). IV - Intimem-se, para manifestar interesse na causa, os representantes da Fazenda Pública da União, do Estado e do Município, e do INCRA (art. 183, § 2º, do CPC). V - Oportunamente, tornem os autos conclusos para deliberações. VI - Intimações e diligências necessárias. " Advertência: Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 335 e 344 do CPC). Prazo para defesa: 15 dias. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Pinhão, Estado do Paraná. Eu, Angelo Ricardo Tesseroli, Analista Judiciário, Chefe de Secretaria, datado e assinado digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁCOMARCA DE PINHÃOVARA CÍVEL E ANEXOS
EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIASREQUERIDO(S): ESPÓLIO DE SEBASTIANA NESTO BAY, E DEMAIS RÉUS INCERTOS E DESCONHECIDOS, AUSENTES E DEMAIS INTERESSADOS, BEM COMO DE SEUS HERDEIROS OU SUCESSORES DO *DE CUJUS*
A Doutora NATALIA CALEGARI EVANGELISTA, Meritíssima Juíza de Direito da 1ª Vara Judicial da Comarca de Pinhão - Estado do Paraná, **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo processam-se os Autos nº. 0003142-74.2023.8.16.0134 de AÇÃO DE USUCAPIÃO, em que é requerente **JULIUS LUIS MACHADO CARDOSO** e requerido **ESPÓLIO DE SEBASTIANA NESTO BAY**, tendo como valor da causa R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), cuja ação se refere ao imóvel: **"Um terreno urbano medindo 1.126,49 m² (Mil cento e vinte e seis metros quadrados e quarenta e nove centímetros quadrados), localizado na Rua 07 de setembro, nº 83, Bairro Azaléia, nesta Cidade e Comarca"**, para que manifestem eventual interesse na causa, sendo que o prazo para contestar será de 15 (quinze) dias, de conformidade com o despacho adiante transcrito: DESPACHO DO EVENTO 140.1: **"** 1. Recebo a emenda à inicial. 2. Citem-se, por correio, os requeridos. 3. Citem-se, pessoalmente, os confinantes do referido imóvel (artigo 246, §3º, primeira parte, do Código de Processo Civil). 4. Por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, citem-se os réus em lugar incerto e os eventuais interessados (artigo 259, I, do Código de Processo Civil). 5. Intimem-se, para manifestar interesse na causa, os representantes da Fazenda Pública da União, do Estado e do Município, e do INCRA (artigo 183, § 2º, do Código de Processo Civil). 6. Quanto ao pedido do nome completo e endereço dos herdeiros e/ou sucessores de Sebastiana Nestor Bay, em atenção ao princípio da cooperação, previsto no artigo 6º do Código de Processo Civil, defiro o pedido. 6.1. Determino à Secretaria para que proceda as diligências necessárias para efetivação da pesquisa nos sistemas INFOSEG e SIEL. 7. Intimações e diligências necessárias**"**. Advertência: Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 335 e 344 do CPC). Prazo para defesa: 15 dias. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Pinhão, Estado do Paraná. Eu, Angelo Ricardo Tesseroli, Analista Judiciário, Chefe de Secretaria, datado e assinado digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁCOMARCA DE PINHÃOVARA CÍVEL E ANEXOS
EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIASCITANDO(S): VALDIR DA SILVA DE OLIVEIRA, EVENTUAIS HERDEIROS E SUCESSORES
A Doutora NATALIA CALEGARI EVANGELISTA, Meritíssima Juíza de Direito da 1ª Vara Judicial da Comarca de Pinhão - Estado do Paraná, **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo processam-se os Autos nº. 0000826-59.2021.8.16.0134 de AÇÃO DE EXECUÇÃO, em que é requerente **JOAÇABA PNEUS LTDA** e requerido **VALDIR DA SILVA DE OLIVEIRA**, tendo como valor da causa R$ 11.850,00 (Onze mil reais e oitocentos e cinquenta reais), cuja ação se refere ao seguinte título executivo: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - CHEQUE, ficando o(s) requerido(s) **VALDIR DA SILVA DE OLIVEIRA**, atualmente em local desconhecido, devidamente citado para querendo responder aos termos da ação, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 335 do NCPC, sob pena, de não o fazendo, ser considerado revel (artigo 344 do NCPC), de conformidade com o despacho adiante transcrito: Despacho evento 125.1: " 1. Considerando que foram consultados todos os meios conveniados ao Juízo para a busca de endereço da parte executada (ev. 58.1, 76.1, 77.1, 78.1 e 107.1), acolho o pedido da parte exequente (ev. 123.1), razão pela qual determino que haja citação da parte ex adversa por meio da via editalícia[1]. 2. Cumpra-se observando o teor dos arts. 256 e 257, ambos do CPC. 3. Com o decurso do prazo, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste quanto ao prosseguimento do feito. 4. Intimações e diligências necessárias". Advertência: Se o réu não contestar a ação, será nomeado curador especial em caso de revelia. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Pinhão, Estado do Paraná. Eu, Angelo Ricardo Tesseroli, Analista Judiciário, Chefe de Secretaria, datado e assinado digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁCOMARCA DE PINHÃOVARA CÍVEL E ANEXOS
EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIASREQUERIDO(S): **ESPÓLIO DE EMILIANO DE OLIVEIRA LIMA**, E DEMAIS RÉUS INCERTOS E DESCONHECIDOS, AUSENTES E DEMAIS INTERESSADOS, BEM COMO DE SEUS HERDEIROS OU SUCESSORES DO *DE CUJUS*
A Doutora NATALIA CALEGARI EVANGELISTA, Meritíssima Juíza de Direito da 1ª Vara Judicial da Comarca de Pinhão - Estado do Paraná, **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo processam-se os Autos nº. 0001243-41.2023.8.16.0134 de AÇÃO DE USUCAPIÃO, em que é requerente **GILBERTO PERES** e requerido **ESPÓLIO DE EMILIANO DE OLIVEIRA LIMA**, tendo como valor da causa R$ 226.000,00 (Duzentos e vinte e seis mil reais), cuja ação se refere ao imóvel: **"Propriedade na localidade de "GUARAPUAVINHA", zona rural, neste Município e Comarca de Pinhão/PR, com área remanescente de 12,10 há, equivalente à 121.000,00 (cento e vinte e um mil metros quadrados)"**, para que manifestem eventual interesse na causa, sendo que o prazo para contestar será de 15 (quinze) dias, de conformidade com o despacho adiante transcrito: DESPACHO DO EVENTO 42.1: " 1. Recebo a emenda à inicial de mov. 40.1/3. 2. Citem-se, por correio, os requeridos. 3. Citem-se, pessoalmente, os confinantes do referido imóvel (artigo 246, §3º, primeira parte,

do Código de Processo Civil). 4. Por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, citem-se os réus em lugar incerto e os eventuais interessados (artigo 259, I, do Código de Processo Civil). 5. Intimem-se, para manifestar interesse na causa, os representantes da Fazenda Pública da União, do Estado e do Município, e do INCRA (artigo 183, § 2º, do Código de Processo Civil). 6. Intimações e diligências necessárias". Advertência: Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 335 e 344 do CPC). Prazo para defesa: 15 dias. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Pinhão, Estado do Paraná. Eu, Angelo Ricardo Tesseroli, Analista Judiciário, Chefe de Secretaria, datado e assinado digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁCOMARCA DE PINHÃOVARA CÍVEL E ANEXOS
EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIASREQUERIDO(S): ABIGAIL DA COSTA MACEDO, DILAIR DA COSTA MACEDO, ELIANE DE FÁTIMA MACEDO, EUGENIA SEBASTIANA DE PAULA, EVA MACEDO, JOÃO MARIA DE MACEDO, LINDAIR APARECIDA MACEDO, NIVAIR DA COSTA MACEDO, RAMIRO FERREIRA DE MACEDO, RICARDO DE JESUS MACEDO, ROMUALDO MACEDO, ROSINEI APARECIDA CORREIA DE MACEDO, E DEMAIS RÉUS INCERTOS E DESCONHECIDOS, AUSENTES E DEMAIS INTERESSADOS, BEM COMO DE SEUS HERDEIROS OU SUCESSORES DO *DE CUJUS*
A Doutora NATALIA CALEGARI EVANGELISTA, Meritíssima Juíza de Direito da 1ª Vara Judicial da Comarca de Pinhão - Estado do Paraná, FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo processam-se os Autos nº. 0000813-89.2023.8.16.0134 de AÇÃO DE USUCAPIÃO, em que é requerente OSCAR BORCAT e VIRGILINA DE MACEDO BORCAT e requerido **ABIGAIL DA COSTA MACEDO, DILAIR DA COSTA MACEDO, ELIANE DE FÁTIMA MACEDO, EUGENIA SEBASTIANA DE PAULA, EVA MACEDO, JOÃO MARIA DE MACEDO, LINDAIR APARECIDA MACEDO, NIVAIR DA COSTA MACEDO, RAMIRO FERREIRA DE MACEDO, RICARDO DE JESUS MACEDO, ROMUALDO MACEDO, ROSINEI APARECIDA CORREIA DE MACEDO**, tendo como valor da causa R$ 92.000,00 (Noventa e dois mil reais), cuja ação se refere ao imóvel: "Uma área de terras rurais medindo 5.794,08 m² (cinco mil, setecentos e noventa e quatro, virgula oito metros quadrados), equivalente a 5,7948 hectares, localizada no Imóvel FAXINAL DOS RIBEIROS ou VALE DO RIO DA AREIA, mais precisamente na localidade atualmente denominada de Faxinal dos Ribeiros, interior do Município e Comarca de Pinhão, Estado do Paraná", para que manifestem eventual interesse na causa, sendo que o prazo para contestar será de 15 (quinze) dias, de conformidade com o despacho adiante transcrito: DESPACHO DO EVENTO 23.1: " I - Defiro (mov. 21.1). Habilite-se no polo passivo os herdeiros/ sucessores indicados. II - Após, citem-se, por correio, os requeridos. III - Citem-se, pessoalmente, os confinantes do referido imóvel, exceto se o objeto da presente ação for unidade autônoma de prédio em condomínio, caso em que tal citação é dispensada (art. 246, § 3º, do CPC). IV - Por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, cite-se os réus em lugar incerto e os eventuais interessados (art. 259, I, do CPC). V - Intimem-se, para manifestar interesse na causa, os representantes da Fazenda Pública da União, do Estado e do Município, e do INCRA (art. 183, § 2º, do CPC). VI - Oportunamente, tornem os autos conclusos para deliberações. VII - Intimações e diligências necessárias". Advertência: Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 335 e 344 do CPC). Prazo para defesa: 15 dias. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Pinhão, Estado do Paraná. Eu, Angelo Ricardo Tesseroli, Analista Judiciário, Chefe de Secretaria, datado e assinado digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁCOMARCA DE PINHÃOVARA CÍVEL E ANEXOS
EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIASCITANDO(S): MONTE ALEGRE COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA (POSTO MONTE ALEGRE), EVENTUAIS HERDEIROS E SUCESSORES
A Doutora NATALIA CALEGARI EVANGELISTA, Meritíssima Juíza de Direito da 1ª Vara Judicial da Comarca de Pinhão - Estado do Paraná, **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo processam-se os Autos nº. 0000696-98.2023.8.16.0134 de AÇÃO DE EXECUÇÃO, em que é requerente **EROZILDA APARECIDA NORILER** e requerido **MONTE ALEGRE COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA (POSTO MONTE ALEGRE)**, tendo como valor da causa R$ 60.049,34 (Sessenta mil e quarenta e nove reais, e trinta e quatro centavos), cuja ação se refere ao seguinte título executivo: MONITÓRIA - COMPRA E VENDA, ficando o(s) requerido(s) **MONTE ALEGRE COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA (POSTO MONTE ALEGRE)**, atualmente em local desconhecido, devidamente citado para querendo responder aos termos da ação, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 335 do NCPC, sob pena, de não o fazendo, ser considerado revel (artigo 344 do NCPC), de conformidade com o despacho adiante transcrito: Despacho evento 142.1: " Vistos. Ante a certificação de que se esgotaram todos os meios ordinariamente consultados para encontrar o executado, resta caracterizada a excepcionalidade exigida para a realização da citação editalícia (256, § 3°, do CPC). Defiro, portanto, o pedido de citação por edital[1]. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias na expedição do edital de citação em relação ao art. 257, inciso III, do CPC. O edital deverá ser publicado, por uma vez, no Diário da Justiça Eletrônico até a implementação da plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça. Quando houver a implementação da aludida plataforma, deverá a Secretaria publicar o edital no Diário da Justiça Eletrônico e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça. Na ausência de apresentação de contestação do réu citado por edital, deverá a Secretaria indicar advogado dativo, que ficará desde já nomeado para que apresente defesa em favor do executado (art. 72, inc. II, do CPC). Caso haja declínio, indique-se o próximo, de forma sucessiva até o aceite; o advogado indicado ficará desde já nomeado para o exercício do múnus. Sublinhe-se de antemão que "as despesas necessárias para o exercício do direito de defesa, tais como custas iniciais, intermediárias e antecipação de despesas processuais, devem ser dispensadas, sob pena de inviabilizar a manifestação e o pleno exercício do direito de defesa pelo Curador Especial, que não pode arcar com tais custos do próprio bolso". (TJPR - 15ª C.Cível - 0053760-76.2019.8.16.0000 - Ponta Grossa - Rel.: Desembargador Shiroshi Yendo - J. 29.01.2020). Intimações e diligências necessárias. ". Advertência: Se o réu não contestar a ação, será nomeado curador especial em caso de revelia. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Pinhão, Estado do Paraná. Eu, Angelo Ricardo Tesseroli, Analista Judiciário, Chefe de Secretaria, datado e assinado digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁCOMARCA DE PINHÃOVARA CÍVEL E ANEXOS
EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIASREQUERIDO(S): BIANCA TORRES MARCONDES, ELZA TORRES SILVERIO MARCONDES, JOYCE TORRES MARCONDES, LEANDRO DE LIMA KATUMATA, NELSON SOARES DE ALMEIDA, SIRLEI APARECIDA DE ALMEIDA, E DEMAIS RÉUS INCERTOS E DESCONHECIDOS, AUSENTES E DEMAIS INTERESSADOS, BEM COMO DE SEUS HERDEIROS OU SUCESSORES DO *DE CUJUS*
A Doutora NATALIA CALEGARI EVANGELISTA, Meritíssima Juíza de Direito da 1ª Vara Judicial da Comarca de Pinhão - Estado do Paraná, **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo processam-se os Autos nº. 0000315-61.2021.8.16.0134 de AÇÃO DE USUCAPIÃO, em que é requerente **MARCOS ANTONIO SOLORCHAK e MARGARETE HANAU SALUTCHAK** e requerido **BIANCA TORRES MARCONDES, ELZA TORRES SILVERIO MARCONDES, JOYCE TORRES MARCONDES, LEANDRO DE LIMA KATUMATA, NELSON SOARES DE ALMEIDA, SIRLEI APARECIDA DE ALMEIDA**, tendo como valor da causa R$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), cuja ação se refere ao imóvel: **"Terreno Urbano com área de 149,52 m², constituído de parte do Lote n. 02, da Quadra n. 38, situado no imóvel "INVERNADINHA-VILA NOVA", nesta Cidade de Pinhão, desde 16.09.2002, objeto da matrícula n. 4.407 do Serviço de Registro de Imóveis desta Comarca"**, para que manifestem eventual interesse na causa, sendo que o prazo para contestar será de 15 (quinze) dias, de conformidade com o despacho adiante transcrito: DESPACHO DO EVENTO 15.1: " I - Neste exame preliminar, entendo apta a petição inicial e não sendo caso de improcedência prima facie do pedido, a recebo. II - Processe-se pelo rito comum. III - Citem-se, com as advertências legais, a(s) pessoa(s) em nome da(s) qual(is) eventualmente estiver registrado o imóvel e os confinantes indicados na inicial, bem como seus cônjuges, se casados forem, por força do artigo 73, § 1°, I do Código de Processo Civil. Lembro que a citação dos confinantes deve ser feita pessoalmente, conforme estabelece o § 3° do artigo 246, do mesmo diploma legal. IV - Citem-se, com as advertências legais, os réus em lugar incerto e os eventuais interessados ausentes, incertos e desconhecidos, através de edital com prazo de 30 (trinta) dias (CPC, artigo 259, I). Destaco que por se tratar de ato extremamente formal, a citação editalícia deverá observar estritamente todos os requisitos previstos no artigo 257, II, do Código de Processo Civil. V - Pela via eletrônica, intimem-se para manifestar interesse na causa os representantes da União, do Estado e do Município. VI - Concluídas todas as citações (inclusive a editalícia), lance o cartório certidão circunstanciada, com referência às citações e à apresentação ou não de resposta em relação a cada uma das partes rés/confinantes, procedendo-se igualmente em relação às intimações das Fazendas Públicas. VII - Dê-se ciência ao Ministério Público. VIII - Intimações e diligências necessárias". Advertência: Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 335 e 344 do CPC). Prazo para defesa: 15 dias. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Pinhão, Estado do Paraná. Eu, Angelo Ricardo Tesseroli, Analista Judiciário, Chefe de Secretaria, datado e assinado digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁCOMARCA DE PINHÃOVARA CÍVEL E ANEXOS
EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIASREQUERIDO(S): ARLINDO KITCKY, E DEMAIS RÉUS INCERTOS E DESCONHECIDOS, AUSENTES E DEMAIS INTERESSADOS, BEM COMO DE SEUS HERDEIROS OU SUCESSORES DO *DE CUJUS*
A Doutora NATALIA CALEGARI EVANGELISTA, Meritíssima Juíza de Direito da 1ª Vara Judicial da Comarca de Pinhão - Estado do Paraná, **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo processam-se os Autos nº. 0000968-63.2021.8.16.0134 de AÇÃO DE USUCAPIÃO, em que é requerente **ERINEO BRIGNONI e AMÉLIA KUNZ BRIGNONI** e requerido **ARLINDO KITCKY**, tendo como valor da causa R$ 100.000,00 (Cem mil reais), cuja ação se

refere ao imóvel: " Imóvel rural com Área de 3,2625ha , que inicia - se a descrição deste perímetro no vértice DXG-M-2382, 25,00m (ortogonal ao eixo da rodovia PR - 170, conforme SER/2018 trecho 170S0570EPR de AC. Pinhão para barragens Foz do Areia (A) do lado direito do km 431 + 961, 87 m de coordenadas N 7.154.233,09 m, E 437.464,48 m e Alt 1.114, 08 m, situado no limite da FAIXA DE DOMINIO DA PR170 e no(a); deste, segue pelo (a), pela limite da faixa de domínio da pr-170 com azimute de 163°31' e distancia de 409,64 m até o vértice FNN-M-0837, 25,00 metros (ORTOGONAL ao eixo da Rodovia PR-170, conforme SER/2018 trecho 170S0570EPR de AC. Pinhão para Barragens Foz do Areia (A) do lado direito do km 432+371,51 m de coordenadas N 7.153.840,84 m, E 437.582,57 m e Alt 1.124,43 m, situado no limite da DOIS IRMÃOS, de VANDERLEI KITCKY, documentação Posse 3.132 - DIREITOS POSSESSÓRIOS e da DOIS IRMÃOS, de, documentação Posse PR-170 ", para que manifestem eventual interesse na causa, sendo que o prazo para contestar será de 15 (quinze) dias, de conformidade com o despacho adiante transcrito: DESPACHO DO EVENTO 23.1: " 1. Nos termos do artigo 1.048, I, do Código de Processo Civil, determino que seja dada prioridade na tramitação do presente feito, porque cuida de pessoa com idade superior a 60 (sessenta) anos, conforme disposição dos artigos 144, do Código de Normas do Foro Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, e 71, do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003). 2. Citem-se, por correio, os requeridos. 3. Citem-se, pessoalmente, os confinantes do referido imóvel, exceto se o objeto da presente ação for unidade autônoma de prédio em condomínio, caso em que tal citação é dispensada (artigo 246, § 3º, do Código de Processo Civil). 4. Por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, citem-se os réus em lugar incerto e os eventuais interessados (artigo 259, I, do Código de Processo Civil). 5. Intimem-se, para manifestar interesse na causa, os representantes da Fazenda Pública da União, do Estado e do Município, e do INCRA (artigo 183, §2º, do Código de Processo Civil). 6. Intimações e diligências necessárias. ". Advertência: Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 335 e 344 do CPC). Prazo para defesa: 15 dias. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Pinhão, Estado do Paraná. Eu, Angelo Ricardo Tesseroli, Analista Judiciário, Chefe de Secretaria, datado e assinado digitalmente.

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital de Intimação

COMARCA DE PINHÃO
Edital de Intimação, com prazo de 15 (quinze) dias.
Edital de intimação do requerido ausente **LUIZ GUILHERME GONCALVES BUENO**, brasileiro, portador do RG nº 167237703 SSP/PR, nascido em 08/03/2001, filho de Gisele Gonçalves e João Airton Ferreira Bueno, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-O, da medida protetiva concedida em seu desfavor nos autos 0000581-43.2024.8.16.0134, que determina: a) Afastamento do requerido do lar, autorizando-o a levar apenas seus pertences pessoais, expedindo-se mandado para tanto, estando autorizada, desde já, a requisição de auxílio à força pública, caso seja necessário; B) Proibição de aproximação do noticiado em relação à ofendida, pela distância mínima de 100 (cem) metros; C) Proibição do requerido manter contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; D) Proibição de frequentar a residência das vítimas; E) Comparecimento do agressor ao programa de recuperação e reeducação "Grupo Reflexivo", desenvolvido pelo Conselho da Comunidade desta Comarca de Pinhão-PR. Advertindo que permanecerão vigentes por 08 (oito) meses, podendo ser prorrogadas ou revistas a pedido da noticiante ou do Ministério Público. Alertando-o que em caso de descumprimento, será possível a decretação de sua prisão, nos termos do art. 312 e 313, do Código de Processo Penal e art. 24-A da Lei 11.340/06. Juiz do Feito: Dr. Leonardo Mussin de Freitas, Pinhão, 12 de março de 2024. Assinado e conferido por Mahielly Ribeiro (Técnica Judiciária). Autorizada pela Portaria 06/2015.

FORO REGIONAL DE PIRAQUARA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE **TRINTA (30) DIAS** DE RÉUS EM LUGAR INCERTO E DE EVENTUAIS INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS E SEUS RESPECTIVOS CÔNJUGES SE CASADOS FOREM OU HERDEIROS OU SUCESSORES;
Para que tome(m) conhecimento da presente ação de Usucapião, nº 0003266-03.2022.8.16.0034, que tramita na Vara Cível do Foro Regional de Piraquara da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, situada na Rua Alexandre Gugelmim, 92, Vila Juliana - Piraquara/PR CEP: 83306-090, em que figura(m) como parte autora LUCILDA KOCIESZESKI, e como parte requerida HILDO SANTOS. Para que fique(m) CITADO(S) RÉUS EM LUGAR INCERTO E DE EVENTUAIS INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS E SEUS RESPECTIVOS CÔNJUGES SE CASADOS FOREM OU HERDEIROS OU SUCESSORES e caso queira(m), apresente(m) resposta e indique as provas que intenciona(m) produzir, no prazo legal de quinze (15) dias, através de advogado, sob pena de serem presumidos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor (artigo 335 a 343 do CPC). Em caso de revelia, será nomeado curador especial. O(s) requerente(s) alega(m) que são possuidores de "Imóvel urbano, parte da matrícula 28.960 da Comarca de Piraquara, Lote 03 da Quadra 01 da Planta Santo Antônio, situ a Rua Joaquim Pereira, Guarituba, município de Piraquara, PR, medindo 08,00m de frente para a rua Joaquim Pereira; pelo lado esquerdo mede 14,50m confrontando com Marcelo; pelo lado direito mede 14,50m, confrontando com José Evaldo Barbosa Florentino; e pelos fundos mede 08,00m confrontando com Alfredo Vieira; fechando o perímetro e perfazendo a área total de 116,00m². Coordenadas UTM 687096E e 7183883S." e atribuem à causa o valor de R$ 50.000,00(...). CUMPRA-SE, NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Piraquara, Estado do Paraná, 11 de março de 2024. Eu, Gislene Soares de Almeida, Técnico(a) Judiciário(a), o digitei e subscrevi.
Gislene Soares de Almeida
Técnico Judiciário
Assinado digitalmente

Edital de Intimação

EDITAL DE CURATELA (art. 755, § 3º CPC)
O MM. Juiz(a) de Direito da Vara Cível e da Fazenda Pública de Piraquara/PR, na forma da lei.FAZ SABER a todos quanto ao presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que através deste edital de Curatela, cientifica a todos os interessados, que neste Juízo tramitou os autos de **Tutela e Curatela - Nomeação, nº 0009824-98.2019.8.16.0194,** em que figura(m) como parte autora **JULIETA DE SOUZA,** e como parte requerida **TERESINHA DE SOUZA,** sendo declarado por sentença a incapacidade de Teresinha de Souza, residente no(a) na Rua João Simbalista, 429, Lar Fraternitas, Jardim Primavera, Piraquara/PR, RG: 5.345.464-SSP/PR, CPF: 068.660.429-68 sendo-lhe nomeada a curadora JULIETA DE SOUZA (RG: 6171133 SSP/PR e CPF/CNPJ: 059.342.909-59), tendo a curatela a finalidade de representar a curatelada para os atos da vida civil que importem disposição de bens/direitos de natureza patrimonial e negocial; compras, vendas e trocas rotineiras; compras, vendas e trocas não rotineiras (bens móveis, imóveis, compras de maior valor mediante autorização judicial, com fulcro nos artigos 1748, IV e 1749, I c/c 1774, todos do Código Civil); contratação e demissão de empregados; movimentação da conta bancária e operações mediante uso de cartão bancário ou cheque, representação perante o INSS, administração de bens e gerenciamento de sua saúde, por tempo indeterminado. O presente edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do curatelado e da curadora.O processo, pode ser acessado através do sistema computacional PROJUDI **https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/**, mediante utilização da **CHAVE IDENTIFICADORA:PPVYF JH72W RQ3PH VJKL6.** Piraquara, 11 de março de 2024. Eu, Gislene Soares de Almeida, Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.
Gislene Soares de Almeida
Técnico Judiciário
Assinado digitalmente

PONTA GROSSA

3ª VARA CÍVEL

Edital Geral

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 20 (VINTE) DIAS CITANDO ALLISON ALVES, inscrito no CPF/MF nº 061.850.119-30, atualmente em lugar ignorado. PROCESSO Ação de Cobrança, sob nº 0011645-12.2021.8.16.0019, promovida por BANCO BRADESCO S/A.- OBJETIVO: Para tomarem ciência dos termos da presente ação e, no prazo de quinze (15) dias, querendo, oferecer resposta que tiver, manifestando-se sobre os fatos mencionados pela parte autora, FICANDO CIENTE de que não sendo contestada a ação no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344 do NCPC). Ponta Grossa, 23 de fevereiro de 2024 Eu (a) (Glasieli de Fátima Bejes), Analista Judiciária, o digitei e subscrevi. Glasieli de Fátima Bejes Analista Judiciária - 3ª Vara Cível

JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): PAULO ROBERTO ROSA DOS SANTOS

PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Alessandra Pimentel , da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Ameaça , sob nº 0032116-54.2018.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) PAULO ROBERTO ROSA DOS SANTOS, e vítima J D, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido PAULO ROBERTO ROSA DOS SANTOS, portador(a) do RG 16659002 SSP/PR e CPF 287.857.979-87, nascido(a) em 28/11/1957, natural de PONTA GROSSA, filho(a) de IVONE ROSA DOS SANTOS e ALTAMIRO LARA DOS SANTOS,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **recebimento de denúncia** em seu desfavor, ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses ART 21 - VIAS DE FATO, Prisão Simples: 15 dias a 3 meses oferecida em 17/12/2019 e recebida em 05/07/2021, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "[...] PRIMEIRO FATO No dia 04 de setembro de 2018, por volta das 14h00min, na residência localizada na Rua Gralha Azul, nº 244 Bairro Santa Maria, neste município e Comarca de Ponta Grossa/PR, o denunciado PAULO ROBERTO ROSA DOS SANTOS, com representação e vontade para a prática do ilícito, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, prevalecendo-se das relações domésticas, familiares e de afeto, praticou vias de fato contra a vítima J D, sua ex-companheira, ao empurrar a vítima sem, contudo, deixar lesões aparentes, conforme termo de boletim de ocorrência nº 2018/1020507 de fl. 04 e termo de declaração de fl. 05. SEGUNDO FATO Ato contínuo, o denunciado PAULO ROBERTO ROSA DOS SANTOS, com representação e vontade para a prática do ilícito, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, prevalecendo-se das relações domésticas, familiares e de afeto, ameaçou a vítima J D, sua ex-companheira, de modo a causar-lhe mal injusto e grave, ao proferir as seguintes palavras, segundo a vítima: "[...] ameaçou de me bater, ele queria pegar meu celular pra quebrar, pois eu disse pra ele que ia ligar pra polícia; ele ficou transformado, disse que eu merecia levar um soco na minha cara" (sic), conforme boletim de ocorrência nº 2018/1020507 de fl. 04 e termo de declaração de fl. 05. Assim agindo, o denunciado PAULO ROBERTO ROSA DOS SANTOS praticou, em tese, as condutas típicas e antijurídicas descritas no art. 21, do Decreto-Lei nº 3.688/41, cc. art. 61, II, "f", do Código Penal, cc. arts. 5º e 7º, ambos da Lei nº 11.340/2006 ("Primeiro Fato"); e no art. 147, cc. art. 61, II, "f", ambos do Código Penal, cc. arts. 5º e 7º, ambos da Lei nº 11.340/2006 ("Segundo Fato"); tudo na forma do art. 69, do Código Penal [...]", e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Marcia Cristina Coradin Folda, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Ponta Grossa, 12 de março de 2024.**

Alessandra Pimentel

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): ANTONIO SIQUEIRA RAMOS

PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Alessandra Pimentel , da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0026749-78.2020.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ANTONIO SIQUEIRA RAMOS, e vítima R O R, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ANTONIO SIQUEIRA RAMOS, portador(a) do RG 19861759 SSP/PR e CPF 402.272.279-72, nascido(a) em 13/03/1951, natural de SAO MATEUS DO SUL, filho(a) de ROSALINA SIQUEIRA RAMOS e ANTONIO RAMOS,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **recebimento de denúncia** em seu desfavor, ART 129 - LESAO CORPORAL - VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR, Detenção: 3 meses a 3 anos oferecida em 12/04/2022 e recebida em 15/08/2022, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "[...] Aos 24 de março de 2020, por volta das 08h00min, na residência localizada na Rua Nelson Narciso Vitiato, nº 12, no bairro Jardim Carvalho4 , neste município e Comarca de Ponta Grossa/PR, o denunciado ANTÔNIO SIQUEIRA RAMOS, com representação e vontade para a prática do ilícito, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, prevalecendo-se das relações domésticas, familiares e de afeto, com intenção de lesionar, ofendeu a integridade corporal da vítima R O, com quem teve um relacionamento amoroso, ao lhe desferir um golpe com uma enxada, acertando-lhe a cabeça, costas e ombro, resultando em lesões corporais leves, consistentes em, segundo ficha de atendimento médico ambulatorial (mov. 1.9): "FCC em frontal e MSD" (sic), tudo conforme boletim de ocorrência (mov. 1.3), termo de declaração (mov. 1.4), e ficha de atendimento médico ambulatorial (mov. 1.9). Assim agindo, o denunciado ANTÔNIO SIQUEIRA RAMOS praticou, em tese, a conduta típica e antijurídica descrita no art. 129, §9°, do Código Penal cc. arts. 5º e 7º, ambos da Lei n.º 11.340/2006 [...]" , e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Marcia Cristina Coradin Folda, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Ponta Grossa, 12 de março de 2024.**

Alessandra Pimentel

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): DAVI MARTINS

PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Alessandra Pimentel , da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Vias de fato, sob nº 0003742-86.2022.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) DAVI MARTINS, e vítima C M R, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido DAVI MARTINS, portador(a) do RG 644421745 null/SP e CPF 140.142.456-24, nascido(a) em 09/09/1995, natural de GOIANIA, filho(a) de LOLITA MARTINS,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **recebimento de denúncia** em seu desfavor, ART 21 - VIAS DE FATO, Prisão Simples: 15 dias a 3 meses, cc. art. 61, II, "f" (Primeiro Fato) ART 129 - LESAO CORPORAL - VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR, Detenção: 3 meses a 3 anos, cc. arts. 5º e 7º, ambos da Lei n.º 11.340/2006 (Segundo Fato) (Tentado) oferecida em 06/10/2023 e recebida em 13/11/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "[...] PRIMEIRO FATO No dia 13 de janeiro de 2021, aproximadamente às 09h00min, na residência localizada na Rua Praia Barra Sul, n, 123, neste município e Comarca de Ponta Grossa/PR, o denunciado DAVI MARTINS, dolosamente, com representação e vontade para a prática do ilícito, ciente da ilicitude e da reprovabilidade de sua conduta, prevalecendo-se das relações domésticas, familiares e de afeto, praticou vias de fato contra a vítima C M R, sua sogra, de quem puxou os cabelos, contudo sem deixar lesões aparentes, conforme termo de declaração (mov. 1.5) e boletim de ocorrência (mov. 1.4). SEGUNDO FATO Nas mesmas circunstâncias de tempo e lugar do primeiro fato, o denunciado DAVI MARTINS, dolosamente, com representação e vontade para a prática do ilícito, ciente da ilicitude e da reprovabilidade de sua conduta, prevalecendo-se das relações domésticas, familiares e de afeto, com intenção de lesionar, deu início à prática de atos tendentes a ofender a integridade corporal da vítima C M R, sua sogra, ao tentar agredir a vítima com uma barra de ferro, não se consumando o crime por circunstâncias alheias à vontade do denunciado DAVI MARTINS, haja vista que o marido da vítima interveio em defesa da ofendida, conforme termo de declaração (mov. 1.5) e boletim de ocorrência (mov. 1.4). Assim agindo, o denunciado DAVI MARTINS praticou, em tese, as condutas típicas e antijurídicas descritas nos art. 21 do Decreto-Lei nº 3.688/41, cc. art. 61, II, "f" ("Primeiro Fato"); e, art. 129, §9°, cc. art. 14, II, ambos do Código Penal, cc. arts. 5º e 7º, ambos da Lei n.º 11.340/2006 ("Segundo Fato"), tudo na forma do art. 69, do Código Penal [...]" , e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Marcia Cristina Coradin Folda, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Ponta Grossa, 12 de março de 2024.**

Alessandra Pimentel

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): Wellinton de Deus

PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Alessandra Pimentel , da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Ameaça , sob nº 0037757-86.2019.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) Wellinton de Deus, e vítima J A O, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido Wellinton de Deus, portador(a) do RG 91273799 SSP/PR e CPF 045.194.769-09, nascido(a) em 08/01/1985, natural de PONTA GROSSA/PR, filho(a) de VERA DE DEUS e HELIO JOSE DE DEUS,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **recebimento de denúncia** em seu desfavor, ART 21 - VIAS DE FATO, Prisão Simples: 15 dias a 3 meses ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses oferecida em 22/06/2020 e recebida em 25/11/2021, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "[...] PRIMEIRO FATO No dia 10 de dezembro de 2018 (mov. 1.5), entre 17h00min e 17h20min, na residência localizada na Rua Francisco Beltrão, nº 42, bairro Chapada, neste município e Comarca de Ponta Grossa/PR, o denunciado WELLINGTON DE DEUS, com consciência e vontade, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, prevalecendo-se das relações domésticas, familiares e de afeto, com a intenção de ofender a integridade física, praticou vias de fato contra a vítima J A O, sua ex-convivente, ao desferir nela socos e chutes pelo corpo, conforme declaração de mov. 1.5. SEGUNDO FATO Nas mesmas circunstâncias descritas no "primeiro fato", o denunciado WELLINGTON DE DEUS, com consciência e vontade, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, prevalecendo-se das relações domésticas, familiares e de afeto, com a intenção de incutir medo, realizou promessa de mal injusto e grave à vítima J A O, sua ex-convivente, ao verbalizar "sua vagabunda, sua puta, eu vou matar você sua biscate lazarenta" (sic), conforme consta na declaração de mov. 1.5; Assim agindo, o denunciado WELLINGTON DE DEUS praticou, em tese, as condutas típicas e antijurídicas descritas no art. 21, do Decreto-Lei nº 3.688/1941 cc. arts. 5º e 7º, ambos da Lei 11.340/06 (primeiro fato); e no art. 147, do Código Penal cc. arts. 5º e 7º, ambos da Lei 11340/06 (segundo fato) ???????[...]" ,e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Marcia Cristina Coradin Folda, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Ponta Grossa, 12 de março de 2024.**

Alessandra Pimentel

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃOMEDIDAS PROTETIVASDESTINATÁRIO(A)(S): ROBSON LEOPOLDO LOTH DIAS

PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Alessandra Pimentel , da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Violência Doméstica Contra a Mulher, sob nº 0042371-95.2023.8.16.0019, em que é(são) autor(es) L R S, réu(s) ROBSON LEOPOLDO LOTH DIAS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ROBSON LEOPOLDO LOTH DIAS, portador(a) do RG 84481270 SSP/PR e CPF 056.102.679-35, nascido(a) em 04/06/1981, natural de PONTA GROSSA/PR, filho(a) de VERANICE TEREZINHA LOTH DIAS e FREDERICO HAUER DIAS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência dos termos das **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: "[...] Assim, aplico as medidas protetivas de urgência previstas no art. 22 da Lei nº 11.340/06, ou seja: proibição de aproximação com a ofendida e sua residência, pelo limite mínimo de duzentos metros de distância; proibição de contato com a vítima por qualquer meio de comunicação (telefone, e-mail, mensagens de texto etc). As medidas aplicadas terão vigência, salvo deliberação em sentido contrário, pelo prazo de 10 (dez) meses (contados a partir da data de intimação do noticiado). [...] Intime-se o requerido, cientificando-o de que poderá, querendo, manifestar-se no prazo de dez dias e de que, em caso de descumprimento da medida protetiva, estará sujeito a prisão preventiva e instauração de inquérito policial por crime previsto no art. 24-A da Lei 11.340/06. [...]". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Marcia Cristina Coradin Folda, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Ponta Grossa, 11 de março de 2024.**

Alessandra Pimentel

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃOMEDIDAS PROTETIVASDESTINATÁRIO(A)(S): MARCO AURELIO ROBERTI LEMES

PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Débora Carla Portela, da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Contra a Mulher, sob nº 0005220-61.2024.8.16.0019, em que é(são) autor(es) S P R L, réu(s) MARCO AURELIO ROBERTI LEMES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido MARCO AURELIO ROBERTI LEMES, portador(a) do RG 7127513 SSP/PR e CPF 802.144.399-50, nascido(a) em 23/01/1976, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de MARGARETE LORENA ROBERTI e GERALDO LEMES**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência dos termos das **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: "[...] Assim, aplico as medidas protetivas de urgência previstas no art. 22 da Lei nº 11.340/06, ou seja: proibição de aproximação com a ofendida e sua residência, pelo limite mínimo de duzentos metros de distância; proibição de contato com a vítima por qualquer meio de comunicação (telefone, e-mail, mensagens de texto etc). As medidas aplicadas terão vigência, salvo deliberação em sentido contrário, pelo prazo de seis meses (contados a partir da data de intimação do noticiado) [...] Intime-se o requerido, cientificando-o de que poderá, querendo, manifestar-se no prazo de dez dias e de que, em caso de descumprimento da medida protetiva, estará sujeito a prisão preventiva e instauração de inquérito policial por crime previsto no art. 24-A da Lei 11.340/06. [...]". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Marcia Cristina Coradin Folda, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Ponta Grossa, 11 de março de 2024.**

Débora Carla Portela

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE PONTA GROSSA - PARANÁ
SECRETARIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, 590 - Oficinas
Fone (42) 3309-1793
e-mail: pg-11vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO JUSTIÇA GRATUITA

A EXCELENTÍSSIMA DOUTORA **NOELI SALETE TAVARES REBACK**, JUÍZA DE DIREITO DA SECRETARIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DESTA COMARCA DE PONTA GROSSA/PR, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EM ESPECIAL AQUELAS CONFERIDAS PELA LEI N.º 8069/90;

Faz saber a todos que virem este Edital e dele tiver conhecimento, que tramitam neste Juízo autos de **Perda ou Suspensão do Poder Familiar nº 0005372-12.2024.8.16.0019** e, considerando constar nos referidos autos a informação da criança H.E.O.S, filha de EMILI KAUANE MACIEL DE OLIVEIRA SANTOS, que encontra-se em local incerto e não sabido, é expedido o presente **EDITAL PARA CITAÇÃO** da requerida **EMILI KAUANE MACIEL DE OLIVEIRA SANTOS**, nascida em 10/12/2005, filha de Daniele Aparecida Maciel de Oliveira e Fabrine Soares dos Santos, inscrita no CI/RG nº 15088320-2/PR e no CPF sob o n ° 800.387.129-89, representada pela Sra. **CREONICE DE FÁTIMA DE OLIVEIRA SANTOS**, nascida em 14/07/1964, filha de Matilde Adan e Ernesto de Oliveira, inscrita no CI/RG nº 551858-1/PR e no CPF sob o n° 480.418.669-72, com prazo de 10 (dez) dias, a fim de que, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, ofereçam resposta escrita, indicando provas a serem produzidas e oferecendo, desde logo, rol de testemunhas e documentos, nos termos do artigos 158 do Estatuto da Criança e do Adolescente e artigo 257 do Código de Processo Civil, sob pena de, não o fazendo, ser destituída do poder familiar e considerados aceitos os fatos articulados na inicial. E, para que chegue ao seu conhecimento e ignorância no futuro não possa alegar, é expedido o presente Edital para Citação, que será publicado no Diário Oficial da Justiça e afixado no local de costume deste Fórum.

CUMPRA-SE.
Ponta Grossa/PR, aos 11 de março de 2024. Eu, Franciane Manosso de Castro, Técnica Judiciária, que o digitei e conferi.
assinado digitalmente
NOELI SALETE TAVARES REBACK
Juíza de Direito

VARA DE EXECUÇÕES PENAIS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO
Vara de Execuções Penais, Vara de Penas e Medidas Alternativas e Corregedoria dos Presídios Comarca de Ponta Grossa/Pr. Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, 590, Oficinas Ciciane Estela do Carmo - Chefe de secretaria
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA ADMONITÓRIA
Prazo: 30 dias
A **Dra. ERIKA WATANABE**, MM. Juíza de Direito da Vara de Penas e Medidas Alternativas da Comarca de Ponta Grossa- Pr., na forma da lei, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias virem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos de Execução Penal NU 0407483-67.2021.8.07.0015 deste Juízo, em que é autora a Justiça Pública e sentenciada (o) **ALINE FERNANDA GOMES DE SOUZA**, brasileiro, ANDREA APARECIDA GOMES DE SOUZA e JOÃO FERNANDO DE SOUZA, nascido aos 07/02/1997, RG nº 146325475 SSP/PR e CPF nº 802.237.349-42, residente e domiciliado na Rua Nina Rodrigues, 597 acesso pelo lado da praça da Igreja da Ronda última casa - no último Poste de energia elétrica - Ronda - PONTA GROSSA / PR - CEP: 84.051-100 , atualmente em local incerto e não sabido. Pelo presente, em não tendo sido possível intimá-la (o) pessoalmente, **INTIMO-O** para comparecer na audiência admonitória, no fórum da Comarca de Ponta Grossa/Pr sito à Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, 590, na sala de audiências, perante o Juízo da Vara de Penas e Medidas Alternativas/VEPMA, **no dia 22/04/2024, às 14h40m,**a fim de ser admoestada (o) acerca das condições do REGIME ABERTO e/ou LIVRAMENTO CONDICIONAL nos autos de execução de pena supramencionado.
Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de Ponta Grossa/PR. Aos 12 de março de 2024. Eu ____ (Beatriz Anette Glitz Lauer) Técnica de Secretaria, o conferi e subscrevo.
ERIKA WATANABE
Juíza de Direito

PORECATU

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DE ELPIDIO FERREIRA, COM PRAZO DE QUINZE DIAS. O Dr. WALTERNEY AMÂNCIO, Juiz de Direito da Vara Criminal e Anexos de Porecatu, Estado do Paraná, etc.
F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital, com prazo de quinze dias, virem ou dele tiverem conhecimento que neste Juízo correm os termos de Ação Penal - Procedimento Ordinário nº 000002684-19.2021.8.16.0137, que a Justiça Pública move contra ELPIDIO FERREIRA, brasileiro, nascido aos 25/04/1960, por estar em lugar incerto e não sabido. E como não tenha sido possível citá-lo pessoalmente, pelo presente cita-o para os termos da Ação Penal - Procedimento ordinário, que responde como incurso no artigo 218-C §1, CP, ficando pelo presente, citado (s) para se ver (em) processar até final julgamento ciente de que poderá (ão), no prazo de 10 dias apresentar sua resposta à acusação, podendo argüir preliminares e tudo o que interessar à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Caso não apresente sua resposta no prazo legal, ou se citado, não constituir defensor, será nomeado advogado para tanto, em igual prazo. O Processo seguirá à revelia se deixar (em) de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar (em) por mais de oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará (ão) a ser encontrado (s).
Porecatu - PR, aos doze de março de dois mil e vinte e quatro. Eu - ____ - Juliana Mantovani Lopes Grego, Técnica Judiciária, o subscrevi.
WALTERNEY AMÂNCIO
Juiz de Direito

PRIMEIRO DE MAIO

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): MARCELO DOS SANTOS
PRAZO DE 15 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Julio Farah Neto, da Vara Criminal de Primeiro de Maio, FAZ SABER a todos que virem o presente
EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário,
assunto Furto Qualificado , sob nº 0000164-15.2023.8.16.0138, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO PRIMEIRO
DE MAIO, réu(s) MARCELO DOS SANTOS, e vítima ADRIANO DE CASTRO LEMES, JORGE ROBERTO IGARASHI,
WALDO DE ARAUJO BRITO e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) MARCELO DOSparte(s) Promovido
, portador(a) do RG 152663897 SSP/PR e CPF 140.419.209-30, nascido(a) em 16/10/2002, natural de LONDRINASANTOS
motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua para tomar/PR, filho(a) de VALDINEIA SILVA DOS SANTOS, CITAÇÃO
ciência de que houve em seu desfavor, ART 155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 3 a 8 anosoferecimento de denúncia
ART 157 - ROUBO, Reclusão: 4 a 10 anos E Multa, § 2, inciso VII ART 155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 2 a 8 anos E
Multa oferecida em 02/03/2023 e recebida em 06/03/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúncia:
1º Fato: Furto qualificado (artigo 155, §4º, inciso I, do Código Penal)
No dia 16 de fevereiro de 2023, por volta das 00h30min, em chácara situada na Água do Ribeirão Grande, Condomínio Residencial Beira-
Rio I, Distrito de Ibiaci, nesta comarca de Primeiro de Maio/PR, o denunciado MARCELO DOS SANTOS, dolosamente, ciente da ilicitude e
reprovabilidade de sua conduta, com ânimo de assenhoramento definitivo, subtraiu para si, mediante destruição de obstáculo, qual seja,
destruição da janela da cozinha da supracitada residência (cf. Auto de Constatação - mov. 38.1, coisa alheia móvel, consistente em 03
(três) facas, avaliadas em R$150,00 (cento e cinquenta reais), pertencente à vítima Jorge Roberto Igarashi, conforme Auto de Avaliação
Indireta de mov. 43.2 e termo de depoimento da vítima de mov. 46.2 e 46.3 - mídia.
2º Fato: Roubo majorado (artigo 157, §2º, inciso VII, do Código Penal):
Nas mesmas circunstâncias de data e horário do primeiro fato, em chácara situada na Água do Ribeirão Grande, Condomínio Residencial
Beira-Rio I, Distrito de Ibiaci, nesta comarca de Primeiro de Maio/PR, o denunciado MARCELO DOS SANTOS, dolosamente agindo, com
vontade livre e consciente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, com ânimo de assenhoramento definitivo, subtraiu, para si,
mediante grave ameaça, com emprego de arma branca - faca (apreendida), 01 (um) cartão- alimentação, 01 (um) cartão do banco
bradesco, 01 (um) visa/fiat, 01 (um) cartão visa/neo, 01 (um) cartão do banco C6 Bank, 02 (dois) cartões banco Santander, 01 (um) cartão
clube de descontos, 01 (um) pendrive da marca Sandisk, na cor preto com detalhes em vermelho, 01 (uma) carteira de couro, R$40,00
(quarenta reais) em espécie, 01 (um) veículo marca Fiat Cronos Drive 1.3, ano 2021, cor branca, placa RHR9C79/PR, Chassi:
8AP359A1DNU168737, avaliado em R$69.000,00 (sessenta e nove mil reais), conforme Auto de Avaliação Indireta de mov. 46.4, todos
pertencentes à vítima Adriano de Castro Lemes. Consta dos autos que, após a subtração do veículo em comento, o denunciado, uma vez
que não logrou êxito em se evadir do condomínio, abandonou o referido veículo às margens de um rio, de modo que posteriormente foi
localizado por vizinhos.
3º Fato: Furto qualificado na forma tentada (artigo 155, §4º, inciso I, c/c o artigo 14, inciso II, sendo ambos do Código Penal)
Em ato contínuo ao segundo fato, nas mesmas circunstâncias de data, por volta das 08h45min na Chácara Recanto dos Navegantes,
distrito de Ibiaci, nesta comarca de Primeiro de Maio/PR, o denunciado MARCELO DOS SANTOS, dolosamente, ciente da ilicitude e

reprovabilidade de sua conduta, com ânimo de assenhoramento definitivo, mediante tentativa de violar a porta que fornecia a entrada da
residência, conforme Auto de Constatação de mov. 1.7, tentou subtrair para si os objetos guarnecidos no local alvo do fato criminoso,
pertencentes à vítima Waldo de Araújo Brito. Em conformidade com o conjunto probatório produzido, o denunciado somente não
consumou o delito por circunstâncias alheias à sua vontade, pois fora surpreendido e detido por Waldo de Araújo Brito até a chegada da
equipe policial.
e à sua para, no , oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a); INTIMAÇÃO prazo de 10 (dez) dias
constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é
expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Pedro Gabriel do Nascimento, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Primeiro de Maio, 06 de março de 2024.
Julio Farah Neto
Juiz de Direito

PRUDENTÓPOLIS

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): LUIZ BATISTA DOS SANTOS
PRAZO DE 15 (quinze) dias
O(A) Juiz(íza) de Direito Christiano Camargo, da Vara Criminal de Prudentópolis, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0000562-90.2022.8.16.0139, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) LUIZ BATISTA DOS SANTOS, e vítima J M*)* e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido LUIZ BATISTA DOS SANTOS, portador(a) do RG 72365631 SSP/PR e CPF 714.003.039-15, nascido(a) em 31/03/1964, natural de PRUDENTOPOLIS, filho(a) de TEREZA TRZESNIOVSKI BATISTA DOS SANTOS e JOÃO BATISTA DOS SANTOS,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 129 - Se a lesão for praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 2º-A do art. 121 deste Código., Reclusão: 1 a 4 anos ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses oferecida em 14/03/2022 e recebida em 18/03/2022, conforme descrição do fato transcrito na denúncia; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, André Witchmichen Almeida Santos, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Prudentópolis, 12 de março de 2024.**
Christiano Camargo
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVASDESTINATÁRIO(A)(S): Samerson Luiz Turra Bertoli
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Christiano Camargo, da Vara Criminal de Prudentópolis, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Ameaça , sob nº 0003902-08.2023.8.16.0139, em que é(são) autor(es) N T, réu(s) Samerson Luiz Turra Bertoli, *)* e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido Samerson Luiz Turra Bertoli, portador(a) do RG 126790252 SSP/PR e CPF 084.976.899-33, nascido(a) em 03/04/1993, natural de PRUDENTOPOLIS/PR, filho(a) de NEIDE TURRA e SALVADOR BERTOLI GAMBA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência dos termos das **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: a) Afastamento do Lar, na forma do artigo 22, inc. II, da Lei 11.340 /2006; b) Proibição de aproximação da ofendida, de seus familiares e testemunhas, fixando o limite mínimo de distância de 200 (duzentos) metros, nos termos do artigo 22, inciso III, alínea "a", da Lei nº 11.340/06; e c) Proibição de contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação, nos termos do artigo 22, inciso III, alínea "b", da Lei nº 11.340/06. .]pelo prazo de 12 (doze) meses e à sua **CITAÇÃO** para, querendo, apresentar contestação no **prazo de 5 (cinco) dias**, por meio de advogado(a) ou defensor(a) dativo(a) nomeado(a) pelo Juízo, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos articulados pela parte noticiante, nos termos do art. 13 da Lei nº 11.340/2006 c/c o art. 306 do Código de Processo Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, André Witchmichen Almeida Santos, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Prudentópolis, 12 de março de 2024.**
Christiano Camargo
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): CLARICE MACHADO
PRAZO DE 5 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Christiano Camargo, da Vara Criminal de Prudentópolis, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Ameaça , sob nº 0001124-02.2022.8.16.0139, em que é(são) autor(es) CLARICE MACHADO, réu(s) PEDRO BILECZ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovente CLARICE MACHADO, portador(a) do RG 83760656 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 25/06/1976, natural de PITANGA, filho(a) de IRENE PEREIRA DA SILVA MACHADO e SEBASTIÃO MACHADO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe se possui ou não interesse na manutenção das medidas protetivas outrora deferidas. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, André Witchmichen Almeida Santos, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Prudentópolis, 12 de março de 2024.**
Christiano Camargo
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

QUEDAS DO IGUAÇU

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVASDESTINATÁRIO(A)(S): VENILSON CASTILHOS
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Murilo Conehero Ghizzi, da Vara Criminal de Quedas do Iguaçu, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Ameaça , sob nº 0000046-96.2024.8.16.0140, em que é(são) autor(es) DIANA SALVATICO, réu(s) SANDRA CASTILHOS, SOLANGE CASTILHOS ANDREATTO, SIMONE CASTILHOS, VENILSON CASTILHOS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido VENILSON CASTILHOS, portador(a) do RG 105250339 SSP/PR e CPF 084.163.149-26, nascido(a) em 22/08/1992, natural de QUEDAS DO IGUACU/PR, filho(a) de SUELI BURCKREVER CASTILHOS e VILSON CASTILHOS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência dos termos das **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: " **(a)** proibição dos noticiados de se aproximar da ofendida e de seus familiares, devendo ficar a uma distância mínima de 300 metros, bem como de sua residência e local de trabalho; **(b)** proibição dos noticiados de efetuar contato com a ofendida, com seus familiares e testemunhas, pessoalmente ou por qualquer meio de comunicação; **(c)** proibição dos noticiados frequentar a residência da vítima; **(d)** submeterem-se a acompanhamento psicossocial por meio de grupo de apoio,durante a vigência da medida protetiva, assim que for intimado. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, CARLOS ALBERTO SARTURI, Matrícula nº 259142, conferi e digitei.
Quedas do Iguaçu, datado e assinado digitalemnte
Murilo Conehero Ghizzi
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO PAGAMENTO DAS CUSTAS COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS DO DENUNCIADO CLAUDENIR BERTONCELLO CORDEIRO.
O Doutor Murilo Conehero Ghizzi, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Judicial - Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal de Quedas do Iguaçu/PR, na forma da lei...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o réu **CLAUDENIR BERTONCELLO CORDEIRO**, brasileiro, filho de Ermelinda Bertoncello Cordeiro e Antonio da Luz Cordeiro, nascido aos 15/08/1990, natural de Alta Floresta do Oeste/RO, portador do RG nº 12.502.539-0SESP/PR, atualmente estando em lugar ignorado, que nos autos de Processo de Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo nº 0001555-33.2022.8.16.0140, que o Ministério Público desta comarca lhes moveu, para que o mesmo proceda o recolhimento da multa e custas processuais. Caso não haja o recolhimento, conforme orientação passada pela D. Corregedoria Geral da Justiça - Ofício Circular nº 64/2013, será comunicado ao FUNJUS, gerando dívida ativa no CPF do réu. E constando dos autos que o réu supra encontra-se em lugar ignorado mandei expedir o presente edital com prazo de 30 (trinta) dias pelo qual fica o mesmo devidamente intimado da decisão supra e bem assim cientificado de que findo este prazo que será contado a partir da data da publicação no Diário da Justiça. E para que chegue ao conhecimento do réu, mandei expedir o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, aos onze (11) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e vinte e quatro (2024). Eu Maurício Augusto Lis - Matrícula n° 257285 que o subscrevi.
MURILO CONEHERO GHIZZI
Juiz de Direito
(assinado digitalmente)

REALEZA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

EDITAL DE CITAÇÃO DO REQUERIDO JOSE SOARES DA SILVA EM LUGAR INCERTO E DESCONHECIDO, COM PRAZO DE 30 DIAS. O DOUTOR FELIPE WOLLERTT DE FRANÇA, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL E ANEXOS DA COMARCA DE REALEZA-PR, NA FORMA DA LEI FAZ SABER, a todos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo se processam os autos de AÇÃO DE USUCAPIÃO, sob n.º 0001313-76.2019.8.16.0141 em que são requerentes FILOMENA ZANETTI e SUELI JOÃO ZANETTI e requerido JOSÉ SOARES DA SILVA, tendo o presente edital a finalidade de CITAÇÃO do requerido JOSÉ SOARES DA SILVA, em lugar incerto e não sabido, do inteiro teor dos presentes autos, para que, querendo no prazo de 15 (quinze) dias, caso queira, apresente resposta à ação através de advogado. Observando que a não apresentação de contestação no prazo legal, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pela parte autora (art. 344 do CPC). Tudo em conformidade com a decisão de mov. 169.1, constante nos autos e na forma da Lei. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, para que não aleguem ignorância, mandou expedir o presente edital, que será afixado no lugar de costume e na forma da lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Realeza, aos 01º de Março de 2024. Eu, MARISTELA FABRICIO ALTHEIA - Escrivã, LAÍZ ANTONELLI ZUFFO - Técnica Judiciária, digitei e subscrevi. FELIPE WOLLERTT DE FRANÇA Juiz de Direito

Edital Geral - Cível

EDITAL DE PUBLICAÇÃO PARA EVENTUAIS TERCEIROS INTERESSADOS COM PRAZO DE TRINTA DIAS. O DOUTOR FELIPE WOLLERTT DE FRANÇA, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL E ANEXOS DA COMARCA DE REALEZA-PR, NA FORMA DA LEI F A Z S A B E R, a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, dos autos AÇÃO DE INTERDIÇÃO/CURATELA sob n.º 0000442-70.2024.8.16.0141, em que é requerente ELZA LUCIA PEZENTI e requerida SUZZI CHIARA PEZENTI que tramita perante este Juízo e Cartório da Vara Cível e Anexos, que por este Juízo, foi nomeada a requerente ELZA LUCIA PEZENTI como curadora provisória da requerida SUZZI CHIARA PEZENTI, mediante termo nos autos, ficando autorizada a praticar atos civis em nome da interditada, exceto alienação de bens, até o julgamento definitivo da presente ação. Tudo em conformidade com a decisão de mov. 28.1, constante nos autos e na forma da Lei. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, para que não aleguem ignorância, mandou expedir o presente edital, que será afixado no lugar de costume e na forma da lei. Dado passado nesta cidade e Comarca de Realeza, Estado do Paraná, aos 01 de Março de 2024. Eu, MARISTELA FABRICIO ALTHEIA - Escrivã, - LAÍZ ANTONELLI ZUFFO - Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi. FELIPE WOLLERTT DE FRANÇA JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO DOS REQUERIDOS INCERTOS E INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS, COM PRAZO DE TRINTA DIAS. O DOUTOR FELIPE WOLLERTT DE FRANÇA, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL E ANEXOS DA COMARCA DE REALEZA-PR, NA FORMA DA LEI FAZ SABER, pelo presente edital com prazo de trinta dias, que ficam os requeridos incertos, e os interessados ausentes, incertos e desconhecidos, devidamente CITADOS do inteiro teor da presente AÇÃO DE USUCAPIÃO sob nº 0001293-17.2021.8.16.0141, em que são requerentes PEDRINHO CLOVIS PANNO e requeridos ARI FIDEL, DIRCEU KILIAN DE PAULO FIDELES, ESPÓLIO DE MARIA KILIAN DE PAULA E OUTROS, que tramita perante este Juízo e Cartório da Vara Cível e Anexos da Comarca de Realeza, Estado do Paraná, em conformidade com a decisão de mov. 16.1 referente ao imóvel: Lote urbano nº 7, quadra nº 40, do Patrimônio Santa Izabel do Oeste, da Colônia Missões, localizado na Cidade de Santa Izabel do Oeste-PR, com área de 422,50m; para caso queiram, contestar a presente ação no prazo de 15 (quinze) dias, observando-se que não sendo contestada a ação no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial pela autora (art. 344 e 345 do CPC). E ainda que a presente citação valerá para todos os atos do processo e que somente as pessoas que atenderem ao chamado serão intimadas dos atos seguintes. Cientes que, será nomeado curador especial ao revel, conforme disposto no artigo 72, inciso II, do Código de Processo Civil. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, para que não aleguem ignorância, mandou expedir o presente edital, que será afixado no lugar de costume e na forma da lei. DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Realeza, Estado do Paraná, aos 29 de Fevereiro de 2024. Eu, MARISTELA FABRICIO ALTHEIA - Escrivã, Laíz Antonelli Zuffo - Técnica Judiciária, digitei e subscrevi. FELIPE WOLLERTT DE FRANÇA Juiz de Direito

RIO BRANCO DO SUL

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação - Cível

Adicionar um(a) ConteúdoEDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE 30 DIAS A Juíza de Direito Sigret Heloyna Raymundo de Camargo Vianna, da Vara de Família e Sucessões de Rio Branco do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Alteração Consensual de Regime de Bens, assunto Regime de Bens Entre os Cônjuges, sob nº 0002185-34.2023.8.16.0147, em que são interessados BRAZ DE ARAUJO FRANCA e MARIA TERESINHA LEDER FRANÇA, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que é pretendida a alteração de regime de bens do casamento pelos cônjuges BRAZ DE ARAUJO FRANCA, portador(a) do CPF 788.859.069-15; MARIA TERESINHA LEDER FRANÇA, portador(a) do CPF 038.606.999-9, que são casados em separação de bens obrigatória e pretendem alterá-lo para regime de comunhão universal de bens. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "1. Trata-se de Ação de Alteração Consensual de Regime de Bens no Casamento promovido pelos requerentes BRAZ DE ARAÚJO FRANÇA e MARIA TERESINHA LEDER FRANÇA, com vistas a alteração do regime de separação de bens obrigatória para comunhão universal de bens". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos do art. 734, § 1º, do Código de Processo Civil. Eu, Maryellen Cavassim, Técnica Judiciário, conferi e digitei. Rio Branco do Sul, 11 de março de 2024. Sigret Heloyna Raymundo de Camargo Vianna Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente

pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

RIO NEGRO

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE RIO NEGRO
VARA CÍVEL DE RIO NEGRO - PROJUDI
Rua Lauro Pôrto Lopes, 35 - em frente ao Colégio Caetano - Centro - Rio Negro/PR - CEP: 83.880-000 - Fone: (47) 3642-4816 - E-mail: casc@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS
PRAZO DE 20 dias úteis

O(A) Juiz(íza) de Direito Alexandro Cesar Possenti, da Vara Cível de Rio Negro, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Demarcação / Divisão, assunto Divisão e Demarcação, sob nº 0000590-66.2024.8.16.0146, em que é(são) autor(es) JOÃO MARIA DA SILVA, e réu(s) MARIA VITÓRIA RAMOS , MARCIA DO ROCIO DA SILVA, MARIA ALINE RAMOS DA SILVA, LUIZ FERNANDO RAMOS DA SILVA, , MARCIO CATELHANO, NEIVA FATIMA RIBEIRO, NEUZA FERST DA SILVA, JOÃO EMANOEL RAMOS DA SILVA, e que por este edital procede à **CITAÇÃO** de eventuais **terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos**, para que, no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do **pedido de divisão** referente ao imóvel: Lote nº 3-A da Gleba nº 2, urbano, situado no Sitio dos Rauen, nesta cidade, com a área de 20.852,00m², matriculado sob nº 13.760 do CRI de Rio Negro-PR., nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Sandra Mara Schlichting Fragoso, Analista Judiciário, conferi e digitei.

Rio Negro, 12 de março de 2024.
Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

FORO REGIONAL DE ROLÂNDIA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral - Criminal

A DOUTORA ANA CRISTINA PENHALBEL MORAES, MM.ª JUÍZA DE DIREITO DA QUARTA VARA JUDICIAL DO FORO REGIONAL DE ROLÂNDIA, COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, ETC. . .

FAZ SABER a todos quanto este edital virem ou que dele conhecimento tiverem, da DETERMINAÇÃO DE LEILÃO de 01 (UMA) MOTONETA HONDA/C BIZ, VERDE, 2001/2001, COM NUMERAÇÃO DO MOTOR SUPRIMIDOS, NUMERAÇÃO DO CHASSI SUPRIMIDOS, APRESENTANDO APENAS OS TRÊS ÚLTIMOS ALGARISMOS "296", OSTENTANDO PLACA DE PREFIXO LOQ-8353/LONDRINA-PR, COM PAINEL QUEBRADO E DIVERSOS RISCOS EM SUA ESTRUTURA, apreendida nos autos acima, fazendo o chamamento de terceiros incertos e interessados para, no **PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, IMPUGNAREM A ALIENAÇÃO OU REQUEREREM A RESTITUIÇÃO** do bem apreendido. E para que chegue ao conhecimento de todos, foi determinada a expedição deste edital, que será afixado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Foro de Rolândia, Estado do Paraná. Eu, Elizabeth Mayumi Ise Marinato - Supervisora de Secretaria, digitei.

DR.ª ANA CRISTINA PENHALBEL MORAES
JUÍZA DE DIREITO

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral

EDITAL DE CURATELA DE DIONISIO GOMES DA SILVA, PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório respectivo, tramitam os autos nº 0006062-13.2022.8.16.0148, de INTERDIÇAO, requerida por ANGELINA APARECIDA GOMES DA SILVA E OUTROS contra DIONISIO GOMES DA SILVA, e, de acordo com a sentença proferida no mov. seq. 50.1, foi decretada a CURATELA, restrita a aspectos patrimoniais e negociais, de DIONÍSIO GOMES DA SILVA, brasileiro, casado sob o Regime de Comunhão de Bens com Angelina Aparecida Gomes da Silva, agricultor aposentado, portador da Cédula de Identidade Civil Registro Geral nº 336.046-SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 106.672.459-87, residente e domiciliado à Avenida Castro Alves, nº 2131, Centro, em Rolândia/PR, declarando-a incapaz de praticar os atos da vida civil, nomeando-lhe CURADOR(A) o(a) Senhor(a) PAULO SÉRGIO GOMES DA SILVA, brasileiro, solteiro, maior, agricultor, portador da Cédula de Identidade Civil Registro Geral nº 4.196.982-2-SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 677.036.909-53, residente e domiciliado à Av. Castro Alves, 2131, Centro, em Rolândia/PR. E PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS E NINGUÉM POSSA ALEGAR IGNORÂNCIA, MANDOU EXPEDIR ESTE EDITAL, QUE SERÁ PUBLICADO POR TRÊS VEZES NA IMPRENSA OFICIAL, COM INTERVALO DE 10 (DEZ) DIAS.

Rolândia, 05 de fevereiro de 2023. Eu, Devanir de Souza Júnior funcionário juramentado, digitei e subscrevi, por determinação judicial, autorizado pela Portaria nº. 05/10 de 16/03/10.

MARCOS ROGÉRIO CESAR ROCHA**Juiz de Direito** (*assinado digitalmente*)

SÃO JOÃO DO IVAÍ

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO IVAÍ-PR.
CARTÓRIO CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DANIEL VIDAL , COM PRAZO DE (15) QUINZE DIAS.
MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA Nº **0000654-80.2023.8.16.0156**
FINALIDADE: FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele tiverem notícia, o qual será afixado no local de costume e publicado no Diário de Justiça do Estado do Paraná, que tendo em vista o indiciado, adiante qualificado, estar em lugar incerto, o intima da mencionada decisão.
QUALIFICAÇÃO: DANIEL VIDAL, RG 130395090 SSP/PR, CPF 097.950.009-50, Nome do Pai: MOACYR VIDAL, Nome da Mãe: CLEIDE APARECIDA DO NASCIMENTO VIDAL, nascido em 13/02/1992, natural de PITANGA/PR, atualmente em lugar incerto.
OBJETO: Intimação do noticiado DANIEL VIDAL , que em decisão de 14/03/2017, proferida nos autos de MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA Nº **0000654-80.2023.8.16.0156,** deste Juízo de São João do Ivaí, sito a Rua Laurindo Pereira da Silva, 780, Conjunto Adelércio Caleffi, São João do Ivaí/PR. foram renovadas as seguintes medidas protetivas anteriormente concedidas em relação às vítimas menores Y M V, A J V, S I S V e E E V:
a) afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência com os infantes;

b) proibição de o noticiado se aproxime da noticiante, mantendo-se ao menos 200 (duzentos) metros de distância dos infantes;;
c) que o noticiado não mantenha contato com os infantes e seus familiares, por qualquer meio de comunicação;
d) PROIBIÇÃO de transitar nas ruas próximas à escola das crianças, especialmente nos horários de entrada e saída das aulas, a fim de preservar a integridade física e psicológica dos infantes, respeitadas as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 20, V, da Lei Henry Borel).
São João do Ivaí, aos 12 de março de 2024 às 11:52:38 . Eu _____ **MARCIELLY HUBNER TORRES**, digitei e subscrevi.
MARCIELLY HUBNER TORRES
CHEFE DE SECRETARIA

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO IVAÍ-PR.
CARTÓRIO CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DA VÍTIMA LIVERCINDO FRANCISCO DA SILVA , COM PRAZO DE (15) QUINZE DIAS .
AÇÃO PENAL Nº **0001724-21.2012.8.16.0156**
FINALIDADE: FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele tiverem notícia, o qual será afixado no local de costume e publicado no Diário de Justiça do Estado do Paraná, que tendo em vista a vítima, adiante qualificada, estar em lugar incerto, a intima da mencionada decisão.
QUALIFICAÇÃO:
JOSE AFONSO EVANGELISTA (RG: 49691408 SSP/PR e CPF/CNPJ: 702.039.899-53) residente no(a) RUA JOÃO RIBEIRO, 00 - SANTA TEREZINHA - SÃO JOÃO DO IVAÍ/PR - CEP: 86.930-000
JOÃO ELIAS RODRIGUES (RG: 7700901 SSP/PR e CPF/CNPJ: 037.908.179-29) residente no(a) DESTACAMENTO DE POLICIA MILITAR , S/N - GODOY MOREIRA/PR
')"> LIVERCINDO FRANCISCO DA SILVA , Nome da Mãe: ARMINDA DANIEL Nome do Pai: BRAZILIO FRANCISCO DA SILVA , 22/08/1960, 427.456.329-49 , atualmente em lugar incerto.
OBJETO: Intimação da vítima LIVERCINDO FRANCISCO DA SILVA , de que o réu ADRIANO FRANCISCO DE CARVALHO, , por sentença de 26/01/2024 foi ABSOLVIDO IMPROPRIAMENTE do delito tipificado no artigo 157, caput, do Código Penal, com fulcro no artigo 386, inciso VI, do Código de Processo Penal c/c artigos 26 e 97, ambos do Código Penal, sendo a ele aplicada medida de segurança de tratamento ambulatorial pelo prazo mínimo de um ano. Ficando a vítima ciente de que os autos e o inteiro teor da decisão encontram-se disponíveis para consulta nesta Secretaria Criminal de São João do Ivaí, sito a Rua Laurindo Pereira da Silva, 780, Conjunto Adelércio Caleffi, São João do Ivaí/PR. .
São João do Ivaí, 12 de março de 2024 às 11:47:47 . Eu _____ **MARCIELLY HUBNER TORRES**, digitei e subscrevi.
MARCIELLY HUBNER TORRES
CHEFE DE SECRETARIA

FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ANDRE DA CRUZ NENEMANN e LEANDRO ALENCAR DE CARVALHO
PRAZO DE 15 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Debora Cassiano Redmond, da 2ª Vara Criminal de São José dos Pinhais, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Receptação, sob nº 0020294-83.2019.8.16.0035, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ANDRE DA CRUZ NENEMANN, LEANDRO ALENCAR DE CARVALHO, e vítima ISMAEL RODRIGUES DA SILVA, ODAIR EUGENIO DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) ANDRE DA CRUZ NENEMANN, portador(a) do RG 14081312 SSP/PR e CPF 097.244.989-21, nascido(a) em 22/01/2000, natural de CURITIBA, filho(a) de ANDREA DA CRUZ NENEMANN; e LEANDRO ALENCAR DE CARVALHO, portador(a) do RG 13818181 SSP/PR e CPF 142.444.759-31, nascido(a) em 07/04/2000, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de LEONILDA ARVELINO BATISTA e DIMAS GONÇALVES DE CARVALHO,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " No dia 11 de novembro de 2019, em via pública, na Rua Laerte Fenelon, nº 1650, Bairro Ipê, em São José dos Pinhais, Paraná, os denunciados LEANDRO ALENCAR DE CARVALHO e ANDRÉ DA CRUZ NENEMANN receberam, em proveito alheio, coisas que sabiam que se tratavam de produtos de crimes de furto, consistentes em dois veículos, sendo um deles o Fiat Uno Eletronic, ano 1993, placa BMD4234, cor preta, de propriedade de Ismael Rodrigues da Silva, e o Fiat Uno Eletronic, ano 1994, placa LYT8259, cor preta, de propriedade de Odair Eugênio da Silva, conforme boletim de ocorrência do furto do primeiro (mov. 1.15), depoimentos dos policiais militares (movs. 1.3 e 1.5), autos de entrega (movs. 33.2 e 36.1), laudo pericial (mov. 34.1), auto de exibição e apreensão (mov. 1.12), auto de avaliação (mov. 1.14) e relatório da autoridade policial (mov. 35.1). "; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Ruth Carla Bergamasco, Analista Judiciário, conferi e digitei.**São José dos Pinhais, 11 de março de 2024.**
Debora Cassiano Redmond
Juíza de Direito

3ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DOS AUTOS N. 0017680-66.2023.8.16.0035, DE AÇÃO DE INTERDIÇÃO DE EDIRLEI DO CARMO CRUZ. PRAZO DE 10 DIAS.
A DOUTORA **MÁRCIA HÜBLER MOSKO**, MERITÍSSIMA JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,
FAZ SABER, que por este Juízo e Vara processam os termos dos autos nº **0017680-66.2023.8.16.0035**, em que são curadores PAULO MOREIRA JUNIOR, inscrito no CPF sob nº 009.963.549-64 e WELLINGTON EDUARDO MOREIRA, inscrito no CPF sob nº 065.101.639-85, e interditanda EDIRLEI DO CARMO CRUZ, inscrita no CPF sob nº 620.787.209-68, tendo como causa da interdição e os limites da curatela, as sequelas motoras e afasia. CID: -10: I64, que após o tratamento médico e cirúrgico por AVC isquêmico, não tendo condições plenas de gerir seus próprios atos. Assim, em virtude de deficiência mental cognitiva, justifica-se sua submissão aos termos da curatela, nos termos do artigo 85 da Lei nº 13.146/2015, limitada aos aspectos de natureza patrimonial e negocial, conforme sentença parcialmente transcrita: "(...) Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código Processo Civil/2015, para fim de reconhecer a incapacidade da interditanda EDIRLEI DO CARMO CRUZ e submetê-la à curatela restrita a aspectos patrimoniais e negociais, nos limites do art. 85 da Lei 13.146/2015, a ser exercida por seus filhos PAULO MOREIRA JUNIOR e WELLINGTON EDUARDO MOREIRA. Considerando que o valor percebido pela interditanda não supera um Salário Mínimo, com a concordância ministerial, por ora, dispensa-se a prestação das contas pelos atos de gestão. a) Inscreva-se a presente decisão do Registro Civil de Pessoas naturais, expedindo-se o respectivo mandado; b) Publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses. Na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constado do edital os nomes do interdito e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que o interdito poderá praticar autonomamente. Sem condenação ao ônus de sucumbência por se tratar de processo necessário, decorrente de procedimento de "jurisdição voluntária". Expeça-se o definitivo termo de compromisso da curadora e, comprovada as publicações na imprensa, arquivem-se os autos. Dou a sentença por publicada em audiência e os presentes por intimados. Registrem-se". **OBSERVAÇÃO**: O acesso ao conteúdo integral do mencionado processo, bem como a realização de atos processuais pela parte interessada ocorrerão exclusivamente pelo sistema eletrônico PROJUDI, disponível em https://portal.tjpr.jus.br/projudi, mediante a habilitação do respectivo advogado, nos termos da Lei 11.419/2006. Dado e passado nesta cidade e Comarca de São José dos Pinhais, aos 8 dias do mês de março de 2024. A MM. Juíza determinou a expedição do presente edital, que será publicado por três oportunidades com prazo de intervalo de dez dias, na forma da lei e afixado no lugar de costume.
MÁRCIA HÜBLER MOSKO
Juíza de Direito

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DOS AUTOS N. 0008777-30.2012.8.16.0002, DE AÇÃO DE INTERDIÇÃO DE MAURY RICETTI. PRAZO DE 10 DIAS.

A DOUTORA **MÁRCIA HÜBLER MOSKO**, MERITÍSSIMA JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,

FAZ SABER, que por este Juízo e Vara processam os termos dos autos nº **0008777-30.2012.8.16.0002**, em que é curador MARCUS VINÍCIUS RICETTI, inscrito no CPF sob nº 551.475.347-68 e interditando MAURY RICETTI, inscrito no CPF sob nº 020.312.727-72, tendo como causa da interdição e os limites da curatela definidos na sentença parcialmente transcrita: "(...) Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para o fim de reconhecer a incapacidade do interditando Maury Ricettie submetê-lo à curatela restrita a aspectos patrimoniais e negociais, nos limites do art. 85 da Lei 13.146/2015, a ser exercido por seu filho Marcus Vinicius Ricetti, a quem competirá prestar contas anualmente dos atos de sua gestão. Manifesto, ainda, a desaprovação da prestação de contas apresentada pela Sra. Maria Regina de Souza Correa Ricetti (evento 173), referente ao período de janeiro de 2012 a julho de 2019, devendo o curador Marcus Vinicius Ricetti ser intimado para adotar as medidas jurídicas necessárias para ressarcimento dos valores indevidamente gastos, bem como intimem-se a Sra. Maria Regina de Souza Correa Ricetti e sua filha Maura Regina Ricetti para que prestem contas em autos em apenso do período referente a agosto de 2019 até o período atual, considerando a petição e a procuração de evento 417. Prazo: 20 (vinte) dias. Em atenção ao disposto no art. 755, §3º do Código de Processo Civil no art. 9°, inciso III, do Código Civil: a) comunique-se a presente decisão ao Registro Civil de Pessoas Naturais; b) publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses; na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interdito e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que o interdito poderá praticar autonomamente. Sem condenação aos ônus de sucumbência, por se tratar de processo necessário, decorrente de procedimento de "jurisdição voluntária". Expeça-se o definitivo termo de compromisso do curador e, comprovadas as publicações na imprensa, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se". **OBSERVAÇÃO**: O acesso ao conteúdo integral do mencionado processo, bem como a realização de atos processuais pela parte interessada ocorrerão exclusivamente pelo sistema eletrônico PROJUDI, disponível em https://portal.tjpr.jus.br/projudi, mediante a habilitação do respectivo advogado, nos termos da Lei 11.419/2006. Dado e passado nesta cidade e Comarca de São José dos Pinhais, aos 8 dias do mês de março de 2024. A MM. Juíza determinou a expedição do presente edital, que será publicado por três oportunidades com prazo de intervalo de dez dias, na forma da lei e afixado no lugar de costume.

MÁRCIA HÜBLER MOSKO
Juíza de Direito

VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - SEÇÃO CÍVEL - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PROJUDI
Rua Visconde do Rio Branco, 2788 - Centro - 2º Andar - São José dos Pinhais/PR - CEP: 83.005-420 - Fone: (41) 3263-6320 - Celular: (41) 3263-6327 - E-mail: sjp-6vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO DE ALEXANDRE CORDEIRO RIBEIRO, com prazo de 20 (vinte) dias.

O Doutor Augusto Gluszczak Junior - MM. Juiz de Direito da Vara de Infância e Juventude da Comarca de São José dos Pinhais/PR, na forma da lei. FAZ SABER - A todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante este Juízo tramitam os autos de Pedido de Medida de Proteção sob nº **0001411-30.2023.8.16.0203**, em que são requerentes MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ e CONSELHO TUTELAR DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, e requeridos FABRICIA BATISTA DA SILVA e ALEXANDRE CORDEIRO RIBEIRO, tendo como menores A.S.R, M.J.S.R e V.A.S.R. Do contido nos autos verificou-se que os menores encontravam-se em situação de risco pessoal e social devido a conduta dos requeridos, sendo determinado o acolhimento dos mesmos. E estando o requerido atualmente em local incerto e não sabido, determinou a citação do mesmo via edital. Pelo presente, CITA-SE "ALEXANDRE CORDEIRO RIBEIRO", com prazo de 20 dias, a fim de que querendo em 10 (dez) dias ofereça contestação instruindo com os documentos, requerendo desde logo a produção das provas que houver, tudo nos termos do art. 238, 256, 257 e 344 do CPC. Para que não se alegue desconhecimento, o MM. Juiz determinou a expedição do presente edital, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de São José dos Pinhais, aos 11 de março de 2024 às 17:11:02 . Eu, Jackson de Oliveira Mizerkowski, o digitei e subscrevi.
(assinatura digital)

JACKSON DE OLIVEIRA MIZERKOWSKI
Analista Judiciário Sênior - Chefe de Secretaria
Ass. Autorizada - Portaria 01/2020

FORO REGIONAL DE SARANDI DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU LESSANDRO EMMANUEL FARIAS CASIMIRO, COM O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

A Doutora Elaine Cristina Siroti, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal do Foro Regional de Sarandi, Comarca da Região Metropolitana de Maringá, Estado do Paraná, etc...

FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que é expedido com o prazo de 15 (quinze) dias, por não ser possível CITAR pessoalmente **LESSANDRO EMMANUEL FARIAS CASIMIRO**, brasileiro, solteiro, nascido aos 30/11/1989, filho de ELDA FARIAS CASIMIRO e CLAUDIO POMPANINO CASIMIRO, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O(S) para, querendo, em 10 (dez) dias, responder a acusação por escrito, qual poderá arguir preliminares, invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas que pretende produzir e arrolar até 08 (oito) testemunhas, nos termos do artigo 396 à 401 do Código de Processo Penal (nova redação da Lei n. 11.719/08), através de advogado(s) constituído(s), sob pena de ser nomeado(s) defensor(es) dativo(s), bem como, fique ciente dos termos da acusação e compareça em Juízo para se ver processado nos autos de Ação Penal n. 0010522-70.2023.8.16.0160, que o Ministério Público lhe(s) move como incurso(s) na(s) no artigo 155, § 1º, c/c §4º, inc. IV, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal. E, que de futuro não aleguem ignorância é expedido o presente edital que será afixado em local de costume e publicado no Diário da Justiça. **SARANDI**, em 11 de março de 2024. Eu, ____ Helton Jum Kikuti, Técnico Judiciário, que o digitei e a MMª Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal de Sarandi, Dra. Elaine Cristina Siroti, o subscreve.
Elaine Cristina Siroti
Juíza de Direito

SERTANÓPOLIS

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): JOEL XAVIER DE ARAÚJO- ME PRAZO DE 30 dias úteisO(A) Juiz(íza) de Direito Luis Ricardo Catta Preta Silva Fulgoni, da Vara da Fazenda Pública de Sertanópolis, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de **Execução Fiscal** sob nº 0001687-58.2021.8.16.0162, a qual tem por objeto TAXA DE EXPEDIENTES, TAXA DE VERIFICAÇÃO DE FUNCIONAMENTO, TAXA DE VISTORIA SANITÁRIA PARA LICENÇA, inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): 108/2021 na data de 21/12/2021, no importe de R$ 1.499,61 na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Sertanópolis/PR, e executado(a)(s) JOEL XAVIER DE ARAÚJO- ME, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) executada(s) JOEL XAVIER DE ARAÚJO-ME**, portador(a) do CNPJ 00.057.840/0001-90, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, **efetuar o pagamento do débito**, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios, as quais serão atualizadas na data do pagamento.No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).Eu, Karla Indianara Rodrigues Campos Gonçalves, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Sertanópolis, 12 de março de 2024.**

Karina de Azevedo Malaguido
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): ANDERSON DE SOUSA
PRAZO DE 30 dias úteisO(A) Juiz(íza) de Direito Luis Ricardo Catta Preta Silva Fulgoni, da Vara da Fazenda Pública de Sertanópolis, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Pagamento, sob nº 0001754-86.2022.8.16.0162, em que é(são) autor(es) SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO, e réu(s) ANDERSON DE SOUSA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ANDERSON DE SOUSA**, portador(a) do RG 96476493 SSP/PR e CPF 080.875.829-26. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para oferecer contestação no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com a resenha da inicial que segue parcialmente transcrita/o: " EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE SERTANÓPOLIS - PARANÁ SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE, autarquia municipal de direito público, inscrita no CNJP n. 81.442.428/000196, com endereço na Av. 06 de junho, 825, na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Diretor Superintendente, Flávio Marcelino Fantin, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por sua procuradora in fine assinada, com fulcro no artigo 319 do Código de Processo Civil Brasileiro, propor a presente AÇÃO DE COBRANÇA em face de Anderson de Souza, portador do CPF nº 080.875.829-26, residente na Rua Antonio Joaquim Reis, nº 40, Jardim Amacio Secco, CEP 86170- 000, Sertanópolis - PR, pelos fundamentos fáticos e jurídicos que passa a expor: I - FATOS A Autora na qualidade de Autarquia de abastecimento de água, coleta e remoção de esgotamentos sanitário no Município, fornece seus serviços ao réu. O réu, na qualidade de usuário dos serviços de abastecimento de água, coleta e remoção de esgotamento sanitário prestados pela Autora, obrigando-se à contraprestação que, neste caso, é o pagamento regular das tarifas referentes aos serviços que lhes são prestados pela Autora. O réu utilizou os serviços prestados pela Autora e deixou de efetuar os pagamentos dos meses que englobam os seguintes vencimentos: ligação 3992 05/02/2019 a 05/12/2019 e 05/01/2020 a 05/04/2020 e foram realizados parcelamentos em que restaram sem pagar as seguintes parcelas 05/03/2019, 05/04/2019, 06/05/2019, 05/06/2019 e 05/07/2019, conforme extrato de débito e faturas em anexo. Cumpre dizer que o Saae procedeu a cobrança extrajudicial da quantia devida, com o intuito de buscar a regularização de maneira mais ágil e amistosa, sem êxito. Diante disto, o Saae ingressa com o presente feito. O montante da dívida dos meses acima discriminados está acumulado em R$ 1.077,37 (Um mil e setenta e sete reais e trinta e sete centavos), valor nominal, a ser acrescido de multa, correção monetária e juros desde os vencimentos até o pagamento efetivo (documentos em anexo). II - DIREITO A prestação de serviços pelo SAAE atribui o direito da autora em receber a contraprestação devida, isto é, o pagamento regular das respectivas contas. Assim sendo, o inadimplemento da obrigação de pagar, é o motivo da presente ação, a qual encontra fundamento nos artigos 394 e ss. combinados com os artigos 394 e 389 do Código Civil, bem como no Regulamento de Água do Saae no artigo 143. Art. 394 - "Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer." Art. 389 - "Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado." Artigo 143 - "O USUÁRIO do serviço prestado pelo SAAE é o titular da tarifa de água e esgoto, sendo de sua responsabilidade o devido pagamento no tempo e modo devidos." Parágrafo único - "A falta de pagamento sujeitará o USUÁRIO ao corte de água, sem prejuízo da adoção de outras medidas para satisfação dos débitos inadimplidos." Nos termos de Orlando Gomes, sobre a Teoria do Inadimplemento, seguimos, "verbis": "Verifica-se o inadimplemento, no sentido estreito do vocábulo, quando o devedor não cumpre a obrigação, voluntária ou involuntariamente. Ao inadimplemento propriamente dito equiparase a mora do devedor, que consiste apenas no retardamento do pagamento, mas não se confundem". (GOMES, Orlando, Obrigações, 8ª ed., 3ª tiragem, Rio de Janeiro, Forense, 1992, pág. 173). E, sobre os efeitos da mora, afirma o mesmo autor: "Os prejuízos oriundos da mora apuram-se conforme as regras da liquidação de perdas e danos. Nas dívidas de dinheiro as perdas e danos consistem nos juros convencionais ou legais, por isso mesmo denominados moratórios." (GOMES, Orlando, Obrigações, 8ª ed., 3ª tiragem, Rio de Janeiro, Forense, 1992, págs. 204 e 205). Face os fundamentos fáticos e jurídicos acima expostos, o Saae requer a Vossa Excelência que se digne em, julgar procedente o pedido para condenar o réu a pagar ao Saae a importância de R$ 1.077,37 (Um mil e setenta e sete reais e trinta e sete centavos, relativo às contas vencidas e não pagas, devendo ser acrescido de juros, multa e correção monetária até a data do pagamento. III - DA PROCURAÇÃO Nos termos do art. 7º da Lei Municipal 3017/2020, para fins de representação do Município de Sertanópolis e de suas Autarquias, aos Procuradores do Município ficam outorgados, independentemente de mandato escrito, os poderes para a prática de todo e qualquer ato processual, inclusive os especiais de receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, receber e dar quitação. Pelo exposto, não é necessário a apresentação de procuração, pelos fatos e fundamentos apresentados. IV- REQUERIMENTOS Requer a Vossa Excelência: I - O recebimento e o processamento da presente petição inicial; II - A citação do requerido ou de seu representante legal, para responder aos termos desta ação, sob pena de revelia; III - Que a presente ação seja julgada totalmente procedente, com a condenação do Requerido a pagar ao Requerente o valor R $ 1.077,37 (Um mil e setenta e sete reais e trinta e sete centavos) relativos à ligação 3992, tanto com relação aos valores vencidos, quanto em relação aqueles que vencerem no curso da demanda, na forma do artigo 323 do CPC, e acrescidos dos encargos moratórios (multa, correção monetária e juros) desde os vencimentos até o respectivo pagamento; IV - A condenação do Requerido ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, observadas as formalidades legais existentes e de praxe pertinentes. Protesta provar o alegado por todos os meios processualmente admissíveis, máxime pela prova documental. Dá-se a presente causa o valor de R$ 1.077,37 (Um mil e setenta e sete reais e trinta e sete centavos). Nestes termos, Pede deferimento. Sertanópolis, 26 de Outubro de 2022. Nádia Arrigo Pissinati Procuradora Municipal OAB/PR nº 61.467.
Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Karla Indianara Rodrigues Campos Gonçalves, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Sertanópolis, 12 de março de 2024.**
Luis Ricardo Catta Preta Silva Fulgoni
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): Maria Conceição Maquiaveli Santana
PRAZO DE 30 dias úteisO(A) Juiz(íza) de Direito Luis Ricardo Catta Preta Silva Fulgoni, da Vara da Fazenda Pública de Sertanópolis, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Pagamento, sob nº 0001865-70.2022.8.16.0162, em que é(são) autor(es) SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO, e réu(s) Maria Conceição Maquiaveli Santana, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido Maria Conceição Maquiaveli Santana** , portador(a) do RG 52218268 SSP/PR e CPF 713.927.009-06. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para oferecer contestação no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com a resenha da inicial que segue parcialmente transcrita/o: " EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE SERTANÓPOLIS - PARANÁ SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE, autarquia municipal de direito público, inscrita no CNJP n. 81.442.428/000196, com endereço na Av. 06 de junho, 825, na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Diretor Superintendente, Flávio Marcelino Fantin, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por sua procuradora in fine assinada, com fulcro no artigo 319 do Código de Processo Civil Brasileiro, propor a presente AÇÃO DE COBRANÇA em face de Maria Conceição Maquiaveli Santana, portadora do CPF nº 713. 927.009-06 e RG nº 5.221.826-8 residente na Rua Rio Grande do Norte, nº 830, Centro, CEP 86170-000, Sertanópolis - PR, pelos fundamentos fáticos e jurídicos que passa a expor: I - FATOS A Autora na qualidade de Autarquia de abastecimento de água, coleta e remoção de esgotamentos sanitário no Município, fornece seus serviços ao réu. A ré, na qualidade de usuário dos serviços de abastecimento de água, coleta e remoção de esgotamento sanitário prestados pela Autora, obrigando-se à contraprestação que, neste caso, é o pagamento regular das tarifas referentes aos serviços que lhes são prestados pela Autora. A ré utilizou os serviços prestados pela Autora e deixou de efetuar os pagamentos dos meses que englobam os seguintes vencimentos: ligação 2039 05/10/2018; 05/02/2019 a 05/05/2019, conforme extrato de débito e faturas em anexo. Cumpre dizer que o Saae procedeu a cobrança extrajudicial da quantia devida, com o intuito de buscar a regularização de maneira mais ágil e amistosa, sem êxito. Diante disto, o Saae ingressa com o presente feito. O montante da dívida dos meses acima discriminados está acumulado em R$ 1.702.34 (Um mil, setecentos e dois reais e trinta e quatro centavos), valor nominal, a ser acrescido de multa, correção monetária e juros desde os vencimentos até o pagamento efetivo (documentos em anexo). II - DIREITO A prestação de serviços pelo SAAE atribui o direito da autora em receber a contraprestação devida, isto é, o pagamento regular das respectivas contas. Assim sendo, o inadimplemento da obrigação de pagar, é o motivo da presente ação, a qual encontra fundamento nos artigos 394 e ss. combinados com os artigos 394 e 389 do Código Civil, bem como no Regulamento de Água do Saae no artigo 143. Art. 394 - "Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer." Art. 389 - "Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado." Artigo 143 - "O USUÁRIO do serviço prestado pelo SAAE é o titular da tarifa de água e esgoto, sendo de sua responsabilidade o devido pagamento no tempo e modo devidos." Parágrafo único - "A falta de pagamento sujeitará o USUÁRIO ao corte de água, sem prejuízo da adoção de outras medidas para satisfação dos débitos inadimplidos." Nos termos de Orlando Gomes, sobre a Teoria do Inadimplemento, seguimos, "verbis": "Verifica-se o inadimplemento, no sentido estreito do vocábulo, quando o devedor não cumpre a obrigação, voluntária ou involuntariamente. Ao inadimplemento propriamente dito equiparase a mora do devedor, que consiste apenas no retardamento do pagamento,

mas não se confundem". (GOMES, Orlando, Obrigações, 8ª ed., 3ª tiragem, Rio de Janeiro, Forense, 1992, pág. 173). E, sobre os efeitos da mora, afirma o mesmo autor: "Os prejuízos oriundos da mora apuram-se conforme as regras da liquidação de perdas e danos. Nas dívidas de dinheiro as perdas e danos consistem nos juros convencionais ou legais, por isso mesmo denominados moratórios." (GOMES, Orlando, Obrigações, 8ª ed., 3ª tiragem, Rio de Janeiro, Forense, 1992, págs. 204 e 205). Face os fundamentos fáticos e jurídicos acima expostos, o Saae requer a Vossa Excelência que se digne em, julgar procedente o pedido para condenar o réu a pagar ao Saae a importância de R$ 1.702.34 (Um mil, setecentos e dois reais e trinta e quatro centavos), relativo às contas vencidas e não pagas, devendo ser acrescido de juros, multa e correção monetária até a data do pagamento. III - DA PROCURAÇÃO Nos termos do art. 7º da Lei Municipal 3017/2020, para fins de representação do Município de Sertanópolis e de suas Autarquias, aos Procuradores do Município ficam outorgados, independentemente de mandato escrito, os poderes para a prática de todo e qualquer ato processual, inclusive os especiais de receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, receber e dar quitação. Pelo exposto, não é necessário a apresentação de procuração, pelos fatos e fundamentos apresentados. IV - REQUERIMENTOS Requer a Vossa Excelência: I - O recebimento e o processamento da presente petição inicial; II - A citação do requerido ou de seu representante legal, para responder aos termos desta ação, sob pena de revelia; III - Que a presente ação seja julgada totalmente procedente, com a condenação do Requerido a pagar ao Requerente o R$ 1.702.34 (Um mil, setecentos e dois reais e trinta e quatro centavos) relativos à ligação 2039, tanto com relação aos valores vencidos, quanto em relação aqueles que vencerem no curso da demanda, na forma do artigo 323 do CPC, e acrescidos dos encargos moratórios (multa, correção monetária e juros) desde os vencimentos até o respectivo pagamento; IV - A condenação do Requerido ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, observadas as formalidades legais existentes e de praxe pertinentes. Protesta provar o alegado por todos os meios processualmente admissíveis, máxime pela prova documental. Dá-se a presente causa o valor de R$ 1.702.34 (Um mil, setecentos e dois reais e trinta e quatro centavos). Nestes termos, Pede deferimento. Sertanópolis, 08 de Novembro de 2022. Nádia Arrigo Pissinati Procuradora Municipal OAB/PR nº 61.467.. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Karla Indianara Rodrigues Campos Gonçalves, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Sertanópolis, 12 de março de 2024.**
Karina de Azevedo Malaguido
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital de Citação - Criminal

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE SERTANÓPOLIS
VARA CRIMINAL DE SERTANÓPOLIS - PROJUDI
Rua São Paulo, 853 - Centro - Sertanópolis/PR - CEP: 86.170-000 - Fone: (43) 3572-8753 - E-mail: SER-JU-SEC@tjpr.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): EVERSON BATISTA ALVES
PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Karina de Azevedo Malaguido, da Vara Criminal de Sertanópolis, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Apropriação indébita, sob nº 0002722-24.2019.8.16.0162, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) EVERSON BATISTA ALVES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido EVERSON BATISTA ALVES, portador(a) do RG 102816692 SSP/PR e CPF 070.166.319-74, nascido(a) em 10/11/1990, natural de SERTANOPOLIS/PR, filho(a) de VERA DA COSTA ALVES e SERGIO CRISTINO BATISTA ALVES,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 171 - ESTELIONATO, Reclusão: 1 a 5 anos E Multa oferecida em 27/10/2023 e recebida em 07/11/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "Em fevereiro de 2019, em horário incerto, na cidade de Sertanópolis/PR, o denunciado EVERSON BATISTA ALVES, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, apropriou-se de aproximadamente R$9.000,00 (nove mil reais) pertencente à vítima Lucas Rafael Donato Marton. Consta que no mês de fevereiro de 2019, EVERSON disse a vítima que precisava de R$ 2.000,00 (dois mil reais) em razão de suposta doença de sua filha. Como a vítima não tinha o valor em mãos e estava em um local de difícil acesso, autorizou que o denunciado pegasse o cartão de sua conta-corrente nº 14246-6, Agência nº 3852, e efetuasse o saque do valor correspondente. Ocorre que, tempos depois, a vítima descobriu que o denunciado havia utilizado o limite do cheque especial do cartão, bem como, contratado diversos empréstimos e compras." e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Ighor Augusto Pereira Pissinati, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Sertanópolis, 12 de março de 2024.**
Karina de Azevedo Malaguido
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE SERTANÓPOLIS
VARA CRIMINAL DE SERTANÓPOLIS - PROJUDI
Rua São Paulo, 853 - Centro - Sertanópolis/PR - CEP: 86.170-000 - Fone: (43) 3572-8753 - E-mail: SER-JU-SEC@tjpr.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): NAIRA DIAS ARAUJO
PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Karina de Azevedo Malaguido, da Vara Criminal de Sertanópolis, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Estelionato, sob nº 0000413-88.2023.8.16.0162, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) NAIRA DIAS ARAUJO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido NAIRA DIAS ARAUJO, portador(a) do RG 166911338 SSP/PR e CPF 710.060.341-29, nascido(a) em 23/06/2001, natural de ARAGUATINS/TO, filho(a) de FAGNA DIAS DA SILVA e EDION DE ARAUJO SILVA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 171 - Se a fraude é cometida com a utilização de informações fornecidas pela vítima ou por terceiro induzido a erro por meio de redes sociais, contatos telefônicos ou envio de correio eletrônico fraudulento, ou por qualquer outro meio fraudulento análogo. , Reclusão: 4 a 8 anos E Multa, Artigo 171, § 2°A, do Código Penal. oferecida em 15/09/2023 e recebida em 18/09/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "No dia 14 de dezembro de 2022, às 16h00m, na Rua São Paulo, n° 947, Bairro Centro, em Sertanópolis, a denunciada NAIRA DIAS ARAÚJO, agindo dolosamente, com plena consciência da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, obteve para si, vantagem ilícita no total de R$ 1.830,00 (mil, oitocentos e trinta reais), em prejuízo da vítima Paulo Sergio Pasquini, o qual foi induzido em erro, mediante meio fraudulento e por meio de contato telefônico, mediante a utilização do aplicativo "Whatsapp". Na data dos fatos, Paulo Sergio recebeu mensagem pelo aplicativo whatsapp, sendo induzido em erro pela denunciada, pois esta se passou pela filha do ofendido, utilizando inclusive a foto dela, solicitando ao ofendido a quantia de R $1.830,00. Somente após ter realizado a transferência bancária, a vítima percebeu que havia caído no golpe. A representação da vítima consta no mov. 1.6."e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Ighor Augusto Pereira Pissinati, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Sertanópolis, 12 de março de 2024.**
Karina de Azevedo Malaguido
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

SIQUEIRA CAMPOS

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO PARA LETÍCIA GEOVANA ARANTES RAFAEL , COM O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS O(A) Dr(a). Matheus Ramos Moura, MM Juiz(a) de Direito da Vara Criminal de Siqueira Campos - PR, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente o(a) réu(ré): LETÍCIA GEOVANA ARANTES RAFAEL , brasileiro(a), portador(a) do RG 126167814 SSP/PR, nascido(a) aos 28/05/1996, natural de BOTUCATU/SP, filho de Nome da Mãe: EVA DE FÁTIMA ARANTES Nome do Pai: JOÃO BATISTA RAFAEL, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente, fica CITADO(A) para que responda à acusação referente aos autos supracitados, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, processo este a que responde como incurso nas penas do artigo 155, caput, do Código Penal. Siqueira Campos/PR, em 06 de março de 2024 às 13:40:00. Eu, Jose Victor Pereira Faustino, Técnico Judiciário, o subscrevo. Matheus Ramos Moura, Juiz(a) de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO PARA DEIVID FERREIRA BECKER DE OLIVEIRA , COM O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS O(A) Dr(a). Matheus Ramos Moura, MM Juiz(a) de Direito da Vara Criminal de Siqueira Campos - PR, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente o(a) réu(ré): DEIVID FERREIRA BECKER DE OLIVEIRA , brasileiro(a), portador(a) do RG 147832460 SSP/PR, nascido(a) aos 26/06/2001, natural de SAO BENTO DO SUL/SC, filho de Nome da Mãe: MARIA MADALENA FERREIRA BECKER Nome do Pai: ADENILSON CARVALHO DE OLIVEIRA, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente, fica CITADO(A) para que responda à acusação referente aos autos supracitados, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, processo este a que responde como incurso nas penas do artigo 155, §1º e §4º, inciso I, na forma do artigo 14, inciso II, todos do Código Penal. Siqueira Campos/PR, em 06 de março de 2024 às 13:37:02. Eu, Jose Victor Pereira Faustino, Técnico Judiciário, o subscrevo. Matheus Ramos Moura, Juiz(a) de Direito

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): FELIPE ALVES BATISTA PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Matheus Ramos Moura, da Vara Criminal de Siqueira Campos, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Inquérito Policial, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0001034-87.2020.8.16.0163, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) FELIPE ALVES BATISTA e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido FELIPE ALVES BATISTA, portador(a) do RG 144876270 SSP/PR e CPF 121.075.179-83, nascido(a) em 03/02 /2001, natural de SIQUEIRA CAMPOS/PR, filho(a) de MERANI GARCIA BATISTA e LUIR ALVES BATISTA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para opor manifestação sobre seu interesse na restituição dos valores apreendidos nos autos supramencionados, sendo que a falta de interesse acarretará no seu perdimento. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Jose Victor Pereira Faustino, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Siqueira Campos, 06 de março de 2024. Matheus Ramos Moura Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): DIEGO ALVES SANTOS PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Matheus Ramos Moura, da Vara Criminal de Siqueira Campos, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Decorrente de Violência Doméstica, sob nº 0002031-75.2017.8.16.0163, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) DIEGO ALVES SANTOS e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido DIEGO ALVES SANTOS, portador(a) do RG 149542337 SSP/PR e CPF 321.283.658- 05, nascido(a) em 29/03/1983, natural de PARIQUERA-ACU, filho(a) de MARIA ALVES SANTOS, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para efetuar o levantamento do valor pago à título de fiança no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de perdimento. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Jose Victor Pereira Faustino, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Siqueira Campos, 11 de março de 2024. Matheus Ramos Moura Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DO(A) SENTENCIADO(A) BRUNO HENRIQUE DOS SANTOS , COM O PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS. O(A) Dr(a). Matheus Ramos Moura, MM Juiz(a) de Direito da Vara Criminal de Siqueira Campos - Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 90 (noventa) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não sendo possível INTIMAR pessoalmente o(a) sentenciado(a) BRUNO HENRIQUE DOS SANTOS , brasileiro(a), portador(a) do RG 123058160 SSP/PR, nascido(a) aos 25/10/1992, natural de SIQUEIRA CAMPOS/PR, filho de Nome da Mãe: NADIR GONÇALVES DOS SANTOS Nome do Pai: , atualmente em lugar incerto e não sabido, e não sendo possível intimá-lo(a) pessoalmente da sentença proferida nos autos de Processo Criminal n. 0001259-44.2019.8.16.0163, pelo presente proceda a INTIMAÇÃO do(a) mesmo(a), da sentença CONDENATÓRIA proferida nos autos em data de (30/11/2022), conforme Dispositivo: julgo procedente a pretensão acusatória para o fim de condenar a parte ré nas penas do art. 33, §4°, da Lei de Drogas. Pena Privativa de Liberdade: 1 ano e 8 meses; Natureza: reclusão; Pena de Multa: 200 dias-multa; Valor do Dia-multa: 1/30 do salário-mínimo; Regime Inicial de Cumprimento: aberto. Siqueira Campos, em 06 de março de 2024 às 13:42:01. Eu, Jose Victor Pereira Faustino, Técnico Judiciário, o subscrevo. Matheus Ramos Moura, Juiz(a) de Direito

TELÊMACO BORBA

VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DO RÉU DIOGO MAIA
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

A Dra. Amani Khalil Muhd Ciuffi, Juíza de Direito da Vara Criminal de TELÊMACO BORBA, Estado do Paraná, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 30 (trinta) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **GABRIEL DIAS CARNEIRO,** brasileiro, nascido aos dias 07/04/1995, portador do RG n° 158646633 SSP/PR, filho de APARECIDA DE JESUS DIAS e SEBASTIÃO CARNEIRO, atualmente em lugar ignorado, pelo presente intima-o para o pagamento das custas finais e multa penal dos autos do processo judicial, ficando advertido que o não pagamento dos valores importará emissão de Certidão de Crédito Judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito, referente aos autos de **Ação Penal nº 0004655-52.2021.8.16.0165.**

Dado e passado nesta cidade e Comarca de TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ, aos 12 (doze) dias do mês de março do ano de 2024. Eu, ..., Rodrigo Kawashima Gomes, Técnico Judiciário, que o digitei e o subscrevi.
Rodrigo Kawashima gomes
Técnico Judiciário

TERRA BOA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Cível

Por ordem do(a) Exmo. Dr. Rodrigo do Amaral Barboza - Juiz de Direito da Vara Cível de Terra Boa, na forma da lei:
FAZ SABER a todos os interessados, que será(ão) levado(s) à LEILÃO o(s) bem(ns) penhorado(s) do(a)(s) Executado(a)(s) DAVID FABRICIO DE OLIVEIRA (CPF 051.264.789-58), na seguinte forma:
1º Leilão: em 24 de abril de 2024, a partir das 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação.
2º Leilão: em 03 de maio de 2024, a partir das 14:00 horas, por maior lanço oferecido, considera-se vil o preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação. (art. 891 do CPC/2015). Caso não haja arrematação nos leilões supra referidos, ficarão as partes desde já intimadas das novas datas:
1º Leilão: em 05 de agosto de 2024, a partir das 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação.
2º Leilão: em 15 de agosto de 2024, a partir das 14:00 horas, por maior lanço oferecido, considera-se vil o preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação. (art. 891 do CPC/2015).
LOCAL: Apenas na modalidade eletrônica através do site: www.amleiloeiro.com.br
PROCESSO: Autos nº. 0001971-93.2017.8.16.0166 - Execução de Título Extrajudicial em que é Exequente ASSOCIACAO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA (CNPJ 75.517.151/0001-10).
BENS(NS): Veículo marca/modelo Peugeot/206 14 Presenc, cor prata, gasolina, ano/modelo 2005/2005, Terra Boa/PR, placas, Renavam e Chassi Verificar com o leiloeiro.
Obs.: Em regular estado de conservação e funcionamento.
AVALIAÇÃO: R$ 9.533,00 (nove mil e quinhentos e trinta e três reais),em 06/11/2023.
ÔNUS: Eventuais constantes nos autos e no Detran/PR.
VALOR DA DÍVIDA: R$ 9.798,81 (nove mil, setecentos e noventa e oito reais e oitenta e um centavos), em 18/02/2020.
CONDIÇÕES GERAIS: 01) Concluída a alienação, serão oficiados o DETRAN e à Secretaria da Fazenda Estadual para que expeça certificado de registro e

licenciamento do bem em favor do arrematante, ficando este livre do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores, sem prejuízo de execução fiscal em relação ao antigo proprietário (art. 130, § único, do CTN e art. 908, § 1º, do CPC). 02) Embora o(s) bem(ns) leiloado(s) seja(m) adquirido(s) sem ônus, eventualmente o arrematante deverá adotar as medidas necessárias a fim de garantir seu levantamento. 03) Também correrão por conta do arrematante as despesas de remoção para retirada do local onde estiver(em) armazenado(s) o(s) bem(ns) arrematado(s). 04) No caso de bem(ns) móvel(is), o adquirente arcará com o imposto ICMS incidente sobre a venda. 05) Os bens são vendidos no estado de conservação em que se encontram e serão considerados como vistoriados/conferidos pelos compradores, estando de acordo que não serão aceitas reclamações, desistências ou devoluções posteriores.
FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Será sempre considerado vencedor o maior lance ofertado, observado o lance mínimo.
À VISTA: O arrematante, no ato da arrematação, deverá efetuar, diretamente ao leiloeiro ou mediante guia judicial, o pagamento da integralidade do valor da sua oferta.
LEILOEIRO: ADRIANO MELNISKI, JUCEPAR nº. 07/010-L.
**COMISSÃO DO LEILOEIRO: Em caso de arrematação, a comissão devida será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante. Em caso de adjudicação a comissão devida será de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a ser paga pelo(a)(s) credor(a)(s). Em se tratando de remição, transação ou acordo entre as partes, será garantido o pagamento de 1% sobre o valor da avaliação, limitado a R$ 1.500,00, a ser paga pelo(a)(s) Executado(a)(s).
***Se não houver expediente forense nas datas designadas, o leilão realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
LEILÃO NA MODALIDADE ELETRÔNICA: Quem pretender arrematar dito(s) bem(ns), poderá ofertar lanços pela Internet, através do site www.amleiloeiro.com.br , devendo, para tanto, os interessados, efetuarem cadastramento prévio, no prazo mínimo de até 24 horas de antecedência do leilão, confirmarem os lanços ofertados e recolherem a quantia respectiva na data designada para a realização da praça, para fins de lavratura do termo próprio, ficando ciente de que os arrematantes deverão garantir seu ato com respectivo valor ofertado pelo bem, depositando-o em 24 horas. Os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de recusa do leiloeiro, por qualquer ocorrência, tais como, quedas ou falhas no sistema, da conexão de internet, linha telefônica ou quaisquer outras ocorrências, posto que a internet e o site do leiloeiro são apenas facilitadores de oferta. O interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação a esse respeito
DEPOSITÁRIO(A): David Fabricio de Oliveira, Rua Manoel Evaristo da Silva. 39, em Terra Boa/PR.
INTIMAÇÃO: Fica(m) desde logo intimado(s) o(s) EXECUTADO(S) DAVID FABRICIO DE OLIVEIRA e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), bem como os eventuais: coproprietários; proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas acima, se porventura não for(em) encontrado(s) para intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015).
E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.
Terra Boa, 11 de Marco de 2024
ADRIANO MELNISKI
Leiloeiro Oficial

Por ordem do(a) Exmo. Dr. Rodrigo do Amaral Barboza - Juiz de Direito da Vara Cível de Terra Boa, na forma da lei:
FAZ SABER a todos os interessados, que será(ão) levado(s) à LEILÃO o(s) bem(ns) penhorado(s) do(a)(s) Executado(a)(s) ALAN KLEBER DANDALO FERREIRA(CPF 018.667.239-01) na seguinte forma:
1º Leilão: em 24 de abril de 2024, a partir das 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação.
2º Leilão: em 03 de maio de 2024, a partir das 14:00 horas, por maior lanço oferecido, considera-se vil o preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação. (art. 891 do CPC/2015). Caso não haja arrematação nos leilões supra referidos, ficarão as partes desde já intimadas das novas datas:
1º Leilão: em 05 de agosto de 2024, a partir das 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação.
2º Leilão: em 15 de agosto de 2024, a partir das 14:00 horas, por maior lanço oferecido, considera-se vil o preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação. (art. 891 do CPC/2015).
LOCAL: Apenas na modalidade eletrônica através do site: www.amleiloeiro.com.br
PROCESSO: Autos nº. 0000349-03.2022.8.16.0166 - Execução de Título Extrajudicial em que é Exequente BANCO DO BRASIL S/A. (CNPJ 00.000.000/0001-91).
BENS(NS):
"1 (um) Compressor de ar marca: Shultz Modelo CSL 20 BR, série 2710156;
1 (um) Balancim hidráulico marca: Klein Modelo BHV 22;
1 (uma) Máquina de pintura de cintos e acessórios (com estufa com esteira) Marca: Spier Modelo MPE 1;
1 (uma) Máquina de corte (com cilindro tecnil), mesa de 3,5 metros;
1 (uma) Estufa de esterilização e secagem Marca: Olidef/CZ; Modelo MPE 1;
1 (uma) Autoclave cristofoli para esterilização a vapor Marca: Cristofoli Biossegurança; Modelo Vitale 12, potência 1200w;
1 (uma) Cadeira odontológica Marca: MZ Modelo Perfect Plus;
1 (um) Estufa de esterilização e secagem de corte (com cilindro tecnil), mesa de 3,5 metros.".
AVALIAÇÃO: R$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais), em 21/11/2022
ÔNUS: Eventuais constantes nos autos.
VALOR DA DÍVIDA: R$ 297.938,93 (duzentos e noventa e sete mil, novecentos e trinta e oito reais e noventa e três centavos), em 11/02/2022
CONDIÇÕES GERAIS: 01) Correrão por conta do arrematante as despesas de remoção para retirada do local onde estiver(em) armazenado(s) o(s) bem(ns) arrematado(s). 02) No caso de bem(ns) móvel(is), o adquirente arcará com o imposto ICMS incidente sobre a venda. 03) Os bens são vendidos no estado de conservação em que se encontram e serão considerados como vistoriados/conferidos pelos compradores, estando de acordo que não serão aceitas reclamações, desistências ou devoluções posteriores.
FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Será sempre considerado vencedor o maior lance ofertado, observado o lance mínimo.
À VISTA: O arrematante, no ato da arrematação, deverá efetuar, diretamente ao leiloeiro ou mediante guia judicial, o pagamento da integralidade do valor da sua oferta.
LEILOEIRO: ADRIANO MELNISKI, JUCEPAR nº. 07/010-L.
**COMISSÃO DO LEILOEIRO: Em caso de arrematação, a comissão devida será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante. Em caso de adjudicação a comissão devida será de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a ser paga pelo(a)(s) credor(a)(s). Em se tratando de remição, transação ou acordo entre as partes, será garantido o pagamento de 1% sobre o valor da avaliação, limitado a R$ 1.500,00, a ser paga pelo(a)(s) Executado(a)(s).
***Se não houver expediente forense nas datas designadas, o leilão realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
LEILÃO NA MODALIDADE ELETRÔNICA: Quem pretender arrematar dito(s) bem(ns), poderá ofertar lanços pela Internet, através do site www.amleiloeiro.com.br , devendo, para tanto, os interessados, efetuarem cadastramento prévio, no prazo mínimo de até 24 horas de antecedência do leilão, confirmarem os lanços ofertados e recolherem a quantia respectiva na data designada para a realização da praça, para fins de lavratura do termo próprio, ficando ciente de que os arrematantes deverão garantir seu ato com respectivo valor ofertado pelo bem, depositando-o em 24 horas. Os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de recusa do leiloeiro, por qualquer ocorrência, tais como, quedas ou falhas no sistema, da conexão de internet, linha telefônica ou quaisquer outras ocorrências, posto que a internet e o site do leiloeiro são apenas facilitadores de oferta. O interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação a esse respeito
DEPOSITÁRIO(A): Alan Kleber Dandalo Ferreira, Rua Presidente Tancredo Neves, nº 568, Centro, Terra Boa/PR.
INTIMAÇÃO: Fica(m) desde logo intimado(s) o(s) EXECUTADO(S) ALAN KLEBER DANDALO FERREIRA, e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), bem como os eventuais: coproprietários; proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas acima, se porventura não for(em) encontrado(s) para intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015).
E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.
Terra Boa, 12 de Março de 2024
ADRIANO MELNISKI
Leiloeiro Oficial

TOLEDO

3ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DO REQUERIDO CASSIO EDUARDO PEREIRA DA SILVA

PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS.

CITAÇÃO de: CASSIO EDUARDO PEREIRA DA SILVA, brasileiro, solteiro, auxiliar de escritório, portador do RG nº. 10.105.785-2 SSP/PR e inscrito no CPF nº. 084.691.469-71.

PROCESSO:0005462-23.2022.8.16.0170 de ação de busca e apreensão em alienação fiduciária, em que é requerente LUIZA ADM. DE CONSÓRCIOS LTDA, inscrito no CNPJ nº. 60.250.776/0001-91, em trâmite na 3ª Secretaria do Cível da Comarca de Toledo, Estado do Paraná.

OBJETIVO: Citar o(a) Requerido(a) para, no prazo de 05 (cinco) dias, do cumprimento da liminar, conforme art. 3º, § 1º do Decreto-Lei nº 911/69, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 10.931 de 02/08/2004, pagar todas as parcelas do financiamento com as devidas atualizações contratuais, quitando assim o contrato firmado entre as partes, acrescida das custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em R$ 800,00 (oitocentos reais) e assim assegurar a restituição do veículo. Decorrido o prazo do item retro sem o pagamento do débito consolidar-se-á a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário que poderá requerer junto às repartições competentes a expedição de novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária, conforme dispõe o § 1º do artigo 3º do Decreto-Lei nº 911/69, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 10.931 de 02/08/2004. Ao réu, independentemente de valer-se do disposto no item retro, poderá apresentar resposta no prazo de quinze (15) dias contados do cumprimento da liminar, se entender que efetuou pagamentos a maior e desejar restituição, conforme dispõe os §§ 3º e 4º do art. 3º do referido diploma legal.

ALEGAÇÕES DA AUTORA: "Em data de 27/05/2020 foi proposta por LUIZA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA a ação de Busca e Apreensão em face de CASSIO EDUARDO PEREIRA DA SILVA, autuada sob nº 0005462-23.2022.8.16.0170 junto a 3ª Vara Cível da Comarca de Toledo/PR. A ação foi ajuizada face o inadimplemento da cota de consórcio de nº 0205 junto ao Grupo 5205 a partir de 21/09/2020. Em razão da adesão à referida cota, o Requerido recebeu o veículo PAS/AUTOMOVEL, MARCA FORD, MODELO KA FLEX, ANO/MODELO2011/2012, COR PRETA, CHASSI N.º 9BFZK53AXCB338443, RENAVAM Nº 00344352170, PLACA ISF-7F34. Comprovada a constituição em mora do Requerido, fora concedida a liminar autorizando a autora a proceder com a Busca e Apreensão do veículo, tendo essa se concretizado em 12/06/2023. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei."

VALOR DA CAUSA: R$ 12.008,17 (doze mil, oito reais e dezessete centavos) em 12/05/2022.

Advertência: "O não pagamento no prazo estipulado implicará consolidação da propriedade e da posse plena do bem no patrimônio do credor fiduciário (que consequentemente poderá vendê-lo) conforme § 1º, do art. 3º, do decreto-lei nº. 911/69."

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. Todos os pedidos formulados em Juízo tramitarão por meio eletrônico (artigo 180 do CN). O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Documentos devem ser anexados em formato digital em arquivos com no máximo 4MB cada.

PRAZO DO EDITAL: 20 (vinte) dias.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Toledo, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro. Eu, Natalia Tedeski Pena, Estagiária, o digitei e subscrevi.

Eugênio Giongo

Juiz de Direito

Edital de Intimação

EDITAL - SENTENÇA DE DEFERIMENTO DA CURATELA

O DOUTOR EUGÊNIO GIONGO, MM. JUIZ DE DIREITO DA 3ª SECRETARIA DO CÍVEL DA COMARCA DE TOLEDO, ESTADO DO PARANÁ

FAZ SABER, a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo de Direito da 3ª Secretaria do Cível, tramita o processo eletrônico nº. **0006776-67.2023.8.16.0170**, de Interdição/Curatela e, por sentença deste Juízo, transitada em julgado em 19/02/2024, foi **DEFERIDA A CURATELA de GABRIEL JOSÉ RAMBO**, brasileiro, solteiro, portador da Certidão de Nascimento nº 51.254, registrado às fls. 143, do Livro A89, do Cartório de Registro Civil do município e comarca de Toledo, Estado do Paraná, nascido em 16/10/1997, no município e comarca de Toledo, Estado do Paraná, filho de Elemar José Rambo e Adriana Cristina Costa Rambo, portador do RG nº. 5.366.303 SSP/SC e inscrito no CPF nº. 055.944.599-79, residente e domiciliado à Rua General Henrique Teixeira Lott, nº. 301, no município e comarca de Toledo, Estado do Paraná, CEP 86.906-690, **restrito a aspectos patrimoniais e negociais**, a ser exercido por seu genitor ELEMAR JOSÉ RAMBO, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 5.773.024-2 SSP/PR e inscrito no CPF nº. 761.799.669-15, residente e domiciliado no mesmo endereço do requerido, a quem competirá prestar contas anualmente dos atos de sua gestão (artigo 84, § 4º da Lei 13.146/15). E para que a notícia chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Toledo, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e quatro. Eu, Natalia Tedeski Pena, Estagiária, o digitei e subscrevi.

Eugênio Giongo

Juiz de Direito

TOMAZINA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): MARIA ANTONIA DE ASSIS PRAZO DE 30 dias corridos A Juíza Substituta Caroline Gazzola Subtil de Oliveira , da Vara Criminal de Tomazina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Ameaça , sob nº 0000889-02.2023.8.16.0171, em que é(são) autor(es) MARIA ANTONIA DE ASSIS, réu(s) MARCOS JOSÉ INOCENCIO DE ASSIS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte (s) Promovente MARIA ANTONIA DE ASSIS, portador(a) do RG 91169606 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 19/03 /1952, natural de TOMAZINA/PR, filho(a) de MARIA ROSA DOS SANTOS e JOÃO ALVES DOS SANTOS, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para que se manifeste acerca da manutenção ou não das medidas protetivas, devendo o Sr. Oficial de Justiça certificar nos autos. .O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Izabella Baum Bronqueti, Estagiária, conferi e digitei. Tomazina, 11 de março de 2024. Caroline Gazzola Subtil de Oliveira Juíza Substituta OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

UMUARAMA

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): Vagner Lopes Bergamaschi

O(A) Juiz(íza) de Direito Sandra Lustosa Franco, da 1ª Vara Cível de Umuarama, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial, assunto Cédula de Crédito Bancário, sob nº 0017530-98.2019.8.16.0173, em que é(são) autor(es) Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP, e réu(s) Vagner Lopes Bergamaschi, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido Vagner Lopes Bergamaschi**, portador(a) do RG 4811448 SSP/PR e CPF 651.345.599-53. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 3 (três) dias úteis**, efetuar o pagamento do débito apontado pela parte exequente, acrescido de custas e honorários advocatícios, no valor da causa de R$ 70.938,38 (setenta mil, novecentos e trinta e oito reais e trinta e oito centavos), acrescido de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento. A(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, em caso de pagamento integral dentro do prazo estipulado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, tendo sido estes fixados em 10% (dez por cento) sob o valor do débito. Ainda, a(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) acrescido de custas e honorário advocatícios, poderá(ão) requerer o parcelamento do restante da dívida em até 6 (seis) parcelas mensais acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês. O não pagamento de qualquer das prestações acarretará cumulativamente o vencimento das prestações subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato reinício dos atos executivos e imposição ao executado de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas. **Em caso de não pagamento, seus bens estarão**

sujeitos à penhora e/ou arresto (art. 829, § 1º, CPC. Independentemente da penhora, depósito ou caução, poderá opor embargos de execução no **prazo de 15 (quinze) dias úteis.**O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Vanessa Barreto Girotto Nunes, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Umuarama, 12 de março de 2024.**
Sandra Lustosa Franco
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

---

[1] Código de Processo Civil: "Art. 829. O executado será citado para pagar a dívida no prazo de 3 (três) dias, contado da citação. § 1º Do mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado.".

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): DENIS APARECIDO FELIPE DA CRUZ
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Pedro Sergio Martins Junior, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Umuarama, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de **Execução Fiscal** sob nº 0003238-74.2020.8.16.0173, a qual tem por objeto a cobrança de TX.FISC.FUNC. / VIG. SANITARIA, inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): 177/2020 na data de 28/01/2020, no importe de R$ 14.324,45 na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Umuarama/PR, e executado(a)(s) BELLI BAMBINI FRALDAS LTDA - ME, DENIS APARECIDO FELIPE DA CRUZ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) executada(s) DENIS APARECIDO FELIPE DA CRUZ**, portador(a) do RG 82095446 SSP/PR e CPF 050.235.589-16, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, **efetuar o pagamento do débito,no valor de R$ 14.324,45 (quatorze mil e trezentos e vinte e quatro reais e quarenta e cinco centavos), na data da propositura da ação**, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Aline Rocha Moret Frassate, Técnica Judiciária, conferi e digitei.
Umuarama, 11 de março de 2024.
Pedro Sergio Martins Junior
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

UNIÃO DA VITÓRIA

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE CITAÇÃO com prazo de trinta (30) dias, dos Réus ausentes e terceiros interessados, ausentes e desconhecidos, para tomarem conhecimento e querendo contestarem a ação de Usucapião sob nº 0005494-16.2022.8.16.0174, requerida por João Maria Rodrigues em face de Ivalino Cechin e Lucia Maria Hoffmann Cechin, sobre: imóvel urbano com a área de 499,91 m2, situado a Rua Alfonso Francisco Ullrich, 261, loteamento São Vicente, distrito de São Cristóvão, município de União da Vitória-PR., contendo uma casa de alvenaria de aproximadamente 80,00 m2, com as seguintes medidas e confrontações: frente, com 15,88 m, para a Rua Alfonso Francisco Ulrich; Fundos com 15,59 m, com lote 13 da quadra 11, de propriedade de João Adelmo Kliemann; Lado direito, com 30,07 m, para o lote 12, quadro 11 de propriedade de Carlos Wnce e Marcia Regina Iszuk; e lado esquerdo, por 30,00 m, com a Rua Onofre Baniski, com demais características constantes da matricula nº 12.157 da 2ª CRI desta Comarca. Obs. O Requerente é **Beneficiário da Justiça Gratuita**. União da Vitória, 11 de março de 2024. Eu, Abegail A. Mello, funcionaria juramentada, digitei e subscrevi.
Adão Alvarino Soares - Escrivão
Em determinação Judicial - Portaria 34/2023
(assinatura digital)

Editais - Procedimento de Usucapião Extrajudicial

JAGUARIAÍVA

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

EDITAL PARA CIÊNCIA DE TERCEIROS, COM PRAZO DE QUINZE DIAS, na forma do contido na Lei Federal n. 6.015/1973 e no Provimento n. 65/2017, do Conselho Nacional de Justiça. Faz saber a tantos quantos deste edital tiverem conhecimento e a quem interessar, que tramita neste Serviço de Registro de Imóveis pedido de reconhecimento do direito de propriedade da **USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL**, sob a modalidade **EXTRAORDINÁRIA**, com tempo de 15 (quinze) anos, requerido por **RENATO JOÃO DE CASTRO GREIDANUS**, agropecuarista, portador da cédula de identidade nº 1.906.278-3-SESP/PR e CPF nº 373.276.909-72, e **HILLY ROSA DE GEUS GREIDANUS**, do lar, portadora da cédula de identidade nº 3.637.184-4-SESP/PR e CPF nº 007.397.849-35, ambos brasileiros, casados entre si em 10/03/1984, sob o regime da comunhão universal de bens, conforme certidão de casamento (matrícula nº 079954 01 55 1984 2 00003 060 0000632 19), expedida pelo Registro Civil de Carambeí/PR, residentes e domiciliados na Avenida Dos Pioneiros, 2355, Centro, na cidade de Carambeí/PR; protocolado sob n. 62.555 de 03/08/2023, relativo a **UMA PARTE DE TERRAS RURAIS, SITUADA NO LUGAR DENOMINADO "FAZENDA CERCADO GRANDE E TAPERA" NO BAIRRO JOAQUIM MURTINHO, COM ÁREA TOTAL DE 79,2104 HECTARES (SETENTA E NOVE HECTARES E DOIS MIL E CENTO E QUATRO ARES)**, compreendida dentro das seguintes medidas e confrontações: Inicia-se no ponto ZVWZ-V-0840 definido pelas coordenadas N: 7.307.969,68 m e E: 607.532,47 m, confrontando com terras de Marine Engenharia Ltda (Direitos Possessórios), deste segue por linha seca até o ponto ZVWZ-V-0841 definido pelas coordenadas N: 7.307.644,02 m e E: 607.817,40 m, com azimute de 138°22' e distância de 432,90 agora deflete à direita e confrontando com terras de Renato João de Castro Greidanus e Hilly Rosa de Geus Greidanus (Matrícula no: 18.362, CRI - Jaguariaíva/PR); deste segue até o ponto ZVWZ-V-0842 definido pelas coordenadas N: 7.306.486,57 m e E: 606.349,70 m, com azimute de 231°18' e distância de 1.869,98 deste passa a confrontar com terras de José Luiz da Fonseca Pereira (Direitos Possessórios) e por linha seca (cercas de arames) segue até o ponto E70-M-2974 definido pelas coordenadas N: 7.306.788,99 me E: 606.117,75 m, com azimute de 322°04' e distância de 381,29 deste segue até o ponto ZVWZ-M-0780 definido pelas coordenadas N: 7.306.989.43 m e E: 606.316.45 m, com azimute de 44°19' e distância de 282,35 deste segue até o ponto ZVWZ-M-0779 definido pelas coordenadas N: 7.306.993,70 m e E: 606.313,26 m, com azimute de 322°48' e distância de 5,33 deste segue até o ponto E70-M-2977 definido pelas coordenadas N: 7.307.092,96 m e E: 606.420,75 m, com azimute de 46°50' e distância de 146,37 deste passa a confrontar com terras de Renato João de Castro Greidanus e Hilly Rosa de Geus Greidanus (Matrícula no: 18.295, CRI - Jaguariaíva/PR) e segue até o ponto ZVWZ-V-0840 definido pelas coordenadas N: 7.307.969,68 m e E: 607.532,47 m, com azimute de 51°18' e distância de 1.416,42 encerrando o perímetro da área descrita acima. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e os vértices encontram-se representados no sistema UTM, referenciadas ao meridiano central -51 Wgr, tendo como datum o SIRGAS2000 e todos os azimutes, distâncias, áreas e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM, tudo em conformidade com o mapa e memorial descritivo cuja parte técnica é de responsabilidade do Engenheiro Agrônomo Esp. Wagner Alan Zadra - CREA/PR 106821/D - ART nº 1720212898780, o qual me é exibido e deverá ser apresentado ao Oficial de Registro de Imóveis desta Comarca quando do requerimento de reconhecimento extrajudicial da usucapião. O imóvel possui valor venal de **R$3.082.293,81** (três milhões e oitenta e dois mil e duzentos e noventa e três reais e oitenta e um centavos), conforme ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, referente a área total de 268,8 hectares. **CONFINANTES DE FATO**: Os requerentes declaram que sa?o CONFINANTES do imo?vel as seguintes pessoas, que podera?o atestar a origem, a continuidade, a natureza e o tempo de sua posse: **6.1** Marine Engenharia LTDA, CNPJ nº 11.824.575/0001-45, serviços de engenharia, com sede na Rua Francisco Derosso, 2560 - sala 04, Xaxim, Curitiba/PR; **6.2** José Luiz da Fonseca, CPF nº 465.116.959-72, agropecuarista, residente e domiciliado na Fazenda Cercado Grande, s/n, Joaquim Murtinho, Piraí do Sul/PR. **6.3** Renato João de Castro Greidanus, CPF nº 373.276.909-72, agropecuarista, e Hilly Rosa de Geus Greidanus, CPF nº 373.276.909-72, do lar, casados entre si, residentes e domiciliados na Avenida Dos Pioneiros, 2355, Centro, na cidade de Carambeí/PR. O requerimento e a documentação que acompanha o pedido apresentado permanecerão a disposição nesta Serventia, durante o prazo de 15 (quinze) dias, para ciência de eventuais terceiros interessados, que poderão apresentar manifestação, considerando-se a ausência e impugnação como anuência ao pedido. Este edital será publicado no site Registro de Imóveis do Brasil, bem como afixado em sessão especifica dentro da serventia. Marcos Rafael Martin - Registrador

EDITAL PARA CIÊNCIA DE TERCEIROS, COM PRAZO DE QUINZE DIAS, na forma do contido na Lei Federal n. 6.015/1973 e no Provimento n. 65/2017, do Conselho Nacional de Justiça. Faz saber a tantos quantos deste edital tiverem conhecimento e a quem interessar, que tramita neste Serviço de Registro de Imóveis pedido de reconhecimento do direito de propriedade da **USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL**, sob a modalidade **EXTRAORDINÁRIA**, com tempo de 15 (quinze) anos, requerido por **FLÁVIO MARCEL ALONSO BATISTA,** brasileiro, advogado, solteiro, maior, declarando não possuir nenhum vínculo que configure união estável, natural de Assis Chateaubriand/PR., nascido em data de 03/11/1984, filho de Élcio Batista e de Sonia Maria Alonso Batista, conforme consta na Certidão de Nascimento registrada sob matrícula nº 158592-01-55-1984-1-00014-127-0014804-03, do Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais do Município e Comarca de Assis Chateaubriand/PR., portador da Carteira Nacional de Habilitação - CNH nº 02684452309-DETRAN/PR., expedida em 02/02/2012, onde consta Doc. Identidade nº 7258809-6-SESP/PR., e CPF nº 040.883.619-97, com endereço eletrônico: flaviomarceladv@gmail.com, residente e domiciliado na Rua Madre Monica Maria, nº 218, Lea Leal, na cidade de Maringá, Estado do Paraná; e, 2º)- **FÁBIO HENRIQUE ALONSO BATISTA,** brasileiro, empresário, solteiro, maior, declarando não possuir nenhum vínculo que configure união estável, natural de Assis Chateaubriand/PR., nascido em data de 08/12/1981, filho de Élcio Batista e de Sonia Maria Alonso Batista, conforme consta na Certidão de Nascimento registrada sob matrícula nº 158592-01-55-1981-1-00011-195-0011476-02, do Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais do Município e Comarca de Assis Chateaubriand/PR., portador da Carteira Nacional de Habilitação - CNH nº 01092925259-DETRAN/PR., expedida em 07/02/2020, onde consta Doc. Identidade nº 7255304-7-SESP/PR., e CPF nº 035.450.529-74, com endereço eletrônico: fhenriquealso@gmail.com, residente e domiciliado na Rua Madre Monica Maria, nº 218, Lea Leal, na cidade de Maringá, Estado do Paraná; protocolado sob n. 63.167 de 21/11/2023, relativo a **UMA ÁREA DE TERRAS RURAIS, DENOMINADA FAZENDA CARAVACA, SITUADA NO LOCAL BOA VISTA E ESPIGÃO ALTO, NESTE MUNICÍPIO E COMARCA DE JAGUARIAÍVA, ESTADO DO PARANÁ, COM A ÁREA DE 24,4150 ha (VINTE E QUATRO HECTARES, QUARENTA E UM ARES E CINQUENTA CENTIARES)**, com a seguinte descrição: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice HCAN-M-00174, de coordenadas N 7.298.100,40 m e E 632.044,71 m; deste, segue por LINHA SECA confrontando com MARCELO TARCISIO GATAZ SGUÁRIO, SIMONE DE MELO SGUÁRIO, FRANCISCO CARLOS GANZER E JANICE ALEXANDRA WOITCHY GANZER, com os seguintes azimutes e distâncias: 130º51'09" e 210,59 m até o vértice HCAN-M-00175, de coordenadas N 7.297.962,65 m e E 632.204,00 m; 189º53'10" e 151,61 m até o vértice HCAN-M-00176, de coordenadas N 7.297.813,29 m e E 632.177,97 m; 157º28'40" e 16,68 m até o vértice HCAN-M-00177, de coordenadas N 7.297.797,88 m e E 632.184,36 m; 113º05'15" e 185,73 m até o vértice HCAN-M-00178, de coordenadas N 7.297.725,05 m e E 632.355,21 m; 221º26'48" e 125,85 m até o vértice HCAN-M-00179, de coordenadas N 7.297.630,72 m e E 632.271,91 m; 200º34'58" e 205,71 m até o vértice HCAN-M-00180, de coordenadas N 7.297.438,14 m e E 632.199,59 m; 200º23'17" e 252,74 m até o vértice HCAN-M-00181, de coordenadas N 7.297.201,23 m e E 632.111,54 m; 297º13'31" e 324,79 m até o vértice HCAN-M-00182, de coordenadas N 7.297.349,82 m e E 631.822,73 m; deste, segue por LINHA SECA confrontando com FLAVIO MARCEL ALONSO BATISTA E FABIO HENRIQUE ALONSO BATISTA, com os seguintes azimutes e distâncias: 19º59'10" e 344,94 m até o vértice IJPR-M-0381, de coordenadas N 7.297.673,99 m e E 631.940,63 m; 358º39'46" e 313,26 m até o vértice HCAN-M-00173, de coordenadas N 7.297.987,16 m e E 631.933,32 m; 44º31'41" e 158,84 m até o vértice HCAN-M-00174, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51º00', fuso -22, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M. Tudo em conformidade com o mapa e memorial descritivo elaborados em data de 30 de agosto de 2022, cuja parte técnica é de responsabilidade do Engenheiro Florestal Vilsinei Apulinário de Miranda - CREA/PR 96632/D - ART nº 1720226746015, o qual me é exibido e deverá ser apresentado ao oficial de registro de imóveis competente, juntamente com o requerimento de reconhecimento extrajudicial da usucapião; Que a área acima referida não possui nenhum registro anterior, apresentando os Requerentes a competente Certidão de Inexistência de Matrícula, expedida em data de 16/12/2022 pelo Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca. **CONFINANTES DE FATO**: Os Requerentes declaram que são confinantes do imóvel: **1º)- MARCELO TARCÍSIO GATAZ SGUÁRIO**, engenheiro agrônomo, portador da Cédula de Identidade nº 4.985.975-9-SSP/PR., expedida em 30/08/2000 e inscrito no CPF/MF sob nº 752.837.869-00, sua esposa **SIMONE DE MELO SGUÁRIO**, advogada, portadora da Cédula de Identidade nº 4.554.925-9-SSP/PR., expedida em 10/04/2001 e inscrita no CPF/MF sob nº 927.119.879-49, ambos brasileiros, casados entre si sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua Cel. Luiz da Silva Batista, nº 825, apto 132, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo; e, **FRANCISCO CARLOS GANZER**, engenheiro químico, portador da Cédula de Identidade nº 12R-1.278.310-SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob nº 532.231.109-25 e sua esposa **JANICE ALEXANDRA WOITCHY GANZER**, advogada, portadora da Cédula de Identidade nº 4.262.623-6-SSP/PR., e inscrita no CPF/MF sob nº 744.630.989-04, ambos brasileiros, casados entre si sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua Prudente de Morais, nº 222, apto 1.402, bairro Vila Nova, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na condição de **proprietários** do imóvel matriculado sob nº **17.909** (dezessete mil e novecentos e nove) no C.R.I. desta Comarca. O requerimento e a documentação que acompanha o pedido apresentado permanecerão a disposição nesta Serventia, durante o prazo de 15 (quinze) dias, para ciência de eventuais terceiros interessados, que poderão

apresentar manifestação, considerando-se a ausência e impugnação como anuência ao pedido. Este edital será publicado no site Registro de Imóveis do Brasil, bem como afixado em sessão especifica dentro da serventia. Marcos Rafael Martin - Registrador

PONTAL DO PARANÁ

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Jorge Susumu Seino, agente delegado do Serviço de Registro de Imóveis de Pontal do Paraná-PR, na forma do contido na Lei Federal nº 6.015/73 e no Provimento nº 65/2017, do Conselho Nacional de Justiça. FAZ SABER a tantos quantos deste edital tiverem conhecimento e a quem interessar, que tramita neste Serviço de Registro de Imóveis, que funciona na Rodovia PR 412, Nº 6.675, Anexo Posto Ipanema, Balneário Leblon, Pontal do Paraná-PR, CEP 83255-000, das 8:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, pedido de reconhecimento do direito de propriedade por meio da USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, sob a modalidade EXTRAORDINÁRIA, com tempo de posse indicado de mais 15 anos, requerido por **WERCY TROJAN,** portador do RG n° 1.223.240-3/SESP-PR, e CPF sob o n ° 404.068.069-34 e **MARISA PROTZEK TROJAN**, portadora do RG nº 2.096.344/ SESP-PR, e CPF sob o nº 404.067.509-63, **protocolado sob nº 41.753**, na data de 02/09/2022, relativo ao imóvel de matrícula 9.085, do Serviço de Registro de Imóveis de Matinhos-PR, de propriedade de Baú Imóveis Construtora e Incorporadora Ltda., CNPJ 76.523.760/0001-45, assim descrito e caracterizado: "O Lote de Terreno sob nº 13, da Quadra nº 14, da Planta Jardim Canadá, situado na Praia de Leste, localizado do lado ímpar da Rua Colbert, nº 133, distante 15,00 metros da Travessa Mercury, com as seguintes medidas e confrontações: de frente para a Rua Colbert, medindo 13,00 metros, pelo lado direito de quem da referida rua olha para o imóvel mede 20,00 metros confrontando com o Lote 12; pelo lado esquerdo medindo 20,00 metros onde confronta, com o Lote 14, e aos fundos, medindo 13,00 metros, confronta com o Lote 02, fechando o perímetro e perfazendo uma área total de 260,00 m². O requerimento e a documentação que acompanha o pedido apresentado permanecerão à disposição nesta Serventia, durante o prazo de 15 (quinze) dias, **para ciência da proprietária tabular BAÚ IMÓVEIS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, CNPJ 76.523.760/0001-45, na pessoa de seu administrador judicial, confrontantes e de eventuais terceiros interessados**, que poderão apresentar manifestação, considerando-se a ausência de impugnação como anuência do pedido. Este edital será publicado por duas vezes no Diário da Justiça Eletrônico (e-Dj), bem como afixado em sessão específica dentro da Serventia. Expedido neste Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, pelo Serviço de Registro de Imóveis, aos 08 de março de 2024. Eu, _____(Jorge Susumu Seino), agente delegado, digitei e assino

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6830327

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Jorge Susumu Seino, agente delegado do Serviço de Registro de Imóveis de Pontal do Paraná-PR, na forma do contido na Lei Federal nº 6.015/73 e no Provimento nº 65/2017, do Conselho Nacional de Justiça. FAZ SABER a tantos quantos deste edital tiverem conhecimento e a quem interessar, que tramita neste Serviço de Registro de Imóveis, que funciona na Rodovia PR 412, Nº 6.675, Anexo Posto Ipanema, Balneário Leblon, Pontal do Paraná-PR, CEP 83255-000, das 8:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, pedido de reconhecimento do direito de propriedade por meio da USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, sob a modalidade EXTRAORDINÁRIA, com tempo de posse indicado de mais 15 anos, requerido por **NEIDE DA NOBREGA DA SILVA,** portadora do RG n° 8.725.458-5/SESP-PR, e CPF sob o n° 875.227.999-53 e **ALUIZIO FRANCISCO DA SILVA**, portador do RG nº 5.091.707-0/SESP-PR, e CPF sob o nº 017.717.268-14, **protocolado sob nº 43.951**, na data de 08/02/2023, relativo ao imóvel de transcrições 4.904, livro 3-F; 12.893, 12.894 e 12.895, livro 3-L; 17.571, 17.572, 17.573, 17.574 e 17.575, livro 3-P, do Serviço de Registro de Imóveis de Paranaguá-PR, de propriedade de SALUSTIO VIANA DE MESQUITA, JOÃO VIANA DE MESQUITA, ROSA MESQUITA GONÇALVES e seu esposo DRAUSIO GONÇALVES; ARMINDA MEQUITA JOANO e seu esposo MANOEL JOANO; MARIA MESQUITA DO ROSÁRIO; CONSTÂNCIA MESQUITA COSTA DO ROSÁRIO; SIDNEI MESQUITA DO ROSÁRIO; FRANCELINA IDALINA DA SILVA; MARIA ROSI TAVARES e seu esposo JAMIL GONÇALVES TAVARES; DULCE RODRIGUES; JESUÍNA COSTA DO ROSÁRIO; JOÃO JUSTINO COSTA DO ROSÁRIO (ausente suas qualificações nas transcrições acima referenciadas), assim descrito e caracterizado: "O Lote de Terreno sob nº 261, da Quadra nº P, da Planta Parque Balneário Guarujá, situado em Praia de Leste, localizado do lado par da Rua Professor Dario Velloso, nº 710, distante 30,00 metros da Rua Waldir Giglio Junior, com as seguintes medidas e confrontações: de frente para a Rua Professor Dario Velloso, medindo 12,00 metros, pelo lado direito de quem da referida rua olha para o imóvel mede 40,00 metros confrontando com o Lote 262; pelo lado esquerdo medindo 40,00 metros onde confronta, em 12,50 metros com o Lote 260, em 11,00 metros com o Lote 259, em 11,00 metros com o Lote 258, e em 5,50 metros com o Lote 257, e aos fundos, medindo 12,00 metros, confronta com o Lote 254, fechando o perímetro e perfazendo uma área total de 480,00 m², edificada com uma residência em alvenaria de 301,85 m². O requerimento e a documentação que acompanha o pedido apresentado permanecerão à disposição nesta Serventia, durante o prazo de 15 (quinze) dias, **para ciência dos proprietários tabulares SALUSTIO VIANA DE MESQUITA, JOÃO VIANA DE MESQUITA, ROSA MESQUITA GONÇALVES e seu esposo DRAUSIO GONÇALVES; ARMINDA MEQUITA JOANO e seu esposo MANOEL JOANO; MARIA MESQUITA DO ROSÁRIO; CONSTÂNCIA MESQUITA COSTA DO ROSÁRIO; SIDNEI MESQUITA DO ROSÁRIO; FRANCELINA IDALINA DA SILVA; MARIA ROSI TAVARES e seu esposo JAMIL GONÇALVES TAVARES; DULCE RODRIGUES; JESUÍNA COSTA DO ROSÁRIO; JOÃO JUSTINO COSTA DO ROSÁRIO, confrontantes e de eventuais terceiros interessados**, que poderão apresentar manifestação, considerando-se a ausência de impugnação como anuência do pedido. Este edital será publicado por duas vezes no Diário da Justiça Eletrônico (e-Dj), bem como afixado em sessão específica dentro da Serventia. Expedido neste Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, pelo Serviço de Registro de Imóveis, aos 12 de março de 2024. Eu, _____(Jorge Susumu Seino), agente delegado, digitei e assino

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6831156

TEIXEIRA SOARES

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL
EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

ANTONIO SERGIO RODRIGUES, agente delegado do Serviço de Registro de Imóveis de Teixeira Soares-PR, na forma do contido na Lei Federal n. 6.015/73 e no Código Nacional de Normas do Foro Extrajudicial do CNJ

Faz saber a tantos quantos deste edital tiverem conhecimento e a quem interessar, que tramita neste Serviço de Registro de Imóveis pedido de reconhecimento do direito de propriedade por meio da **USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL**, sob a modalidade **USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO**, com tempo de posse indicado mais de 10 anos, requerido por: PEDRO DE PAULA KOKOGINSKI e sua esposa MARIA INEZ DE SOUZA KOKOGINSKI, representada por seu advogado, Dr. Harry Cristhian E. Czelusniak -OAB/35.525/PR, Protocolado sob n. 52071 na data de 07/03/2024, referente ao imóvel, assim descrito e caracterizado: De um lote de terreno Rural situado na **"BITUVA DAS CAMPINAS"**, , Município de Fernandes Pinheiro e Comarca de Teixeira Soares, Estado do Paraná, **com a área de 98.464,356m2** ou **9,8464356ha**, com o seguinte Memorial Descritivo: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto M01, de coordenadas N 7.172.458,64m e E 549.469,55m, deste segue e confrontando com a propriedade de João Sérgio Kuller, Mat. 3.488, com azimute de 128 412 126,11" por uma distância de 49,63m, até o ponto M02, de coordenadas N 7.172.427,61m e E 549.508,29m; deste segue confrontando com a propriedade de Luiz Carlos Alves Pires e Maria Josané Pires, Mat. 2.001, com azimute de 131°01'20,71" por uma distância de 186,03m, m, até o ponto M03, de coordenadas N 7.172.305,51m e E 549.648,63m; deste segue confrontando com a propriedade de João de Paula Kokoginski e Vilma dos Santos Kokoginski, Posse, com azimute de 163°04'09,23" por uma distância de 212,31m, até o ponto M04. de coordenadas N 7.172.102,41m 549.710,46m; deste segue com azimute de 68°45'26,1 17" por uma distância de E 0,71m, até o ponto M05, de coordenadas N 7.172.142,52m e E 549.81 49.813,65m, cravado na margem da Estrada Municipal, deste segue margeando a referida Estrada por diferentes azimutes e distâncias: azimute de 236°53?51,79" por uma distância de 20,00m azimute de 237°37?59, 1,60 por uma distância de 13,59m, azimute de 223°55'19,76" por uma distância de 85,28m, azimute de 227°52'47,75" por uma distância de 18,94m, azimute de 238°50?38,92" por uma distância de 10,72m, azimute de 252°28?39,63" por uma distância de 10,23m, azimute de 269°15'02,61" por uma distância de 11,41m, azimute de 264°40?24,70" por uma distância de 13,32m, azimute de 254°23?27,42" por uma distância de 16,15m, azimute de 243°08'13,08" por uma distância de 22,32m, azimute de 233 2823,81" por uma distância de 20,60m, azimute de 231°33'14,21" por uma distância de 19,13m, azimute de 228°14'38,48" por uma distância de 18,84m, azimute de 221°23?52,15" por uma distância de 30,85m, azimute de 219°02'01,18" por uma distância de 26,43m, azimute de 206°43'24,85" por uma distância de 18,76m, azimute de 201°19'01,87" por uma distância de 37,96m azimute de 200°36'48,58" por uma distância de 9,64m, azimute de 206°14'27,15" por uma distância de 7,56m, azimute de 216°44'10,53" por uma distância de 10,76m, até o ponto M06, de coordenadas N 7.171.868,84m e E 549.515,11m; cravado na margem da Estrada Municipal, deste segue confrontando com a propriedade de Oziel Neivert e Eliane Mehret Neivert, Mat. 4.010, com azimute de 306°09'14,06" por uma distância de 220,69m, até o ponto M07, de coordenadas N 7.171.999,03m e E 549.336,92m; cravado na margem de um Rio, deste segue margeando o referido Rio confrontando com a propriedade de Rosi Terezinha Kuller, Mat. 3.284, com diferentes azimutes e

distâncias: com azimute de 47°51'37,85" por uma distância de 14,60m, azimute de 74°09'27,22" por uma distância de 42,33m, azimute de 351°53'10,20" por uma distância de 9,01m, azimute de 261°55'17,08" por uma distância de 23,95m, azimute de 40°45'24,01" por uma distância de 4,77m, azimute de 89°36'23,11" por uma distância de 14,63m, azimute de 33°39'39,68" por uma distância de 11,24m, azimute de 72°18'47,93" por uma distância de 14,85m, azimute de 106°10?57,05" por uma distância de 16,55m, azimute de 62°26'40,02" por uma distância de 10,89m, azimute de 29°24'45,69" por uma distância de 26,83m, azimute de 59°47'24,60" por uma distância de 11,60m, azimute de 17°45'06,85" por uma distância de 20,38m, azimute de 72°05'15,55" por uma distância de 11,33m, azimute de 31°48'07,81" por uma distância de 42,01m, azimute de 340°13'20,30" por uma distância de 4,22m, até o ponto M08, de coordenadas N 7.172.135,74m e E 549.488,06m; cravado na margem do mesmo Rio, deste segue com azimute de 357°08'59,93" por uma distância de 242,62m, até o ponto M09, de coordenadas N 7.172.378,06m e E 549.476,00m; deste segue confrontando com a propriedade de Robson José Meira dos Santos e Josiane Surek Meira dos Santos, Mat. 4.526, com azimute de 355°25'14,85" por uma distância de 80,84m, até o ponto M01, onde teve início essa descrição. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Responsável Técnico: Antonio Marcos dos Santos, Engenheiro Florestal, CREA-PR 164856/D, em data de 08/02/2024, com Anotação de Responsabilidade Técnica - ART n° 1720240702623. O requerimento e a documentação que acompanha o pedido apresentado permanecerão à disposição nesta serventia no endereço: Rua Souza Naves, 152, Centro, Teixeira Soares, estado do Paraná, CEP: 84.530-000, endereço eletrônico para contato: registroimoveists@gmail.com e telefone: (42) 3460-1240, durante o prazo de 15 (quinze) dias, para ciência de eventuais terceiros interessados, que poderão apresentar manifestação, considerando-se a ausência de impugnação como anuência ao pedido. Este edital será publicado por duas vezes no Diário da Justiça Eletrônico (e-Dj), bem como, afixado em sessão específica dentro da serventia. Teixeira Soares, 11 de março de 2.024. Antonio Sergio Rodrigues - Agente Delegado.